Cláudio Vicentino • Bruno Vicentino
Olhares da
História
Brasil e mundo
Manual do
Professor
3
História - Ensino Médio
editora scipione

Cláudio Vicentino • Bruno Vicentino

Olhares da História
Brasil e mundo

Manual do Professor

Cláudio Vicentino

Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP)

Professor de História em cursos de Ensino Médio e pré-vestibulares

Autor de obras didáticas e paradidáticas para Ensino Fundamental e Médio

José Bruno Vicentino

Bacharel e licenciado em História pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP)

Professor de História em cursos de Ensino Fundamental, Médio e pré-vestibulares

Autor de obra didática para Ensino Médio

Colaboração de

Saverio Lavorato Junior

Bacharel e licenciado em História pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP)

Professor universitário e coordenador de curso de Licenciatura em História

História - Ensino Médio

1ª EDIÇÃO

SÃO PAULO • 2016

Diretoria editorial
Lidiane Vivaldini Olo
Gerência editorial
Luiz Tonolli
Editoria de Ciências Humanas
Heloisa Pimentel
Edição
Guilherme Reghin Gaspar,
Thamirys Gênova da Silva e Mariana Renó Faria (estagiárias)
Gerência de produção editorial
Ricardo de Gan Braga
Arte
Andréa Dellamagna (coord. de criação),
Erik TS (progr. visual de capa e miolo),
Claudio Faustino (coord.), Eber Souza (edição),
Luiza Massucato (assist.) e Typegraphic (diagram.)
Revisão
Hélia de Jesus Gonsaga (ger.),
Rosângela Muricy (coord.),
Célia da Silva Carvalho, Paula Teixeira de Jesus,
Patrícia Travanca e Vanessa de Paula Santos;
Brenda Morais e Gabriela Miragaia (estagiárias)
Iconografia
Sílvio Kligin (superv.), Denise Durand Kremer (coord.),
Monica de Souza (pesquisa),
Cesar Wolf e Fernanda Crevin (tratamento de imagem)
Ilustrações
Cassiano Röda
Cartografia
Eric Fuzii, Loide Edelweiss Iizuka,
Márcio Souza e Portal de Mapas
Foto da capa: *Nascimento de Vênus, Sandro Botticelli, 1484*,
obra de 1984, de Andy Warhol.
Justin Tallis/Agência France-Presse
Protótipos
Magali Prado

Avenida das Nações Unidas, 7221, 1º andar, Setor D
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902
Tel.: 4003-3061
www.scipione.com.br / atendimento@scipione.com.br

2016
ISBN 978 85 262 9911 5 (AL)
ISBN 978 85 262 9912 2 (PR)
Cód. da obra CL 713369
CAE 566 785 (AL) / 566 786 (PR)
1ª edição
1ª impressão
Impressão e acabamento

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Vicentino, Cláudio
Olhares da história : Brasil e mundo / Cláudio Vicentino, José Bruno Vicentino ; colaboração de Saverio Lavorato Junior. -- 1. ed. -- São Paulo : Scipione, 2016.

Obra em 3 v.

1. História (Ensino médio) I. Vicentino, José Bruno. II. Lavorato Junior, Saverio. III. Título.

16-02782 CDD-907

Índices para catálogo sistemático:

1. História : Ensino médio 907

APRESENTAÇÃO

Caros Alunos,

Como sabemos, todos os seres humanos vivem a História e têm sua maneira de encarar o mundo. Somos o que somos, pensamos de um jeito e não de outro, agimos em função disto e não daquilo. Decidimos que causas abraçar, cogitar abraçar ou renegar com base nas certezas que criamos em nosso passado.

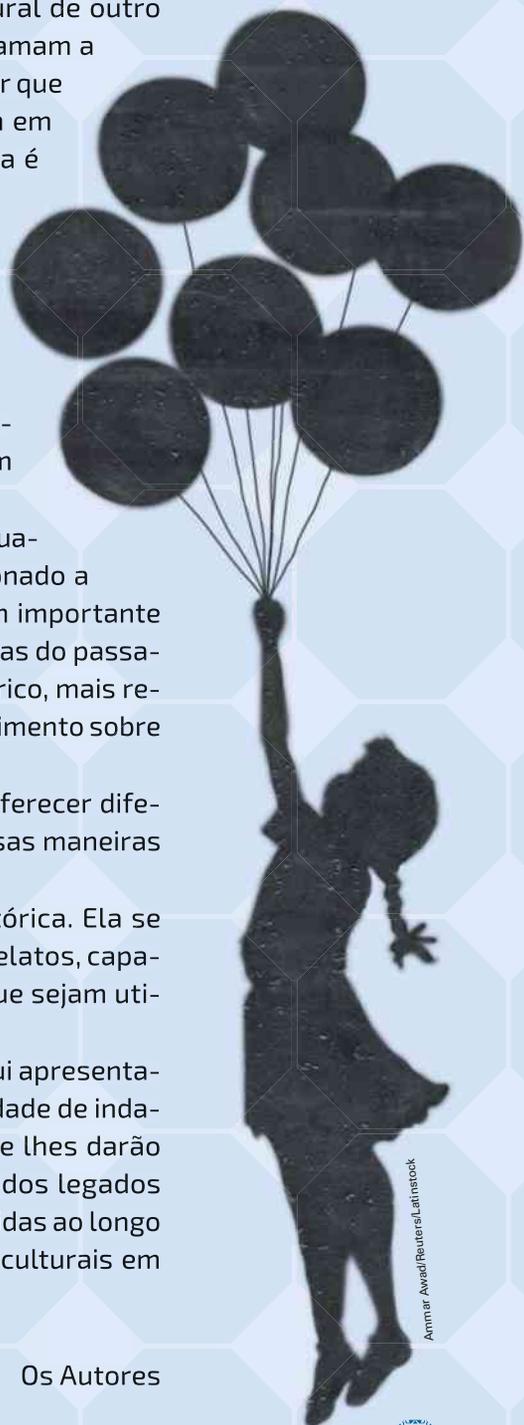
Quer um exemplo de como isso pode ocorrer? Digamos que na rua na qual vocês moram uma família veio se instalar recentemente, natural de outro lugar. Os costumes, aparência e sotaque dos novos vizinhos chamam a sua atenção. Vocês começam a se perguntar de onde vieram e por que eles se mudaram para a sua rua. Podem se interessar também em conhecer melhor a cultura deles, entender em que aspectos ela é diferente ou parecida com a sua. Com isso, aos poucos vocês se aproximam da história cultural daquelas pessoas, conhecem seus valores e crenças. Será que a situação dessa família se assemelha à de outras famílias que se deslocaram em épocas diferentes? Agindo assim, vocês se deparam com a história de grandes grupos sociais que têm sua vida afetada por contextos complexos e acabam deixando seu lugar de origem por causa disso. O passado de seus novos vizinhos e do local em que eles viviam pode ajudá-los a entender a experiência atual no seu bairro.

O conhecimento histórico é assim: se faz presente em todas as situações, porque todos os seres humanos e tudo o que está relacionado a eles têm história, têm passado. Esse conhecimento se torna um importante instrumento para entender nosso tempo, impregnado de heranças do passado. Quanto mais vocês têm domínio sobre o conhecimento histórico, mais recursos terão para tomar decisões no presente e ampliar o conhecimento sobre si mesmos.

Esse conhecimento não é único, definitivo. Ele é capaz de nos oferecer diferentes pontos de vista e convicções. Da mesma forma, há diversas maneiras de conhecê-lo, percebê-lo e divulgá-lo.

Esta obra é um convite para o conhecimento e a reflexão histórica. Ela se propõe a ajudá-los a lidar com diversas fontes, testemunhos e relatos, capacitando-os a analisar criticamente os sinais do passado para que sejam utilizados no seu dia a dia e no exercício de sua cidadania.

Com as várias imagens, leis, documentos, mapas e exercícios aqui apresentados, queremos que vocês desenvolvam e aprimorem sua capacidade de indagação e de análise do passado e do presente. São recursos que lhes darão oportunidade para desenvolver o senso crítico, a valorização dos legados culturais e a percepção das permanências e das mudanças ocorridas ao longo do tempo, além dos contextos econômicos, políticos, sociais e culturais em que se dão as relações humanas.

Bom ano de estudos!

Os Autores

Ammar Awad/Reuters/Latinstock

Conheça seu Livro

Cada volume da coleção é dividido em grandes unidades e capítulos. Conheça, a seguir, os boxes e seções do livro.

Abertura da Unidade

Um breve texto indica os conteúdos que serão estudados nos capítulos que compõem cada Unidade.

Abertura de capítulo

Composta de uma foto atual, relacionada a um aspecto do capítulo, e um pequeno texto com questionamentos que serão compreendidos e respondidos ao longo do capítulo.

Saber histórico

Esta seção mostra de que maneira o conhecimento histórico sobre o período a ser abordado na Unidade foi construído por historiadores e estudiosos do tema em questão.

Leituras

Boxe com textos de livros, revistas ou *sites* da internet que tratam de diferentes assuntos abordados nos capítulos.

Para saber mais

Textos que aprofundam e complementam temas tratados nos capítulos. Essa seção pode, em algumas ocasiões, apresentar atividades.

Pontos de vista

Seção que estabelece um diálogo com pesquisadores e suas diferentes concepções sobre um tema, com base em trechos de suas principais obras. Traz ainda uma pequena biografia dos pesquisadores abordados.

Construindo conceitos

Entenda melhor os conceitos fundamentais do ensino de História. Eles são trabalhados com atividades de pesquisa.

Infográfico

Imagens, legendas explicativas e pequenos textos apresentam dados de uma maneira ágil e atraente. Os infográficos colaboram para a fixação de diferentes conteúdos estudados ao longo dos capítulos.

Dialogando com outras disciplinas

Seção interdisciplinar que relaciona assuntos abordados nos capítulos com outras áreas do conhecimento. Ela propõe um projeto de investigação com outra disciplina e aparece em diferentes momentos ao longo do volume.

Vivendo naquele tempo

Conheça o cotidiano de diferentes grupos sociais ao longo da História, analisando suas condições de vida, seus valores e suas práticas sociais.

Atividades

A seção de atividades trabalha com textos de historiadores, imagens, trechos de reportagens e textos interdisciplinares, e está dividida em quatro partes: Retome, Pratique, Analise uma fonte primária e Articule passado e presente.

Enem e vestibulares

Esta seção, localizada no final da Unidade, apresenta exercícios de Enem e de vestibulares de todas as regiões do país.

Sumário

Unidade 1: Para entender o século XX

Bettmann/Corbis/Latinstock

Corbis/Latinstock

Unidade 2: Da Guerra Fria ao século XXI

Danilo Verpa/Folhapress

Arquivo/Agência Estado

Para entender o século XX

A primeira metade do século XX foi marcada por diversos acontecimentos que resultaram em dezenas de milhões de vítimas: as revoluções Mexicana (1910) e Russa (1917); a Primeira Guerra Mundial (1914-1918); a Crise de 1929 e a Grande Depressão na economia mundial; a ascensão de regimes totalitários e a criação dos campos de extermínio; a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e o lançamento de bombas atômicas sobre populações civis. Várias outras guerras localizadas, e não menos violentas, marcaram a segunda metade do século passado.

Para o historiador inglês Eric Hobsbawm, o século XX, como um todo, foi "*o mais mortífero de toda a História documentada. O número total de mortes causadas pelas guerras do século ou associadas a elas foi estimado em 187 milhões de pessoas...*" (HOBSBAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 21.).

Contudo, o século XX não foi um período somente de mazelas e tensões. Foi um tempo de avanços nas relações entre povos e de grandes transformações nas condições de vida das pessoas. Com a criação do avião, de novos meios de comunicação, da internet, as percepções sobre o tempo e o espaço se modificaram. Avanços na Química, na Medicina e na Microbiologia possibilitaram a conservação mais eficaz de alimentos e a cura de muitas doenças.

Foi o século em que se assistiu ao crescimento da população em grandes cidades e a sua submissão a longas jornadas de trabalho, o que alterou hábitos, tradições e relações interpessoais. Foi o tempo da formatação do século XXI, assunto deste volume.

Bettam/Corbis/Latinstock

Saber histórico

Discutindo o século XX

ullstein bild/Getty Images

Operários alemães trabalhando em linha de montagem de motores na cidade de Hannover, em 1928.

Coleção Particular/Arquivo da editora

Registro do centro da cidade de Belém, no estado do Pará, que passava por processo de urbanização no início do século XX. Cartão-postal de 1916.

Acervo Museu da Imigração/Arquivo Público do Estado de São Paulo

Documentos pessoais dos imigrantes, como o passaporte, podem ser utilizados como fonte em pesquisas de historiadores.

Claude Lévi-Strauss/Acervo Instituto Moreira Salles

Na foto de 1937, bonde elétrico na rua Liberdade, cidade de São Paulo, disputando espaço com o gado.

1 A História se acelera?

Você notará que os temas deste volume ocupam muitas páginas, embora o período de tempo correspondente a eles seja relativamente curto. Isso se deve à importância deles para o entendimento do mundo em que vivemos e ao fato de que a "História se acelera". Ou seja, a partir do século XX, os eventos que modificam a realidade sucedem-se mais velozmente do que antes.

Fatores de aceleração da História

- **Boa parte do mundo urbanizou-se rapidamente no século XX:** maior número de aglomerações humanas, cujo ritmo de vida passou a ser acelerado em razão do aumento da velocidade da produção econômica, da divulgação de informações e do transporte de mercadorias e pessoas. Bem diferente do ritmo do mundo antigo, majoritariamente rural, no qual o tempo histórico era regido pelos ciclos do Sol, da Lua, das estações do ano, enfim, do tempo da natureza;
- **A população mundial cresceu enormemente:** no século XX viveram mais pessoas do que em qualquer outra época da humanidade. No fim do século, havia no planeta mais de 6 bilhões de habitantes. Com mais pessoas, houve um número maior de eventos importantes. Também há mais gente interessada e capacitada em registrá-los, narrá-los e comentá-los;
- **O número de historiadores (profissionais ou não) e as fontes à disposição também aumentaram:** a informática auxiliou no resgate de informações sobre o passado e multiplicou a quantidade de acervos documentais, ampliando as fontes de trabalho dos historiadores;
- **Os interesses da pesquisa mudaram:** aceitam-se hoje novos temas, novos objetos de estudo e novas abordagens para explicar, comparar, compreender modos de vida, crenças, soluções econômicas de diferentes sociedades – e de parcelas específicas da sociedade, como as mulheres, os operários, os migrantes, etc. – em épocas e locais diferentes.

2 O socialismo e as guerras

O século XX foi marcado por dois eventos considerados fundamentais para o entendimento das relações político-ideológicas, sociais e econômicas entre os povos: a **Primeira Guerra Mundial** e a **queda da União Soviética e do socialismo no Leste europeu.**

Ao fim da Segunda Guerra, que durou de 1939 a 1945, o mundo foi praticamente dividido em dois blocos de países: um deles, sob influência dos Estados Unidos; o outro, sob liderança da União Soviética. Durante cerca de 50 anos, as duas superpotências entraram em confronto sempre de forma indireta (apoiando os respectivos aliados em conflitos locais) e mantiveram o mundo sob a tensão de uma guerra nuclear que parecia iminente. Esse período ficou conhecido como **Guerra Fria**, cujo fim, em 1989, deu início a uma nova ordem internacional.

Todos esses eventos geraram muitos fatos a serem narrados e analisados. A seleção, a escolha do que se vai ou não estudar e considerar importante, e como se dará a abordagem, tornaram-se questões ainda mais complexas.

Multiplicaram-se também os focos de interesse com base nos quais essa seleção é feita. Assim, ficou mais fácil conhecer outros lados da história que é contada e analisada.

3 A História em múltiplos focos

O surgimento de um espaço para a versão dos derrotados, antes raramente ou quase nunca considerada, é uma mudança historiográfica que não pode ser atribuída a um único autor ou tendência nem a um momento exato. Mas a Segunda Guerra Mundial contribuiu para essa perspectiva dos fatos.

No século XX, as descolonizações na África e na Ásia, bem como o fim do poder absoluto dos conquistadores europeus, também colaboraram para mudar a forma de escrever e explicar a História. Afinal, os povos que se constituem como nações soberanas têm a necessidade de relembrar o período em que foram dominados para dar um sentido ao processo de libertação e de construção nacional. Estimulavam a revisão do passado, com estudiosos adotando novas posturas e atitudes diante dos outros e de si mesmos.

Em diversos países, e particularmente no Brasil, vários grupos oprimidos passaram a buscar, a escrever e a valorizar suas histórias: os negros nas sociedades (aberta ou veladamente) racistas, as mulheres nas sociedades patriarcais e machistas, os trabalhadores, as minorias étnicas, os homens e as mulheres com diferentes orientações sexuais, etc.

Desse modo, várias transformações na maneira de compreender a História como ciência exigiram que ela fosse construída e ensinada de novas formas. Em termos políticos, a emergência das reivindicações de operários, trabalhadores rurais, negros e mulheres, entre outros sujeitos históricos, propiciou novos focos para se conhecer o passado. Isso também contribuiu para a valorização de diferentes fontes de informação.

Se até o início do século XX reinava a produção histórica que explicava o desenvolvimento das nações por meio daqueles que detinham o poder, no período posterior isso mudou. Surgiram novas interpretações que passaram a valorizar os que eram subalternos, como os escravizados e os marginalizados. Assim, o cotidiano e a trajetória desses grupos, seus hábitos, suas crenças e seus posicionamentos ideológicos passaram a ser estudados pelos historiadores. Criavam-se, desse modo, elementos para que a humanidade fosse compreendida de forma mais complexa e abrangente.

Thomas Kienzle/Associated Press/Glow Images

A queda do Muro de Berlim, que ocorreu graças à mobilização popular, é um marco divisor entre o período da Guerra Fria e o da nova ordem internacional. Na foto, populares celebram o fim da Guerra Fria em 10 de novembro de 1989.

Acervo Iconographia/Reminiscências

Manifestação pró-candidatura de Natércia da Cunha Silveira em 1933, ano em que as mulheres conquistaram o direito de voto para a Assembleia Nacional Constituinte.

Carlos Fenerich/Editora Abril

Manifestantes saem às ruas para exigir eleições diretas após 20 anos de ditadura militar no Brasil. Comício realizado em São Paulo, em janeiro de 1984.

CAPÍTULO 1

Um mundo em guerra (1914-1918)

Alita Bobrov/Alamy/Latinstock

Bandeiras nacionais são os símbolos mais significativos para expressar o sentimento nacionalista baseado na territorialidade. Na foto, bandeiras dos países europeus membros da União Europeia, hasteadas na sede da organização, em Luxemburgo. Foto de 2015.

O nacionalismo é um importante fator presente na Primeira Guerra Mundial, tanto em suas origens como nos acordos assinados para que o conflito chegasse ao fim. Esse sentimento é expresso por pessoas que se identificam com o território onde nasceram ou com tradições, hábitos e idiomas herdados de seus antepassados. Será que esse sentimento tem alimentado, até hoje, a rivalidade entre diferentes países?

1 Marcas da guerra

Neste capítulo, o nosso foco é a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) que mobilizou mais de 60 milhões de combatentes. Foi chamada de Grande Guerra até 1939, quando outro conflito de proporções ainda maiores fez com que ela passasse a ser chamada de Primeira Guerra Mundial. Para vários historiadores, esse conflito representou o começo efetivo do século XX.

Cerca de 9 milhões de pessoas morreram e 20 milhões foram feridas. Os sobreviventes tiveram de lidar com o luto, a fome, os ferimentos e as doenças. Os efeitos demográficos dessas mortes acompanharam a Europa por várias décadas.

Ainda hoje, em algumas regiões que foram palco de confrontos, há áreas de acesso proibido ou impróprias para plantação. Existem também áreas em que a vegetação não cresce por causa da contaminação do solo e dos lençóis freáticos provocada pelo uso de armas químicas. Granadas, bombas e minas não detonadas ainda são encontradas em determinadas regiões.

Diante desse quadro, ficam as seguintes reflexões:

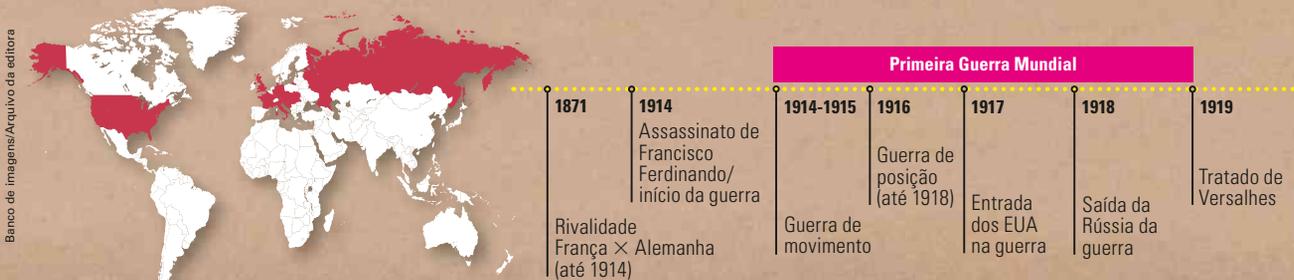
- O conflito entre as nações que se enfrentaram referia-se a interesses de suas populações ou apenas de alguns de seus grupos sociais e políticos?
- As riquezas provenientes do domínio colonial eram concentradas nas mãos de poucos. O ônus do conflito armado que se originou pelas disputas coloniais foi pago apenas por seus beneficiários ou por toda a população?

Soldados caminham em campo devastado na Bélgica. Foto de agosto de 1917.

PhotographeAmateur/adoc-photos/Album/Latinstock

Veja abaixo os períodos e os lugares em que se passaram os principais eventos do capítulo.

Onde e quando

Banco de imagens/Arquivo da editora

Linha do tempo esquemática. O espaço entre as datas não é proporcional ao intervalo de tempo.

2 A política de alianças

No final do século XIX, boa parte do mundo era dominada pelas potências europeias, sobretudo pela Inglaterra. Entretanto, a hegemonia inglesa começava a enfrentar problemas, pois alemães e estadunidenses estavam à sua frente na produção de ferro e aço, matérias-primas fundamentais para a indústria.

Nos Estados Unidos, as indústrias química, elétrica e automobilística se desenvolviam consideravelmente. Na Alemanha, a indústria bélica prosperava com o programa naval de 1900, que visava conquistar um império colonial tardio, despertando a rivalidade britânica.

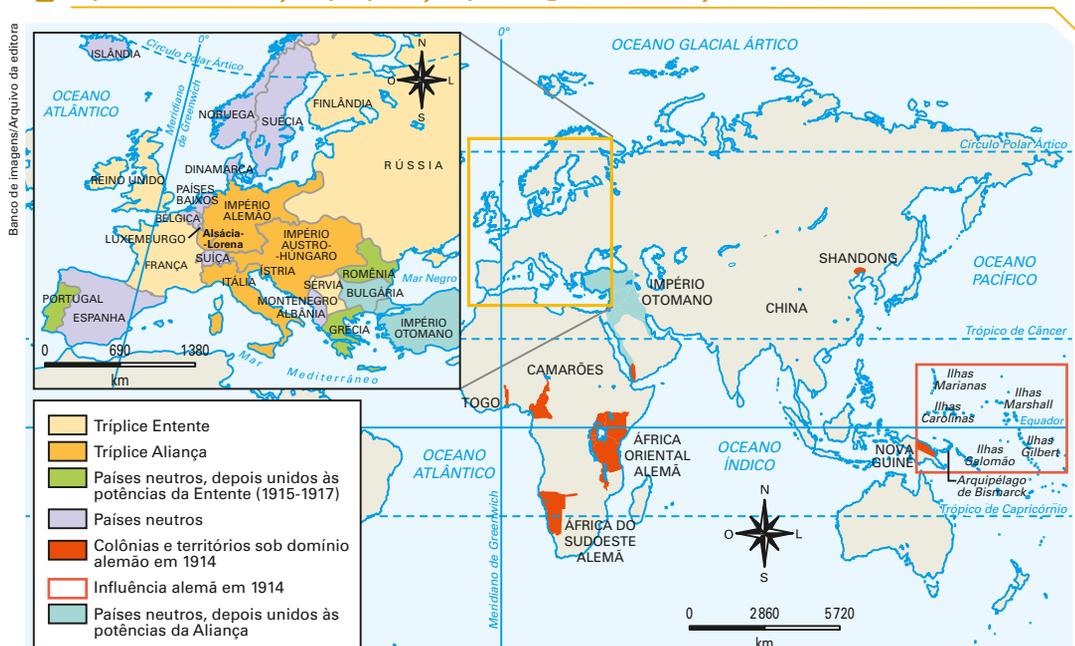
A Inglaterra era responsável por mais da metade do total de capitais investidos em várias partes do mundo e constituía o maior império colonial. Era também uma das maiores potências militares do início do século XX. Contudo, sua hegemonia era ameaçada por outros países imperialistas que exigiam a redivisão colonial, sobretudo na África e na Ásia.

A derrota francesa na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) acarretou a perda da região da Alsácia-Lorena para a Alemanha, o que despertou um espírito de revanche entre os franceses. Em contrapartida, a Alemanha, desde sua unificação, fundamentou sua política externa no isolamento da França, criando um sistema internacional de alianças político-militares que cerceassem o revanchismo francês.

Em 1873, o chanceler alemão Otto von Bismarck (1815-1898) instaurou a **Liga dos Três Imperadores**, da qual faziam parte a Alemanha, a Áustria-Hungria e a Rússia. Entretanto, as divergências entre a Rússia e a Áustria com relação à região dos Bálcãs, originadas do apoio russo às minorias eslavas da região, que almejavam a independência, acabaram com essa aliança em 1878. Em 1882, o *Reich* (império) alemão aliou-se ao Império Austro-Húngaro e à Itália para formar a **Tríplice Aliança**.

A França conseguiu sair do isolamento em 1894, ao firmar um pacto militar com a Rússia. Em 1904, a Inglaterra se aproximou da França, formando o bloco **Entente Cordiale**, que ligava os interesses comuns dos dois países no plano internacional. A partir de então, as hostilidades foram esquecidas para que os dois países enfrentassem um inimigo comum: a Alemanha. A adesão da Rússia à Entente Cordiale originou a **Tríplice Entente**. Assim, passavam a existir na Europa dois blocos antagônicos: a Tríplice Aliança e a Tríplice Entente, que aceleraram a corrida armamentista.

A posição da Itália diante dos blocos era dúbia. Embora fizesse parte da Tríplice Aliança, cultivava sérios conflitos com o Império Austro-Húngaro e chegou a assinar acordos secretos de não agressão com a Rússia e com a França, países da Tríplice Entente.

A política de alianças: preparação para a guerra (começo do século XX)

Adaptado de: CAMERA, Augusto; FABIETTI, Renato. *Elementi di storia XX secolo*. Bologna: Zanichelli, 1999. v. 3, p. 1169.

A expansão territorial alemã colocou em xeque os domínios herdados no século XIX – daí as crescentes tensões entre as potências que rivalizaram na Primeira Guerra Mundial.

3 A questão balcânica

Situada no sudeste da Europa, a região dos Bálcãs engloba países como a Albânia, a Bulgária, a Grécia, entre outros (veja o mapa a seguir). Em fins do século XIX, com o enfraquecimento e desmembramento do Império Turco Otomano, uma intensa disputa entre as grandes potências por seus territórios ganhou força. A intervenção imperialista internacional na região, polarizada pela Tríplice Entente e pela Tríplice Aliança, e as lutas nacionalistas dos diversos povos que faziam parte do Império Turco Otomano originaram sérias crises locais e internacionais.

Pretendendo controlar a região do mar Negro ao mar Egeu, passando pelos Bálcãs, o governo da Rússia defendia o **pan-eslavismo** (união dos povos eslavos) e a independência das minorias nacionais. Sua intenção era unificar os povos eslavos balcânicos, garantindo sua influência sobre as novas nações. Mas a Rússia teve de enfrentar resistência dos governos do Império Austro-Húngaro, protetor do Império Turco, e da Alemanha, que projetava construir a estrada de ferro Berlim-Bagdá, barrando a descida russa pelos estreitos de Bósforo e Dardanelos, pertencentes ao Império Turco. Tal projeto da estrada pela Alemanha abriria acesso às áreas petrolíferas do golfo Pérsico, região de hegemonia inglesa.

O ideal de unificação eslava, encabeçado pela Sérvia e que resultaria na **Grande Sérvia**, tornou-se mais distante quando as regiões da Bósnia e da Herzegovina foram tomadas do domínio turco e anexadas à Áustria-Hungria, em 1908. Desse modo, os sérvios tinham agora de lutar contra os impérios Turco e Austro-Húngaro para conquistar a unidade. Nos anos seguintes, essa situação provocou agitações nacionalistas na região, promovidas pela Sérvia com apoio russo.

Povos balcânicos e vizinhos

Adaptado de: ATLAS da história do mundo. São Paulo: Folha de S.Paulo, 1995. p. 210.

Os povos eslavos pertencem originariamente ao grupo indo-europeu: russos, ucranianos, sérvios, croatas, eslovenos, tchecos, eslovacos, morávios e poloneses, entre outros. A fixação de vários grupos eslavos e de outros povos na região balcânica, favorecendo a diversidade de nacionalidades e de lutas autonomistas, contribuiu para transformá-la em foco de disputas entre as potências, ocasionando o estopim da Primeira Guerra Mundial.

Atentado em Sarajevo

Em 1914, o arquiduque Francisco Ferdinando (1863-1914), herdeiro do trono austro-húngaro, viajou a Sarajevo, capital da Bósnia, com o objetivo de acompanhar manobras militares e afirmar a força da monarquia austro-húngara. Contudo, Francisco Ferdinando foi assassinado por terroristas bósnios em 28 de junho de 1914, num atentado planejado pela organização secreta sérvia Mão Negra, contrária ao domínio austríaco. Em represália, o governo austríaco deu um ultimato à Sérvia, com uma série de exigências que feriam a soberania do país. Os sérvios não aceitaram as exigências.

Em resposta, o Império Austro-Húngaro declarou guerra à Sérvia em meados de 1914. Imediatamente, a Rússia pronunciou-se a favor da Sérvia e, a partir de então, o sistema de alianças foi ativado, resultando na entrada da Alemanha, França e Inglaterra (além da Rússia) no conflito, que se generalizou.

O arquiduque Francisco Ferdinando e sua esposa Sophie, em Sarajevo, em 28 de junho de 1914, momentos antes de serem assassinados.

Time Life Pictures/GettyImages

4 O desenvolvimento do conflito

No esforço de guerra, todos os cidadãos das nações envolvidas no conflito em idade de combate foram recrutados para participar tanto do exército quanto da produção industrial, principalmente de armamentos. Tanques de guerra, encouraçados, submarinos, **obuses** de grosso calibre e a aviação, entre outras inovações tecnológicas da época, eram artefatos bélicos com um poder de destruição até então inimaginável.

obus: arma de artilharia que dispara projéteis explosivos em trajetórias curvas.

De forma sintética, pode-se dizer que o conflito teve duas fases: em 1914, houve a **guerra de movimento** e, de 1915 em diante, **a guerra de trincheiras** ou de **posição** (observe o mapa da página 22). A primeira fase estava relacionada ao **Plano Schlieffen**. Esse plano previa a mobilização de boa parte do exército alemão para invadir o território francês, pela Bélgica e pela Alsácia-Lorena, e render Paris ao final de seis semanas. Alcançado tal objetivo, os alemães acreditavam que estariam livres para enfrentar os russos, direcionando suas tropas para o ataque e a invasão daquele país.

A invasão da Bélgica violou a neutralidade desse país e serviu de pretexto para a Inglaterra declarar guerra à Alemanha. Mesmo assim, a marcha dos exércitos alemães em direção a Paris surpreendeu as tropas francesas. Do lado leste, uma ofensiva russa inesperada, ainda em 1914, obrigou as forças alemãs a se dividirem, deslocando tropas para a região da Prússia Oriental. A França, beneficiando-se do apoio inglês, conteve o fulminante ataque alemão na Batalha do Marne, em setembro do mesmo ano.

Com o fracasso da guerra de movimento, teve início a guerra de posição ou de trincheiras, na qual os soldados combatiam dentro de trincheiras, valas escavadas no chão (ver infográfico nas páginas 20 e 21. Outras potências entraram no conflito, colocando-se ao lado da Tríplice Entente (França, Inglaterra e Rússia): Japão (1914), Itália (1915), Romênia (1916) e Grécia (1917). Ao lado das **potências centrais** (Alemanha e Áustria-Hungria) colocaram-se o Império Turco Otomano (1914) e a Bulgária (1915).

Enquanto na frente ocidental a guerra entrava na fase das trincheiras, na frente oriental ocorria uma sequência de vitórias alemãs, como na Batalha de Tannenberg, na qual 100 mil russos foram aprisionados. Em 1916, em Verdun, frustrou-se nova ofensiva alemã contra a França. Ali, por 9 meses, combateram cerca de 2 milhões de soldados dos dois lados, dos quais 976 mil morreram, sem que houvesse avanço ou recuo na frente de batalha.

O ano de 1917, ao contrário, foi marcado por acontecimentos decisivos para a guerra. As contínuas derrotas russas aceleraram a queda da autocracia czarista, culminando nas revoluções de 1917, que resultaram na instauração do regime socialista. Com a ascensão do novo governo, concluiu-se o **Tratado de Brest-Litovski**, de 1918, que oficializava a saída dos russos da guerra.

Também em 1917, a Alemanha intensificou o bloqueio marítimo à Inglaterra, objetivando deter seus movimentos e interromper seu abastecimento. Até então, os Estados Unidos se mantinham neutros, embora fornecessem alimentos e armas aos países da Entente. Sentindo-se ameaçados pela agressividade marítima alemã, usaram como pretexto o afundamento do transatlântico *Lusitânia*, que resultou na morte de dezenas de passageiros estadunidenses, para declarar guerra contra as potências centrais.

A entrada dos Estados Unidos na guerra, em 1917, com seu imenso potencial industrial e humano, reforçou o bloco liderado pela Inglaterra e pela França, que passou a obter sucessivas vitórias contra os alemães a partir de 1918.

Movimentos populares na Alemanha e a rendição em massa de soldados alemães aceleraram o desmoronamento do Segundo *Reich* alemão e do Império Austro-Húngaro.

A derrota das potências centrais diante da superioridade econômico-militar dos Aliados, como eram denominados os integrantes da Entente, acarretou a renúncia do *kaiser* alemão e a assinatura do armistício, em novembro de 1918. O cessar-fogo foi conseguido por meio de um plano de paz (intitulado **14 pontos de Wilson**) formulado pelo presidente estadunidense Woodrow Wilson (1856-1924), que pregava "uma paz sem vencedores".

Universal History Archive/Getty Images

Cartaz de 1918 que visava arrecadar fundos para o financiamento da Alemanha na guerra. Lê-se: "Empréstimos para ajudar os guardiões da sua felicidade."

Akg-images/Ipress

Cartaz italiano de 1917 convocando todos para o cumprimento do dever, incluindo a participação nas campanhas para "empréstimos" (financiamento) de guerra.

James Montgomery Flagg/Biblioteca do Congresso, Washington, EUA.

Cartaz estadunidense de 1917 em que o Tio Sam, símbolo dos Estados Unidos, convoca voluntários para a guerra.

Imagem de fundo: robert_s/Shutterstock/Glow Images

Valas se estendiam por 600 quilômetros

Retrato mais marcante da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), as linhas de trincheiras surgiram em setembro de 1914, quando os alemães, que haviam invadido a França, foram barrados perto de Paris. Decididos a não retroceder nenhum palmo do território conquistado, eles iniciaram a escavação de valas ao longo de toda a frente de combate. Em resposta, os aliados também cavaram os próprios abrigos. Em poucos meses, as linhas de trincheiras estenderam-se da Suíça até o litoral norte da França, por mais de 600 quilômetros. Foi então que começou um longo e angustiante impasse. Os dois lados tentavam quebrar a guarda do oponente com ataques e contra-ataques em massa. Ficavam separados por uma faixa de lama e cadáveres com menos de 300 metros de extensão, a "terra de ninguém". Durante os anos da guerra, viver nas trincheiras tornou-se uma mistura de miséria, coragem e horror.

TRINCHEIRAS

As trincheiras tinham cerca de 2,30 m de profundidade por 2 m de largura. Eram revestidas por sacos de areia para amortecer o impacto de balas e estilhaços. Se o inimigo tomasse a primeira linha, os defensores recuavam para outras.

ARMAS QUÍMICAS

Os exércitos utilizaram dezenas de milhares de toneladas de gás de diferentes agentes tóxicos durante a guerra. Essas armas foram responsáveis pela morte de 90 mil soldados e cerca de 1,2 milhão de enfermos. Alguns soldados preferiam abandonar a trincheira e serem fuzilados a enfrentar a nuvem do letal gás mostarda acumulado nas valas.

ARAME FARPADO

Para retardar os ataques, uma rede de arame farpado, com até 30 m de largura, era instalada à frente das trincheiras. Enquanto os soldados lutavam para cruzar o emaranhado de fios, eram vítimas fáceis de atiradores inimigos.

Aventuras na História. São Paulo: Abril, ed. 10 jun. 2004. p. 6-7. Adaptado.

Bettman/Corbis/Latinstock

Apesar da proibição do uso de armas químicas, estabelecida pela Convenção Internacional de Haia, assinada em 1899, os alemães tomaram a iniciativa de usá-las em 1915, seguidos pelos seus inimigos, que também as adotaram até o final do conflito em 1918. Foram mais de 35 mil toneladas de gases letais (asfixiantes ou tóxicos) utilizados nessa guerra, metade deles pelos alemães. Em 1925, foram novamente proibidos (produção e estocagem) pelo Protocolo de Genebra. Na foto, soldados e cães alemães com máscaras antigases. Data incerta, entre 1916 e 1918.

Cenário da Primeira Guerra Mundial (1914-1918)

Banco de imagens/Arquivo da editora

Potências Centrais
Potências da Entente (Aliados)
Países neutros
Países que se uniram depois às Potências Centrais
Países que se uniram depois às Potências da Entente
Linha de trincheiras em novembro de 1914
Contingente das Forças Armadas

Número estimado de mortos (1914 a 1918)

Até 650 000
Até 1 300 000
Mais de 1 300 000

Fase inicial
Fase final

Fronteiras anteriores à guerra
Linha do *front* (11 de novembro de 1918)
Ofensivas das Potências Centrais
Ofensivas dos Aliados

Adaptado de: ATLAS da história do mundo. São Paulo: Folha de S.Paulo, 1995. p. 248-249.

A Primeira Guerra Mundial começou com uma grande ofensiva das tropas alemãs e desembocou nas trincheiras, com poucos avanços ou recuos.

Leituras

Leia, a seguir, alguns depoimentos de soldados que entraram em combate durante a Primeira Guerra Mundial. Com esses depoimentos você poderá conhecer mais o cotidiano dos conflitos e a vida nas trincheiras.

Depoimentos de quem lutou na guerra

O equilíbrio das forças em conflito a partir de 1915 fez com que a guerra se configurasse como uma guerra de trincheiras, visando manter posição e desenvolver combates para tomar territórios ao outro exército. A guerra de trincheiras foi extremamente cruel, e chegou-se ao uso de armas químicas – os gases venenosos – para tentar contornar os impasses.

"Ainda estou atolado nessa trincheira. [...] Não me lavei, nem mesmo cheguei a tirar a roupa, e a média de sono, a cada 24 horas, tem sido de duas horas e meia." (Capitão E. G. Venning, França)

"Em geral, para dormirmos aquecidos, deitávamos uns junto aos outros, dividindo cobertores – cada homem levava dois. O frio, no entanto, se mostrou preferível à lama (formada com o degelo). [...] Pelo menos, podíamos nos mover." (Sargento E. W. Wilson, Rio Somme)

"O campo de batalha é terrível. Há um cheiro azedo, pesado e penetrante de cadáveres. Homens que foram mortos no último outubro estão meio afundados no pântano e nos campos de nabos em crescimento. [...] Um pequeno veio de água corre através da trincheira, e todo mundo usa a água para beber e se lavar; é a única água disponível. Ninguém se importa com o inglês pálido que apodrece alguns passos adiante." (Rudolf Binding, que serviu numa das divisões da Jungdeutschland)

"Na verdade, gentileza e compaixão com os feridos foram talvez as únicas coisas decentes que vi na guerra. Não é raro ver um soldado inglês e outro alemão lado a lado, num mesmo buraco, cuidando um do outro, fumando calmamente." (Tenente Arthur C. Young, França, 16 de setembro de 1916).

Documentos compilados por MARQUES; BERUTTI; FARIA. *História contempo-rânea através de textos.* 11. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 119-120.

- A coleta de depoimentos sobre o passado recente é um método importante para os pesquisadores que trabalham com História oral. Por meio dela, é possível registrar a maneira pela qual determinados grupos sociais excluídos da História oficial, como operários e indígenas, vivenciaram determinadas experiências e que visão construíram delas. No entanto, é sempre preciso ter em mente que as lembranças que as pessoas guardam do passado dependem da forma como estas foram processadas pela memória e que elas refletem a visão de mundo característica do grupo social ao qual essas pessoas pertencem.

Hulton-Deutsch Collection/Corbis/Latinstock

Soldados búlgaros comem em trincheira. Foto de 1915, aproximadamente.

Tendo isso em mente, releia os depoimentos e responda:

a) Os depoimentos foram colhidos na mesma época? Justifique sua resposta.

b) Os depoimentos têm alguma coisa em comum? Explique.

c) Os depoentes citados são do sexo masculino. Como as mulheres vivenciaram a Primeira Guerra Mundial? Faça uma pesquisa sobre as condições de vida enfrentadas pelas mulheres dos países em guerra nesse período.

d) Que associação podemos fazer entre memória e identidade?

As características da guerra

Para a época em que ocorreu, a Grande Guerra teve uma duração incomum. Inicialmente, os países envolvidos esperavam uma guerra de movimento, rápida, na qual as tropas se deslocam e conquistam outro território. No entanto, nenhuma potência conseguiu vantagem suficiente para sobrepor-se à outra e vencer o conflito. Assim, passou a prevalecer uma guerra de posição, em que o objetivo era não perder terreno e buscar a conquista, pouco a pouco, dos territórios do inimigo, o que tornou as trincheiras a marca registrada da Primeira Guerra Mundial.

Em termos de extensão, a amplitude do conflito também merece destaque. Pela primeira vez, todos os grandes países da Europa entravam em guerra ao mesmo tempo. O conflito foi resultado do sistema de "paz armada", que juntava o armamentismo com alianças que se estendiam pelos continentes com base em interesses comuns entre os governantes dos países. A África foi envolvida na Grande Guerra, pois a maior parte do seu território era composta de colônias europeias. Na Ásia, o governo japonês viu mais vantagens em participar do conflito do que se manter neutro e declarou guerra à Alemanha, interessado nas bases alemãs na China. Os chineses, por sua vez, entraram na guerra, pelo menos nominalmente, para não se inferiorizarem diante do Japão. O Império Turco Otomano foi arrastado para a guerra ao lado da Áustria e da Alemanha.

Em termos de intensidade, a Primeira Guerra Mundial pode ser considerada a primeira experiência de "**guerra total**", aquela que exige que todos os habitantes de um país e todas as suas forças se voltem para sustentar as tropas com recursos materiais e humanos. Como os Estados envolvidos no conflito passaram a dirigir a economia para o esforço nacional de guerra, atingir a economia e a produção do inimigo passou a ser uma estratégia. O resultado foi um elevado número de mortes de civis. O conflito também impulsionou o avanço tecnológico bélico e utilizou recursos psicológicos: bombardeava-se a população civil nas cidades distantes dos *fronts* para abater o moral dos adversários. Essa prática seria tristemente comum nas guerras do século XX.

Ruínas da cidade de Ypres, na Bélgica, destruída pelos alemães durante a Primeira Guerra Mundial.

Print Collector/GettyImages

Construindo conceitos

Guerra Total

Atualmente, os noticiários de televisão e os jornais impressos trazem informações sobre diversos conflitos armados no mundo. Nas imagens, vemos cidades bombardeadas, miséria, evasão de refugiados, populações aterrorizadas e centenas de perdas humanas. Esse tipo de guerra é uma experiência predominantemente contemporânea, impondo-se desde o início do século XX, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Até o século XIX, os conflitos armados entre as nações eram travados, na maioria das vezes, por razões específicas, em geral, envolvendo a disputa de um território. Um corpo militar profissional e devidamente treinado enfrentava o inimigo em campos de batalha distantes das áreas urbanas. O conflito terminava com a rendição de um dos exércitos, cujos chefes militares aceitavam a derrota, em virtude da destruição de seu poderio bélico e da superioridade do oponente.

Na medida do possível, a população civil observava a guerra a distância, recebendo notícias pelos mais diferentes meios, como pelos parentes e amigos militares envolvidos no conflito ou pela imprensa escrita.

A partir da Primeira Guerra Mundial esse quadro efetivou novos contornos. Os objetivos da guerra não se limitavam a derrotar o exército inimigo, mas em aniquilar a nação oponente em conflito. Os contingentes militares foram expandidos, graças à convocação obrigatória da população civil e propagandas nacionalistas que incentivavam o alistamento voluntário. As cidades tornaram-se alvo prioritário, visto que a nação oponente, e não apenas o seu corpo militar, era considerada inimiga.

Essa guerra sem fronteiras envolvia toda a economia das nações em conflito, direcionando os setores produtivos e a pesquisa tecnológica para a fabricação de armas, munições, uniformes, equipamentos e instrumentos de guerra, como blindados, aviões e bombas. Muitas fábricas foram adaptadas para a nova produção, trabalhadores foram treinados e um novo contingente populacional foi convocado para trabalhar nas linhas de produção e participar do esforço de guerra: as mulheres.

O historiador Eric Hobsbawm (1917-2012) analisou essas transformações no seu livro *Era dos extremos*: *o breve século XX (1914-1991)*, publicado em 1994, caracterizando a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais como um único grande conflito que marcou a "Era da Guerra Total", entre 1914 e 1945. A destruição sem precedentes do continente europeu e a morte de mais de 50 milhões de pessoas durante os anos do conflito foram resultado da expansão capitalista dos países em conflito. Segundo Hobsbawm, a Primeira Guerra foi travada como um tudo ou nada:

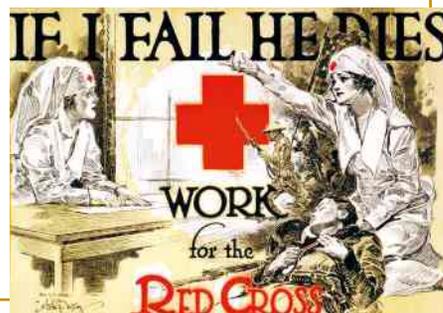
> [...] essa guerra, ao contrário das anteriores, tipicamente travadas em torno de objetivos específicos e limitados, travava-se por metas ilimitadas. Na Era dos Impérios a política e a economia se haviam fundido. A rivalidade política internacional se modelava no crescimento e competição econômicos, mas o traço característico disso era precisamente não ter limites. [...] Mais concretamente, para os dois principais oponentes, Alemanha e Grã-Bretanha, o céu tinha de ser o limite, pois a Alemanha queria uma política e posição marítima globais como as que então ocupava a Grã-Bretanha, com o consequente relegamento de uma já declinante Grã-Bretanha a um *status* inferior.
>
> HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos:* o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 37.

Boa parte das guerras travadas durante os séculos XX e XXI se assemelharam à **guerra total** travada pelas potências mundiais no início do século passado. Foram conflitos extremamente violentos, capazes de destruir países e cidades inteiras, exterminar elevados contingentes populacionais e envolver um esforço de guerra impressionante, que levava os países envolvidos ao esgotamento econômico.

Assim, a noção de guerra total se mantém no horizonte dos conflitos entre os povos, indicando que sua destruição ultrapassa com frequência os agentes militares envolvidos nas decisões tomadas.

Agora, faça o que se pede:

- Em dupla, façam uma busca em alguns *sites* de notícias e procurem informações sobre conflitos internacionais em curso. Selecionem um desses conflitos e desenvolvam uma pesquisa mais aprofundada sobre as origens e as razões do conflito, os países envolvidos, os territórios e regiões que sofreram algum tipo de ataque. Organizem essas informações num painel e apresentem para a classe.

Pôster de recrutamento da Cruz Vermelha durante a Primeira Guerra Mundial, no qual se lê: "Se eu falhar, ele morre". Produzido por Arthur McCoy em 1918.

The Granger Collection/Glow Images

Os tratados de paz: sementes de uma nova guerra

Com o fim das operações militares, os vitoriosos reuniram-se em 1919 no Palácio de Versalhes, nos arredores de Paris, para as decisões do pós-guerra. O encontro foi dirigido pelo presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, e os chanceleres David Lloyd George (1863-1945), da Inglaterra, e Georges Clemenceau (1841-1929), da França.

O presidente estadunidense propôs um plano que foi inviabilizado por diversos acordos paralelos e, principalmente, por pressão da França e da Inglaterra. As conversações resultaram no **Tratado de Versalhes**, que considerou a Alemanha culpada pela guerra e criou uma série de determinações que visavam enfraquecê-la e desmilitarizá-la.

Esse tratado estabeleceu a devolução da Alsácia-Lorena à França e o acesso da Polônia ao mar por uma faixa de terra que atravessava a Alemanha e desembocava no porto livre de Dantzig, o "corredor polonês". O governo da Alemanha perdeu todas as suas colônias ultramarinas e parte de seu território europeu. Perdeu também a artilharia e a aviação; passou a ter um exército limitado a 100 mil homens e ficou proibido de construir navios de guerra. Foi ainda obrigado a indenizar as potências aliadas pelos danos causados, em um total aproximado de 30 bilhões de dólares, valor que foi renegociado na década de 1920 até ser extinto em 1932. O Tratado de Versalhes também oficializou a criação da **Liga das Nações**, um fórum internacional que pretendia garantir a paz mundial. Essa pretensão, porém, não se concretizou, pois a liga não contou no início com a participação dos governos da Alemanha e da Rússia nem do próprio país que a idealizara e que se transformara na maior potência mundial: os Estados Unidos. Por discordar de muitas das decisões de Versalhes, o governo estadunidense preferiu assinar um acordo de paz com o governo alemão em separado.

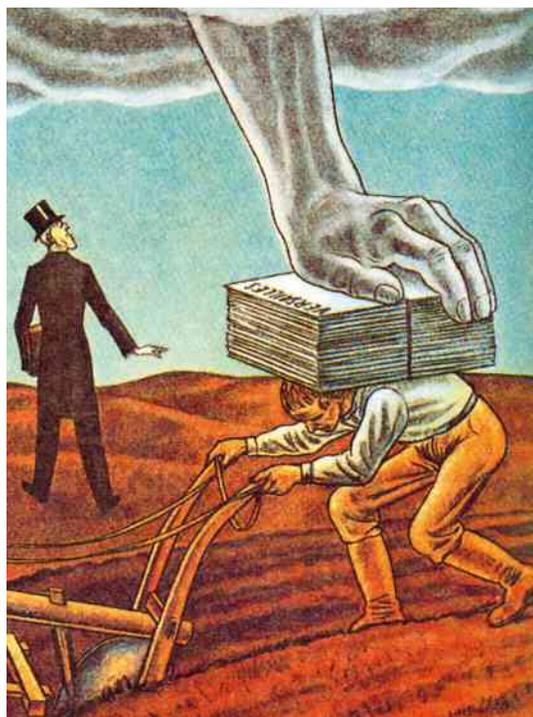
Também em 1919, o Império Austro-Húngaro foi desmembrado pelo **Tratado de Saint Germain**. O governo da Áustria perdeu a saída para o mar e foi obrigado a reconhecer a independência da Polônia, da Tchecoslováquia e da Hungria e a criação do Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos (que, em 1929, adotaria o nome de Iugoslávia), perdendo, assim, a maior parte de seu território. Com a Hungria foi assinado o Tratado de Trianon e com a Bulgária, o Tratado de Neuilly.

Lt. M. S. Lentz/Corbis/Latinstock

Uma grande multidão estava presente no Salão dos Espelhos do Palácio de Versalhes, França, durante a assinatura do tratado de paz, em 28 de junho de 1919.

Desse modo, os tratados assinados entre 1919 e 1921 selaram a desintegração territorial dos impérios Austro-Húngaro e Turco Otomano (Tratado de Sèvres, depois reformado pelo Tratado de Lausanne). Quanto ao Império Alemão, seria extinto por uma revolução em novembro de 1918.

Os tratados que puseram fim à guerra determinaram também o início da consolidação da independência de novos Estados, cujas soberanias foram ratificadas pelas populações envolvidas por meio de plebiscitos. Tais países, quase todos situados na península Balcânica e constituídos de etnias eslavas, passaram a integrar as novas áreas de atuação dos interesses das potências vencedoras.

Somado ao fato de que essas potências conseguiram manter praticamente intactas suas possessões na África e na Ásia, verificou-se, na década de 1920, o fortalecimento da supremacia econômica e financeira dos Estados Unidos, seguidos de perto pela Inglaterra e França. Vinte anos mais tarde, essa supremacia seria contestada pelo revanchismo alemão, que não havia morrido em Versalhes nem nos acordos posteriores.

Nesta caricatura de E. Schilling, de 1919, as determinações de Versalhes são representadas como um fardo pesado para o povo alemão.

As novas nações europeias

Estados vencedores
Estados vencidos
Estados novos
Territórios submetidos a plebiscito
Ocupação armada
Fronteira do Império Alemão em 1914
Fronteira do Império Austro-Húngaro em 1914
Fronteira do Império Russo em 1914
Territórios perdidos pelos alemães
Territórios contestados
Fronteiras em 1923

Adaptado de: BARRACLOUGH, Geoffrey. *Atlas da história do mundo*. São Paulo: Times Books/Folha de S.Paulo, 1995. p. 240-241.

Atividades

Retome

1. No início do século XX, a Inglaterra era a maior potência capitalista. Contudo, sua hegemonia vinha sendo abalada pelo crescimento econômico de dois países concorrentes. Identifique-os e explique o crescimento desses dois países.

2. A passagem do século XIX para o século XX foi marcada pela formação de dois poderosos blocos militares na Europa.
   a) Quais eram esses blocos?
   b) Que países europeus compunham cada uma dessas alianças militares e que interesses as motivavam?

3. Uma questão central na geopolítica da Europa no início do século XX foi o conflito nos Bálcãs. Explique-a.

4. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) teve duas fases: a primeira foi caracterizada pelo deslocamento de tropas; e a segunda, pela guerra de trincheiras.
   a) Qual é a relação da primeira fase do conflito com o Plano Schlieffen, colocado em prática pelos alemães?
   b) Consulte o infográfico Trincheiras da morte nas páginas 22 e 23 e, com base nele, descreva a guerra de trincheiras.
   c) Releia as condições impostas à Alemanha ao final da Primeira Guerra e indique por que elas não favoreciam a concretização de um clima de paz na Europa.

Pratique

5. Leia o trecho a seguir.

> Temos como certo que a guerra moderna envolve todos os cidadãos e mobiliza a maioria; é travada com armamentos que exigem um desvio de toda a economia para a sua produção, e são usados em quantidades inimagináveis; produz indizível destruição e domina e transforma absolutamente a vida dos países nela envolvidos. Contudo, todos esses fenômenos pertencem apenas às guerras do século XX. Na verdade, houve guerras tragicamente destrutivas antes, e mesmo guerras que anteciparam os esforços totais da guerra moderna, como na França durante a Revolução. Até hoje, a Guerra Civil de 1861-5 continua sendo o conflito mais sangrento da história dos EUA: matou tantos homens quanto todas as guerras posteriores do país juntas, incluindo as duas mundiais, a da Coreia e a do Vietnã. Apesar disso, antes do século XX, guerras envolvendo toda a sociedade eram excepcionais. [...].
>
> O monstro da guerra total do século XX não nasceu já do seu tamanho. Contudo, de 1914 em diante, as guerras foram inquestionavelmente guerras de massa. Mesmo na Primeira Guerra Mundial, a Grã-Bretanha mobilizou 12,5% de seus homens para as Forças Armadas, a Alemanha 15,4 %, e a França quase 17%. [...]
>
> Podemos observar de passagem que um tal nível de mobilização de massa, durante anos, não pode ser mantido, a não ser por uma economia industrializada de alta produtividade e – ou alternativamente – em grande parte nas mãos de setores não combatentes da população. As economias agrárias tradicionais não podem em geral mobilizar uma proporção tão grande de sua força de trabalho, a não ser sazonalmente, pelo menos na zona temperada, pois há momentos no ano agrícola em que todos os braços são necessários (por exemplo, para a colheita). Mesmo em sociedades industriais, uma tão grande mobilização de mão de obra impõe enormes tensões à força de trabalho, motivo pelo qual as guerras de massa fortaleceram o poder do trabalhismo organizado e produziram uma revolução no emprego de mulheres fora do lar: temporariamente na Primeira Guerra Mundial, permanentemente na Segunda.
>
> Também neste caso, as guerras do século XX foram guerras de massa, no sentido de que usaram, e destruíram, quantidades até então inconcebíveis de produtos durante a luta. [...]
>
> Mas a produção também exigia organização e administração – mesmo sendo seu objetivo a destruição racionalizada de vidas humanas de maneira mais eficiente, como nos campos de extermínio alemães. Falando em termos mais gerais, a guerra total era o maior empreendimento até então conhecido do homem, e tinha de ser conscientemente organizado e administrado.
>
> HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 51-52.

Agora, faça o que se pede.

a) A Primeira Guerra Mundial foi a primeira “guerra total” da História. Em que aspecto ela se diferenciou das guerras anteriores?

b) Basta uma guerra produzir muitos mortos e envolver muitos países para que ela seja classificada como uma “guerra total”?

c) Por que a “guerra total” é característica das sociedades altamente industrializadas?

d) Se a “guerra total” consome uma quantidade inimaginável de recursos e produz um número imenso de mortes e mutilados, a quem ela interessa? Justifique a sua resposta.

6. Observe a imagem a seguir. Depois, resolva a atividade proposta.

J. Cussac/Biblioteca do Congresso, Washington, Estados Unidos

Litografia produzida na França entre 1914 e 1918 na qual se lê: “Os alsacianos e lorenos são franceses!”

a) Qual era a situação das regiões da Alsácia-Lorena no período em que a gravura foi publicada?

b) Quais atrativos possuía a Alsácia-Lorena que justificassem as disputas por seus territórios? Pesquise em enciclopédias, livros ou *sites*.

c) Na gravura, a Alsácia-Lorena é corporificada como uma mulher. Descreva-a, atentando para suas vestimentas, expressão facial, atitude e postura corporal.

d) A gravura dá alguma pista do que ocasionou o aprisionamento da Alsácia-Lorena? Explique.

e) Observe o mapa a seguir no qual estão identificados os dialetos falados na região da Alsácia-Lorena no século XIX. Com base nele, podemos afirmar que os habitantes da região apresentavam identidade inquestionavelmente francesa? Por quê?

Dialetos na região da Alsácia-Lorena no século XIX

Banco de imagens/Arquivo da editora

Fonte: ATLAS Wenker Digital (DiWA). Disponível em: <www.diwa.info>. Acesso em: 29 abr. 2016.

7. No romance *As aventuras do bom soldado Švejk*, publicado originalmente no início da década de 1920, o escritor tcheco Jaroslav Hašek (1883-1923) escreve a seguinte passagem:

> — Então eles mataram nosso Ferdinand – disse a empregada ao senhor Švejk, que abandonara havia alguns anos o serviço militar por ter sido declarado definitivamente idiota por uma junta médica do exército e vivia da venda de cães, monstruosos vira-latas para os quais inventava falsas genealogias.
>
> Afora esta ocupação, sofria de reumatismo e, naquele exato momento, estava massageando os joelhos com uma pedra de cânfora.
>
> — De qual Ferdinand está falando, senhora Müllerová? – perguntou Švejk, sem parar de massagear os joelhos [...]
>
> — Meu caro senhor, estou me referindo ao arquiduque Ferdinand, o de Konopiště, aquele homem gordo e piedoso.
>
> — Virgem santa! – exclamou Švejk. – Que história! E onde o arquiduque foi morto?
>
> — Levou um tiro de revólver em Sarajevo quando passeava de automóvel com a arquiduquesa, senhor.
>
> — Então vejamos, senhora Müllerová... No automóvel... Bem, um senhor como ele pode se permitir tal luxo, mas não seria capaz de imaginar que um passeio desses acabaria mal. E ainda por cima em Sarajevo, que fica na Bósnia, senhora Müllerová! Deve ter sido coisa dos turcos. Não deveríamos ter lhes tomado, em hipótese alguma, a Bósnia-Herzegóvina. Ora, ora. [...]
>
> HAŠEK, Jaroslav. *As aventuras do bom soldado Švejk*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2014. p. 15.

a) O diálogo entre o personagem Švejk e sua empregada na abertura do romance de Hašek refere-se a um importante acontecimento que marcou a história do século XX. Identifique o acontecimento e explique seus desdobramentos políticos.

b) O acontecimento narrado foi provocado pelos turcos, como sugere o protagonista? Explique.

c) A hipótese do envolvimento turco no conflito é coerente com o cenário político vivido pela Europa no início do século XX? Justifique.

8. Analise a tabela abaixo e faça o que se pede adiante.

Gastos militares da Alemanha, Áustria-Hungria, Grã-Bretanha, Rússia, Itália e França

Ano	**Valor** (milhões de libras)
1880	132
1890	158
1900	205
1910	288
1914	397

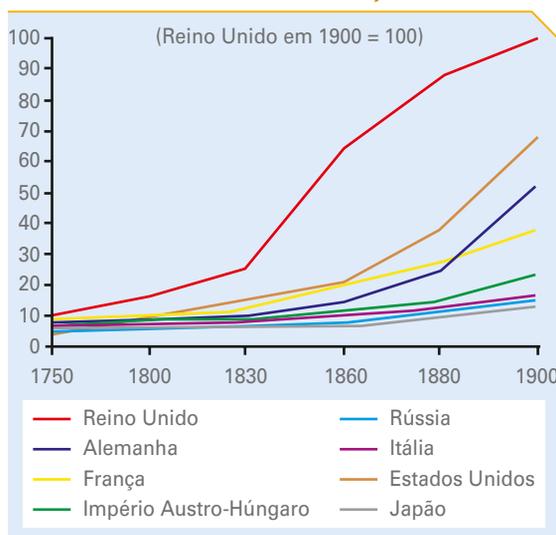
Apud HOBSBAWM, Eric. *A era dos impérios* (1875-1914). 7.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 479.

a) O que a tabela mostra?

b) O que os países cujos gastos militares são avaliados pela tabela no período de 1880-1914 têm em comum?

c) Em que período da tabela o investimento no setor militar foi maior?

d) O gráfico abaixo mostra os níveis relativos de industrialização dos países europeus entre 1750 e 1900. Que relação é possível estabelecer entre ele e a tabela anterior?

Níveis relativos de industrialização (1750-1900)

Fonte: BAIROCH, Paul. International Industrialization Levels from 1750 to 1980. *Journal of European Economic History (JEEH)* 11, 1982, p. 269.

e) Com base nos dados da tabela, elabore, com suas palavras, um pequeno texto sobre a "paz armada", que antecedeu a eclosão da Primeira Guerra Mundial.

9. Observe com atenção a imagem abaixo e leia o texto que a acompanha. A seguir, com base nas fontes, responda: de que maneira a Primeira Guerra Mundial transformou a vida da humanidade no Ocidente?

Mulheres trabalham em fábrica de munições, propriedade do Estado, na Inglaterra. Foto de julho de 1917.

A Primeira Guerra Mundial matou mais de oito milhões de soldados e 6,5 milhões de civis. Ainda que impressionantes, esses números são bem inferiores aos do segundo conflito mundial, que vitimou quase 50 milhões de pessoas e contou com um dos maiores genocídios da História e com um de seus maiores vilões, Adolf Hitler. Não é de se estranhar, portanto, que a Segunda Guerra receba mais atenção da cultura popular [...]. Mas essa disparidade é injusta: a guerra iniciada em 1914 mudou o mundo para sempre – e pavimentou o caminho para a que veio depois.

Nada semelhante havia acontecido antes. A explosão de uma guerra com aquelas proporções foi algo chocante. "Para os que cresceram antes de 1914, o contraste foi tão impressionante que muitos [...] se recusaram a ver qualquer continuidade com o passado. 'Paz' significava 'antes de 1914': depois disso veio algo que não mais merecia esse nome", escreveu o historiador britânico Eric Hobsbawm no livro *Era dos extremos*. Para ele, o conflito representa o fim do que ainda se ensina no Brasil como "Era Contemporânea" (iniciada com a Revolução Francesa), e marca o nascimento de um novo período histórico: o "Curto Século 20", que acabou com o fim da União Soviética em 1991.

100 anos da Primeira Guerra. Disponível em: <http://guiadoestudante.abril.com.br/100-anos-primeira-guerra-mundial/mudanca.html>. Acesso em: 25 abr. 2016.

Analise uma fonte primária

10. Observe a imagem a seguir. Trata-se de um pôster britânico, divulgado logo após o final da Primeira Guerra Mundial. No topo, lemos "Uma vez alemão, sempre alemão". Na base, "Lembre-se: cada alemão empregado significa um britânico ocioso; cada artigo alemão vendido significa um artigo britânico encalhado". No centro, a cruz de uma cova estampa o nome da enfermeira Edith Cavell, fuzilada pelos alemães e considerada internacionalmente uma heroína da Primeira Guerra.

The Bridgeman Art Library/Keystone Brasil

Pôster divulgado na Inglaterra pela British Empire Union após o término da Primeira Guerra Mundial, que propagava o antigermanismo.

a) Ao final da guerra, qual era a imagem do povo alemão disseminada pelos seus adversários? Elabore sua resposta utilizando elementos do pôster.

b) Relacione o pôster acima ao acirramento da concorrência entre as potências industrializadas europeias no século XX.

c) O pôster pode ser visto como uma antecipação do espírito que nortearia a assinatura do Tratado de Versalhes? Explique.

Articule passado e presente

11. A notícia a seguir foi publicada em outubro de 2010, na revista *História Viva* e trata da quitação da dívida imposta à Alemanha pelo Tratado de Versalhes em 1919. Leia a matéria e responda às questões que a acompanham.

Como todos sabem, a Primeira Guerra Mundial terminou em 1918. Mas não para a Alemanha. Só no dia 3 deste mês o país quitou a dívida que contraiu após assinar o Tratado de Versalhes, acordo imposto em 1919 pelas nações vencedoras que determinou o pagamento de uma quantia para reparação dos danos causados pelos germânicos durante o conflito.

Entre outras coisas, o acordo obrigava a Alemanha a abrir mão de uma série de territórios conquistados nas décadas anteriores à Grande Guerra e a pagar aos Aliados uma indenização de 269 bilhões de marcos, valor equivalente a 96 toneladas de ouro. Essas imposições levaram o país à falência na década de 1920 e criaram o cenário ideal para a ascensão do partido de Hitler. Para muitos historiadores, não haveria nazismo se não fosse a miséria dos germânicos no pós-Primeira Guerra.

Segundo o jornal alemão *Der Spiegel*, o pagamento dessa dívida foi interrompido durante os anos do nazismo e renegociado várias vezes durante o último século. A última proposta de parcelamento do débito foi elaborada logo após a queda do Muro de Berlim, quando o país recém-unificado concordou em pagar um montante equivalente a 125 milhões de euros em prestações anuais. A primeira foi cobrada em 3 de outubro de 1990 e só agora, 92 anos após o fim da Primeira Guerra, os germânicos se livraram da dívida centenária.

ALEMANHA quita dívida da Primeira Guerra. *História Viva*. Disponível em: <www2.uol.com.br/historiaviva/noticias/alemanha_quita_divida_da_primeira_guerra.html>. Acesso em: 18 fev. 2016.

a) De acordo com o texto, como se explica a quitação da dívida alemã ter demorado tanto tempo?

b) A punição imposta à Alemanha após a Primeira Guerra teve que resultados para a Europa?

c) Hoje a Alemanha é a maior credora da Grécia, país que integra a União Europeia e que atravessa profunda recessão. O governo alemão tem se mostrado bastante resistente diante das tentativas do governo grego em negociar sua dívida. Considerando os desdobramentos da assinatura do Tratado de Versalhes, você acha que o governo da Alemanha deveria negociar a dívida grega ou deve ser inflexível e cobrar do governo da Grécia o que ele deve? Justifique.

CAPÍTULO 2

A Revolução Russa

andreevarf/Shutterstock

Monumento *O operário e a camponesa*, o mais célebre trabalho da escultora nascida em Riga, Vera Mukhina. A obra foi exibida pela primeira vez no pavilhão da União Soviética na Exposição Internacional de Artes, Ofícios e Ciências de Paris, inaugurada em 1937. Depois da exposição, ela foi instalada em Moscou, na Rússia, onde está até hoje. Foto de 2015.

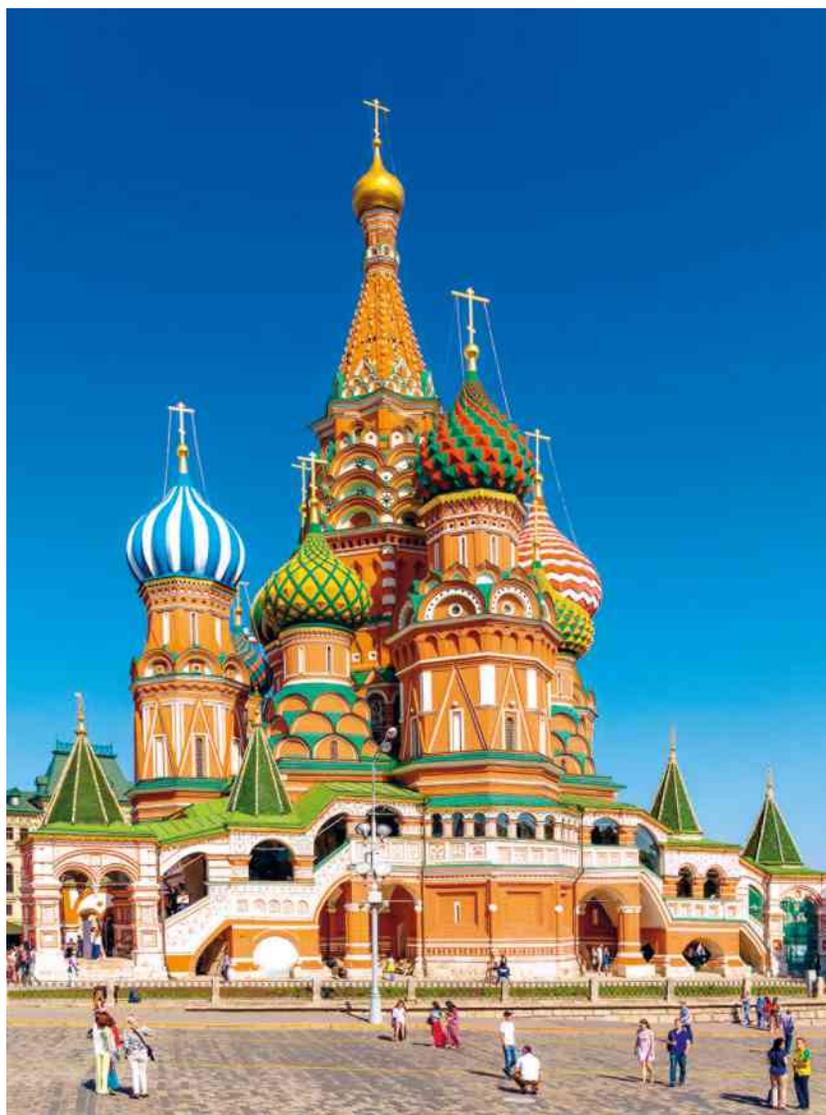
Nos anos iniciais da Revolução Russa, foi grande e intensa a participação dos trabalhadores do campo e da cidade na condução dos acontecimentos. O reconhecimento de sua importância política e econômica se expressava em monumentos como o da foto acima, homenageando tanto o operário urbano como o trabalhador rural, homens e mulheres, apresentados em condição de igualdade. Será que essa intenção de igualdade se estabeleceu de fato no cotidiano da população? No mundo atual, qual tem sido o papel da classe trabalhadora?

1 1917: a Rússia como eixo revolucionário

A Grande Guerra teve profundas implicações para o Império Russo. As seguidas derrotas e o avanço alemão minaram o governo dos czares (imperadores) que, em março de 1917, acabou sendo deposto. O novo governo revolucionário manteve a Rússia ao lado dos aliados na guerra sem conseguir reverter o fracasso nas frentes de batalha.

Em novembro de 1917, eclodiu a Revolução Socialista, também conhecida como Revolução Russa, que implantou uma nova forma de organização social e política, inspirada nas ideias socialistas surgidas no século XIX. Além da novidade de forçarem uma ruptura social e política inédita, fundando o primeiro país socialista do mundo, os desdobramentos dessa revolução se refletiram internacionalmente por todo o século XX.

De um lado, o sucesso da Revolução originou a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), fundada com a Constituição de 1923, que em pouco mais de duas décadas chegou à condição de superpotência mundial, disputando com os Estados Unidos a hegemonia do cenário político internacional. De outro, o movimento revolucionário não obteve êxito em criar uma sociedade efetivamente igualitária como pretendia, não mantendo coerência em relação a seus princípios iniciais.

Veja abaixo os períodos e os lugares em que se passaram os principais eventos do capítulo.

Gubin Yury/Shutterstock

Vista da Catedral de São Basílio na praça Vermelha, em Moscou, Rússia. Foto de 2014.

Linha do tempo esquemática. O espaço entre as datas não é proporcional ao intervalo de tempo.

2 A corrosão do czarismo russo

No início do século XX, diversos aspectos presentes na Rússia – boa parte deles decorrentes de valores herdados do Antigo Regime – chocavam-se com o capitalismo emergente. Mantendo uma estrutura que carregava muitos componentes típicos do mundo feudal, a sociedade russa não mostrava o dinamismo de outras sociedades capitalistas.

Autoria desconhecida/Biblioteca do Congresso, Washington, Estados Unidos

O czar Nicolau II em retrato de 1912.

A maioria esmagadora da população vivia no campo. A nobreza, detentora de títulos honoríficos, possuía a maior parte das terras férteis e explorava o trabalho dos camponeses, que viviam em situação próxima à servidão. Ao mesmo tempo, os monarcas da **dinastia Romanov**, no poder desde 1613, governavam seguindo um regime absolutista, tendo a aliança da nobreza, dos oficiais do exército e do clero, ocupantes da parte mais alta da pirâmide social russa.

A partir do final do século XIX, alguns czares adotaram algumas políticas modernizadoras. Entre elas, a abolição da servidão e o incentivo aos investimentos estrangeiros para impulsionar a industrialização. No entanto, a modernização industrial aumentava o contraste entre a estrutura semifeudal que sustentava o czar e as cidades modernizadas. Paralelamente, anarquistas e marxistas difundiam suas ideias entre as populações urbanas e rurais, enquanto grandes greves operárias eclodiam já no começo do século XX.

Não era só a classe trabalhadora que se mostrava insatisfeita. Nas cidades, as camadas médias urbanas e a burguesia emergente também reivindicavam mudanças. Nesse contexto, o czarismo já não dispunha do apoio social de que desfrutara anteriormente. Para agravar seu desgaste, o fracasso do czar Nicolau II na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), ao disputar a Coreia e a Manchúria (na China), incentivou forças de oposição a intensificar pressões contra o despotismo dos Romanov.

A primeira evidência de impasse político ocorreu em janeiro de 1905, quando uma manifestação popular em frente ao Palácio de Inverno, em São Petersburgo, foi reprimida violentamente. Os manifestantes, pacíficos e desarmados, queriam se reunir com o czar para convocar uma Assembleia Constituinte e implantar melhores condições de trabalho e regras trabalhistas.

Galeria Tretyakov, Moscou, Rússia. Fotografia: Wikimedia Commons/Creative Commons

Em 1902, o pintor russo Sergey Alekseevich Korovin produziu o óleo sobre tela *Para o Pentecostes*, representando camponeses na Rússia no início do século XX.

Apesar de não desrespeitarem a autoridade do czar, cantando, inclusive, o hino de fidelidade ao governo, *Deus salve o czar*, os manifestantes foram dizimados às centenas por tropas do exército e da polícia. O episódio ficou conhecido como **Domingo Sangrento**.

Depois disso, uma onda de protestos e conflitos espalhou-se pelo Império Russo, resultando em uma greve geral e em levantes militares, como o do **encouraçado Potemkin** (veja o boxe abaixo). As agitações populares, tanto de operários da indústria como de camponeses, estimularam a formação de conselhos de trabalhadores – **sovietes**, em russo – em várias regiões da Rússia. Diante das crescentes manifestações, o czar lançou o **Manifesto de outubro**, prometendo a instauração de uma monarquia constitucional e parlamentar.

Vista geral do Palácio de Inverno em São Petersburgo, Rússia, em um dia de verão. Atualmente, o palácio integra um grande complexo de edifícios conhecido como Museu Hermitage, um dos maiores e mais antigos museus do mundo. Foto de 2015.

syolacan/iStock/Getty Images

O encouraçado Potemkin

O episódio envolvendo esse navio ocorreu na cidade de Odessa, no mar Negro. Sobre ele, o cineasta russo Serguei Eisenstein (1898-1948) realizou, em 1925, o filme *O encouraçado Potemkin*, para relembrar os 20 anos da revolta de 1905 – ocasião em que marinheiros de um navio rebelaram-se contra a tirania de seus comandantes e assumiram o controle da embarcação. A população de Odessa apoiou a revolta, mas as tropas do governo esmagaram o movimento com violência desmedida.

Album/akg-images/Latinstock

O encouraçado Potemkin foi construído em 1898 e serviu à Marinha russa até 1918. Na foto, marinheiros amotinados a bordo do navio, em 1905. Essa foi mais uma demonstração popular do descontentamento com o governo czarista.

A Duma de Estado

Em 1906, Nicolau II cumpriu a promessa de instaurar uma **Duma**, um parlamento destinado a redigir uma Constituição. Controlada por representantes das elites, a Duma ficou submetida à autoridade do czar, que aumentou os próprios poderes por meio de decretos. No entanto, as críticas dos parlamentares levaram-no a dissolver o órgão no ano seguinte.

Entre os opositores do czarismo, destacaram-se várias agremiações político-ideológicas, como os *narodnikis* (populistas), os anarquistas (partidários das ideias de Mikhail Bakunin) e, principalmente, os social-democratas (marxistas). Além desses grupos, havia também o Partido Constitucional Democrata (KD, em russo), formado por liberais que reivindicavam reformas em nome de setores da burguesia e das classes médias.

Os social-democratas dividiram-se, a partir de 1903, em duas facções. Liderados por Gheorghi Plekhanov (1856-1918) e Julius Martov (1873-1923), os **mencheviques** (*menshe*, do russo, significa *menos*, indicando o caráter minoritário do grupo) argumentavam que a Rússia ainda não estava madura para a revolução socialista e que era preciso promover o desenvolvimento do capitalismo sob a liderança da burguesia para, só então, lutar pelo socialismo.

Do outro lado, liderados por Vladimir Ilitch Ulianov, o Lenin (1870-1924), a outra facção era a dos **bolcheviques** (*bolshe*, do russo, *mais*, que indicava a maioria do Congresso). Eles propunham a formação de uma "ditadura democrática de operários e camponeses" como primeiro passo para a revolução socialista.

Jakov Vladimirovich Shteinberg/The Bridgeman Art Library/Keystone Brasil

Retrato de Julius Martov, político russo e líder da facção menchevique.

No final de 1916, após a conquista de boa parte de seu território pelos alemães, a Rússia estava militarmente aniquilada e economicamente desorganizada.

> As baixas russas aproximavam-se de cerca de 2 milhões de mortos, 2,5 milhões de feridos e 5 milhões de prisioneiros de guerra.
>
> BUSHKOVITCH, Paul. *História concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014. p. 313.

Sua população convivia com o desabastecimento e a escassez de gêneros básicos.

Em fevereiro de 1917, sucessivas greves e manifestações, apoiadas por motins de soldados e marinheiros, particularmente na capital russa, provocaram a queda de Nicolau II, enquanto os conselhos de trabalhadores, soldados e marinheiros, os **sovietes**, ressurgiam por toda parte, como durante a revolução de 1905.

O colapso do czarismo

Integrante da Tríplice Entente, a Rússia lutou ao lado da Inglaterra e da França durante a Primeira Guerra Mundial. O conflito, porém, agravou as contradições sociais e políticas internas.

Suas sucessivas derrotas diante do poderio militar alemão, pelas quais o czar foi responsabilizado, foram acompanhadas de deserções em massa de soldados na frente de batalha, favorecendo a organização das oposições.

Ann Ronan Pictures/Print Collector/Getty Images

Tropas russas feitas prisioneiras pela Alemanha durante a Primeira Guerra Mundial.

3 A República da Duma

Em março de 1917, foi instalada a República da Duma, sob a chefia de um nobre politicamente moderado, o príncipe Lvov (1861-1925), sobre o qual pesava a influência de Alexander Kerensky (1881-1970), líder do Partido Socialista Revolucionário.

Kerensky só assumiu efetivamente o poder da Duma em julho de 1917, com a renúncia de Lvov. Em seu governo, a Rússia foi mantida na guerra, atendendo aos compromissos e ligações com a burguesia que o apoiava. Esses compromissos eram rejeitados pelos bolcheviques.

Liderados por Vladimir Lenin e Leon Trotski (1879-1940), os bolcheviques ganharam popularidade com as **Teses de Abril**. Sintetizadas na plataforma de "Paz, pão e terra", as teses propunham a saída da Rússia do conflito, a divisão das grandes propriedades entre os camponeses e a regularização do abastecimento interno. Sob o lema "Todo o poder aos sovietes", Trotski recrutou uma milícia revolucionária em Petrogrado, a **Guarda Vermelha**, entre trabalhadores bolcheviques dos sovietes.

Ullstein bild/Getty Images

Lenin anunciando suas Teses de Abril no Palácio Tauride, em São Petersburgo, em 1917.

Para saber mais

Às vésperas da revolução

O clima de radicalização ao qual chegou a Rússia às vésperas da revolução é relatado pelo jornalista estadunidense John Reed:

> Nós, americanos, custávamos a crer que a luta de classes fosse capaz de gerar ódios tão intensos. Vi oficiais da frente norte que preferiam abertamente uma catástrofe militar a qualquer entendimento com os comitês de soldados. O secretário da seção dos cadetes de Petrograd garantiu-me que o descalabro econômico geral era parte de um plano organizado para desmoralizar a revolução aos olhos das massas. Um diplomata aliado, cujo nome prometi não revelar, confirmou o que me dissera o oficial. Soube ainda que muitas minas de carvão perto de Khárkov tinham sido incendiadas e inundadas por seus próprios donos, e que muitos engenheiros de fábricas têxteis, antes de abandoná-las em poder dos operários, destruíram suas máquinas. Empregados ferroviários haviam sido igualmente surpreendidos por trabalhadores quando inutilizavam suas locomotivas.
>
> Grande parte da burguesia preferia os alemães à revolução. Nesse número, contava-se o próprio Governo Provisório, que não escondia mais seu ponto de vista.

REED, John. *Os dez dias que abalaram o mundo*. São Paulo: Círculo do Livro, 1984. p. 32.

1. O texto de John Reed é um exemplo de jornalismo literário. Pesquise as principais características desse gênero textual.
2. Com base em sua pesquisa e na leitura do texto acima, você diria que o relato feito por John Reed sobre a Revolução de Outubro foi imparcial? Justifique.
3. As características do jornalismo literário prejudicam o uso desse tipo de texto como fonte documental para o estudo da História? Justifique.

4 A revolução bolchevique

Em 7 de novembro de 1917, os bolcheviques tomaram de assalto os departamentos públicos e o Palácio de Inverno, em Petrogrado. Destituíram o Governo Provisório e em seu lugar criaram o Conselho de Comissários do Povo. Pelo Calendário Juliano, em vigor na Rússia, era o dia 25 de outubro. Daí o nome de **Revolução de Outubro** dado à insurreição bolchevique.

Derrubado o governo de Kerensky, os bolcheviques divulgaram o primeiro documento oficial da revolução, "Apelo aos trabalhadores, soldados e camponeses", que transferia todo o poder aos sovietes. No comando do Conselho estavam Lenin, como presidente, e Trotski, como encarregado dos negócios estrangeiros.

O governo de Vladimir Lenin (1917-1924)

De início, o novo governo nacionalizou as indústrias e os bancos estrangeiros, redistribuiu as terras no campo e firmou um **armistício** com a Alemanha, o Tratado de Brest-Litovski. Para sair do conflito, a Rússia teve de abrir mão de alguns territórios (Estônia, Letônia, Lituânia, Finlândia, Ucrânia e Polônia).

As mudanças nas estruturas tradicionais de poder, entretanto, ativaram a oposição dos mencheviques e czaristas (que passaram a ser chamados de **russos brancos**). Com o apoio das potências aliadas, que receavam a propagação da revolução socialista pelo mundo, as duas facções mergulharam o país numa sangrenta guerra civil, que só terminou em 1921, com a vitória da Guarda Vermelha, organizada e comandada por Trotski.

Durante a guerra civil, o governo de Lenin adotou como política econômica o "**comunismo de guerra**", caracterizado pela centralização da produção e pela eliminação da economia de mercado, típica do capitalismo. Seu objetivo era conseguir recursos para enfrentar o cerco internacional e a guerra contra os russos brancos e seus aliados europeus. O confisco da produção agrícola pelo Estado e as requisições forçadas fizeram desaparecer os procedimentos de compra e venda de produtos, tornando desnecessário até o uso de moeda.

Em 1921, apesar da vitória bolchevique sobre os russos brancos e aliados, surgiram sérias crises de abastecimento, além de revoltas camponesas provocadas pelo confisco da produção agrícola. Para evitar o colap-

armistício: acordo firmado entre participantes de um conflito armado para cessar a disputa.

Underwood&Underwood/Corbis/Latinstock

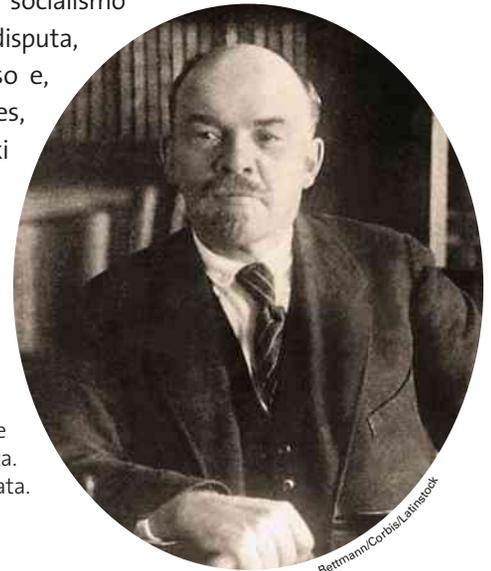
As sucessivas derrotas russas na Primeira Guerra Mundial aceleraram a decomposição do governo liberal menchevique. Nesta foto de 1925, Trotski discursa para tropas da Guarda Vermelha.

so total da economia após a guerra civil, Lenin instituiu a Nova Política Econômica (NEP), que combinava princípios socialistas com elementos capitalistas, estimulando a pequena manufatura privada, o pequeno comércio e a venda livre de produtos pelos camponeses nos mercados. Pretendia, dessa forma, motivar a produção e garantir o abastecimento.

Lenin justificava a inserção de componentes capitalistas na economia russa sob a alegação de que eram necessários para fortalecê-la e, desse modo, possibilitar a instauração do regime socialista. Na justificativa de Lenin, era "dar um passo atrás para dar dois passos à frente". A NEP durou até 1928 e permitiu a recuperação parcial da economia soviética, reativando setores fundamentais, como a indústria, a agricultura e o comércio.

Em contraste com a relativa liberalização econômica, consolidou-se o centralismo do governo em regime de partido único, o Partido Comunista Russo, como passara a se chamar o partido bolchevique a partir de 1918. Cinco anos depois, em 1923, foi elaborada uma Constituição que instituía a **União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)**, mais conhecida por União Soviética. Esse foi o resultado de um acordo de união das diferentes regiões do antigo Império Russo, convertidas em repúblicas federativas e socialistas. Com a mudança do nome do país, em 1925 o ex-partido bolchevique passou a se chamar Partido Comunista da União Soviética (PCUS).

Com a morte de Lenin, em 1924, o poder soviético foi disputado por Leon Trotski, chefe do Exército, e Josef Stalin (1878-1953), secretário-geral do Partido Comunista. Trotski defendia a revolução permanente, difundindo o socialismo pelo mundo. Stalin pregava a consolidação interna da revolução, a estruturação de um Estado forte e a implantação do "socialismo em um só país". Na disputa, Stalin saiu vitorioso e, nos anos seguintes, marginalizou Trotski e seus seguidores até eliminá-los.

Vladimir Ilitch Lenin comandou a Revolução Bolchevique e foi o primeiro presidente da Rússia socialista. Foto sem data.

A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em 1923

Adaptado de: DUBY, Georges. *Atlas historique*. Paris: Larousse, 2006. p. 151.

5 O governo de Josef Stalin (1924-1953)

A partir de 1928, sob o novo comando de Stalin, a economia soviética viveu a socialização total, com a abolição da NEP e a instauração dos **planos quinquenais**, que objetivavam modernizar e industrializar a União Soviética. O primeiro deles, implementado no mesmo ano, estava voltado para o aumento da produção de maneira global, com o estímulo à industrialização, sobretudo na área da indústria pesada (siderurgia, maquinaria, etc.).

No meio rural, foi feita a coletivização agrícola, com duas formas de estabelecimento rural: os *sovkhozes* (fazendas estatais) e os *kolkhozes* (cooperativas).

Na década de 1930, ao ser implantado o segundo plano quinquenal, já se notavam os efeitos positivos do primeiro plano: a indústria de base crescera aproximadamente sete vezes em relação a 1928, e a indústria de bens de consumo, quatro vezes.

O terceiro plano quinquenal, iniciado em 1938, visava desenvolver a indústria especializada, sobretudo a indústria química, mas não pôde ser colocado em prática devido à eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

No plano político, Stalin consolidou seu poder assumindo integralmente o controle do Partido Comunista, transformado no poder máximo que supervisionava todos os sovietes. Subordinada ao partido estava a polícia política, organização chamada inicialmente de *Cheka* e, em 1922, transformada em GPU, Administração Política do Estado, sob a chefia de Stalin.

Centralizando todo o poder do Estado soviético, Stalin livrou-se da oposição de Trotski, exilando-o em 1929. Mais tarde, principalmente entre 1936 e 1938, reafirmou sua autoridade ao afastar todos os potenciais opositores, recorrendo para isso a julgamentos simulados, condenações, expulsões do partido e punições – processos que ficaram conhecidos como **expurgos de Moscou**.

Sem alarde ou protestos, que eram abafados pelo medo, muitos líderes revolucionários e cidadãos comuns foram aprisionados, executados ou mandados para prisões em regiões remotas, como a Sibéria. Dessa forma, por volta de 1940 todos os líderes bolcheviques que dirigiram a revolução ao lado de Lenin haviam sido mortos a mando de Stalin.

Reprodução/Museu Lênin, Moscou, Rússia

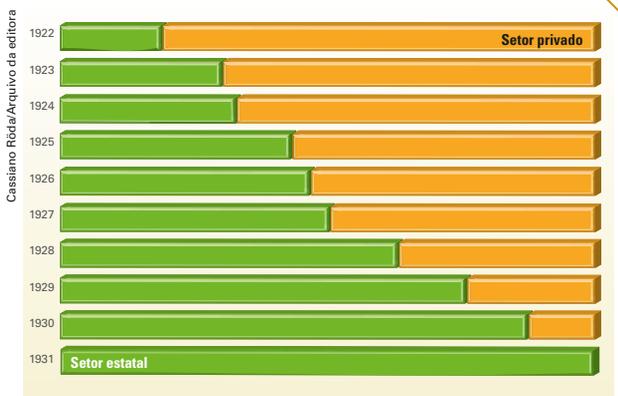
Reunião do IX Congresso do PCUS de 1920 (à direita, Lenin). Todas as pessoas assinaladas foram vítimas dos expurgos de Moscou.

Mesmo fora da União Soviética, Trotski continuou a fazer oposição ao governo stalinista, criticando os processos de Moscou e a farsa das retratações de acusados, até ser assassinado no México por um agente da polícia política soviética, em 1940.

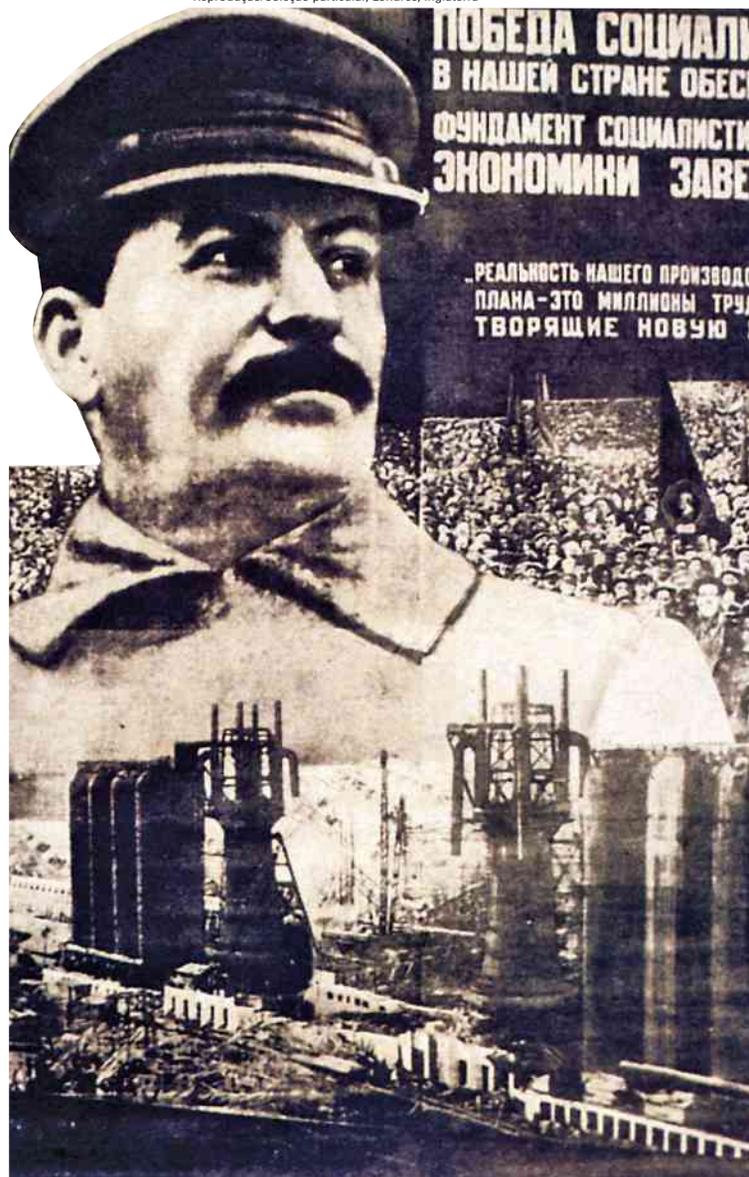
Na década de 1930, a consolidação do governo fascista de Benito Mussolini, na Itália, e a ascensão do governo nazista de Adolf Hitler, na Alemanha, provocariam uma alteração substancial na política mundial. O pacto anti-**Komintern**, assinado entre o Japão, a Itália e a Alemanha, em 1936, tornava-se um desafio não só à existência de um país sob o regime comunista, mas também ao movimento operário internacional.

> **Komintern**: abreviatura, em alemão, de Internacional Comunista (ou Terceira Internacional), criada em Moscou em 1919 para coordenar a ação dos partidos comunistas no mundo inteiro.

Setor público e privado na Rússia (1922-1931)

Cassiano Röda/Arquivo da editora

Adaptado de: CAMERA, Augusto; FABIETTI, Renato. *Elementi di storia – XX secolo*. Bolonha: Zanichelli, 1999. p. 1273.

De 1922 a 1931, prevaleceu o encolhimento do setor privado em relação ao estatal.

Reprodução/Coleção particular, Londres, Inglaterra

Manifesto propagandístico de Stalin destacando a construção de usina siderúrgica em Moscou, em 1930.

World History Archive/Alamy/Latinstock

Litografia de 1933 em que estão representados Marx, Engels, Lenin e Stalin. A propaganda stalinista associou essas duas figuras do pensamento socialista ao seu governo, além de censurar possíveis contrariedades às suas ideologias, alterando, por exemplo, fotos em que Trotski aparecia ao lado dos principais líderes soviéticos.

Pontos de vista

Balanço do século XX

Um dos acontecimentos históricos mais relevantes e extraordinários do século XX foi a Revolução Russa, a qual suscitou uma infinidade de debates acalorados entre intelectuais, estudantes universitários e até nos meios operários. Até fins da década de 1980, a referência ao mundo soviético ou ao comunismo provocava discussões intensas sobre as vantagens e desvantagens de um regime político distinto do capitalismo.

Com a historiografia não foi diferente. Inúmeros historiadores que se dedicaram ao estudo do século XX produziram reflexões sobre o papel, a importância e o legado da Revolução Russa. Eric Hobsbawm, um dos mais notáveis historiadores do Ocidente, construiu um balanço do século atravessado pela experiência da Revolução Russa e de seus desdobramentos.

No livro *A Era dos Extremos: o breve século XX, 1914--1991*, lançado em 1994, Hobsbawm defende que o desejo de uma sociedade mais justa e sem desigualdades sociais pareceu transformar-se em realidade quando eclodiu a Revolução de Outubro. Para ele, as contradições, os erros políticos e as tragédias humanas vividas durante as décadas em que o regime soviético se manteve expressaram as tentativas de construção de uma nova sociedade, uma utopia que marcou gerações ao longo do século XX.

Além disso, Hobsbawm afirma em sua obra que a Revolução Russa impôs desafios ao mundo capitalista e, contraditoriamente, foi responsável por suas transformações, graças aos eventos que resultaram no fim da Segunda Guerra Mundial. Em primeiro lugar, quando o nazismo se tornou uma força militar com poder para controlar o planeta, foram os soviéticos que barraram o avanço de Hitler e impuseram as primeiras grandes derrotas ao exército alemão, no *front* oriental. Estima-se que mais de 20 milhões de soviéticos, civis e militares, foram mortos durante o conflito. A Batalha de Stalingrado, entre 1942 e 1943, foi a mais sangrenta da Segunda Guerra; naquela cidade, mais de 1 milhão de soviéticos morreram.

Em segundo lugar, quando o Ocidente se reergueu dos escombros da Segunda Guerra Mundial, era preciso conter a expansão do comunismo, diante de democracias liberais frágeis e mergulhadas na crise econômica. Assim, os países capitalistas reagiram à crise oferecendo alternativas reais de participação com a ampliação dos direitos políticos, como o sufrágio universal, e criando condições de crescimento econômico com investimentos em políticas sociais que reduzissem a miséria e as tensões sociais.

O Estado de bem-estar social, surgido na Europa e nos Estados Unidos, nos anos 1950, era uma resposta às aspirações de igualdade e prosperidade econômica que vinham dos regimes comunistas.

Sobre a importância da Revolução Russa para a história recente, Hobsbawm afirmou:

> A Revolução de Outubro produziu de longe o mais formidável movimento revolucionário organizado na história moderna. Sua expansão global não tem paralelo desde as conquistas do islã em seu primeiro século. Apenas trinta ou quarenta anos após a chegada de Lenin à Estação Finlândia em Petrogrado, um terço da humanidade se achava vivendo sob regimes diretamente derivados dos *Dez dias que abalaram o mundo* (Reed, 1919) e do modelo organizacional de Lenin, o Partido Comunista.
>
> HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos*: o breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 62.

Martin Ruetschi/Keystone/Corbis/Latinstock

Eric Hobsbawm

Nascimento: 1917, Alexandria, Egito.
Morte: 2012, Londres, Inglaterra.
Formação: Historiador
Profissão: professor de História na Universidade de Londres.

A tragédia do Estado Soviético

No entanto, *A Era dos Extremos* não é um livro sobre a vitória da Revolução Russa, mas sobre a derrota de um projeto social que a humanidade ainda não foi capaz de construir, segundo o autor. Historiador

marxista e militante comunista desde a juventude, Hobsbawm analisa de que modo as forças políticas do Estado Soviético e as condições da economia mundial arrastaram a esperança de libertação para fora do palco da História.

Para Eric Hobsbawm, o atraso econômico, o Estado autoritário e burocrático e o isolamento político da URSS, intensificado a partir da década de 1950, foram alguns dos fatores que conduziram a Revolução para sua própria derrota. No final do livro, Hobsbawm avalia com melancolia:

> [...] a experiência soviética foi tentada não como uma alternativa global ao capitalismo, mas como um conjunto específico de respostas à situação particular de um país imenso e espetacularmente atrasado, numa conjuntura histórica particular e irrepetível. O fracasso da revolução em outros lugares deixou a URSS comprometida em construir sozinha o socialismo, num país onde, pelo consenso universal dos marxistas em 1917, incluindo os russos, as condições para fazê-lo simplesmente não estavam presentes. A tentativa de construir o socialismo produziu conquistas notáveis [...], mas a um custo humano enorme e inteiramente intolerável, e daquilo que acabou se revelando uma economia sem saída e um sistema político em favor do qual nada havia a dizer.
>
> HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos*: o breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 481.

RIA Novosti/Agência France-Presse

Soldados da Guarda Vermelha participam de manifestação em 1º de maio de 1918, em Petrogrado.

Um liberal interpreta a Revolução

Vários intelectuais liberais e conservadores também analisaram a Revolução Russa e produziram interpretações distintas e, em certa medida, opostas a de pensadores marxistas, como Hobsbawm. Entre eles, o historiador francês François Furet (1927-1997) se destaca pela repercussão do seu livro *O passado de uma ilusão: ensaio sobre a ideia comunista no século XX*, publicado em 1995.

Na obra, Furet analisa as derrotas do comunismo, a "ilusão" do título e a vitória do capitalismo, avaliado como um regime liberal e democrático. O historiador viu a ascensão do regime comunista como a história de um desejo (uma ideia ilusória) que se transformou num pesadelo totalitário, tão devastador quanto o nazifascismo. Ele interpretou a experiência soviética e suas tentativas de expansão comunista como uma curta desventura diante da vitória final do liberalismo, a partir de 1989, visto por ele como um mundo pautado nos direitos humanos e nas leis de mercado.

Ao analisar a Revolução Russa, François Furet fez ainda um balanço da sua própria geração de intelectuais que se formou sob a presença marcante da URSS, entre as décadas de 1940 e 1950. Enquanto Hobsbawm se envolveu com as potencialidades surgidas da experiência soviética, Furet optou pelo silêncio prudente, como revela o trecho abaixo de uma entrevista:

> Havia o mito da Rússia, do Exército Vermelho, um mito que aliás nos cegou, porque efetivamente ficamos cegos diante de todas as evidências. Aceitamos ingenuamente uma série de mentiras sobre o mundo soviético. Os mais prudentes de nós – foi o meu caso – felizmente não escreveram nesse período. Se eu o tivesse feito, teria escrito um monte de bobagens. Não sei realmente se não escrevi porque era jovem ou porque tinha uma espécie de bloqueio inconsciente.
>
> CAMARGO, Aspásia. O historiador e a História: um relato de François Furet. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988. p. 145.

Atividades

Retome

1. Que fatores forçaram o czar Nicolau II a lançar o Manifesto de outubro? Qual era o teor desse documento?

2. Às vésperas de eclodir a Revolução, várias agremiações político-ideológicas haviam se organizado na Rússia contra o czar, como os *narodnikis*, os anarquistas, o Partido Constitucional Democrata e os social-democratas. Em 1903, estes últimos se dividiram em duas facções. Identifique-as e compare as posições políticas que cada uma passou a defender.

3. Após o colapso do czarismo em 1917, foi instalada a República da Duma, na Rússia. Contudo, o novo governo frustrou muitas das expectativas populares. Como essa frustração afetou o cenário político russo?

4. Logo após a vitória bolchevique na guerra civil contra o Exército Branco, Lenin adotou uma política com algumas características liberais, como o estímulo à pequena manufatura privada e a permissão para que os camponeses vendessem seus produtos no mercado.

   a) Como foi chamada essa política?

   b) Qual era o objetivo dessa política adotada por Lenin?

5. Ao assumir o poder da União Soviética no lugar de Lenin, morto em 1924, Stalin imprimiu ao Estado soviético suas próprias marcas. Cite duas medidas adotadas por ele.

Pratique

6. Leia o texto a seguir do historiador Daniel Aarão Reis, que trata da ascensão de Josef Stalin ao poder na União Soviética.

As mutações ocorridas na União Soviética nos anos 1930, e até a morte de J. Stalin, corresponderam a um salto gigantesco – uma sociedade agrária tornou-se urbana, um tempo de alterações bruscas, embaralhamento de referências, areias movediças, o barco parece que vai virar e todos se afogarão, tempo de carências e de angústias sem fim, é preciso alguém no leme, se aparecer, oferece conforto e segurança, um tempo propício ao surgimento de figuras carismáticas, líderes despóticos, tiranos.

Nessas circunstâncias, J. Stalin terá imaginado que um meio seguro para a consolidação de seu poder pessoal seria exatamente tornar inseguras as condições de poder de todos os demais dirigentes. E provocar, incessantemente, por meio dos expurgos, mudanças que lhe permitiriam constituir camadas absolutamente independentes e, em consequência, fiéis ao seu mandato.

Encontrou terreno fértil para esse objetivo naqueles milhões de pessoas que ascendiam, devotados, entusiasmados no contexto do processo objetivo de plebeização do poder.

Como vimos, não houve apenas sombras, havia luzes também, fortes, elas seduziram muitos, iluminando e mostrando os caminhos da construção de um mundo novo, a utopia feita realidade viva, palpável. Estas luzes ofuscaram não poucos, dificultando a visão do que deveria, e não pôde ser visto.

E as tradições remotas, acumuladas, dos czares-paizinhos, protetores, severos, mas justos. E do Estado poderoso, capaz de lidar com as ameaças históricas, bem reais, como a invasão nazista evidenciou.

J. Stalin apostou alto, e com sucesso, na mobilização dessas referências. Criador, contribuiu para criá-las, mas também foi delas, e da sociedade, criatura.

Pode ser triste, mas não é menos verdadeiro. Nem sempre os seres humanos preferem liberdade à segurança. Não trocam essa por aquela, nem se resolvem a arriscar a vida contra as tiranias. Preferem, segundo as circunstâncias, construí-las, e apoiá-las, e se fiar nos tiranos.

REIS, Daniel Aarão. Stalin, stalinismo e sociedade soviética. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha V. (Org.). *A construção social dos regimes autoritários*: legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 112-113.

Agora, faça o que se pede.

a) De acordo com o historiador Daniel Aarão Reis, em que contexto Stalin se firma como líder da URSS?

b) Que recurso Stalin usou para afirmar e consolidar seu poder pessoal?

c) As tradições políticas russas favoreceram ou prejudicaram a concentração de poder nas mãos de Stalin? Justifique.

d) Observe a imagem a seguir. Que relação é possível estabelecer entre ela e a análise do stalinismo feita pelo historiador Daniel Aarão Reis?

Fine Art Images/Heritage Images/Getty Images

Pôster produzido em 1936 por Viktor Iwanovich Govorkov (1906-1974), no qual lê-se: "Obrigado ao querido Stalin por nossa infância feliz!".

Analise uma fonte primária

7. Leia a seguir um trecho de um texto publicado no dia 7 de abril de 1917 no jornal *Pravda*, assinado por Lenin, líder bolchevique da Revolução Russa.

> Apresento aqui estas teses em meu próprio nome, unicamente acompanhadas de muito breves comentários explicativos; no meu relatório, encontram-se desenvolvidas com bastante mais pormenor:
>
> I. Na nossa atitude em relação à guerra – que, por parte da Rússia, continuou a ser incontestavelmente uma guerra imperialista de saque, mesmo sob o novo governo de Lvov e companhia, em razão de seu caráter capitalista – não será tolerada, por mínima que seja, nenhuma concessão a uma política defensiva revolucionária.
>
> O proletariado consciente só pode dar seu consentimento a uma guerra revolucionária, que justifique realmente a defesa dos ideais revolucionários, sob as seguintes condições:
>
> a) Passagem do poder para o proletariado e para os setores mais pobres do campesinato, próximos do proletariado;
> b) Renúncia efetiva, e não verbal, de toda anexação;
> c) Ruptura total com os interesses do Capital;
>
> [...]
>
> VI. Quanto ao programa agrário, a tomada de decisões deve recair nos sovietes de deputados de trabalhadores agrícolas. Todas as terras dos latifundiários serão confiscadas.
>
> Da mesma forma, nacionalizar-se-ão todas as terras do país e serão postas à disposição dos sovietes locais de deputados de trabalhadores agrícolas e camponeses e criar-se-ão outros, formados por camponeses pobres. Transformação de todos os grandes domínios (com uma extensão de 100 a 300 hectares, tendo em conta as condições locais e outras, de acordo com a decisão dos comitês locais) em exploração-modelo, colocando sob controle dos deputados dos trabalhadores agrícolas e funcionando por conta da coletividade.
>
> Discursos que mudaram o mundo. São Paulo: *Folha de S.Paulo*, 2010. p. 16-17.

Agora, faça o que se pede.

a) No contexto revolucionário russo, quem eram os bolcheviques e que ideias defendiam?

b) O que eram os sovietes?

c) De acordo com o trecho do documento, qual era a posição de Lenin em relação à participação da Rússia na Primeira Guerra? Desenvolva a resposta com base em elementos do texto.

d) De acordo com o texto, como Lenin pretendia resolver as enormes desigualdades sociais existentes nas áreas rurais da Rússia?

Articule passado e presente

8. A matéria a seguir foi publicada na *Gazeta Russa* em 24 de outubro de 2013 e trata dos serviços de saúde públicos oferecidos na Rússia. Leia-a atentamente e, em seguida, responda às questões propostas.

Os problemas de desigualdade social na saúde pública russa

Desigualdade e injustiça na saúde pública costumam andar juntas na maioria dos países, onde a qualidade do atendimento médico depende amplamente da condição financeira do paciente.

Na era soviética, o governo acreditava que o sistema de saúde pública gratuito teria plena capacidade de eliminar qualquer desigualdade entre os pacientes, o que levou à adoção do conceito de assistência médica para todos, que inicialmente trouxe bons resultados no combate de muitas doenças infecciosas, redução da quantidade de casos de tuberculose, assim como no controle de epidemias.

Porém, com o passar do tempo, o sistema de saúde gratuito soviético transformou os médicos, a elite da sociedade, em trabalhadores comuns das "fábricas de saúde".

Os próprios hospitais, sem direito de exercer qualquer atividade comercial, dependiam do orçamento federal e, muitas vezes, não possuíam recursos suficientes para oferecer nem um atendimento de qualidade, nem desenvolver as próprias pesquisas na área médica.

Do outro lado, os pacientes não podiam exercer os seus principais direitos protegidos pela legislação da maioria dos países desenvolvidos, tais como o acesso ao próprio diagnóstico, solicitação das informações em relação ao tratamento oferecido, incluindo a possibilidade de aceitá-lo ou recusá-lo, manutenção do sigilo e confidencialidade dos dados pessoais e ficha médica.

[...]

Saúde pública na Rússia após a reforma

Com as reformas do sistema de saúde no final da década de 1980 e do início dos anos 1990, foi introduzido o conceito de serviços pagos, uma maneira de distribuição de bens mais justa. No entanto, com esta novidade, os serviços gratuitos não deixaram de existir. Uma nova lei de saúde pública aprovada em 2011 dividiu os serviços prestados pelos hospitais em obrigatórios gratuitos, que não poderiam deixar de existir devido a uma grande quantidade de cidadãos com baixa renda, cuja maioria era de terceira idade, e adicionais, a serem pagos pelo próprio paciente.

Liudmila (que também não quis revelar seu sobrenome), viúva há dez anos, é uma gerente aposentada que tinha ótima remuneração no passado e que conseguiu formar uma boa poupança e conhecer o mundo através de viagens a trabalho para o exterior, mas que nunca teve filhos.

Recentemente, uma doença oncológica a pegou de surpresa e Liudmila procurou o atendimento médico gratuito.

"Estou internada em um hospital que oferece tratamento e todas as refeições de graça. Quando não consigo me levantar, conto com a ajuda das enfermeiras e auxiliares, serviços os quais também não pago nada. Ao longo da internação, a presença dos familiares não é necessária", explica Liudmila. "A única dificuldade é continuar o tratamento em casa após receber alta, pois os medicamentos não são oferecidos pelo governo. Assim que adoeci, passei a ser considerada uma deficiente, o que me dá direito a ter um pequeno aumento na minha aposentadoria. No entanto, ela não é suficiente. Não imagino o que faria se não tivesse a minha poupança", acrescenta ela.

Vale ressaltar que as reformas trouxeram certas melhorias à saúde pública da Rússia. De acordo com estimativas do Ministério da Saúde e Desenvolvimento Social, os centros médicos russos oferecem a maior parte dos tratamentos e serviços disponíveis no mercado internacional. No entanto, mesmo os tratamentos ausentes nos hospitais do país, mas amplamente utilizados fora do seu território, poderão ser pagos pelo governo russo, caso haja toda a documentação exigida.

Além disso, a nova legislação prevê a proteção dos direitos de pacientes, tais como o direito de saber o próprio diagnóstico, as informações referentes ao tratamento disponível, incluindo a possibilidade de aceitá-lo ou recusá-lo, assim como o direito de manutenção do sigilo e direito de escolher qualquer profissional e instituição de saúde pública.

SMIRNOVA, Larissa. Os problemas de desigualdade social na saúde pública russa. *Gazeta Russa*. 24 out. 2013. Disponível em: <http://gazetarussa.com.br/sociedade/2013/10/24/os_problemas_de_desigualdade_social_na_saude_publica_russa_22451>. Acesso em: 26 abr. 2016.

a) Qual foi o objetivo do governo soviético quando decidiu criar um sistema público de saúde?

b) De acordo com a matéria, que problemas enfrentava o sistema de saúde soviético antes do fim da URSS?

c) O que mudou no sistema público de saúde da Rússia depois do fim da URSS?

d) No início do capítulo, você refletiu sobre as distorções ocorridas nos ideais revolucionários depois que o socialismo foi implantado na Rússia. Tomando por base o sistema de saúde, que hipóteses você levanta para explicar essa distorção?

CAPÍTULO 3

Brasil: a implantação da república

Alf Ribeiro/Futura Press

Parque da Luz, na cidade de São Paulo. Foto de 2011. No parque, aberto ao público em 1825, encontram-se esculturas de artistas conhecidos, como Victor Brecheret, Leon Ferrari e Amílcar de Castro, entre outros.

Em 2010, a Prefeitura de São Paulo lançou o **Projeto Nova Luz**, com a proposta de reurbanizar parte do centro da maior metrópole do país, transformando-a num polo comercial e de serviços em meio a uma área residencial. O projeto foi suspenso por uma ordem judicial, que o considerou inconstitucional por não consultar a população afetada. Observe a imagem, leia a legenda e responda: será que o projeto da prefeitura levou em conta os interesses da população que vivia na região? Você conhece outros exemplos de reformas urbanas desse tipo feitas pelo poder público?

1 Brasil: o fim da monarquia e o início da república

As últimas décadas do século XIX e as iniciais do século XX compreendem um período que ficou conhecido como ***Belle Époque*** (Bela Época). A expressão exprime a euforia causada pela crença no avanço ininterrupto do progresso, na modernidade e na supremacia completa da burguesia. Esses sentimentos sofreram um forte baque com a Primeira Guerra Mundial e com a Revolução Russa.

No Brasil, periferia dos centros de desenvolvimento econômico mundiais do período, ansiava-se por mudanças e assistia-se ao colapso da monarquia. Em 15 de novembro de 1889, um golpe liderado pelos militares pôs fim ao poder de dom Pedro II e instaurou a **república**, uma forma de governo cujos ideais estiveram presentes no Brasil em vários movimentos políticos desde a época colonial.

Na sua estrutura, república (do latim *res publica*, que significa 'coisa pública') pressupõe uma forma de governo voltada para o bem comum, em favor da coletividade, pautando-se pelo respeito às instituições, finanças e todo patrimônio físico e cultural do país ou de sua coletividade.

Neste capítulo, vamos compreender as propostas de república defendidas pelos diferentes atores que se envolveram nessa nova forma de governo e como os interesses políticos e econômicos da elite agrária, um dos segmentos da sociedade, se impuseram. Trataremos, portanto, dos acontecimentos políticos e econômicos da montagem da República oligárquica, dentro de um período mais extenso chamado de Primeira República, demarcado pelos anos de 1889 e 1930, fase em que setores sociais oligárquicos mantiveram o controle do poder no país. Dessa forma, veremos que a ideia de um governo voltado para o bem comum ficou pelo caminho, mas continuou viva entre aqueles que lutaram contra ou ficaram de fora do governo republicano instituído.

Ernesto Reghran/Pulsar Imagens

Teatro Amazonas, localizado na capital amazonense, Manaus. Construído durante um período de prosperidade econômica e esplendor cultural da região, essa imponente e luxuosa construção é uma das expressões da *Belle Époque* tropical.

Veja abaixo os períodos e os lugares em que se passaram os principais eventos do capítulo.

Onde e quando

Banco de imagens/Arquivo da editora

Linha do tempo esquemática. O espaço entre as datas não é proporcional ao intervalo de tempo.

2 Deodoro da Fonseca e a instalação da república

Campanhas republicanistas já se disseminavam pelo país desde a década de 1870, por iniciativa de militares, jornalistas, advogados e cafeicultores. Na década de 1880, a pressão pela abolição da escravidão, defendida por muitos republicanistas, ampliou a adesão à causa, sem, no entanto, contagiar toda a população brasileira.

Em quase todas as capitais de províncias do país, comícios, jornais e partidos faziam críticas à monarquia e ao imperador em defesa de um governo organizado a partir dos interesses da sociedade e não da família imperial e da nobreza brasileira. Porém, entre os vários grupos republicanistas, havia divergências ideológicas e também quanto à forma como a república deveria ser implantada no país.

Houve conversas entre alguns republicanistas, civis e militares em torno da ideia de depor o imperador durante a cerimônia de abertura da Assembleia Geral do Império, marcada para o dia 20 de novembro de 1889. Porém, alguns civis resolveram antecipar os acontecimentos e fizeram circular boatos de que havia uma ordem de prisão do governo contra o tenente Benjamin Constant (1836-1891) e o marechal Deodoro da Fonseca (1827-1892). Isso impulsionou Deodoro a reagir antecipadamente.

Na manhã do dia 15 de novembro, liderando aproximadamente 600 soldados, Fonseca seguiu em marcha até o quartel-general do Exército, no Campo de Santana, no Rio de Janeiro. Lá, representantes do governo imperial estavam reunidos em caráter de urgência por conta de rumores sobre uma mobilização militar contra o Império. Fonseca destituiu o visconde de Ouro Preto, chefe do gabinete de ministros. A princípio, o marechal esperava indicar nomes para um novo ministério ao imperador. Porém, a articulação de civis republicanistas, como Silva Jardim e José do Patrocínio, o convenceu de que a monarquia deveria ser abolida.

Na tarde daquele mesmo dia, sob a liderança de José do Patrocínio, o fim da monarquia e a Proclamação da República foram anunciados oficialmente na Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro. À noite, foi empossado em caráter provisório o marechal Deodoro da Fonseca, liderando um grupo de sete ministros escolhidos entre militares e civis.

Nenhuma reação imediata em defesa da monarquia foi notada ao longo daquele dia. Segundo um republicanista, também não houve apoio na forma de participação popular.

> [...]
>
> Eu quisera poder dar a esta data a denominação seguinte: 15 de Novembro, primeiro ano de República; mas não posso infelizmente fazê-lo. O que se fez é um degrau, talvez nem tanto, para o advento da grande era. [...]
>
> Por ora, a cor do Governo é puramente militar, e deverá ser assim. O fato foi deles, deles só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula. O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada. [...]
>
> LOBO, Aristides. Acontecimento único. *Diário Popular*, São Paulo, 18 nov. 1889. Apud CARONE, Edgard. *A Primeira República:* texto e contexto. Rio de Janeiro, Difel, 1969. p. 288-289.

ANNO I — Rio de Janeiro — Sabbado 16 de Novembro de 1889

CORREIO DO POVO

ORGÃO REPUBLICANO

REDACTOR-CHEFE — SAMPAIO FERRAZ

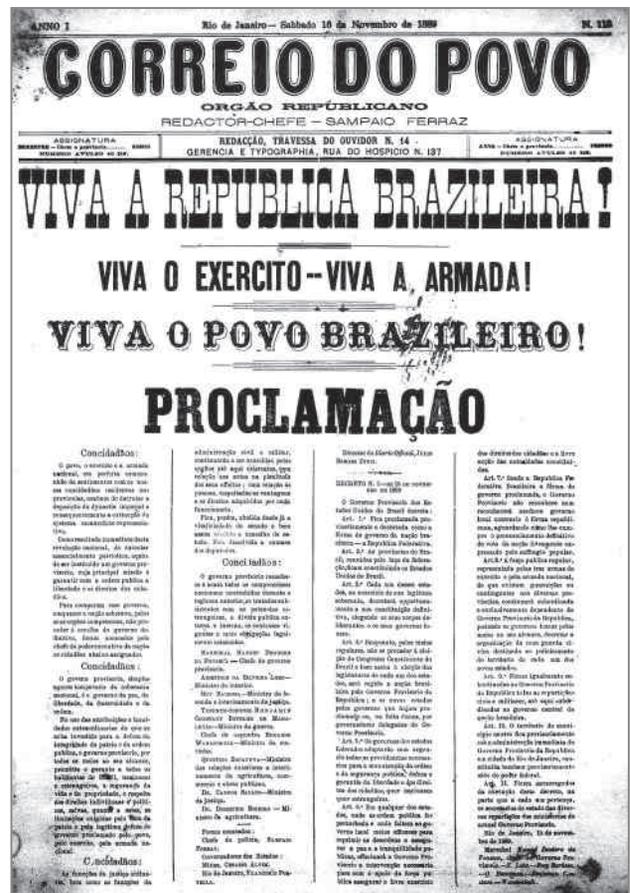
REDACÇÃO, TRAVESSA DO OUVIDOR N. 14 — GERENCIA E TYPOGRAPHIA, RUA DO HOSPICIO N. 137

VIVA A REPUBLICA BRAZILEIRA!

VIVA O EXERCITO — VIVA A ARMADA!

VIVA O POVO BRAZILEIRO!

PROCLAMAÇÃO

Acervo Iconographia/Reminiscências

Reprodução da capa do jornal carioca *Correio do Povo* com manchete anunciando a Proclamação da República. Quem são os personagens enaltecidos pela publicação? Atenção: as palavras estão grafadas conforme as regras ortográficas vigentes na época de publicação.

Revista Illustrada/Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

O primeiro ministério do Brasil

Observe ao lado uma página da *Revista Illustrada* publicada no dia seguinte à queda da monarquia e que homenageava o novo regime. Nela, está representado o primeiro ministério brasileiro. As cores dos quadros abaixo identificam o posicionamento político de cada ministro diante dos ideais republicanos.

Para essa equipe, não foi convidado nenhum adepto de uma corrente republicana mais popular, como a corrente jacobina, tida como mais radical e inspirada, em certo sentido, no movimento dos jacobinos da Revolução Francesa de 1789. Em torno dessa vertente aglutinavam-se pequenos comerciantes, jornalistas, professores e estudantes, mais favoráveis a um governo democrático, com liberdade de participação popular nas discussões e decisões da administração. Defendiam, ainda, que o novo Estado republicano deveria assumir políticas voltadas para o desenvolvimento da igualdade social. Seu principal expoente era o advogado Antônio da Silva Jardim (1860-1891), defensor e articulador de uma campanha republicana baseada muito mais em conferências e peças teatrais do que em textos escritos e divulgados em jornais.

Defendiam uma república de caráter liberal, baseada na autonomia dos estados e na implantação de uma república federativa; a divisão dos três poderes e a separação entre Igreja e Estado. Tinham restrições quanto à ampla participação popular nas eleições. Partidários: proprietários de terras paulistas, juristas e jornalistas que se inspiravam na república federalista dos Estados Unidos, entre outros.

Aristides Lobo
(1838-1896)
Era membro do Partido Republicano e signatário do *Manifesto Republicano de 1870*, cujo teor influenciou o manifesto do Partido Republicano Paulista, de 1873. Foi nomeado para o Ministério do Interior.

Marechal Deodoro da Fonseca
(1827-1892)
Foi chefe do gabinete provisório. Militar de alta patente, não defendia a república, mas havia se indisposto com o imperador quando da punição de militares por defenderem direitos políticos.

Eduardo Wandenkolk
(1838-1902)
Foi chefe de esquadra e membro de alta patente da Marinha, aliado do marechal Deodoro nas questões militares que indispuseram as Forças Armadas e o imperador. Não defendia a república. Foi nomeado ministro da Marinha.

Partidário do ideal positivista, defendia uma ditadura de intelectuais civis, tidos como capazes de promover o progresso da nação. Esse pensamento foi bastante disseminado no Rio Grande do Sul e nos estados do nordeste.

Manuel Ferraz Campos Sales
(1841-1913)
Foi signatário do *Manifesto Republicano de 1870* e um dos fundadores do Partido Republicano Paulista, de 1873. Deu apoio à queda do regime monárquico pelos militares. Foi nomeado para o Ministério da Justiça e chamado para garantir o apoio dos cafeicultores paulistas.

Pintura de Oscar Pereira da Silva, produzida no final de 1889 e publicada em 1890 no jornal francês *Le Monde Illustré*. Os responsáveis pelo jornal afirmavam que a pintura era uma reprodução fiel da proclamação da República. No entanto, sabe-se que não havia testemunho de pintor algum na hora do golpe republicano. Observe que alguns soldados foram pintados perfilados, de costas para o observador. Outros, junto aos canhões. O povo está presente, no primeiro plano da imagem. O pintor representa uma proclamação da República sem responsáveis definidos, mas com a participação de forças militares e ovacionada pela população.

Museu Casa de Benjamin Constant, Rio de Janeiro/Instituto Brasileiro de Museus - Ibram/MinC - Autorização n. 03/2016.

Defendiam o ideal positivista de república, dirigido por uma ditadura militar, a separação entre o Estado e a Igreja. Seus partidários acreditavam que essa forma de governo seria responsável pelo progresso do país, pela proteção dos direitos dos cidadãos e pela implementação de políticas sociais que beneficiariam os trabalhadores.

Quintino Bocaiuva
(1836-1912)
Junto com Aristides Lobo e Manuel Ferraz Campos Sales, era um dos signatários do *Manifesto Republicano de 1870*. Foi nomeado para o Ministério das Relações Exteriores.

Demétrio Ribeiro
(1853-1933)
Era um positivista civil, contrário à centralização do governo, como defendiam os militares da mesma linha ideológica. Apoiava uma república federativa. Foi nomeado para o Ministério da Agricultura.

Partidários da monarquia ou de uma monarquia reformada. Aderiram ao movimento republicanista às vésperas do golpe de 15 de novembro.

Benjamin Constant
(1836-1891)
Foi tenente-coronel e atuou como professor na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, favorecendo a propagação do ideal positivista entre os jovens da corporação. Foi nomeado para o Ministério da Guerra.

Rui Barbosa
(1849-1923)
Foi membro do Partido Liberal e defensor de reformas do regime monárquico. Identificava-se com o teor do *Manifesto Republicano de 1870*, porém não participou da campanha republicanista. Foi nomeado para o Ministério da Fazenda.

Primeiras medidas republicanas

Entre as medidas tomadas no primeiro decreto, publicado na noite de 15 de novembro de 1889, merecem destaque:

- a expulsão da família real do país – determinada no mesmo dia do golpe e comunicada ao imperador no dia seguinte;
- a proclamação da república federativa como forma de governo;
- a transformação de cada província em estado;
- o não reconhecimento de qualquer governo local que fosse contrário à república.

O mesmo decreto permitia ao Governo Provisório reprimir qualquer resistência monarquista.

Ainda nos primeiros meses do governo, foram convocadas eleições para uma Assembleia Constituinte, a ser empossada no primeiro aniversário da Proclamação da República, com a função de preparar a primeira constituição republicana, a partir de um projeto apresentado pelo Governo Provisório. Porém, para participar, os eleitores precisavam saber ler e escrever, exigência que substituía as restrições censitárias determinadas nos anos finais da monarquia.

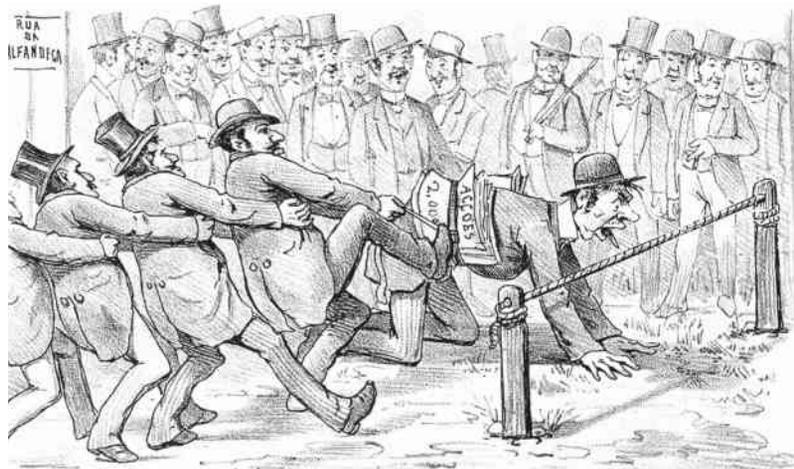
Alguns atos reformistas não aguardaram a instalação da Assembleia Constituinte e foram instituídos nos primeiros meses do governo provisório: a separação entre Igreja e Estado, a liberdade de culto; a secularização dos cemitérios e a regularização do registro civil para nascimento, casamento e óbito.

No plano econômico-financeiro, em uma tentativa de preparar o país para a ampliação do volume de investimentos nacionais e internacionais e tornar a atividade produtiva mais dinâmica, o ministro Rui Barbosa instituiu, em janeiro de 1890, medidas para enfrentar a falta de dinheiro no mercado e promover a industrialização. Estas ações, ao mesmo tempo que criavam novas expectativas para o país, afetavam diversos interesses envolvendo os negócios dos cafeicultores, dos comerciantes importadores e exportadores e o custo de vida das classes trabalhadoras.

Entre as medidas adotadas estavam: aumento do volume de dinheiro a ser emitido, destinado às atividades produtivas; instituição de leis que facilitassem a criação de **sociedades anônimas** industriais e organizassem o comércio de ações na Bolsa de Valores; redução das taxas de importação para equipamentos e matérias-primas; aumento dos impostos sobre a importação de produtos industrializados.

O sucesso inicial das providências econômicas de Rui Barbosa foi logo revertido. Seis meses após a adoção das primeiras medidas, a economia mergulhou em uma profunda crise – que ficou conhecida como **encilhamento**. Essa crise estava relacionada, principalmente, com o descontrole da quantidade de dinheiro emitido, o que levou a uma forte desvalorização da moeda, causando um aumento no custo de vida e inúmeros casos de falência. A suspensão de créditos internacionais e a crise monetária em um dos principais bancos financiadores ingleses também contribuíram para o agravamento da situação.

Ao longo do primeiro ano de governo provisório, foram muitas as críticas de adversários e mesmo de membros do governo às dificuldades econômicas e ao autoritarismo do presidente marechal Deodoro. As nomeações de militares para chefiar governos estaduais, bem como as frequentes práticas de nepotismo e favoritismo por parte do Governo Provisório, eram sempre reprovadas pela oposição. Outro alvo de desaprovação era a política de concessão de direitos para emissão de dinheiro, fato que contribuiu para o afastamento de Rui Barbosa do Ministério.

sociedade anônima: empresa cuja propriedade é dividida em cotas (ações), cada uma delas representando uma fração do capital. Ao serem negociadas na Bolsa de Valores, as cotas são adquiridas por pessoas, denominadas acionistas, que passam a ser proprietárias de uma parte da empresa. Esses acionistas, por sua vez, têm direito a ganhos periódicos proporcionais à lucratividade da empresa e à quantidade de ações que dela possuem.

Charge de Angelo Agostini, datada de 1890, que representa uma crítica ao programa monetário brasileiro empreendido por Rui Barbosa no início da República.

Para saber mais

Diferentes visões para as primeiras medidas econômicas

Até recentemente, prevalecia na historiografia a ênfase numa visão sobre a política econômica adotada nos primeiros anos republicanos. Essa visão era fundamentada em diversos casos de falência que se seguiram ao impacto positivo inicial, bem como na alta inflação provocada pela desvalorização da moeda.

O romance *O Encilhamento: cenas contemporâneas*, escrito pelo monarquista e visconde Affonso D'Escragnolle Taunay, sob o pseudônimo Henrique Malheiros, lançado em 1893, é considerado uma das mais importantes fontes históricas para essa visão negativa que alguns estudiosos tinham sobre essas medidas econômicas da época. Nesta obra, o processo de negociações, especulações, ganhos e perdas junto à Bolsa de Valores do Rio de Janeiro é associada, de forma pejorativa, ao termo **encilhamento**, utilizado no universo das corridas de cavalos.

encilhamento: ato de ajustar com cintas a sela ou a carga sobre um cavalo. Também se refere ao momento prévio das corridas de cavalo, em que na fase da preparação dos animais ocorrem as apostas para o páreo.

Quase cem anos depois, o historiador José Murilo de Carvalho relacionou um comportamento individual dos investidores à especulação, diferente daquele notado no período monárquico. Para este autor, "o encilhamento trouxe uma febre de enriquecimento a todo custo", fazendo aparecer "o espírito aquisitivo, solto de qualquer **peia** de valores éticos, ou mesmo de cálculo racional que garantisse a sustentação do lucro a médio prazo".

peia: impedimento, obstáculo.

Atualmente, alguns pesquisadores têm revisado aquelas análises e os dados disponíveis, elaborando diferentes conclusões, sem, contudo, deixar de apontar alguns efeitos negativos. Segundo a economista Hildete Pereira, apesar da inflação e da especulação financeira,

> [...] muitas das companhias surgidas naqueles dias sobreviveram e se tornaram prósperos empreendimentos industriais. O exemplo mais notável foi o das companhias têxteis, cujo capital integralizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro mais que dobrou, entre maio e novembro de 1890. Em São Paulo, de fevereiro a julho de 1890, surgiram mais de duzentas sociedades anônimas, e em agosto do mesmo ano foi fundada a Bolsa de Valores daquele estado. Certamente a política de Rui acelerou o processo de formação de capital, e a notável expansão do crédito proporcionou volume de capital para novas indústrias têxteis, sobretudo no Rio de Janeiro.

MELO, Hildete Pereira. A primeira crise. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 19 set. 2007. Disponível em: <www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/a-primeira-crise>. Acesso em: 30 dez. 2015.

No final do século XIX a economia baiana exibia sinais de forte industrialização para o Brasil da época: havia 12 fábricas de tecidos no estado, todas em atividade. Na imagem, uma delas: a Companhia Progresso Industrial da Bahia. Foto do início do século XX.

Acervo Iconographia/Reminiscências

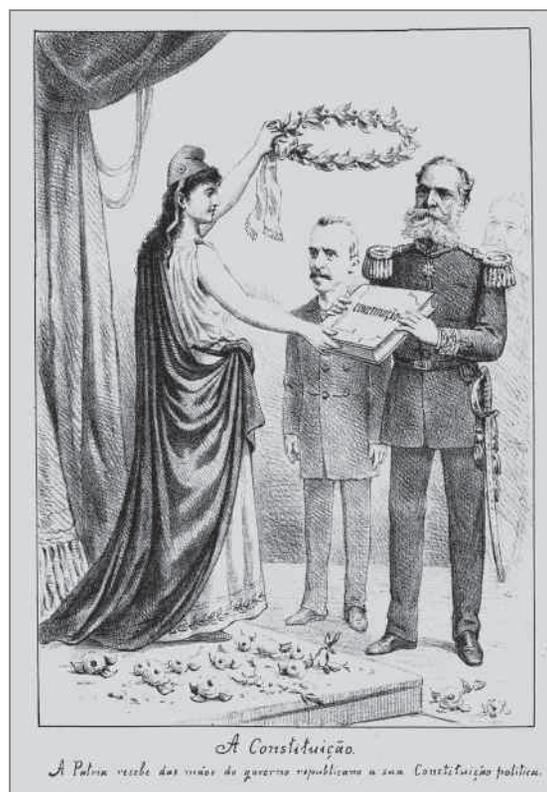
3 A construção da Constituição republicana

A eleição para a Assembleia Constituinte ocorreu em meio às turbulências na área econômica, no segundo semestre de 1890. A posse da Assembleia se deu em novembro.

Após três meses de discussão, a Assembleia aprovou uma Constituição de caráter liberal, inspirada na constituição estadunidense, demonstrando a força dos republicanistas liberais. No documento, percebe-se a valorização de alguns direitos individuais e a falta de mecanismos que pudessem promover igualdades sociais.

Leia alguns destaques da nova Constituição.

- Confirmação da instituição da república federativa, constituída por estados, que passaram a ter grande autonomia financeira, administrativa e jurídica. O texto determinava que os estados redigissem sua própria constituição e constituíssem sua própria força pública armada e instituições judiciárias. Também lhes era dado o direito de fazer empréstimos internacionais, de administrar os recursos provenientes de impostos sobre exportação da produção de seu estado e de cobrar impostos interestaduais, entre outros.

Revista Illustrada/Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

A legenda diz “A Pátria recebe das mãos do governo republicano a sua Constituição política”.

Para saber mais

Eleitores e eleitos para a Constituinte

As normas estabelecidas para qualificar os eleitores e os elegíveis para a Assembleia Constituinte foram determinadas ainda nos primeiros meses do Governo Provisório. Elas restringiam a participação política de grande parte da população, favorecendo, aproximadamente, apenas um por cento do total de brasileiros. Esse caráter restritivo não era unânime entre os republicanistas.

Para ser eleitor, o brasileiro deveria ler, escrever e ter mais que 21 anos. Mulheres e soldados de baixa patente – geralmente oriundos das camadas mais pobres da população – do Exército, da Armada e das polícias regionais estavam excluídos. Quanto aos analfabetos, somente aqueles que se cadastraram como eleitores durante a reforma eleitoral ocorrida em 1881 poderiam votar.

Um decreto de fevereiro de 1890 estabelecia que, para ser eleito, era obrigatório atender às condições de eleitor e ter a idade mínima requerida (28 anos para deputado e 35 para senador). O decreto proibia ainda a candidatura de clérigos e religiosos em geral, além de governadores, chefes de polícia, comandantes de armas e de magistrados que estivessem no exercício de seu cargo.

No total, foram eleitos 205 deputados e 63 senadores. Entre os eleitos, havia os republicanos convictos e aqueles que aderiram à causa após a Proclamação.

O historiador Elio Chaves Flores destaca que os políticos escolhidos para integrar a Assembleia Constituinte tinham um perfil claramente conservador, sobre o qual pairavam os ecos da escravidão, das desigualdades socioeconômicas e dúvidas quanto ao modelo de república; 128 deles eram bacharéis, muitos dos quais representantes das classes senhorial e proprietária de terras; 55 eram militares, oriundos dos centros urbanos e dos setores médios da população; 38 eram monarquistas convictos que haviam exercido cargos na Monarquia decaída.

- Instituição do regime presidencialista, com mandato de quatro anos, e instituição dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário independentes entre si.
- Instituição do voto direto para a escolha dos cargos do Executivo e do Legislativo, tanto no âmbito federal como no estadual.
- Quanto aos direitos políticos, a garantia de liberdade de associação, de reunião e o direito ao voto. Garantia-se, assim, o direito à opinião. Porém, sobre o direito ao voto, foram mantidas as mesmas restrições que vigoraram na escolha dos membros da Constituinte: apenas homens acima de 21 anos tinham direito ao voto; mulheres e analfabetos, incluindo aqueles que votaram para a Constituinte, não tinham direito ao voto.
- Garantia do direito à propriedade.
- Confirmação da liberdade de culto, da secularização dos cemitérios e do reconhecimento do casamento civil.
- Garantia de ensino laico nas escolas públicas.

Em nenhum artigo havia menção ao direito à educação, um dos requisitos defendidos pelos positivistas. Portanto, a Constituição não previa mecanismos para que a maioria da população alcançasse o direito ao voto. Ao restringir a participação política a uma pequena parcela da população masculina, garantia-se condições para que os interesses privados se sobrepusessem aos interesses coletivos, o que traía o espírito republicano.

Ao ser promulgada a Constituição, os membros da Assembleia Constituinte passaram a compor o Congresso Nacional. De acordo com as disposições transitórias da Constituição, o órgão se encarregaria de eleger o presidente e o vice-presidente. Também permitia que tais cargos fossem escolhidos separadamente.

A disputa se deu entre duas chapas. Uma delas encarnava a permanência da autoridade militar no comando da República: contava com o próprio marechal Deodoro da Fonseca como candidato à Presidência e o almirante Eduardo Wandenkolk como candidato à vice-presidência. A outra chapa era constituída pelo civil Prudente de Morais (1841-1902), cafeicultor paulista e um dos fundadores do Partido Republicano Paulista, como candidato à presidência, e pelo marechal Floriano Peixoto (1839-1895) a vice.

O resultado, no entanto, trouxe mais elementos de instabilidade para o país: Deodoro foi eleito para presidente, mas para vice venceu o candidato da chapa adversária, com o triplo de votos do candidato da chapa do presidente eleito.

Floriano Vieira Peixoto

O primeiro vice-presidente do Brasil já manifestara simpatia por um governo de militares desde os eventos que indispuseram militares e o governo imperial. Peixoto foi responsável pelas tropas militares da corte e da província do Rio de Janeiro, no último gabinete do Império, chefiado pelo visconde de Ouro Preto. Todos os comandantes de armas das províncias também estavam subordinados a ele. Diante do envolvimento de vários oficiais no golpe do dia 15 de novembro, Floriano preferiu favorecer a queda da monarquia.

Oscar Pereira da Silva/Museu Paulista da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

Marechal Floriano Peixoto, óleo sobre tela de Oscar Pereira da Silva, sem data.

4 A República por um fio... de espada

O mandato constitucional do presidente Deodoro da Fonseca vigorou de fevereiro até novembro de 1891, quando renunciou. Nesse período, vários ministros da Fazenda não conseguiram contornar os problemas econômicos desencadeados na crise do encilhamento, aprofundando a crise econômica do país. Além disso, a postura autoritária do presidente, com intervenções militares nos estados e o cerceamento da liberdade de imprensa, ampliou seu desgaste.

No Congresso, a condução do governo desagradava republicanistas liberais e parte dos positivistas. Isso reduziu o número de políticos que ainda o apoiavam. O vice-presidente, por sua vez, articulado com a bancada de republicanistas de São Paulo, mantinha-se afastado do presidente.

estado de sítio: medida extrema de restrição de liberdades e direitos individuais, decretado pelo chefe de Estado em casos de grave instabilidade institucional interna ou de guerra externa.

Em sua última cartada no poder, Deodoro decretou, no início de novembro de 1891, a dissolução do Congresso e a vigência de um **estado de sítio**. Essa situação lhe concedia poderes especiais para deportar seus opositores para regiões longínquas do território nacional. A resistência a tais medidas foi articulada por parlamentares, militares e parte da população urbana, com o apoio de Floriano Peixoto.

Além de enfrentar uma greve de ferroviários, Deodoro viu a capital federal ficar sob a mira de canhões de navios da Marinha atracados na baía da Guanabara, numa clara oposição das tropas da Armada, liderada pelo almirante Custódio de Melo (1840-1902), episódio que ficou conhecido como **primeira Revolta da Armada**. Neste cenário de pressão, o presidente renunciou ao cargo em 23 de novembro. Com o apoio dos deputados e senadores, Floriano Peixoto, o vice-presidente, foi empossado, assumindo o compromisso de preservar a república federativa e de restabelecer a ordem constitucional.

O governo de Floriano Peixoto

O mandato de Floriano Peixoto durou de novembro de 1891 a novembro de 1894. Seu governo ficou marcado pela radicalização dos grupos partidários do novo governo e também de seus opositores, em meio ao agravamento das condições econômicas — que afetavam tanto a classe trabalhadora como os empresários.

Henrique Bernardelli/Acervo da Academia Militar das Agulhas Negras, Rio de Janeiro, RJ.

Proclamação da República, óleo sobre tela de Henrique Bernardelli, de 1892. Esta obra foi produzida sob encomenda. A pintura, uma homenagem a Deodoro da Fonseca, foi elaborada em uma época em que funcionários, presidentes de estado, equivalentes aos atuais governadores estaduais, e militares deodoristas estavam sendo perseguidos por não aceitarem a conduta do presidente Floriano diante dos acontecimentos que levaram à renúncia do seu antecessor. A obra representa Deodoro como protagonista da proclamação da República. Ao fundo, sobre cavalos, estão Benjamin Constant e Quintino Bocaiuva (à esquerda). Aristides Lobo pode ser observado à direita, em pé.

Nesse tenso cenário, o presidente Floriano, com o apoio do Congresso, recorreu ao estado de sítio duas vezes e reprimiu manifestações e revoltas com rigor e violência. O fato de Deodoro e Floriano serem membros do Exército e exercerem seus mandatos de forma autoritária, principalmente ao enfrentar opositores, reforçou no imaginário brasileiro a denominação desse período como a **República da Espada**.

Logo de início, a legitimidade da posse de Floriano foi questionada por adversários civis e militares. Alegavam que a Constituição determinava novas eleições em casos de renúncia e de vacância do cargo de presidente, se ocorressem antes de completar dois anos de mandato. Floriano, por sua vez, defendia sua permanência no cargo com uma interpretação diferente dessa mesma lei. Ele alegava que a determinação constitucional se aplicava aos mandatários que tivessem sido escolhidos em eleições diretas e não – como era seu caso – eleitos indiretamente pelo Congresso.

A manifestação mais contundente contra Floriano ocorreu em abril de 1892, quando 13 militares do Exército e da Armada, em um manifesto, pediram seu afastamento e a realização de eleições. O presidente deteve os envolvidos e simpatizantes ao manifesto, incluindo jornalistas e escritores. Entre os detidos, estavam republicanos de longa data, como os escritores José do Patrocínio (1853-1905), Olavo Bilac (1865-1918) e o ex-ministro Eduardo Wandenkolk.

As revoltas Federalista e da Armada

Em fevereiro de 1893, um confronto armado de grandes proporções eclodiu no Rio Grande do Sul. Conhecido como **Revolta Federalista**, o confronto se alastrou para os estados de Santa Catarina e Paraná, tornando-se uma guerra civil. Sua origem é fruto de divergências ideológicas entre grupos da antiga oligarquia gaúcha que disputavam o poder. A revolta envolveu tropas do governo federal e exércitos privados arregimentados pelas forças adversárias da região.

Os federalistas – também conhecidos como **maragatos** – tiveram como líder Gaspar Silveira Martins (1835-1901). Martins nasceu na fronteira entre Rio Grande do Sul e Uruguai e foi ministro do Império e membro do Partido Liberal, que dominou o estado nos últimos anos da monarquia. Era contra o republicanismo positivista e a favor de uma república parlamentarista. Antigos colegas liberais monarquistas, como os generais João Nunes da Silva Tavares (1818-1906) e Gumercindo Saraiva (1852-1894), juntaram-se a ele. Para o confronto, muitos soldados foram arregimentados no Uruguai, onde as lideranças tinham contatos com grupos políticos que defendiam causas semelhantes naquele país.

Autoria desconhecida/Biblioteca Nacional do Uruguai, Montevidéu.

Grupo de maragatos, em 1893. Gumercindo Saraiva é o terceiro sentado, da esquerda para a direita.

Do outro lado, posicionaram-se os republicanos positivistas – também conhecidos como **pica-paus** – liderados por Júlio de Castilhos (1860-1903), ex-presidente do Rio Grande do Sul. Castilhos foi fundador do Partido Republicano Rio-grandense e participou ativamente na elaboração da Constituição estadual e na implantação da república no estado. Essa Constituição estadual se caracterizava por uma forte tendência positivista e autoritária, centrada na figura do presidente.

Castilhos manifestou apoio a Deodoro da Fonseca no episódio do fechamento do Congresso. Depois disso, sob pressão, teve que renunciar ao governo do Rio Grande do Sul. A princípio, aquele apoio o afastara do marechal Floriano Peixoto. Porém, a presença de Gaspar Silveira Martins (1835-1901), um antigo monarquista na luta política, fez com que Floriano apoiasse militarmente Castilhos no decorrer do conflito. Ao lado de Júlio de Castilhos também se destacaram o senador republicanista Pinheiro Machado (1851-1915), e vários grupos populares que se organizaram em todo o estado.

A Revolta Federalista foi extremamente violenta, com um grande número de pessoas fuziladas e degoladas – por isso o confronto também é conhecido como **Revolução da degola**. A violência praticada por ambos os lados atingia tanto chefes políticos como partidários anônimos.

Outro aspecto que merece ser destacado no confronto é a grande mobilização de homens armados que atuaram até o início de 1895, além de tropas oficiais do Exército e da Armada. A formação de exércitos privados para resolver questões políticas era uma prática comum dos grandes proprietários rurais. Também chamados de **coronéis**, estes se apoiavam sobre uma extensa clientela, constituída de homens sem posses, que se colocavam à disposição em troca de contribuição financeira e material.

No segundo semestre de 1893, com a luta em andamento, o grupo dos federalistas contou com o apoio de parte das tropas da Armada brasileira, que novamente se rebelava contra o governo federal, chefiado por um membro do Exército.

Para alguns estudiosos, o confronto entre membros da Marinha e do Exército nestes anos iniciais da república revela um conflito de classes. Na época, a Marinha brasileira, com seus membros oriundos de famílias da aristocracia, era mais conservadora. Muitos de seus almirantes e membros de patentes mais altas eram monarquistas. O Exército, por sua vez, era composto de membros de diferentes camadas sociais, com pessoas vindas de extratos mais baixos da sociedade. Desde a década de 1880, abrigava membros com posicionamentos de caráter transformador.

A demissão do almirante Custódio de Melo (1840-1902), então ministro da Marinha, e a prisão do almirante Eduardo Wandenkolk, críticos e contrários a Floriano, provocaram uma reação da Armada. Em setembro, navios de guerra sob o comando de Custódio de Melo e do almirante Saldanha da Gama (1846-1895), foram posicionados na baía de Guanabara, com seus canhões apontados para a cidade do Rio de Janeiro, repetindo a estratégia de 1891 e dando origem à **segunda Revolta da Armada**. Dessa vez, os revoltosos defendiam novas eleições, com Custódio de Melo sendo considerado um candidato declarado à Presidência.

coronel: a mais alta patente da Guarda Nacional, milícia civil criada em 1831 e extinta em 1918.

Leituras

Leia abaixo um texto do historiador Renato Mocellin explicando os termos utilizados para designar os participantes da Revolta Federalista.

Maragatos x Pica-paus

Os federalistas receberam de seus inimigos o apelido de “maragatos”. A origem do termo é controvertida. Porém, ao que tudo indica, a palavra originou-se no Uruguai, de onde partiu Gumercindo Saraiva, chefiando um grupo de uruguaios conhecidos como “maragatos”, por serem descendentes de espanhóis vindos da região de La Maragatería. Os **castilhistas** passaram a usar o termo de forma pejorativa, identificando os federalistas como invasores estrangeiros e mercenários.

Aos castilhistas atribuiu-se o apelido de “pica-paus”, pois usavam roupas azuis e quepe vermelho [daí a associação com o pássaro]. O símbolo dos “maragatos” era um lenço vermelho, enquanto o dos “pica-paus” era um lenço branco.

MOCELLIN, Renato. *Federalista*: a revolução da degola. São Paulo: Ed. do Brasil, 1989. p. 17.

castilhistas: partidários do governador Júlio de Castilhos, contra o qual lutavam os federalistas.

O marechal Floriano Peixoto resistiu à ameaça e decretou estado de sítio na cidade do Rio de Janeiro, suspendendo as liberdades civis e de imprensa. A capital federal foi bombardeada várias vezes ao longo do mês de setembro. Na imprensa, florianistas e opositores se enfrentavam. Um manifesto de Saldanha da Gama publicado em dezembro de 1893 ajudou a reforçar junto à população a ideia de que a Armada lutava pela restauração da monarquia no país.

A ofensiva rebelde se estendeu até março de 1894, quando a falta de água, alimentos e munição nas embarcações, além da ameaça de bombardeio vinda de navios de guerra estadunidenses, especialmente enviados a pedido de Floriano, levaram os revoltosos à rendição e à solicitação de asilo em dois navios portugueses. Parte dos revoltosos da Armada foi para o sul se juntar ao grupo de federalistas, continuando sua luta contra o governo federal. Alguns se juntaram aos federalistas que estavam em Desterro, capital de Santa Catarina, onde havia sido instituída uma república autônoma desde setembro de 1893.

Juan Gutierrez/Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

Portão de entrada da Fortaleza de São José, ilha das Cobras, no litoral carioca, em fins do século XIX. A construção foi danificada por bombardeios durante a segunda Revolta da Armada.

Detroit Publishing Co/Biblioteca do Congresso, Washington, D.C., EUA.

O couraçado *Aquidaban*, em foto de 1893, aproximadamente. Esse era um dos quinze navios de guerra tomados pelo almirante Custódio de Melo, em 6 de setembro de 1893. O couraçado foi usado na defesa de Santa Catarina, quando a capital Desterro estava sob domínio das tropas rebeldes.

Ao longo de todo o ano de 1894, cresceu a ofensiva sobre as tropas federalistas. Nessa época, o governo federal contava também com navios estrangeiros, arrendados especialmente para este confronto.

Desterro foi retomada em abril e 180 federalistas foram fuzilados. O estado do Paraná, cuja capital Curitiba estava sob o domínio dos revoltosos, também foi retomado na mesma época. No conflito, militares e civis que lutaram ao lado dos revoltosos foram fuzilados. Entre os mortos, estavam membros da elite local e grandes proprietários de terras, alguns deles portadores de títulos de nobreza do império. O mesmo aconteceu no interior e no litoral do Rio Grande do Sul.

Os grupos também travaram uma luta simbólica, manipulando as narrativas divulgadas em jornais e em correspondências entre comandantes. O episódio de maior destaque desse embate simbólico ocorreu após vitória dos governistas em Desterro. Em outubro de 1894, por iniciativa da elite republicana local, a Assembleia Legislativa alterou o nome da cidade para Florianópolis, em homenagem ao presidente.

A vitória das tropas federais e castilhistas em 1895 fortaleceu o ideal republicanista positivista no Rio Grande do Sul. Ao reassumir o governo, Júlio de Castilhos manteve a mesma constituição autoritária e positivista que havia sido um ponto de discórdia com os federalistas. No âmbito federal, o jacobinismo florianista, revelado pelos batalhões constituídos de civis armados, preservou acesa a chama da participação direta da população na defesa da forma de governo.

Os batalhões de jacobinos florianistas

Durante seu governo, o marechal Floriano Peixoto desfrutou de elevada popularidade entre setores pobres dos centros urbanos, principalmente do Rio de Janeiro. Logo no início de seu mandato, articulado com a administração da capital federal, Floriano adotou medidas significativas para enfrentar o alto custo de vida.

O presidente também era popular entre oficiais de baixa patente e soldados do Exército. Essa popularidade aumentou principalmente depois que o marechal se posicionou contra Deodoro da Fonseca no episódio do fechamento do Congresso. Ao tomar posse e restabelecer a vigência da Constituição, Floriano dizia agir em nome dos cidadãos e de setores das Forças Armadas que defendiam a república.

Charge de Angelo Agostini, publicada na capa da *Revista Illustrada*, edição 640, de março de 1892. A imagem original foi publicada acompanhada por uma legenda com os dizeres: "A Esfinge: resolva-me ou te devoro". Naquele contexto, o governo federal buscava meios de conter os gastos, ao mesmo tempo em que atendia aos anseios da burguesia. Ao longo desse ano e dos seguintes, para enfrentar os gastos com os conflitos relacionados à segunda Revolta da Armada e à falta de dinheiro no mercado interno, teve de emitir dinheiro, afetando a política monetária do país.

Durante a segunda Revolta da Armada, a propaganda governista em jornais e comícios estimulou civis a formarem batalhões armados e a atuarem ao lado do Exército e das forças públicas que apoiavam o governo. Esses agrupamentos civis eram conhecidos como **batalhões patrióticos**. Muitos desses voluntários se consideravam jacobinos florianistas, associando o ideal de luta popular ao apoio dado ao marechal.

No entanto, o governo não estimulou a dissolução dos batalhões no final da segunda Revolta da Armada. Manteve-os de prontidão para lutar contra os federalistas. Batalhões se deslocaram do Rio de Janeiro para os locais dos conflitos.

A desmobilização dos batalhões só aconteceu sob o governo de Prudente de Morais. Houve resistência a essa determinação. Alguns jacobinistas chegaram a tentar articular um golpe de Estado para destituir Prudente de Morais da presidência. Diante da dificuldade em efetivá-lo, o jacobinista florianista Deocleciano Martyr se envolveu em um atentando frustrado contra a vida do presidente, em 1897. Foi condenado à prisão e seu batalhão foi desativado. Aos poucos, todo o movimento sucumbiu.

Leituras

Jacobinos florianistas: de patrióticos a arruaceiros

A existência e o estímulo aos batalhões de voluntários não era unanimidade na sociedade brasileira. Segundo a historiadora Amanda Mussi Gomes, havia quem discordasse da militarização da população e do fortalecimento de grupos aliados ao que havia de mais radical em termos de posicionamento político.

> [...] tratamento que os contemporâneos dispensavam aos jacobinos brasileiros não pode ser reputado apenas ao desconhecimento das diferenças entre estes e os seus precursores franceses. Tratava-se, antes, de desqualificar as ideias e estratégias de ação dos jacobinos na capital federal, através da sua associação simbólica a um modelo histórico considerado negativo porque radical, autoritário e fracassado.
>
> [...] O vocábulo [jacobinos] era apropriado como sinonímia de "republicanos sinceros e leais" por parte dos agentes que tomavam para si a designação. Já os seus desafetos políticos mobilizavam a mesma forma lexical com as acepções de "exaltados", "arruaceiros", "desordeiros" e, no limite, "terroristas". [...] Em razão dos sentidos atribuídos ao vocábulo jacobinos, muitos combatentes e ex-combatentes voluntários buscaram inicialmente afastar de si a alcunha, pois não queriam ser definidos como "desordeiros", uma vez que se julgavam "mais moderados espíritos" [...].

GOMES, Amanda Mussi. Jacobinos: abordagem conceitual e performática. In: *Cantareira*. Revista eletrônica dos graduandos e pós-graduandos em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), v. 12a, 2008. Disponível em: <www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp-content/uploads/2013/05/e13a01.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2016.

A oligarquia chega à Presidência

Demorou mais de vinte anos, desde a divulgação do Manifesto do Partido Republicano Paulista, em 1873, para que a elite agrária conseguisse assumir o governo federal. Isto se deu através do grupo paulista, que na época era responsável pela produção de café, principal produto de exportação do país.

A candidatura de um civil paulista foi acertada durante as revoltas da Armada e Federalista. O escolhido foi Prudente de Morais, para um pleito em que não houve adversários.

Com a eleição de Prudente de Morais, ascendia ao poder o ideal de uma república civil e liberal, em parte já garantida pela Constituição. No entanto, era preciso desmobilizar a população armada e desmilitarizar os cargos públicos e chefias de estados, além de conquistar o apoio dos oficiais do Exército e da Armada. Também coube à gestão de Prudente de Morais negociar o fim dos conflitos entre federalistas e castilhistas, no sul do país, o que exigiu de seu governo habilidade política para alcançar a paz e, ao mesmo tempo, neutralizar os oficiais florianistas.

A mudança de posicionamento do governo federal em relação à jovem oficialidade e, principalmente, aos jacobinistas dos batalhões patrióticos gerou a principal resistência ao mandato de Prudente de Morais. Entre 1895 e 1897, comícios e protestos nas ruas com grande adesão popular eram frequentes, principalmente na cidade do Rio de Janeiro. Sem o marechal Floriano Peixoto à frente do governo, os jacobinistas se posicionavam contra o mandato civil e a política antimilitar em curso. Ampliando o discurso crítico, protestavam também contra a alta do custo de vida e, num tom claramente nacionalista, recriminavam abertamente os portugueses que controlavam o pequeno comércio e as propriedades alugadas para classes populares.

Os ânimos da população se acirraram ainda mais em março de 1897, com a chegada da notícia ao Rio de Janeiro da terceira derrota das tropas do Exército contra o arraial de Canudos, no sertão da Bahia, e a morte do comandante das tropas, Moreira César (veremos os eventos em torno deste acontecimento no próximo capítulo). Para os moradores da capital federal, informados por órgãos elitistas e preconceituosos da imprensa, o arraial e seus moradores eram uma resistência monarquista que deveria ser destruída.

A perda de um líder militar florianista e o receio do retorno da monarquia motivaram os jacobinistas a armarem um atentado contra o presidente, que, como vimos, saiu ileso. A partir de então, a perseguição àqueles militares patrióticos intensificou-se, ajudando a diminuir a mobilização popular.

Após ter patrocinado a destruição do arraial e atuado para desmobilizar a força política que vinha das ruas, Prudente de Morais viabilizou sua sucessão, com a eleição de Campos Sales, que seria responsável pela consolidação da República oligárquica. Com Campos Sales, cujo mandato durou de 1898 a 1902, foram implantados mecanismos que fortaleciam o poder dos governadores e das lideranças políticas municipais e distritais, os já citados coronéis. Estes, mais próximos do dia a dia das comunidades, estavam diretamente ligados ao controle dos votos nas eleições.

Política dos governadores, coronelismo e o voto de cabresto

Na crença de que a direção de um processo político deveria ser conduzida por poucos, e que o Executivo era o mais importante dos três poderes, Campos Sales concebeu um arranjo político em que o presidente da República pudesse ter o apoio do Legislativo.

O arranjo ficou conhecido como **Política dos governadores**. Através de articulação política e reformas das leis eleitorais, Campos Sales instituiu uma ordenação pela qual os governadores se comprometiam a influenciar as eleições legislativas para garantir a escolha de candidatos alinhados aos interesses do Executivo federal. Em troca, não interferiria na condução dos assuntos da política estadual, abandonando as práticas de seus antecessores.

Como parte deste arranjo, Campos Sales apoiou alterações na forma com que os votos dados aos candidatos às cadeiras do legislativo federal eram validados.

O voto de cabresto retratado pelo traço do chargista Alfredo Storni. Revista *Careta*, Rio de Janeiro, 1927.

Validar votos era uma prerrogativa da Câmara dos Deputados, por meio de uma comissão específica denominada **Comissão de Verificação de Poderes**. Com a nova proposta, o controle da comissão passou a ser exercido por um nome político afinado com o presidente da República. Isso possibilitou a "degola", o não reconhecimento de adversários eleitos. Assim, buscava-se evitar surpresas ou objeções vindas de grupos de oposição que conseguiam se eleger em algumas localidades.

É importante ressaltar que tal arranjo político se apoiava na vigência do voto em aberto e na possibilidade de fraudes que dificilmente seriam averiguadas. O voto em aberto por si só fragilizava os eleitores. No momento da eleição, cada eleitor manifestava a sua opção diante dos mesários das seções eleitorais, responsáveis pelos registros em atas. Estes, por sua vez, eram escolhidos pelas Câmaras de Vereadores, sendo, portanto, comprometidos com os grupos dominantes locais.

Assim, registros de votos eram forjados, adulterados e eliminados nas atas de eleições de cada mesa. Ao serem encaminhadas para a Comissão de Verificação instalada na Câmara dos Deputados, os resultados registrados nas atas poderiam ser aceitos ou impugnados ("degola"), de acordo com o posicionamento político dos verificadores.

Com tais regras eleitorais, percebe-se que os municípios se tornaram espaços privilegiados do jogo político do período. Em diversas localidades do país, práticas de disputa e controle dos votos foram fortalecidos. Nesse cenário, os eleitores e os chamados coronéis eram protagonistas.

O prestígio dos coronéis junto à população tornou-se moeda de troca durante as eleições para presidente de estado, atual governador, e para prefeito. Na estrutura federativa criada pela Constituição, os coronéis dependiam das autoridades do estado para que recursos públicos fossem empregados em sua área de projeção, bem como para que atuassem no preenchimento dos cargos públicos locais. Nessas circunstâncias, os pactos entre os grupos políticos locais e os presidentes de estado eram inevitáveis.

Proprietários de terras, comerciantes e médicos que angariavam grande apoio popular também agiam para controlar os eleitores, mesmo que não tivessem o título de coronel. Esse controle era exercido por meio de práticas **clientelistas**, como a dis-

clientelista: referente a clientelismo, uma prática política que consiste na troca de favores entre detentores de poder e eleitores.

tribuição de gêneros de primeira necessidade e dinheiro e promoção do desenvolvimento local em troca de apoio eleitoral. Essa forma de controle dos votos ficou conhecida como **voto de cabresto**.

gêneros de primeira necessidade: produtos considerados indispensáveis para a subsistência, como pão, leite, farinha e carne.

Disputas entre coronéis da mesma localidade eram frequentes, seja pelo poder político local, seja pelas fontes de riqueza, como terras, minas e animais. A violência se disseminava com a formação das milícias armadas nas comunidades. A população em geral era envolvida nessas disputas, obrigada a se posicionar diante dos grupos para garantir sua sobrevivência. Ao longo da Primeira República, o governo federal interferiu em muitos estados, na tentativa de diminuir as tensões.

Esses mecanismos que possibilitavam tal cenário somente foram modificados após 1930. Tempo suficiente para que essas práticas políticas autoritárias se enraizassem na sociedade e adiassem a implantação de uma democracia abrangente e plena e de uma república efetivamente voltada para os interesses coletivos.

A economia na República oligárquica

Ao assumir a Presidência da República e ter o poder civil consolidado com a política dos governadores, as oligarquias do país passaram a dominar a maioria dos canais de exercício de poder, envolvendo as esferas federal, estadual e municipal. Porém, grupos oligárquicos, cujas bases estavam nos estados, eram maioria. E a importância entre eles variava de acordo com o tamanho da atividade econômica com a qual estavam envolvidos.

Na última década do século XIX e no início do século XX, ao mesmo tempo que havia uma forte e dinâmica atividade cafeeira, que se estendia entre São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, também despontava a exportação da borracha, extraída dos seringais da Floresta Amazônica, fortalecendo a burguesia comercial estabelecida no Amazonas e Pará. Havia, ainda, produções voltadas para o consumo interno do país, como a de gado, no estado do Rio Grande do Sul; mate, no Paraná; e algodão e açúcar em estados como Bahia, Pernambuco e Paraíba.

Todos esses interesses estavam representados no Congresso Nacional, onde havia também alguns defensores da atividade industrial.

Apesar disso, o peso da atividade cafeeira na economia dava mais poder de decisão às bancadas dos estados produtores de café, que eram as maiores. O setor que não estava presente no Congresso Nacional era o das classes trabalhadoras.

Nesse período, predominou na América Latina, e particularmente no Brasil, o investimento de capital inglês e, em menor quantidade, capital francês, alemão, belga e estadunidense. Esses recursos entraram com finalidades distintas, como empréstimos ao governo republicano, investimentos para a implantação da rede ferroviária, para a modernização dos portos e para melhoria de grandes centros urbanos, e em forma de equipamentos para indústrias surgidas desde o final do século XIX.

Para saber mais

Política do café com leite

Na virada do século XIX para o século XX, os estados de Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Pernambuco eram os mais populosos do país, o que justificava um número maior de deputados nas respectivas bancadas da Câmara de Deputados. Desta forma, era significativo o peso da representação destes estados nas negociações e decisões políticas tomadas pelo Legislativo.

Além disso, os estados de São Paulo e Minas Gerais eram os maiores produtores de café, seguidos pelo Rio de Janeiro. Tal posição econômica ampliava o poder das bancadas paulista e mineira, que conseguiam impor seus próprios interesses, tanto no dia a dia do Congresso como na definição da candidatura para a Presidência do país, a cada quatro anos.

Essa influência sobre as demais bancadas durou quase toda a Primeira República. Nesse período, foram eleitos onze presidentes alinhados aos interesses de São Paulo e Minas Gerais, sendo seis paulistas e três mineiros. O termo "política do café com leite" era usado pela população para se referir à capacidade persuasiva das duas bancadas. O nome referia-se à produção de café do estado de São Paulo e à produção de leite do estado de Minas Gerais.

A atividade cafeeira e os interesses nacionais

Ao longo de toda a Primeira República, o país se manteve dependente da atividade agrícola, especialmente da exportação de café, sua principal fonte de divisas.

No começo da última década do século XIX, a alta dos preços do café no mercado internacional provocou uma grande expansão dessa cultura. Outro importante fator para esse crescimento foi a grande oferta de crédito, que era utilizado no financiamento de novos cafezais e no desenvolvimento das estradas de ferro, necessárias para transportar os grãos da zona rural aos portos.

Nessa época, São Paulo tinha uma elevada arrecadação de impostos sobre a exportação de seu principal produto. Isso possibilitava ao governo paulista subsidiar, por exemplo, a política de imigração, destinando recursos para o transporte de trabalhadores do porto de Santos, por onde chegavam, até as fazendas no interior.

ullstein bild/Getty Images

Mulheres trabalham em cafezal no interior de São Paulo. Foto do início do século XX. A formação de um cafezal era uma fase custosa para o proprietário de terra, pois demorava aproximadamente de cinco a seis anos até que a plantação produzisse grãos em quantidade e qualidade suficientes para resultar em uma boa colheita.

Entre 1896 e 1897, Estados Unidos e Europa, os principais importadores do café brasileiro, passavam por uma recessão que afetou diretamente a exportação do produto. A oferta se tornou abundante para um mercado reduzido, o que fez com que o preço do café caísse.

Com a diminuição na exportação, a quantidade de dinheiro estrangeiro que entrava no país também caiu. Esse dinheiro estrangeiro pagava a importação de gêneros alimentícios utilizados no abastecimento de grandes cidades, máquinas para as indústrias que se formavam e dívidas contraídas com bancos estrangeiros. E, com a queda nas importações, diminuía a arrecadação do governo federal, cuja principal receita vinha de impostos sobre estas transações.

Por volta de 1898, o Brasil estava à beira de um colapso financeiro. Além das dificuldades com as exportações e importações, ainda havia problemas decorrentes da política monetária do início da década.

Com elevada dívida externa e grandes gastos governamentais, o governo federal recorreu aos credores internacionais para negociar um novo empréstimo. Devido ao elevado valor, de aproximadamente 10 milhões de libras esterlinas, foi dada como garantia a renda obtida pelo Brasil em todas as alfândegas existentes no país. Além disso, o governo brasileiro também se comprometeu a não tomar novos empréstimos por quatro anos e a reduzir a quantidade de papel-moeda em circulação. O acordo em questão, conhecido pela expressão em inglês *funding loan*, foi fechado nos últimos meses do governo de Prudente de Morais, com o consentimento de Campos Sales, o sucessor eleito.

Ao tomar posse, o novo presidente implantou as medidas acordadas, reduziu os gastos governamentais, diminuiu os recursos para obras públicas e aumentou os impostos, principalmente sobre os produtos de consumo. No conjunto, as medidas reduziram a inflação e também a atividade produtiva no país, gerando uma **recessão**. No entanto, as medidas também ajudaram a aliviar as contas do país, ao adiar o pagamento das dívidas e restringir a capacidade de importações, diminuindo os gastos em moeda estrangeira.

Por mais que a elevação de impostos e a queda da atividade econômica tenham atingido quase todas as classes sociais do país, os mais humildes eram os mais afetados, tanto nos centros urbanos como na zona rural.

recessão: redução da atividade econômica com queda da produção e elevação do desemprego.

> Entre 1898 e 1904, o pagamento pela saca do café caiu de 90 mil-réis para 60 mil-réis e, pela colheita, de 680 mil-réis para 450 mil-réis. Os salários urbanos eram mais baixos: em 1900 uma lavadeira recebia por volta de mil-réis diários e os subalternos da Diretoria Geral da Saúde Pública, aproximadamente 75 mil-réis mensais. A situação dos marinheiros era extremamente crítica: em 1910 uma primeira classe (a mais alta hierarquia da categoria), com todas as gratificações, recebia aproximadamente 15 mil-réis mensais. [...] [No] Rio de Janeiro e São Paulo, a crise habitacional era crônica e os aluguéis, exorbitantes.
>
> ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano*. Volume 1: O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à revolução de 1930. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 215.

Durante o governo do presidente Rodrigues Alves, entre 1902 e 1906, os preços do café no mercado internacional continuavam a cair, consequência da crescente produção não acompanhada do aumento do consumo. Os produtores e governadores dos três estados produtores (SP, MG, RJ) se mobilizaram, então, para criar mecanismos que valorizassem o café. Reunidos em 1906 na cidade paulista de Taubaté, assinaram um acordo que ficou conhecido como **Convênio de Taubaté**.

O acordo definia um plano de ação com os seguintes termos:

- compra e estocagem do café excedente pelo Estado. A medida visava regular a oferta do produto para elevar o preço da saca do café a níveis desejáveis;
- negociação de empréstimos externos para custear a compra e a estocagem;
- arrecadação de porcentagem sobre cada saca exportada para o pagamento do empréstimo;
- criação, por parte do governo federal, de mecanismos que pudessem manter o câmbio desvalorizado;
- imposição de taxas sobre novas plantações;
- investimento em propaganda no exterior para aumentar o consumo de café.

The Granger Collection/Glow Images

Interior de oficina de seleção e ensacamento de grãos de café, em Santos, São Paulo. Foto do início do século XX. Inicialmente, esta atividade era realizada por prestadores de serviços autônomos, em oficinas com equipamentos movidos a energia elétrica. No início do século XX, ela passou a ser executada pelas próprias casas exportadoras, o que aumentou o seu poder de controle sobre a comercialização.

Para saber mais

Financistas e comerciantes controlam os lucros da cafeicultura

A participação de empresas ou bancos estrangeiros no comércio de exportação do café brasileiro remonta aos anos 1870. Nessa época, o telégrafo permitia aos comerciantes estrangeiros instalados no Brasil acompanhar as oscilações do mercado europeu e estadunidense antes de negociar o preço do café no mercado nacional.

Cabia às empresas estrangeiras adquirir o café dos fazendeiros e colocá-lo no mercado internacional, adiantando, às vezes, recursos para que a fazenda e seu proprietário mantivessem suas atividades. Até o início do século XX, essa etapa contava com a participação de agentes intermediários chamados **comissários**. Esses agentes repassavam empréstimos de bancos nacionais aos fazendeiros, que empregavam o dinheiro nas atividades de cultivo. Em troca, recebiam a produção, que era preparada para a exportação (os melhores grãos eram selecionados e ensacados, um trabalho realizado por terceiros) e repassada a um comerciante exportador, mediante uma comissão sobre o valor da venda.

No entanto, com a crise econômica dos primeiros anos da República, grande parte dos bancos nacionais e comissários faliram. No auge da crise do preço do café, no início dos anos 1900, muitos fazendeiros procuraram as casas exportadoras para negociar diretamente a entrega da produção.

A proposta não recebeu o apoio do presidente Rodrigues Alves, que considerava a política de desvalorização monetária inadequada. Porém, obteve a aceitação do novo presidente eleito, Afonso Pena, empossado ainda em 1906 e que governou até 1909.

As medidas desejadas pelo convênio foram adotadas e o principal objetivo foi alcançado: entre 1906 e 1913, o preço do café ficou em patamares rentáveis, garantindo grandes lucros, que foram distribuídos de forma desigual entre fazendeiros e agentes estrangeiros.

Quando o programa de valorização do café foi instituído, em 1906, os grupos estrangeiros estavam em melhores condições para comprar a produção e retê-la por longos períodos, adiantando aos produtores os ganhos que poderiam obter quando liberassem os estoques. Como controlavam a liberação para conseguir o melhor preço, eram eles que acumulavam a maior porcentagem dos lucros obtidos com a cafeicultura.

O sucesso da valorização do café manteve o setor em expansão, apesar de os termos acordados em Taubaté e aprovados no Congresso instituírem mecanismos de redução da produção que não foram cumpridos. Em outras fases de superprodução de café, governos dos estados produtores aproveitaram-se do alinhamento político com presidentes e com bancadas no Congresso e implantaram dois outros programas de valorização, em 1917-1918 e entre 1921-1923. A fim de manter elevada a renda do cafeicultor, a partir de 1924 foi instituído um programa permanente de valorização. Isso durou até a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929.

Riqueza para ostentar e modernizar

Durante o período em que vigorou a política de valorização do café, as importações brasileiras aumentaram consideravelmente, favorecidas pela entrada de capitais provenientes da cafeicultura e da exportação da borracha.

Desde os últimos anos da década de 1890, parte significativa das divisas foi usada não somente para pagar juros e compromissos internacionais e para importar bens de consumo, como alimentos, utensílios, tecidos, mas também para ampliar os investimentos em ferrovias, portos e em melhorias nas grandes cidades. Outro setor amplamente beneficiado pela entrada de capitais foi o industrial, que analisaremos mais à frente.

Com os lucros obtidos, no início do século XX, alguns fazendeiros construíram palacetes destinados à moradia em áreas urbanizadas, onde era possível levar uma vida social distinta dos hábitos rurais e ostentar seu poder financeiro e seu *status* social. Assim, a má distribuição de riqueza tornava-se visível.

Nesta mesma época, cidades como Campinas e Ribeirão Preto, próximas da próspera zona cafeeira paulista, receberam melhorias urbanísticas: grandes edifícios, teatros e mansões foram construídos, seguindo tendências arquitetônicas europeias.

Na cidade de São Paulo, por exemplo, a área mais antiga e central manteve-se como espaço destinado a serviços, bancos e comércio. Os fazendeiros se instalaram em mansões localizadas em novos bairros cortados por ruas e avenidas largas e iluminadas, longe de onde a população mais pobre vivia.

IEPHA/MG

Interior do Palácio da Liberdade, residência oficial e sede do governo estadual de Minas Gerais, Belo Horizonte. Destaque para a ornamentação *art nouveau*. Foto de 2011.

Em Minas Gerais, para demarcar a era de prosperidade econômica e modernidade, a elite local determinou, em 1893, que o antigo arraial denominado Curral del Rei passaria a sediar a capital do estado. Em 1897, após quatro anos de obras, o arraial ganhou a feição de uma cidade moderna, Belo Horizonte, a primeira totalmente planejada em nosso país. A nova capital contava com edifícios públicos para sediar as repartições e ruas iluminadas com lâmpadas elétricas, sem nenhum vestígio das antigas construções. A população que habitava o arraial antes das obras ficou sem lugar nesse projeto modernizador. Acabou sendo deslocada para além dos limites que demarcavam o perímetro da nova capital, em locais sem as benfeitorias que caracterizavam os bairros recém-construídos.

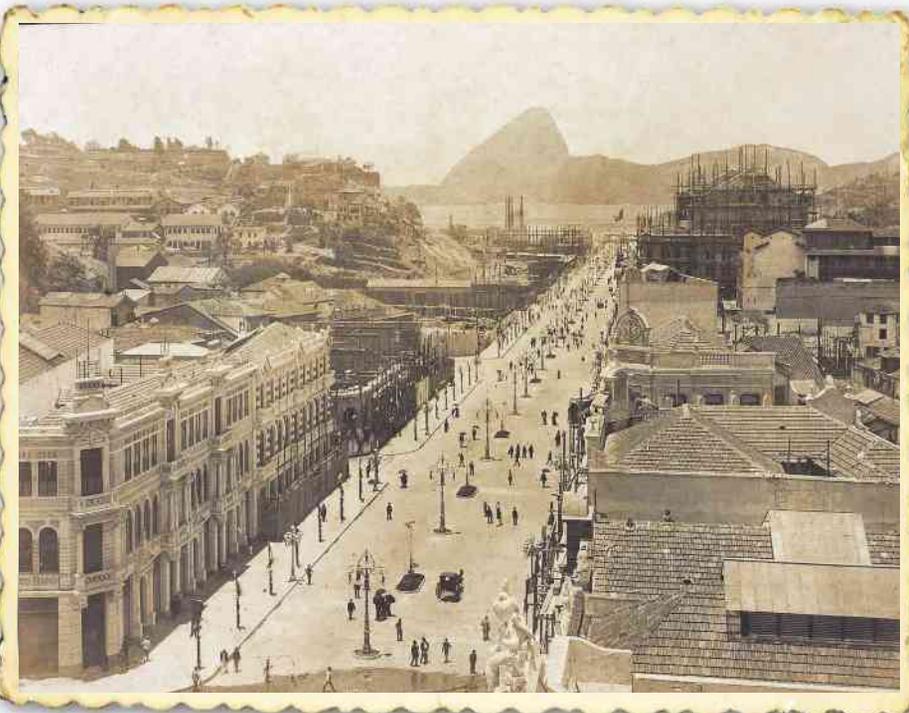
A cidade do Rio de Janeiro também passou por grande transformação, principalmente na região portuária, local de entrada das mercadorias e dos visitantes. O local era ocupado por velhos casarões degradados, onde a numerosa população pobre vivia em condições sanitárias precárias. Para as autoridades, a região era uma ameaça permanente à saúde e à segurança.

O presidente Rodrigues Alves promoveu uma grande reforma, englobando o porto e seu entorno, ampliando a sua capacidade de embarque e desembarque, e transformando a região em local de passeio para as classes mais abastadas. Investiu, ainda, em uma ampla ação sanitarista a fim de livrar a cidade de focos de difteria, varíola e febre amarela.

Como resultado, os antigos casarões foram demolidos – processo conhecido como "bota-abaixo" – e a população pobre foi deslocada, sob muito protesto e resistência, pois não era indenizada nem recebia um local alternativo de moradia. Essa população acabou se instalando nas encostas dos morros no entorno da região, de forma mais precária ainda. O autoritarismo do poder público, apoiado pelas elites e intelectuais, resultou na imposição de um novo padrão urbanístico que passou a conviver com as favelas que então se formaram (você estudará sobre isso nos próximos capítulos).

Autoria desconhecida/Coleção particular

Início das obras para a construção da avenida Central, na cidade do Rio de Janeiro, início de 1904.

Torres/Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

Avenida Central em fins de 1905, na cidade do Rio de Janeiro.

Leituras

Os significados da avenida Central

O escritor Lima Barreto registrou suas impressões sobre a região da avenida Central em seus cadernos pessoais, quase um ano antes de sua inauguração. Sua visão é crítica e nada entusiasmada. Leia o trecho a seguir.

> Ontem, ao sair da secretaria, passei pela rua do Ouvidor e não vi a Palhares. Acho-a curiosa por causa do mestiçamento que nela há, disfarçado pelos cuidados meticulosos da *toilette*: perfumes, pomadas, pós, etc. Isso aborreceu-me mais do que estava aborrecido e na botica tive sono. Saí e tomei um bonde e fui à Prainha. A rua está outra, não a conheci bem. Se os prédios fossem mais altos, eu me acreditaria em outra cidade. Estive na esquina dela com a avenida, a famosa avenida das indenizações, subi-a a pé, tomei pelo que resta de beco da rua da Prainha, agora em alargamento, e segui pela rua Larga de São Joaquim, prolongada e alargada até o Largo de Santa Rita. A rua quebra um pouco do primitivo alinhamento, mas mesmo assim ficará bela. Entretanto, como vêm já de boa administração essas modificações, acredito que o Rio, o meu tolerante Rio, bom e relaxado, belo e sujo, esquisito e harmônico, o meu Rio vai perder, se não lhe vier em troca um grande surto industrial e comercial; com ruas largas e sem ele, será uma aldeia pretensiosa de galante e distinta, como é o tal de São Paulo.

BARRETO, Lima. *Diário íntimo*. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000066.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2016.

A partir de artigos da imprensa da época, o historiador Nicolau Sevcenko constatou que, desde a sua inauguração em 1905, a nova avenida Central, na cidade do Rio de Janeiro, foi palco para o desfile de novos hábitos, trajes e comportamentos que reproduziam padrões europeus. A larga avenida foi aberta para facilitar o acesso ao porto e tornou-se um local de passeio para as classes mais ricas do período.

> [...] As revistas mundanas e os colunistas sociais da grande imprensa incitavam a população afluente para o desfile de modas na grande passarela da avenida, os rapazes no rigor ***smart*** dos trajes ingleses, as damas exibindo as últimas extravagâncias dos tecidos, cortes e chapéus franceses. A atmosfera cosmopolita que desceu sobre a cidade renovada era tal que, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, as pessoas ao se cruzarem no grande bulevar não se cumprimentavam mais à brasileira, mas se repetiam uns aos outros: "*Vive la France!*". Como corolário, as pessoas que não pudessem se trajar decentemente, o que implicava, para os homens, calçados, meias, calças, camisa, colarinho, casaco e chapéu, tinham seu acesso proibido ao centro da cidade. Mais que isso, nas imediações, as tradicionais festas e hábitos populares, congregando gentes dos arrabaldes, foram reprimidos e mesmo o Carnaval tolerado não seria mais o do entrudo, dos blocos, das máscaras e dos sambas populares, mas os dos corsos de carros abertos, das batalhas de flores e dos pierrôs e colombinas bem-comportados, típicos do Carnaval de Veneza, tal como era imitado em Paris.
>
> [...]

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcia da ordem e ilusões do progresso. In: ______ (Org.). *História da vida privada no Brasil. Volume 3*: República: da *Belle Époque* à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 26-27.

smart: elegante, em inglês.

A industrialização se acelera com os lucros da cafeicultura

A boa fase da economia cafeeira acabou favorecendo também o desenvolvimento da atividade industrial no país.

A estabilidade dos lucros permitiu ao setor cafeeiro a manutenção do incentivo à imigração europeia nos estados produtores e a ampliação das estradas de ferro. Isso favoreceu o aumento populacional, o desenvolvimento de novos núcleos urbanos ao redor das estações ferroviárias e a interligação de áreas que antes ficavam afastadas e isoladas.

Muitos dos milhares de imigrantes vindos para o Brasil a partir dos anos 1880 se estabeleceram em cidades, principalmente do Sul e do Sudeste, e não em fazendas.

Isso provocou um aumento na mão de obra disponível para outras atividades produtivas e um crescimento do mercado de gêneros de primeira necessidade.

Entre 1889 e 1896 já havia ocorrido um surto de crescimento industrial, decorrente das medidas de Rui Barbosa que favoreceram este setor. Nessa época, grandes fábricas de tecidos de algodão foram implantadas na Bahia, em Pernambuco e no Maranhão. Em outras regiões do Nordeste e do Sudeste, surgiram também indústrias de sacaria, tecidos de lã e fósforos.

A partir de 1906, num período de altos lucros do setor cafeeiro, fazendeiros, empresários do comércio exportador e alguns bancos buscaram diversificar os investimentos. Desse modo, eles passaram a investir no setor industrial, importando equipamentos para geração de energia e maquinário. A tabela a seguir mostra o crescimento do número de indústrias no Brasil entre 1907 e 1920:

Número de indústrias no Brasil

Ano	Nº de empresas	Nº de operários
1907	3 258	149 018
1920	13 336	275 512

Fonte: SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1995. p. 72.

Em geral, eram indústrias de dois tipos: as que transformavam alguns produtos naturais para serem exportados, como as de refinação de açúcar ou de beneficiamento do algodão, e aquelas que produziam mercadorias para consumo do dia a dia das populações de baixa renda, como tecidos baratos, chapéus, bebidas, etc. Capital também era investido na construção de pequenas hidrelétricas e linhas de transmissão de energia para alimentar as fábricas.

Como não havia uma rede de transporte que cobrisse todo o território nacional, a produção industrial se concentrou em regiões de maior povoamento e onde o sistema ferroviário estava presente, como Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco e Ceará.

Apesar do crescimento industrial no Brasil, até a década de 1930 as oligarquias agrárias, principalmente a cafeeira, tinham grande poder de decisão no âmbito federal e estadual. Portanto, não houve incentivos para a industrialização no país. Os poucos congressistas entusiastas da industrialização frequentemente reclamavam dos altos impostos sobre a importação de maquinário, numa época em que elas não eram produzidas no país, e da falta de restrições à importação de mercadorias que concorriam com as nacionais ou que poderiam ser fabricadas aqui.

A falta de produção de máquinas transformou-se num grande impasse para a indústria nacional entre 1914 e 1919. Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, a importação de mercadorias e máquinas diminuiu. O conflito também criou a possibilidade de as indústrias brasileiras ampliarem a produção para substituir a importação em queda, mas os empresários esbarravam nas dificuldades para importar as máquinas necessárias para isso.

Mesmo assim, a atividade industrial se expandiu ao longo da Primeira República. As fábricas ajudavam a transformar o cenário físico e social dos locais onde se instalavam. Nos arredores das fábricas, a população aumentava e, consequentemente, novas demandas surgiram: moradias, escolas, vias de circulação, redes de abastecimento, espaços de passeio e diversão, atendimento médico e instituições capazes de garantir o convívio e a segurança das pessoas. O aumento do número de operários nas fábricas trouxe, ainda, uma ampliação do número de associações sindicais que se mobilizaram na luta por melhores condições de salário e de trabalho, assunto que trataremos no Capítulo 7.

Autoria desconhecida/Arquivo da editora

Operárias em fábrica de tecidos na cidade de Uruguaiana, Rio Grande do Sul. Foto de 1916.

A borracha também teve seu valor

Os anos iniciais da República também foram marcados pela valorização da borracha no mercado internacional, o que favoreceu de forma excepcional a produção de látex que já existia na Amazônia. Nessa época, aquela era a única região no mundo onde se encontrava a seringueira *Hevea brasiliensis*, da qual se extraía uma matéria-prima de melhor qualidade.

A partir dos anos 1830, as aplicações da borracha foram ampliadas com a descoberta da **vulcanização**, nome dado ao processo químico que aumentava sua resistência e durabilidade. Quando o processo foi aprimorado, no início dos anos 1900, a borracha passou a ser amplamente utilizada na fabricação de pneus para a indústria de automóveis, que estava em crescimento. O Brasil foi o principal fornecedor do produto para a indústria europeia por aproximadamente seis décadas. No entanto, a extração de látex no interior da floresta Amazônica era feita de maneira rudimentar. Mesmo no período de maior exportação e lucros, entre 1880 e 1910, época em que o país chegou a atender, aproximadamente, 75% da demanda internacional, as técnicas empregadas eram as mesmas utilizadas pelos indígenas de tempos anteriores.

Como a mão de obra local era insuficiente para atender a grande demanda pelo produto, os governos dos estados produtores de borracha investiram em propaganda e subsídios para estimular a vinda de brasileiros de outros estados para aumentar a capacidade de produção. A região recebeu muitos trabalhadores, principalmente do nordeste, onde a estiagem e as dificuldades da economia exportadora em crise estimulavam a migração. Milhares de nordestinos adentraram a floresta, geralmente trabalhando para os **seringalistas**, os proprietários dos seringais. O trabalho nos seringais garantia aos proprietários a posse de extensos lotes de terras em plena floresta, obtidos graças ao apoio financeiro de casas exportadoras e aos privilégios obtidos junto às autoridades do Estado.

Tratado de Petrópolis

A penetração de nordestinos em larga escala pela Amazônia os levou a ocupar regiões pertencentes à Bolívia, gerando uma crise diplomática. Para resolver a questão, o Barão do Rio Branco e autoridades bolivianas firmaram um acordo que foi assinado em Petrópolis, em 1903. Na negociação, acertou-se a posse brasileira do território do atual Acre e a cessão de um território brasileiro que facilitasse aos bolivianos o acesso a afluentes do rio Amazonas para, assim, alcançarem o Atlântico.

Os seringueiros trabalhavam em jornadas de até 16 horas, concentradas principalmente entre maio e novembro, época de poucas chuvas. Eles coletavam o látex das árvores e, no final do dia, o defumavam, para coagulá-lo e torná-lo vendável. Esse produto final era entregue ao dono do seringal que, por sua vez, o levava a estabelecimentos comerciais localizados em Manaus e em Belém, responsáveis pela exportação. A Inglaterra era o principal destino da borracha. De lá, era distribuída para outras praças da Europa e para os Estados Unidos.

Acervo Iconographia/Reminiscências

Seringueiro extraindo látex em foto de 1910, aproximadamente.

No auge da lucratividade, grupos estrangeiros interessaram-se pela atividade e logo se fizeram presentes no processo de extração. Como ocorria com a cafeicultura, os comerciantes adiantavam recursos aos donos dos seringais, que se comprometiam a entregar-lhes toda a produção. Os seringalistas, por sua vez, exigiam dos seringueiros elevada quantidade de látex coagulado, forçando-os a jornadas extenuantes e a relações de trabalho violentas que, muitas vezes, assemelhavam-se à escravidão.

Os donos dos seringais e empresários do comércio ficavam com a maior parte dos lucros. Viviam luxuosamente em Manaus ou Belém e atuavam como se a atividade seringalista fosse algo inextinguível, em razão, especialmente, da grandeza da floresta. Poucos esforços foram feitos nesse período para proteger a atividade da concorrência internacional. No entanto, por volta de 1913, as experiências do governo inglês de adaptar a seringueira brasileira em colônias do continente asiático começaram a se mostrar economicamente viáveis. Logo, os primeiros carregamentos de borracha provenientes de seringais asiáticos chegaram ao mercado europeu.

Aos poucos, os investidores ingleses foram abandonando as atividades no Amazonas para participar da produção no Ceilão e em Cingapura. Os holandeses logo começaram a produzir borracha nas colônias da Malásia, de Bornéu e de Java. Nestes locais, as empresas que até então se dedicavam a financiar a atividade passaram a participar também da produção, desde o cultivo até a coagulação, além de cuidarem do transporte e da comercialização na Europa e nos Estados Unidos. A produção nessas regiões logo se tornou bem mais lucrativa do que a produção no Brasil, onde predominavam técnicas primitivas e condições que impediam uma produção maior.

No começo da década de 1910, o governo federal tentou valorizar e racionalizar a produção de borracha. A iniciativa contou com o apoio de produtores e governantes dos estados do Norte. No entanto, os poucos projetos que surgiram não mobilizaram esforços financeiros suficientes para atender às necessidades de uma atividade que entrava em rápida decadência.

A importância da borracha no volume total de exportações brasileiras ajuda a entender essa situação. Entre 1890 e 1910, a borracha nunca representou mais de 28% do total de produtos exportados pelo país. No mesmo período, o café representava, em média, mais de 60%. À medida que a borracha perdia posição no mercado internacional, o café, por sua vez, atingia elevados preços graças às medidas de valorização do produto que estavam sendo adotadas. Neste cenário, as elites agrárias do Sudeste se fizeram refratárias a qualquer atividade que afetasse os ganhos e os interesses da principal economia do país.

Para saber mais

A urbanização às margens da floresta

Da mesma forma que a elite cafeeira, os fabricantes e comerciantes da borracha também ostentaram sua riqueza e seu *status* social. No início do século XX, especialmente em Belém e em Manaus, donos de seringais se instalavam em palacetes luxuosos, frequentavam teatros, circulavam por grandes avenidas iluminadas com energia elétrica e servidas por bondes.

Como a atividade gerava elevadas somas de dividendos para a receita dos estados, as elites políticas também apoiaram as mudanças urbanas e o embelezamento dessas cidades. As reformas trouxeram para as margens da floresta tropical um pouco do estilo urbanístico e estético europeu.

Em Manaus, por exemplo, bondes elétricos, distribuição de água encanada para as casas da população mais rica e serviço de telefonia foram implantados no final do século XIX, época em que foi inaugurado o Teatro Amazonas. O porto, por onde escoava parte considerável da produção de borracha, foi construído entre 1902 e 1907. A construção contava com um cais flutuante que acompanha o nível de água do rio Negro, permitindo receber embarcações nos períodos de seca e de cheia. As estruturas de ferro utilizadas no prédio da Alfândega, no Mercado Municipal e no reservatório de água que abastecia a cidade, construções da primeira década do século XX, também eram inglesas.

Em Belém, além do Teatro da Paz, de 1878, destacam-se vários palacetes que pertenceram a ricos comerciantes e à elite política local, como o Palacete Bolonha, de 1905, e o Palacete Augusto Montenegro, que serviu de residência e sede do governo do estado entre 1903 e 1909.

Vivendo naquele tempo

Mulheres imigrantes: construir a vida na América

O papel das mulheres imigrantes foi fundamental para a estabilidade de novas relações sociais que se constituíam em território estrangeiro, especialmente em áreas urbanas como São Paulo.

Cabia às mulheres as atividades domésticas tradicionais, como lavar roupas, cozinhar, limpar a casa, cuidar dos filhos e de todo o funcionamento do cotidiano da família. Mesmo as mulheres que arrumavam emprego no setor fabril não podiam abandonar suas responsabilidades domésticas, ainda que pudessem contar com a ajuda do marido e dos filhos.

Como muitas famílias eram de origem rural, elas reproduziam parte dos seus conhecimentos e práticas no espaço urbano, cultivando hortas e criando pequenos animais, como galinhas e porcos. Assim, muitas mulheres ainda produziam hortaliças, cuidavam da criação de animais e vendiam o excedente para ampliar a renda da família. Era bastante comum que mulheres conduzissem carrinhos de mão pelas ruas da cidade, oferecendo seus produtos de porta em porta.

As mulheres também eram as principais responsáveis pela construção de elos sociais e redes de solidariedade entre vizinhos e, particularmente, entre "patrícios", isto é, imigrantes de mesma origem. Desde o momento em que a família se estabelecia em determinado bairro, cabia às mulheres encontrar os melhores lugares para fazer compras, estabelecer contatos amistosos, encontrar apoio e ajuda na criação dos filhos, enfim, descobrir como "se virar" numa cidade diferente e nem sempre hospitaleira.

Além disso, elas também mantinham vivas as tradições familiares e as práticas culturais de origem. Essas tradições e práticas podiam ser observadas tanto na vida cotidiana, como no preparo dos alimentos e na manutenção dos pequenos gestos religiosos, quanto na vida em comunidade, na organização de festas na vizinhança, em casamentos ou em comemorações religiosas. Também participaram ativamente da vida política através de organizações sindicais de tradição anarquista, como mostra o boxe *Mulheres anarquistas em São Paulo* (p. 93).

Mesmo em uma sociedade de forte tradição patriarcal, onde os espaços de poder e participação feminina eram controlados e restritos, as mulheres ocuparam funções essenciais ao estabelecimento de milhões de imigrantes que atravessaram o Atlântico em busca de uma vida melhor.

Gaensly & Lindemann/Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento, São Paulo, SP.

Homens, mulheres e crianças imigrantes em São Paulo, cerca de 1890.

Atividades

Retome

1. Pesquise num dicionário os diversos significados das palavras “província” e “estado”. Identifique, em seguida, aqueles que se relacionam com o tema deste capítulo. Qual é a relação entre a transformação de províncias em estados e o estabelecimento de uma república federativa no Brasil?

2. Em outubro de 1894, Desterro, capital do estado de Santa Catarina, assistiu ao desfecho sanguinário de um conflito armado.

   a) Identifique os dois lados em confronto e explique por que eles se encontravam naquele estado.

   b) Por que cada um desses grupos lutava?

   c) Qual é a relação entre o desfecho dos confrontos e a mudança do nome da cidade para Florianópolis?

3. Nos últimos anos do século XIX, o Brasil assistiu à formação dos batalhões patrióticos.

   a) O que eram esses grupos?

   b) Quando e por quem foram formados?

   c) Quando e por que os batalhões passaram a ser perseguidos e desestruturados?

4. Durante a República oligárquica, as elites agrárias manipulavam as eleições para se manter no poder.

   a) Cite dois instrumentos utilizados nessa manipulação e explique seu funcionamento.

   b) De que modo presidentes, governadores e chefes políticos locais (coronéis) se auxiliavam mutuamente nesse processo?

5. Explique o que era a política do café com leite.

6. Na historiografia brasileira, as medidas tomadas no Convênio de Taubaté ficaram conhecidas como um mecanismo de “privatização dos lucros e socialização dos prejuízos”. Explique por quê.

7. Durante o governo provisório do marechal Deodoro da Fonseca e ao longo da República oligárquica, as indústrias brasileiras receberam incentivos, ainda que tímidos, do Estado.

   a) De que maneira o ministro Rui Barbosa incentivou a produção industrial no Brasil? Quais foram as consequências das medidas adotadas por ele?

   b) Escreva um texto relacionando a expansão da cafeicultura com o desenvolvimento das indústrias no Sudeste do país.

Pratique

8. Um mesmo evento histórico pode ser narrado de diferentes maneiras, de acordo com o ponto de vista e os interesses do narrador. Pinturas históricas são narrativas visuais de acontecimentos considerados importantes. Observe a tela de Oscar Pereira da Silva, apresentada na página 51. Depois, observe a tela *Proclamação da República*, de Benedito Calixto, reproduzida abaixo.

Benedito Calixto/Acervo da Pinacoteca Municipal de São Paulo, SP.

Óleo sobre tela de Benedito Calixto, *Proclamação da República*, 1893.

Agora, faça o que se pede.

a) Compare as duas imagens, considerando a representação do espaço, das pessoas presentes na cena e dos protagonistas do evento.

b) Descreva as pessoas que aparecem na parte inferior da tela de Oscar Pereira da Silva (cor, idade, sexo, origem social). Que ator político elas representam? Como elas se relacionam com a cena do centro da imagem?

c) Alguns dias após a proclamação da República, o republicano Aristides Lobo mostrou-se desapontado com a maneira como o novo regime foi estabelecido. Ele escreveu:

> Por ora a cor do governo é puramente militar e deverá ser assim. O fato foi deles, deles só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula. [...] O povo assistiu bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer que significava. Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada.
>
> *Diário Popular*, São Paulo, 18 nov. 1889.

As imagens de Oscar Pereira da Silva e Benedito Calixto concordam ou discordam do texto de Aristides Lobo?

9. Observe a charge abaixo, publicada na revista carioca *Careta* no mês de janeiro de 1909.

Revista Careta/ Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

Agora, faça o que se pede.

a) Que práticas eleitorais típicas da Primeira República são representadas na charge?

b) Com base no que você estudou no capítulo, levante hipóteses para explicar por que o candidato, apesar dos esforços, não venceu as eleições.

c) É possível afirmar que o candidato em questão é um coronel? Justifique sua resposta.

d) Aponte semelhanças e diferenças entre o processo eleitoral da República oligárquica e o processo eleitoral que ocorre no Brasil na atualidade.

Analise uma fonte primária

10. Leia com atenção a carta a seguir. Ela foi publicada pelo industrial brasileiro Jorge Street no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, em 1912.

> Um estudo, mesmo rápido, relativamente a isenções concedidas a artigos importados que passaram pela Alfândega do Rio de Janeiro, revela **incontinente** quão injusto fostes para com os industriais vossos patriotas, especialmente para com os que se dedicam à fabricação de artigos manufaturados para consumo. [...] É claro que o capital estrangeiro merece todo o apoio e garantia quando vem ao Brasil em procura de normal aplicação, porém, igual tratamento e maior incentivo deve receber o capital brasileiro. Assim prestigiado o esforço nacional, não se teria a lamentar a frequente desnacionalização de empresas que, nascidas brasileiras, podiam e deviam continuar realmente nacionais. A indústria fabril brasileira tem direito a essa justiça. Ela compõe, realmente, uma enorme parte da riqueza do país; é um grande patrimônio que, aos filhos desta terra, cabe corajosa e francamente defender, porque esse patrimônio traduz uma força econômica genuinamente brasileira, porque os capitais que formaram e servem à indústria fabril do país estão em mãos brasileiras.
>
> Jorge Street, Carta aberta ao ilustre deputado Dr. Homero Batista. *Jornal do Comércio*, 11 dez. 1912.

incontinente: sem demora.

Agora, faça o que se pede:

a) Qual medida é criticada por Jorge Street? Quem seria prejudicado por ela? Por quê?

b) Releia atentamente o texto "A industrialização se acelera com os lucros da cafeicultura", na página 68. Com base nele, explique a frase sublinhada na carta de Jorge Street.

c) Que medidas são defendidas por Street em sua carta?

d) O que o industrial acredita que poderia ser evitado com as medidas que ele defende?

Articule passado e presente

11. O fragmento a seguir foi extraído de uma entrevista do professor de Geografia Urbana Alvaro Ferreira (Uerj). Leia-o e, em seguida, responda às questões.

> **A gentrificação, hoje percebida de forma intensa no centro do RJ, em especial a zona portuária, está presente na história da cidade. [...]**
>
> De fato, esse processo não é novo. [...] Cabe, aqui, fazer um breve esclarecimento acerca da expressão gentrificação, que nasce do termo inglês *gentrification*, cunhado por Ruth Glass (em 1963) para esclarecer o repovoamento, por famílias de classe média, que vinha acontecendo em bairros desvalorizados de Londres na década de 1960, levando à transformação do perfil dos moradores. Atualmente, usa-se gentrificação para falar da "revitalização", da "recuperação" ou da "requalificação" (seja lá qual for a expressão usada) de locais degradados a partir de iniciativas públicas e privadas. A questão é que após o investimento em infraestrutura, há uma maior valorização do lugar; assim, observamos que os antigos moradores não resistem ao encarecimento do local, tendo que buscar outra área com custo de vida mais baixo. Se, inicialmente, a gentrificação ligava-se ao mercado residencial, o enobrecimento dos lugares acabou incorporando áreas de lazer com complexos culturais voltados também para o turismo. Assim, o geógrafo belga Mathieu Van Criekingen (2007) define dois tipos de gentrificação – residencial e de consumo – que levam à produção glamurizada do espaço através da maior sofisticação dos ambientes. A mídia exerce importante papel ao promover esses locais, ajudando a criar um discurso hegemônico acerca do lugar, que contribui cada vez mais para a atração de consumidores.
>
> *História, natureza e espaço*, v. 3, n. 1, 2014 (*on-line*). Disponível em: <www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/niesbf/article/view/19545/0>. Acesso em: 24 mar. 2016.

a) O que é gentrificação? Quais são os objetivos de seus agentes e que efeitos ela traz para a população?

b) A palavra gentrificação deriva do inglês *gentry* (nobre). Que outra palavra derivada dessa mesma raiz o entrevistado usa para se referir a esse processo?

c) O entrevistado afirma que "esse processo [de gentrificação] não é novo". Com base no conteúdo do capítulo, aponte semelhanças e diferenças entre as reformas urbanas ocorridas no Rio de Janeiro durante a Primeira República e o atual processo de gentrificação discutido pelo autor.

d) Quais são os tipos de gentrificação mencionados pelo entrevistado? O Projeto Nova Luz, apresentado na abertura deste capítulo, se enquadrava em algum desses tipos? Justifique sua resposta.

e) A gentrificação contradiz a noção de administração republicana, que deveria zelar pela coisa pública?

CAPÍTULO 4

Brasil: por fora da ordem oligárquica

Bruno Santos/Folhapress

Imobilizados por faixas de interdição, estudantes protestam na Avenida Paulista, na cidade de São Paulo, contra um projeto de reorganização escolar promovido pelo governo estadual. O projeto previa a transferência de muitos alunos para escolas distantes de seus endereços residenciais. São Paulo, 2015.

Ao longo dos anos 1920, os opositores da ordem oligárquica costumavam dizer que o governo brasileiro tratava a questão social como "caso de polícia". Passados quase cem anos, é possível afirmar que os movimentos sociais que reivindicam direitos no Brasil são tratados pelo Estado de acordo com os direitos dos cidadãos estabelecidos pela Constituição em vigor?

1 República para quem?

A ordem política implantada a partir da proclamação da República no Brasil revelou o caráter elitista daqueles que tomaram o poder e passaram a exercê-lo.

O direito ao voto praticamente exclusivo aos homens alfabetizados, conforme definido na Constituição de 1891, era um exemplo desse elitismo. Outro era a Política dos Governadores, arranjo político criado a partir de 1898 pelo governo Campos Sales. Com ela, o poder das oligarquias nos Estados foi reforçado, revigorando antigas relações de dependência e coerção entre proprietários de terras e trabalhadores, letrados e iletrados, elegíveis e eleitores.

A manutenção dos latifúndios como fonte de poder econômico e político, as práticas trabalhistas que se assemelhavam à escravidão e o elevado número de analfabetos na sociedade reforçaram a desigualdade entre as elites e a maioria da população. A situação era ainda mais acentuada nas regiões interioranas distantes dos grandes centros.

A modernidade e o progresso propagados pelos republicanistas não chegaram à grande maioria dos brasileiros. Vamos estudar neste capítulo algumas manifestações de caráter popular que ocorreram tanto nas cidades como nos sertões do país. A população brasileira não assistiu aos acontecimentos de maneira "bestializada", como teria ocorrido no dia da proclamação da República, na visão de Aristides Lobo (veja o texto no capítulo anterior).

Veja abaixo os períodos e os lugares em que se passaram os principais eventos do capítulo.

Augusto Malta/Acervo George Ermakoff

Largo do Machado, estação da Companhia Ferro-Carril do Jardim Botânico. Ao fundo, as palmeiras do jardim do Palácio do Catete. Evidências da modernidade na cidade do Rio de Janeiro em foto de 1906.

Linha do tempo esquemática. O espaço entre as datas não é proporcional ao intervalo de tempo.

2 Sertanejos: os casos de Canudos, de Contestado e de Juazeiro

Para além das grandes cidades litorâneas que se desenvolveram desde os tempos da colonização, o interior do Brasil era, no final do século XIX, um vasto território cuja população recebia pouca atenção por parte das elites. Predominava entre intelectuais e classes dirigentes a valorização da Europa e dos europeus, tidos como estágio superior da civilização. Inversamente, prevalecia o desprezo pelas tradições e pela formação étnica do nosso povo, derivadas da interação entre africanos, afrodescendentes, indígenas e europeus.

A diversidade cultural se manifestava de diferentes formas, adaptadas às condições naturais de cada região. Assim, eram variados os hábitos alimentares, as formas de moradia, as relações com a natureza, as práticas religiosas. O **sincretismo** cultural era intenso e revelava a identidade das populações dos vários sertões brasileiros.

sincretismo: mistura, fusão de diferentes vertentes culturais.

Em três eventos específicos, parcelas dessa população interiorana enfrentaram as forças sociais que desrespeitavam seus direitos. Essas populações estavam unidas pela identidade socioeconômica, por uma religiosidade própria e pelo fato de estarem sujeitas à violência e ao preconceito. Esse cenário revelava o distanciamento existente entre essas populações e a república implantada.

Antônio Conselheiro e a resistência de Canudos (1896-1897)

O interior do país vivia em condições muito diferentes daquelas das grandes cidades litorâneas e constituía um terreno fértil para o surgimento de líderes messiânicos. Eles não eram clérigos oficiais. Seus ensinamentos combinavam tradições católicas com crenças populares, caracterizando uma religiosidade peculiar, identificada por alguns estudiosos como **catolicismo rústico**.

Antônio Vicente Mendes Maciel, conhecido como Antônio Conselheiro (1830-1897), foi um desses pregadores. Atuou no sertão dos estados da Bahia, Sergipe, Pernambuco e Ceará. Ele pregava sermões, conduzia rezas e mobilizava comunidades para a construção de igrejas e reformas de cemitérios. A denominação de conselheiro nasceu dos conselhos que dava aos seus seguidores, geralmente homens e mulheres pobres, trabalhadores de latifúndios, que viviam numa região castigada por longos períodos de seca.

Por volta de 1882, as andanças e pregações do beato foram proibidas pelo arcebispo da Bahia, que seguia orientações vindas da Igreja para reprimir rituais e crenças que não fossem recomendados pela Santa Sé e controlar quem agia em nome dela. Passados cinco anos sem que a atuação de Antônio Conselheiro enfraquecesse, o arcebispo recorreu ao presidente da província.

As tensões se agravaram em 1893, quando Antônio Conselheiro e seus seguidores se rebelaram contra a cobrança de impostos pelas autoridades de Bom Conselho, município localizado no sertão baiano. Eles queimaram em praça pública os editais que regulavam os impostos e manifestaram-se contra a República. Tropas policiais baianas foram enviadas para conter a revolta e acabaram sendo derrotadas pelos sertanejos, o que intensificou a oposição de autoridades municipais, políticos e coronéis.

Além das tropas de repressão, a oposição a Conselheiro e seus seguidores também contava com os jornais. Desse modo, o ponto de vista de quem fazia a repressão ao

Detroit Publishing Co/Biblioteca do Congresso, Washington, DC, EUA.

Gravura de Antônio Conselheiro reproduzida em *Breve notícia sobre o célebre fanático Antônio Conselheiro*, panfleto publicado em Pernambuco em 1897.

movimento era sempre divulgado. Nas páginas do jornal baiano *Diário de Notícias*, um correspondente que cobria os acontecimentos publicou o seguinte:

> [...] não agradou-me, nem houve pessoas de senso que aprovasse o hábito dele [Antônio Conselheiro] nas suas práticas atacar a República e o próprio governo, se dizendo monarquista e a fazer elogios à família imperial, objeto que só deveria ser lembrado como uma recordação histórica.
>
> [...]
>
> Ora, bem se vê que dessa forma tornou-se um homem pernicioso, e em completa negação do que fora ensinado por Jesus Cristo, que sempre mandava que fossem respeitadas as leis humanas [...]
>
> Faça ideia, meu caro, quem poderá em sua fazenda ou casa suportar, por um dia que seja, esse exército de malandros, vagabundos e até criminosos.
>
> Diário de Notícias, 7 jun. 1893. Citado por NOVAIS FILHO, Joaquim Antonio. *Antônio Conselheiro na mira da imprensa baiana (1876-1897)*. In: VIII Encontro Nacional de História da Mídia. Guarapuava – PR, 2011. p. 7. Disponível em: <http://goo.gl/V8lBtb>. Acesso em: 17 jan. 2016.

Ainda em 1893, Antônio Conselheiro e um numeroso grupo de seguidores se instalaram em uma fazenda abandonada, no sertão da Bahia, às margens do rio Vaza-Barris. Estava instalado o **arraial de Canudos**, como ficou conhecido o local para o qual afluiu enorme população sertaneja. Com aproximadamente 25 mil habitantes, Canudos foi uma das maiores comunidades do estado.

No arraial foram construídos escolas, armazéns, depósito de armas e igrejas. A terra era de todos e os moradores criavam animais e praticavam agricultura para a subsistência de todos. As casas eram pequenas, de **pau a pique**. Eventualmente, trocavam produtos com comunidades vizinhas e, quinzenalmente, contra as ordens do arcebispo, o arraial recebia a visita do vigário da localidade próxima, para ministrar missas e batizados. A convivência entre os habitantes da comunidade era pautada por uma moral rígida. Severas punições eram aplicadas em caso de furto e violência sexual.

Para os conselheiristas, o arraial era a Terra Prometida, o lugar onde se salvariam dos problemas do mundo. Já para os proprietários rurais, aquela comunidade reduzia a oferta de mão de obra, pois muitos lavradores preferiam a vida em Canudos ao trabalho nas fazendas. O alto clero local, por sua vez, via-se incapaz de persuadir os moradores a abandonar a comunidade. Nem mesmo as forças políticas locais interferiam na vida de Canudos, fazendo do arraial um núcleo à parte de uma realidade marcada pelo coronelismo e pelo latifúndio.

A existência de Canudos desagradava a elite, mas faltava um pretexto para sua eliminação. Em 1896, conselheiristas compraram, em Juazeiro, madeira para a construção de uma igreja no arraial. Mesmo tendo sido paga antecipadamente, a mercadoria não foi entregue pelos comerciantes, que seguiam instruções das autoridades locais e do Estado. Os membros do arraial de Canudos se mobilizaram para retirar o material à força. Era o pretexto esperado. Sabendo da intenção dos conselheiristas, o prefeito de Juazeiro solicitou ao governador o envio de tropas para enfrentá-los. O clima se acirrou após um embate armado, do qual os sertanejos de Canudos saíram vitoriosos.

Ao longo de 1897, Antônio Conselheiro e seus seguidores enfrentaram mais três forças militares enviadas pelo governo local, com reforços de soldados de vários estados, comandantes e armamentos do Exército. Mesmo mal armados, a resistência dos sertanejos foi favorecida pelo conhecimento que tinham da região, o que facilitava seus deslocamentos, e de como lidar com o clima seco. No entanto, a fome e a sede ajudaram a enfraquecê-los diante das tropas oficiais.

pau a pique: técnica de construção que usa trama feita com ripas de madeira ou bambu entrelaçadas e barro.

Flávio de Barros/Museu da República, Rio de Janeiro.

Vista parcial de Canudos e nascente do rio Vaza-Barris em foto de 1897. Arraial de Canudos, interior da Bahia.

Flávio de Barros/Museu da República, Rio de Janeiro

A última expedição reuniu homens de dezesseis estados, compondo uma força de aproximadamente 12 mil pessoas, incluindo médicos e engenheiros. Na foto, percebe-se a diferença de trajes, em virtude das diversas origens dos soldados.

O arraial foi derrotado em outubro de 1897, quando o quarto batalhão de soldados comandado pelo Exército cercou, bombardeou e incendiou a comunidade, matando quase toda a população. Antônio Conselheiro foi degolado e sua cabeça enviada para a Faculdade de Medicina da Bahia, a pedido da própria instituição, que acreditava que seu comportamento pudesse ser explicado por algum aspecto de seu cérebro. Os poucos sobreviventes do massacre renderam-se em condições precárias, famintos, feridos e assustados.

Flávio de Barros/Museu da República, Rio de Janeiro

Rendição de conselheiristas às tropas do Exército. Repare nos soldados ao fundo e nas expressões assustadas das mulheres e crianças que compunham o grupo. Foto de Flávio de Barros, autor das únicas imagens de Canudos.

Para saber mais

Os testemunhos de Canudos

São poucas as fontes existentes para estudar os eventos em torno do arraial de Canudos e de seu líder, Antônio Conselheiro.

O próprio beato deixou alguns manuscritos, entre sermões e discursos, que foram localizados sob os escombros do arraial. Dentre os discursos destaca-se um em que o motivo do ódio à República é explicado. Para Conselheiro, esta forma de governo era um "grande mal para o Brasil", pois era "opressora da Igreja e dos fiéis". Estudiosos consideram que esse trecho pode se referir à separação entre o Estado e a Igreja. No discurso, ainda condena a República por ter introduzido o casamento civil, tratando de um assunto que, a seu ver, era exclusivo da Igreja.

Outra fonte importante são as notícias e editoriais publicados em jornais baianos e sergipanos sobre a atuação de Conselheiro, ainda nos anos 1870 e 1880, e a cobertura jornalística das campanhas militares feita pelos periódicos regionais e das capitais do Sudeste. Vale destacar que a maioria dos jornais regionais era de pessoas ligadas a grupos políticos que disputavam o poder. Isso determinava o tom utilizado para descrever os acontecimentos, a fim de pressionar, elogiar ou criticar o governante diante dos fatos. Os textos dos jornais ajudaram as populações das capitais a formarem uma ideia do sertão e do seu povo e, assim, se posicionarem diante dos acontecimentos.

O texto a seguir foi publicado ainda na época do Império, em uma edição de novembro de 1874 do jornal sergipano *O rabudo*. Ele trata da crescente influência do beato no interior da Bahia.

> Pedimos providências a respeito: seja esse homem capturado e levado à presença do Governo Imperial, a fim de prevenir os males que ainda não foram postos em prática [...]. Dizem que ele não teme a nada, e que estará a frente de suas ovelhas. Que audácia! O povo fanático sustenta que nele não tocarão; já tendo se dado casos de pegarem em armas para defendê-lo. Para qualquer lugar que ele se encaminha segue-o o povo em tropel, e em número fabuloso: acha-se agora em Rainha dos Anjos, da Província da Bahia, erigindo um Templo. (*O rabudo* 22 de novembro de 1874)

Citado por NOVAIS FILHO, Joaquim Antonio. *Antonio Conselheiro na mira da imprensa baiana (1876-1897)*. In: VIII Encontro Nacional de História da Mídia. Guarapuava – PR, 2011. p. 3. Disponível em: <http://goo.gl/V8lBtb>. Acesso em: 17 jan. 2016.

Angelo Agostini/Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Em charge de Angelo Agostini, publicada em 1896 na *Revista Illustrada*, periódico republicano, Antônio Conselheiro é retratado de forma caricatural, com grupo de palhaços armados com velhas espingardas, tentando "barrar" a República.

Flávio de Barros/Museu da República, Rio de Janeiro

Detalhe de foto feita pelo fotógrafo Flávio de Barros em que se vê parcialmente o arraial de Canudos.

Existem também os registros fotográficos feitos por Flávio de Barros, autor das únicas imagens do arraial e de seus moradores. Barros produziu essas fotografias enquanto acompanhava um dos batalhões do Exército, entre setembro e outubro de 1897. Nelas, é possível observar a aridez da região, as condições de moradia no arraial de Canudos, os diversos batalhões mobilizados na última ofensiva contra o arraial e a fisionomia dos sertanejos capturados pelos soldados. Algumas dessas fotos foram utilizadas ao longo deste capítulo.

No entanto, o testemunho mais importante foi escrito pelo engenheiro e jornalista Euclides da Cunha (1866-1909). Ele acompanhou a última expedição do Exército e a destruição do povoado enquanto trabalhava como correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo*. Depois que seus relatos sobre o conflito foram publicados nas páginas do periódico, Euclides dedicou-se a escrever *Os sertões*, lançado em 1902.

Leia, no trecho a seguir, as considerações que ele faz sobre a postura que os republicanistas tinham em relação àquela comunidade. Repare, também, nos termos utilizados para qualificar Conselheiro e seus seguidores.

> Vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que **palejam** reflexos da vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República. Ascendemos, **de chofre**, arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente. Iludidos por uma civilização de empréstimos; respingando, em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao **transigir** mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade, mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. Porque não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos...
>
> E quando pela nossa imprevidência inegável deixamos que entre eles se formasse um núcleo de maníacos, não vimos o traço superior do acontecimento. Abreviamos o espírito ao conceito estreito de uma preocupação partidária. Tivemos um espanto comprometedor ante aquelas aberrações monstruosas; e, com arrojo digno de melhores causas, batemo-los a carga de baionetas, reeditando por nossa vez o passado, numa entrada inglória, reabrindo nas paragens infelizes as trilhas apagadas das bandeiras...
>
> Vimos no agitador sertanejo, do qual a revolta era um aspecto da própria rebeldia contra a ordem natural, adversário sério, **estrênuo** paladino do extinto regime, capaz de **derruir** as instituições nascentes.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Fundação Biblioteca Nacional/ Departamento Nacional do Livro, p. 87. Disponível em: <http://goo.gl/s1Q9P>. Acesso em: 16 jan. 2016.

palejar: tornar-se pálido.
de chofre: de forma súbita.
transigir: chegar a acordo.
estrênuo: valente.
derruir: destruir, desmoronar.

Pelos testemunhos sobre Canudos, percebe-se que a existência do arraial e a ação de Antônio Conselheiro não eram estratégias para combater a República, por mais que não a apoiassem. Os sertanejos viviam na simplicidade que o meio, a cultura e as condições de vida lhes permitiam, seguindo uma crença própria que se pautava fortemente nos ensinamentos católicos. A existência do arraial, porém, foi vista como ameaça por diferentes grupos sociais. As páginas dos jornais fizeram com que a comunidade parecesse um foco de resistência monarquista e sinal de atraso cultural, portanto obstáculo para o progresso do país. O pouco que restou das construções do arraial foi encoberto pelas águas do açude Cocorobó, em 1969, no represamento do rio Vaza-Barris. Mesmo assim, as ruínas reaparecem nas épocas de longas secas, quando o nível de água do açude fica mais baixo.

Além de beatos como Antônio Conselheiro, no Sertão nordestino também existiram bandos armados na passagem do século XIX para o século XX. Conhecidos como cangaceiros, esses bandos participavam de disputas coronelistas regionais e saqueavam cidades e fazendas. João Calangro, que atuava no sertão do Ceará na primeira década republicana, e Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, que atuou a partir dos anos 1920, são exemplos de cangaceiros.

Andre Dib/Pulsar Imagens

Ruínas da Igreja de Santo Antônio da antiga vila de Belo Monte, em Canudos Velho, interior da Bahia, em período de seca. Foto de 2013.

Revolta do Contestado (1912-1916)

No sul do país, a população sertaneja que vivia na fronteira entre os estados de Santa Catarina e Paraná também enfrentou tropas militares, no movimento conhecido como Revolta do Contestado. Essa população resistiu por muitos meses à violência promovida pelas oligarquias e pelo governo federal. No entanto, as características religiosas dessa população e os motivos para terem organizado a revolta eram bem diferentes dos manifestados no arraial de Canudos. O principal motivo da revolta foi a questão da posse e do uso de terras. Após a proclamação da República, as áreas desocupadas passaram a ser jurisdição do governo central. Parcelas dessas terras eram transferidas para os coronéis alinhados aos governadores, o que reforçava as alianças oligárquicas.

Naquela região, no entanto, parte das terras estava ocupada por posseiros, pequenos criadores de gado e lavradores que ali viviam livremente até a proclamação da República. Porém, com as transferências das terras para os coronéis, esses grupos passaram à condição de intrusos, sujeitos à perseguição de jagunços (enviados pelos próprios coronéis, que agora se viam na condição de proprietários).

No final do século XIX, as primeiras propriedades foram demarcadas em uma grande região de mata nativa localizada no oeste do atual estado de Santa Catarina. Essas terras eram ocupadas por sertanejos e algumas aldeias indígenas, e nelas se praticava a atividade extrativista de mate e a criação de gado, cuja produção era exportada para outros estados. No entanto, como a região não tinha limites definidos, ela se tornou foco de uma intensa disputa entre coronéis e chefes das oligarquias. Sua jurisdição era disputada pelos **mandatários** dos estados de Santa Catarina e Paraná, daí a denominação da revolta: Contestado.

A tensão se agravou nos anos iniciais do século XX, quando o governo brasileiro concedeu à **Brazil Railway Company**, do empresário estadunidense **Percival Farquhar**, uma vasta área para a construção da linha ferroviária que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul. No acordo, estipulou-se que a companhia se tornaria proprietária de 15 quilômetros de área ao lado de cada margem da ferrovia, sem considerar a população de indígenas e sertanejos que habitavam essas terras.

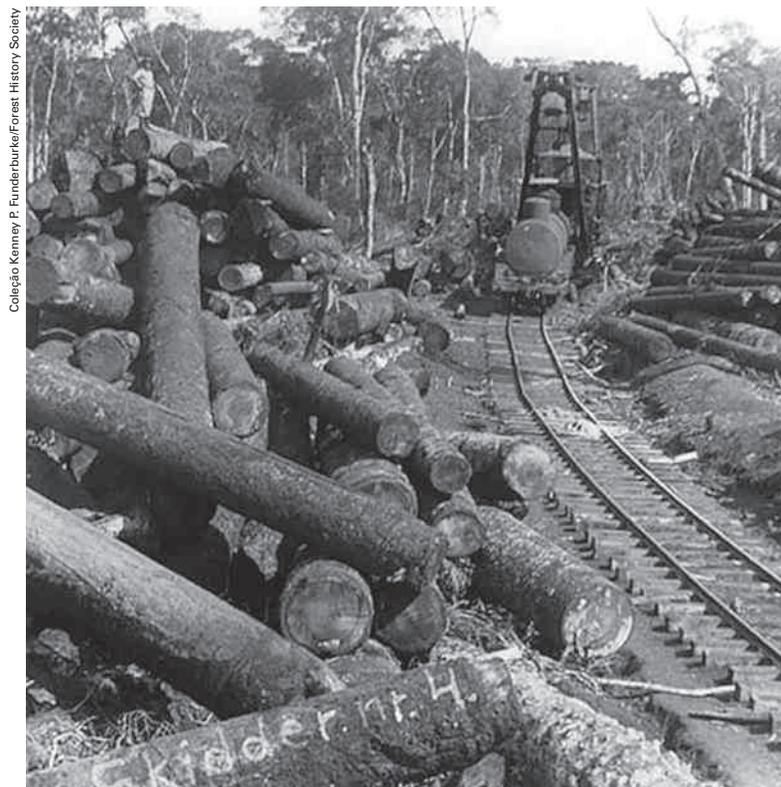
mandatários: governantes, autoridades civis, militares e toda a burocracia que acomoda a ordem governamental estatal.

A Guerra do Contestado (1912-1916)

Adaptado de: MACHADO, Paulo Pinheiro. Tragédia anunciada. *Revista de História*. Rio de Janeiro, 1º out. 2012. Disponível em: <http://goo.gl/LbFLcF>. Acesso em: 8 fev. 2016; VALENTINI, Delmir José. *Atividades da Brazil Railway Company no sul do Brasil:* a instalação da Lumber e a Guerra na região do Contestado: 1906-1916. 2009. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – PUC-RS, p. 108. Disponível em: <https://goo.gl/qBDkOq>. Acesso em: 7 fev. 2016.

As obras duraram de 1906 a 1910 e chegaram a empregar entre 4 mil e 8 mil trabalhadores, muitos deles recrutados em outros estados. Ao final dos trabalhos, foram demitidos e abandonados pela empresa. Sem fonte de renda e sem moradia, os ex-trabalhadores engrossavam a população sem-terra da região.

Em 1911, uma subsidiária da mesma empresa adquiriu outra extensa área de floresta de araucária, com o objetivo de exportar a madeira ali existente. Investindo em máquinas modernas e em novos ramais ferroviários para ligar a região ao porto, no litoral de Santa Catarina, a Southern Brazil Lumber and Colonization Company transformou-se na maior e mais produtiva serraria da América do Sul, arruinando a vida de pequenos serradores, posseiros e indígenas existentes na região.

No dia a dia da população rural, a formação de comunidades religiosas deu origem à liderança de monges, ou padres não beatificados pela Igreja, que rezavam pelos doentes, benziam o gado, casavam e batizavam as pessoas, sem serem membros da hierarquia da Igreja católica. Desde o final do século XIX ganhou fama o monge **João Maria**, tido como enviado por Deus e com poder de cura aos doentes, que atuava pelo interior do sul do Brasil.

Operações de extração de madeira pela Southern Brazil Lumber and Colonization Company, na região de Três Barras, hoje estado de Santa Catarina. Foto do início do século XX.

Quando desapareceu, em 1908, sem deixar vestígios, seus seguidores passaram a acreditar que ele retornaria a qualquer momento, de forma gloriosa e salvadora. Essa crença **sebastianista** da população local intensificou o caráter místico de João Maria.

Por volta de 1912, as dificuldades sociais e econômicas provocadas pelos empreendimentos estrangeiros se intensificaram na região. Nesse contexto, surgiu na região outro monge que se apresentava como sucessor de João Maria. Aos poucos, os habitantes da região passaram a considerá-lo um líder. Ex-soldado, desertor do Exército, utilizou seus conhecimentos para organizar seus seguidores e instituiu um grupo especial para treinar militarmente os sertanejos. Esse grupo era encarregado de liderar as rezas e administrar os rituais de devoção a José Maria. Com o tempo, pessoas em busca de proteção, como antigos posseiros, agora expulsos de suas terras, ex-trabalhadores das ferrovias e até criminosos refugiados no sertão, se juntaram ao grupo.

José Maria e seus seguidores inicialmente se estabeleceram em Taquaruçu, município localizado na região da área contestada, na porção catarinense. Os sertanejos assentaram-se sob a tutela do coronel Henrique de Almeida, inimigo do coronel Francisco Albuquerque, a quem a região estava subordinada oficialmente. Essa situação acirrou a disputa entre as forças políticas locais. Albuquerque acionou as forças militares do estado para dispersar o grupo, que se deslocou para um lugarejo próximo, situado no estado do Paraná.

Sebastianismo

Crença no retorno de um líder capaz de salvar uma população de seus infortúnios. O termo surgiu no final do século XVI, quando dom Sebastião, o rei de Portugal, desapareceu na batalha de Alcácer-Quibir, contra os árabes, em 1578, sem deixar rastros. Assim que Portugal foi submetido ao domínio espanhol, em 1580, espalhou-se entre a população a crença de que o rei reapareceria, reorganizaria o reino lusitano e salvaria os portugueses das dificuldades que viviam.

No estado vizinho, uma força policial também foi mobilizada para dispersar os sertanejos. Ao longo dos quatro anos seguintes, ocorreu uma série de confrontos armados. Os seguidores de José Maria resistiram, mesmo após a morte de seu líder no primeiro combate contra a polícia do Paraná.

A população sertaneja acreditava que o conflito era uma guerra santa. Essa crença fez com que o número de revoltosos se ampliasse ao longo dos anos. Novos líderes assumiram o posto de José Maria, mantendo mobilizado um grande contingente de pessoas.

Os confrontos armados duraram até 1916. Cerca de 6 mil sertanejos perderam a vida em diversas batalhas. Muitos deles foram degolados pelas forças militares.

Grupo de rebeldes, incluindo crianças, sendo preso durante a Guerra do Contestado. Data provável: entre 1912 e 1916.

Claro Jansson/Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro, RJ.

Os devotos de Juazeiro e padre Cícero (1889-1934)

O vilarejo de Juazeiro, no interior do Ceará, região marcada por longos períodos de seca, foi palco de outro episódio que mostra como o fervor religioso da população pode influenciar diversos acontecimentos.

O padre Cícero Romão Batista (1844-1934) atuava no vilarejo desde 1872, gozando de grande apreço e popularidade junto aos devotos. Segundo os devotos de padre Cícero, um milagre teria ocorrido em 1889, ano da proclamação da República e de intensa seca no sertão. Eles afirmavam que, em várias ocasiões, a hóstia teria se transformado em sangue no momento da **comunhão**, na boca da beata Maria de Araújo (1862-1914). O acontecimento foi negado pelas instituições eclesiásticas, que encararam o episódio como fruto de fanatismo e imaginação.

Aos poucos, o caso foi atraindo a atenção de fiéis da região, o que aumentou o fluxo de romeiros à paróquia do padre Cícero. Eles acreditavam que o contato com os vestígios desse suposto milagre pudesse aliviar problemas do espírito e do corpo.

comunhão: na missa católica, a comunhão, ou eucaristia, é o momento em que se celebra a ressurreição de Cristo. Simbolicamente, o fiel recebe das mãos de um padre uma hóstia, pequena rodela feita de farinha de trigo e água, que representa o corpo de Cristo.

Acervo Iconographia/Reminiscências

Na imagem, o coronel Floro Bartolomeu e o padre Cícero. Foto sem data.

As divergências sobre a veracidade dos acontecimentos levaram o bispo a suspender a atuação do padre. Porém, os milagres já estavam consolidados na devoção popular.

As crescentes romarias para Juazeiro deram um novo dinamismo social e econômico à localidade. Para os fiéis, a negação do milagre e a condição de miséria da região representavam forças negativas que o padre Cícero deveria enfrentar. Mesmo suspenso de suas atividades, o padre atendia a todos dentro dos preceitos e valores do catolicismo, sem ministrar os sacramentos para os quais não estava autorizado.

Padre Cícero interferia junto aos fazendeiros e comerciantes da região para conseguir ajuda para os sertanejos. Introduziu o cultivo da maniçoba, da qual se extraía látex para a fabricação de borracha, colaborando para diversificar a fraca economia local. Ao longo dos anos 1900, seu poder de influência o tornou uma força política importante, levando-o a se envolver e se posicionar nos embates entre coronéis do vale do Cariri, onde Juazeiro se localiza.

Com a ajuda da população e de forças políticas locais, padre Cícero atuou de forma intensa na independência de Juazeiro em relação a Crato, da qual era subdistrito. Após a separação, padre Cícero foi nomeado o primeiro prefeito da cidade, em 1911.

Em 1914, Cícero apoiou as forças políticas locais na instituição de uma Assembleia Estadual em Juazeiro, paralela à oficial. O novo órgão fazia intensa oposição ao governo de Franco Rabelo (1851-1940).

O ato de rebeldia de padre Cícero se completou com a eleição de um governo não oficial, chefiado por Floro Bartolomeu (1876-1926), líder político de Juazeiro. Rabelo respondeu enviando uma ofensiva à cidade, composta de tropas policiais e cangaceiros. A população juazeirense recebeu a bênção do padre Cícero para defender a cidade. Após um mês de tensões, as forças de Juazeiro seguiram para Fortaleza, exigindo a renúncia do governador. A saída de Rabelo do governo do Ceará fortaleceu a projeção política de Bartolomeu e do padre.

Padre Cícero faleceu em 1934. Sua aceitação oficial pela Igreja católica estava longe de ser resolvida, mas a devoção a ele movimentava economicamente tanto a cidade de Juazeiro como o estado. Diferentemente do que ocorreu com os seguidores de Antônio Conselheiro

ou de José Maria, no Contestado, o alinhamento político de padre Cícero com as forças coronelistas do estado permitiu a perpetuação de um catolicismo próprio, que se assemelhava ao **milenarismo**. Os fiéis acreditavam que a cidade de Juazeiro era a Terra Santa onde Cristo reviveria para salvar a humanidade. Os supostos milagres ocorridos seriam o sinal desse retorno. Tal devoção, no entanto, foi mantida sob controle, servindo de apoio às elites políticas e latifundiárias.

milenarismo: doutrina religiosa que acreditava que Jesus Cristo retornaria à Terra no ano 1000 para dar início a um reinado que duraria mil anos.

A literatura popular tem registrado frequentemente esses fatos da história religiosa do nordeste, como neste poema de Dias Gomes (1922-1999), citado por M. H. de Melo Santana:

Quem for para o Juazeiro
Vá com dor no coração
Visitar Nossa Senhora
E o padre Cícero Romão.
Que meu Padrim é um Santo
Isso tá mais que provado
Basta atentar nos milagres
Que ele tem realizado.
O primeiro foi ter feito
Em certa manhã pacata
Isso já faz tanto tempo
Nem me lembro bem a data
A hóstia virar sangue
Na boca de uma beata

SANTANA, Manoel Henrique de Melo. *Padre Cícero do Juazeiro*: condenação e exclusão eclesial à reabilitação histórica. Ufal, 2009. p. 32.

Levi Bianco/Brazil Photo Press/Agência France-Presse

Milhares de peregrinos visitam a estátua de padre Cícero em Juazeiro do Norte, Ceará. Foto de 2013.

Para saber mais

Igreja católica: perdão a padre Cícero

A Igreja católica anunciou em dezembro de 2015 o perdão a padre Cícero, respondendo a uma solicitação feita em 2006 pelas autoridades eclesiásticas brasileiras. Muitos acreditam que tal decisão possibilita a canonização do padre e sua futura santificação, desejo dos milhares de devotos que o veneram no Brasil.

Na cidade de Juazeiro, hoje Juazeiro do Norte, romarias, festividades e rituais em homenagem a padre Cícero atraem aproximadamente 2,5 milhões de pessoas por ano, movimentando as atividades de serviços e de produção de adereços e lembranças e contribuindo para o incremento comercial.

3 Movimentos sociais urbanos

Nas primeiras décadas da República, perto de 70% da população brasileira vivia em áreas rurais. Nesse mesmo período houve um crescimento acentuado das cidades, decorrente de diversos fatores. Ainda na década de 1890, os impactos da abolição da escravidão ajudaram a deslocar parte dos ex-escravos para as regiões urbanizadas. Os longos períodos de seca no Sertão nordestino também provocaram grandes deslocamentos para a região da Amazônia, como já estudamos, e para as cidades.

Outro fator relevante nesse processo foi o crescimento da atividade industrial. À medida que novas fábricas eram instaladas, aumentava o número de ofertas de trabalho, atraindo trabalhadores nacionais e imigrantes. Entre 1890 e 1920, mais de 3,5 milhões de imigrantes entraram no Brasil. Além dos imigrantes europeus, em 1908 chegou a primeira leva de imigrantes japoneses.

Boa parte dos imigrantes chegava ao Brasil para trabalhar na lavoura. No entanto, muitos abandonavam as fazendas e se dirigiam às cidades, pelas condições precárias de trabalho e em razão de pagamentos incertos e irrisórios. Alguns imigrantes nem chegavam à área cafeeira, preferindo se instalar nas cidades, para trabalhar em oficinas e indústrias.

Autoria desconhecida/Coleção particular

O vapor japonês Kasato-Maru, que trouxe ao Brasil a primeira leva de imigrantes japoneses em 1908.

O crescimento urbano não se restringiu ao Rio de Janeiro, a capital federal, mas se deu também em cidades dos estados de São Paulo, Minas Gerais e, em menor quantidade, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A diversidade de pessoas, origens e culturas gerava uma mescla de costumes e tradições que era malvista pelos administradores públicos, que acreditavam que a mestiçagem era um fator negativo para o desenvolvimento da população. Por sua vez, a instabilidade da economia brasileira provocava constantes aumentos nos preços dos alimentos e no custo da moradia e dos transportes, aprofundando a pobreza dos segmentos mais necessitados que viviam nas cidades.

A frequente ocorrência de delitos e brigas indicava a necessidade de policiamento mais ostensivo. Práticas de controle e disciplina baseadas em ideais raciais e higienistas foram instituídas, recaindo sobre a população de pobres, negros e estrangeiros. Nesse quadro, as elites oligárquicas decidiram pela modernização de suas principais cidades, sem considerar os interesses da maioria da população pobre. Foi o que aconteceu em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, como vimos no capítulo anterior. No mesmo ano da inauguração de Belo Horizonte, a capital planejada de Minas Gerais, ocorreu também o massacre de Canudos, o que expõe as intenções e visões das oligarquias republicanas.

Nesse contexto, os direitos sociais e políticos não faziam parte das medidas implantadas pelos primeiros governantes da República. Não havia políticas voltadas para atender às demandas da população nem canais para que ela pudesse ser representada politicamente. Assim, ocorreram diversos movimentos populares na República oligárquica que expressavam as tensões existentes na sociedade brasileira.

Estude a seguir dois eventos pontuais de destaque desse período (a Revolta da Vacina e a Revolta da Chibata) e um movimento mais duradouro, de organização e mobilização de trabalhadores, que perdura até a atualidade: o movimento dos operários das fábricas e oficinas.

A Revolta da Vacina (1904)

Em outubro de 1904, um grande número de pessoas ocupou as ruas da região central do Rio de Janeiro em repúdio à vacinação obrigatória. Essa medida foi instituída pelo poder público para combater a varíola e a febre amarela, doenças que, junto com a peste bubônica, a difteria e a tuberculose, assolavam a população da cidade e os estrangeiros que chegavam ao país pelo porto. Essas doenças tinham um impacto negativo para a economia e para imagem da cidade no exterior.

A vacinação obrigatória era parte de um projeto do médico sanitarista Oswaldo Cruz (1872-1917), designado pelo presidente da República, Rodrigues Alves, para erradicar as doenças da capital federal. Além dele, também foram nomeados o engenheiro Lauro Müller (1863-1926), responsável pelas reformas no porto da cidade, e o urbanista Pereira Passos (1836-1913), encarregado da reurbanização da região central, que incluía a abertura da Avenida Central (ver *Leituras*, p. 68).

Os três concordavam em remover os moradores que habitavam a região próxima do porto, onde a Avenida Central seria aberta. Nessa região vivia uma população de pobres, famílias de ex-escravos e, ainda, migrantes vindos de lavouras decadentes, muitos dos quais trabalhadores ligados às atividades portuárias. Moravam em casebres e antigos casarões degradados transformados em cortiços, vivendo em condições precárias. Para os reformadores, essa população e suas moradias eram empecilhos para a segurança, para a qualidade sanitária e para a ordem pública da cidade, justificando, assim, seu desalojamento e demolição das construções que habitavam. Os moradores da região afetada pela reforma não foram indenizados nem realocados em outros endereços.

A multidão desalojada se instalou nas encostas dos morros ao redor do centro da cidade, bem como nos cortiços e hotéis baratos localizados fora da área desapropriada, vivendo em condições ainda mais insalubres. A reação da Administração da Saúde da cidade foi promover a vacinação de toda a população. A ação contou com batalhões de agentes de saúde, acompanhados de força policial, que visitavam as novas moradias e albergues. Se encontrassem riscos sanitários, os agentes estavam autorizados a exigir a desocupação e, eventualmente, solicitar a demolição do imóvel, sem nenhuma oferta de ajuda aos moradores.

Isso desencadeou um processo de resistência dos desalojados contra agentes e policiais. A população ocupou a área em reforma, usando o material das obras para se armar e se proteger, e resistiu ao ataque por dez dias. As forças oficiais contaram com o apoio de soldados do Exército e das forças policiais dos estados de Minas Gerais e São Paulo.

Durante a revolta, a imprensa noticiava algumas consequências do conflito: o fechamento de estabelecimentos, a interrupção do trânsito, depredação de bondes, edifícios e lampiões. As forças oficiais foram autorizadas a prender quem não conseguisse comprovar residência e empregos permanentes, o que atingia grande parte da população pobre da cidade. Quase a metade dos 945 detidos tinha antecedentes criminais e, por isso, foram deportados para a Amazônia. Houve ainda 23 mortos e vários feridos.

Outros segmentos sociais de oposição ao presidente, como monarquistas e republicanistas jacobinistas, aproveitaram-se da revolta popular e participaram do movimento. A violenta reação da população foi vista pelas autoridades e elites como uma manifestação da ignorância popular, que não enxergava os benefícios da ciência e do progresso na cidade. Para eles, assemelhava-se à resistência de Canudos e, por isso, parecia um foco contra a república, devendo ser reprimida.

Em nome da moral e da segurança pública, a população negra e pobre já estava proibida, naqueles anos iniciais de 1900, de realizar nas ruas rituais religiosos e se manifestar com cantorias, batuques, danças e capoeira. O desalojamento e a vacinação obrigatória ampliaram ainda mais seu descontentamento. A luta empreendida pelos revoltosos não reivindicava maior participação nas decisões do governo. Contudo, era uma forma de se fazer ouvir diante do autoritarismo do Estado, uma expressão de resistência de uma população sofrida que percebia que não estava sendo integrada ao projeto modernizador.

Acervo Iconographia/Reminiscências

Charge de autoria de Bambino mostrando uma figura que se assemelha a um imperador romano representando a obrigatoriedade da vacina diante de um homem que simboliza o povo em situação de humilhação. Publicada na capa da *Revista da Semana*, ano V, n. 229, de 1904.

A Revolta da Chibata (1910)

Em 22 de novembro de 1910, um fato ocorrido no Brasil ganhou as primeiras páginas da imprensa do país e do exterior: aproximadamente 2 mil marinheiros tomaram o controle de três **encouraçados** e um **cruzador** da Marinha brasileira, em plena baía de Guanabara.

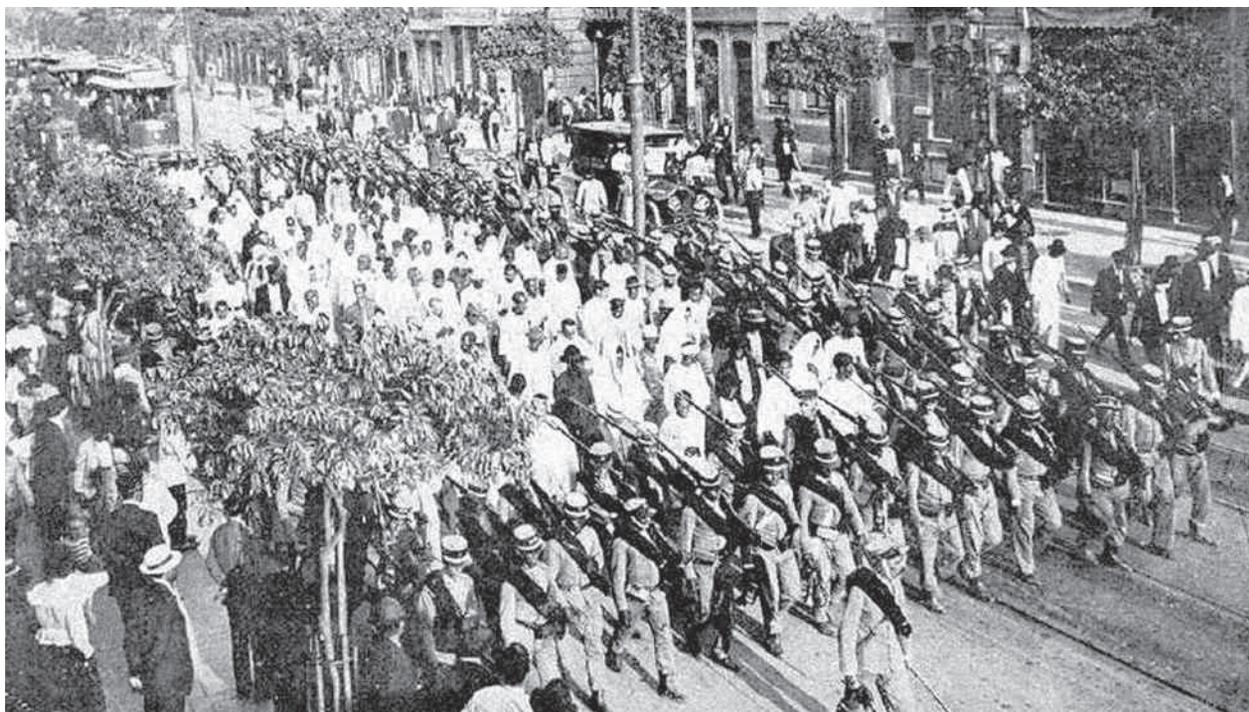
encouraçado: navio de guerra, de grande porte, guarnecido de canhões e protegido por uma couraça de aço.
cruzador: navio de guerra, menor que o encouraçado e com boa mobilidade.

A rebelião, liderada por João Cândido Felisberto (1880-1969), apelidado de Almirante Negro, estava sendo planejada havia algum tempo. O movimento foi inspirado na luta de marujos britânicos, ocorrida em 1909, contra os maus-tratos a que também estavam submetidos, e na revolta a bordo do encouraçado russo Potemkin, ocorrida em 1905.

Os marinheiros brasileiros protestavam contra as péssimas condições de alojamento e de alimentação, mas, principalmente, contra a vigência de um antigo regimento disciplinar que autorizava que fossem castigados com a chibata. Essa punição podia ser empregada até mesmo em casos de infrações leves. A situação dos marinheiros brasileiros, em plena República, lembrava as condições de vida e de trabalho dos tempos da escravidão: a grande maioria deles era de homens negros e pobres e seus comandantes eram oficiais brancos.

No dia seguinte à tomada das embarcações, um pedido pelo fim dos castigos físicos e pela anistia aos marinheiros rebelados foi encaminhado ao presidente da República. Os revoltosos ameaçavam bombardear a capital federal caso o pedido não fosse atendido. O governo, o Congresso e a Marinha discordavam sobre o que fazer. Para muitos, como o episódio representava uma quebra da hierarquia da corporação, os marinheiros envolvidos deveriam ser punidos. Diante da demora de uma decisão, os marinheiros bombardearam algumas instalações da Armada e o Palácio do Catete, o que apressou a aceitação das exigências pelo governo. Os navios foram entregues no dia 27 de novembro, pondo fim à rebelião.

No entanto, dois dias depois alguns marinheiros que participaram da revolta foram expulsos da corporação. Em resposta, os marinheiros se rebelaram novamente, desta vez na ilha das Cobras. O comando da Marinha agiu rapidamente, bombardeando a fortaleza e matando boa parte dos amotinados. Quase todos os sobreviventes ao bombardeio foram aprisionados e torturados. Os poucos que resistiram à tortura foram levados para o Acre. Muitos deles foram fuzilados no caminho.

João Cândido foi um dos poucos sobreviventes. Expulso da Marinha, passou a viver em condições de penúria até o fim da vida, em 1969.

Marinheiros envolvidos na Revolta da Chibata são escoltados para a prisão. Foto de 1910.

Para saber mais

Em memória ao Almirante Negro

A luta de João Cândido e dos demais marinheiros ficou esquecida por muitos anos, apesar dos esforços ocorridos nas décadas de 1930 e de 1960 para resgatar esse episódio, quando um livro e alguns poucos artigos jornalísticos trataram do assunto.

Em meio à ditadura civil-militar iniciada em 1964, um filme sobre a Revolta da Chibata começou a ser produzido. Alguns depoimentos chegaram a ser filmados, mas foram logo abandonados após a intensificação da repressão. Nos anos 1970, Aldir Blanc e João Bosco lançaram a música *O mestre-sala dos mares*, exaltando o caráter heroico da revolta e de seu líder, a quem o título homenageava. Em 1985, a canção se tornou enredo de uma escola de samba.

Atualmente, uma estátua de João Cândido, voltada para o mar, está instalada na Praça XV, na região central da cidade do Rio de Janeiro. Foi nesta praça que ele passou décadas vendendo peixe, depois de ser expulso da Marinha. A corporação chegou a anistiá-lo, por decreto, em 2008, porém, não aceitou sua reintegração, mesmo depois de morto.

Luiz Souza/Fotoarena

Estátua em homenagem a João Cândido localizada na Praça XV, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Foto de 2016.

Movimento operário

Até 1907, aproximadamente, a cidade do Rio de Janeiro era a que mais tinha indústrias no país, seguida por São Paulo. Ambas concentravam 46% do capital investido no setor, empregando 39% dos trabalhadores de indústrias. Ainda na mesma década esse cenário se inverteu, e São Paulo assumiu a liderança, passando a ter um número maior de fábricas em funcionamento, operários empregados e dinheiro investido.

Das indústrias instaladas, aproximadamente 10% empregavam mais de 500 pessoas e usavam máquinas movidas a energia elétrica. As demais, porém, eram menores, empregando de 4 a 50 pessoas cada uma, muitas delas funcionando com maquinaria ou ferramentas manuais ou movidas a carvão.

Nesse período, o número de mobilizações e greves de trabalhadores aumentou. Não existiam leis que os protegessem e seu trabalho era intensamente explorado. Com essas manifestações, o operariado obteve algumas conquistas importantes ao longo da República oligárquica: descanso semanal, direito a férias, regulamentação do trabalho infantil e feminino e assistência ao trabalhador em casos de acidentes. No entanto, essa fase continuou marcada pela baixa remuneração e pelas diferenças salariais entre homens, mulheres e crianças, pela existência de ambientes insalubres, pelo assédio contra as trabalhadoras e pela repressão policial em caso de mobilização trabalhista.

Nessa época, diversos tipos de sindicato foram criados. Os mais comuns eram aqueles que reuniam trabalhadores com uma mesma qualificação, como tipógrafos, sapateiros, padeiros e marceneiros. Eram trabalhadores especializados, com elevado poder de negociação, pois era difícil encontrar outras pessoas com seus conhecimentos. A partir de 1917, os sindicatos que reuniam trabalhadores das grandes fábricas, independentemente da especialização, passaram a ter bastante importância no cenário de lutas por direitos.

Acervo Iconographia/Reminiscências

Operários de fábrica na cidade de São Paulo em foto de 1910.

Além da repressão policial, geralmente acionada nos casos de comício e de greves que paralisavam fábricas ou até mesmo regiões de uma cidade, leis foram instituídas para enfraquecer a mobilização de trabalhadores. Dentre elas, a **Lei Adolfo Gordo**, de 1907, que regulamentava a expulsão dos estrangeiros que "comprometiam a segurança nacional e a tranquilidade pública". Uma mudança, aprovada em 1913, ampliava as possibilidades de expulsão dos estrangeiros envolvidos com a militância operária. Como no setor industrial predominavam trabalhadores imigrantes de diversas nacionalidades, essa lei dificultou sua mobilização.

Os diversos sindicatos usavam panfletos e jornais como instrumento de conscientização e informação. Muitos desses impressos eram escritos em italiano ou espanhol para atingir um número maior de pessoas.

Entre as diversas correntes políticas que se disseminaram entre as entidades trabalhistas, duas se destacaram, porém em épocas diferentes: o **anarcossindicalismo** e o Bloco operário e camponês.

O anarcossindicalismo foi adotado por diversos sindicatos e foi a corrente dominante em três congressos operários ocorridos nos anos 1906, 1913 e 1920. Combinava elementos do pensamento anarquista com a questão da luta de classes, conforme visão dos socialistas. Não acreditando que fosse possível transformar a realidade capitalista e a condição do operário através de leis e representações políticas, os anarcossindicalistas defendiam a ação direta dos trabalhadores contra aqueles que os exploravam e oprimiam. Na prática, isso significava a adoção de greves como principal instrumento de luta.

A greve geral ocorrida em junho e julho de 1917 foi uma das lutas mais emblemáticas promovidas pelos trabalhadores durante a República oligárquica. Foi deflagrada pelos operários de uma das maiores fábricas têxteis de São Paulo, mas acabou atingindo outras categorias e municípios vizinhos. Em seu ápice, envolveu cerca de 43 mil trabalhadores.

A motivação para a greve foram as extensas jornadas de trabalho e os baixos salários. Durante esse período, a indústria brasileira produzia a pleno vapor para abastecer o mercado interno e externo, ainda na esteira dos efeitos da Primeira Guerra Mundial,

Leituras

Leia o texto a seguir, que trata do papel das mulheres operárias nas primeiras décadas do século XX no Brasil na luta por melhores condições de trabalho nas fábricas e por outros direitos.

Mulheres anarquistas em São Paulo

A condição de opressão da mulher em geral foi tema da imprensa anarquista por jornalistas, escritoras e educadoras que se destacaram pela atuação em defesa da causa feminina. No início do século XX, Ernestina Lesina, anarquista, dedicada à defesa das mulheres operárias, foi uma das fundadoras do jornal operário *Anima Vita* em São Paulo. Considerada uma brilhante oradora junto aos trabalhadores, defendeu a emancipação das mulheres e da classe operária. Participou da formação da Associação de Costureiras de Sacos, em 1906, lutando pela redução da jornada de trabalho e pela organização sindical. Este fato de as mulheres trabalhadoras terem tido um papel decisivo nas greves de 1901 a 1917, denunciando os maus-tratos e exploração das costureiras e têxteis, foi digno de registro. Outra mulher de destaque na luta dos trabalhadores foi Maria Lopes; operária paulista, juntamente com outras anarquistas, como Teresa Carini e Teresa Fabri, assinou, em 1906, um *Manifesto às trabalhadoras de São Paulo,* publicado no jornal anarquista *A terra livre,* incentivando as costureiras a denunciarem as condições degradantes de vida, as longas jornadas de trabalho e os baixos salários.

a Terra livre

EXPEDIENTE

Sociedades de resistencia

FEIRA ELEITORAL

O sindicalismo em França

Biblioteca Digital Unesp/Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Reprodução da capa de uma edição de 1906 do jornal anarquista *A terra livre*.

MINARDI, Inês M. *Trajetória de luta*: mulheres imigrantes italianas anarquistas. Disponível em: <www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Ines%20M.%20Minardi.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2016.

que diminuiu a importação de artigos manufaturados, aumentando a produção das indústrias brasileiras e os lucros de seus proprietários.

Nesse contexto de alta produtividade, ligas operárias e sindicatos estavam se reorganizando após um breve período de enfraquecimento das mobilizações. Desde o início de 1917, nas cidades e nos bairros onde se concentrava o maior número de fábricas e trabalhadores, eram comuns comícios e pequenas paralisações contra o aumento da contratação de menores de idade, jornadas noturnas e baixos salários numa época de elevado custo de vida.

A greve começou em junho daquele ano, no **Cotonifício** Crespi, localizado em um bairro industrial da cidade de São Paulo. Inicialmente, contou com 400 operários, mas logo se espalhou para outras indústrias têxteis da vizinhança. Trabalhadores de outros setores e outras categorias também aderiram ao movimento e a greve passou a atingir aproximadamente 9500 trabalhadores somente nos bairros fabris da zona leste da cidade. O movimento não se restringia à paralisação da produção, incluía **piquetes** e interceptação de cargas que saíam ou chegavam das fábricas. Essas estratégias colocaram as forças públicas da cidade contra os trabalhadores.

Em meados de julho, a morte do espanhol José Gimenez Martinez, militante anarquista e sapateiro, em confronto com a polícia, levou milhares de trabalhadores ao seu enterro. Dois dias depois, mais um operário e uma criança morreram em situação semelhante, aumentando a agitação e o número de greves.

cotonifício: local em que se produzem tecidos de algodão; manufatura.
piquete: manobra de greve em que se interdita a entrada do local de trabalho.

Acervo Iconographia/Reminiscências

Trabalhadores no cortejo fúnebre de José Gimenez Martinez, no centro da cidade de São Paulo. Foto de 1917.

Com as mortes, a cidade foi paralisada, tornando a situação crítica para os empresários e o poder público. Nessa circunstância, foi criado um **Comitê de defesa do proletariado**, reunindo sindicalistas de várias tendências. Unidos, eles conseguiram articular negociações com os empresários e as forças de segurança do estado de São Paulo. Em um documento assinado entre as partes, ficaram acordados o direito de reunião, aumentos salariais e a libertação dos operários e militantes presos em manifestações e confrontos. O retorno à normalidade se deu aos poucos, pois nem todos os empresários aceitavam os termos do acordo e buscaram novas negociações com os trabalhadores de suas indústrias.

Nos meses seguintes, entusiasmados com a força demonstrada pelos operários naqueles dias de julho, vários sindicatos e ligas operárias foram fundados ou refundados, em São Paulo e em outras cidades.

Ainda no ano de 1917, 50 mil trabalhadores participaram de uma greve na cidade do Rio de Janeiro. A manifestação foi fortemente reprimida pela polícia. Em setembro, os trabalhadores do Recife iniciaram um movimento de paralisação, exigindo jornada de oito horas, melhores condições de trabalho e abolição do trabalho infantil. Em 1919, uma grande greve voltou a acontecer em São Paulo, e também no Rio de Janeiro, em Porto Alegre, Salvador e Recife.

Nos anos 1920, ao mesmo tempo que a ideologia comunista continuou em expansão junto aos trabalhadores, houve a intensificação da ação do Estado no apoio a movimentos contrários (reacionários), a fim de enfraquecer o movimento operário e inibir a ação dos seus militantes.

O comunismo tomou força no cenário brasileiro após a Revolução Russa de 1917. Seu principal elemento de propagação foi o Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922, no Rio de Janeiro. Para os comunistas, além das greves, a representação política dos trabalhadores era uma estratégia de luta. A adesão a este ideário foi lenta e bastante criticada. No entanto, em razão das dificuldades no avanço das conquistas trabalhistas após a grande greve de 1917 e a repressão que se seguiu contra os trabalhadores, os anarcossindicalistas passaram a perder as disputas pela direção de associações e sindicatos para as chapas comunistas. O PCB foi colocado na ilegalidade entre 1922 e 1927, mas lançou diversas candidaturas a postos do Legislativo e à Presidência da República nas eleições de 1930 por meio de uma associação denominada **Bloco operário e camponês**.

Atividades

Retome

1. Leia o fragmento a seguir e faça o que se pede.

> Iludidos por uma civilização de empréstimos; [...] tornamos [...] mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. Porque não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos...
>
> CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. 1902. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000153.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2016.

a) A que o escritor Euclides da Cunha se refere quando fala em "civilização de empréstimos"?

b) Quem são os "rudes patrícios" citados por Euclides da Cunha? A que grupo histórico o autor os compara?

c) A quem se refere o sujeito oculto ("nós") da primeira frase do fragmento?

d) Os "três séculos" que separam Euclides da Cunha dos "rudes patrícios" se referem a um tempo cronológico? Justifique sua resposta.

2. Aponte duas semelhanças e duas diferenças entre as guerras do Contestado e de Canudos.

3. Aponte os fatores culturais, sociais, políticos e econômicos que propiciaram a elevação do padre Cícero à condição de líder político local.

Pratique

4. O fragmento abaixo é parte de um discurso proferido por Nympha de Vimnar durante a Jornada Internacional da Mulher Operária, em 4 de abril de 1926.

> Em geral a mulher operária sob o regime capitalista é duplamente sacrificada.
>
> Ainda que trabalhe 8 horas na fábrica ou ateliê, ela em chegando à casa (geralmente desconfortável), apesar de fatigada, além das exigências do companheiro por vezes indelicado, encontrará novos afazeres não menos fatigantes que instintivamente será forçada a fazer.
>
> [...]
>
> A mulher na oficina, trabalhando tanto quanto o homem, sofre a injustiça capitalista de receber a metade do salário. O patrão aproveitando-se da inconsciência das operárias procura substituir os homens por elas, a fim de pagar menos, obtendo as mesmas vantagens como se fossem homens.
>
> E a operária, na inconsciência crassa, auxilia o seu algoz, traindo lamentavelmente os seus companheiros obreiros. Não há maior inimigo da operária que o capitalista.
>
> Fingindo desconhecer os seus esforços sobre-humanos, ele exige da mulher a prática de trabalhos fatigantes, obrigando a posições forçadas no período de gestação, concorrendo para o aniquilamento do novo rebento e acarretando graves consequências para a sua saúde e bem-estar físico. [...]
>
> Não pomos em dúvida o efeito ocasionado pela situação econômica pouco favorável. Mas o atraso industrial, a falta de instrução e disciplina, o menosprezo do homem para levar suas companheiras às reuniões, muito têm concorrido para o retardamento do conhecimento das vantagens adquiridas pelo regime comunista. [...]
>
> E em verdade seja permitido dizer, as nossas mulheres não sofrem somente a opressão capitalista, elas são vítimas das próprias mulheres, que, longe de coadjuvarem, ainda procuram tolher os seus ingentes esforços, esquecendo que, desse modo, vêm concorrer para o seu próprio mal, dificultando o auxílio espontâneo. [...]
>
> Quando a natureza dota a mulher proletária com traços de rara perfeição e formosura, o capitalista, zombando mais uma vez, vem com os seus milhões comprar aquela mulher como compraria um lindo cão ou outro animal de raça. Não raras vezes ela vai para o trono capitalista e lá se torna mais déspota que o seu comprador ou senhor.
>
> Infeliz dela, se não puder fugir à finalidade e quiser concorrer para auxiliar os seus ex-companheiros de luta. Em pouco tempo será repudiada e considerada a louca que só a ação do **desquite** poderia afastá-la do lar [...].
>
> Somente nós, operárias do Brasil, é que sob uma nostalgia doentia, dormimos o sono do esquecimento enquanto **denodadas** companheiras russas, inglesas, francesas, italianas, alemãs, norueguesas, trabalham para os P.C. tomando parte em suas reuniões, comentando as vantagens do comunismo e gozando os seus benefícios. [...] Que esses exemplos frisantes da elevação feminina sirvam de estímulo para despertar da letargia em que se encontram as nossas camaradas, eis o nosso mais ardente desejo.
>
> *A Classe Operária*. São Paulo, 1º maio 1926.

desquite: separação judicial na qual bens e corpos são separados, mas o laço matrimonial permanece.
denodadas: valentes, corajosas.

a) Por que a autora afirma, no início do texto, que a mulher operária é duplamente sacrificada?
b) Segundo a autora, quais são os dois principais algozes dos quais a mulher operária é vítima? Por quê?
c) Na visão da autora, que fator faz com que a mulher operária se submeta a essas condições? Qual é a solução que ela vislumbra para resolver o problema?
d) O texto enumera uma série de dificuldades enfrentadas pela mulher operária. Quais delas você acha que ainda são sentidas pelas trabalhadoras nos dias de hoje? Quais foram superadas?

Analise uma fonte primária

5. O documento abaixo, atribuído ao monge João Maria, foi publicado no jornal *O Estado*, de Florianópolis, Santa Catarina, em 4 de novembro de 1915. Teria sido encontrado no reduto de Pedras Brancas, um dos lugares de refúgio dos sertanejos de Contestado. Leia-o e faça o que se pede.

> Precisa que a Irmandade saibam que esta guerra santa que é guiada pela minha vontade não é a Guerra de S. Sebastião. A qual ainda falta muitos anos para começar. Esta é a guerra que eu falava a 30 anos passados da liquidação dos limites dos Estados de Santa Catarina e Paraná. Como sabem todos aqueles que tiveram a felicidade de convelsar comigo que sempre disse que havia de vencer Sta. Catarina pelo motivo seguinte:
>
> 1) porque tem o nome de uma Santa muito milagrosa e protegida de S. Sebastião.
> 2) porque sendo menor em terras não se pode e nem se deve tirar de quem tem menos para dar ao mais rico que este é o ponto principal da religião de Deus.
> 3) porque foi no tempo da revorta para o sertão de Santa Catarina que eu mandei a irmandade com **ajutório** desta santa; era o único lugar onde a irmandade acharam sucego e agasalhos;
> 4) porque é onde se acha situado o divino e encantado serro que se chama Taió que eu pretendo repartir com todos os irmãos que até aqui tem trabalhado com fé e corage e com resignação;
> 5) porque é enfim o único lugar onde a irmandade poderá escapar quando começar a falada guerra de S. Sebastião e quem morar neste Estado ficará livre das pestes e mais castigos horríveis que Deus mandará contra os ereges. Espero tão bem a restauração da monarquia que já não veio devido às faltas e aos pecados dos irmãos e fica revogada para a volta de dom Luiz de Bragança que foi a Jerusalém ao santo sepulcro visitar sinais da ressurreição de Jesus Cristo.

a) Reescreva o texto adaptando-o à norma culta da língua portuguesa.
b) O texto atribuído ao monge João Maria fala de duas guerras, uma histórica e outra mítica. Identifique-as, indicando seus contextos.
c) Que relação o monge estabelece entre essas duas guerras?
d) É possível identificar no documento a tendência política do monge João Maria? Justifique sua resposta com elementos do texto.
e) Depois de ter sido encontrado, o texto atribuído a João Maria foi veiculado num jornal catarinense de grande circulação. Levante hipóteses para explicar os objetivos de sua publicação. Justifique sua resposta.

Articule passado e presente

6. Em 1909, estudantes da conceituada Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, organizaram o Congresso Brasileiro de Estudantes. Na ocasião, solicitaram à Secretaria da Justiça e Segurança Pública de São Paulo a presença de força policial para cuidar da segurança do evento. O secretário, contudo, negou o pedido, alegando que

> uma reunião daquele caráter, pela educação e posição social das pessoas que nela tomam parte, e pela presença de estrangeiros de distinção que a ela vieram assistir, prescinde da presença da polícia.
>
> Parecer da Secretaria da Justiça e Segurança Pública, ordem 3169. Apud: SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. *Paladinos da ordem*: polícia e sociedade em São Paulo na virada do século XIX ao XX. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, São Paulo, 2004.

a) Que argumentos o secretário utiliza para negar o pedido dos estudantes?
b) Por dedução, que tipo de evento necessitaria da presença da polícia, na visão do secretário? Por quê?
c) Com base nas respostas anteriores e no conteúdo deste capítulo, responda: o policiamento urbano, na época em que o texto foi escrito, seguia princípios republicanos?
d) Observe novamente a imagem de abertura do capítulo. Você acredita que, se os estudantes fossem da rede privada, a reação policial seria diferente? Na sua opinião, o critério "posição social" influenciou a atuação policial naquele momento?
e) Em sua opinião, a atuação policial nos centros urbanos brasileiros segue, hoje, preceitos republicanos?

ajutório: ajuda.

CAPÍTULO 5

A Crise de 1929 e o nazifascismo

Mike Kemp/In Pictures/Getty Images

Manifestantes protestam nas ruas de Londres, em 19 de março de 2016. No cartaz azul, lê-se: “Eu sou azul. Eu sou igual a você”. No cartaz vermelho e amarelo, as palavras de ordem são “Luta contra o racismo e a islamofobia”. O evento, como outros na mesma época, pela Europa, foi uma resposta às manifestações populares a favor da expulsão dos refugiados estrangeiros e dos muçulmanos daquele continente.

A intolerância foi uma das marcas do nazismo implantado na Alemanha no período entreguerras. Naquele momento, seguidores do regime político totalitário liderado pelo Partido Nazista de Adolf Hitler discriminaram judeus, homossexuais, ciganos e pessoas com deficiência. Amplos setores da população alemã foram coniventes com o aprisionamento e o assassinato dessas minorias nos campos de concentração sob comando do governo alemão. A postura da intolerância ainda é latente no mundo contemporâneo, até mesmo no Brasil. Intolerância racial, social e ideológica. O que colabora para que isso ainda ocorra? E como podemos combater tanta intolerância?

1 Economia e política

Desde a Baixa Idade Média, com o desenvolvimento do comércio, as Bolsas de Valores ganharam vida negociando mercadorias e capitais. Nelas, os investidores buscam lucro, por meio da compra e da venda de papéis (ações) que representam frações do capital de empresas.

Nas Bolsas, a aplicação de capitais e a especulação – venda ou compra rápida com o objetivo de lucro na oscilação dos preços – firmam vínculos profundos com crescimento econômico e crises por todo o mundo.

O sistema capitalista convive com crises econômicas cíclicas desde o século XIX. Em 2007-2008, o mundo assistiu a mais uma crise financeira com consequências globais, a pior desde a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929.

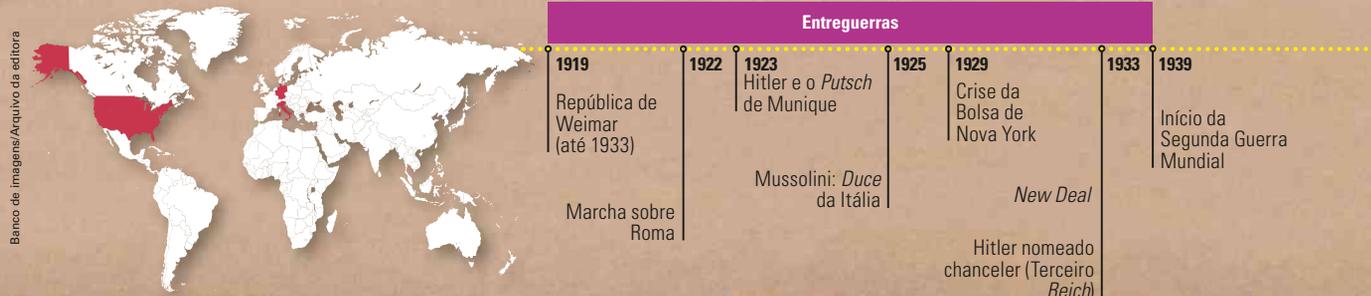
Com as crises, a atuação do Estado ganha força. Um dos principais debates do século XX ocorreu em torno de qual deveria ser o papel do Estado na economia: ele deve intervir ou não? Qual é a relação entre crises econômicas e a ascensão das propostas autoritárias?

Na contemporaneidade, fascismo e nazismo são termos muito utilizados para fazer referência a situações marcadas pela violência, pelo autoritarismo e pela intolerância. Este capítulo, que abrange o período entreguerras (1919-1939), aborda a Grande Depressão, que abalou a economia capitalista mundial, e a implantação de regimes totalitários em países europeus, como o fascismo na Itália e o nazismo na Alemanha.

Veja abaixo os períodos e os lugares em que se passaram os principais eventos do capítulo.

Michaud Gael/NurPhoto/Sipa/Associated Press/Glow Images

Agricultores gregos protestam em frente ao Ministério de Agricultura, na cidade de Atenas, contra as taxas impostas sobre os produtos e equipamentos de cultivo. Desde 2009 o país sofre as consequências de um plano de austeridade econômica, que, entre outras medidas, envolve a redução de benefícios, como a aposentadoria, e o aumento de impostos. Foto de 2016.

Onde e quando

Banco de imagens/Arquivo da editora

Linha do tempo esquemática. O espaço entre as datas não é proporcional ao intervalo de tempo.

2 A crise da Bolsa de Nova York e a Grande Depressão

Terminada a Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos se destacaram no capitalismo mundial: de maior devedor (3 bilhões de dólares), tornaram-se o maior credor mundial (11 bilhões de dólares). Em 1918 mais de um terço da produção industrial mundial estava nos Estados Unidos; em 1929 esse percentual chegava a mais de 42%. O país também continuava a atrair imigrantes: entre os anos 1900 e 1910, entraram nos Estados Unidos cerca de 9 milhões de europeus. A prosperidade econômica, entretanto, apresentava contradições que se tornavam cada vez maiores.

Após o mandato do presidente democrata Woodrow Wilson (1913-1921), os seus sucessores, até 1932, foram do Partido Republicano. Fiéis defensores do liberalismo econômico e do isolacionismo, eles se recusavam a intervir em assuntos internacionais que não envolvessem o continente americano. Não ratificaram, por exemplo, o Tratado de Versalhes e não participaram da Liga das Nações, deixando aos europeus a tarefa de solucionar os conflitos ocorridos na Europa.

Coerentes com essa política isolacionista, os governos republicanos aprovaram diversas leis restritivas à migração a partir de 1921, reduzindo drasticamente a entrada de estrangeiros no país. Ao mesmo tempo, deixaram de adotar medidas que resolvessem as crescentes contradições do desenvolvimento econômico.

Seus líderes argumentavam que as dificuldades que surgiam na economia do país seriam resolvidas pelo próprio mercado, o qual teria uma tendência à racionalidade e à superação dos problemas econômicos, não cabendo ao Estado interferir na ordem econômica.

O desenvolvimento econômico não foi acompanhado por aumento nos salários e na renda dos trabalhadores. Essa estagnação salarial, incompatível com o crescimento da produtividade, acentuou a desigualdade na distribuição da renda – apenas 5% da população detinham um terço da renda do país – e impossibilitava o aumento do consumo para a maioria dos estadunidenses. A dificuldade para expandir o consumo interno, enquanto a produção do país aumentava, resultou numa grande estocagem de mercadorias.

Em 1919, foi aprovada a Lei Seca nos Estados Unidos, que proibia a produção e a venda de bebidas alcoólicas. Nessa época de crescimento econômico destacou-se o gângster Al Capone, líder da maior organização criminosa de Chicago e um dos grandes responsáveis pela venda clandestina de bebidas. A Lei Seca, no entanto, ficou desmoralizada depois de ter sido encontrada uma destilaria de uísque na fazenda do senador Morris Sheppard, justamente o autor da lei. Em 1933, a lei foi revogada pelo presidente Franklin Roosevelt. Na foto, barril de cerveja confiscado é derramado em uma boca de lobo.

Universal History Archive/Getty Images

A explosão da crise e o *New Deal*

A intensa atividade econômica nos Estados Unidos também impulsionou, a partir de 1928, a especulação financeira por meio da compra e venda de ações de grandes empresas na Bolsa de Valores de Nova York. Em meados de 1929, o valor das ações quadruplicou e cada vez mais investidores foram atraídos pela possibilidade de enriquecer facilmente.

A prosperidade econômica, contudo, tinha um limite físico. Por um lado, o mercado não acompanhava a expansão industrial, pois, devido à desigualdade na distribuição da renda, nem todos podiam consumir na mesma proporção. Por outro, os países da Europa, arrasados na Primeira Guerra Mundial, aos poucos se recuperavam e buscavam importar menos produtos estadunidenses, estabelecendo leis protecionistas.

Assim, a superprodução agrícola e industrial, que não escoava e gerava uma estocagem cada vez maior devido ao subconsumo, levou a especulação financeira ao limite: o valor das ações estava muito acima de seu valor real, baseado apenas na confiança de que esses papéis continuariam se valorizando e não nos lucros obtidos com as vendas da produção. Entretanto, o presidente Herbert Hoover (1874-1964), que governou os Estados Unidos entre 1929 e 1933, mantinha sua posição liberal, recusando uma intervenção estatal para estancar ou reverter a situação.

A crise explodiu em 24 de outubro, quando muitas pessoas tentaram vender suas ações e não encontraram compradores, o que provocou uma redução drástica dos preços. Os investidores, atemorizados, tentavam livrar-se dos papéis, originando uma avalanche de ofertas de ações que derrubou ainda mais os preços. Esse dia ficou conhecido como **Quinta-feira Negra**.

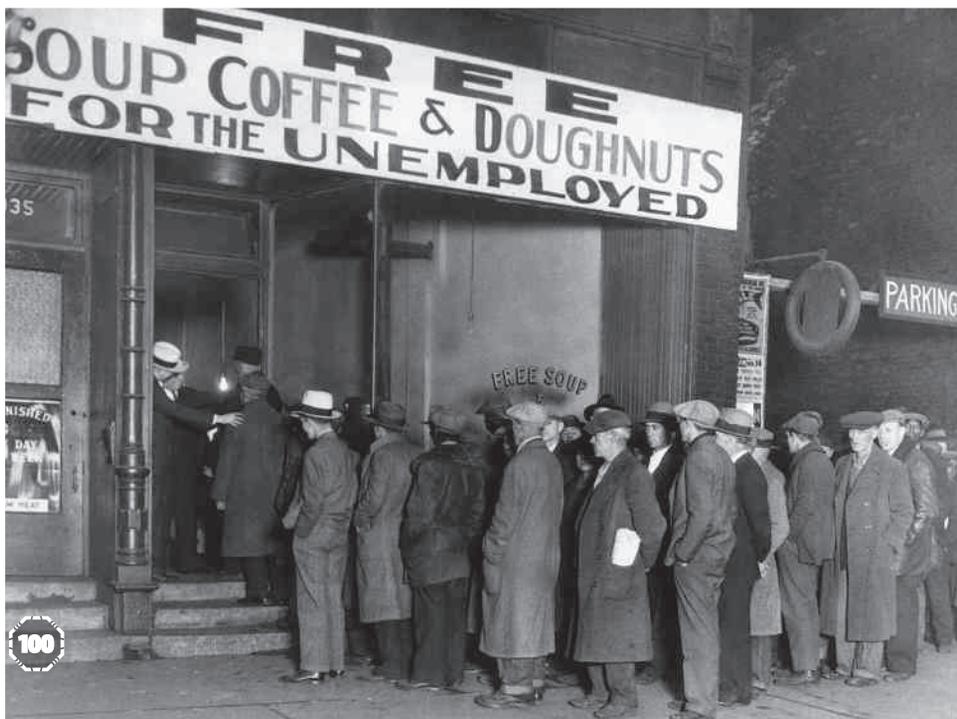
Do dia para a noite, empresários prósperos tornaram-se donos de papéis sem nenhum valor. A desordem econômica espalhou-se pelos meses seguintes e atingiu profundamente toda a sociedade estadunidense, da indústria à agricultura. A queda da renda real dos agricultores até 1932 foi superior a 50%; consequentemente, diversos bancos do sul e do meio-oeste dos Estados Unidos quebraram.

No conjunto, 85 mil empresas faliram, 4 mil bancos fecharam e cerca de 12 milhões de trabalhadores estadunidenses ficaram desempregados. Foi um período de pobreza e fome, não só nos Estados Unidos.

A crise de 1929 abalou o mundo inteiro, exceto a União Soviética, fechada em si mesma e orientada segundo os Planos quinquenais.

A difusão da crise contou com dois fatores básicos: a redução das importações pelos Estados Unidos, que afetou duramente os países que dependiam de seu mercado consumidor (o café brasileiro é um exemplo), e o repatriamento de capitais estadunidenses investidos em outros países.

Em meio à crise econômica, o Partido Democrata derrotou os republicanos nas eleições presidenciais em 1932. Eleito presidente, uma das primeiras providências de Franklin Delano Roosevelt (1882-1945) foi limitar o liberalismo econômico, intervindo na economia por meio do ***New Deal*** ("novo acordo"), plano elaborado por um grupo de renomados economistas e baseado nas teorias do economista inglês John Maynard Keynes (1884-1946).

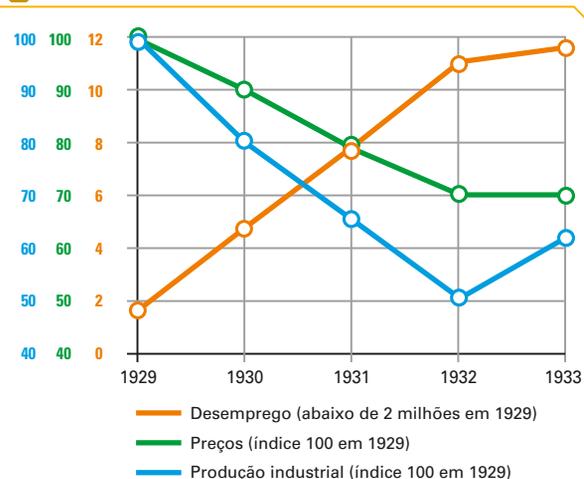
Bettmann/Corbis/Latinstock

Desempregados em fila para receber refeições gratuitas em Nova York. Os efeitos da crise de 1929 podiam ser vistos em cenas como essa nas ruas das principais cidades dos Estados Unidos. Foto de 1930.

Com o *New Deal*, o liberalismo de Adam Smith cedeu lugar ao *keynesianismo*, que defendia a intervenção do Estado para controlar o desenvolvimento da economia, de modo a combater crises e garantir empregos e direitos sociais. Roosevelt determinou grandes emissões monetárias, inflacionando deliberadamente o sistema financeiro; fez grandes investimentos estatais, como hidrelétricas; estimulou uma política de empregos por meio de obras públicas, entre outras medidas, o que promoveu o consumo e possibilitou a progressiva recuperação da economia.

O Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos, que caíra de US$ 103,7 bilhões para US$ 56,4 bilhões em 1932, recuperou-se lentamente, chegando a US$ 101,3 bilhões em 1939.

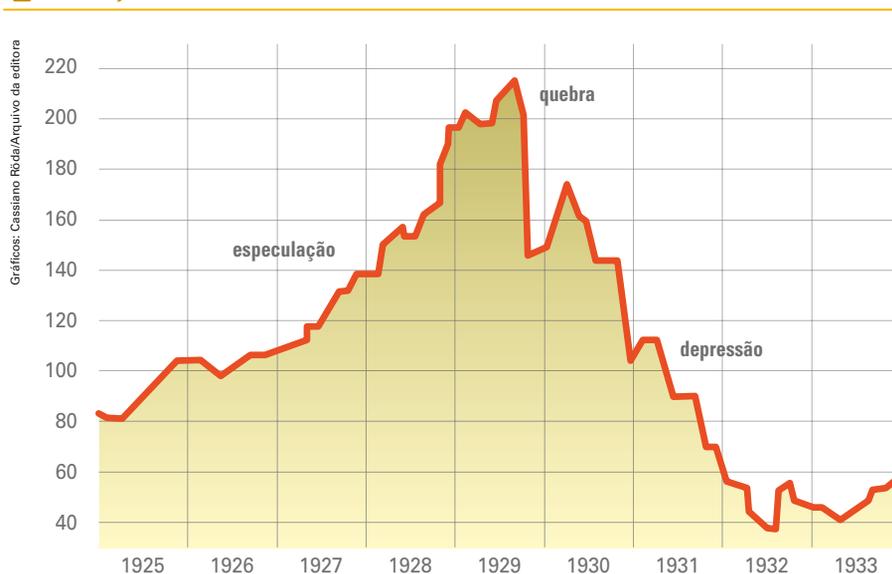
A política keynesiana da busca do pleno emprego para estimular as economias em recessão, posteriormente adotada em outros países industrializados, foi acompanhada pela instalação de modernos sistemas previdenciários, como a Lei de Seguridade dos Estados Unidos, aprovada em 1935. Ela serviu também de base para as políticas de bem-estar social desenvolvidas pelos países capitalistas, o ***Welfare State*** (Estado de bem-estar social), expressão que entrou em uso a partir dos anos 1940.

A política keynesiana predominou no cenário econômico internacional até o final dos anos 1970, quando a liberdade de mercado voltou a ganhar prestígio, defendida por teóricos como Friedrich von Hayek (1899-1992) e por membros da escola monetarista de Chicago, como Milton Friedman (1912-2006) e Robert Lucas.

Índices da crise de 1929

Adaptado de: CAMERA, Augusto; FABIETTI, Renato. *Elementi di storia 3*. Bolonha: Zanichelli, 1999. p. 1374.

A política econômica liberal foi adotada pela primeira-ministra britânica Margaret Thatcher (1925-2013) e pelo presidente estadunidense Ronald Reagan (1911-2004), entre outros políticos conhecidos como neoliberais.

A partir de 2008, em virtude da crise econômica internacional originada em parte das políticas neoliberais de não controle da economia pelo Estado, reacendeu-se o debate entre defensores do neoliberalismo e do keynesianismo. Desta vez, ao contrário do que ocorrera nos meses seguintes à crise de 1929, governos de muitos países optaram por intervir na economia para tentar diminuir os efeitos dessa crise.

Evolução da Bolsa de Nova York

Adaptado de: CAMERA, Augusto; FABIETTI, Renato. *Elementi di storia 3*. Bolonha: Zanichelli, 1999. p. 1374.

3 O ideário nazifascista

O nazifascismo caracterizou-se por ser um movimento essencialmente nacionalista, antidemocrático, antioperário, antiliberal e anticomunista. Sua ascensão na Europa ocorreu entre o final da Primeira e o início da Segunda Guerra Mundial, no contexto da crise dos países europeus desencadeada pelos efeitos da Primeira Guerra Mundial e pela quebra da Bolsa de Nova York, em 1929.

Na Alemanha, o movimento foi representado por Adolf Hitler (1889-1945), cujo livro *Mein Kampf* (*Minha luta*), publicado em 1925, serviu como base teórica do governo nazista. A Itália foi outro polo do movimento, liderado por Benito Mussolini (1883-1945), que ascendeu ao governo em 1922.

Em outros países, regimes políticos semelhantes ao nazifascismo também foram adotados, como o **franquismo** na Espanha e o **salazarismo** em Portugal.

Esses novos governos representaram uma reação nacionalista às frustrações resultantes da Primeira Guerra Mundial e um modo de fortalecer o Estado, além de atender às aspirações de estabilidade diante das ameaças revolucionárias de esquerda e, sobretudo, diante da instauração do socialismo na União Soviética.

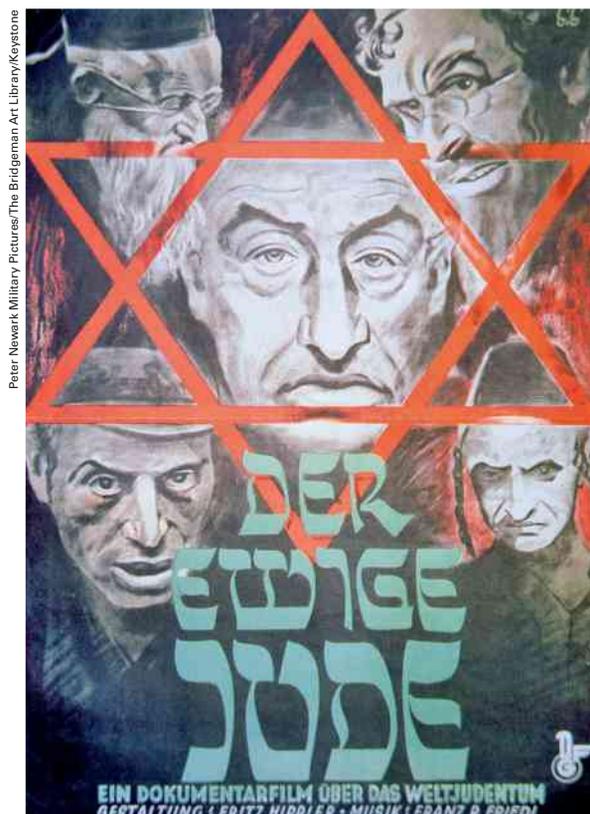
A doutrina nazifascista caracterizava-se basicamente pelos seguintes pontos:

- **totalitarismo**, em que o Partido Fascista ou Nazista confundia-se com o Estado, formando a síntese das aspirações nacionais;
- **nacionalismo**, propondo a subordinação do indivíduo aos interesses da nação;
- **idealismo**, acreditando no poder transformador das ideias e convicções;
- **romantismo**, que negava a razão como solucionadora dos problemas nacionais, defendendo, ao contrário, que somente a fé, o autossacrifício, o heroísmo e a força seriam capazes de superar as dificuldades;
- **autoritarismo**, segundo o qual a autoridade do líder – o *Duce* (na Itália) ou o *Führer* (na Alemanha) – era indiscutível;
- **militarismo**, que possibilitaria a salvação nacional por meio da luta e da guerra;
- **anticomunismo**.

No caso alemão, havia ainda o **antissemitismo**, isto é, a perseguição racista aos judeus, justificada pela afirmação de que, na Primeira Guerra Mundial, os alemães haviam sido traídos pelos judeus marxistas, o que teria provocado a sua derrota no conflito. Além disso, segundo os defensores do nazismo, os judeus, vistos como antinacionais e sem pátria, ameaçavam a formação da "grande raça ariana alemã". A ideia fundamental do nazismo era expressa pela máxima: *Ein Volk, ein Reich, ein Führer* (Um povo, um império, um líder).

Na Itália, o fascismo baseava-se no **corporativismo**: o povo, produtor de riquezas, organizava-se em corporações sindicais que governavam o país por meio do Partido Fascista, que se confundia com o próprio Estado. Ao contrário da visão marxista, negava-se a oposição entre classes na estrutura social, e o Estado corporativo deveria buscar a harmonização dos interesses conflitantes do capital e do trabalho nos próprios quadros das corporações.

Hitler e Mussolini contaram com o capital financeiro e o apoio da alta burguesia na edificação do Estado totalitário. No caso nazista, foi representado pela tradicional família Krupp, dona de indústrias no ramo de aço, munições e armamentos; e, na Itália, pela Confederação Geral da Indústria, pela Associação dos Bancos e pela Confederação da Agricultura.

Peter Newark Military Pictures/The Bridgeman Art Library/Keystone

Pôster do filme *O eterno judeu*, de 1937, que pregava o antissemitismo.

O fascismo italiano

A Primeira Guerra Mundial deixou para a Itália enormes perdas financeiras e humanas e nenhum ganho territorial. Além do caos econômico – causado pela inflação, pelo alto índice de desemprego e pela paralisação de diversos setores produtivos –, o governo da Itália via-se também impotente em meio à agitação política e social revolucionária das esquerdas, com sucessivas greves e ocupações de fábricas e terras.

O governo parlamentar, composto pelo Partido Socialista e pelo Partido Popular, não chegava a um acordo quanto às grandes questões políticas, gerando impasses e impopularidade. Diante desse quadro de instabilidade na Itália, as elites do país passaram a apoiar a atuação das *squadre d'azione* (expressão italiana que significa "comandos de ação"), milícias armadas formadas pelos **camisas-negras**, membros do Partido Fascista criado por Benito Mussolini em 1919. Dois anos depois, os fascistas elegeram o maior número de representantes no Parlamento.

Apoiado na crise parlamentar e na ideia da "mediocridade democrática", Mussolini organizou o assalto ao poder. Em 1922, 50 mil camisas-negras, vindos de todas as regiões da Itália, dirigiram-se para a capital, exigindo o poder. O episódio ficou conhecido como **Marcha sobre Roma**. O rei Vítor Emanuel III cedeu à pressão, e o líder fascista assumiu o cargo de primeiro-ministro.

Em 1924, por meio de eleições fraudulentas, os fascistas ganharam maioria parlamentar. A oposição, liderada pelo deputado socialista Giacomo Matteotti (1885-1924), denunciou as irregularidades eleitorais, mas foi calada pela repressão generalizada, que culminou no sequestro e assassinato do deputado.

Bettmann/Corbis/Latinstock

O símbolo do fascismo era constituído de um feixe de varas amarradas por correias (*fasce*) vermelhas, que simbolizava a unidade do povo e servia de cabo para um machado, que representava a autoridade do Estado. O mesmo símbolo era usado pelas magistraturas de maior autoridade no Império Romano.

Bettmann/Corbis/Latinstock

Hitler e Mussolini passam em revista as tropas alemãs durante visita do ditador italiano à Alemanha, em 1937.

No ano seguinte às eleições, Mussolini passou a ser chamado de *Duce* (guia), com o respaldo da Confederação Geral da Indústria, da polícia política fascista (Ovra) e de tribunais especiais, que julgavam e condenavam os dissidentes do regime. Concretizou-se, assim, um Estado totalitário, no qual os principais focos de oposição eram eliminados; ao mesmo tempo que se impunham leis de exceção, suprimia-se a imprensa oposicionista e a licença de todos os advogados antifascistas era cassada.

Em 1929, Mussolini ganhou também o apoio do clero ao assinar o **Tratado de Latrão**, que solucionava a antiga **Questão Romana**. Pelo tratado, o papa Pio XI (1857-1939) reconhecia o Estado italiano, e Mussolini, a soberania do Vaticano. O catolicismo tornou-se a religião oficial da Itália.

Questão Romana: conflito entre a Igreja católica e o Estado italiano. Surgiu com a conquista de Roma na Unificação Italiana, em 1871. O papa Pio IX não reconheceu a perda dos territórios e considerou-se "prisioneiro" no Vaticano.

Após garantir para si plenos poderes e cercar-se das elites dominantes, o *Duce* buscou o desenvolvimento econômico do país. Centrado numa intensa propaganda de massa e na proibição de greves, seu governo obteve sucessos na agricultura e na indústria até que a depressão mundial de 1929 mergulhou o país novamente na crise.

Para superá-la, Mussolini intensificou a produção de armamentos e as conquistas territoriais, apoiado na ideia de restaurar o Império Romano. Voltando-se para a África, invadiu a Abissínia (atual Etiópia) e associou-se aos governos da Alemanha e do Japão em diversas agressões internacionais.

O totalitarismo fascista segundo Mussolini

O liberalismo coloca o Estado a serviço do indivíduo. [...] Para o fascista, tudo está no Estado, nada de humano ou espiritual existe fora do Estado. Nesse sentido, o fascismo é totalitário, e o Estado fascista, síntese e unidade de todo o valor, interpreta, desenvolve e dá potência à vida integral de um povo.

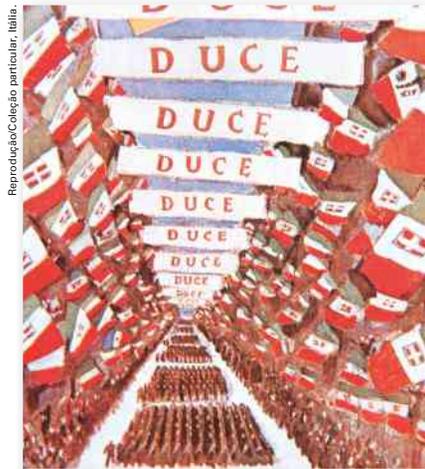
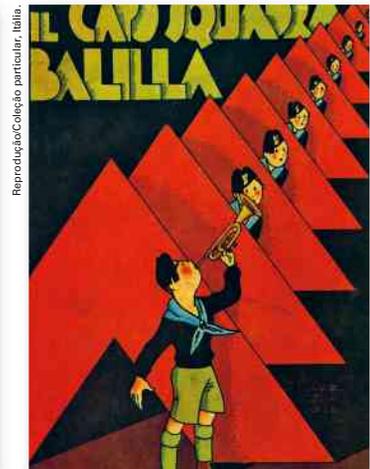
MUSSOLINI, Benito. A doutrina do fascismo, 1930. In: VVAA. *Temas de História 12*. Porto: Porto Editora, [s.d.], p. 244.

Ullstein Bild/The Granger Collection/Glow Images

Mussolini saúda milhares de manifestantes na Praça da Vitória, em Gênova, Itália. Foto de 1938.

Propaganda fascista

Observe abaixo alguns exemplos da propaganda fascista na imprensa. *"Duce! Duce! Duce!"* (1) era o brado de aclamação a Mussolini, conforme a ilustração da capa de uma revista da época. Página de um livro escolar italiano de 1931 (2), mostrando uma criança fazendo a saudação fascista. O texto diz: "Benito Mussolini ama muito as crianças. As crianças da Itália amam muito o *Duce*. Viva o *Duce*!". Capa de livro (3) italiano de 1932, cujo título é *O grupo-líder Balilla*. Balilla era uma organização fascista de crianças entre 8 e 14 anos.

Reprodução/Coleção particular, Itália. Reprodução/Coleção particular, Itália. Reprodução/Coleção particular, Itália.

1 2 3

O nazismo alemão

Assim como o fascismo italiano, o nazismo alemão emergiu da derrota na Primeira Guerra Mundial e das condições impostas à Alemanha pelo Tratado de Versalhes. Com o final da guerra, o regime monárquico da Alemanha foi substituído pela **República de Weimar** (1918-1933), que herdou uma grave crise socioeconômica.

Em 1923, os governantes da República de Weimar decidiram cancelar os pagamentos impostos pelo Tratado de Versalhes. Em represália, os franceses invadiram o Vale do Ruhr, importante região mineradora e siderúrgica da Alemanha. Apoiados pelo presidente socialista Friedrich Ebert (1871-1925), mineradores e operários dessa região entraram em greve, negando-se a trabalhar para os franceses. Para sustentar a greve, o Parlamento alemão autorizou a emissão de papel-moeda. O resultado foi uma espiral inflacionária, que chegou a atingir o índice de 32 400% ao mês.

Alguns anos antes, em 1919, em Munique, um pequeno grupo de ultranacionalistas, entre os quais estava Adolf Hitler, fundou um partido totalitário, nos moldes do fascismo italiano, que adotou, logo depois, o nome de **Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães** (Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei), popularmente chamado de **nazi**. Com forte apelo ao sentimento nacional diante das dificuldades do pós-guerra, o novo grupo ganhou cada vez mais adeptos. Para intimidar os opositores, os nazistas atuavam com

A hiperinflação alemã

Cassiano Röda/Arquivo da editora

uma polícia paramilitar, as **Seções de Assalto (SA) – os camisas-pardas**.

Diante do agravamento da situação socioeconômica e da ineficiência do governo, Hitler e seus seguidores tentaram assumir o poder em novembro de 1923. Numa cervejaria de Munique, proclamaram o fim da República. Embora todos tivessem sido presos, ganharam ampla publicidade pelo país. O *Putsch* ("golpe", em alemão) de Munique, como o evento ficou conhecido, pareceu, por seu fracasso, o fim do nascente Partido Nazista. Foi, no entanto, apenas um recuo momentâneo na escalada nazista, que contaria mais tarde com circunstâncias propícias a seu reerguimento definitivo.

Na prisão, Hitler escreveu *Mein Kampf*, obra em que desenvolveu os fundamentos do nazismo:

- a ideia pseudocientífica da existência de uma raça "pura", a **raça ariana** – que seria descendente de um grupo indo-europeu mais puro;
- o nacionalismo exacerbado;
- o totalitarismo;
- o anticomunismo;
- o antissemitismo;
- o conceito de **espaço vital** (*Lebensraum*), domínio de territórios indispensáveis ao desenvolvimento do povo alemão, inclusive com a conquista da Europa oriental.

Austrian Archives/Corbis/Latinstock

Após a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, a situação econômica e social da Alemanha se agravou, aumentando o número de desempregados e os índices de inflação. Na foto, de 1931, unidade móvel do exército atende aos pobres fornecendo refeição gratuitamente nas proximidades de Berlim.

Hulton-Deutsch Collection/Corbis/Latinstock

Adolf Hitler atravessa multidão de trabalhadores de uma fábrica alemã. Foto de novembro de 1933.

O nazismo ganhou impulso com a Grande Depressão, iniciada com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929. Em 1932, muitos dos 6 milhões de desempregados alemães engrossavam as fileiras do Partido Nazista, ao lado de ex-soldados, jovens estudantes e agricultores, descontentes com o governo democrático de Weimar. Outros, porém, alinhavam-se aos grupos políticos de esquerda, fato que amedrontou a elite e a classe média alemãs, que viram na proposta nazista a salvação nacional.

As tropas das SA passaram a agir livremente, e a popularidade nazista se impôs. Em 1932, nas eleições para o Parlamento, os nazistas conquistaram 230 cadeiras (em 1930, eram aproximadamente 30) e, em 1933, com a crise do sistema parlamentarista, o presidente Hindenburg (1847-1934) ofereceu a Hitler o cargo de chanceler.

Elevado ao poder, o líder nazista se lançou contra a oposição. Para tanto, usou diversos meios, entre os quais uma farsa: provocou um incêndio que destruiu o prédio do Parlamento em Berlim, o *Reichstag*, e colocou a culpa nos comunistas, acusando-os de tramarem um golpe. Isso lhe permitiu a instalação de uma ditadura totalitária. Os deputados e líderes das esquerdas foram presos e levados para **campos de concentração** – áreas de confinamento cercadas e vigiadas. Nesses lugares e nos **campos de extermínio**, muitos opositores do regime nazista e milhões de judeus foram assassinados, no genocídio conhecido como **holocausto**.

Para sustentar o poder hitlerista, foram criadas a **Gestapo** – polícia secreta do Estado – e as **Seções de Segurança (SS)**, polícia política do partido, bem-treinada, disciplinada e fiel ao líder.

No dia 21 de março de 1933, Hitler proclamou a criação do **Terceiro *Reich*** ("império"), sucessor do Sacro Império Romano-Germânico (962-1806) e do Império dos *Kaiser* Hohenzollern (1871-1919). Com a morte de Hinden-

burg, em 1934, Hitler acumulou a função de presidente e a de chanceler, adotando o título de ***Führer*** (chefe).

Hitler eliminou os partidos políticos, os jornais de oposição, os sindicatos e suspendeu o direito de greve. Em junho de 1934, no episódio conhecido como **Noite dos Longos Punhais**, eliminou vários líderes das SA que divergiam de sua autoridade absoluta. Cerca de 70 líderes e 5 mil outros nazistas foram mortos por soldados do exército, pelas SS e pela Gestapo.

A propaganda nazista ficou a cargo de Joseph Goebbels (1897-1945), que conquistou o apoio da maioria da nação aos planos grandiosos do *Führer*. A campanha racista criava um bode expiatório e aproximava a população alemã dos nazistas ao propor a purificação racial por meio do extermínio dos judeus. Para cumprir seu plano de genocídio denominado "solução final", os campos de concentração foram multiplicados e milhões de judeus assassinados. Toda a sociedade alemã foi envolvida no programa nazista do Terceiro *Reich*: das crianças aos adultos; nas escolas e nas instituições, todos eram induzidos a filiar-se à Juventude Hitlerista ou ao Partido Nazista.

A nazificação da Alemanha completou-se com o armamentismo e o total militarismo, que reativaram o desenvolvimento econômico baseado na indústria bélica. A militarização do país visava à expansão territorial e à conquista do "espaço vital", o que viria a constituir o estopim de um novo conflito europeu.

Leituras

No texto a seguir, o historiador brasileiro Jorge Ferreira discute em que medida ocorreu a participação e o envolvimento da população alemã no holocausto. Leia-o com atenção.

A população alemã tinha conhecimento do extermínio dos judeus nos campos de concentração?

Assim, tanto na Alemanha quanto nos países invadidos sabia-se que os judeus eram enviados em vagões ferroviários para algum lugar. Mas sabiam para onde e para o quê? É verdade que não houve ordem explícita de Hitler ou de Goebbels para o extermínio – argumento muito utilizado pelos "revisionistas". Mas não foi preciso. O nazismo tomou uma infinidade de medidas que, isoladas e justapostas, permitiu que os alemães ignorassem, ou desejassem ignorar, o que estava acontecendo, diz [o historiador Marc] Ferro[1]. A compartimentação das atividades que envolviam o extermínio, desde o ponto de partida ao de chegada, assegurava que um profissional não soubesse a exata função do outro. Mas como os ferroviários poderiam desconhecer o destino dos passageiros amontoados nos vagões, os trabalhadores químicos não perceber para que fabricavam o gás ***cyklon***, os juristas, os funcionários, os policiais, entre tantas outras categorias, ignorar a finalidade de suas funções? Sabemos que o nazismo tornou as câmaras de gás um segredo de Estado, mas a estratégia não impediu que milhares de pessoas conhecessem, ou ao menos suspeitassem, de sua existência. Se o número dos "executores diretos" do extermínio é calculado entre 300 mil e 400 mil pessoas, os "indiretos", sem dúvida, são multiplicados em muitas vezes. Portanto, pelo menos na Alemanha, é difícil garantir que "poucos sabiam".

Galeria Bilderwelt/Hulton Archive/Getty Images

Húngaros de ascendência judaica chegam a Auschwitz-Birkenau, um complexo de campos de concentração e de extermínio localizado na Polônia, ocupada pelos alemães desde setembro de 1939. Repare na estrela de Davi, identificação obrigatória que cada pessoa judia deveria portar. Foto de 1944.

cyklon* ou *zyklon: produto à base de ácido cianídrico, cloro e nitrogênio usado inicialmente como pesticida e depois como o gás que provocou as mortes nos campos de concentração alemães, durante a Segunda Guerra Mundial.

[1] FERRO, Marc. *História da Segunda Guerra Mundial*. Tradução de Mauro Lando e Isa Mara Lando. São Paulo: Ática, 1995.

Dialogando com a Educação Física

A Educação Física e as práticas esportivas

A Educação Física, como prática social organizada, remonta às primeiras sociedades humanas que, por diversas razões, desenvolveram exercícios físicos de forma consciente. Na China antiga, por exemplo, a Educação Física voltava-se à preparação militar dos indivíduos mas também era praticada com fins terapêuticos e para a formação moral e religiosa.

Nos Estados nacionais modernos, a prática de exercícios físicos foi sistematicamente aperfeiçoada, cumprindo papéis variados: como atividade ligada à saúde e ao bem-estar individual e social, integrada à educação desde a infância, como instrumento para fortalecer a força física, como forma de treinamento para atividades esportivas e como preparação para a ação militar.

Em fins do século XIX, os Jogos Olímpicos, originários da Grécia antiga, foram atualizados, com o objetivo de promover a integração entre as nações, por meio de uma competição esportiva que incluía nove modalidades diferentes. Na época, as práticas esportivas associadas à educação escolar e ao fortalecimento espiritual e moral já eram amplamente difundidas em todo o mundo, devido ao surgimento de organizações da sociedade civil e à iniciativa dos próprios governos e Estados.

Corpos treinados para a guerra

A ascensão dos regimes fascistas na Europa, a partir da década de 1920, promoveu o incentivo às práticas esportivas, especialmente para crianças e jovens. A introdução de uma Educação Física militarizada nas escolas deveria colaborar para a formação do espírito guerreiro e nacionalista que unificaria a nação em torno do grande líder, tanto na Itália fascista, quanto na Alemanha nazista.

Além disso, as organizações de juventude nazifascista tinham por finalidade educar moral e fisicamente os seus integrantes, por meio de inúmeras atividades coletivas, como acampamentos, competições esportivas e paradas militares. A higiene e a saúde, assim como a força, a coragem e a disciplina eram cultuadas como qualidades dos verdadeiros seguidores do regime.

As atividades físicas tinham clara orientação militar e serviam para fortalecer a musculatura dos braços e das pernas, por meio da prática de exercícios de agachamentos, polichinelos, flexões e abdominais. Eram praticadas em agrupamentos meticulosamente ordenados, em filas, com todos os meninos e meninas uniformizados e realizando as atividades no mesmo ritmo.

A partir dos seis anos de idade, os meninos da Itália fascista e da Alemanha nazista eram submetidos ao treinamento militar. Carregavam nos ombros réplicas de armas de fogo em madeira, para marchar, correr, mirar ou se posicionar no chão com postura de tiro.

A pesquisadora Cristina Souza da Rosa, ao analisar o regime fascista na Itália de Mussolini, destaca:

> As atividades físicas proporcionavam um controle sobre o próprio corpo estimulando o domínio dos centros nervosos e melhorando o uso da energia. O controle e o conhecimento do corpo eram fundamentais para a formação de um soldado, que, com isto, teria ciência dos seus limites e da sua capacidade física e mental.

ROSA, Cristina Souza da. Pequenos soldados do Fascismo: a educação militar durante o governo de Mussolini. *Antíteses*, vol. 2, n. 4, jul.-dez. de 2009, p. 629. Disponível em: <www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/2704>. Acesso em: 16 mar. 2016.

Força física, forma moral

Na Alemanha, os currículos escolares foram reestruturados assim que Hitler chegou ao poder, no início da década de 1930. A Educação Física foi uma das grandes preocupações do regime nazista, considerada um poderoso instrumento para fortalecer os corpos e o caráter dos indivíduos da "raça ariana", segundo a ideologia que o nazismo pregava.

Stapleton Collection/Corbis/Latinstock

Registro de desfile da Juventude Hitlerista em evento do Partido Nazista alemão em 1933. Destaque para as suásticas estampadas nas bandeiras carregadas pelos jovens e para a saudação feita pelos demais participantes.

Hulton-Deutsch Collection/Corbis/Latinstock

Jogadores da seleção alemã de futebol fazem a saudação nazista em partida contra a seleção inglesa em 1936.

O ideal de beleza nazista impunha a remodelação dos corpos segundo os padrões estéticos supostamente inspirados nos gregos, considerados pelo *Führer* o modelo de civilização.

Esse corpo remodelado não representava apenas o indivíduo, mas o "corpo coletivo" da nação. Por isso, os jogos e torneios, as paradas militares e as diversas apresentações de atividades físicas eram eventos públicos organizados como cerimônias de Estado.

Os Jogos Olímpicos de 1936, realizados em Berlim, foram considerados a ocasião ideal para o regime nazista demonstrar a suposta "superioridade ariana". Seguindo os ideais de imponência e grandiosidade do regime de Hitler, áreas de lazer foram renovadas e um novo estádio olímpico foi construído para sediar as competições.

A abertura dos Jogos Olímpicos e as diversas competições contaram com participação massiva de público que atendia ao chamado do *Führer*, ele mesmo presente em diversos eventos.

A cineasta alemã Leni Riefenstahl (1902-2003), encarregada pelo regime de documentar os Jogos, lançou, dois anos depois, *Olympia*, filme que transformou os atletas olímpicos e as modalidades esportivas em espetáculo audiovisual. No entanto, a sua aproximação com o nazismo e a presença marcante de Hitler no documentário transformaram *Olympia* num filme de propaganda nazista. Posteriormente, tanto a cineasta como a sua obra produzida no período foram muito criticadas e Riefenstahl caiu no ostracismo por muitos anos.

A Alemanha liderou os Jogos Olímpicos: levou 36 medalhas de ouro, seguida dos Estados Unidos, com 24, e da Hungria, com 10. Contudo, a vitória germânica não serviu totalmente à ideologia da superioridade racial nazista graças a Jesse Owens (1913-1980), atleta negro estadunidense. Owens conquistou quatro medalhas de ouro nas modalidades de 100 m rasos, 200 m rasos, 4 × 100 m rasos e salto em distância. A sua conquista não questionou apenas a ideologia nazista, mas também o racismo e as políticas e práticas segregacionistas de diversos estados dos Estados Unidos no período.

Atividades

Em grupos de quatro ou cinco colegas discutam e reflitam sobre as seguintes questões:

1. O espírito competitivo de várias práticas esportivas contribui para intensificar os conflitos e as tensões da sociedade?

2. De que forma as práticas esportivas colaboram para a valorização da diversidade e o respeito às diferenças?

3. A criação dos Jogos Paralímpicos, em 1960, contribuiu para a divulgação das práticas esportivas de pessoas com deficiência? Justifique.

4. Como um evento esportivo poderia ser realizado na própria escola com o propósito de integrar os alunos, fortalecer as relações de amizade e companheirismo e combater possíveis preconceitos?

   Anotem suas ideias e apresentem-nas para o restante da turma.

Atividades

Retome

1. Entre 1921 e 1932, a presidência dos Estados Unidos foi controlada pelo Partido Republicano, que defendia a não intervenção do Estado na economia e rejeitava a participação do governo em assuntos internacionais que não envolvessem a América. De que maneira essas posições refletiram na política externa e na economia estadunidenses?
2. Enumere os fatores que contribuíram para a eclosão da recessão econômica dos Estados Unidos a partir de 1929, conhecida como Grande Depressão.
3. A recuperação da economia estadunidense foi resultado das políticas adotadas pelo presidente democrata Franklin Delano Roosevelt, a partir de 1932. Que medidas foram lançadas para superar a crise econômica que assolava os Estados Unidos?
4. Apesar de haver diferenças entre as realidades alemã e italiana nos anos que se seguiram à Primeira Guerra Mundial, fatores semelhantes favoreceram a ascensão dos regimes nazista e fascista nos dois países. Identifique-os.

Pratique

5. Leia o texto a seguir com atenção e responda às questões que o acompanham.

As cifras sobre os campos de concentração até hoje são incertas. Calcula-se em dezoito milhões o número de pessoas que passaram pelos campos, das quais onze milhões teriam sido **imoladas**. Somente os judeus chegaram a ser quase seis milhões. Os fuzilamentos eram comuns, mas, aos poucos, o uso do gás foi sendo introduzido e "apreciado" como o meio mais eficaz de extermínio. Em Chelmno, somente em dezembro de 1941, em vagões que disfarçavam câmaras de gás, as SS assassinaram 150 mil judeus, obrigando comandos, formados inclusive por judeus, a realizar o serviço sujo. Em seguida, esses judeus eram também executados. Em Lublin, métodos semelhantes foram utilizados. Em Subibor, 250 mil judeus pereceram. Em Treblinka, fala-se em 700 ou 800 mil vítimas, sendo 80 mil delas remanescentes da insurreição do Gueto de Varsóvia.

[...]

Auschwitz criou um complexo industrial, dirigido pelas SS. Com o apoio de empresas como IG-Farben, trinta e nove outros campos de trabalho eram-lhe dependentes. Os campos eram plurifuncionais, mas guardavam designações outras. Alguma diferença se estabelecia entre eles: em 1942, a mortalidade média alcançava 60% nos campos de trabalho e 100% nos campos de extermínio.

[...]

O trabalho forçado, como instrumento de produção e de extermínio, tem levado muitos autores a tomarem os campos como enormes reservas de mão de obra para a economia de guerra. Hannah Arendt registra depoimentos de sobreviventes sobre a inutilidade e a ineficiência dos trabalhos nos campos. Se se levar em conta essa possível racionalidade do trabalho nos campos de concentração, diz a autora, como entender que massas de trabalhadores utilizassem escassa e preciosa matéria-prima e construíssem dispendiosas fábricas para seu próprio extermínio? Ou então, considerando a necessidade de transporte, como pensar na prioridade concedida a prisioneiros judeus, ao invés de soldados alemães e armas de guerra necessárias às frentes de combate? Para completar o quadro, sabia-se que autoridades militares mostravam incompreensão diante das ordens secretas de eliminação dos operários judeus, necessários à manutenção da produção da indústria de guerra, que seriam substituídos por operários "arianos" sem a mesma qualificação profissional.

O irracionalismo racista antecede e orienta a política de trabalho para os prisioneiros do regime. O mercado "excedente" de mão de obra era principalmente capturado entre os trabalhadores estrangeiros obrigados a trabalhar na Alemanha. Em 1944, os trabalhadores estrangeiros chegariam a mais de cinco milhões, ganhando metade dos salários dos trabalhadores alemães. Graças a seu trabalho, Speer, ministro dos Armamentos, conseguiu elevar a produção ainda em 1944, já sob intensa ação destrutiva dos bombardeios aliados.

LENHARO, Alcir. *Nazismo*: o triunfo da vontade. São Paulo: Ática, 1986. p. 80-82.

imoladas: mortas em sacrifício.

a) De acordo com o texto de Alcir Lenharo, uma notável transformação aconteceu nos campos de concentração entre o início e o final da Segunda Guerra. Identifique essa transformação.
b) Por que Alcir Lenharo, no texto acima, defende que os campos de concentração nazistas eram guiados pela irracionalidade?

Analise uma fonte primária

6. Observe a imagem abaixo e responda às questões.

PVDE/The Bridgeman Art Library/Keystone Brasil

Pôster de propaganda nazista, datado de 1932. No topo, está escrito “Estamos construindo!” Abaixo, à esquerda, sob a indicação “Nossos tijolos”, aparecem listados “Trabalho”, “Liberdade” e “Pão”. Do lado direito, sob a indicação “Projetos dos outros”, nos papéis levantados pelas personagens menores, lemos “promessas, mentiras, desemprego, degradação social, corrupção, terror e redução dos serviços”.

a) Compare a personagem à esquerda do pôster com as personagens à direita. Que diferença você destacaria entre elas?

b) Que significado pode ser atribuído à imagem dos tijolos empilhados?

c) Analise a imagem do pôster e explique por que a propaganda nazista pareceu tão atraente para a população alemã.

Articule passado e presente

7. Leia o artigo a seguir. Depois, responda às questões.

> [...] a internet, como qualquer tecnologia, não é – em si – boa ou má. O uso que fazemos dela é o que define seu caráter. [...] Mas poucas pessoas têm consciência de que, na rede, as informações também podem ser manipuladas e que elas passam, a todo instante, por filtros automáticos que podem incidir profundamente sobre a formação da opinião.
>
> [...]
>
> Considere-se ainda que, além disso, na internet o fluxo de informações é contínuo, ininterrupto. Logo, se temos um fluxo permanente e se as informações que recebemos são filtradas, então a consequência é que teremos diante de nossos olhos, em pouco tempo, um volume imenso de informações sobre um mesmo assunto. No caso de uma mesma opinião, o efeito será o de consolidar uma visão de que “tá todo mundo dizendo isso”.
>
> Além disso, a recepção de um grande volume de informação a respeito de um mesmo tema termina por gerar uma sensação de urgência em relação a determinadas questões. Diversos estudos já demonstram como esses mecanismos incidem sobre o comportamento das pessoas em processos eleitorais, em campanhas publicitárias e mobilizações sociais. [...]
>
> Então, quando as pessoas são levadas a participar de alguma polêmica, muitas vezes adotam um comportamento explosivo, replicando informações em grande quantidade em suas próprias redes, contribuindo para o sentimento coletivo de urgência e eliminando o tempo da reflexão. E como os filtros agem mecanicamente retirando boa parte do conteúdo contrário, o resultado pode ser o estabelecimento de um consenso artificial e perigoso. [...]
>
> Compreender a dinâmica de funcionamento das redes sociais digitais e seus filtros é algo indispensável à adoção de uma postura crítica e equilibrada diante das polêmicas reproduzidas diariamente pela internet. Talvez estejamos tratando de um dos maiores desafios da democracia no século XXI.
>
> WU, Vinicius. *Radicalismos e intolerância na rede*: os riscos do ciberativismo. Disponível em: <http://leituraglobal.org/radicalismos-e-intolerancia-na-rede-os-riscos-do-ciberativismo/>. Acesso em: 21 abr. 2016.

a) Na visão do autor, que mal existe no fato de a internet oferecer um fluxo contínuo de informações filtradas e, muitas vezes, do mesmo tema?

b) Na sua opinião, como a internet poderia ajudar a promover o debate de ideias e a combater a intolerância na sociedade?

CAPÍTULO 6

Brasil: a crise da República oligárquica

Alex de Jesus/O Tempo/Agência Estado

Integrantes do Movimento Sem Terra (MST) marcham em Belo Horizonte, Minas Gerais, reivindicando reforma agrária. Foto de 2015.

Ao longo dos anos 1920, o poder das oligarquias de São Paulo e Minas Gerais enfrentou forte oposição, tanto das oligarquias de outros estados quanto de setores urbanos. Em 1930, essa oposição pôs fim à República do café com leite. Mas será que a mudança política pôs fim à estrutura fundiária que sustentava o poder oligárquico no Brasil? E hoje? Ainda existem muitos latifúndios no país?

1 A sociedade brasileira em transformação

Em 1920, o Brasil já não tinha apenas 14 milhões de habitantes, como em 1890. Em 1920, a população brasileira alcançou 27 milhões e em 1930 chegou a 33 milhões. Esse crescimento foi seguido de uma forte urbanização. As capitais dos estados cresciam rapidamente e algumas cidades transformaram-se em metrópoles, como Rio de Janeiro e São Paulo. O país deixou de se assemelhar a uma grande fazenda sob o controle dos coronéis, como diziam os críticos da ordem oligárquica.

Apesar de a maioria da população ainda ser rural, a vida urbana trazia novos personagens, inventos, hábitos e costumes, como o telefone, o teatro, o rádio, o futebol, o automóvel e o avião. O Teatro Municipal do Rio de Janeiro, inaugurado em 1909, é um exemplo do ritmo veloz de crescimento pelo qual o Brasil passava. Entre 1910 e 1930, o teatro abrigou o elevado número de 595 espetáculos líricos. Composições de autores italianos, franceses, alemães, brasileiros e russos foram apresentadas nesse período.

É ilustrativo dos novos tempos urbanos que o primeiro samba, gravado em 1916, tenha o título "Pelo telefone". Trata-se de uma composição de Ernesto dos Santos, o Donga, com letra do jornalista Mauro de Almeida.

Outro registro dos novos ares foi a introdução do futebol, atribuída a Charles William Miller (1874-1953), um paulistano filho de um engenheiro escocês que teria trazido o esporte para o Brasil em 1894. Inicialmente, o futebol era praticado no país como diversão e entretenimento da elite, como destaca a revista *Sports* em seu primeiro número, publicado em agosto de 1915:

> [...]
> o futebol é um esporte que só deve ser praticado por pessoas da mesma educação e cultivo.

> [Se formos] obrigados a jogar com um operário [...] a prática do esporte torna-se um suplício, um sacrifício, mas nunca uma diversão.
>
> FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A dança dos deuses*: futebol, cultura, sociedade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 63.

Contudo, enquanto eram criadas ligas de futebol que agregavam clubes de elite, surgiam também times improvisados por setores populares, apesar de dificuldades como preconceito, disponibilidade de gramados, custo dos uniformes, chuteiras e bolas, etc. Aos poucos, esses times foram ganhando seu espaço e o envolvimento da população com o esporte cresceu.

O clima de mudanças também chegou ao ensino. Diferentemente da América espanhola e inglesa, cujo acesso ao ensino superior deu-se ainda no período colonial, no Brasil, as primeiras faculdades foram fundadas somente com a vinda da família real portuguesa, no início do século XIX. Durante um longo período existiam apenas algumas poucas instituições de ensino superior. Foi só em 1920 que o presidente Epitácio Pessoa, que governou entre 1919 e 1922, criou, por decreto, a primeira universidade brasileira – a Universidade do Rio de Janeiro, reunindo as antigas faculdades de Medicina, Engenharia e Direito. Aos poucos, novas faculdades foram incorporadas a ela como a Faculdade de Filosofia e a Escola de Belas Artes, ampliando assim a oferta de cursos superiores no Brasil. Em 1927 foi fundada a Universidade de Minas Gerais. No entanto, esses poucos núcleos universitários continuaram predominantemente restritos a uma pequena parcela da população.

Veja abaixo os períodos e os lugares em que se passaram os principais eventos do capítulo.

Linha do tempo esquemática. O espaço entre as datas não é proporcional ao intervalo de tempo.

Coleção de Artes Visuais do Instituto de Estudos Brasileiros/Universidade de São Paulo

A estudante russa, óleo sobre tela de Anita Malfatti produzido em 1915 e exibido na Semana de Arte Moderna de 1922.

A Semana de Arte Moderna de 1922

Em fevereiro de 1922, em sintonia com as mudanças em curso, foi realizada em São Paulo a **Semana de Arte Moderna**. O objetivo do evento era apresentar inovações artísticas desenvolvidas na Europa. Artistas brasileiros mostraram ao público obras de arte influenciadas por elas. Ao mesmo tempo, esses artistas valorizavam a cultura nacional e desenvolveram uma arte com características próprias, distinta da europeia. A Semana de Arte Moderna contou com conferências, leituras de poemas, apresentações musicais e uma exposição de artes plásticas.

As reações da sociedade ao evento variaram bastante. Algumas pessoas elogiaram os novos valores estéticos. Outras, mais tradicionais, escandalizaram-se e condenaram a proposta, vaiando e até mesmo atirando objetos nos artistas.

Entre os artistas modernistas que participaram do evento estavam os poetas Oswald de Andrade (1890-1954), Mário de Andrade (1893-1945) e Cassiano Ricardo (1894-1974), os pintores Anita Malfatti (1889-1964), Tarsila do Amaral (1886-1973) e Di Cavalcanti (1897-1976) e o músico Heitor Villa-Lobos (1887-1959).

Ainda em 1922, foi feita a primeira transmissão radiofônica realizada oficialmente no Brasil. Em 7 de setembro, o discurso de abertura que o presidente Epitácio Pessoa fez na inauguração da Exposição Internacional do Centenário da Independência foi transmitido para alguns receptores da capital e das cidades de Petrópolis, Niterói e São Paulo. As pessoas que se reuniram em frente ao Palácio das Grandes Indústrias também puderam escutar o discurso, via alto-falantes.

A transmissão prosseguiu com trechos da ópera *O Guarani*, de Antônio Carlos Gomes (1836-1896), apresentada no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. A partir de então o rádio se transformou em importante veículo de comunicação e de integração do país.

Reprodução/Arquivo da editora

— THEATRO MUNICIPAL —

AMANHAN — 17 DE FEVEREIRO

3.o e ultimo grande festival da

Semana de ARTE MODERNA

com o concurso de

VILLA-LOBOS

No saguão do theatro, exposição de pintura e esculptura.

Preços — Cadeiras 5$300

Bilhetes á venda no Theatro Municipal

Anúncio da apresentação de Heitor Villa-Lobos na Semana de Arte Moderna de 1922. O músico se apresentou em três dias, com um espetáculo diferente em cada um deles.

Acervo Iconographia/Reminiscências

Primeira emissora experimental de rádio no Brasil, instalada no morro do Corcovado, na cidade do Rio de Janeiro. Foto de 1922.

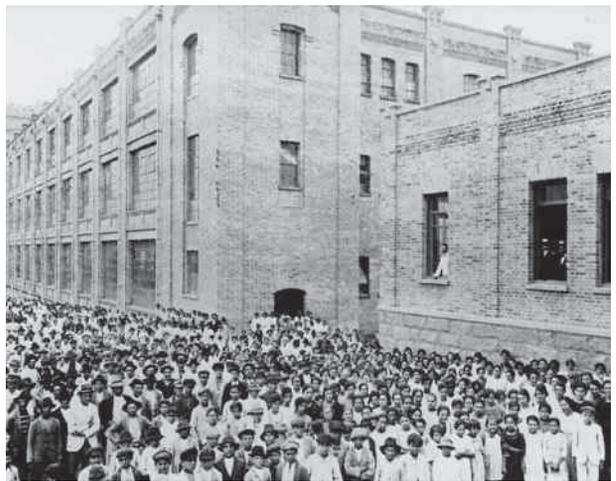
2 Novos personagens e a ordem oligárquica

Mesmo com as dificuldades que o produto vinha encontrando, o café continuava sendo a principal fonte de recursos internacionais para o Brasil. Enquanto isso, porém, a atividade industrial crescia de modo significativo, especialmente desde a Primeira Guerra Mundial. Em 1920, existiam no país mais de 13 mil fábricas, com mais de 275 mil operários, que ansiavam por direitos trabalhistas e por melhores condições de trabalho.

Os novos grupos, ligados à industrialização e à urbanização (a burguesia industrial, o operariado e os grupos médios urbanos), apresentavam reivindicações distintas, de acordo com seus interesses.

A burguesia industrial cresceu graças aos lucros obtidos com a exportação do café, especialmente em São Paulo. Fica claro, então, que o crescimento industrial estava atrelado às oligarquias agroexportadoras, e os interesses desses dois setores geralmente eram comuns. Exemplo disso era a desvalorização da moeda brasileira, que barateou os produtos brasileiros no mercado internacional e favoreceu os cafeicultores. A desvalorização também beneficiava os industriais, tornando os produtos importados mais caros e, consequentemente, aumentando a produção interna de bens de consumo não duráveis, como tecidos e alimentos industrializados. Em contrapartida, porém, tornava a compra de máquinas muito cara, inviabilizando investimentos industriais.

Já para os grupos médios urbanos, a desvalorização da moeda, a elevação dos preços internos e as fraudes eleitorais eram motivos de insatisfações e críticas. Esses grupos pediam a instituição do voto secreto e a moralização do processo eleitoral. O operariado pressionava para obter melhores condições de vida e de trabalho, além de maior participação política. A partir de 1922, o recém-fundado Partido Comunista do Brasil (PCB) passou a disputar com os anarquistas o controle de organizações e movimentos operários, acabando por assumir sua liderança.

No mesmo ano de 1922, as eleições presidenciais foram tensas. As oligarquias que não eram de São Paulo ou Minas Gerais há muito tempo manifestavam posição contrária à continuidade do pacto político em curso (a chamada política do café com leite). Nessas eleições, elas se opuseram à candidatura de Artur Bernardes (1875-1955), formando a Reação Republicana, que lançou a candidatura de Nilo Peçanha (1867-1924).

Acervo Museu da Imigração/Arquivo Público do Estado de São Paulo, SP.

Operários de uma tecelagem em Salto, São Paulo. Foto de 1920, aproximadamente.

Acervo Iconographia/Reminiscências

Foto dos fundadores do Partido Comunista do Brasil (PCB). De pé, da esquerda para a direita: Manuel Cendón, Joaquim Barbosa, Astrojildo Pereira, João da Costa Pimenta, Luís Pérez e José Elias da Silva. Sentados, da esquerda para a direita: Hermogênio Silva, Abílio de Nequete e Cristiano Cordeiro.

Na campanha eleitoral, a publicação de duas cartas com comentários desrespeitosos aos militares no jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, ganhou destaque. Essas cartas ficaram conhecidas como “cartas falsas” e eram atribuídas a Artur Bernardes, que negava serem de sua autoria.

Artur Bernardes foi eleito, com respaldo da Política dos governadores. Porém, as denúncias de fraudes no processo eleitoral e as críticas do ex-presidente Marechal Hermes da Fonseca (1855-1923) ao então presidente Epitácio Pessoa (1865-1942) aumentaram a tensão. Pessoa determinou a prisão de Fonseca e o fechamento do Clube Militar, provocando diversas rebeliões em unidades do Exército.

O movimento tenentista e a resistência oligárquica

A década de 1920 foi marcada por diversos levantes militares liderados por jovens oficiais de baixa patente, principalmente tenentes e capitães. A maioria desses oficiais tinha origem nas camadas médias da população e acreditava que cabia ao Exército moralizar a política e derrubar a República oligárquica. Defendiam o voto secreto, o ensino obrigatório e as reformas políticas e sociais. Suas rebeliões serviram para diminuir ainda mais o poder da oligarquia paulista, atraindo a simpatia dos grupos de oposição ao governo.

A rebelião de um grupo de oficiais no forte de Copacabana, em 5 de julho de 1922, foi o primeiro movimento encabeçado pelos tenentes contra a posse, em novembro, do recém-eleito presidente Artur Bernardes.

Acervo Iconographia/Reminiscências

O forte de Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro, foi o local onde teve início o movimento militar que iria contribuir para a queda da República oligárquica.

Os quartéis do Distrito Federal que se rebelaram logo foram controlados pelas forças de Epitácio Pessoa. A tropa sediada no forte de Copacabana foi a última a se render. Depois de serem duramente atacados, os poucos rebeldes que permaneceram em luta saíram marchando pelas ruas, onde muitos foram mortos a tiros. Apesar do desfecho, o episódio dos **18 do Forte de Copacabana**, como ficou conhecido, trouxe imensa popularidade ao movimento dos tenentes.

A revolta não impediu que Artur Bernardes tomasse posse. Para enfrentar as agitações políticas, ele decretou estado de sítio várias vezes em seu governo, ordenando prisões arbitrárias, censura à imprensa e repressão policial.

Menos de três meses após a posse de Artur Bernardes, em janeiro de 1923, a **Revolução Gaúcha** explodiu no Rio Grande do Sul. Em 1922, Antônio Augusto Borges de Medeiros (1863-1961), herdeiro de Júlio de Castilhos do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), saía vitorioso nas eleições estaduais pela quarta vez. Uma ampla aliança das oligarquias gaúchas dissidentes lançou a candidatura de Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938) para concorrer com Borges de Medeiros, que era aliado de Artur Bernardes. Borges foi reeleito; a oposição contestou e denunciou a existência de fraude.

No dia da posse de Borges teve início um movimento revolucionário que tentou derrubá-lo, mas ele se manteve no poder após diversos combates. Em dezembro de 1923, Borges teve de firmar o **Pacto de Pedras Altas**. Segundo esse acordo, ficavam proibidas as reeleições no estado após seu mandato. Muitos dos oposicionistas a Borges de Medeiros faziam parte do Exército ou tinham ligações com os tenentes.

Acervo Iconographia/Reminiscências

A foto registra um dos últimos momentos desse pequeno exército, determinado a impedir a posse de Artur Bernardes. À frente, da esquerda para a direita, os tenentes Eduardo Gomes, Siqueira Campos, Newton Prado e o civil Otávio Correia. Foto de 1922.

Acervo Iconographia/Reminiscências

Barricada rebelde no centro da cidade de São Paulo. Foto de 1924.

Em 1924, no segundo aniversário do Levante do Forte de Copacabana, os tenentes voltaram a se rebelar, dessa vez nos estados de São Paulo, Sergipe e Amazonas. As rebeliões do Norte e do Nordeste foram rapidamente sufocadas. Em São Paulo, tropas de revoltosos comandados pelo general gaúcho Isidoro Dias Lopes (1865-1949), e com participação do major Miguel Costa (1885-1959) e dos tenentes Joaquim Távora (1881-1924) e Eduardo Gomes (1896-1981), sobrevivente do episódio dos 18 do Forte de Copacabana, ocuparam vários pontos estratégicos da capital paulista. Entre as reivindicações apresentadas estavam o voto secreto, a obrigatoriedade do ensino primário e a deposição do presidente da República.

Os **pelotões patrióticos**, tropas fiéis ao governo, soldados do Exército, da Força Pública do estado e tropas armadas pelos coronéis e comerciantes, atacaram os rebelados. Após três semanas de batalhas, com diversos bombardeios sobre a cidade de São Paulo, os tenentes decidiram retirar-se para o interior. Cerca de seis mil soldados rebeldes dirigiram-se para a região de Foz do Iguaçu, no sudoeste do Paraná, e formaram um destacamento que ficou conhecido como **Coluna Paulista**.

Em outubro de 1924, cerca de 2 mil soldados gaúchos rebelados, liderados pelo capitão Luís Carlos Prestes (1898-1990), deixaram o Rio Grande do Sul e dirigiram-se a Guaíra, no Paraná, para se juntarem à Coluna Paulista. Parte desses soldados estava descontente com o governo de Borges de Medeiros e com o Pacto de Pedras Altas.

Após se reunirem em 1925, os dois grupos decidiram percorrer o interior do país sob o comando de Prestes. O objetivo deles era uma revolta popular contra o governo. Reunindo cerca de 1 500 homens, a **Coluna Prestes**, como ficou conhecida, percorreu mais de 24 mil quilômetros.

Contudo, eles não receberam o apoio popular que esperavam. No Nordeste, cangaceiros foram contratados e armados por coronéis e membros do governo para combater a Coluna. Por fim, os frequentes ataques das tropas do governo, de jagunços e coronéis debilitaram a Coluna Prestes. Em 1927, parte da Coluna, sob o comando de Siqueira Campos, se retirou para o Paraguai. Outro grupo, sob o comando de Prestes, dirigiu-se para a Bolívia. Nessa época, 800 homens faziam parte da Coluna.

A Coluna Prestes

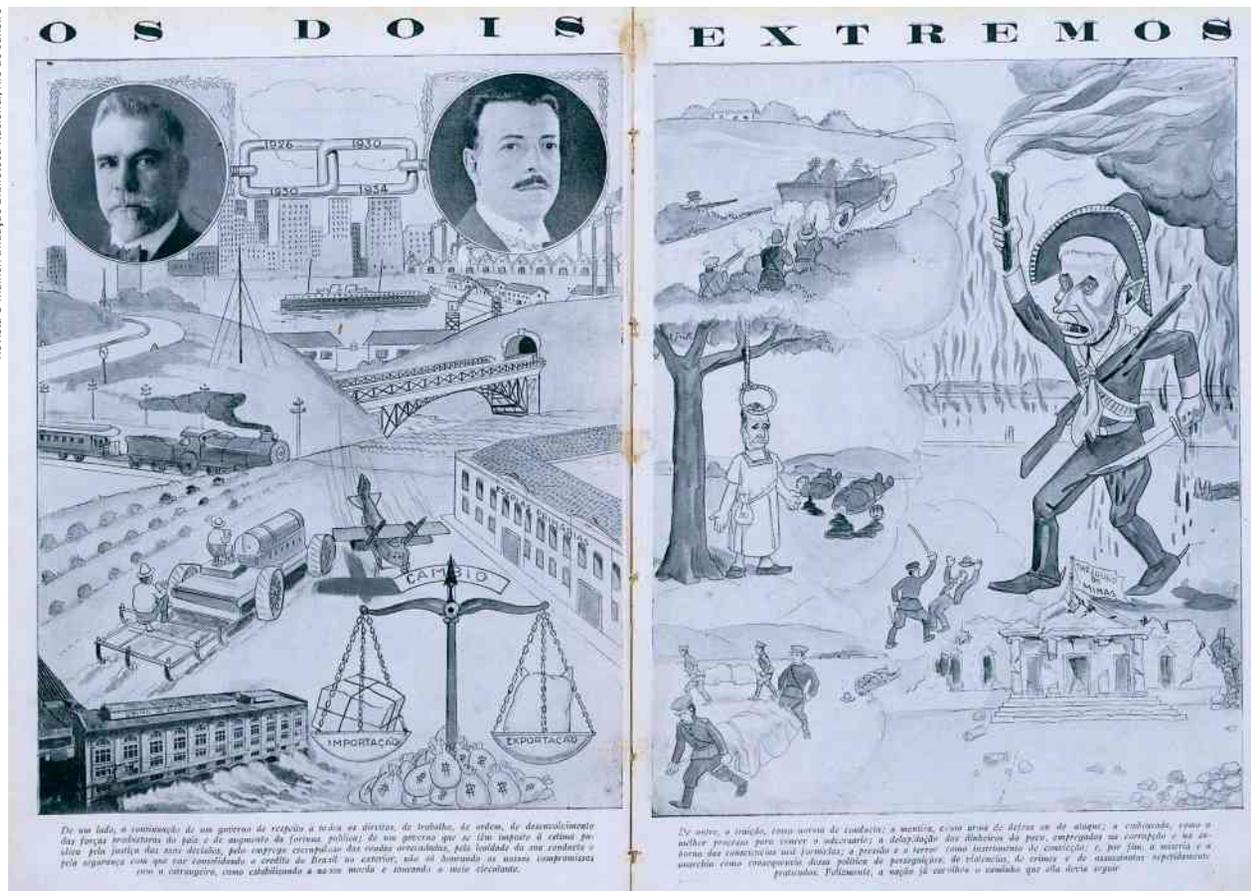
Adaptado de: BUENO, Eduardo. *Brasil*: uma História. São Paulo: Leya, 2010. p. 312.

3 A Revolução de 1930

De acordo com o arranjo político do café com leite, a sucessão de Artur Bernardes coube a Washington Luís (1926-1930), carioca de nascimento com carreira política em São Paulo. Em 1929, já no final de seu governo, o país foi atingido pela crise provocada pela queda da Bolsa de Valores de Nova York.

Desde o final da Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos eram o principal comprador e financiador da produção de café no Brasil. Com a crise, os negócios foram interrompidos, derrubando o preço do café e causando o fechamento de fábricas, desemprego e queda nos salários. A crise, que afetava a economia no final do governo de Washington Luís, passou a influenciar a sucessão presidencial. A decisão do presidente de apoiar o paulista Júlio Prestes (1882-1946) para sua sucessão, em vez do candidato mineiro Antonio Carlos Ribeiro de Andrada (1870-1946), como previa a regra oligárquica, provocou o fim da aliança entre o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM), piorando a situação.

Contrários à sucessão de Júlio Prestes, formou-se uma forte oposição ao governo federal com a criação da **Aliança Liberal**. A coalizão reunia várias oligarquias, como as dos estados de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e da Paraíba. Também contou com o apoio dos tenentes, que supostamente eram contrários à ordem oligárquica e agora estavam unidos aos setores oligárquicos da Aliança. Esta também atraiu a simpatia de outros grupos sociais descontentes, como o Partido Democrático (PD), fundado em 1926 em São Paulo. O PD era composto, em sua maioria, por membros da classe média urbana que defendiam a moralização da política por meio do voto secreto obrigatório. A Aliança Liberal lançou o gaúcho Getúlio Vargas (1882-1954) como candidato à Presidência, tendo o paraibano João Pessoa (1878-1930) como vice. Júlio Prestes foi eleito por meio de fraudes e da prática do voto de cabresto.

Revista *O Malho*/Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Charge publicada na revista *O Malho*, em 1º de fevereiro de 1930. Ela acompanhava um editorial intitulado *Os dois extremos*. Do lado esquerdo, temos os retratos do ex-presidente Washington Luís e do candidato governista Júlio Prestes. Do direito, temos Getúlio Vargas (sob a forca) e seu candidato a vice, João Pessoa, representados de forma satirizada.

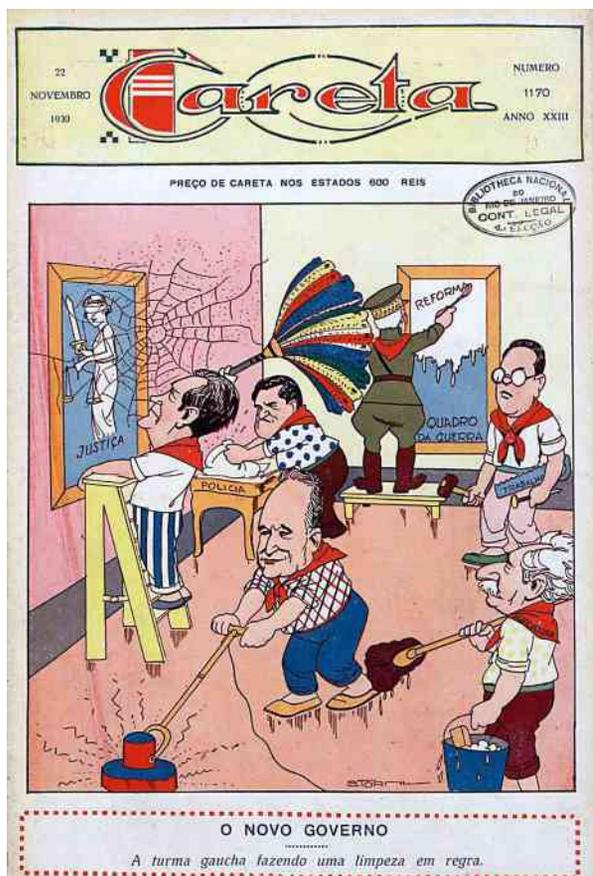
Inicialmente, grande parte da oposição aceitou o resultado das eleições. Mas o assassinato de João Pessoa, provocado por conflitos pessoais e disputas em seu estado, a Paraíba, deu início a um movimento político-militar que pôs fim à República oligárquica. Organizado por tenentes e pelos políticos derrotados nas eleições, ficou conhecido como **Revolução de 1930**, nome dado por seus líderes e apoiadores.

O movimento começou no dia 3 de outubro de 1930, quando revoltas armadas foram iniciadas simultaneamente no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, sob a liderança de Getúlio Vargas e Juarez Távora (1898-1975), respectivamente. Apesar da resistência nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pará, o presidente Washington Luís foi deposto em 24 de outubro de 1930. Em seu lugar assumiu uma **junta pacificadora**, que entregou o poder a Getúlio Vargas em 3 de novembro de 1930.

Tinha início um novo momento na história republicana brasileira, conhecido como **República Nova**, em oposição à República oligárquica ou Primeira República (grande parte dos historiadores, porém, convencionou chamar o novo período de **Era Vargas**). Os acontecimentos de 1930 deram origem a diversas interpretações historiográficas. As mais tradicionais acreditam que o ano da Revolução foi o fim do poder das oligarquias. Outras análises, entretanto, afirmam que a chegada de Vargas ao poder não representou uma ruptura histórica e sim um reordenamento das elites em oposição aos movimentos sociais e aos interesses da população, que cada vez se mostrava mais atuante e exigente. A frase "Façamos a revolução antes que o povo a faça", atribuída ao governante de Minas Gerais e "revolucionário" de 1930, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, dá sustentação a essa visão.

Segundo outra interpretação, a "revolução" não passou de um golpe composto por civis e militares que não representou um rompimento radical. De acordo o jurista e sociólogo Evaristo Moraes Filho,

> [...] 30 não significou nenhum rompimento radical com o passado, nem remoto nem recente. As lideranças empresariais passaram intactas para o novo regime, como viria a acontecer igualmente com as lideranças operárias colaboracionistas e com as oligarquias estaduais. Tontearam um pouco, mas não chegaram a ir à lona; logo refeitas, retomaram as rédeas dos seus interesses, das suas associações ou de seus domínios regionais.
>
> Prefácio da obra GOMES, Ângela de Castro. *Burguesia e trabalho*: política e legislação social no Brasil 1917-1937. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 15.

Revista *Careta*, 1930/Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Charge publicada na revista *Careta* em 22 de novembro de 1930, alguns dias após a ascensão de Vargas ao poder.

Acervo Iconografia/Reminiscências

Ao chegar à cidade do Rio de Janeiro, as tropas "revolucionárias" gaúchas, num gesto simbólico, amarraram seus cavalos no obelisco da avenida Rio Branco. Começava a Era Vargas. Foto de novembro de 1930.

Leituras

Luís Carlos Prestes foi crítico da união entre os tenentistas e as oligarquias dissidentes. Ele recusou-se a apoiar o movimento e redigiu um manifesto contra a Aliança Liberal. A seguir temos dois textos: um trecho desse manifesto de Prestes e a resposta do líder tenentista Juarez Távora.

Trecho do Manifesto de maio, 1930, por Luís Carlos Prestes

[...]

Não nos enganemos. Somos governados por uma minoria que, proprietária das terras, das fazendas e latifúndios e senhora dos meios de produção e apoiada nos imperialismos estrangeiros que nos exploram e nos dividem, só será dominada pela verdadeira insurreição generalizada, pelo levantamento consciente das mais vastas massas das nossas populações dos sertões e das cidades.

Contra as duas vigas-mestras que sustentam economicamente os atuais oligarcas, precisam, pois, ser dirigidos os nossos golpes – a grande propriedade territorial e o imperialismo anglo-americano. Essas são as duas causas fundamentais da opressão política em que vivemos e das crises econômicas sucessivas em que nos debatemos.

O Brasil vive sufocado pelo latifúndio, pelo regime feudal da propriedade agrária, onde se já não há propriamente o braço escravo, o que persiste é um regime de semiescravidão e semisservidão.

[...]

O governo dos coronéis, chefes políticos, donos da terra, só pode ser o que aí temos: opressão política e exploração impositiva.

[...]

Citado em: FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. 11. ed. São Paulo: Globo, 1995. p. 680.

Declaração de Juarez Távora, maio, 1930

Discordo do último manifesto revolucionário do Gal L. C. Prestes. [...] Não creio na exequibilidade da revolução desencadeada pela massa inerme do proletariado. [...] A revolução possível no Brasil terá [...] de continuar a apoiar-se nos mesmos meios em que tem sido alicerçada até aqui [...] Deverá haver, assim, lugar em suas fileiras [...] para o burguês e para o proletário. Mas não creio que lá cheguemos, adotando o exotismo dos conselhos de operários, marinheiros e soldados, que nos aconselha o Gal. L. C. Prestes. [...] Creio, sim, no equilíbrio e excelência de um regime baseado na representação proporcional de todas as classes [...] erigido em regulador imparcial de suas dependências e interesses recíprocos [...], seguindo a diretriz já apontada por Alberto Torres [...] ou por um caminho paralelo, que busque as novas tendências e necessidades [...] do nosso meio.

Citado em: *Nosso século*. São Paulo: Abril, 1985. p. 36, v. 5.

Reprodução/Fabio Rodrigues Pozzebom/ Agência Brasil

Luís Carlos Prestes em foto da década de 1930.

Acervo Iconographia/Reminiscências

Juarez Távora em foto de 1930.

Atividades

Retome

1. Quais foram os grupos urbanos que mais reivindicavam direitos e criticavam o regime oligárquico no Brasil dos anos 1920? Que fatores propiciaram o fortalecimento desses grupos? O que eles aspiravam?
2. A respeito do movimento tenentista:
   a) Quem eram seus integrantes?
   b) Que propostas defendiam?
   c) Quais foram os principais levantes protagonizados pelo movimento? Indique onde, quando e por que ocorreram, bem como os seus resultados.
3. Sobre a Coluna Prestes:
   a) O que foi e quais eram seus objetivos?
   b) Quem a integrou?
   c) Como foi derrotada?

Pratique

4. Leia o fragmento abaixo, escrito pelo geógrafo Gilmar Mascarenhas de Jesus, que relaciona, entre outros temas, industrialização, operariado e futebol. Em seguida, faça o que se pede.

> [...] em 1902, os paulistas organizam o primeiro campeonato de futebol no Brasil. No mesmo ano, surgem os primeiros campos de várzea, que logo se espalham pelos bairros operários; e já em 1908/1910 a várzea paulistana congregava vários e concorridos campeonatos, de forma que São Paulo não é apenas pioneira nacional no futebol "oficial", mas também (e sobretudo) no "futebol popular". É nesta cidade que, não por acaso, surge em 1910 aquele que, dentre os grandes clubes do futebol brasileiro, foi o primeiro a se formar a partir de uma base popular: o Sport Clube Corinthians Paulista.
>
> Inicialmente, o futebol varzeano era tomado como desordem, encontro de vadios a ser disciplinado ou mesmo perseguido pela polícia. A imprensa de época estabelece uma clara distinção entre o futebol das elites, elegante e bem organizado, e o futebol varzeano, como se fossem modalidades e práticas sociais completamente diferentes e até mesmo opostas. O próprio Corinthians encontrou grande resistência para ingressar na liga oficial da cidade. Por volta de 1920, entretanto, a atividade já havia se disseminado a tal ponto que não havia como reprimi-la. A difusão do futebol enquanto prática popular de entretenimento se insere na própria formação da classe operária paulistana, como elemento de sua cultura. Certamente, o grande número de imigrantes e operários contribuiu para a rápida popularização do futebol em São Paulo. Nas palavras de Fátima Antunes:*
>
> [...] A cidade vivia intensamente a experiência do trabalho fabril e passava a conhecer a necessidade imperativa de sociabilidade e lazer; sobretudo aos domingos. Os clubes de várzea mantinham equipes de futebol e promoviam atividades sociais. [...]
>
> [...] O fato de esta cidade concentrar um crescente número de estabelecimentos industriais favoreceu a difusão do "futebol de fábrica", incentivado pelas próprias empresas, como forma de cooptação do trabalhador, fazendo-o vestir a camisa da empresa.
>
> JESUS, Gilmar M. Várzeas, operários e futebol: uma outra Geografia. *GEOgraphia*. Niterói, vol. 4, nº 8, p. 88-89.
>
> *ANTUNES, Fátima Martin. *Futebol de fábrica em São Paulo.* Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 1992. p. 92.

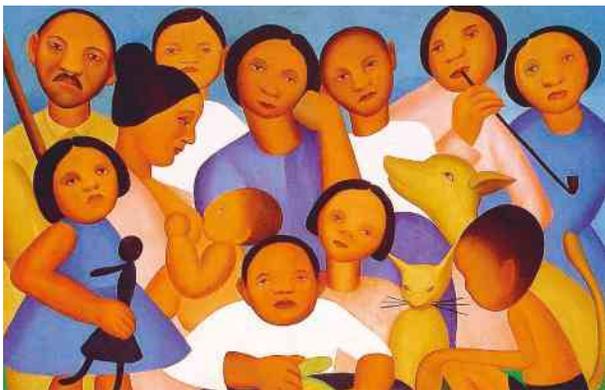
   a) Que relações o autor estabelece entre a industrialização de São Paulo e a popularização do futebol nessa cidade?
   b) Em que medida a prática do futebol refletia os conflitos sociais que marcaram o Brasil da Primeira República?
   c) O que é várzea? Com base em seus conhecimentos de Geografia, levante hipóteses sobre os fatores topográficos e econômicos que teriam levado os clubes operários paulistanos a se estabelecer nessa região.

Analise uma fonte primária

5. Observe as duas obras reproduzidas a seguir.

José Ferraz de Almeida Júnior/Pinacoteca do Estado de São Paulo, SP.

Cena de família de Adolfo Augusto Pinto, óleo sobre tela de Almeida Júnior, 1891.

Coleção Torquato Saboia Pessoa, SP/ Licenciado por Tarsila do Amaral Empreendimentos

Família, óleo sobre tela de Tarsila do Amaral, 1925.

Agora, faça o que se pede.

a) Qual é a principal semelhança entre as duas pinturas?
b) Aponte as principais diferenças das duas obras no tocante ao uso de cores, contrastes, nuanças, formas, representação do espaço. Que efeitos esses recursos produzem?
c) Com base na comparação acima, aponte as inovações introduzidas pelo Modernismo na pintura brasileira.
d) Compare as famílias representadas em cada obra (número de membros, disposição hierárquica no espaço, vestimenta, afazeres, origem étnica e social, ambiente em que se encontram, etc.). Além das pessoas, que elementos são usados para representar as famílias? Que adjetivos você usaria para qualificar cada uma delas?
e) É possível afirmar que a ruptura produzida pelo Modernismo se restringiu à linguagem? Justifique sua resposta.

Articule passado e presente

6. Neste capítulo, você estudou a Primeira República e os diferentes movimentos que lutaram contra a hegemonia das oligarquias do poder político no Brasil. Leia o texto a seguir, que trata da permanência das oligarquias na América Latina na atualidade e as suas consequências sociais.

> Somente no México, onde ocorreu uma revolução burguesa a exemplo das revoluções europeias, e nos países que se dirigiram ao socialismo – Cuba e Nicarágua – as oligarquias foram violentamente arrancadas do poder. Nos outros países, elas permaneceram como grupo subordinado das classes dominantes nacionais, mas cujas propriedades são até hoje intocáveis.
>
> [...] pode-se afirmar que, na imensa maioria dos países da América Latina, as "forças da permanência" estão presentes quando ao estudar essas sociedades conclui-se que os aspectos mais visíveis da realidade desses países são as desigualdades sociais, a pobreza, a persistência da exclusão, a violência política e social, etc.
>
> A permanência da exclusão social comprova-se, por exemplo, quando os informes econômicos dão conta de que no Brasil aproximadamente um terço de toda a população não participa da economia capitalista, não forma parte do mercado de trabalho e tampouco do mercado consumidor. Estas cifras estão presentes em muitos países da América Latina em maior ou menor grau, o que atesta a permanência de características do sistema social oligárquico, que simplesmente excluía parte da população dos benefícios sociais. [...]
>
> A segregação à qual está submetida grande parte do povo latino-americano também está relacionada com a manutenção da tradição oligárquica, principalmente no que se refere ao preconceito racial. Ainda que de forma velada, na maioria dos países latino-americanos, as elites dominantes mantém a concepção da superioridade da raça branca frente ao mundo indígena ou africano. E a apologia da mestiçagem, efetuada inclusive por pensadores progressistas como o mexicano José Vasconcelos, tende a redobrar a discriminação contra as minorias nacionais.
>
> A existência de grandes desigualdades regionais também é fruto de uma permanência da tradição oligárquica. As regiões que acumularam capitais através do setor primário-exportador, e que foram privilegiadas no contexto político do sistema oligárquico, foram as que mais cresceram e se industrializaram e que seguem liderando grande parte das riquezas do país, dando origem a fortes atritos. No Brasil, esta região é o Sudeste cafeeiro; na Argentina, o porto de Buenos Aires; no Chile, a região mineradora, assim como no Peru e no México. [...]
>
> Outro problema recidivo é o da dependência estrutural. Apesar das grandes discussões acerca da teoria da dependência, este fenômeno obviamente não desapareceu e constitui-se como uma das mais fortes características de nossas sociedades.
>
> WASSERMAN, Claudia. A manutenção das oligarquias no poder: as transformações econômico-políticas e a permanência dos privilégios sociais. In: *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUC-RS, v. XXIV, n. 2, dez. 1998.

Agora, faça o que se pede.

a) Segundo a autora, de que modo as oligarquias latino-americanas foram afastadas do poder no início do século XX?
b) Que características atuais das sociedades latino-americanas a autora relaciona às "forças da permanência" da tradição oligárquica?
c) O texto foi escrito há quase 20 anos. É possível afirmar que a avaliação da realidade latino-americana feita pela autora continua válida para o Brasil? Justifique sua resposta.

CAPÍTULO 7

Brasil: a Era Vargas

André Dusek/Agência Estado

Deputados contrários ao projeto de lei que flexibiliza as leis trabalhistas erguem carteiras de trabalho durante protesto na Câmara dos Deputados, em Brasília, Distrito Federal. Foto de 2015.

Criada em 1943, durante a Era Vargas, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) regeu as relações entre patrões e empregados no Brasil por mais de setenta anos, tendo sofrido poucas alterações ao longo desse tempo. Nos últimos anos, porém, diversos projetos de lei propuseram mudanças radicais na CLT. Adaptação aos novos tempos? Retrocesso nos direitos sociais? Qual é a sua opinião sobre o tema?

1 Vargas à frente do governo

A Revolução de 1930 viabilizou-se com o apoio das oligarquias dissidentes que participaram da Aliança Liberal. A mobilização dos tenentistas, com Getúlio Vargas à frente, foi decisiva para destituir o presidente Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes. Vargas contou também com os anseios de grupos sociais urbanos que exigiam mudanças políticas.

A estabilização do novo governo ocorreu durante o entreguerras, período de turbulência política que sucedeu a ascensão dos governos totalitários nazifascistas e a consolidação stalinista.

O início do governo de Getúlio Vargas foi dedicado a resolver os efeitos da crise econômica mundial, iniciada em 1929, na economia brasileira. Isso teve de ser feito levando em conta os interesses das oligarquias, tanto as dissidentes, participantes da Aliança, como a poderosa oligarquia cafeeira, além das elites industriais de São Paulo e Minas Gerais.

Veja abaixo os períodos e os lugares em que se passaram os principais eventos do capítulo.

Acervo Iconographia/Reminiscências

Getúlio Vargas assumindo o poder no Palácio do Catete, na cidade do Rio de Janeiro, 1930.

Onde e quando

Banco de imagens/Arquivo da editora

Linha do tempo esquemática. O espaço entre as datas não é proporcional ao intervalo de tempo.

Outras exigências faziam parte desse emaranhado de interesses: as dos tenentistas, que desejavam centralização e mudanças no sistema eleitoral; as dos setores médios urbanos, que queriam conquistar espaços e direitos; as dos operários, que lutavam por conquistas trabalhistas; e as da população rural em busca de melhores condições de vida e inclusão social. O setor rural tinha grande peso. De acordo com o censo[1], o setor representava mais de 68% da população brasileira em 1940.

Para encarar o desafio de superar a crise econômica numa ordem mundial turbulenta, Vargas organizou um Estado centralizado e desenvolvimentista, sobrepondo-se ao predomínio da oligarquia cafeeira nas questões políticas.

Para manter-se no cargo, Vargas buscou o apoio de vários grupos sociais. Entre esses grupos, estava boa parte dos integrantes do movimento tenentista. Aqueles que defendiam reformas mais profundas, como Luís Carlos Prestes, foram desconsiderados, silenciados ou presos. Outros, simpatizantes das propostas fascistas que ganhavam força na Europa, fundaram as **Legiões Revolucionárias**, com membros em vários estados. Esses grupos apoiavam o governo de Vargas e atraíam segmentos populares.

A burguesia industrial e os grupos médios urbanos, inicialmente relutantes em apoiar o governo, em poucos anos juntaram-se a Getúlio. Nos dias seguintes à tomada do poder, apareceram as primeiras demandas paulistas, especialmente do **Partido Democrático (PD)**. Porém, como veremos, da breve oposição nos anos iniciais, passaram a apoiar o regime, assim como as oligarquias agrárias não ligadas à cafeicultura. Todos tinham a expectativa de obter maior participação nas decisões governamentais, especialmente na área econômica.

Leituras

No texto a seguir, o historiador brasileiro Boris Fausto apresenta aspectos do período entreguerras, no qual a implantação de regimes autoritários teve início na Europa.

Tempos de governos "fortes"

No mundo dos anos 1930, parecia não haver lugar para os liberais. O fenômeno da implantação de regimes autoritários começara a ocorrer na Europa, após a Primeira Guerra Mundial, com a ascensão do fascismo na Itália, em 1922. A crise aberta de 1929 iria potencializar essa tendência, na medida em que a suposta agonia do capitalismo vinha acompanhada da suposta agonia de seu correlato – a liberal-democracia. Os problemas da sociedade e do sistema político pareciam residir no individualismo; na política partidária, que fragmentava o organismo de uma nação; nos parlamentos ineficientes e representativos de interesses mesquinhos.

A resposta para esses problemas, oscilando entre o autoritarismo e o totalitarismo, tinha alguns traços básicos comuns: a crença nos governos "fortes", significando o reforço do poder do Estado, encarnado no Executivo e personificado por uma figura dominante central; a recusa a admitir como natural a diversidade de opiniões, um malefício a ser combatido com o cerceamento da liberdade de expressão; a crença na capacidade dos técnicos, a serviço da eficiência do governo, em detrimento da ação dos políticos; a opção pela representação de interesses na forma corporativa, sob o guarda-chuva do Estado, e a consequente descrença na representação política individual, expressa no sufrágio universal.

FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas*: o poder e o sorriso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 69-70.

Fox Photos/Getty Images

Mussolini, líder fascista italiano, discursando para a juventude fascista. Foto produzida na década de 1930.

[1] Dados disponíveis em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP122>. Acesso em: 11 mar. 2016.

A **oligarquia cafeeira**, a princípio oposta a Vargas por ter perdido o controle político, continuou tendo seus interesses econômicos atendidos pelo novo governo. Para amenizar os efeitos da crise mundial de 1929, o Estado comprava a produção excedente de café e a destruía. Isso diminuía a oferta do produto e garantia seu preço no mercado internacional. Entre 1930 e 1937 foram destruídos quase 80 milhões de sacas.

Em seu governo, Getúlio Vargas promoveu uma ampla reforma na legislação trabalhista. Entre as mudanças, estavam a legalização e o controle dos sindicatos. Criou também um conjunto de leis voltadas para atender anseios dos trabalhadores, além de órgãos para mediar os conflitos entre empregados e patrões (sindicatos). Com essas medidas, Vargas conseguiu o apoio de parte do operariado. Algumas dessas medidas são consideradas **populistas** e **paternalistas**. Elas criaram uma imagem positiva do presidente entre a população. Destacaremos essas práticas mais à frente.

Foram quinze anos seguidos de governo Vargas, com grandes transformações econômicas. Entre elas, destacam-se, o forte impulso industrial e urbano. Como veremos no Capítulo 10, Vargas ainda voltaria ao poder em 1951, deixando-o após seu suicídio em 1954. Além de sua influência na história brasileira, ele deixou um imenso manancial de fontes historiográficas. O professor Pedro Cezar Dutra Fonseca, do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aponta:

O fato de estar quase sempre à frente dos acontecimentos, desde líder estudantil, na primeira década do século 20, até seu segundo governo, na década de 1950, possibilita que jornais e revistas constituam preciosa fonte de pesquisa, com entrevistas, artigos, opiniões, críticas, discursos reproduzidos na íntegra ou em excertos.

Por outro lado, seus discursos mais importantes, desde a campanha presidencial de 1929, estão praticamente publicados, fruto da propaganda do Estado Novo. Neste período, muitas dessas obras eram fartamente distribuídas. Só a coleção *A nova política do Brasil*, com discursos e entrevistas principalmente da década de 1930, perfaz 11 volumes; e *O governo trabalhista do Brasil*, com material referente aos anos 50, compreende mais 4 volumes com mais de 2 mil páginas. Além destes, há outras publicações [...], as quais possibilitam uma riqueza ímpar de fontes para o estudo de seu pensamento. O fato de ter sido eleito membro da Academia Brasileira de Letras certamente contribuiu para este legado, pois a mesma tinha por hábito publicar toda a obra de seus imortais. Objeto de crítica pela oposição, hoje o vasto material enriquece o conhecimento histórico da chamada "Era Vargas".

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *As fontes do pensamento de Vargas e seu desdobramento na sociedade brasileira*. Disponível em: <http://professor.ufrgs.br/pedrofonseca/files/as_fontes_do_pensamento_de_vargas_e_seu_desdobramento_na_sociedade_brasileira.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2016.

Acervo Iconographia/Reminiscências

Para aumentar a procura e diminuir a oferta do café, aumentando os preços, Vargas autorizou a queima da produção excedente. Na foto, queima de café em Santos, São Paulo, 1931.

Vivendo naquele tempo

Culturas urbanas no Rio de Janeiro

O rápido crescimento do Rio de Janeiro e a efervescência política provocada pela Revolução de 1930 transformaram radicalmente as práticas culturais urbanas, nas décadas de 1930 e 1940. A industrialização acelerada, a imigração europeia e o aumento populacional do Rio de Janeiro propiciaram o surgimento de atividades de lazer e cultura relacionadas ao cinema, ao teatro e aos espetáculos noturnos.

A ampliação da escolaridade, ainda que restrita aos setores médios, estimulou o mercado editorial, que se diversificou em diversas publicações de jornais, revistas e livros. Revistas semanais ilustradas, como *O Cruzeiro*, *Fon Fon* e *Careta*, circulavam a preços populares em bancas nas ruas, oferecendo notícias, análises políticas, curiosidades e muitas imagens.

O rádio era o grande veículo de comunicação de massa, popularizado graças ao desenvolvimento tecnológico e industrial que barateou os aparelhos. Todos os dias, as principais emissoras, como a rádio Mayrink Veiga, a Rádio Nacional e a Rádio Tupi, transmitiam episódios de radionovela e programas de calouros. Programas de música ao vivo também eram transmitidos e contavam com a presença de grandes intérpretes e compositores, como Francisco Alves (1898-1952), Dalva de Oliveira (1917-1972), Vicente Celestino (1894-1968), entre outros.

A indústria cultural nascente se diversificava, associada às tendências dos países centrais. Artistas e intelectuais brasileiros conviviam com cineastas, dramaturgos e pintores europeus e estadunidenses.

O Rio de Janeiro se tornava uma “vitrine” do país, internacionalmente conhecido graças às suas belezas naturais e à sua efervescência cultural. Novas salas de cinema e teatro eram inauguradas, surgiam revistas especializadas na vida das celebridades. Os hábitos de consumo de bens duráveis e eletrodomésticos dominavam os desejos dos setores médios.

A cidade se modernizava em meio a intensas contradições sociais e tensões raciais na vida cotidiana. Por um lado, o espaço público tornava-se o grande cenário da vida cultural carioca; por outro, os salões de festa e os clubes fechados ofereciam lazer para as elites e a alta classe média em busca de distinção social. A população pobre e negra vivia nos morros e nas regiões mais afastadas, em habitações inadequadas, ocupava os piores empregos e sofria com diversas formas de discriminação.

Ao mesmo tempo, ainda havia espaços para o convívio entre as classes sociais, especialmente por meio da música, do lazer na praia e do futebol nas ruas e áreas livres. Assim, a modernidade se constituiu na contradição entre, de um lado, as novidades e transformações da cultura de massas e, de outro, as desigualdades e exclusões da velha sociedade aristocrática e colonial.

Hart Preston/The LIFE Picture Collection/Getty Images

O cineasta estadunidense Orson Welles (1915-1985) durante o Carnaval no Rio de Janeiro, em 1942.

2 Vargas e o Governo Provisório (1930-1934)

Na liderança da Revolução de 1930, Getúlio Vargas assumiu o poder e tomou medidas centralizadoras: suspendeu a Constituição em vigor e fechou o Congresso Nacional, as Assembleias Estaduais e as Câmaras Municipais. Também substituiu os governantes estaduais por pessoas de sua confiança – os chamados **interventores**, em geral tenentes – exceto no estado aliado de Minas Gerais.

Vargas criou ainda dois novos ministérios: o da Educação e Saúde Pública e o do Trabalho, Indústria e Comércio. Regulamentou direitos trabalhistas, como a limitação da jornada de trabalho a 8 horas diárias e férias anuais remuneradas de 15 dias. Além disso, proibiu o emprego de mulheres e crianças no período noturno e em locais insalubres.

Acervo particular/Arquivo da editora

Passeata em apoio à causa paulista na cidade de São Paulo. Foto de 1932.

A Revolução Constitucionalista de 1932

Como vimos, diversos interesses estavam envolvidos na Revolução de 1930. Nesse cenário, a nomeação por Getúlio do tenentista pernambucano João Alberto Lins de Barros (1897-1955) como interventor no estado de São Paulo aguçou as críticas dos paulistas. Os cafeicultores do Partido Republicano Paulista (PRP) e os membros do PD exigiam que um governante civil – Pedro de Toledo – assumisse no lugar do interventor João Alberto. Também buscavam diminuir a centralização do poder presidencial e defendiam uma nova constituição no lugar da que havia sido suspensa em 1930.

Em fevereiro de 1932, o PRP e o PD uniram-se formando a **Frente Única Paulista (FUP)**. Por sua vez, Vargas buscou ampliar sua base de legitimidade instituindo por decreto, no mesmo mês, um novo **Código Eleitoral** para o país: o sistema de eleição passava a funcionar por sufrágio universal direto, voto secreto e representação proporcional. Todos os brasileiros alfabetizados, maiores de 21 anos, incluindo as mulheres, seriam eleitores.

CPDOC/CDA Roberto Costa

Cartão-postal em homenagem aos estudantes mortos (MMDC), de 1932.

Contudo, os ânimos dos paulistas continuavam acirrados. Manifestações a favor da elaboração de uma nova Constituição e contra o intervencionismo do governo federal multiplicavam-se em São Paulo. Em uma delas, em maio de 1932, quatro estudantes foram mortos: Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo. As iniciais de seus nomes, MMDC, transformaram-se em símbolo da luta dos paulistas pela Constituição.

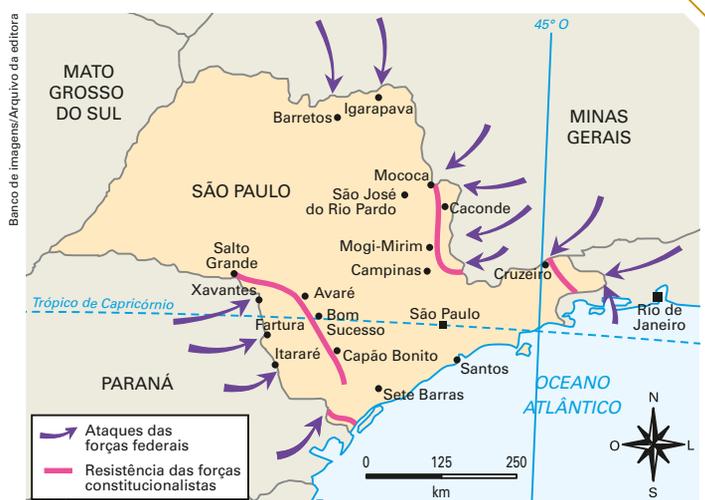
Em 9 de julho de 1932, teve início um levante armado em São Paulo contra o governo federal, sob a liderança de membros da FUP e de militares. O movimento contou com o apoio da Força Pública do Estado e da imprensa paulista, que convocou o povo à luta por meio de uma intensa propaganda em jornais, revistas e emissoras de rádio.

No começo da mobilização dos "voluntários", que se reuniam na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco desde a manhã do dia 10, a sensibilidade popular formulou outra interpretação da sigla MMDC: 'mata mineiro, degola carioca', numa clara demonstração do regionalismo como atitude característica das estruturas políticas e ideológicas.

ABREU, Marcelo Santos de. Regionalismo e ação simbólica: a Revolução de 1932 como drama social. *Locus*: *Revista de História*, Juiz de Fora, v. 36, n. 1, p. 163-179. 2013. Disponível em: <http://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/view/2791/2024>. Acesso em: 30 mar. 2016.

Mais de 200 mil homens alistaram-se nas forças constitucionalistas, incluindo voluntários de outros estados, como Rio de Janeiro, Paraná e Pará. A população participou do esforço de guerra com a doação de "ouro para o bem de São Paulo", como era dito na campanha. As mulheres tiveram importante atuação, servindo de enfermeiras ou costurando uniformes para os combatentes.

O governo federal, por sua vez, contou com a ajuda de batalhões de diversos estados aliados. O conflito se encerrou após uma série de derrotas dos constitucionalistas, que se renderam em setembro de 1932.

Forças legalistas de 1932 e a resistência paulista

Organizado pelo autor.

Arrecadação de ouro para a Revolução, na Praça do Patriarca, na cidade de São Paulo, 1932.

Leituras

Muitas das diversas publicações existentes sobre a Revolução Constitucionalista apresentam uma versão heroica dos fatos. Leia a seguir algumas observações do historiador Marcelo Santos de Abreu sobre esse assunto.

A Revolução Constitucionalista além dos memorialistas

É certo que a Revolução Constitucionalista não foi um movimento da "**plutocracia**" apenas, ou da "oligarquia", mas esteve muito longe da unanimidade que atravessava "todas as classes sociais" pretendida por seus memorialistas. Da mesma forma, [...] a "união sagrada dos paulistas" não era apenas a unidade em torno de um "ideal", mas uma coalizão das frações da classe dominante ou das facções da elite política tão débil quanto aquela que levara Getúlio Vargas ao poder em 1930. De fato, a história representada no memorialismo aproxima-se do mito uma vez que insistia em ressaltar a coesão social resultante de uma crise.

Esta análise preliminar do memorialismo revolucionário e da historiografia crítica torna evidente que a produção da história em qualquer registro é análoga à dinâmica da memória social, feita de lembrança e esquecimento. E que a preocupação de narrar, mobilizando os recursos da memória para configurar um testemunho ou da razão para elaborar uma interpretação crítica dos acontecimentos socialmente relevantes, é feita de menção e silêncio.

ABREU, Marcelo Santos de. *A Revolução Constitucionalista de 1932*: memorialismo, historiografia, produção do silêncio. Disponível em: <http://revistadiscenteppghis.files.wordpress.com/2009/05/marcelo-abreu-a-revolucao-constitucionalista-de-1932_-memorialismo-historiografia-producao-do-silencio.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2016.

plutocracia: sistema de governo em que o poder é exercido pelo grupo mais rico. O termo vem do grego (*ploutos*: 'riqueza'; *kratos*: 'poder').

A Constituição de 1934

Com a vitória sobre os paulistas, Vargas adotou uma atitude conciliatória e convocou eleições para escolher parlamentares encarregados de elaborar uma nova Constituição. Nessas eleições, ocorridas em maio de 1933, mulheres puderam votar e ser votadas pela primeira vez na história brasileira.

> Assim, em 1932, foi promulgado o novo Código Eleitoral (Decreto nº 21.076, de 24.2.1932) [...]. Estava assegurada a cidadania política às mulheres brasileiras, embora sem a exigência da obrigatoriedade do alistamento eleitoral e do voto.
>
> Essa legislação permitiu que fosse eleita a primeira parlamentar de nossa história. Assim, no dia 13 de março de 1934, uma voz feminina se fez ouvir, pela primeira vez, no plenário do Palácio Tiradentes, sede da Câmara dos Deputados e dos trabalhos da Assembleia Constituinte. Tratava-se de Carlota Pereira de Queirós, uma médica paulista e primeira deputada federal do Brasil, eleita pelo voto popular: "Além de representante feminina, única nesta Assembleia, sou, como todos os que aqui se encontram, uma brasileira, integrada nos destinos do seu país e identificada para sempre com os seus problemas [...]".
>
> CÂMARA dos Deputados. *Mulher e cidadania:* 80 anos do voto feminino. Disponível em: <www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/museu/exposicoes-2012/mulher-e-cidadania-80-anos-do-voto-feminino>. Acesso em: 2 fev. 2016.

Os parlamentares eleitos formaram a Assembleia Constituinte, que iniciou os trabalhos em novembro de 1933. A nova Constituição foi promulgada em julho de 1934. Suas principais características eram:

- manutenção do regime federativo e presidencialista e da separação dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário);
- extinção do cargo de vice-presidente;
- voto secreto e eleições diretas para os poderes Executivo e Legislativo da União, dos estados e dos municípios;
- voto feminino;
- regulamentação de várias leis trabalhistas;
- criação do mandado de segurança para defender o cidadão contra abusos do Estado;
- ensino primário obrigatório e gratuito.

Após a promulgação da Constituição, a Assembleia Constituinte transformou-se em Câmara dos Deputados. Uma de suas atribuições era eleger o novo presidente da República. Getúlio Vargas foi o escolhido para um mandato de quatro anos, sem direito à reeleição.

Instalação da Assembleia Constituinte de 1934, da qual participou a deputada Carlota Pereira de Queirós, primeira mulher a ocupar um cargo no Legislativo federal brasileiro.

Coleção Carlota Queiroz/Arquivo da editora

3 Governo Constitucional (1934-1937)

Quando Getúlio Vargas assumiu o cargo de presidente constitucional em julho de 1934, cresciam no cenário internacional os extremismos políticos e ideológicos, bem como o poderio estatal, o intervencionismo e o armamentismo. Nos Estados Unidos, o presidente Franklin Roosevelt colocava em prática as medidas do *New Deal* para enfrentar a depressão em curso. Na Europa, o fascismo e o nazismo se consolidavam. Simpatizantes do totalitarismo em avanço na Europa, o presidente e alguns de seus ministros aproximaram-se dos regimes fascistas de Mussolini, na Itália, e de Hitler, na Alemanha.

No Brasil também ocorria forte polarização. Diversos projetos políticos ganhavam apoio das populações urbanas. Em outubro de 1932, Plínio Salgado, um ex-deputado do PRP, fundou a **Ação Integralista Brasileira (AIB)**. Inspirada no fascismo, a organização era apoiada por grandes proprietários, empresários, membros da classe média, parte do operariado e oficiais das Forças Armadas. Seus integrantes pregavam a criação de um Estado **integral**, isto é, uma ditadura nacionalista de partido único, e a luta contra o comunismo. Com o lema "Deus, Pátria e Família", o discurso integralista atraiu milhares de pessoas.

Coleção particular/Arquivo da editora

Como os fascistas italianos e os nazistas alemães, os integralistas também tinham uma organização paramilitar. Seus paramilitares eram apelidados de "galinhas-verdes", por causa do uniforme com camisa verde. Possuíam como símbolo o Σ (sigma, décima oitava letra do alfabeto grego) e faziam a saudação Anauê!, com o mesmo gesto de braço estendido utilizado por extremistas de direita na Europa. Na foto, produzida na década de 1930, mulheres integralistas em Matão, São Paulo.

Dois anos depois, comunistas, socialistas e liberais democratas uniram-se na **Aliança Nacional Libertadora (ANL)**, que era formada por membros da classe média, do operariado e das Forças Armadas, a maioria de baixa patente. A organização pregava a reforma agrária, o estabelecimento de um governo popular democrático, a nacionalização de empresas estrangeiras e a suspensão definitiva do pagamento da dívida externa.

A ANL atraiu milhares de adeptos em todo o país. Porém, suas críticas ao governo federal e a defesa de um governo popular com características comunistas serviram para Getúlio Vargas declará-la ilegal em julho de 1935, com base na **Lei de Segurança Nacional**.

Lei de Segurança Nacional: conjunto de normas que determina quais atitudes e práticas são consideradas crimes contra a segurança nacional e suas respectivas penas. A lei foi aprovada como Lei nº 38 em abril de 1935 e, no ano seguinte, ganhou ainda maior rigor com o Tribunal de Segurança Nacional.

> Incorriam nos dispositivos da nova lei todos os que tentassem o recurso da força como meio de acesso ao poder, que estimulassem manifestações de indisciplina entre as forças armadas, que atentassem contra a vida das pessoas por motivos de ordem ideológica ou doutrinária e que tentassem executar planos de desorganização dos serviços urbanos e dos sistemas de abastecimento. A lei estabelecia sanções para jornais e emissoras de rádio que veiculassem matérias consideradas subversivas, previa a cassação de patentes de oficiais das forças armadas cujo comportamento fosse considerado incompatível com a disciplina militar e autorizava o chefe de polícia a fechar entidades sindicais suspeitas.
>
> KELLER, Vilma. *Direito e Literatura*: Vargas, o Estado Novo, a Lei de Segurança Nacional e o *habeas corpus* em favor de Olga Benário Prestes. A História entre foices, martelos e tocas. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/10245/direito-e-literatura-vargas-o-estado-novo-a-lei-de-seguranca-nacional-e-o-habeas-corpus-em-favor-de-olga-benario-prestes/1>. Acesso em: 12 abr. 2016.

Em novembro de 1935, os comunistas liderados por Luís Carlos Prestes, que também era líder da ANL, tentaram promover uma revolução, denominada posteriormente **Intentona Comunista**. O objetivo da revolta era derrubar Getúlio Vargas e instaurar o comunismo no Brasil. A revolta foi rapidamente sufocada pelo governo federal, que decretou estado de sítio no país.

intentona: plano insensato ou revolta frustrada.

Arquivo/Agência Estado

Tropas governamentais no combate à Intentona Comunista, novembro de 1935, na cidade do Rio de Janeiro.

Muitos líderes da Intentona foram perseguidos, presos e torturados. Prestes foi preso em 1936 e condenado a nove anos de prisão, em regime solitário. Derrotado, o levante comunista serviu como pretexto para Vargas endurecer o regime, obter do Congresso a aprovação de medidas de exceção, como o **estado de guerra**, e ampliar a repressão.

> **estado de guerra**: situação que prolonga a vigência do estado de sítio, aumentando seu alcance e possibilitando o início de mobilização militar visando a operações de guerra.

No campo: oligarquias, coronéis, miséria e religiosidade

O meio rural brasileiro, que reunia mais de 68% da população, segundo o Censo de 1940, pouco tinha mudado desde as primeiras décadas da República. Problemas como seca, miséria e condições desumanas de trabalho persistiam. Foi nesse quadro que na região do Crato, cidade do sertão do Ceará, o beato negro José Lourenço, seguidor do padre Cícero Romão Batista, instalou uma comunidade religiosa, **Caldeirão da Santa Cruz do Deserto**. No final dos anos 1920, a comunidade passou a atrair inúmeros migrantes.

Não faltaram as acusações, já no início dos anos 1930, de que o Caldeirão seria uma nova Canudos, que formava um arraial de fanáticos e comunistas, além de acumular armas e munição e de ser uma ameaça ao Estado. Elites regionais, clérigos católicos, imprensa cearense e as autoridades federais se opunham à comunidade.

Em setembro de 1936, a comunidade foi fortemente atacada por uma expedição das Forças Armadas, que deixou centenas de mortos. O beato José Lourenço conseguiu escapar, refugiando-se com algumas famílias na serra do Araripe. Continuamente perseguidos, em 1937 foram atacados por terra e por ar, com metralhadoras e bombas, e totalmente dispersados. O beato José Lourenço escapou mais uma vez, falecendo na cidade de Exu, Pernambuco, em 1946. A estimativa do número de mortos varia de acordo com as fontes, indo de 200 a mil pessoas.

Na mesma época, os últimos bandos de cangaceiros foram encurralados ou abandonaram a luta. Lampião, o mais famoso deles, foi morto pela polícia alagoana em 1938.

Reprodução/História Viva/Editora Duetto

Mulheres, crianças e idosos capturados pela polícia e pelos militares durante o ataque à comunidade Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, em 1936.

Leituras

O texto a seguir fala sobre o Levante potiguar, ocasião em que, durante alguns dias, em 1935, a cidade de Natal e outras cidades do interior do Rio Grande do Norte testemunharam um levante organizado pelos grupos comunistas.

Levante potiguar

Natal amanheceu tranquila naquele sábado, 23 de novembro de 1935. A capital do Rio Grande do Norte tinha, então, uma população de 40 mil habitantes. Na cidade pouco industrializada, o movimento portuário era intenso. Navios seguiam para a Europa carregando sal e algodão – os principais produtos da economia potiguar. A calmaria daquele dia começou a ser perturbada com a chegada de uma carta do chefe da Região Militar para o comandante do 21º Batalhão de Caçadores (BC). Nela, o general Manuel Rabello autorizava a dispensa de praças suspeitos de participação em assaltos a bondes.

A notícia da expulsão de quase 30 soldados causou silenciosa revolta no quartel. À tarde, militares do 21º BC reuniram-se com dirigentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) estadual para examinar a situação. Às 19h30, no mesmo quartel, o cabo Giocondo Alves Dias, o sargento Quintino Clementino de Barros e o soldado Raimundo Francisco de Lima, muito bem armados, renderam o oficial de dia: "O senhor está preso, em nome de Luís Carlos Prestes".

Dominado, o quartel foi aberto para os civis que apoiavam o movimento. [...] No dia seguinte, domingo, Natal já estava integralmente sob controle dos insurretos.

[...]

A conquista do interior do estado passou para a ordem do dia, com a formação de três colunas de combatentes. Segundo Homero Costa, em seu livro *A insurreição comunista de 1935*, a primeira deveria seguir em direção a Mossoró; a segunda, até a divisa do Rio Grande do Norte com a Paraíba; e a última, para a cidade de Goianinha.

Os revolucionários ocuparam 17 dos 41 municípios potiguares e, quando possível, entregaram o poder a personalidades locais ligadas à Aliança Nacional Libertadora (ANL).

[...]

Em julho de 1935, Prestes lançou um manifesto que terminava assim: "Abaixo o fascismo! Abaixo o governo odioso de Vargas! Por um governo popular nacional revolucionário! Todo poder à ANL!".

O plano insurrecional contava com o apoio da Internacional Comunista (IC), que enviou alguns de seus assessores – Olga Benário entre eles – para o Brasil. A ação começaria com levantes militares a serem acompanhados pela mobilização de trabalhadores em greve em todo o território nacional.

Em princípio, no dia 23 de novembro, o PCB de Natal procurou convencer os militares subalternos do 21º BC a não se rebelar. Argumentou que ainda não era o momento. Ante a inevitabilidade do levante, os comunistas dele participaram e se tornaram os seus dirigentes. No dia 24, militares sublevaram-se em Recife, sendo vencidos um dia depois.

Pegos de surpresa pelo levante na capital do Rio Grande do Norte, a direção nacional do partido e os agentes da IC decidiram colocar em marcha movimentos no Distrito Federal e em alguns estados. Só conseguiram levar o plano adiante no Rio de Janeiro, sendo vencidos no fim da manhã do dia 27.

[...]

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi L. de. Levante potiguar. *História Viva*. São Paulo: Segmento, ano VI, n. 62. p. 68, 70 e 71. [s.d].

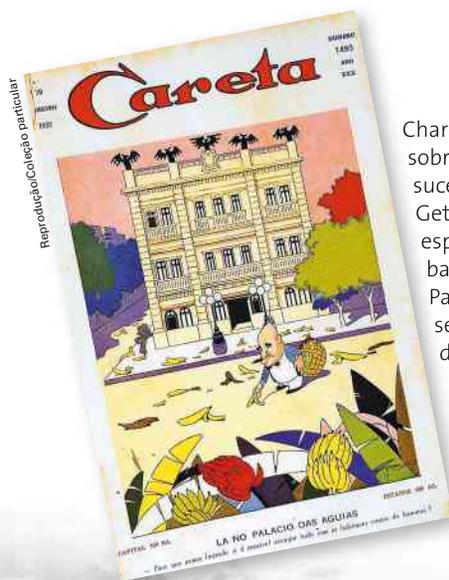
Acervo Iconographia/Reminiscências

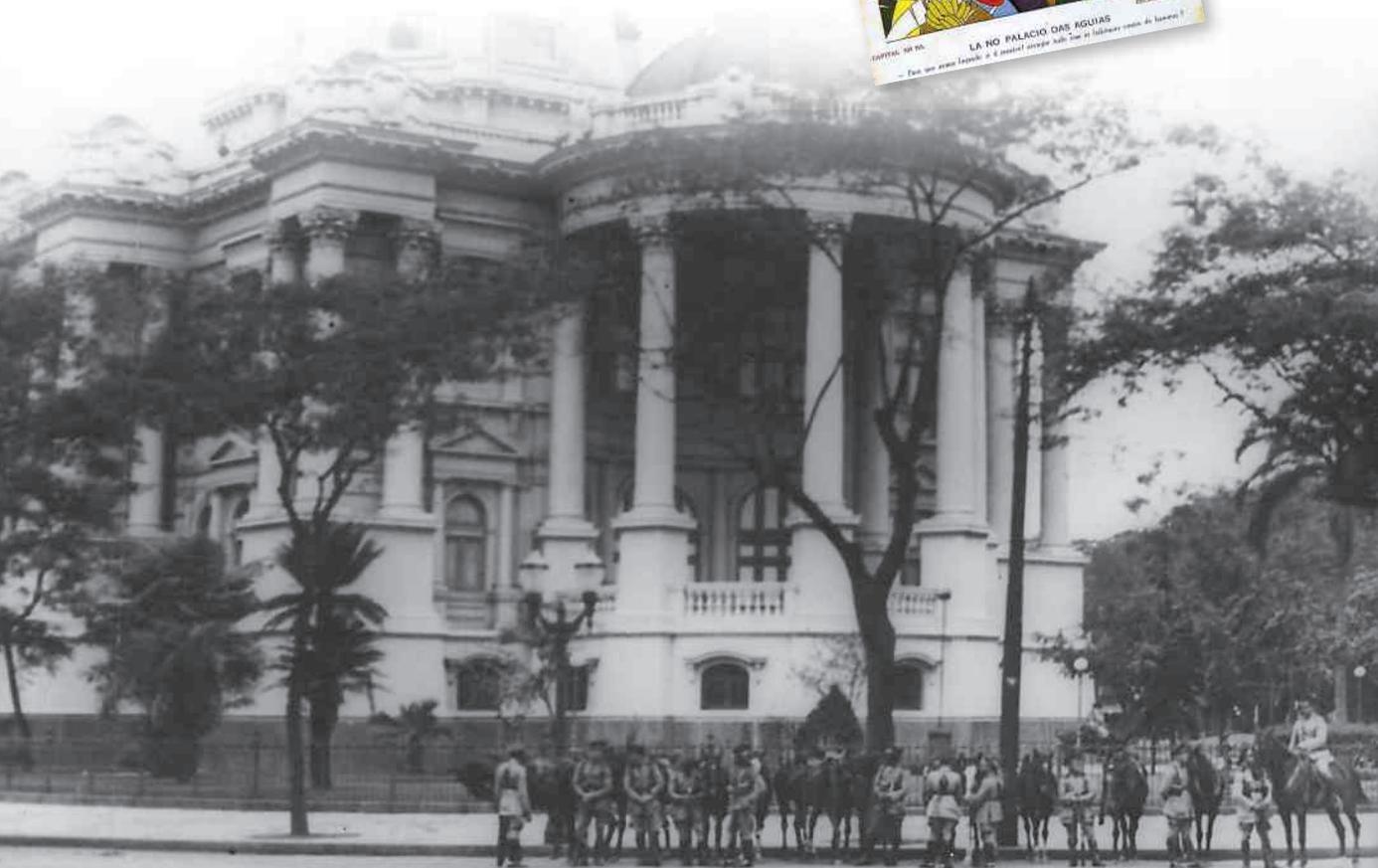
Fachada do Quartel da Polícia Militar de Natal após o bombardeio ocorrido entre os dias 23 e 24 de novembro de 1935.

Vargas e o golpe para instalar o Estado Novo

O mandato constitucional do presidente Vargas deveria se estender até maio de 1938. Três candidatos se apresentaram no início de 1937 para disputar a sucessão: Armando de Salles Oliveira (1887-1945), ex-governador de São Paulo, lançado pelas elites paulistas; o escritor paraibano José Américo de Almeida (1887-1980), aparentemente apoiado pelo presidente; e o líder integralista Plínio Salgado (1895-1975).

Getúlio, governando em “estado de guerra”, não estava disposto a deixar a Presidência. Um golpe de Estado foi arquitetado com o auxílio dos generais Eurico Gaspar Dutra (1883-1974) e Góis Monteiro (1891-1963). O pretexto para o golpe foi a apresentação de um documento que anunciava uma insurreição comunista. O “documento” revelava um plano dos comunistas para tomar o poder, assassinar as principais lideranças políticas do país e incendiar as igrejas. No entanto, esse “documento” era falso. A farsa foi montada por alguns militares integralistas e membros do governo e ficou conhecida como **plano Cohen**, pois o autor do suposto plano de ação seria um comunista chamado Bela Cohen. A inventada ameaça comunista foi divulgada pelos jornais simpáticos ao governo e transmitida pelo rádio, em outubro de 1937, para justificar a prisão de opositores e a censura à imprensa. Em 10 de novembro de 1937, Getúlio determinou o fechamento do Congresso Nacional e dos legislativos estaduais e municipais, suspendeu a realização das eleições presidenciais, extinguiu os partidos políticos e revogou a Constituição de 1934. Era a instalação, assim, do período ditatorial de seu governo, chamado de **Estado Novo**.

Reprodução/Coleção particular

Charge de J. Carlos sobre o processo sucessório de 1937. Getúlio Vargas espalha cascas de banana diante do Palácio do Catete, sede da Presidência da República.

Acervo Iconographia/Reminiscências

Tropas do Exército cercam o Senado em 10 de novembro de 1937, dia do golpe do Estado Novo.

4 Vargas e a Ditadura do Estado Novo (1937-1945)

Logo após o golpe, entrou em vigor uma nova Constituição, elaborada pelo ministro da Justiça, Francisco Campos (1891-1968), e inspirada nas constituições fascistas da Itália e da Polônia – daí seu apelido de **Polaca**. Com ela o poder político concentrava-se completamente nas mãos do presidente da República, um ditador com plenos poderes numa época de governantes autoritários.

No livro *Memórias do cárcere* (1953), o escritor Graciliano Ramos (1892-1953), com ironia cáustica, afirmou que o Estado Novo era o "nosso pequenino fascismo tupinambá". Porém, mesmo sendo autoritário e centralizador, o Estado Novo foi distinto dos regimes nazifascistas europeus. Ele não integrava um partido político nem tinha, como os nazifascistas, uma certa legitimação por meio de uma visão histórica: restaurar o Império Romano, com Mussolini, ou a ideia do Terceiro Reich, o terceiro império alemão, com Hitler.

A Carta ditatorial foi outorgada por Vargas e nunca entrou plenamente em vigor, pois precisava ser referendada por um plebiscito que nunca ocorreu. Enquanto isso, o presidente governou por meio de **decretos-lei**.

decreto-lei: lei imposta pelo presidente da República, em vez de votada pelo Poder Legislativo.

Em dezembro de 1937, Getúlio decretou o fechamento de todos os partidos do país – até mesmo da Ação Integralista Brasileira (AIB). Os integralistas romperam com Vargas e tentaram um golpe de Estado em 1938, atacando o Palácio da Guanabara, residência do presidente. Com a chegada de reforços militares, líderes e participantes do movimento integralista foram presos, encerrando a tentativa de golpe.

Acervo Iconographia/Reminiscências

A exemplo dos regimes totalitários da Europa, Vargas investiu em propagandas que o exaltavam durante o Estado Novo, na década de 1930.

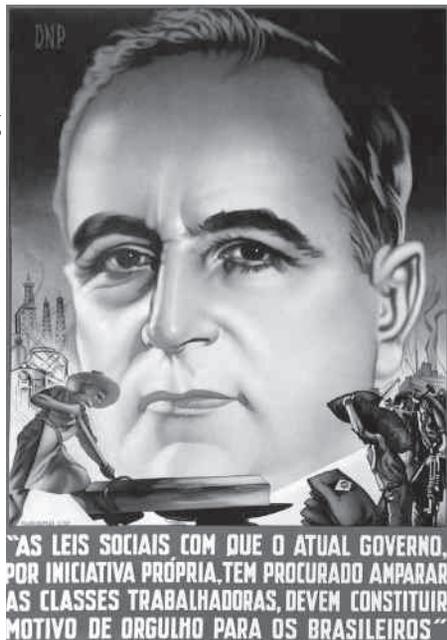
O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)

Getúlio Vargas preocupou-se com a propaganda oficial do governo desde sua chegada ao poder no Governo Provisório. Em 1931, Vargas criou o Departamento Oficial de Publicidade e, em 1934, o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural. O objetivo desses órgãos era divulgar uma imagem positiva do governo.

Já durante a ditadura, em 1938, o órgão da propaganda transformou-se no Departamento Nacional de Propaganda (DNP) e no ano seguinte no **Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)**. Além de insistir numa imagem positiva do governo, o DIP também garantia o apoio da opinião pública e censurava os meios de comunicação (emissoras de rádio, jornais, livros, cinema) que fizessem oposição ao governo.

Em 1938, o governo lançou o programa *Hora do Brasil*, veiculado pela Rádio Nacional, emissora de propriedade do Estado brasileiro. Durante uma hora, eram divulgadas notícias positivas do governo, intercaladas com música brasileira. O programa existe até hoje, renomeado como *A voz do Brasil*.

A propaganda governamental e o culto à personalidade de Vargas eram feitos também por meio da imprensa, do cinema e de manifestações públicas organizadas em dias comemorativos, como o Primeiro de Maio – data que homenageia os trabalhadores. Nessas cerimônias, era proibida a utilização de bandeiras, hinos e outros símbolos estaduais. Somente os emblemas nacionais eram permitidos, a fim de reforçar a unidade do país e evitar manifestações federalistas.

Novos símbolos foram criados para reforçar a identidade do povo brasileiro, que passou a ser caracterizado pela mestiçagem. Foram valorizados elementos da cultura popular, como o samba, exaltado como o mais brasileiro dos ritmos, e também a capoeira, reconhecida como esporte nacional. Foram instituídas ainda datas cívicas, como o Dia da Raça (4 de setembro), e difundido o culto à Nossa Senhora da Conceição Aparecida, santa mestiça e padroeira do Brasil.

A repressão durante o Estado Novo

Vargas utilizou a polícia política comandada por Filinto Müller (1900-1973), um notório admirador do nazismo e próximo dos integralistas, para reprimir as pessoas que se opunham à ditadura.

> A tortura de presos foi investigada e descrita pelo jornalista David Nasser (1917-1980), inicialmente em seis reportagens publicadas na revista *O Cruzeiro* – a primeira delas em 29 de outubro de 1946 – e, depois, em livro de 1947. As publicações foram intituladas “Falta alguém em **Nuremberg**”. Esse alguém era o capitão do Exército Filinto Müller (1900-1973), chefe de Polícia da capital de 1933 e 1942. Os principais instrumentos de tortura mencionados em depoimentos no Congresso e registrados por David Nasser eram: o maçarico, que queimava e arrancava pedaços de carne; os “adelfis”, estiletes de madeira que eram enfiados por baixo das unhas; os “anjinhos”, espécie de alicate para apertar e esmagar testículos e pontas de seios; a “cadeira americana”, que não permitia que o preso dormisse; e a máscara de couro.
>
> CARVALHO, José Murilo de. Chumbo grosso. *Revista de História*. São Paulo, n. 59, 11 ago. 2010. Disponível em: <www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/chumbo-grosso>. Acesso em: 3 mar. 2016.

Nuremberg: referência ao tribunal instalado na cidade alemã de Nuremberg ao final da Segunda Guerra Mundial para julgar os crimes de guerra da alta cúpula nazista.

Intelectuais e artistas contrários ao regime foram perseguidos, como o historiador Caio Prado Jr. (1907-1990), o pintor Di Cavalcanti (1897-1976) e os escritores Graciliano Ramos, Jorge Amado (1912-2001) e Érico Veríssimo (1905-1975). Trabalhadores, líderes sindicais e militantes de organizações de esquerda foram presos e torturados. Muitos opositores ao regime foram mortos.

Merece destaque também o caso de Olga Benário Prestes (1908-1942), mulher de Luís Carlos Prestes. Presa em 1936, judia alemã de nascimento e agente soviética no Brasil, Olga foi deportada, grávida, para a Alemanha nazista, onde ficou presa em um campo de concentração. Poucos anos depois da prisão, em 1942, foi assassinada na câmara de gás do campo de Ravensbrück.

O IMPARCIAL

Director — J. S. MACIEL FILHO

ANNO II | Rio de Janeiro – Sabbado, 29 de Agosto de 1936 | NUMERO AVULSO 100 RÉIS | NUM. 389

Toda a cidade presta culto hoje a' memoria de P. Passos

O deficit fluminense sóbe a 32000 contos

Para fóra do Brasil

O Presidente da Republica assignou o decreto expulsando a mulher de Prestes

Adextrando-se para a guerra

Pereira Passos

As homenagens de hoje á memoria do grande prefeito carioca

Tribunaes especiaes

O pão, o leite e o gaz vão subir em Paris

O 2.º Congresso Eucharistico

RADIO PHILIPS

O Imparcial/Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Primeira página do jornal *O Imparcial* anuncia a deportação de Olga Benário em 29 de agosto de 1936.

Vargas e os trabalhadores

Vargas mostrou-se hábil na aproximação com os trabalhadores urbanos, fortalecendo o poder do Estado e dando atenção à política trabalhista. Entre as leis trabalhistas criadas durante o seu governo destacam-se a implementação do salário mínimo e a **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**, que unificou toda a legislação trabalhista existente no Brasil. A CLT estabeleceu descanso semanal remunerado, férias, décimo terceiro salário, carteira de trabalho,

Reminiscências/Acervo Iconographia

Comemoração do Primeiro de Maio, com desfile de trabalhadores levando a bandeira nacional e o retrato de Vargas na cidade do Rio de Janeiro, 1942.

licença-maternidade e aposentadoria, entre outros direitos. Com várias alterações, ela regulamenta ainda hoje as relações entre patrões e empregados no país.

Apresentado como “pai dos pobres”, Vargas mantinha um rígido controle dos trabalhadores por meio da submissão dos sindicatos ao Ministério do Trabalho. As lideranças escolhidas para o comando dos sindicatos eram pessoas fiéis ao regime. Foram apelidadas de **pelegos**, pois, da mesma forma como a pele com a lã do carneiro é usada sobre o dorso do cavalo para diminuir o atrito com a sela, os pelegos eram responsáveis por amortecer as pressões dos trabalhadores sobre o governo e os patrões. Assim, de um lado, Vargas atendia às reivindicações dos trabalhadores, aproximando-se das camadas populares, e de outro inviabilizava um movimento sindical independente. Acrescente-se que os sindicatos passaram a receber os recursos de um “imposto sindical”, obrigatório a todos os trabalhadores e equivalente a um dia de trabalho por ano.

Leituras

No texto a seguir, a historiadora Ângela de Castro Gomes nos fornece, com base em um depoimento, uma nova análise a respeito das relações entre o governo de Getúlio Vargas e os trabalhadores.

Trabalhadores e os ganhos com Getúlio

No pós-1930 havia um processo de controle dos trabalhadores, sem dúvida, mas havia também um processo de negociação, que eu queria ressaltar. Entrevistei para a minha tese o Seu Hílcar Leite, um gráfico comunista e depois **trotskista**, que me disse: “Eu ia para a porta da fábrica falar mal do Getúlio e quase apanhava. Os trabalhadores adoravam o Getúlio!”. Ora, dizer que se vivia um processo de manipulação dos trabalhadores, que eram todos enganados durante tanto tempo, era algo insatisfatório para mim. Essas pessoas seriam completamente desprovidas de discernimento? Ou, afinal, tinham uma lógica em seu comportamento político que deveríamos encontrar e respeitar? Os trabalhadores, quando “gostam” de Vargas, entendem que há ganhos nessa negociação, e vão explorar essa possibilidade.

GOMES, Ângela de Castro. Liberdade não é de graça. Entrevista à *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 30 mar. 2007. Disponível em: <www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/angela-de-castro-gomes>. Acesso em: 3 fev. 2016.

trotskista: corrente de esquerda formada pelos seguidores das ideias de Leon Trotsky (1879-1940), que criticava o modelo soviético stalinista.

A aproximação de Vargas com as camadas populares configurou uma prática apelidada de **populismo**. O termo é tomado muitas vezes como um insulto, uma referência a um governante que engana multidões para manter-se no poder. O populismo espalhou-se pela América Latina depois da Crise de 1929 e teve como seus maiores representantes Getúlio Vargas, no Brasil, e Juan Domingo Perón, na Argentina.

Coleção particular/Arquivo da editora

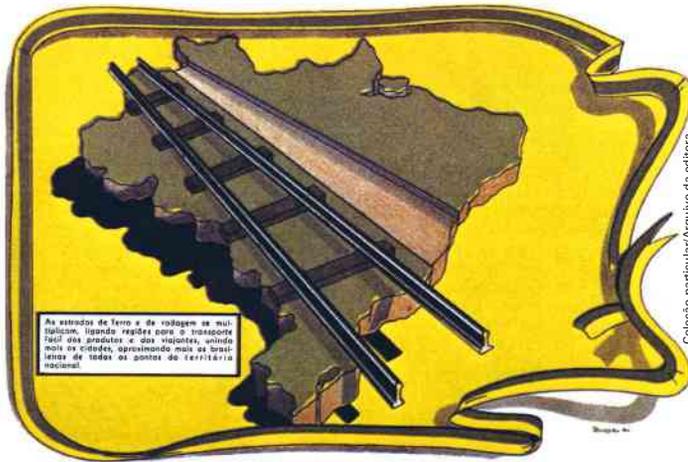



Ilustração publicada na cartilha do DIP de 1941 para enaltecer as obras ferroviárias promovidas por Vargas.

Vargas e a economia

Durante o Estado Novo, a industrialização foi bastante estimulada pelo governo, por meio de uma **política de substituição de importações**, com créditos e medidas protecionistas. Para o desenvolvimento da economia, prevaleceu o intervencionismo, com coordenação e planejamento do Estado. Esse tipo de atuação era tendência mundial da época, tanto no mundo capitalista como no socialista, negando o liberalismo.

Com o início da Segunda Guerra Mundial, em 1939, as importações de produtos industrializados sofreram muitas restrições, exigindo um aumento de sua produção no Brasil. O governo estimulou a implantação de novas fábricas e a ampliação das já existentes. Foram criadas também grandes empresas estatais de **indústria de base**, indispensáveis ao desenvolvimento dos demais setores industriais. Surgiram assim a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, RJ, e a Companhia Vale do Rio Doce, em Itabira, MG, para a extração e o processamento de minérios.

indústria de base: ramos industriais que produzem bens que são absorvidos por outras indústrias, como máquinas ou matéria-prima. Temos como exemplo a metalurgia, a siderurgia e a petroquímica.

Leituras

O texto a seguir apresenta uma reflexão do historiador Jorge Ferreira sobre o termo **populismo**.

Populismo: conceito ou insulto?

Há um grupo de historiadores convencidos de que populismo é realmente mais um insulto que um conceito teórico. É como chamar alguém de fascista, que não significa que se esteja acusando, estritamente, de seguidor do regime fascista. Tudo não passa de um termo usado para desqualificar o oponente. Populismo vem servindo para definir coisas muito diferentes. Cabe tanto um Getúlio Vargas quanto um Ademar de Barros, Jânio, Jango, JK, trabalhistas, até Fernando Collor de Mello. Não existe um conceito teórico que junte coisas tão distintas assim. Populista é sempre o adversário.

[...]

[a ideia de que o populista é aquele que engana o povo com promessas] Foi uma construção dos liberais derrotados e, depois, das esquerdas revolucionárias. Para os liberais, eles só poderiam ter perdido porque alguém se deixou ludibriar. Para as esquerdas, que queriam primazia nos movimentos populares, os populistas eram todos os demais, inclusive outros ramos marxistas. Além da direita e da esquerda, juntaram-se nessa poderosa aliança a universidade, tentando dar uma consistência teórica à definição, e a imprensa, difundindo e popularizando a caracterização. O princípio, totalmente improvável, é da existência de uma multidão de tolos, um bando de idiotas, a seguir um líder malicioso e poderosíssimo. Um sujeito capaz de enganar milhões e milhões de pessoas durante décadas. É uma afirmação da mesma família daquela outra: 'O povo brasileiro não sabe votar'. As multidões apoiaram Vargas e outros governos ditos populistas por entender que ganhavam com isso, melhoravam de vida. Preferiam esse projeto ao outro, batido nas urnas. O conceito de populismo não é uma coisa que sempre existiu, um dado como o sol e a chuva. É uma invenção humana, com história.

FERREIRA, Jorge. Todos populistas. *Revista Época*. Rio de Janeiro: Globo, 22 set. 2009. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI31162-15228,00-JORGE+FERREIRA+TODOS+POPULISTAS.html>. Acesso em: 3 mar. 2016.

Outro destaque foi a criação, em 1938, do **Conselho Nacional do Petróleo**, para controlar a exploração e o fornecimento desse produto e seus derivados. O primeiro poço petrolífero foi perfurado na Bahia, em 1939.

A deposição de Vargas

A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial (assunto do próximo capítulo) criou uma situação contraditória que acabou enfraquecendo o governo: o mesmo Estado que lutava contra os nazifascistas mantinha um regime ditatorial. Foi nesse contexto que a oposição a Vargas ganhou força, realizando diversas manifestações.

Em outubro de 1943, políticos e empresários de Minas Gerais publicaram o **Manifesto dos Mineiros**, exigindo eleições gerais e a elaboração de uma nova Constituição. Censura e pressões se seguiram até o início de 1945, quando Vargas estabeleceu a data para as eleições: 2 de dezembro de 1945.

Além dessa, outras conquistas democráticas foram alcançadas no Brasil, como a libertação de presos políticos e o retorno de exilados. Foram organizados também novos partidos para a disputa eleitoral, entre os quais se destacavam:

- a **União Democrática Nacional (UDN)**: de cunho liberal, reunia principalmente industriais, banqueiros, grandes proprietários, membros da classe média e da imprensa. Lançou a candidatura à presidência do brigadeiro Eduardo Gomes, ex-tenentista;
- o **Partido Social-Democrático (PSD)**: formado basicamente pelos interventores estaduais e pela burocracia estatal que apoiava Getúlio;
- o **Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)**: composto de setores do movimento sindical controlados por Getúlio Vargas. A coligação PTB-PSD lançou a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra, ex-ministro da Guerra;
- o **Partido Comunista do Brasil (PCB)**: retirado da ilegalidade, agregava os movimentos de esquerda. Tinha Yedo Fiúza como candidato à Presidência.

Entre os trabalhadores urbanos, a popularidade do presidente continuava alta e diversas manifestações de rua pediam sua candidatura à Presidência. Com o lema "Queremos Getúlio", o movimento **queremista** se espalhou por todo o país.

Temendo que Getúlio tramasse um novo golpe para se manter no poder, membros do alto escalão das Forças Armadas, liderados pelos generais Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, depuseram o presidente em 29 de agosto de 1945. A presidência foi ocupada por José Linhares, ministro do Supremo Tribunal Eleitoral. As eleições foram realizadas na data prevista e deram vitória a Dutra.

Acervo Iconographia/Reminiscências

Comício queremista no Largo da Carioca, na cidade do Rio de Janeiro, em 1945.

Atividades

Retome

1. Em que medida o contexto internacional dos anos 1930 favoreceu a ascensão de Getúlio Vargas ao poder?
2. O que foi a Revolução Constitucionalista de 1932? Quais foram seus resultados e desdobramentos? É possível afirmar que se tratou de uma revolução, considerando-se o significado histórico do termo?
3. É possível afirmar que os conflitos no campo, característicos da Primeira República, foram superados na Era Vargas? Justifique sua resposta.
4. Aponte semelhanças e diferenças entre o Estado Novo e os regimes nazifascistas europeus.
5. Que relações podem ser estabelecidas entre o fim da Era Vargas e o término da Segunda Guerra Mundial?

Pratique

6. Vimos que os direitos da mulher e o seu papel na sociedade foram alvo de intensos debates nos anos 1920. Mas quais foram os desdobramentos da chamada "questão feminina" durante a Era Vargas? Leia os fragmentos de texto a seguir para refletir sobre o assunto.

> O ano de 1932 foi, certamente, um marco para as mulheres brasileiras, que conquistaram diversos direitos, tanto políticos, quanto sociais. O Código Eleitoral estipulou o direito de voto para as mulheres e diversos decretos introduziram avanços inegáveis na legislação trabalhista, favorecendo a população feminina que laborava na indústria e no comércio: concessão do direito à licença-maternidade; proibição do trabalho da mulher grávida durante quatro semanas antes e após o parto; direito da mulher em período de aleitamento a descansos diários; [etc.] [...].
>
> Contudo, [...] algumas das medidas de proteção às mulheres revelavam uma intencionalidade que ultrapassava o mero desejo de consolidar a presença da população feminina no mundo do trabalho. A proibição do trabalho noturno às mulheres, e também em atividades consideradas insalubres ou perigosas, significava, na prática, estabelecer uma reserva de mercado aos homens, muitos dos quais clamavam pela restrição do emprego feminino, de modo a que estas não ocupassem vagas que pertenceriam aos chefes de família. Além desse aspecto, a medida possuía um cunho moralizante, dado que a presença feminina nas ruas, após o pôr do sol, poderia dar margem a certas liberdades, principalmente no campo sexual. Na prática, a proibição do trabalho noturno significou a demissão de um grande número de mulheres, principalmente em bares e restaurantes. Em 1933, garçonetes protestavam contra a perda dos seus empregos, alegando que a medida implantada configurava um "falso protecionismo". [...] A proibição do exercício de atividades insalubres e perigosas às mulheres só se justificava pelo desejo de preservar seus corpos para a função gestacional, dado que não poderia haver outra explicação para os homens serem autorizados a exercer funções vedadas à população feminina, abrangendo empregos que lidassem com: perigo de acidentes e de envenenamento, necessidade de trabalho atento e prudente, poeira e vapores nocivos (Anexo ao Decreto n. 21.417A, 17/05/1932). [...]
>
> OSTOS, Natascha Stefania Carvalho de. A questão feminina: importância estratégica das mulheres para a regulação da população brasileira (1930-1945). *Cadernos Pagu*, n.39, jul-dez. 2012, p. 327-333.

Agora, responda às questões:

a) Por que o ano de 1932 foi importante para as mulheres brasileiras?

b) As conquistas femininas ocorridas nos anos 1930 atendiam às demandas de movimentos sociais bastante ativos no Brasil. Que movimentos eram esses?

c) Que advertência a autora do texto faz em relação a essas conquistas?

Analise uma fonte primária

7. Leia a seguir o trecho de uma carta escrita pelo colono Manoel Dias de Menezes, do núcleo colonial de São Bento, na estrada Rio-Petrópolis, ao presidente Getúlio Vargas, em 22 de novembro de 1940.

> No momento, justamente em que V. Ex.ª está sacrificando sua própria vida, o seu repouso pelos longínquos sertões do Brasil, em prol do bem-estar do pobre do pequeno agricultor, aqui em Itaguaí, no lugar denominado mazomba, os pequenos agricultores estão sendo até despejados discricionariamente, sem direito de espécie alguma. Em uma partida local, há um árabe que se diz proprietário de uma grande área de terras (montanhas), que tem alguns terceiros que já perderam por completo o estímulo de trabalhar, porque é exigida a terça pelo modo mais humilhante, pois o árabe, que se chama Moisés Abrahão, ainda aplica nos tempos que atravessamos o sistema da chibata!

[...] São tão pacatos esses pobres homens que receiam dizer qualquer cousa sobre seus prejuízos, porque acham que há conivência das autoridades com o tal árabe, enfim, eles contam com a proteção de V. Ex.ª [...]. Enquanto V. Ex.ª procura nos amparar como se fôssemos seus próprios filhos, as autoridades competentes do local consentem o que lá se está passando.

Apud REIS, José Roberto Franco. *Não existem mais intermediários entre o governo e o povo*: correspondências a Getúlio Vargas: o mito e a versão. Tese (Doutorado em História). Campinas: IFCH-Unicamp, 2002, p. 66, 154, 284-5).

a) Qual é o objetivo do autor da carta?
b) O que o documento revela acerca das relações de trabalho no mundo rural, durante a Era Vargas?
c) Retire do documento uma passagem que reforça o paternalismo de Vargas.
d) Uma das características do populismo é a relação direta do governante com o governado, sem intermediação de instituições ou do próprio Estado. Aponte dois elementos da carta que atestem o caráter populista do governo Vargas.

Articule passado e presente

8. Leia a seguir um trecho de uma entrevista com Benjamin Steinbruch, presidente interino da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na época em que a entrevista foi concedida (2014).

O senhor sempre fala na flexibilização de leis trabalhistas. Fala que é necessário acompanhar a experiência de outros países do mundo sobre esse tema. Objetivamente, quais alterações pontuais o senhor acha que são necessárias e urgentes na área da regulação do emprego?

Eu acho que, como você bem sabe, nós estamos numa lei que é da época de Getúlio Vargas, que foi de vanguarda naquele momento e que nos serviu até hoje. Agora, o Brasil mudou. As condições de emprego mudaram. Então a gente tem que se adaptar a uma nova realidade, se possível ainda de vanguarda.

Fale um item da CLT [Consolidação das Leis de Trabalho] que deveria ser eliminado ou alterado, e de que forma.

O custo do emprego não pode ser o dobro [do salário]. Porque você paga para o empregado x, você tem 2x de custo indireto. Tem que ser flexível.

Vamos lá. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço [FGTS]: isso deve ser mantido ou deve ser eliminado?

Não, eu acho que os direitos devem ser mantidos. O que você tem que fazer é flexibilizar a lei trabalhista.

Mas, como?

A jornada pode ser flexível, a idade pode ser flexível (a idade de o empregado poder trabalhar).

Trabalhar mais jovem?

Trabalhar mais jovem, em condições ideais. A gente pode ter por parte do empregador e do empregado uma convergência de interesse. A gente hoje está engessado, está penalizando tanto o empregador quanto o empregado.

[...]

Mas o senhor enxerga algum Congresso (porque isso teria que ser aprovado pelo Congresso, porque está na lei), algum Congresso – Câmara e Senado – aprovando uma redução do horário legal de almoço?

Se for vontade dos empregados, por que não? Será que o pessoal gosta de ficar uma hora para almoçar sendo que pode almoçar em meia hora, e essa meia hora podia ser aproveitada para voltar antes para casa? Será que não é mais legal para ele voltar antes para casa do que ficar uma hora sem ter o que fazer porque a lei exige que tenha esse tempo determinado de almoço? Eu estou falando isso em benefício do empregado também, entendeu?

Mas o senhor está falando num item que realmente teria algum benefício, talvez, para o empregador. Mas ainda assim, em relação ao que você paga de INSS [Instituto Nacional do Seguro Social], os vales (transporte, alimentação), Fundo de Garantia [do Tempo de Serviço], um terço de férias, todos esses direitos, o senhor acha que algum deles deveria ser facultativo entre patrão e empregado? Ou não, você acha que devem ser mantidos na lei?

Eu acho que pode ser negociado.

Quais?

Todos. Porque tem que ver se o empregado quer também, entendeu? Se você propõe para o empregado, por exemplo, se reduzir metade dos direitos que ele tem e outra metade vai para o bolso dele, eu te garanto que os empregados vão querer que metade vá para o bolso. Então tem um espaço enorme. O custo é muito grande, e o empregado não tem o benefício equivalente.

Disponível em: <http://tvuol.uol.com.br/video/integra-da-entrevista-com-benjamin-steinbruch-57-min-04024C9B3764C4915326>. Acesso em: 1º maio 2016.

Agora, responda às questões:

a) Que críticas o empresário Benjamin Steinbruch faz à CLT?
b) Que mudanças ele propõe na legislação?
c) Muitos críticos da CLT afirmam que ela é ultrapassada, pois foi lançada durante a Era Vargas. Em sua opinião, as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores nos anos 1930, as quais a CLT procurou minimizar, são muito diferentes das atuais? Justifique sua resposta.

CAPÍTULO 8

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945)

Ilia Yefimovich/Getty Images

Na imagem, instalação no Museu e Memorial de Auschwitz-Birkenau, na Polônia, mostra roupas de prisioneiros que estiveram naquele campo de concentração durante a Segunda Guerra Mundial. Esse museu foi criado em 1947 (dois anos após o fim da Segunda Guerra) e recebe, anualmente, visitantes do mundo todo. Foto de 2015.

A Segunda Guerra Mundial foi um conflito de grandes proporções que envolveu diversas nações do planeta. Além das batalhas que deixaram cidades em ruínas, essa guerra foi marcada pelo extermínio de milhões de pessoas de grupos sociais minoritários nos campos de concentração da Alemanha nazista.

Em 2015, a imprensa mundial noticiou os 70 anos do fim dos campos de concentração nazistas (fala-se em "libertação dos campos"). Quais teriam sido as intenções do governo nazista ao construir campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial? Por que é importante, hoje, que tragédias como essa sejam relembradas e discutidas em museus e memoriais, como no exemplo da foto desta página?

1 Justificando a guerra

Durante as guerras, é comum que cada lado em confronto "demonize" o inimigo para convencer sua população de que a guerra é legítima. Dessa forma, o conflito torna-se, simbolicamente, uma luta do bem contra o mal, da civilização contra a barbárie, e assim por diante. Tal discurso costuma encobrir os interesses reais – geralmente econômicos e políticos – por trás da guerra. Entre os jornalistas, costuma-se repetir a frase "Na guerra, a primeira vítima é a verdade", atribuída ao dramaturgo grego Ésquilo (c. 525 a.C.-456 a.C.) e também ao senador estadunidense Hiram Johnson (1866-1945) e ao jornalista Harold Thomas Henry Carter (1898-1944).

A Segunda Guerra Mundial foi um conflito no qual as atrocidades cometidas por um dos lados (especialmente as da Alemanha nazista) foram muito impactantes. O massacre sistemático e organizado de minorias, como judeus, ciganos, homossexuais, etc., em campos de extermínio é um exemplo dessas atrocidades.

É interessante pensar até que ponto o bloco vencedor do conflito também não cometeu atrocidades. Essa constatação não serve para minimizar os crimes praticados pelo regime nazista e muito menos para estabelecer uma contabilidade baseada em quem teria matado mais ou menos. Porém, é importante pensar que a guerra quase sempre resulta em barbárie, e que a eventual "justiça" de um conflito armado não pode servir para encobri-la.

Veja abaixo os períodos e os lugares em que se passaram os principais eventos do capítulo.

Mondadori/Portfólio/Getty Images

Portão de entrada de Auschwitz, campo de concentração construído na Polônia ocupada pelos alemães durante a Segunda Guerra Mundial. Sobre o portão, a frase em alemão *Arbeit macht frei* ("O trabalho liberta"). Foto da década de 1940.

Onde e quando

Linha do tempo esquemática. O espaço entre as datas não é proporcional ao intervalo de tempo.

2 A guerra reaparece no horizonte

Os efeitos da crise mundial de 1929 exacerbaram os conflitos originados do Tratado de Versalhes (1919). A reação às condições de paz disseminou um forte sentimento nacionalista na Alemanha e na Itália que culminou no totalitarismo nazifascista. Para evitar um confronto, líderes políticos da França e da Inglaterra adotaram uma política de concessões, a **política de apaziguamento**. Essa política, contudo, não foi suficiente para garantir a paz internacional.

A **Liga das Nações**, na prática, revelou-se um órgão frágil, com pouca força para mediar e evitar a emergência de novos conflitos. Assim, as pequenas nações – lesadas em seus direitos territoriais e políticos – ficavam à mercê dos Estados mais fortes.

Na Ásia, em 1931 o Japão invadiu a Manchúria (região da China) e avançou pelas ilhas do Pacífico. Na África, a Itália tomou a Abissínia (atual Etiópia) em 1935. Na Europa, a Alemanha reincorporou o Sarre (1935) e ocupou militarmente a Renânia (1936), zonas da fronteira com a França, desmilitarizadas pelo Tratado de Versalhes. Para evitar confrontos, algumas nações europeias foram tolerantes com essas ações de força. A falência da Liga das Nações e da paz internacional administrada por ela se confirmava a cada novo movimento expansionista dos Estados totalitários que ascenderam no período entreguerras.

Reprodução/Museu de Arte Moderna de Nova York., EUA.

"Ajude a Espanha", manifesto do pintor surrealista espanhol Joan Miró (1893-1983) dirigido aos franceses, em 1937. Pedia apoio à resistência antifranquista e combate às tropas golpistas de Franco apoiadas pelos países do Eixo (Alemanha e Itália).

Na Espanha, o general golpista Francisco Franco (1892-1975) chegou ao poder logo após vencer as forças republicanas na **Guerra Civil Espanhola** (1936-1939). Durante o conflito, Hitler e Mussolini apoiaram militarmente as tropas de Franco e puderam testar novos armamentos produzidos por seus países, consolidando o **Eixo Berlim-Roma**.

O Japão logo se uniria aos alemães e italianos, formando com eles o **Eixo Roma-Berlim-Tóquio**. Os três países assinaram o **pacto anti-Komintern** em 1936, que visava combater o comunismo internacional.

A primeira manifestação significativa da expansão nazista na Europa ocorreu na Áustria, anexada ao Terceiro *Reich* em 1938, na operação conhecida como **Anschluss**, aprovada pela maioria da população austríaca. A meta seguinte era a região dos Sudetos, pertencente à Tchecoslováquia, sob o pretexto de que a região contava com um grande contingente de alemães.

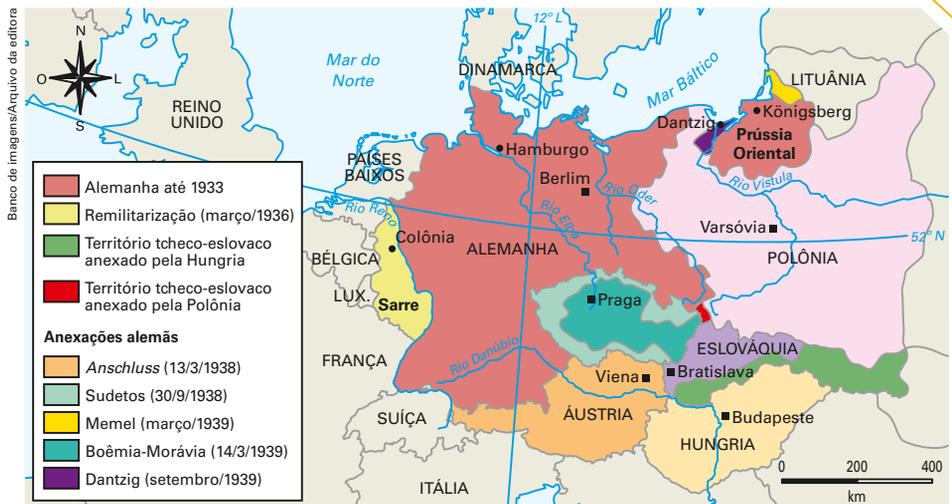
Autoridades da Inglaterra e da França reuniram-se, então, com Hitler e Mussolini. Para evitar um confronto geral, concordaram que os nazistas anexassem os Sudetos, ampliando o território da Alemanha em direção ao leste. Em troca, o governo alemão comprometia-se a não realizar nenhuma nova anexação sem o consentimento franco-britânico, confirmando a política de apaziguamento. Esse tratado ficou conhecido como **Acordo de Munique** (1938).

Heino Kalis/Reuters/Latinstock

Estátua de Francisco Franco é removida de um quartel militar em Valência. A Lei da Memória Histórica, aprovada em 2007, obriga a retirada de todos os símbolos do regime franquista das vias públicas espanholas. Foto de 2010.

Hulton-Deutsch Collecion/Corbis/Latinstock

Soldados alemães cruzam a ponte de Colônia durante a ocupação da Renânia, em 1936.

A expansão territorial da Alemanha nazista

Adaptado de: ATLAS da história do mundo. São Paulo: Folha de S.Paulo, 1995. p. 265.

O mapa representa os movimentos da política de agressão hitlerista sobre os países vizinhos da Alemanha a partir da segunda metade da década de 1930.

A Alemanha cobiçava ainda conquistar o "corredor polonês", faixa de terra que atravessava o norte da Alemanha e dava saída para o mar à Polônia, onde se localizava o porto de Dantzig (*Gdansk*, em polonês). Veja o mapa acima.

Em 1939, Hitler assinou com Stalin o **Pacto Germano--Soviético**. Com ele, as duas nações garantiam a não agressão entre ambas por dez anos e o governo da União Soviética não se oporia a uma invasão da Polônia pelo governo da Alemanha, enquanto este último não reagiria contra uma invasão da Finlândia pelos soviéticos. As diferenças ideológicas, políticas e sociais entre o nazismo e o socialismo soviético e os interesses dos trabalhadores de todos os países foram relegados a segundo plano.

Bettmann/Corbis/Latinstock

Uma mulher de Cheb, Tchecoslováquia, faz a saudação nazista em prantos diante da invasão das tropas alemãs. Foto de 1938.

3 O desenvolvimento do conflito

Hitler invadiu a Polônia em 1º de setembro de 1939. Os governos da Inglaterra e da França reagiram, dando início à Segunda Guerra Mundial.

Em poucos dias, as tropas polonesas foram destruídas e o país foi ocupado pelos nazistas. Conforme havia sido combinado no Pacto Germano-Soviético, o governo alemão aceitou a ocupação soviética de territórios poloneses a leste (além dos estratégicos Estados bálticos). Mais tarde, em 1940, o governo soviético ordenou a execução de milhares de prisioneiros de guerra poloneses, no episódio conhecido como Massacre de Katyn.

Em abril de 1940, as tropas alemãs prosseguiram com a Blitzkrieg ('guerra-relâmpago'), estratégia que empregava maciçamente veículos blindados (as divisões Panzer) e aviões (Luftwaffe – Força Aérea Alemã) visando a vitórias rápidas. O avanço militar nazista foi fulminante: em pouco tempo, a Alemanha ocupou a Dinamarca, a Noruega, os Países Baixos e a Bélgica.

Paris, a capital francesa, foi ocupada pelos nazistas em junho de 1940. Seguiu-se a rendição da França, com a ocupação militar do país pelos alemães e o estabelecimento de um regime "fantoche" na cidade de Vichy, no centro-sul do país. O marechal Pétain, herói da Primeira Guerra Mundial, chefiava o regime pró-alemão de Vichy.

Enquanto isso, o território da Inglaterra enfrentava bombardeios da aviação alemã. No norte da África, os ingleses rebatiam os ataques da Itália. Os italianos tentavam tomar o controle do Canal de Suez para romper as ligações da Inglaterra com suas colônias. Italianos e alemães atacaram também a Grécia e a Iugoslávia, controlando os Bálcãs.

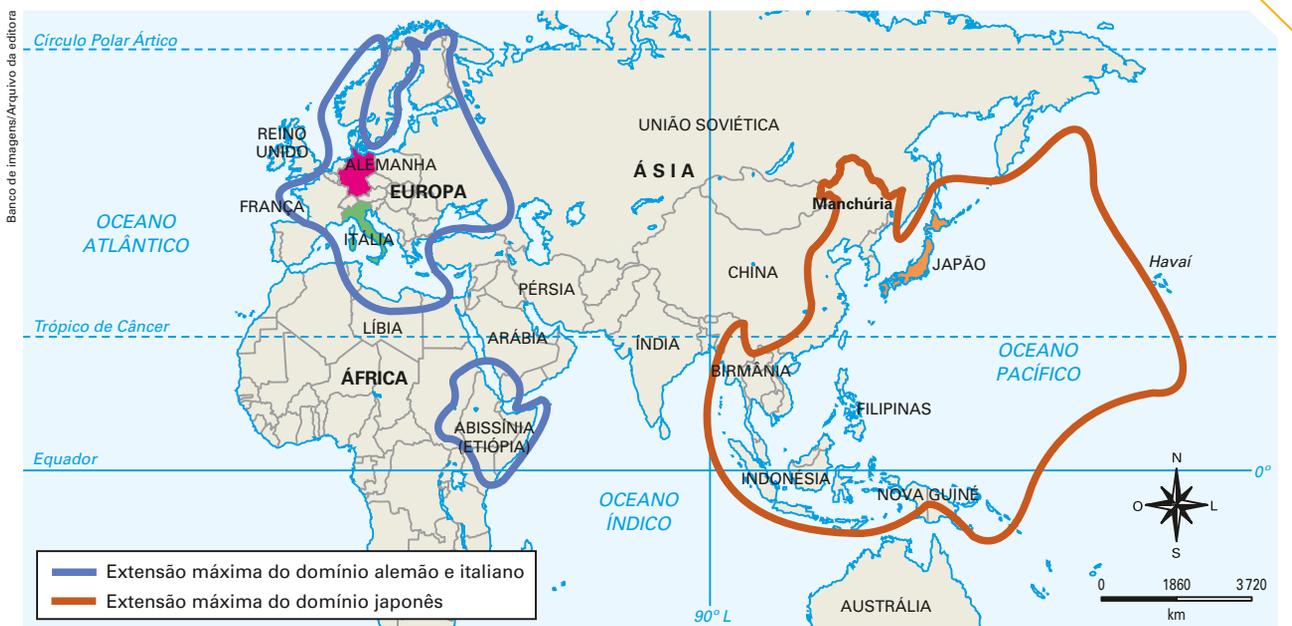
Soldados alemães em ofensiva durante a Batalha de Moscou, em 1941. Na foto, podemos observar um dos tanques da divisão Panzer.

Cartaz com a ilustração de um samurai, guerreiro japonês, destruindo navios aliados.

Em junho de 1941, Hitler desrespeitou o pacto com Stalin e ordenou a invasão da União Soviética (Operação *Barbarossa*). Depois de um ataque-surpresa, os alemães obtiveram rápidas vitórias nas primeiras batalhas travadas em território soviético.

As tropas nazistas alcançaram os subúrbios de Moscou, a capital soviética. Inicialmente, o exército soviético pouco pôde fazer para deter o avanço dos invasores, mas sua força numérica, o vasto território e a resistência das tropas e da população civil reverteram esse cenário. A partir do final de 1941, e principalmente em 1942, os alemães experimentaram duras e decisivas derrotas.

No Pacífico, a tensão entre os governos dos Estados Unidos (que até então mantinham sua neutralidade em relação ao conflito) e do Japão crescia, especialmente após a ocupação japonesa da Indochina. Em 7 de dezembro de 1941, os japoneses atacaram **Pearl Harbor**, base naval norte-americana no Pacífico Sul. No dia seguinte, o Congresso dos Estados Unidos declarou guerra ao Japão, oficializando o confronto no Pacífico.

Os domínios do Eixo (1939-1945)

Adaptado de: FRANCO JR., Hilário; ANDRADE FILHO, Ruy de O. *Atlas história geral*. São Paulo: Scipione, 2000. p. 73.

As potências do Eixo chegaram a dominar grandes extensões territoriais na Europa, na Ásia e na África.

Um dos aspectos mais controversos da participação dos Estados Unidos na guerra foi o tratamento dado à população estadunidense de origem japonesa. Desconfiando de sua lealdade, o governo deteve milhares de pessoas em campos de internamento durante o conflito. A população norte-americana de origem alemã ou italiana não sofreu o mesmo tipo de tratamento durante a Segunda Guerra, sugerindo que a detenção de nipo-americanos teve fundamento racista.

Até o início de 1942, a Alemanha, a Itália e o Japão dominaram a guerra, conquistando regiões da Europa, África e Ásia. A partir de então, iniciou-se a derrocada do Eixo Roma-Berlim-Tóquio, pondo fim à expansão totalitária.

O confronto entre nazistas e soviéticos na Batalha de Stalingrado (atual Volgogrado) durou vários meses e levou ao aniquilamento da ofensiva alemã em fevereiro de 1942. A situação da guerra se inverteu e passou a ser de progressivo avanço soviético contra a Alemanha. Formava-se a **primeira frente aliada**, que marcharia em direção a Berlim.

No norte da África, em 1943, um exército anglo-americano derrotou as tropas do Eixo na Batalha de El Alamein, no Egito. A vitória deu aos aliados o controle do Mediterrâneo e possibilitou o desembarque de tropas na Itália, abrindo uma **segunda frente aliada** de avanço sobre a Alemanha. Em setembro do mesmo ano, a Itália se rendeu depois de o rei italiano destituir Benito Mussolini do poder. No mês seguinte, o novo governo italiano declarou guerra à Alemanha.

Yevgeny Khladei/Corbis Latinstock

Soldado soviético hasteia a bandeira de seu país em edifício de Berlim, em maio de 1945.

A **terceira frente aliada** foi criada a partir do **Dia D**, em 6 de junho de 1944, quando mais de 100 mil soldados ingleses e norte-americanos desembarcaram nas praias da Normandia, no norte da França, na **Operação** Overlord. Pouco depois, Paris foi libertada, enquanto as três frentes convergiram sobre a Alemanha.

A primeira frente aliada foi a primeira a chegar a Berlim, dando o golpe final sobre o Terceiro *Reich*. Em 1º de maio de 1945, a bandeira vermelha da União Soviética foi hasteada no alto do Reichstag, o antigo Parlamento alemão. Hitler e Mussolini morreram poucos dias antes da rendição final (8 de maio), em circunstâncias dramáticas. O *Duce*, justiçado por populares em Milão; o *Führer*, por suicídio, em Berlim.

Corbis/Latinstock

Bettmann/Corbis/Latinstock

O Dia D: forças aliadas desembarcam na Normandia, costa noroeste francesa, abrindo uma terceira frente de avanço contra a Alemanha. Na foto, desembarque de soldados norte-americanos na praia de Omaha, em junho de 1944. No detalhe, soldados nos navios de desembarque da operação.

No Oriente, o conflito persistiu por mais dois meses. Os Estados Unidos avançaram progressivamente, cercando o Japão, e passaram a dominar o conflito no Pacífico. Em 6 de agosto de 1945, os norte-americanos lançaram um novo e poderoso artefato bélico sobre a cidade de Hiroxima: a bomba atômica. Três dias depois, outra bomba atômica foi lançada sobre Nagasáqui. A rendição incondicional do Japão foi obtida em 19 de agosto, que oficializou o final da guerra.

Leia no boxe abaixo uma experiência com a bomba, idealizada pelo físico Robert Oppenheimer (1904-1967) como parte do projeto Manhattan.

A criação da bomba atômica

No final da guerra, o projeto Manhattan era maior do que toda a indústria automobilística dos Estados Unidos. Mas esse foi apenas o trabalho de preparação – o suprimento do material necessário [...]. Surgiam problemas científicos em escala jamais encontrada antes. Para essa tarefa, seria necessário reunir as maiores inteligências científicas do país. [...]

A escuridão da última hora da noite foi subitamente interrompida por um clarão intenso e ofuscante, seguido de uma estranha e silenciosa rajada de calor. Formou-se uma imensa nuvem em formato de cogumelo, subindo gradualmente 12 km em direção à atmosfera. A aterrorizada face esquelética de Oppenheimer estava consciente das palavras do Bhagavad-Gita que lhe vinham à mente:

Transformei-me na Morte,
A destruidora de mundos.

STRATHERN, P. *Oppenheimer e a bomba atômica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 44 e 70.

Corbis/Latinstock

O bombardeiro Enola Gay lançou a bomba às 8 horas e 16 minutos da manhã do dia 6 de agosto de 1945, em Hiroxima, dando início à ameaça atômica sobre a humanidade. Três dias depois, foi a vez de Nagasáqui (foto de agosto de 1945). Centenas de milhares de pessoas foram exterminadas em instantes.

O Brasil na Segunda Guerra Mundial

A Segunda Guerra Mundial envolveu combates em todos os continentes e mares do planeta. Daí a importância estratégica do Brasil, com seu vasto litoral atlântico e com o litoral nordeste projetando-se em direção à África.

Inicialmente, o presidente Getúlio Vargas não definiu a posição do governo brasileiro em relação à guerra. Ora pendia para os Aliados, ora para o Eixo, acompanhando as tendências de seus auxiliares mais próximos no início da guerra. Filinto Müller, chefe de polícia, Lourival Fontes, do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), Francisco Campos, ministro da Justiça, e o general Eurico Gaspar Dutra, chefe do Estado-Maior do Exército, inclinavam-se para o Eixo. Do outro lado, Osvaldo Aranha, ministro do Exterior e ex-embaixador em Washington, defendia o alinhamento com o governo dos Estados Unidos e os Aliados.

Em 11 de junho de 1940, Vargas pronunciou um discurso saudando o sucesso nazista enquanto a Alemanha ocupava e rendia a França. Temerosos, os Estados Unidos intensificaram as tentativas de aproximação com o Brasil. Já em setembro, o governo norte-americano autorizou um empréstimo de 20 milhões de dólares ao governo brasileiro, com o objetivo de iniciar a construção da usina siderúrgica de Volta Redonda. A decisão forçou uma definição de Vargas, que acabou favorável aos Aliados.

Ainda que os Estados Unidos tivessem permanecido em posição de neutralidade até dezembro de 1941, sua participação no conflito mundial era considerada inevitável. Portanto, um dos objetivos da diplomacia norte-americana, nos anos que precederam a entrada oficial do país na guerra, foi garantir o apoio de todo o bloco americano aos Aliados. No caso do Brasil, esse apoio foi conseguido também com o empréstimo para a siderúrgica.

Soldado brasileiro da FEB confraterniza com crianças italianas. A menina tem uma bandeira dos Estados Unidos nas mãos; o menino imita os adultos. Foto de 1944.

Em janeiro de 1942, o Brasil rompeu relações diplomáticas com os países do Eixo, e em agosto declarou guerra, após o afundamento de diversos de seus navios por submarinos alemães. Imediatamente após a declaração de guerra, iniciou-se a preparação de um contingente militar para ser enviado à frente de batalha na Europa. A **Força Expedicionária Brasileira (FEB)** foi organizada, com o recrutamento de aproximadamente 25 mil homens. Entre julho de 1944 e o final da guerra, a FEB e a FAB (Força Aérea Brasileira) participaram da campanha da Itália, integrando o Quinto Exército norte-americano.

Apesar de as lutas dos brasileiros terem sido travadas contra tropas alemãs de segunda linha, mal equipadas e desabastecidas, tratava-se de uma tropa latino-americana que combatia num conflito muito intenso, em território europeu. Considerando essas condições, seu desempenho foi bastante satisfatório.

4 Balanço da guerra

A Segunda Guerra Mundial deixou um saldo devastador: um custo material superior a 1 bilhão e 300 milhões de dólares (em dólares de 1945, mais valorizados do que os de hoje), mais de 30 milhões de feridos e mais de 50 milhões de mortos. Cerca de 6 milhões de judeus morreram em campos de concentração nazistas, como os de Auschwitz, Treblinka e Sobibor, onde ocorria o assassinato em massa de prisioneiros, incluindo o uso de câmaras de gás e fornos crematórios.

O grau de destruição material do conflito foi inédito. Grandes cidades da Alemanha e do Japão foram devastadas por ataques aéreos arrasadores. Centenas de milhares de civis morreram nesses bombardeios. Foi a primeira vez que a população civil foi colocada em larga escala na linha de frente da guerra. O ponto culminante de tais práticas foi o ataque nuclear ao Japão.

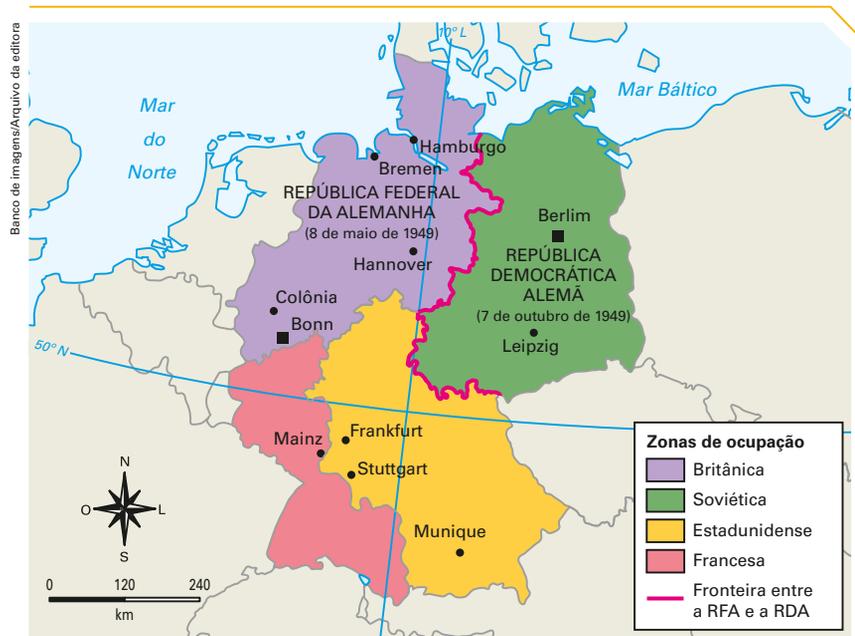
Antes do término do conflito, as grandes potências firmaram acordos sobre seu encerramento. O primeiro deles ocorreu na **Conferência de Teerã**, no Irã, em novembro de 1943, em que participaram Josef Stalin, da União Soviética, Winston Churchill, da Inglaterra, e Franklin Roosevelt, dos Estados Unidos. Decidiu-se que as forças anglo-americanas interviriam na França, completando o cerco à Alemanha, juntamente com as forças orientais soviéticas.

Essa decisão se concretizou no desembarque dos Aliados na Normandia. Deliberou-se também sobre a divisão da Alemanha e sobre as fronteiras da Polônia. Os governantes dos Estados Unidos e da Inglaterra reconheceram ainda a fronteira soviética no Ocidente, com a anexação da Estônia, da Letônia, da Lituânia e do leste da Polônia.

Em fevereiro de 1945, realizou-se a **Conferência de Yalta**, na Crimeia (União Soviética). Novamente reunidos, Roosevelt, Churchill e Stalin discutiram a criação da **Organização das Nações Unidas** (**ONU**). Definiram também a partilha mundial: o poder da União Soviética seria predominante na Europa oriental, incorporando territórios alemães a leste. Estabeleceu-se ainda a divisão da Coreia, país que o governo japonês pretendia conquistar, em áreas de influência soviética e norte-americana.

Em agosto, realizou-se nos subúrbios de Berlim a **Conferência de Potsdam**. Com a rendição alemã, Stalin, Harry Truman (sucessor de Roosevelt) e Clement Attlee (sucessor de Churchill) criaram o Tribunal de Nuremberg para julgar os crimes de guerra, e estabeleceram a desmilitarização da Alemanha.

A principal medida, contudo, foi a divisão da Alemanha em quatro **zonas de ocupação**: inglesa, francesa, norte-americana e soviética. A cidade de Berlim, na zona soviética, também foi dividida em quatro partes. Em 1949, o conjunto das zonas inglesa, francesa e norte-americana deu origem à Alemanha Ocidental (República Federal da Alemanha), capitalista. Nesse mesmo ano, a zona soviética originou a Alemanha Oriental (República Democrática Alemã), socialista.

A divisão da Alemanha em quatro zonas de ocupação (1945-1949)

DUBY, Georges. *Grand atlas historique*. Paris: Larousse, 2004.

Da esquerda para a direita, sentados, Churchill, Roosevelt e Stalin reunidos em Yalta, em 1945.

Civis alemães entre os escombros da Segunda Guerra Mundial. Foto de março de 1945.

5 A Europa no pós-guerra

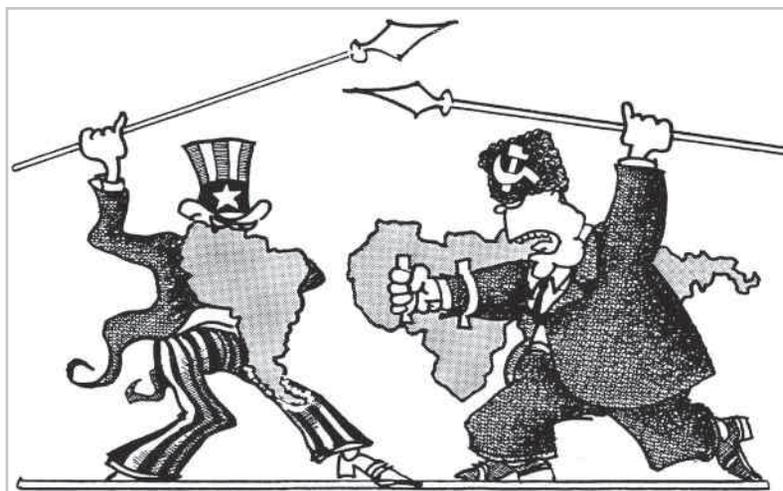
Depois de 1945, as grandes potências não só conservaram seus exércitos como desenvolveram ainda mais a indústria bélica. Com o término da Segunda Guerra Mundial, a Europa deixou de ser o eixo do poder mundial e Washington e Moscou tornaram-se os novos centros, reativando o confronto entre capitalismo e socialismo.

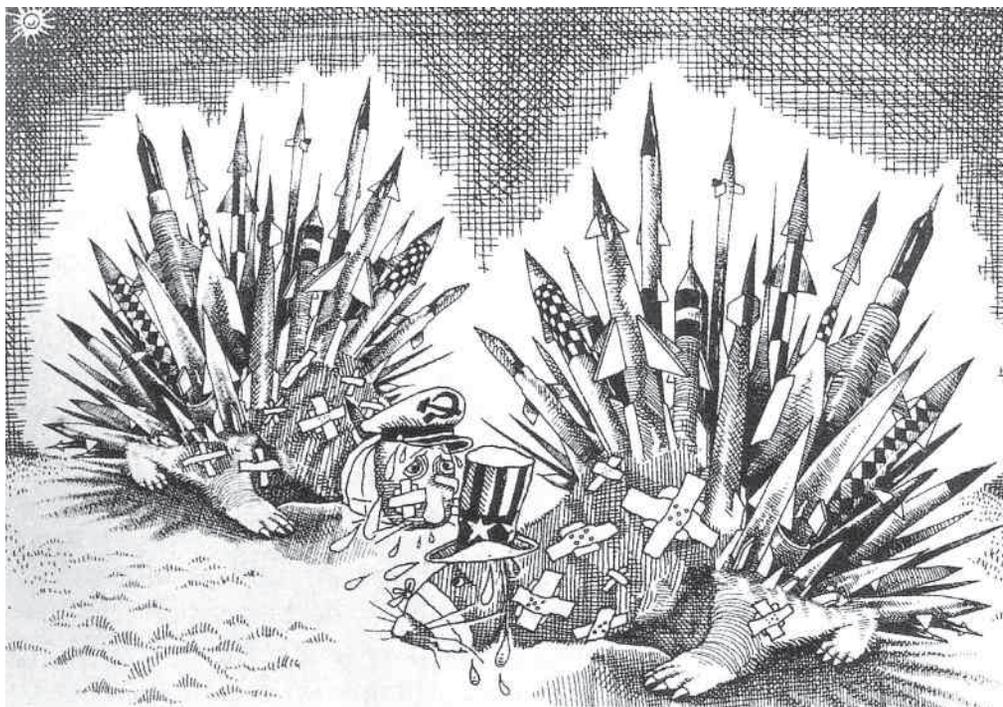
Nas décadas seguintes, o planeta seria marcado pela **Guerra Fria**, um período de insegurança dominado pela polarização entre os países capitalistas, liderados pelos Estados Unidos, e os países socialistas, capitaneados pela União Soviética.

Na qualidade de superpotência, os Estados Unidos despontaram como uma nação superior a qualquer outra em recursos materiais, financeiros e tecnológicos, detentora da bomba atômica e do domínio nuclear. O país tinha ainda a vantagem de não ter sofrido a devastação da guerra em seu território.

Para a União Soviética, a outra superpotência, era importante igualar-se aos norte-americanos na área de armamentos bélicos para que sua versão do socialismo, acentuadamente autoritária, perdurasse. Tendo saído da guerra com um saldo catastrófico, o país tinha como metas prioritárias a reconstrução nacional e a corrida nuclear. Em 1949, alcançava parte de seus objetivos ao lançar sua primeira bomba atômica.

A prosperidade das duas décadas posteriores à guerra promoveu grandes avanços sociais, com a incorporação de projetos social-democratas reformistas por vários países capitalistas industrializados. Essas reformas criaram na Europa ocidental os **Estados de Bem-Estar Social**, uma nova configuração social que combinava o capitalismo com extensas redes de proteção aos trabalhadores e estabelecia uma distribuição de renda mais justa e equitativa. Do outro lado, os governos que se alinharam ao bloco comunista tiveram que se sujeitar à interferência direta do governo soviético em diversas ocasiões.

© Jean Plantu/Acervo do cartunista

O enfrentamento Leste-Oeste numa charge de Jean Plantu.

Reprodução/Jornal *The Asahi Shimbun*, Tóquio, Japão.

Charge de Lurie representando a corrida bélica entre as duas potências hegemônicas do período da Guerra Fria.

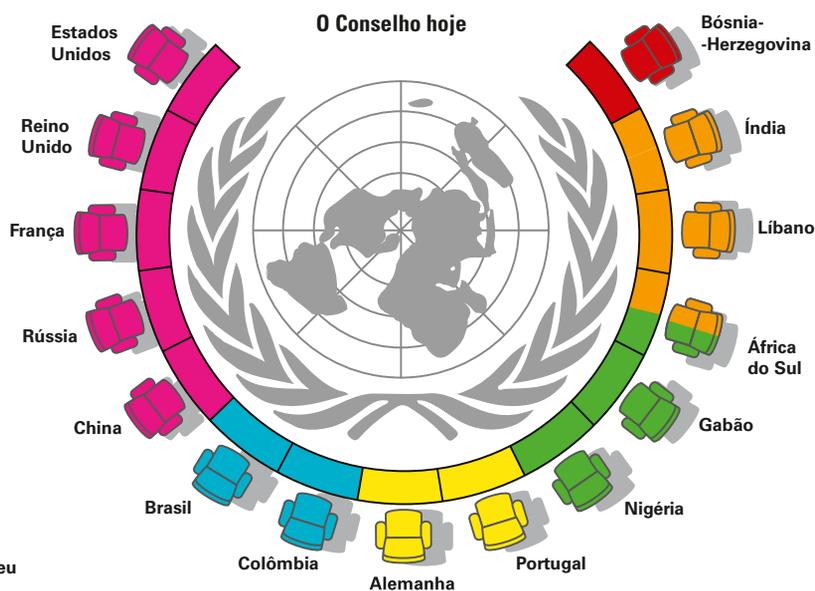
INFOGRÁFICO
A fundação da ONU

A Organização das Nações Unidas (ONU) passou a existir oficialmente em 24 de outubro de 1945. Seus objetivos principais são manter a paz e a segurança internacionais, promover a cooperação entre os povos na busca de soluções para problemas econômicos, sociais, culturais e humanitários e assegurar o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais. Destinada a substituir a fraca e ineficiente Liga das Nações, a ONU obteve relativo sucesso, especialmente na área de justiça, embora não tenha conseguido solucionar satisfatoriamente os grandes conflitos internacionais nas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial.

Assembleia Geral

A **Assembleia Geral** é composta de todos os países-membros (193, atualmente). Sua função é discutir os assuntos relacionados com a paz, a segurança, o bem-estar e a justiça no mundo. Não pode tomar decisões, tendo apenas função consultiva.

Secretariado

Tem por função administrar a organização. É dirigido pelo secretário-geral, indicado pelo Conselho de Segurança e votado pela Assembleia Geral.

Fonte: Revista *Nova Escola*. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/fundamental-2/serve-conselho-seguranca-onu-639933.shtml>. Acesso em: 25 nov. 2015.

Reunião do Conselho de Segurança da ONU. Foto de 2015.

Hulton-Deutsch Collection/ Corbis/Latinstock

Conselho de Segurança

O **Conselho de Segurança**, seu órgão mais importante, tem cinco membros permanentes – os países Aliados na Segunda Guerra Mundial –, com direito de veto: Estados Unidos, Rússia (antes de 1991 era a União Soviética), Reino Unido, França e China (inicialmente a China Nacionalista, Formosa, e, a partir de 1971, a China continental, comunista). Outros dez membros são eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de dois anos. A escolha desses dez membros temporários segue um critério de divisão regional equitativa, como mostra o esquema na página ao lado.

O direito de veto das grandes potências limitou o caráter da ONU, retirando a credibilidade que deveria ter como uma organização que representa todos os países do mundo.

Rouelle Umali/Xinhua Press/Corbis/Latinstock

Soldados da Força de Segurança da ONU nas Filipinas, em 2013.

Na segunda metade do século XX, teve início uma ampla discussão sobre a reformulação do Conselho de Segurança, com a possível inclusão de novos membros.

A ação das forças de manutenção da paz, tropas multinacionais que atuam em zonas de conflito armado, depende da aprovação do Conselho de Segurança. Os integrantes das forças de manutenção de paz são conhecidos como **capacetes azuis**.

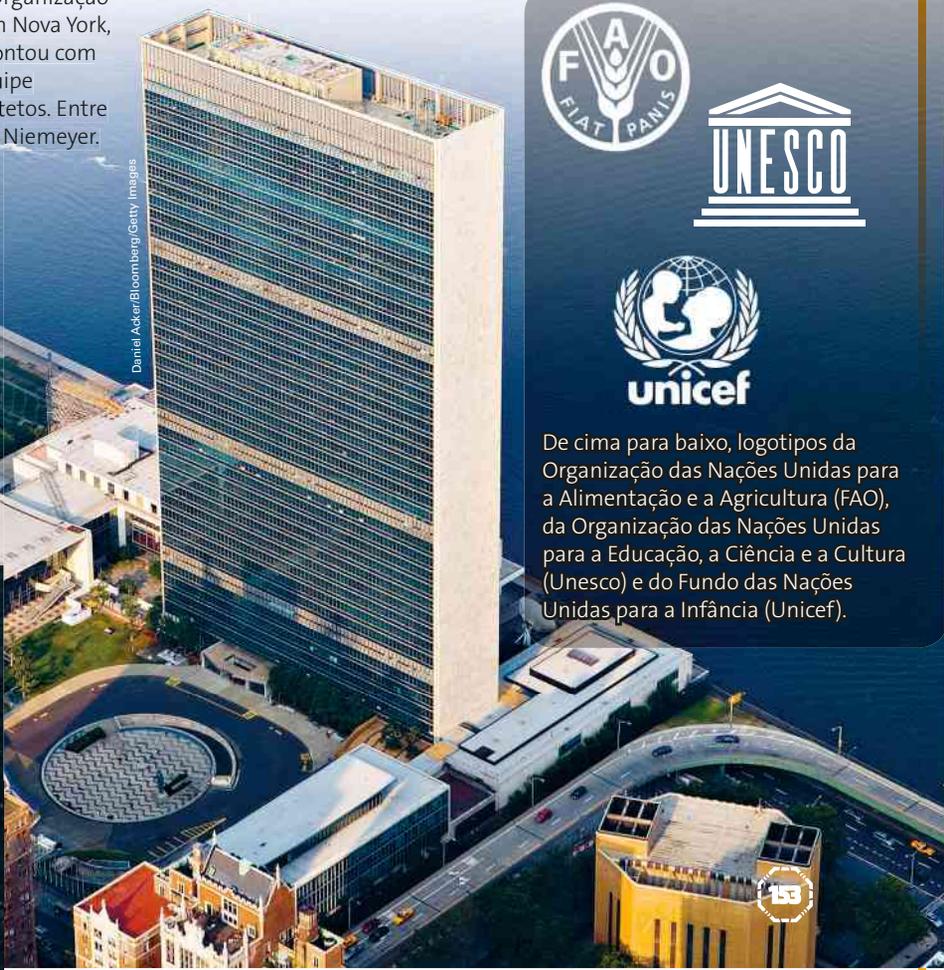
Conselho Econômico e Social

A ONU também tem um Conselho Econômico e Social ao qual estão ligadas diversas agências especializadas, como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), etc.

O projeto da sede da Organização das Nações Unidas, em Nova York, nos Estados Unidos, contou com o trabalho de uma equipe internacional de arquitetos. Entre eles, o brasileiro Oscar Niemeyer. Foto de 2010.

Daniel Acker/Bloomberg/Getty Images

Thimothy A. Clary/Agência France-Presse

O secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, discursa na sede da instituição, em Nova York, nos Estados Unidos, em 2012.

De cima para baixo, logotipos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Um caso distinto ocorreu na Iugoslávia. Sob o comando de Josip Broz Tito (1892-1980), líder guerrilheiro da resistência à ocupação alemã, o governo iugoslavo pretendia formar uma Federação dos Bálcãs, composta de Albânia, Bulgária, Grécia, Hungria, Iugoslávia e Romênia, com Estados livres e baseados no desenvolvimento regional autônomo. Esse projeto contestava a hegemonia soviética. Stalin opôs-se a ele e, em 1948, o Kremlin – sede do governo soviético – condenou o regime de Tito, rompendo com a Iugoslávia em 1950. A partir de então, a Iugoslávia assumiu uma posição neutra no conflito Leste-Oeste, aproximando-se dos países não alinhados do Terceiro Mundo.

De origem croata, Tito firmou o centralismo estatal sob o controle de um partido único e conseguiu harmonizar a convivência das diversas etnias do país, estabelecendo, em 1970, a presidência rotativa entre as seis repúblicas iugoslavas: Eslovênia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Sérvia, Montenegro e Macedônia.

Com sua morte, em 1980, emergiram várias manifestações de descontentamento, que se ampliaram com as transformações que ocorriam no Leste Europeu, na crise do **socialismo real**. No início da década de 1990, os desentendimentos entre os grupos étnicos acentuaram-se e desembocaram em sangrenta guerra civil, opondo as repúblicas antes formadoras da Iugoslávia.

socialismo real: refere-se aos países comandados pelos partidos comunistas no pós-guerra. A palavra "real" foi introduzida na expressão para indicar as profundas diferenças entre o socialismo definido por Marx e Engels e o totalitarismo burocrático imposto pelo stalinismo à União Soviética e ao restante do bloco comunista.

Pulfer/Interfoto/Latinstock

Propaganda do Plano Marshall na Alemanha. No pôster, de 1949, lê-se: "Abram caminho para o Plano Marshall".

Na região alemã ocupada por França, Inglaterra e Estados Unidos (Alemanha Ocidental a partir de 1949), a recuperação econômica contou com a ajuda do **Plano Marshall**, anunciado em 5 de junho de 1947 pelo secretário de Estado norte-americano George Marshall (1880-1959) e destinado a reconstruir a devastada Europa ocidental por meio de grandes investimentos.

No Extremo Oriente, o Japão foi ocupado pelos norte-americanos (1945-1952). Os *zaibatsu* – fortes grupos econômicos – foram dissolvidos e, com eles, a grande propriedade e as indústrias bélicas, como parte do plano de desmilitarização. Além disso, em 1947 uma Constituição parlamentar foi imposta ao Japão, que limitava os poderes do imperador Hiroíto.

A Europa aderiu à nova bipolarização mundial. Países da Europa ocidental, como Inglaterra, França e Itália, se alinharam com os Estados Unidos. Já nos países da Europa oriental, houve a instalação e o fortalecimento de regimes comunistas.

Por causa do avanço socialista no Extremo Oriente a partir da década de 1950, com o triunfo da Revolução Chinesa de 1949, a política de ocupação do Japão foi alterada, visando à reabilitação do país, que passou a ser aliado dos Estados Unidos. Entre 1955 e 1956, a produção industrial japonesa dobrou em relação à situação anterior à guerra. Seu desenvolvimento econômico quase ininterrupto consolidou a economia japonesa como uma das mais fortes do mundo no final do século XX.

Bettmann/Corbis/Latinstock

O marechal Tito discursa para a população da cidade de Skopje, na então Iugoslávia, atual Macedônia, em outubro de 1953.

Atividades

Retome

1. Explique o significado da política de apaziguamento e comente seu papel na manutenção da paz mundial, bem como o da Liga das Nações, na década de 1930.

2. Explique em que consistia a expansão territorial da Alemanha nazista, no período imediatamente anterior à Segunda Guerra Mundial, e qual é a relação entre esse processo e o conflito mundial iniciado em setembro de 1939.

3. Para entender o desenvolvimento da Segunda Guerra Mundial, em especial a partir de 1942, é comum estudarmos as características das frentes aliadas.
   a) Até 1942, que nações estavam dominando o conflito?
   b) Identifique as três frentes aliadas, formadas a partir de 1942, explicando, de forma sintética, o papel de cada uma no conflito.

4. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a vitória dos Aliados, realizaram-se algumas conferências, como a de Yalta e a de Potsdam. Comente as principais medidas estabelecidas nessas conferências.

Pratique

5. O depoimento a seguir foi escrito pelo jovem Edward Niesobski, aos 16 anos, em 1939. Edward registrou em seu diário alguns acontecimentos do início da Segunda Guerra Mundial. Leia o texto e faça as atividades propostas.

> 19 de setembro de 1939
>
> Fui para a escola de bonde vestindo um uniforme limpo (tive de voltar a pé e amanhã terei de ir a pé, sem dinheiro para o bonde). São 15 moças e 18 rapazes, de ambos os ginásios. Tivemos três aulas, o mesmo que ontem. Revisão, basicamente. [...]
>
> Às cinco da tarde, ouvi Hitler no rádio. Ele falava de "*die befreite Stadt Danzig*" [em alemão, "a cidade liberada de Danzig"] depois de uma ovação da multidão. O discurso mostrou que ele não merece sua fama de grande estadista. Ele se agitava, gritava, insultava, implorava, adulava, mas sobretudo mentia e mentia. Mentiu que a Polônia tinha começado a guerra, mentiu sobre a perseguição aos alemães na Polônia ("*Barbaren!*"). Mentiu sobre suas lindas intenções pacíficas, etc. Começou então uma enfiada de insultos contra as autoridades polonesas [...]. Falou da injustiça do Tratado de Versalhes [...]. No fim, falou de suas boas relações com a Rússia (?...) e da impossibilidade de um conflito germano-russo. [...]
>
> [...]
>
> 22 de setembro de 1939
>
> A cidade não mostra indícios de que haja uma guerra; é a volta à normalidade. As escolas estão abertas novamente desde 11 de setembro. Há muitos cartazes alemães nos muros e bandeiras de Hitler por toda parte. Sinto-me um estranho em meu próprio país. Não há muita comida [...] e as pessoas passam horas na fila da batata. [...]
>
> WALLIS, Sarah; PALMER, Svetlana (Org.). *Éramos jovens na guerra*: cartas e diários de adolescentes que viveram a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. p. 26-27.

   a) O jovem Edward vivia com sua família no interior da Polônia. Com base nas datas do diário, explique o que ocorria na Polônia naquele período.
   b) Que meio de comunicação era utilizado pelas pessoas que queriam obter notícias sobre a guerra?
   c) O que significa dizer que Hitler falava, em seu discurso, sobre a "injustiça do Tratado de Versalhes"? Se necessário, retome outros capítulos deste volume para responder.
   d) Por que Hitler disse, no discurso ouvido pelo jovem Edward, que a Alemanha nazista tinha "boas relações com a Rússia" de então? Essas "boas relações" tiveram continuidade? Por quê?
   e) Ainda de acordo com as datas do diário, Edward estava certo ao dizer que sua cidade, na Polônia, estaria vivendo uma "volta à normalidade"? Por quê?

6. Leia, a seguir, parte de uma entrevista que uma revista de jornalismo científico realizou com Shozo Motoyama, historiador especializado em História da Ciência.

> **ComCiência** — O senhor acha que é possível afirmar que existe um impulsionamento cíclico entre guerra e ciência?
>
> **Motoyama** — Não há dúvida de que, se observarmos a história, existe uma interfecundação entre a ciência e a guerra. [...]
>
> As guerras testam e aplicam, de uma maneira muito urgente e emocional, necessidades que são atendidas pela aplicação da ciência e, com isso, é possível haver um aperfeiçoamento posterior que

permita que a ciência e a tecnologia se desenvolvam ainda mais. A [Segunda Guerra Mundial] demonstrou que o computador era possível [...].

O mesmo pode-se dizer com relação à bomba atômica. Em 1920, mesmo os grandes cientistas não acreditavam na possibilidade da aplicação da energia nuclear para objetivos práticos. [...] Vinte anos depois já existia uma aplicação para algo lamentável, a bomba atômica. Isso fez com que houvesse uma corrida para a utilização da energia nuclear para fins pacíficos [...]. Todo esse desenvolvimento na parte tecnológica e na aplicação da ciência poderia ser obtido sem essa mediação da guerra. O que acontece na guerra é que o financiamento se torna farto [...].

Para Shozo Motoyama, sociedade deve discutir o desenvolvimento de armas. *ComCiência*, 10 jun. 2002. Disponível em: <www.comciencia.br/entrevistas/guerra/motoyama.htm>. Acesso em: 15 abr. 2016.

a) Segundo o trecho, qual é a opinião do historiador sobre a relação entre guerra e ciência? Explique.
b) Depois de tratar da tragédia da bomba atômica, o historiador considera que esforços em pesquisas descobriram usos pacíficos para a energia nuclear. Dê um exemplo desse uso e explique-o.
c) Para o historiador, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia poderia ser feito sem a guerra?

Analise uma fonte primária

7. Observe a charge a seguir e faça as atividades propostas.

Revista *Careta*/Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Charge de J. Carlos publicada na revista *Careta,* de 23 de dezembro de 1944. O expedicionário encontra um soldado alemão, condecorado com a Cruz de Ferro (uma condecoração militar comum à época no exército da Alemanha).

a) Levando em conta o título da charge ("Nas montanhas italianas"), explique o contexto da Segunda Guerra Mundial que está sendo representado. Ao elaborar sua resposta, explique quem eram os expedicionários.
b) Qual é o humor contido na charge? Explique.

Articule passado e presente

8. Reúna-se com um colega e leiam o trecho de reportagem a seguir.

Cerca de 300 sobreviventes de Auschwitz regressam nesta terça-feira [27 de janeiro de 2015] ao lugar onde viveram um dos piores horrores da história humana, para advertir contra a repetição de um crime semelhante, 70 anos depois da libertação do campo nazista pelo exército soviético, em 27 de janeiro de 1945. [...]

Trata-se do maior e mais mortífero campo de extermínio e de concentração nazista e o único preservado tal como foi abandonado pelos alemães que fugiram do Exército Vermelho. Outros campos de concentração nazistas na Polônia, como Sobibor, Treblinka ou Belzec, foram destruídos completamente pelos alemães para eliminar as provas.

Após 70 anos, últimos sobreviventes não esquecem horrores de Auschwitz. *G1*, 27 jan. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/01/apos-70-anos-ultimos-sobreviventes-nao-esquecem-horrores-de-auschwitz.html>. Acesso em: 14 abr. 2016.

Agora, façam o que se pede:

a) Retomem o Capítulo 5, "A crise de 1929 e o nazifascismo", deste volume e expliquem a origem dos campos de concentração na Alemanha nazista.
b) Com base no trecho da reportagem, o campo de concentração de Auschwitz acabou sendo preservado. O que as autoridades nazistas fizeram com os outros campos de concentração, após 1945? Por quê?
c) Ainda em dupla, escrevam um texto sobre a importância dos testemunhos dos sobreviventes de Auschwitz para as sociedades atuais. Complementem o texto com as impressões e o significado da instalação observada na imagem de abertura deste capítulo (p. 142).

Enem e vestibulares

Enem

1. A primeira metade do século XX foi marcada por conflitos e processos que a inscreveram como um dos mais violentos períodos da história humana.

Entre os principais fatores que estiveram na origem dos conflitos ocorridos durante a primeira metade do século XX estão:

a) a crise do colonialismo, a ascensão do nacionalismo e do totalitarismo.
b) o enfraquecimento do Império Britânico, a Grande Depressão e a corrida nuclear.
c) o declínio britânico, o fracasso da Liga das Nações e a Revolução Cubana.
d) a corrida armamentista, o terceiro-mundismo e o expansionismo soviético.
e) a Revolução Bolchevique, o imperialismo e a unificação da Alemanha.

2. A depressão econômica gerada pela Crise de 1929 teve no presidente americano Franklin Roosevelt (1933-1945) um de seus vencedores. New Deal foi o nome dado à série de projetos federais implantados nos Estados Unidos para recuperar o país, a partir da intensificação da prática da intervenção e do planejamento estatal da economia. Juntamente com outros programas de ajuda social, o New Deal ajudou a minimizar os efeitos da depressão a partir de 1933. Esses projetos federais geraram milhões de empregos para os necessitados, embora parte da força de trabalho norte-americana continuasse desempregada em 1940. A entrada do país na Segunda Guerra Mundial, no entanto, provocou a queda das taxas de desemprego, e fez crescer radicalmente a produção industrial. No final da guerra, o desemprego tinha sido drasticamente reduzido.

EDSFORD, R. *America's Response to the Great Depression*. Blackwell Publishers, 2000 (tradução adaptada).

Considerando o texto, conclui-se que

a) o fundamento da política de recuperação do país foi a ingerência do Estado, em ampla escala, na economia.
b) a crise de 1929 foi solucionada por Roosevelt, que criou medidas econômicas para diminuir a produção e o consumo.
c) os programas de ajuda social implantados na administração de Roosevelt foram ineficazes no combate à crise econômica.
d) o desenvolvimento da indústria bélica incentivou o intervencionismo de Roosevelt e gerou uma corrida armamentista.
e) a intervenção de Roosevelt coincidiu com o início da Segunda Guerra Mundial e foi bem-sucedida, apoiando-se em suas necessidades.

3. Os regimes totalitários da primeira metade do século XX apoiaram-se fortemente na mobilização da juventude em torno da defesa de ideias grandiosas para o futuro da nação. Nesses projetos, os jovens deveriam entender que só havia uma pessoa digna de ser amada e obedecida, que era o líder. Tais movimentos sociais juvenis contribuíram para a implantação e a sustentação do nazismo, na Alemanha, e do fascismo, na Itália, Espanha e Portugal.

A atuação desses movimentos juvenis caracterizava-se:

a) pelo sectarismo e pela forma violenta e radical com que enfrentavam os opositores ao regime.
b) pelas propostas de conscientização da população acerca dos seus direitos como cidadãos.
c) pela promoção de um modo de vida saudável, que mostrava os jovens como exemplos a seguir.
d) pelo diálogo, ao organizar debates que opunham jovens idealistas e velhas lideranças conservadoras.
e) pelos métodos políticos populistas e pela organização de comícios multitudinários.

4. O autor da constituição de 1937, Francisco Campos, afirma no seu livro *O Estado nacional* que o eleitor seria apático; a democracia de partidos conduziria à desordem; a independência do Poder Judiciário acabaria em injustiça e ineficiência; e que apenas o Poder Executivo, centralizado em Getúlio Vargas, seria capaz de dar racionalidade imparcial ao Estado, pois Vargas teria providencial intuição do bem e da verdade, além de ser um gênio político.

CAMPOS. F. O *Estado nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940 (adaptado).

Segundo as ideias de Francisco Campos,

a) os eleitores, políticos e juízes seriam mal-intencionados.
b) o governo Vargas seria um mal necessário, mas transitório.
c) Vargas seria o homem adequado para implantar a democracia de partidos.
d) a Constituição de 1937 seria a preparação para uma futura democracia liberal.
e) Vargas seria o homem capaz de exercer o poder de modo inteligente e correto.

5. De março de 1931 a fevereiro de 1940, foram decretadas mais de 150 leis novas de proteção social e de regulamentação do trabalho em todos os seus setores. Todas elas têm sido simplesmente uma dádiva do governo. Desde aí, o trabalhador brasileiro encontra nos quadros gerais do regime o seu verdadeiro lugar.

DANTAS, M. *A força nacionalizadora do Estado Novo*. Rio de Janeiro: DIP, 1942. Apud BERCITO, S. R. *Nos tempos de Getúlio*: da revolução de 30 ao fim do Estado Novo. São Paulo: Atual, 1990.

A adoção de novas políticas públicas e as mudanças jurídico-institucionais ocorridas no Brasil, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, evidenciam o papel histórico de certas lideranças e a importância das lutas sociais na conquista da cidadania. Desse processo resultou a

a) criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que garantiu ao operariado autonomia para o exercício de atividades sindicais.
b) legislação previdenciária, que proibiu migrantes de ocuparem cargos de direção nos sindicatos.
c) criação da Justiça do Trabalho, para coibir ideologias consideradas perturbadoras da “harmonia social”.
d) legislação trabalhista que atendeu reivindicações dos operários, garantindo-lhes vários direitos e formas de proteção.
e) decretação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que impediu o controle estatal sobre as atividades políticas da classe operária.

Vestibulares

6. (UEL-PR) A Grande Guerra de 1914 foi uma consequência da remobilização contemporânea dos *anciens regimes* [antigos regimes] da Europa. Embora perdendo terreno para as forças do capitalismo industrial, as forças da antiga ordem ainda estavam suficientemente dispostas e poderosas para resistir e retardar o curso da história, se necessário recorrendo à violência. A Grande Guerra foi antes a expressão da decadência e queda da antiga ordem, lutando para prolongar sua vida, que do explosivo crescimento do capitalismo industrial, resolvido a impor a sua primazia. Por toda a Europa, a partir de 1917, as pressões de uma guerra prolongada afinal abalaram e romperam os alicerces da velha ordem entricheirada, que havia sido sua incubadora. Mesmo assim, à exceção da Rússia, onde se desmoronou o antigo regime mais obstinado e tradicional, após 1918-1919 as forças da permanência se recobraram o suficiente para agravar a crise geral da Europa, promover o fascismo e contribuir para a retomada da guerra total em 1939.

MAYER, A. *A força da tradição:* a persistência do Antigo Regime. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 13-14.

De acordo com o texto, é correto afirmar que a Primeira Guerra Mundial:

a) Teria sido resultado dos conflitos entre as forças da antiga ordem feudal e as da nova ordem socialista, especialmente depois do triunfo da Revolução Russa.
b) Resultou do confronto entre as forças da permanência e as forças de mudança, isto é, do escravismo decadente e do capitalismo em ascensão.
c) Foi consequência do triunfo da indústria sobre a manufatura, o que provocou uma concorrência em nível mundial, levando ao choque das potências capitalistas imperialistas.
d) Foi produto de um momento histórico específico em que as mudanças se processavam mais lentamente do que fazem crer os historiadores que tratam a guerra como resultado do imperialismo.
e) Engendrou o nazifascismo, pois a burguesia europeia, tendo apoiado os comunistas russos, criaram o terreno propício ao surgimento e à expansão dos regimes totalitários do final do século.

7. (Ufpel-RS) Manifesto de Luís Carlos Prestes (maio/1930):

[...] Mais uma vez os verdadeiros interesses populares foram sacrificados vilmente, mistificado todo o povo, por uma campanha aparentemente democrática, mas que, no fundo, não era mais do que a luta entre os interesses contrários de duas correntes oligárquicas, apoiadas e estimuladas pelos dois grandes imperialismos que nos escravizam e aos quais os politiqueiros brasileiros entregam, de pés e mãos atados, toda a Nação. Fazendo tais afirmações, não posso, no entanto, deixar de reconhecer entre os elementos da Aliança Liberal grande número de revolucionários sinceros, com os quais creio poder continuar a contar na luta franca e decidida que ora proponho contra todos os opressores. [...] Contra as duas vigas mestres que sustentam economicamente os atuais oligarcas, precisam, pois, ser dirigidos os nossos golpes – a grande propriedade territorial e o imperialismo anglo-americano. Essas, as duas causas fundamentais da opressão política em que vivemos e das crises econômicas em que nos debatemos. [...] O governo dos coronéis, chefes políticos, donos da terra, só pode ser o que aí temos: opressão política e exploração não positiva.

TÁVORA, Juarez. *Memórias*: uma vida e muitas lutas. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1973.

De acordo com o texto e com seus conhecimentos, é correto afirmar que o Manifesto se posiciona:

a) a favor de uma república comunista, nos moldes da soviética, e, para tanto, apoia a Aliança Liberal, que ganhou as eleições de 1930.
b) contra a Aliança Liberal, por ela manter os privilégios oligárquicos associados ao imperialismo anglo-americano, defendendo a ideia de uma revolução popular no Brasil.
c) contrário à Aliança Liberal, mantenedora da estrutura oligárquica de poder, ao defender, entre outros pontos, o "voto de cabresto" e o livre comércio externo.
d) de forma neutra, uma vez que havia, na formação da Aliança Liberal, os Partidos Republicanos Paulista, Rio-grandense e Mineiro, representantes da política do "café com leite".
e) em prol da Aliança Liberal como meio para os trabalhadores urbanos e rurais chegarem ao poder, seguindo o modelo do comunismo pregado por Mao-Tsé-Tung, quando da realização da "Longa Marcha".

8. (UFRN) No dia 10 de fevereiro de 1944, uma crônica publicada no jornal *O Diário* retratou aspectos do cotidiano da cidade de Natal, nos seguintes termos:

> Meio displicente o cronista entrou no café. [...] tipos de uma outra raça, a que a uniformidade das fardas cáquis emprestava um tom militar, enchiam as mesas. [...] A algaravia que se falava era estranha. [...] Sobre a fala de alguns quepes, o brasão de Suas Majestades Britânicas, ou as iniciais simbólicas da RAF canadense. A maioria, porém, era de gente da América [...]. O cronista olhou para os lados, curioso. Brasileiro, ele apenas. Sim, também as pequenas garçonnettes [...]. No entanto, aquele era um simples e muito nortista "café" da rua Dr. Barata, por mais que a paisagem humana se mesclasse de exemplares de terras diferentes...

Adap.: PEDREIRA, Flávia de Sá. *Chiclete eu misturo com banana:* carnaval e cotidiano de guerra em Natal. Natal: EDUFRN, 2005. p. 217.

Considerando-se o fragmento textual acima e as informações históricas sobre o período a que ele se refere, é correto afirmar:

a) Pela proximidade com a África e por ter sediado importantes bases militares dos Estados Unidos, Natal foi alvo de esporádicos ataques das tropas da Alemanha.
b) Os natalenses passaram a rejeitar, paulatinamente, os hábitos dos estrangeiros, como os estilos musicais norte-americanos, o uso de roupas informais e de palavras da língua inglesa.
c) O início da guerra e a ameaça de bombardeios aéreos mudaram o clima de festa em que Natal vivia e acirraram, ainda mais, as rivalidades entre brasileiros e norte-americanos.
d) A presença de um grande contingente de militares de outros países e a circulação de moeda estrangeira agitaram, de forma significativa, a vida da outrora pacata Natal.

9. (UFC-CE) Morte à gordura!

> morte às adiposidades cerebrais!
> Morte ao burguês-mensal!
> ao burguês-cinema! ao burguês-tílburi!
> Padaria Suissa! Morte viva ao Adriano!
> "— Ai, filha, que te darei pelos teus anos?
> — Um colar... — Conto e quinhentos!!!"
> [...] Fora! Fu! Fora o bom burguês!...

O trecho acima, transcrito do poema *Pauliceia Desvairada*, de Mário de Andrade, foi recitado na Semana de Arte Moderna, realizada de 11 a 18 de fevereiro de 1922, no Teatro Municipal de São Paulo. Sobre esse movimento, é correto afirmar que:

a) teve como princípio uma arte baseada na estética romântica e realista.
b) tentou traduzir a cultura e os problemas nacionais através da arte.
c) gerou uma valorização da arte europeia em detrimento da arte brasileira.
d) foi uma tentativa de renovar as manifestações artísticas no Brasil Império.
e) foi um grupo de poetas e escultores que reafirmaram o parnasianismo no Brasil.

10. (UFPA) A crise social e política que abalou a estabilidade da República Velha (1889-1930) quebrou a hegemonia das oligarquias no poder e preparou o terreno para a Revolução de 1930 foi motivada pelo(a):

a) aprofundamento das cisões oligárquicas, pelas rebeliões tenentistas, pela insatisfação das classes médias urbanas excluídas da representação política e pela pressão reivindicatória das classes operárias.
b) aliança política entre a burguesia industrial, as classes médias urbanas e o operariado fabril contra o sistema liberal e democrático da República Velha, controlado pelas oligarquias agrárias.
c) quebra do compromisso político entre as oligarquias agrárias e os trabalhadores rurais, o que, durante toda a República Velha, impediu o desenvolvimento dos setores industriais e a organização do movimento operário.
d) fortalecimento da união entre as oligarquias paulistas e mineiras na indicação de Júlio Prestes à sucessão presidencial em 1930, o que desagradou as oposições constituídas pelas classes médias urbanas e operariado, defensores de Getúlio Vargas.
e) descontentamento da burguesia industrial com o tratamento dado pelas oligarquias.

UNIDADE 2

Da Guerra Fria ao século XXI

Após a Segunda Guerra Mundial, seguiu-se a Guerra Fria, período em que o mundo viveu sob forte tensão decorrente das disputas entre Estados Unidos e União Soviética, países com grandes arsenais nucleares. Entretanto, a difícil manutenção da paz foi acompanhada de relativa prosperidade nos países centrais, seguida da formação de uma periferia mundial empobrecida, o “Terceiro Mundo”. O final abrupto da Guerra Fria, com a derrocada da União Soviética em 1991, criou uma situação nova e potencialmente instável, marcada pelo ressurgimento das lutas nacionalistas, da ascensão do fundamentalismo religioso, de políticas econômicas que concentram cada vez mais a renda, dos atos de terrorismo e do aumento das migrações e de refugiados pelo mundo. Outra importante característica da nova ordem mundial tem sido o fenômeno da globalização.

Saber histórico

O nosso tempo

Jacky Naegelen/Reuters/Latinstock

Em 13 de novembro de 2015, uma série de atentados terroristas do Estado Islâmico ocorreu em Paris, na França. Cerca de 150 pessoas foram mortas e centenas ficaram feridas. Na imagem, homenagem às vítimas em um dos locais dos ataques, a casa de espetáculos Bataclan. No cartaz, lê-se: “Eu sou muçulmana e contra o terrorismo”. Foto de 2015.

1 A crise do eurocentrismo

Do século XV até o século XIX, a violência do colonialismo e do imperialismo das potências europeias contra os habitantes da África, Ásia e América era explicada como uma tarefa civilizadora que devia ser cumprida pelos povos "mais desenvolvidos".

Pretendia-se, com isso, ensinar aos povos dessas regiões que eles deveriam seguir o exemplo "superior" e "civilizado" dos europeus, imitando seus modelos morais, políticos, religiosos e econômicos.

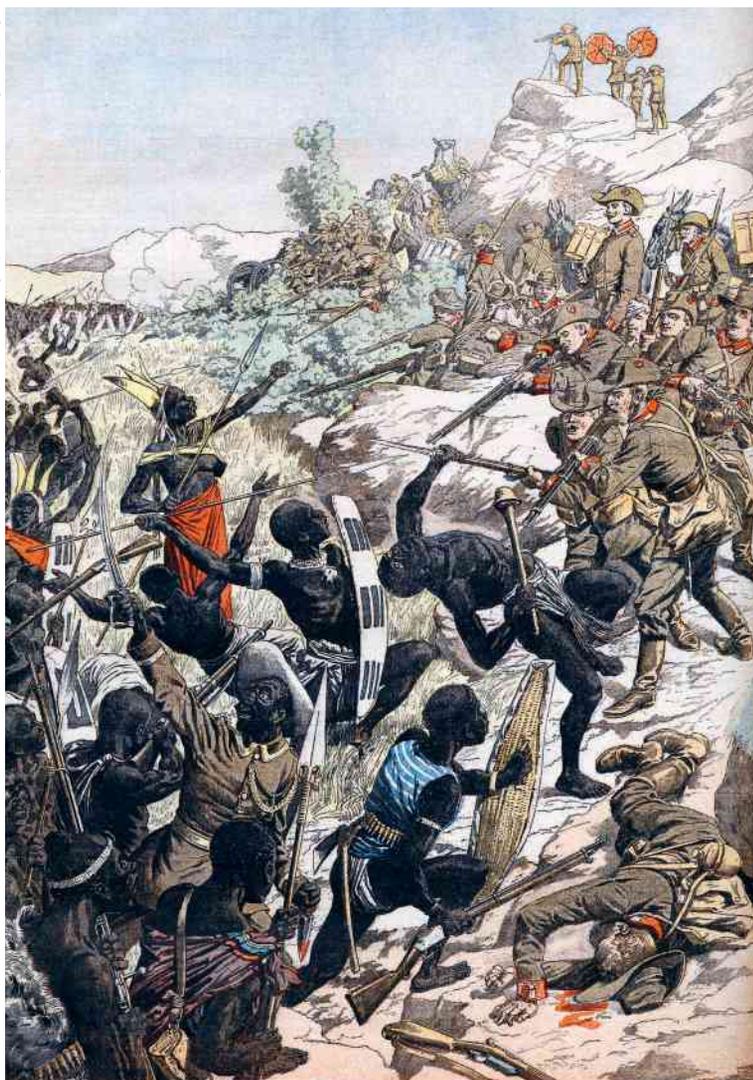
No século XX, esse argumento começou a ser desmontado principalmente durante as guerras mundiais, iniciadas por conflitos entre os europeus que se espalharam por todo o mundo. Eram os povos "civilizados" que empreendiam matanças em escala nunca vista antes.

Em 1945, os Estados Unidos lançaram bombas atômicas sobre a população civil japonesa, destruindo as cidades de Hiroxima e Nagasáqui. O sofrimento causado pelas bombas se manteve por décadas, por causa da radiação atômica e das doenças e deformações causadas por ela nos sobreviventes e em seus descendentes.

No início da segunda metade do século XX, a Europa, arrasada pela guerra, deixou de ser o principal centro político e econômico do mundo e tornou-se zona de influência dos Estados Unidos e da União Soviética, os dois polos hegemônicos da Guerra Fria.

Para além dessa bipolaridade, ganhou força o movimento pela emancipação política e econômica de um "terceiro mundo", composto de países que pretendiam não se alinhar aos Estados Unidos ou à União Soviética, protagonistas da Guerra Fria. Esse movimento teve início em 1955, na **Conferência Afro-Asiática**, realizada na cidade indonésia de Bandung. Conhecido como **Movimento dos Países Não Alinhados**, era liderado pelos governos do Egito, da Índia e da Indonésia.

As nações que compunham esse bloco haviam sido libertadas recentemente do domínio imperialista e nelas predominavam a pobreza, dívidas financeiras e outros impasses. Situadas principalmente abaixo da linha do equador, elas lançaram novas questões e desafios para a história ao manter viva a luta pela própria soberania.

Coleção particular. Fotografia: Leemage/Getty Images

COMBAT SANGLANT DANS LE SUD-OUEST AFRICAIN
La garnison allemande de Windhoek, assiégée par les Herreros, débloquée

Forças alemãs conquistam a Namíbia, na África. Ilustração para a edição de 21 de abril de 1904 do periódico francês *Le Petit Journal*.

2 O relativismo cultural

A difusão da ideia de relativismo cultural, criada pelo antropólogo alemão Franz Boas (1858-1942) nas primeiras décadas do século XX, contribuiu para a crise do eurocentrismo. Segundo essa ideia, é impossível medir o valor de uma ou de várias culturas com base nos valores de apenas uma delas.

Boas negava, assim, a hierarquia entre culturas, a visão de que todas as culturas evoluíam em etapas, progredindo das mais primitivas às mais avançadas até alcançar o topo da evolução, representado pela civilização ocidental. Em outras palavras, ao assumir a diversidade, o relativismo cultural estabelece que qualquer crença ou atividade humana deve ser interpretada nos termos de sua própria cultura. Para Boas, a civilização não é um valor absoluto, mas relativo.

O relativismo cultural foi uma das bases da Organização das Nações Unidas (ONU), entidade internacional criada em 1945 que busca integrar todas as nações, promover o diálogo, evitar novas guerras e solucionar os grandes problemas humanitários.

3 A sociedade de consumo e o meio ambiente

Após a Segunda Guerra Mundial, os governos dos países centrais, sobretudo os Estados Unidos, estudavam formas de impulsionar a economia. A ambientalista Annie Leonard comenta:

> O analista de vendas Victor Lebow articulou uma solução que se tornaria norma para o sistema todo. Ele disse: "Nossa enorme economia produtiva exige que façamos do consumo nosso modo de vida, que transformemos a compra e o uso de bens em rituais, que busquemos nossa satisfação espiritual, a satisfação do nosso ego, no consumo. Precisamos que as coisas sejam consumidas, destruídas, substituídas e descartadas em um ritmo cada vez mais acelerado". O conselheiro econômico do presidente Eisenhower afirmou: "A finalidade principal da economia americana é produzir mais bens de consumo".
>
> Mais bens de consumo? Não é providenciar cuidados médicos, educação ou transportes seguros, sustentabilidade ou justiça? Bens de consumo?
>
> Traduzido de *Story of stuff*: referenced and annotated script. Disponível em: <http://storyofstuff.org/wp-content/uploads/movies/scripts/Story%20of%20Stuff.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2016.

A organização da extração de matérias-primas, a industrialização e a distribuição de bens materiais passaram progressivamente a se articular à lógica do consumo e do descarte rápido. A cultura de massas encarregou-se da parte ideológica dessa tarefa, ou seja, de criar modas e tirá-las de cena, tornando obsoletos os objetos comprados para acompanhá-la.

O Brasil entrou nessa lógica durante a década de 1970, com o chamado **Milagre Econômico** do governo militar. Entretanto, a desigualdade na distribuição de renda mantinha os benefícios da sociedade de consumo restritos às classes média e alta, percentualmente pequenas no total da população. Diante do crescimento populacional e, mais recentemente, da redução das desigualdades, a parcela de brasileiros envolvidos no consumismo expandiu-se nos últimos anos.

A publicidade estimula o consumo exagerado, motivando consumidores a descartar aparelhos eletrônicos e eletrodomésticos e substituí-los por novos modelos. O descarte desses aparelhos tornou-se um sério problema ambiental. Na imagem, monitores usados são postos à venda à beira de uma estrada em Nova Délhi, Índia. Foto de 2015.

Kuni Takahashi/Bloomberg/Getty Images

Com a globalização, quase toda a economia mundial passou a buscar os altos padrões de consumo norte-americano. Isso nos levou a um impasse ambiental, pois os recursos do planeta são finitos e, caso esses padrões de consumo sejam adotados por todos os países, estarão esgotados daqui algum tempo.

Outro grande dilema dos nossos dias é a aparente contradição entre a preservação da natureza e a necessidade de sustentar o crescimento econômico. Para superá-lo, foi criado o conceito de **desenvolvimento sustentável**, considerado fundamental para o crescimento econômico com base em novos modelos de desenvolvimento e em fontes de energia que não degradem o meio ambiente. No entanto, objetivos como a diminuição do uso de combustíveis fósseis, a redução das emissões de CO_2 e a preservação de recursos naturais nos continentes e nos oceanos ainda se chocam com os interesses de consumo das sociedades centrais e dos países em desenvolvimento.

4 Novos sujeitos na política

O debate político e os projetos nacionais e internacionais pretendiam ser válidos para toda uma sociedade ou conjunto de sociedades. Entretanto, principalmente nos anos 1960, tais projetos pareciam não mais resolver questões “pontuais”, cujas soluções eram sempre adiadas.

Mirrorpix/Corbis/Latinstock

As mobilizações contra a Guerra do Vietnã, a expansão do feminismo e a luta do movimento negro por direitos civis são exemplos de questões que marcaram os anos 1960. Jovens marcham pelas ruas de Londres em protesto contra a Guerra no Vietnã. Foto de 1968.

O inconformismo impulsionou o ativismo pelos direitos de negros, mulheres, homossexuais, estudantes, minorias étnicas e outros grupos sociais. A mobilização contra a guerra e a opressão disseminou comportamentos e valores morais, com críticas ao poder autoritário dos pais sobre os jovens, à desigualdade de direitos entre homens e mulheres, aos valores machistas, etc.

Nessa época, debates sobre temas como a história das mulheres, a história dos vencidos, enfim, a história "vista de baixo", como ficou conhecida, ganharam força na historiografia. A pesquisa histórica desses temas foi reforçada, procurando-se demonstrar a importância desses personagens no processo histórico.

5 A história imediata

Durante muito tempo, os historiadores acreditaram que, para escrever a história de determinado tema, era necessário estar distante dele no tempo. Segundo esse ponto de vista, com o historiador isento de qualquer tipo de paixão ou interesse, seria possível escrever uma história imparcial. O debate historiográfico, porém, mostrou que a pretendida neutralidade do historiador em relação a seu objeto de estudo não era possível. Mais do que isso, as conclusões dos historiadores deixaram de ser entendidas como verdades definitivas e indiscutíveis.

Nas últimas décadas, a História tem considerado a possibilidade de tornar o tempo presente, os acontecimentos e seus desdobramentos mais imediatos, um objeto de análise e interpretação. Surgiu assim uma corrente de pensamento denominada **história imediata** ou **história do tempo presente**. Além de estudar a relação dos acontecimentos contemporâneos com o passado, essa corrente analisa também os acontecimentos que estão sendo vivenciados e que influenciam as condições de existência da humanidade no mesmo momento em que o historiador realiza seus estudos.

Pedro Paulo Ferreira/Fotoarena

Milhares de pessoas se mobilizaram em várias cidades brasileiras contra o aumento das tarifas de ônibus, trem e metrô. Foto de junho de 2013 em São Paulo (SP).

CAPÍTULO 9

O mundo da Guerra Fria

Alexandre Meneghini/Reuters/Latinstock

Após meio século de antagonismo político, Cuba e Estados Unidos retomaram relações diplomáticas em julho de 2015. Em 2016, o então presidente norte-americano Barack Obama realizou uma visita à ilha com o intuito de retomar relações comerciais e turísticas com os cubanos e dar fim ao bloqueio econômico imposto àquele país. Na foto, de 2016, cartaz afixado em rua de Havana comemora a visita dando as boas-vindas a Obama.

A Guerra Fria refere-se ao período de confronto indireto entre Estados Unidos e União Soviética, superpotências que emergiram após o fim da Segunda Guerra Mundial. Diferenças ideológicas entre capitalismo e socialismo fizeram com que outros países se alinhassem a uma ou a outra superpotência. Focos de tensão do período, como a Revolução Cubana e a Guerra da Coreia, têm relação direta com esse cenário.

Entre 20 e 22 de março de 2016, o então presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, visitou oficialmente Cuba. Considerado histórico, o evento recebeu muita atenção da mídia internacional, de pesquisadores e historiadores. Por que uma visita como essa foi "histórica"?

1 Centro e periferia

Como já ressaltamos, duas superpotências tornaram-se polos antagônicos do poder político, econômico e militar após a Segunda Guerra Mundial. De um lado, os Estados Unidos, capitalista. De outro, a União Soviética, socialista. Essa polarização atraiu o alinhamentos de outros países a um ou a outro lado.

Ao estudar este capítulo, reflita sobre os processos que levaram a essa distribuição de forças. Lembre-se de que também existia outro tipo de divisão: a existente entre os países centrais (Estados Unidos e Europa ocidental, de economia industrial desenvolvida) e uma periferia constituída por países pobres ou em desenvolvimento. Em sua opinião, que grupos sociais, nos países periféricos, mostravam apoio ou simpatia por este ou aquele bloco de poder e por que razões?

Alexander Zemlianichenko/Associated Press/Glow Images

Em março de 2014, milhares de manifestantes foram às ruas de Moscou com bandeiras russas e ucranianas em protesto contra as políticas do então presidente russo Vladimir Putin para a Ucrânia.

Veja abaixo os períodos e os lugares em que se passaram os principais eventos do capítulo.

2 A Guerra Fria

Os Estados Unidos e a União Soviética terminaram a Segunda Guerra Mundial como aliados. Sua atuação conjunta contra o Eixo foi decisiva para livrar a Europa do nazifascismo. Entretanto, as relações entre ambos se deterioraram rapidamente. Após 1947, especialistas começam a falar em Guerra Fria, que consistia em um confronto indireto entre as duas superpotências.

O motivo mais claro do rompimento era ideológico. Capitalismo e socialismo, antagônicos em sua forma de entender o mundo, levaram ao desacordo os Estados Unidos e a União Soviética quanto às liberdades individuais, à economia de mercado, às finalidades da ordem política mundial e aos métodos de atuação para alcançá-las.

A Guerra Fria duraria menos que meio século; a confirmação de seu fim se deu com o esfacelamento da União Soviética, em 1991.

Em março de 1947, o presidente estadunidense Harry Truman (1884-1972) fez um discurso contra a União Soviética, no qual afirmou que os Estados Unidos defenderiam as nações livres contra ameaças "totalitárias". No mesmo ano, seu secretário de Estado, George Marshall (1880-1959), lançou o **Plano Marshall**, programa de investimentos e recuperação econômica para os países europeus em crise após a guerra.

Linha do tempo esquemática. O espaço entre as datas não é proporcional ao intervalo de tempo.

Bettmann/Corbis/Latinstock

A Guerra Fria foi um enfrentamento ideológico, além de um confronto entre modelos de organização do Estado e da sociedade. Na foto, de 1948, crianças alemãs acenam para avião cargueiro aliado que leva suprimento para a população de Berlim oriental, que estava sob bloqueio russo.

Esse oferecimento estendeu-se aos países do Leste Europeu, libertados do nazismo pelo exército da União Soviética. Em todos eles, os partidos comunistas haviam tomado o poder. Entretanto, os governos dos países que desejassem receber essa ajuda precisavam se abrir para os investimentos estadunidenses. Essa condição não foi aceita pelos países do Leste Europeu. Somente a Iugoslávia, que se libertou dos nazistas sem a intervenção do exército soviético e rompeu com Stalin em 1948, recebeu investimentos do Plano Marshall.

Para a União Soviética, o Plano Marshall era uma tentativa de diminuir sua esfera de influência na Europa. Em resposta, foram criados o **Kominform**, organismo encarregado de coordenar a ação dos partidos comunistas europeus, e o **Comecon** em 1949, uma réplica do Plano Marshall para os países socialistas, voltado para sua integração econômico-financeira.

Comecon: sigla de *Council for Mutual Economic Assistance*, ou Conselho para Assistência Econômica Mútua.

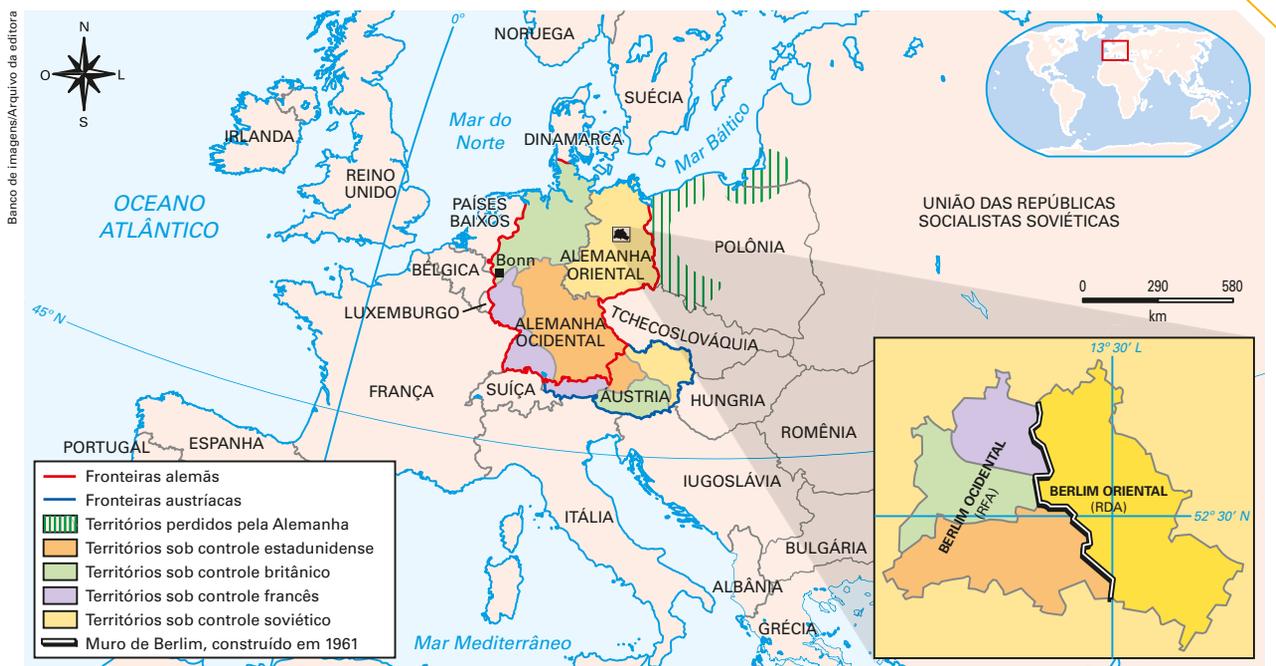
Kominform: sigla de *Kommunistítcheskaia Informátsia*, ou Comitê de Informação dos Partidos Comunistas Operários.

Diante da recuperação econômica da Alemanha Ocidental, graças aos investimentos do Plano Marshall e à unificação administrativa de seu território (antes dividido entre os aliados capitalistas), o governo da União Soviética impôs, em 1948, um bloqueio terrestre à cidade de Berlim, situada em território alemão controlado pelos soviéticos. O Ocidente capitalista respondeu com o abastecimento a Berlim capitalista por via aérea, acirrando os ânimos e criando grande tensão internacional. No ano seguinte, as duas Alemanhas eram instituídas, a Ocidental – República Federal da Alemanha – e a Oriental – República Democrática Alemã.

Em agosto de 1961, o Muro de Berlim foi construído pelos governos soviético e da Alemanha Oriental, que separou os dois lados da cidade e se tornou um emblema da divisão alemã e da Guerra Fria. Sua derrubada, em 1989, constituiria o marco simbólico do final desse período. A reunificação da Alemanha ocorreu em seguida, no ano de 1990.

Rudolf Dietrich/ullstein bild/Getty Images

O Muro de Berlim, foi um dos principais símbolos da Guerra Fria. Pessoas procuram ver amigos e parentes do outro lado do muro, ainda em construção. Foto de 1961.

Divisão da Alemanha após a Segunda Guerra Mundial (1945-1990)

Adaptado de: DUBY, Georges. *Atlas historique mondial*. Paris: Larousse, 2007.

O mapa mostra como a Alemanha foi dividida após a Segunda Guerra Mundial. Observe no detalhe como o muro dividia a cidade de Berlim.

Outros fatos significativos somaram-se à crescente tensão internacional do período. Um deles foi a criação, em abril de 1949, da **Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan)**, aliança político-militar dos países ocidentais, opondo toda a Europa ocidental à União Soviética. Em 1955, a União Soviética instituiu o **Pacto de Varsóvia**, aliança militar dos países socialistas. A bipolarização mundial avançava e se consolidava.

Em 1949, em meio a essa tensa situação, eclodiu a Revolução Chinesa e os soviéticos explodiram a sua primeira bomba atômica. No ano seguinte, iniciava-se a Guerra da Coreia (1950-1953), um dos ápices da Guerra Fria. Nesse conflito, a União Soviética e a China apoiaram a Coreia do Norte, socialista, que lutava contra a Coreia do Sul, apoiada pelas potências ocidentais. A divisão entre os dois países continua até hoje.

3 A Revolução Chinesa

A **República** chinesa, proclamada em 1911, quase nada pôde fazer diante das potências imperialistas que controlavam diversas áreas do país desde o século XIX. O governo republicano, liderado por Sun Yat-sen (1866-1925), do Partido Nacionalista (**Kuomintang**), sofria pressões dos chefes militares locais pela autonomia de suas regiões, além do domínio internacional.

No início da década de 1920, o governo do Kuomintang contou com o apoio do Partido Comunista Chinês (PCC). Em 1925, porém, Chiang Kai-shek (1887-1975) assumiu o comando das tropas do Kuomintang e iniciou uma política agressiva contra o Partido Comunista. Após derrotas nas cidades de Xangai e Pequim, os comunistas, liderados por Mao Tsé-tung (1893-1976) e Chu Teh (1886-1976), retiraram-se para o sul do país, onde organizaram bases de apoio entre os camponeses.

Em 1931, tropas do Japão invadiram a Manchúria, no norte da China, onde estabeleceram um Estado-satélite – o **Manchukuo**. O Kuomintang passou a sofrer dupla pressão: do imperialismo japonês e da ameaça do avanço comunista no interior do país.

Em 1934, os nacionalistas lançaram uma grande campanha militar contra os comunistas. Para fugir das tropas do Kuomintang, os 100 mil homens do Exército Popular de Libertação, liderados por Mao, percorreram 10 mil quilômetros a pé, até o norte do país (veja no mapa da página seguinte). Esse episódio é conhecido como **Longa Marcha** (1934-1935). Ao fim de um ano, restavam apenas 9 mil homens.

Diante do avanço japonês, em 1937 o Kuomintang e o PCC fizeram um acordo que priorizava o combate ao inimigo externo. Até o final da Segunda Guerra Mundial, essa frente única deu ao PCC o controle de parte do exército chinês.

Após a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial, Chiang Kai-shek decretou uma mobilização nacional para eliminar definitivamente o "perigo vermelho". Para isso, contava com recursos militares e financeiros dos Estados Unidos, enquanto a União Soviética deixava o Exército Popular de Libertação sem apoio.

Apesar disso, o exército do PCC continuou seu avanço, até entrar vitorioso em Pequim, em janeiro de 1949. Em outubro, a **República Popular da China** foi proclamada. Chiang Kai-shek e seus seguidores refugiaram-se na Ilha de Formosa (atual Taiwan), onde instalaram o governo da **China Nacionalista**, que recebeu apoio estadunidense. Ao mesmo tempo, o governo dos Estados Unidos isolou a China, negando-lhe reconhecimento diplomático e intercâmbio econômico, situação que se manteve até a década de 1970.

Baldwin H. Ward & Kathryn C. Ward/Corbis/Latinstock

Forças comunistas desfilam em Pequim, em junho de 1949, ao final da guerra civil na China, que durou de 1946 a 1949. No alto do caminhão uma estrela com a imagem de Mao ao centro.

O imperialismo na China e a Longa Marcha

Banco de imagens/Arquivo da editora

Adaptado de: BARRACLOUGH, G. (Ed.). *The Times Concise Atlas of World History.* London: Times Books, 1986. p. 122-123.

O Japão, mesmo recriminado pela frágil Liga das Nações por sua agressão à China, continuou a ampliar suas conquistas militares e a consolidar domínios, avançando da Manchúria em direção ao sul. O governo imperial japonês chegou a declarar oficialmente seu interesse por todo o território chinês. O confronto entre o Japão e a China durou de 1931 até 1945, quando a Segunda Guerra Mundial terminou.

4 A Guerra da Coreia (1950-1953)

Durante a Segunda Guerra Mundial, para acelerar a rendição japonesa e para que suas tropas desocupassem o território da Coreia, determinou-se que o paralelo 38º Norte seria o limite geográfico para atuação militar de soviéticos e estadunidenses.

Quando a guerra terminou, no entanto, esse limite transformou-se em divisão real, surgindo dois Estados coreanos sob ocupação de cada uma das duas potências: a República da Coreia, ao sul, sob domínio de tropas dos Estados Unidos, e a República Popular Democrática da Coreia do Norte, sob ocupação soviética.

A região tornou-se área de sucessivos conflitos armados, devido às divergências político-ideológicas entre os dois Estados e à tensão gerada pela Guerra Fria. A vitória dos comunistas liderada por Mao Tsé-tung na China, no final de 1949, motivou os coreanos do norte a invadir o sul do país, em 1950, visando à unificação territorial da Coreia.

Na ONU, os Estados Unidos e seus aliados consideraram a Coreia do Norte agressora e intervieram para conter seu avanço. Os governos da China e da União Soviética apoiaram os norte-coreanos, deixando evidente a bipolarização na região. Diante do risco de uma guerra indesejada, as potências envolvidas forçaram iniciativas para obtenção de um acordo de paz.

A morte do líder soviético Stalin, em março de 1953, abriu espaço para mudanças na política externa soviética. A eleição do novo presidente estadunidense, o republicano Dwight Eisenhower (1890-1969), também acelerou as negociações para um armistício.

Finalmente, em 27 de julho de 1953, foi assinado um acordo de paz em Panmunjon, que restabeleceu as fronteiras sobre o paralelo 38º Norte e aproximou a União Soviética e os Estados Unidos. Encerrava-se a fase crítica.

Para a Coreia, entretanto, a manutenção da divisão em Norte e Sul preservou o clima de confrontação e atritos fronteiriços ao longo das décadas seguintes.

Enquanto a Coreia do Sul, com investimentos e tecnologia estrangeira, ascendeu à posição de **Tigre Asiático**, a Coreia do Norte manteve sua estrutura política e econômica fechada, mesmo após o colapso da URSS. Nos últimos anos, com o governo Kim Jong-un, a Coreia do Norte tem oscilado entre a aproximação com a Coreia do Sul e a retórica agressiva, especialmente com sua política de armamentismo nuclear, recebendo condenação internacional.

Tigres Asiáticos: denominação atribuída a um conjunto de países da Ásia que na década de 1980 apresentaram um desenvolvimento elevado e repentino, com uma economia voltada para a exportação. Fazem parte do grupo: Hong Kong, Coreia do Sul, Cingapura e Taiwan.

Bert Hardy/Hulton-Deutsch Collection/Corbis/Latinstock

Refugiados se deslocam após soldados norte-americanos tomarem a importante cidade portuária de Inchon, localizada, hoje, na Coreia do Sul. Foto de 1950.

5 Os Estados Unidos e a União Soviética durante a Guerra Fria

O armamentismo e a tensão crescente entre os blocos capitalista e socialista, que caracterizavam a Guerra Fria, sofreram uma reversão parcial em 1953, com a morte do ditador soviético Josef Stalin, com a política do presidente estadunidense Dwight Eisenhower e com o armistício de Panmunjon, na Coreia. Instaurou-se então um período de aproximação entre os governos da União Soviética e dos Estados Unidos, conhecido como **Coexistência pacífica**. Esse período teve início com uma série de reuniões entre os dirigentes das duas superpotências para acordos sobre a limitação de armamentos.

Lisa Larsen/Time Life Pictures/Getty Images

Plateia ouve pronunciamento durante a Conferência de Bandung, na Indonésia, 1955.

Em 1955, a Conferência de Bandung, na Indonésia, reuniu 23 países asiáticos e seis africanos com o objetivo de criar um novo bloco político de âmbito global. Esses países, independentes mas economicamente subdesenvolvidos, foram chamados de **Não Alinhados** (ou **Terceiro Mundo**). Eram partidários do não alinhamento a uma das duas superpotências. Como meta prioritária, assumiram o desenvolvimento econômico para superar dificuldades sem se envolver na bipolarização Estados Unidos-União Soviética.

No bloco socialista, após a morte de Stalin, Nikita Kruschev (1894-1971) assumiu o poder em 1953, e iniciou um processo de "**desestalinização**", alterando profundamente a política interna e externa soviética. Ele foi o grande responsável pela política de Coexistência pacífica.

Embora servisse como canal de entendimento no mundo organizado em dois blocos, a Coexistência pacífica não pôs fim aos conflitos entre capitalismo e comunismo. A aproximação entre estadunidenses e soviéticos e até mesmo a paz mundial foram ameaçadas por novos focos de tensão: a Guerra do Vietnã, a descolonização do continente africano, a Revolução Cubana, a invasão da Hungria pelos soviéticos e o rompimento da União Soviética com a China.

Os estadunidenses de 1945 a 1969

Com a morte de Roosevelt, em 1945, o vice-presidente, Harry Truman, assumiu a liderança dos Estados Unidos. Seu governo caracterizou-se pelo início da Guerra Fria. Difundiu-se por todo o país a ideia de que qualquer oposição ao governo era sinal de antiamericanismo ou comunismo, produto de sabotagem e traição nacional. À frente dessa histeria política, estava o senador Joseph McCarthy (1908-1957), do qual deriva a palavra **macarthismo**, sinônimo de intolerância.

O macarthismo atingiu seu auge com o caso Rosenberg, em que o casal judeu Ethel e Julius Rosenberg, acusado de passar segredos da bomba atômica aos soviéticos, foi preso e julgado. Depois de um tumultuado processo, e apesar dos pedidos de clemência vindos de muitos países, ambos foram executados em 1953.

A febre macarthista atingiu todo o país, com julgamentos e condenações de muitos intelectuais, cineastas, escritores e artistas. Vários deles, entre os quais Charles Chaplin (1889-1977), foram obrigados a sair do país devido às perseguições. O macarthismo só se extinguiu por volta de 1956, durante o governo de Dwight Eisenhower.

Eleito em 1952 pelo Partido Republicano, Eisenhower foi reeleito em 1956, governando os Estados Unidos até 1960. Na política externa, oscilou entre o enfrentamento da Guerra Fria e a prática da Coexistência pacífica. Comandou uma política agressiva contra os soviéticos, estabelecendo pactos militares com países alinhados contra o comunismo. Ao mesmo tempo, retomou as relações com o governo soviético, que originaram os primeiros acordos do pós-guerra.

Eisenhower promoveu a construção de mísseis e estimulou a exploração espacial, a fim de ultrapassar os soviéticos, que em 1957 lançaram o primeiro satélite artificial da Terra, o Sputnik. Além disso, recebeu Nikita Kruschev em 1959, nos Estados Unidos, para conversações confidenciais e amigáveis.

Nas eleições presidenciais de 1960, John Kennedy (1917-1963), do Partido Democrata, venceu o republicano Richard Nixon (1913-1994). Ao assumir a Presidência, Kennedy e o seu governo viram a vitória de Fidel Castro (1926-) em Cuba, em 1959, como nova ameaça no contexto da Guerra Fria. A Revolução Cubana anulou a tradicional hegemonia estadunidense na ilha, grande produtora de açúcar e charutos e apreciado local turístico.

Em 1961, Fidel Castro proclamou a adesão de Cuba ao socialismo. O governo dos Estados Unidos respondeu com o rompimento das relações diplomáticas com o governo cubano e colocou em prática um plano de invasão à ilha, elaborado pela Agência Central de Inteligência, a CIA (Central Intelligence Agency, órgão do governo estadunidense dedicado à espionagem e ações clandestinas). Nos termos desse plano, um grupo de exilados cubanos e mercenários norte-americanos desembarcou na baía dos Porcos, em Cuba, para derrubar o governo de Fidel Castro. A invasão, entretanto, fracassou, e Kennedy foi obrigado a assumir pessoalmente a responsabilidade da ação.

Kennedy temia novos episódios de rebeldia na América Latina, onde o descontentamento causado pelo subdesenvolvimento e pelas graves dificuldades econômicas era evidente. Criou, então, a **Aliança para o Progresso**, um programa de ajuda econômica aos países do continente, que garantia a supremacia das ideias, valores e interesses norte-americanos na região.

Em 1962, o governo dos Estados Unidos decretou o bloqueio econômico de Cuba, impedindo que países de sua esfera de influência comerciassem com a ilha. No mesmo ano, outro fato pôs em risco a aproximação Leste-Oeste e até mesmo a paz mundial: satélites dos Estados Unidos revelaram que mísseis soviéticos apontados para os Estados Unidos estavam sendo instalados em Cuba, a cerca de 160 km de distância.

Ameaçando invadir a ilha, o governo estadunidense exigiu a retirada dos mísseis. Diante da gravidade do incidente e de suas possíveis consequências, Kruschev, que assumira compromissos de defesa dos cubanos, preferiu recuar, desmontando as rampas de lançamento de mísseis instalados na ilha.

Keystone-France/Gamma-Keystone/Getty Images

Armas utilizadas pelos soldados mercenários cubanos e norte-americanos que desembarcaram em Cuba na tentativa de golpe contra Fidel Castro, em foto de 1961.

Na política interna, o presidente Kennedy adotou medidas voltadas para o bem-estar da população de seu país nas áreas de educação e saúde e tornou a discriminação racial ilegal. Sua carreira política foi encerrada em 22 de novembro de 1963, ao ser baleado durante uma visita oficial à cidade de Dallas, no Texas.

O vice-presidente Lyndon Johnson (1908-1973) assumiu o governo e foi reeleito para o período de 1964 a 1968. Durante o seu mandato, manteve uma atitude ofensiva contra o comunismo, distanciando-se dos soviéticos, e envolveu os Estados Unidos na Guerra do Vietnã, chegando a enviar mais de 500 mil soldados para a região. Essa participação provocou grandes manifestações de protesto contra a guerra e o intervencionismo do governo estadunidense no Sudeste Asiático.

Sovfoto/UIG/Getty Images

Lançamento de foguete que levava o satélite espacial soviético Sputnik 1, em 1957.

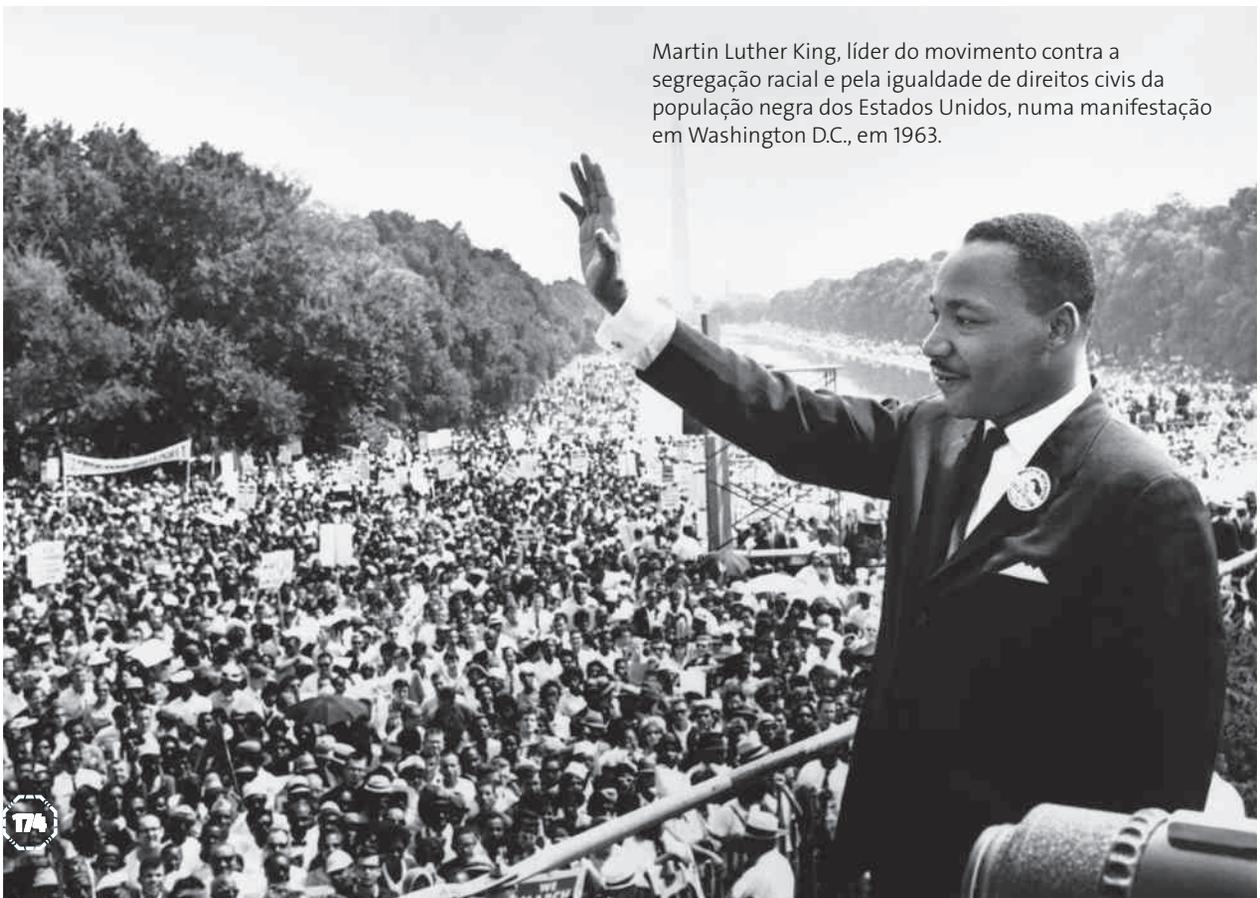
Reuters/Latinstock

O presidente John Kennedy, momentos antes de ser atingido por uma bala que o mataria, em Dallas (Texas), no dia 22 de novembro de 1963. Esse crime nunca chegou a ser totalmente esclarecido: conspiração ou ato isolado de um delinquente?

Ainda no governo Kennedy, as manifestações do movimento negro contra o racismo se intensificaram, sob a liderança do pastor Martin Luther King (1929--1968). Desde o final da década de 1950, suas pregações reuniam milhares de simpatizantes e sobrepuseram-se às organizações radicais, como a liderada por Malcolm X (1925-1965) e a dos Black Panthers ('Panteras negras').

Luther King seguia a doutrina do indiano Mahatma Gandhi (1869-1948), que defendia a desobediência civil e a não violência como meios de obter conquistas sociais. Boicote aos meios de transporte exclusivos dos brancos, no sul do país, movimentos políticos de intelectuais e de sindicatos, e marchas pelos direitos civis foram alguns dos recursos usados pelo movimento negro em sua luta. Pouco a pouco, o movimento ganhou a adesão da maioria branca, e algumas decisões favoráveis foram obtidas nos tribunais.

Ganhador do prêmio Nobel da Paz em 1964, Luther King foi assassinado em 1968. No mesmo ano, como reflexo de um agitado período de lutas políticas e sociais, o senador Robert Kennedy, irmão de John Kennedy, também foi assassinado. Ao condenar abertamente a Guerra do Vietnã, tornara-se o preferido na campanha presidencial em curso. Seu assassinato, cometido por um palestino, foi tido como um protesto contra a proteção dada pelo governo dos Estados Unidos ao Estado de Israel durante os conflitos árabe--israelenses no Oriente Médio.

Hulton-Deutsch Collection/Corbis/Latinstock

Martin Luther King, líder do movimento contra a segregação racial e pela igualdade de direitos civis da população negra dos Estados Unidos, numa manifestação em Washington D.C., em 1963.

Vivendo naquele tempo

A nova classe média estadunidense

As transformações econômicas e sociais no pós-guerra mudaram significativamente a estrutura social dos países capitalistas, especialmente a dos Estados Unidos, cujo crescimento econômico foi favorecido pela Segunda Guerra Mundial.

O desenvolvimento das cidades e a multiplicação dos polos industriais, dos setores de produção de energia e de beneficiamento de alimentos alteraram significativamente as relações de trabalho que existiam até então. A taxa de empregos nos setores administrativos e de serviços aumentou, com a ampliação de possibilidades de trabalho para cuidar de papéis, dinheiro ou pessoas.

Essas mudanças, além de ampliarem os setores médios urbanos, transformaram suas práticas sociais, seus valores e seu cotidiano. De um lado, eles se diferenciavam dos trabalhadores que viviam da produção direta de mercadorias; de outro, não eram parte das elites industrial e financeira. Ao contrário dos antigos setores médios, a vida da nova classe média era regida pela lógica do trabalho, pelas possibilidades de ascensão econômica e, principalmente, pelas regras de etiqueta social.

A classe média que surgiu em meados do século XX trabalhava em bancos, lojas de departamento, empresas de publicidade e de turismo, nos serviços hospitalares e de saúde, nos setores educacional e cultural, na administração de portos, rodovias, sistemas de transporte urbano, etc. Em geral, eram empregados de grandes corporações, seguiam estruturas hierárquicas reconhecidas e aceitas, com padrões de comportamento que definiam salários, promoções e dispensas.

As roupas, o modo de vida doméstica, a organização da família, as ideias políticas, as práticas religiosas, tudo era observado e avaliado por todos. Costumes ou valores incomuns eram censurados e vistos como fracasso, enquanto os indivíduos de sucesso eram os que seguiam o rumo identificado como correto e válido da ascensão social.

Wright Mills (1916-1962), um importante sociólogo norte-americano, caracterizou essa nova classe média usando a expressão “colarinho branco”, em virtude do uso cotidiano do paletó e gravata, que a distinguia dos trabalhadores de macacão. Segundo ele:

> O homem de colarinho branco do século vinte nunca foi independente como o fazendeiro costumava ser, nem tão esperançoso de uma grande chance como o antigo homem de negócios. Ele é sempre o homem de alguém, da corporação, do governo, do exército, e ele é visto como o homem que não cresce. O declínio do empreendedor livre e o crescimento do empregado dependente no cenário americano ocorreram em paralelo com o declínio do indivíduo independente e o crescimento do pequeno homem no imaginário de seu povo. Em um mundo povoado por forças grandes e feias, o homem do colarinho branco é prontamente identificado como possuidor de todas as supostas virtudes da pequena criatura. Ele pode estar na parte de baixo do mundo social, mas ele é, ao mesmo tempo, grato por ser de classe média.
>
> MILLS, Wright. *A nova classe média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1969. p. 32.

Hulton Archive/Getty Images

Nesse anúncio publicitário dos anos 1950 vemos a imagem de uma família de classe média norte-americana tradicional. Marido, esposa e crianças saem contentes da igreja no domingo, de acordo com os ideais da época. No cartaz, lê-se: “Construam uma vida mais sólida e rica... Rezem juntos todas as semanas”.

6 Os soviéticos até 1964

Reprodução/Museu Central Estatal da História Contemporânea da Rússia, Moscou, Rússia.

Stalin mobilizou todos os recursos da economia soviética, articulando a produção coletivizada rural e o desenvolvimento industrial. Foi esse impulso econômico que sustentou a posição de grande potência mundial da União Soviética nas duas primeiras décadas do período da Guerra Fria. Desde o início dos anos 1930, ele ordenou a perseguição de adversários políticos e estimulou o culto à personalidade, exemplificado pelo cartaz acima (de 1933), que o mostra como condutor da União Soviética. À direita, em russo, lê-se impresso: “O capitão do país dos sovietes nos conduz de vitória em vitória”.

Agência France-Presse/Getty Images

No XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em Moscou, Kruschev condenou o “culto à personalidade”, a repressão política e o autoritarismo de Stalin, além de afirmar que “as prisões em massa faziam mal ao país e à causa do progresso socialista”. Acima, foto de fevereiro de 1956, na qual os dirigentes do Partido Comunista da União Soviética ouvem a fala de Kruschev.

Após a Segunda Guerra Mundial, a União Soviética governada por Stalin teve que enfrentar dois grandes desafios: sua própria reconstrução econômica e social e a consolidação de sua liderança no bloco comunista, que passava a englobar os países do Leste Europeu.

O país recuperou o nível de produção anterior à guerra com os planos quinquenais de 1946-1950 e 1951-1955. O setor bélico recebeu os maiores investimentos e a indústria pesada desenvolveu-se, enquanto a produção de bens de consumo foi relegada a segundo plano.

Entretanto, a sociedade soviética, cada vez mais concentrada em núcleos urbanos graças à industrialização, mobilizava-se por melhorias no padrão de vida. Os soviéticos exigiam variedade de bens de consumo e mais autonomia, que contrastava com o centralismo stalinista.

Desde os anos 1930, Josef Stalin eliminara divergentes e opositores a seu poder por meio de expurgos, execuções sumárias, prisões e outras formas de repressão. Essa prática levou à expulsão de mais de 1 milhão de pessoas dos partidos comunistas dos países que integravam o bloco socialista, muitas delas executadas.

Após a morte de Stalin, em março de 1953, ocorreu a disputa pela liderança soviética. O vencedor foi Nikita Kruschev, que assumiu o cargo de secretário-geral do Partido Comunista. Em 1958, tornou-se primeiro-ministro e governou até 1964, quando foi afastado. Sua liderança foi marcada pelo início do processo de “desestalinização”, em 1956, quando ele denunciou os crimes de Stalin no **XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS).**

Kruschev propunha a descentralização política, certa liberalização cultural e a elevação do bem-estar social como táticas para alcançar a eficiência econômica e tecnológica. Essa política garantiu aos soviéticos o pioneirismo na corrida espacial ao lançarem, em 1957, o satélite artificial Sputnik e realizarem o primeiro voo espacial tripulado em 1961, com o astronauta Yuri Gagarin (1934-1968). Os soviéticos provavam que, além dos Estados Unidos, eles também produziam tecnologia sofisticada.

Além de promover a Coexistência Pacífica, o líder soviético flexibilizou as relações com seus aliados do bloco comunista. Exemplo disso foi a aceitação da política de Josip Broz Tito (1892-1980) da Iugoslávia, que propunha uma via diferente de desenvolvimento do socialismo.

A desestalinização na União Soviética era reflexo de transformações sociais profundas que começavam a ocorrer não só na superpotência comunista, mas também em outros países do Leste Europeu. Em 1956, a agitação política no mundo socialista cresceu descontroladamente. Na Polônia, após uma insurreição de trabalhadores em Poznán, o líder Wladyslaw Gomulka (1905-1982), destituído do governo e preso no período stalinista, foi reconduzido ao poder.

Na Hungria, trabalhadores, estudantes e intelectuais se rebelaram contra a dominação soviética em uma revolução de caráter socialista. Para apaziguá-los, Mátyás Rákosi (1892-1971) foi substituído na direção do Partido Comunista por Imre Nagy (1896-1958), que, representando os anseios populares de democratização e autonomia, tentou retirar o país do Pacto de Varsóvia.

Em resposta, tropas soviéticas invadiram a Hungria, em novembro de 1956, ocuparam Budapeste e, após a morte de aproximadamente duzentos húngaros, derrubaram Nagy, colocando János Kádár (1912-1989) no cargo de primeiro-ministro. Nos discursos, entretanto, Kruschev defendia o respeito às diferentes vias para o socialismo, elogiando o não alinhamento e a neutralidade, procurando, dessa forma, aproximar-se dos países do Terceiro Mundo.

Enquanto isso, a China, sob a liderança de Mao Tsé-tung, firmou sua autonomia opondo-se à ideia de Coexistência Pacífica e acusando as reformas de Kruschev de "revisionismo" e traição aos princípios socialistas. As divergências sino-soviéticas cresceram, manifestando-se em conflitos de fronteira e em acusações mútuas. Em 1959, os países romperam o acordo nuclear e, no ano seguinte, a União Soviética retirou a ajuda econômica e técnica aos chineses. Esse conflito rompia definitivamente o projeto de unidade socialista comandada pelos soviéticos, desgastando o poder de Kruschev.

SSPL/Getty Images

O cosmonauta soviético Yuri Gagarin, primeiro homem a ir ao espaço, a bordo da Vostok 1, em 12 de abril de 1961.

Como vimos, as relações capitalismo-socialismo sofreram novo abalo em 1962, com **a crise dos mísseis de Cuba**, que quase precipitou uma guerra total. Na tentativa de reverter a tensão internacional, Kruschev e Kennedy assinaram em 1963 vários acordos, que incluíam a proibição de novos testes nucleares.

Após a destituição de Kruschev do poder, em 1964, o governo soviético ficou a cargo de uma *troika* (triunvirato) formada por Leonid Brejnev (1906-1982), secretário-geral do partido, Alexey Kossygin (1904-1980), presidente do Conselho de Ministros, e Nikolai Podgorny (1903-1983), presidente do Soviete Supremo. O poder retornava assim à linha centralista da era stalinista na União Soviética.

Rue des Archives/The Granger Collection/Glow Images

A intervenção militar soviética encerrou o curto período de liberalização socialista húngara. População sobe em tanque soviético numa rua de Budapeste, durante a Revolução Húngara. Foto de 1956.

7 O socialismo na China

Assim que conquistou o poder da China, em 1949, o Partido Comunista Chinês (PCC) promoveu a nacionalização das indústrias e a reforma agrária pelo país, para enfrentar as dificuldades econômicas, agravadas com a Guerra da Coreia, entre 1950 e 1953.

Anunciado em 1953, o primeiro plano quinquenal priorizou a indústria pesada. Em 1955, a coletivização da agricultura acelerou-se com a organização de 1 milhão de cooperativas. O aumento dos salários, contudo, não acompanhou o aumento da produtividade industrial.

Ao perceber que o desenvolvimento socialista estava aquém das exigências sociais e ameaçava o governo do Partido Comunista, Mao Tsé-tung proclamou a liberalização política interna, com o objetivo de obter maior envolvimento popular. A iniciativa permitiu o aparecimento de críticas aos abusos dos funcionários do partido e à atuação de oposicionistas contrários ao centralismo planificado.

Associada ao lema “Que 100 flores desabrochem, que 100 escolas de pensamento rivalizem entre si” (1956), a abertura política foi chamada de **Movimento das 100 Flores**. A iniciativa foi encerrada quando se transformou em ameaça ao governo e fugiu do controle do PCC. Seguiram-se prisões e programas de “reeducação” de intelectuais e ativistas considerados “direitistas”. Mao justificou-se dizendo que o Movimento das 100 Flores pretendia “fazer as serpentes saírem de suas tocas”. Tratava-se, portanto, de uma armadilha para reprimir dissidentes do regime comunista.

Em 1958, o governo chinês lançou seu ambicioso segundo plano quinquenal, com o programa de reformas chamado **Grande Salto para a Frente**. Promoveu-se a industrialização acelerada do país e a formação de gigantescas unidades agrícolas conhecidas como **comunas populares**. Algumas dessas unidades reuniam 100 mil pessoas.

Para saber mais

Tensões sino-soviéticas

O compromisso soviético de fornecer armas nucleares aos chineses, firmado em 1957, foi rompido em 1959, durante os preparativos para um encontro de representantes soviéticos com o presidente estadunidense Dwight Eisenhower, como parte da política de Coexistência Pacífica. A atitude soviética foi muito criticada pelos chineses, para os quais o imperialismo dos Estados Unidos continuava ameaçador. Em represália, em 1960 a União Soviética retirou seus conselheiros técnicos da China.

A política de priorização da produção de bens de consumo e de “desestalinização” do regime adotada por Kruschev distanciava ainda mais o PCUS do PCC. Naquele momento, os chineses desenvolviam a indústria de base, e Mao Tsé-tung era venerado como o grande guia chinês, tornando-se alvo da crítica ao culto da personalidade feita a Stalin pelo líder soviético.

Em 1962, as relações sino-soviéticas romperam-se, quando o PCC acusou Kruschev e o PCUS de “revisionistas”, ou seja, de modificarem as teses marxistas originais, distanciando-se do socialismo puro.

A partir dos anos 1970, o governo chinês aproximou-se dos Estados Unidos. Essa política possibilitou o seu ingresso na ONU em 1971 e a visita do presidente Richard Nixon à China no ano de 1972. Com uma política autônoma, os chineses tornaram-se militarmente autossuficientes: explodiram sua primeira bomba atômica em 1964 e a de hidrogênio em 1967.

Em 1969, as relações entre a China e a União Soviética haviam se deteriorado de tal forma que entre os dois países socialistas havia apenas algumas modestas transações econômicas e questões diplomáticas de rotina. Progressos na reaproximação entre eles ocorreram somente a partir de 1986.

Cartaz chinês de 1967 criticando a política de Kruschev. O conflito sino-soviético derivava de divergências ideológicas e afetava questões políticas e econômicas entre os dois países.

Xinhua/Agência France-Presse

Meninos e meninas leem cópias do *Livro vermelho*, de Mao Tsé-tung. Foto divulgada pela agência oficial de comunicações da China, em 1968.

O projeto Grande Salto teve resultados limitados mesmo com a mobilização geral da população, inclusive de intelectuais e estudantes convocados a trabalhar no campo, e com o crescimento da produção rural em 65%. Como as relações sino-soviéticas tornaram-se mais difíceis, as dissidências e a oposição interna ao Partido Comunista Chinês se intensificaram. Como o Grande Salto não obteve o êxito que se esperava, Mao foi afastado do comando do partido.

Em resposta a seus adversários na cúpula do PCC, em meados da década de 1960 Mao Tsé-tung iniciou a expulsão de opositores políticos dentro do governo – a **Revolução Cultural**, que envolveu toda a população chinesa. Esse movimento logo se desdobrou em críticas ao PCC e aos opositores de Mao, apelidados de "pró-burguesia" e "kruschevistas".

Os *dazibaos*, jornais murais públicos feitos por populares, espalharam-se pelo país, divulgando o movimento que, em pouco tempo, se transformou numa luta pelo poder empreendida pelo grupo maoísta.

Sustentado pelo Exército Popular de Libertação, o grupo maoísta opunha-se à facção de Liu Shaoqi (1898-1969) e Deng Xiaoping (1904-1997), adversários de Mao dentro do Partido Comunista Chinês. Ambos foram perseguidos e presos.

Durante a Revolução Cultural, as organizações revolucionárias multiplicaram-se, como a Guarda Vermelha, inspiradas na obra *Pensamento de Mao Tsé-tung*, também conhecida como *Livro vermelho*. Nela, firmavam-se as ideias de reeducação socialista, de críticas ao burocratismo, de fidelidade a Mao e permanente alerta contra o inimigo.

Entre 1967 e 1968, consolidou-se a autoridade de Mao, que expulsou do partido seus opositores, entre os quais Deng Xiaoping. Mao sobrepôs-se até mesmo ao PCC, transformando-se no líder máximo nacional, a quem chamavam de "o grande timoneiro". Sua morte, em 1976, deu início à disputa pelo poder na China.

Zhou Thong/Album/akg-images/Latinstock

Manifestação da Guarda Vermelha na província de Ning Xian. Foto tirada entre 1966 e 1968. A Guarda Vermelha era constituída basicamente de jovens mobilizados para divulgar o pensamento de Mao Tsé-tung e combater aquilo que se opunha à China idealizada pelo líder. Na foto, exemplares de *dazibaos* afixados nas paredes.

A China pós-Mao

Em 1977, Deng Xiaoping foi reabilitado ao partido, tornando-se o novo líder do governo chinês. Lançou um programa de reformas que promoveram o desenvolvimento do país com base em medidas de liberalização da economia, como a criação de Zonas Econômicas Especiais, abertas à instalação de empresas estrangeiras. Essas medidas atraíram uma onda de investimentos externos para a China.

A liberalização da economia, contudo, não foi acompanhada de medidas que diminuíssem o poder monolítico do Partido Comunista. Essa contradição atingiu seu ápice entre abril e junho de 1989, com a ocupação popular da **Praça da Paz Celestial**, em uma série de manifestações no centro de Pequim.

Liderados por estudantes, os manifestantes exigiam liberdade de expressão e de imprensa, e a democratização do país. Em resposta, o governo reprimiu o movimento com violência. No dia 3 de junho, tanques de guerra e tropas do exército invadiram a praça e atiraram contra a multidão. Estima-se que o número de pessoas mortas tenha chegado a 7 mil.

Na segunda década do século XXI, sob o comando de Xi Jinping (1953-), cujo mandato iniciou-se em março de 2013, a China tem consolidado sua abertura ao sistema capitalista, combinando-a com a ordem comunista herdada da revolução de 1949. Os chineses podem ter os próprios negócios, a economia do país está aberta a investimentos estrangeiros, há mais vínculos com o circuito de negócios internacionais, admite-se o consumismo e a população tem liberdade para viajar ao exterior.

A abertura econômica contrapõe-se à estrutura política baseada no regime de partido único e ao controle estatal das comunicações, da censura e da repressão às manifestações populares que reivindicam democracia.

O sucesso econômico chinês das últimas décadas confirmou-se com a admissão do país na Organização Mundial de Comércio (OMC) em novembro de 2001, o ingresso de empresários no PCC e as seguidas taxas de crescimento econômico prolongado, superiores a 7,5% até 2013. Em 2015, o crescimento de 6,8% foi o menor desde 1990, mostrando uma desaceleração.

As reservas internacionais da economia chinesa passaram de US$ 819 bilhões em 2005 para mais de US$ 4 trilhões em 2013. Com esse crescimento, a China tornou-se a segunda maior economia e a maior potência comercial do mundo, porém, a sua desaceleração econômica recente tem afetado a economia internacional nos últimos anos.

CNN/Getty Images

A violenta repressão à ocupação da Praça da Paz Celestial por estudantes e trabalhadores, em 1989, valeu ao governo de Deng Xiaoping a condenação internacional. Ao lado, imagem de vídeo na qual um estudante solitário tenta barrar o avanço de tanques com seu próprio corpo, em protesto contra o autoritarismo do governo em Pequim.

8 A Revolução Cubana (1959)

A independência cubana, em 1898, logo esbarrou na política do Big Stick ('grande porrete') que, como já vimos, foi criada pelo governo dos Estados Unidos para que pudessem intervir nos países da América Latina.

Nos termos dessa política, o governo daquele país exigiu que a **Emenda Platt** fosse incluída na Constituição cubana de 1901, dando início à tutela estadunidense sobre Cuba. Além de ceder aos Estados Unidos a região da baía de Guantánamo, ainda hoje uma base norte-americana em solo cubano, o país ficou sob a ameaça constante de invasão e sujeito a governos ditatoriais subservientes ao governo dos Estados Unidos, como o de Fulgêncio Batista (1901-1973), que governou Cuba de 1933-1944 e de 1952-1958.

Na década de 1950, entretanto, a oposição à ditadura cresceu consideravelmente. Em 1956, um movimento armado, liderado por Fidel Castro, Camilo Cienfuegos (1932-1959) e Ernesto "Che" Guevara (1928--1967) instalou-se nas montanhas de Sierra Maestra. Apoiado pelos camponeses e utilizando táticas de guerrilha, o movimento cresceu rapidamente e, depois de sucessivas vitórias, ocupou várias cidades e povoados de Cuba. Em 31 de dezembro de 1958, Fulgêncio Batista, derrotado, fugiu do país para a vizinha República Dominicana.

A política de mudanças adotada pelo governo revolucionário a partir de 1959 chocava-se com os interesses do governo dos Estados Unidos no país. A realização da reforma agrária e a nacionalização das refinarias de açúcar, usinas e indústrias – a maior parte pertencente a norte-americanos – levaram o governo estadunidense a suspender a importação do açúcar cubano. Como a venda desse produto era vital para a economia de Cuba, o novo governo buscou um novo mercado consumidor, voltando-se para os soviéticos.

Rolls Press/Popperfoto/Getty Images

Fidel Castro acena para a população, após sair vitorioso na guerrilha contra a ditadura de Fulgêncio Batista, em janeiro de 1959.

A ligação de Cuba com o bloco soviético serviu de justificativa para John Kennedy tomar medidas radicais contra o país. Em janeiro de 1961, o governo dos Estados Unidos tentou, sem sucesso, derrubar Fidel Castro do poder, no episódio da invasão da baía dos Porcos.

No mesmo ano, Fidel anunciou formalmente ao mundo que Cuba passava a ser um país socialista. Ao ingressar no bloco, a ilha se tornou importante ponto estratégico para a União Soviética, que tentou instalar mísseis em seu território, fato que originou a crise dos mísseis de 1962, como vimos anteriormente.

The New York Times/Latinstock

Fidel Castro, à direita, conversa com "Che" Guevara, em foto de 1959.

Ainda em 1962, Cuba foi expulsa da Organização dos Estados Americanos (OEA), sob a acusação de que disseminava a subversão pelo continente, embora o México continuasse a manter relações diplomáticas com o governo cubano. Época, como vimos, em que John Kennedy lançou para a América Latina a Aliança para o Progresso.

Isolada no continente, Cuba passou a apoiar os movimentos guerrilheiros que eclodiam em diversos pontos da América Latina. O próprio líder da Revolução Cubana e ex-ministro de Cuba, Ernesto "Che" Guevara, participou pessoalmente da guerrilha boliviana. Porém, em outubro de 1967, foi morto na Bolívia.

Enquanto a atitude ofensiva cubana ocorria, o governo dos Estados Unidos apoiava golpes militares no continente, que implantaram governos ditatoriais voltados a conter a expansão do socialismo na América Latina.

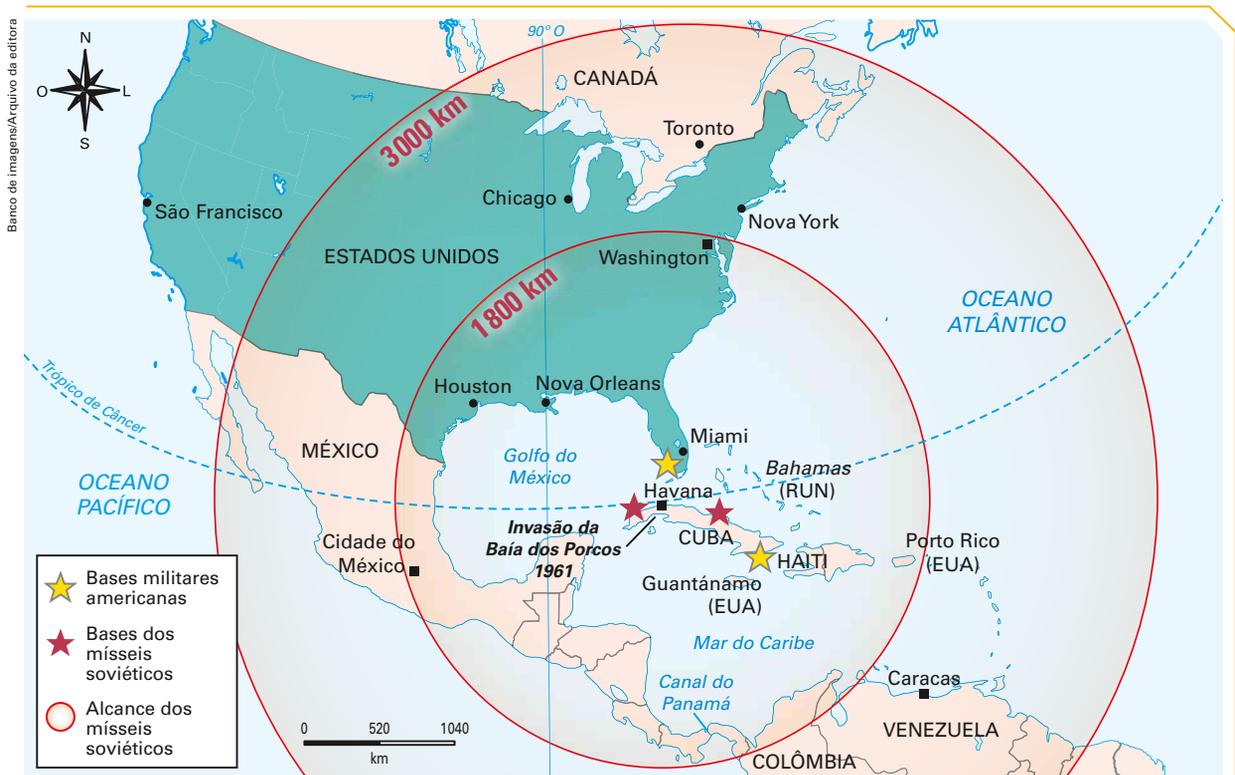
A Revolução Cubana constituiu uma forma singular de enfrentar os problemas de miséria e opressão causados pelo subdesenvolvimento, sem para isso recorrer ao alinhamento com o governo dos Estados Unidos. Após 25 anos do início da revolução, o governo cubano, apesar de várias dificuldades enfrentadas, diminuiu o desemprego e a miséria entre a população, e o analfabetismo foi erradicado do país.

Porém, as mudanças políticas e sociais no Leste Europeu e a derrocada da União Soviética, entre 1989 e 1991, que estudaremos adiante, fortaleceram a pressão popular por reformas na política cubana, como a reivindicação pela abertura política e pelo fim do partido único, controlado pelos irmãos Castro.

Ao mesmo tempo, o bloqueio econômico dos Estados Unidos implementado desde 1961 multiplicava as dificuldades da população cubana e do próprio regime socialista. Os efeitos dessa política estadunidense foram tão negativos que muitas das conquistas sociais, econômicas e culturais obtidas até os anos 1980 foram revertidas ou ameaçadas.

A retração econômica do Leste Europeu, provocada pelo esfacelamento da União Soviética, levou os dirigentes comunistas cubanos a tentar, em meados da década de 1990, um reformismo econômico e uma aproximação com a comunidade internacional discordante do bloqueio imposto pelo governo norte-americano. Assim, o lema revolucionário “socialismo ou morte” foi substituído por “queremos capital, e não capitalismo”. Outro mecanismo adotado pelo governo cubano foi o incremento do turismo, para atrair divisas que recuperassem a economia do país.

Nos últimos anos, vigorou em Cuba uma política pendular de isolamento e reaproximação do governo com vários países, especialmente com os Estados Unidos e com a União Europeia. Nesse contexto, o intercâmbio comercial e os financiamentos canadenses e europeus concedidos ao país cresceram. Apesar disso, dissidências internas e oposição à ordem política, seguidas de repressão e prisões, evidenciavam a permanência da estrutura fechada e antidemocrática, motivo de críticas e de entrave à maior integração de Cuba no circuito dos negócios e da política internacional.

1962: a crise dos mísseis

Adaptado de: HISTOIRE-Géographie. Paris: Hatier, 1991. p. 115.

Em 2006, Fidel Castro afastou-se do poder por problemas de saúde, e seu irmão, Raúl Castro (1931-), assumiu o governo de Cuba. Em julho de 2015, os presidentes Raúl Castro e Barack Obama reataram as relações diplomáticas entre Cuba e Estados Unidos. Em março de 2016, o presidente estadunidense visitou a ilha, estreitando ainda mais a reaproximação, depois de mais de 50 anos de rompimento.

Jaime Razuri/Agência France-Presse

Mulheres cubanas participam de manifestação em Miami, nos Estados Unidos, em 1994. Vestindo camisetas com a letra "P", de "prisioneiro", e com as mãos simbolicamente acorrentadas, elas clamam por liberdade para o povo cubano. Na Flórida há uma grande comunidade de cubanos que deixaram a ilha durante ou após a revolução por não concordar com as políticas de Fidel Castro.

Kevin Lamarque/Reuters/Latinstock

O presidente dos Estados Unidos Barack Obama e o presidente de Cuba Raúl Castro cumprimentam-se durante a primeira visita de Obama a Cuba, em Havana. Fotografia de 21 de março de 2016.

Atividades

Retome

1. Explique o que foi o Plano Marshall. Em seguida, responda: para o governo soviético, o que essa medida significava? O governo soviético tomou alguma medida a partir do estabelecimento do Plano Marshall?

2. Relacione a divisão da Alemanha e a construção do Muro de Berlim à situação ideológica internacional estabelecida após a Segunda Guerra Mundial.

3. Em que consistiu o processo de desestalinização na União Soviética e qual foi o papel de Nikita Kruschev nesse processo?

4. O Partido Comunista Chinês (PCC) chegou ao poder na China em 1949.
   a) Identifique e comente pelo menos três medidas do governo socialista na China entre as décadas de 1950 e 1960.
   b) Relacione o processo de desestalinização e o distanciamento entre os governos da China e da União Soviética.

5. Com base nas informações do mapa da página 182, explique em que consistiu a crise dos mísseis de 1962.

Pratique

6. Os dois textos a seguir tratam de aspectos gerais da Guerra Fria. Leia-os e responda às questões propostas.

Texto 1

O Estado de Segurança Nacional, a aliança da Otan, a Guerra Fria que durou 40 anos, todos foram criados sem o consentimento da população americana, que nem sequer chegou a ser consultada. Houve, é claro, eleições durante esse período crucial, mas Truman-Dewey, Eisenhower-Stevenson, Kennedy-Nixon tinham a mesma opinião no tocante à conveniência de, primeiro, inventar-se um inimigo de muitos tentáculos, o comunismo [...]; e, depois, para combater tanto mal, instalar um Estado guerreiro permanente em casa, com [...] uma polícia secreta para vigiar os "traidores" nativos, como ficaram sendo conhecidos os poucos inimigos do Estado de Segurança Nacional.

Seguiram-se 40 anos de guerras insensatas que geraram uma dívida de US$ 5 trilhões, que beneficiou enormemente a indústria aeroespacial [...].

VIDAL, Gore. As diversões imperiais. Caderno Mais! *Folha de S.Paulo*, 7 dez. 1997. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/12/07/mais!/7.html>. Acesso em: 16 abr. 2016.

Texto 2

A Guerra Fria tornou-se "quente" quando os Estados Unidos intervieram na dividida Coreia, em 1950 [...].

Com duração de três anos, a guerra foi enormemente sangrenta, matando ou ferindo 140 mil soldados americanos e três vezes esse número entre os coreanos do Norte e seus aliados chineses. Dois milhões de civis morreram no conflito, que terminou com a mesma divisão territorial que havia no início, uma tradução precisa da Guerra Fria como um todo.

PURDY, Sean. Planejando a ordem pós-guerra e a Guerra Fria. In: KARNAL, Leandro et al. *História dos Estados Unidos*: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2015. p. 229.

a) Quem seriam os "poucos inimigos do Estado de Segurança Nacional" nos Estados Unidos na época da Guerra Fria, citados no texto 1?
b) Que nome se deu à política de vigilância e perseguição a esses "inimigos", pelo próprio governo estadunidense, na década de 1950? Como essa política afetou a sociedade e a cultura dos Estados Unidos de então?
c) Para o autor do texto 2, quando a Guerra Fria tornou-se "quente"? Por quê?
d) Por que o autor do texto 2 diz que a divisão territorial da Coreia era uma "tradução precisa da Guerra Fria como um todo"?

Analise uma fonte primária

7. Observe a imagem ao lado e faça o que se pede.

Revista *Time*/Arquivo da editora

Capa da revista estadunidense *Time*, publicada em 6 de dezembro de 1968. Na parte inferior, lê-se, em inglês: "Corrida pela Lua".

a) A que nacionalidade pertence cada astronauta representado na imagem?
b) Por que eles foram representados correndo em direção à Lua? Eles estão correndo juntos ou competindo entre si? Explique.
c) Por que a corrida espacial passou a ser importante no período da Guerra Fria?

Articule passado e presente

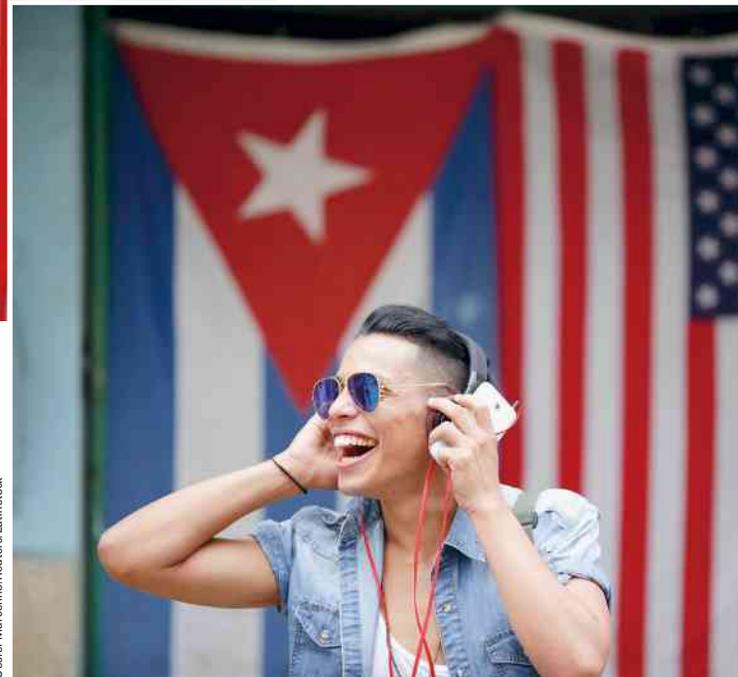
8. Neste capítulo, você estudou a Revolução Cubana, um dos focos de tensão da Guerra Fria. Depois de muito tempo de antagonismo, Cuba e Estados Unidos só retomaram as relações diplomáticas em 2015. Será que isso trouxe mudanças na política, na economia e no cotidiano dos cubanos?

a) Para entender melhor a atual situação de Cuba, reúna-se com um colega e observem as fotos a seguir.

Ueslei Marcelino/Reuters/Latinstock

A cubana Paloma Duarte tinha 18 anos em 2016. Para ela, a visita do presidente Barack Obama a Cuba, realizada naquele ano, foi positiva, já que promoveu a abertura de um canal de comunicação entre Cuba e Estados Unidos (algo importante, já que Paloma tem muitos familiares morando nos Estados Unidos). Foto de 23 de março de 2016, em Havana, Cuba.

Ueslei Marcelino/Reuters/Latinstock

Para o jovem cubano Jurangel, que em 2016 tinha 25 anos de idade, a visita de Obama a Cuba, em 2016, também foi positiva. Em suas palavras, foi "espetacular". Foto de 23 de março de 2016, em Havana, Cuba.

b) Agora, vocês vão fazer uma pesquisa sobre a situação atual de Cuba, procurando responder:

- Em que consistia, em detalhes, o bloqueio (ou embargo) imposto a Cuba pelos Estados Unidos em 1962 e que consequências ele trouxe para a sociedade cubana?
- Que mudanças passaram a ocorrer em Cuba a partir de 2006, com Raúl Castro?
- De que modo os jovens encararam a retomada de relações diplomáticas entre Cuba e Estados Unidos, em 2016? As reações foram todas positivas ou houve grupos da população cubana que se posicionaram contra essa retomada? E as gerações mais velhas de Cuba, como reagiram aos acontecimentos de 2016?

c) Levantem dados em *sites* de agências de notícias e de órgãos oficiais para uma pequena reportagem. Nela vocês deverão relacionar a história de Cuba à Guerra Fria e fazer um comentário sobre a situação atual de Cuba e as particularidades de se realizar um estudo sobre um processo tão atual. Para isso, retomem os conhecimentos sobre a chamada história imediata, que vocês conheceram no *Saber histórico* desta Unidade. Compartilhem a reportagem com o restante da classe.

CAPÍTULO 10

Brasil no período da Guerra Fria: da democracia à ditadura

Danilo Verpa/Folhapress

Em 2014, movimentos sociais e grupos de familiares ligados às vítimas da repressão durante a ditadura militar organizaram atos em diversas cidades do país para lembrar os 50 anos do golpe militar e protestar contra a violação de direitos humanos ocorrida naquele período. Na foto, ato realizado em 31 de março de 2014 no antigo prédio do Destacamento de Operações de Informação — Centro de Operações de Defesa Interna (Doi-Codi), órgãos subordinados ao Exército e responsáveis pela repressão do governo brasileiro durante a ditadura. No ato, familiares e torturados seguram fotos de vítimas da repressão durante a ditadura militar.

Entre 1946 e 1964, o Brasil passou por um período democrático em que os debates políticos, a modernização dos meios de comunicação e o crescimento urbano se fizeram presentes. Porém, em 1964, um regime ditatorial foi implantado no Brasil: iniciava-se o período de governos militares, que só terminou em 1985. O que ocorreu para que, depois daquele período democrático, tivesse início um regime ditatorial? Que consequências os regimes ditatoriais trazem a um país e a sua população? Hoje, de que maneira nós, cidadãos brasileiros, lidamos com as heranças da ditadura?

1 O Brasil no cenário do pós-Segunda Guerra Mundial

Em 1945, após o término da Segunda Guerra Mundial, a ditadura do Estado Novo chegou ao fim. No final desse ano foram realizadas eleições que deram a vitória ao general Eurico Gaspar Dutra (1883-1974). Com a abertura democrática, houve uma nova organização dos partidos políticos, além da garantia da liberdade de expressão. Com isso, houve grandes debates políticos, nos quais se manifestavam diferentes propostas para o Brasil enfrentar suas dificuldades econômicas e sociais.

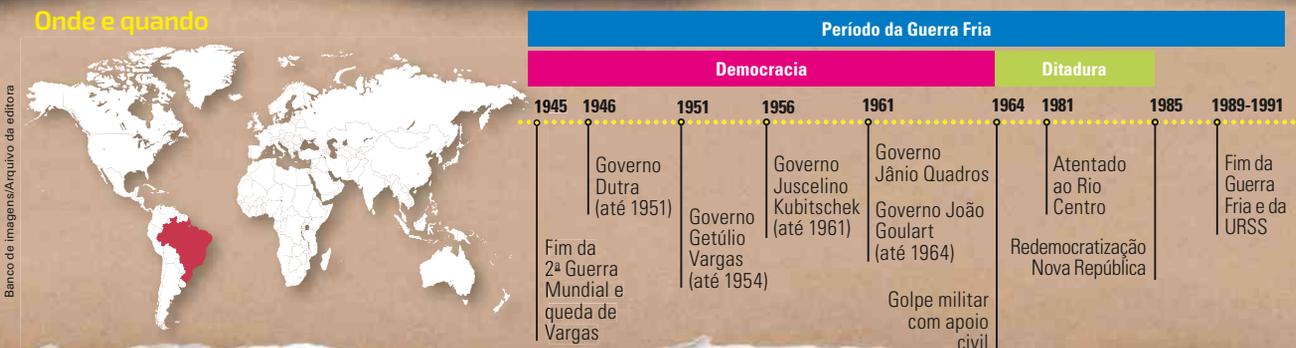
Foi também o início do período marcado pela Guerra Fria, que exigia dos países um posicionamento político favorável ou ao capitalismo estadunidense ou ao socialismo soviético. Prevaleceram, ao final, o **alinhamento** e a **dependência** brasileira em relação aos Estados Unidos e aos países do bloco capitalista, porém sob um discurso nacionalista.

O nacionalismo era uma das grandes correntes de pensamento que dividiam os debates políticos, juntamente com a corrente liberal e a comunista. A corrente nacionalista defendia um Estado forte e independente, investidor na economia e com restrições ao capital estrangeiro. A corrente liberal era favorável a um vínculo maior com o capitalismo internacional, à abertura do mercado interno aos produtos e capitais estrangeiros e a uma maior aproximação econômica e financeira com os Estados Unidos. Já a corrente comunista, que tinha um número menor de defensores, também era a favor da maior participação do Estado na vida nacional, conforme queriam os nacionalistas. Porém, diferentemente destes, defendia reestruturar a ordem social e política e defendia uma maior aproximação com o bloco liderado pela União Soviética.

Além do crescimento urbano e industrial ainda maior, o período também foi marcado pela modernização dos meios de comunicação, destacando-se o início das transmissões de televisão em 1950, com a TV Tupi de São Paulo.

Coleção particular/Arquivo da editora

Anúncio de televisor publicado na revista *O Cruzeiro*, em setembro de 1950.

Veja abaixo os períodos e os lugares em que se passaram os principais eventos do capítulo.

Onde e quando

Banco de imagens/Arquivo da editora

Linha do tempo esquemática. O espaço entre as datas não é proporcional ao intervalo de tempo.

Esses avanços não foram acompanhados por mudanças que diminuíssem as desigualdades sociais ou alterassem as péssimas condições de vida da maioria da população.

De 1946 a 1964, os debates em torno de um projeto de Brasil, principalmente quanto à opção pelo liberalismo ou nacionalismo, foram somados àqueles em torno da questão social, nas cidades e no campo. Vale ressaltar que, no censo de 1960, 45% dos 70 milhões de brasileiros morava em cidades. Essa situação seria invertida no início dos anos 1970.

Com o acirramento das posições políticas e sociais e a polarização da sociedade, o regime democrático foi suprimido novamente. Em 1964 foi instalado um regime ditatorial, que duraria até 1985.

Brasil e a experiência democrática (1945-1964)

Eurico Gaspar Dutra assumiu a presidência em janeiro de 1946. O início de seu governo foi marcado pela posse da **Assembleia Nacional Constituinte**, encarregada de elaborar uma nova Constituição para o Brasil. Promulgada ainda em 1946, a Carta restabelecia a democracia, a organização do Estado em três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e a autonomia dos estados e municípios, colocando fim ao centralismo político que caracterizou a Era Vargas. No entanto, a nova Constituição manteve a exclusão do direito de voto aos analfabetos (mais da metade da população), inúmeras restrições ao direito de greve e a não incorporação dos trabalhadores do campo à legislação trabalhista.

Leituras

O trecho abaixo foi retirado da obra da professora e historiadora brasileira Lilia Moritz Schwarcz. Leia-o com atenção e identifique a descrição feita sobre o presidente e sobre o decreto assinado em seu mandato. O Decreto Dutra, como ficou conhecido, proibia a prática ou a exploração de jogos de azar em todo o país.

Dona Santinha

Dutra se imaginava austero, um homem de poucas palavras e hábitos regulares. Ele era isso e um pouco mais: tinha vista e horizonte estreitos e postura moralista. Em abril de 1946, mal tomara posse e já havia assinado um decreto que resvalava na hipocrisia: proibiu o jogo em todo o território nacional e fechou os cassinos. O decreto teria sido inspirado pelas insistentes orações da esposa do presidente, que, de tão carola, era conhecida pelo apelido de Dona Santinha, e vinha embalado numa impostura: a de que seu governo tinha a obrigação de preservar a moral e os bons costumes entre os brasileiros. [...]

Com o decreto de Dutra, cerca de 40 mil pessoas acabaram desempregadas em todo o país. Muitos bateram na porta do Palácio do Catete para convencer o presidente de que o prejuízo seria grande e que o jogo continuaria a funcionar de maneira clandestina. Não houve jeito. O governo Dutra estava atento a rezas e às beatas, mas era impermeável às demandas sociais.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Brasil:* uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 399.

Associated Press/Glow Images

No Cassino da Urca, no Rio de Janeiro, além do salão de jogos, havia apresentações de cantores e artistas famosos, como Cármen Miranda e Grande Otelo. Na foto, de 1942, uma apresentação de dança no cassino.

Na área econômica, Dutra deu uma orientação liberal ao seu governo, afastando-se da política nacionalista adotada por Getúlio Vargas. Com a abertura do mercado aos produtos importados, as reservas nacionais em moedas estrangeiras acumuladas durante a Segunda Guerra esgotaram-se. Em 1948, foi anunciado o **Plano Salte**, abreviatura de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia, considerados setores prioritários. O plano só foi aprovado pelo Congresso em 1950, no final do governo Dutra, e abandonado pelo governo seguinte. Assim, foi implementado apenas em parte, como a pavimentação da rodovia Rio-São Paulo (atual Via Dutra), a abertura da rodovia Rio-Bahia e o início das obras da Hidrelétrica do São Francisco.

Aderindo ao clima da Guerra Fria, o governo Dutra estreitou relações com os Estados Unidos e, em 1947, rompeu relações diplomáticas com a União Soviética. Esse posicionamento acabou provocando um recuo na frágil e recente democracia brasileira: o governo decretou a ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB), cassando o mandato de deputados, senadores e vereadores do partido que foram eleitos em 1945. Além disso, o governo também ordenou a intervenção estatal em mais de 400 sindicatos.

Getúlio Vargas foi vitorioso nas eleições para a sucessão de Dutra em outubro de 1950.

Acervo Iconographia/Reminiscências

Em 1947, o presidente estadunidense Harry Truman veio ao Brasil, quando se encontrou com o presidente Dutra, à direita. Em piada corrente na época, contava-se que os cumprimentos teriam sido: "How ***do*** you ***do***, ***Du***tra?".
"How ***tru*** you ***tru***, ***Tru***man?".

Arquivo/O Cruzeiro/EM/D.A Press

Getúlio Vargas discursa durante sua posse como novo presidente da República do Brasil, em 31 de janeiro de 1951, em cerimônia realizada no Palácio do Catete, Rio de Janeiro.

Ele candidatou-se pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), com o apoio do Partido Social Democrático (PSD). Assim, o **pai dos pobres**, como ficou conhecido, reassumia a Presidência do Brasil em janeiro de 1951, mas, desta vez, democraticamente. Sua atuação política junto às camadas mais carentes do país, no estilo populista, foi decisiva para sua vitória.

Meses depois da eleição de Getúlio, a marchinha mais cantada no Carnaval de 1951 era *Retrato do velho*, de Haroldo Lobo e Marino Pinto, gravada em outubro de 1950 por Francisco Alves, para comemorar o resultado das eleições.

Retrato do velho

Bota o retrato do velho outra vez
Bota no mesmo lugar
Bota o retrato do velho outra vez,
Bota no mesmo lugar.
O sorriso de velhinho faz a gente trabalhar
Eu já botei o meu...
E tu, não vais botar?
Já enfeitei o meu...
E tu, vais enfeitar?
O sorriso do velhinho faz a gente se animar

LOBO, Haroldo; PINTO, Marino. Retrato do velho. Intérprete: Francisco Alves, 1950. In: Franklin Martins. *Quem foi que inventou o Brasil?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. v. 1. p. 385.

Com a volta de Getúlio Vargas, o governo passou a seguir a corrente nacionalista, com o Estado atuando de maneira intervencionista e paternalista.

Arquivo/Agência Estado

Em 1955, foi extraído o primeiro barril de petróleo na Bahia. A criação da Petrobras e a adoção de uma política de exploração de petróleo foi o resultado de uma ampla campanha popular, cujo mote era ***O petróleo é nosso!***

As importações foram restringidas e os investimentos estrangeiros foram limitados, dificultando as remessas de lucros de empresas transnacionais para seus países de origem. Para incentivar a indústria nacional, em 1952, foi criado o **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)** e, no ano seguinte, a **Petrobras**, empresa estatal com o monopólio da exploração e refino do petróleo no Brasil. Foi proposta também a criação da **Eletrobrás**, uma empresa para controlar a geração e a distribuição de energia elétrica.

Vargas nomeou João Goulart (1919-1976) para ministro do Trabalho, em 1953, para enfrentar as reivindicações e a onda de greves. Sob a orientação do presidente, o novo ministro propôs, em janeiro de 1954, dobrar o valor do salário mínimo, que recuperou seu valor em relação à crescente inflação. Em fevereiro, 42 coronéis e 39 tenentes-coronéis emitiram um manifesto – o **Manifesto dos Coronéis** – criticando o governo, o aumento do salário mínimo e as desordens que corriam pelo país. Entre eles estava o coronel Golbery do Couto e Silva e vários outros militares que, mais tarde, foram protagonistas da ditadura iniciada em 1964.

Diante do manifesto, Getúlio demitiu o ministro da Guerra, o general Espírito Santo Cardoso, e acordou com Goulart a sua demissão, acalmando os ânimos. Contudo, no feriado de 1º de maio de 1954, Vargas anunciou o aumento de 100% do salário mínimo, conquistando ainda mais apoio dos trabalhadores.

A política populista de Vargas atraiu a oposição de liberais, como os membros da UDN (União Democrática Nacional, partido político de orientação liberal), oficiais das Forças Armadas e empresários, especialmente os ligados aos interesses estrangeiros.

Em 5 de agosto de 1954, o jornalista **Carlos Lacerda** (1914-1977), um dos principais oponentes de Vargas, dono do jornal *Tribuna da Imprensa*, sofreu um atentado no qual morreu seu segurança, o major da Aero-

Keffel Filho/*O Cruzeiro*/EM/D.A Press Brasil

A morte de Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954, causou comoção popular. Milhares de pessoas choraram diante de seu caixão, no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, antes de o corpo do presidente seguir para São Borja, no Rio Grande do Sul, onde foi enterrado.

náutica Rubens Vaz (1922-1954). O episódio ficou conhecido como **o atentado da rua Toneleros**. As investigações apontaram a participação de Gregório Fortunato (1900-1962), chefe da guarda pessoal de Getúlio. Isso acirrou os ânimos dos oposicionistas, desdobrando-se numa grande campanha pela renúncia de Vargas. A campanha contou com os meios de comunicação, que alimentavam e impulsionavam o aprofundamento da crise.

Pressionado, Vargas suicidou-se em 24 de agosto de 1954. A notícia da morte e a divulgação de sua carta-testamento estimularam manifestações populares por todo o país. Jornais de oposição foram invadidos e depredados, assim como os diretórios da UDN e a embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro. Leia a seguir alguns trechos da carta-testamento de Vargas:

> Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se novamente e se desencadeiam sobre mim.
>
> Não me acusam, me insultam; não me combatem, caluniam e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobras; mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculizada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente [...].
>
> Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma agressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar a não ser o meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre convosco [...].
>
> Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram, respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate.
>
> Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram o meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história.
>
> Citado em DEL PRIORE, Mary et al. *Documentos de história do Brasil*: de Cabral aos anos 90. São Paulo: Scipione, 1997. p. 98-99.

Com o suicídio de Getúlio, o vice-presidente Café Filho (1899-1970) assumiu o poder.

Inconformados com o resultado das eleições, a UDN de Lacerda e setores militares tramavam um golpe, com apoio discreto de Café Filho e outros ministros, mas esbarraram no legalista ministro da Guerra, o general Henrique Teixeira Lott (1894-1984). A saída de Café Filho da presidência por problema de saúde ocasionou a transferência do cargo ao presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz (1894-1961), aliado da UDN. Este, mais favorável aos golpistas, tentou se livrar do legalista Lott, que reagiu e o depôs. O cargo foi entregue então ao presidente do Senado, Nereu Ramos (1888-1958), que governou como presidente da República até a posse de Juscelino Kubitschek, em janeiro de 1956.

Nas eleições de outubro de 1955, Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976), ex-governador de Minas Gerais, teve uma vitória apertada, de 36%, contra 30% dos votos dados a Juarez Távora, candidato da UDN. JK, como era popularmente conhecido, foi o candidato da coligação PSD-PTB. Como na época os eleitores votavam separadamente para presidente e para vice-presidente, João Goulart, o Jango, ex-ministro do Trabalho de Vargas, venceu a eleição para Vice-Presidência, com mais votos (3 591 409) do que o próprio JK (3 077 411).

2 De JK a Jango

O governo de Juscelino Kubitschek foi marcado pelo desenvolvimentismo. Apoiando-se no **Plano de Metas**, divulgado sob o ***slogan*** "**50 anos em 5**", Juscelino prometia desenvolver o país em tempo recorde. O programa priorizava investimentos em setores de energia, indústria, educação, transporte e alimentos. Para alcançar as metas, o governo favoreceu a entrada de capitais estrangeiros e a presença de empresas transnacionais no país. Esse modelo abandonava o nacionalismo do período Vargas e aderia ao capitalismo internacional.

slogan: expressão concisa, fácil de lembrar, utilizada em campanhas políticas, de publicidade, de propaganda, para lançar um produto, marca, etc.

Como resultado dessa política, fábricas de caminhões, tratores, automóveis, produtos farmacêuticos e cigarros foram instaladas no Brasil. Destacam-se também a construção das usinas hidrelétricas de Furnas e Três Marias; e a pavimentação de milhares de quilômetros de estradas.

Grandes mudanças ocorriam em diversos setores. No dia a dia de muitas cidades e regiões

> a partir de 1958, os brasileiros viram se materializar nas ruas e estradas duas novidades: o DKW-Vemag, que apesar de barulhento era o primeiro automóvel a sair de fábrica com 50% de peças nacionais, e a Rural Willys, o primeiro carro também nacional com tração nas quatro rodas.
>
> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Brasil*: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 416.

Na música, foi a época em que surgiu a bossa nova, um novo estilo de tocar e cantar samba com influência do *jazz*, juntando-se aos tangos, boleros, valsas e sambas de então. No futebol, 1958 foi o ano da conquista do primeiro campeonato mundial. Passaram a fazer parte dos hábitos dos brasileiros o consumo de produtos industriais, como eletrodomésticos (máquina de lavar roupas, rádio de pilha, etc.) e peças de vestuário com tecidos sintéticos (náilon, *ban-lon*, acrílico, napa, etc.), entre outros.

No entanto, esse desenvolvimentismo era basicamente dirigido a partes do mundo urbano moderno. O enorme fosso social, pleno de desigualdades e carências (saneamento básico, escolas, saúde), e um mundo rural que ainda reunia a maioria da população brasileira sem a proteção de uma legislação trabalhista continuavam a existir.

A maior obra do governo JK, entretanto, foi a construção de Brasília, a nova capital federal, planejada pelo urbanista Lúcio Costa e pelo arquiteto Oscar Niemeyer. A cidade foi inaugurada em 21 de abril de 1960. Localizada no Planalto Central, estava bem distante das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, os principais centros de pressão popular da época.

A abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro e os vários empréstimos contraídos junto às instituições estrangeiras deixaram o país numa séria crise financeira, com a inflação chegando, em 1960, ao índice de 25% ao ano.

Arquivo Público do Distrito Federal/Agência France-Presse

Brasília foi construída nos anos 1950. Esta foto, do final da década, mostra a construção da esplanada dos ministérios e dos prédios do Congresso Nacional, ao fundo.

Arquivo Público do Distrito Federal/Agência France-Presse

Juscelino, ao lado de Jango, acena para os trabalhadores durante a inauguração de Brasília, em 21 de abril de 1960.

Arquivo/Agência Estado

Com vassouras nas mãos, mulheres manifestam-se em campanha pela eleição de Jânio Quadros, em São Paulo, em 1960. Jânio Quadros adotou a vassoura como símbolo de campanha, alegando que com ela varreria a corrupção.

Nas eleições de 1960, a coligação PSD-PTB indicou o marechal Henrique Teixeira Lott para concorrer à Presidência e João Goulart à Vice-Presidência. Na oposição, a UDN e outros partidos menores apoiaram a candidatura do ex-governador de São Paulo, Jânio Quadros (1917-1992). Seu candidato à Vice-Presidência era Mílton Campos, ex-governador de Minas Gerais. Jânio pregava uma limpeza na vida política nacional com o combate à corrupção. Para simbolizar a ideia, usava uma vassoura na campanha eleitoral.

Como votava-se separadamente para presidente e para vice-presidente, Jânio Quadros se tornou presidente com 5,6 milhões de votos. João Goulart foi eleito vice-presidente com 4,5 milhões de votos. Era formada a dupla "Jan-Jan".

O breve governo Jânio

Como presidente, Jânio Quadros primou pela ambiguidade. Na economia atuava de forma mais próxima aos conservadores liberais: cortou gastos e congelou salários em meio à contínua elevação dos preços dos produtos. Por outro lado, sua política externa aproximava-se da esquerda, ao reatar relações diplomáticas com países socialistas a fim de ampliar mercados.

Um episódio reforçou essa política de independência em relação ao bloco capitalista. Em 1961, o argentino Ernesto Che Guevara, então ministro da Economia em Cuba, foi condecorado por Jânio Quadros com a Ordem do Cruzeiro do Sul. Essa atitude provocou reações contrárias, inclusive do próprio partido do presidente.

Em agosto de 1961, após sete meses de governo, Jânio surpreendeu a todos ao renunciar ao cargo, numa manobra política fracassada. A renúncia fazia parte de um plano que contava com o temor de setores da sociedade diante da possibilidade de João Goulart assumir a Presidência para fortalecer seu poder. O vice, que se encontrava na China Popular, em missão de governo, era considerado comprometido com as causas trabalhistas – e até acusado de ser um comunista – por vários militares e políticos.

Ao que parece, a expectativa de Jânio era que a população se mobilizasse contra seu pedido de renúncia e o Congresso Nacional o rejeitasse, o que o levaria a exigir plenos poderes para continuar na Presidência. A renúncia, porém, foi aceita imediatamente e nenhum grupo movimentou-se para convencer Jânio Quadros a permanecer no poder. O presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli (1910-1975), assumiu a Presidência da República até a posse de Jango.

Acervo Iconografia/Reminiscências

Após a renúncia, Jânio Quadros embarca para a Europa. Foto de agosto de 1961. Afonso Arinos, membro da UDN e ministro das Relações Exteriores, definia Jânio como a "UDN de porre". Como ator político tinha um *marketing* peculiar, tomando até mesmo atitudes bizarras, como a proibição do uso de biquínis nas praias e das brigas de galo. Na sua última atitude, como uma jogada, o desfecho resultou no contrário do que Jânio esperava. O Congresso foi rápido em aceitar seu pedido de renúncia e a população não se manifestou a seu favor.

João Goulart e a crise política

A renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961 amplificou as divergências entre as forças políticas. Alguns ministros militares e políticos da UDN, contrariando a Constituição, tentaram impedir a posse de João Goulart. O novo presidente era visto como um herdeiro de Getúlio Vargas e acusado de simpatizante da esquerda. Em defesa de Jango, Leonel Brizola (1922-2004), então governador do Rio Grande do Sul, lançou a **Campanha da Legalidade**, conquistando o apoio de boa parte da população brasileira.

A posse de Jango ocorreu somente após debates e negociações que levaram à alteração da Constituição. Com uma emenda, em 2 de setembro de 1961, foi implantado o **parlamentarismo** no país. Era o acordo para se evitar uma guerra civil: Jango assumiria a presidência, mas o governo de fato ficaria a cargo do primeiro-ministro, escolhido pelo Congresso Nacional. Definiu-se também que, após algum tempo, o parlamentarismo deveria ser ratificado ou não por um plebiscito.

Em janeiro de 1963, o plebiscito sobre o parlamentarismo mobilizou o país. O sistema político estava em vigência há pouco mais de um ano e era muito criticado e impopular. Com intensa campanha pelo seu fim, os brasileiros decidiram pela restauração do regime presidencialista.

Enquanto o presidencialismo era restabelecido, a situação econômica do país deteriorava-se. A inflação, que em 1962 atingira 52%, chegou aos 80% em 1963 e afetou gravemente o poder aquisitivo dos trabalhadores.

Para enfrentar a crise, o governo lançou o **Plano Trienal**, no final de 1962. Seu objetivo era conter a inflação e promover o desenvolvimento do país. No entanto, os efeitos do plano foram mínimos, principalmente quanto ao custo de vida. As pressões populares cresceram, levando Jango a defender amplas reformas nos setores agrário, administrativo, fiscal e bancário. Conhecidas como **reformas de base**, essas medidas foram vistas pelos seus opositores como uma ameaça à ordem liberal vigente.

Três dessas medidas ajudam a entender os interesses que estavam ameaçados. Contra a inflação, foi criada a Superintendência Nacional do Abastecimento (Sunab), ligada ao governo e encarregada de controlar os preços dos produtos, interferindo, portanto, nos lucros dos produtores e comerciantes.

Para oferecer melhores condições de vida a milhões de trabalhadores rurais e ampliar a oferta de alimentos, uma proposta de **reforma agrária** nos latifúndios improdutivos foi apresentada ao Congresso. Os latifundiários, porém, não concordavam com os mecanismos de cálculos para se chegar aos valores das indenizações a serem pagas pelas terras, alegando grandes perdas caso fossem efetivamente aplicados.

Outra questão polêmica foi a restrição da remessa de lucros das empresas estrangeiras para o exterior; a proposta teve oposição de grupos ligados ao capital internacional.

Diante de tantos embates, João Goulart aproximou-se de setores populares organizados por operários, camponeses, estudantes e militantes de esquerda, como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), a Confederação dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG) e as Ligas Camponesas.

No lado oposto, contra Jango, os conservadores juntavam organizações sociais e políticas. Entre eles, destacava-se o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPÊS), que reunia diretores de empresas multinacionais, jornalistas, intelectuais, militares e a nata do empresariado nacional.

Arquivo/Agência Estado

Separação de urnas para contagem dos votos no plebiscito de 1963, que consultou a população brasileira sobre a permanência do parlamentarismo como sistema político.

Leituras

A seguir, leia o texto da cientista política Christiane Jalles de Paula sobre a atuação do IPÊS.

A atuação do IPÊS

Fundado oficialmente em 2 de fevereiro de 1962, no Rio de Janeiro, o IPÊS resultou da fusão de grupos de empresários organizados no Rio e em São Paulo e rapidamente ganhou a adesão das classes produtoras das outras unidades da federação.

O acirramento nos debates sobre as chamadas "reformas de base" – agrária, bancária, urbana, universitária e tributária, promovidas pelo governo Goulart – incitou nos membros do IPÊS a percepção de que o país marchava inexoravelmente para o comunismo e que cabia aos "homens bons" a interrupção desse processo.

Dessa forma, o instituto promoveu intensa campanha antigovernamental. Associando as propostas do governo ao comunismo, a entidade utilizou os mais diversos meios de comunicação na defesa da "democracia" e da livre iniciativa. Publicou artigos nos principais jornais do país; produziu uma série de 14 filmes de "doutrinação democrática", apresentados em todo o país; financiou cursos, seminários, conferências públicas; publicou e distribuiu inúmeros livros, folhetos e panfletos anticomunistas, dentre os quais *UNE, instrumento de subversão*, de Sônia Seganfreddo, dirigido aos estudantes universitários, então tidos como um dos pilares da infiltração comunista.

O IPÊS também atuou no financiamento de outras entidades contrárias ao governo Goulart, tais como os Círculos Operários carioca e paulista, a Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos, a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde) do Rio, a União Cívica Feminina de São Paulo, o Instituto Universitário do Livro, e o Movimento Universitário de Desfavelamento. O IPÊS-RJ auxiliava igualmente a Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra.

Em maio de 1963, a Câmara dos Deputados instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), acusado de financiar candidatos oposicionistas na campanha eleitoral de 1962 com recursos indevidos. O IPÊS foi arrolado na CPI, mas acabou sendo absolvido, em dezembro de 1963.

A participação do IPÊS na derrubada do governo Goulart, em 31 de março de 1964, pelos militares, foi preferencialmente resultado de um trabalho propagandístico. Todavia, isso não impediu que alguns de seus membros, individualmente, atuassem de maneira mais direta. O reconhecimento dos seus préstimos pelo regime militar ocorreu em 7 de novembro de 1966, quando foi declarado "órgão de utilidade pública" por decreto presidencial.

O IPÊS paulista foi completamente desativado em 1970, ao passo que o do Rio encerrou suas atividades em março de 1972.

Christiane Jalles de Paula. O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPÊS. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_Instituto_de_Pesquisa_e_Estudos_Sociais>. Acesso em: 13 abr. 2016.

Entre outros opositores a João Goulart estavam o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp).

Num comício realizado em 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro, o presidente prometeu o aprofundamento das reformas para diversas entidades de trabalhadores e estudantes. Em resposta, os conservadores organizaram uma grande passeata em São Paulo, chamada **Marcha da Família com Deus pela Liberdade**. Os participantes da passeata declaravam estar se posicionando contra o que era visto como ameaça da transformação do país numa república comunista, representada pelo presidente, suas propostas e seu grupo de apoio. Setores da Igreja e do empresariado participaram da manifestação.

Acervo Iconographia/Reminiscências

João Goulart e sua esposa, Maria Teresa, no comício pelas reformas de base realizado na Central do Brasil, em 13 de março de 1964.

Para saber mais

Anos rebeldes

A década de 1960 foi marcada por vários movimentos sociais, protestos e mobilizações em todo o mundo, tanto em países capitalistas como socialistas. Por isso, esse período é chamado de **Anos Rebeldes**. Por toda parte, diferentes grupos exprimiam seus projetos para a sociedade e seu inconformismo com a situação daquele momento. Manifestavam-se grupos pelos direitos de negros, de mulheres, de homossexuais, de estudantes, de minorias étnicas, entre muitos outros.

Como vimos, nos Estados Unidos, a luta contra o conflito no Vietnã ganhou força. No início, acreditava-se que ele teria curta duração. Mas a guerra arrastou-se por muitos anos e envolveu praticamente toda a sociedade estadunidense. Também absorveu boa parte do orçamento do governo e mobilizou centenas de milhares de jovens para o alistamento.

Lutar contra a invasão do Vietnã tornou-se a bandeira dos movimentos de contestação ao conservadorismo da sociedade estadunidense, não só nos Estados Unidos como em todo o mundo.

Ao mesmo tempo que se protestava contra a guerra, condenava-se também a repressão às tentativas de abertura democrática nos países socialistas, como a Primavera de Praga. Assim, apesar das intensas críticas ao capitalismo, os procedimentos do Estado soviético não eram aceitos sem contestação.

Além das práticas políticas, muitos desses movimentos criticavam, também, os comportamentos e valores morais, como o poder autoritário dos pais sobre os jovens; a desigualdade de direitos entre homens e mulheres; a subordinação feminina aos homens e aos valores machistas.

As mobilizações iam desde atuações políticas violentas até o pacifismo do movimento *hippie* (resumido no *slogan* "paz e amor"); das pichações à guerrilha e às lutas contra a discriminação racial dos negros ou pela emancipação feminina crescente aos protestos musicais.

Entre os jovens, difundia-se o uso da minissaia, dos cabelos compridos, das roupas coloridas, das pílulas anticoncepcionais. O discurso era de liberdade individual.

A música firmou-se como importante canal de protesto social. Os meios de comunicação, a indústria fonográfica e a organização de *shows* e festivais garantiam acesso de cantores e bandas vinculados a movimentos sociais e políticos a um público amplo. Explodia o *rock*, com uma nova forma de percepção do mundo, de expressão de sentimentos e comportamentos. Bandas como Beatles, Rolling Stones, The Doors e músicos como Jimi Hendrix, Janis Joplin, Joan Baez e Bob Dylan traduziam o novo momento e a discordância da juventude.

Foi também a época dos movimentos negros nos Estados Unidos. Eles lutavam por garantia de direitos civis, reconhecimento da plena cidadania e fim do racismo, que em muitos estados era prática oficializada.

Paris, capital da França, transformou-se no centro da rebeldia dos estudantes e dos trabalhadores europeus contra o governo. Em maio de 1968, explodiu uma verdadeira revolução na cidade, com barricadas nas ruas e propostas para uma sociedade radicalmente livre, liderada por socialistas ou anarquistas.

Fondation Gilles Caron/Gamma-Rapho/Getty Images

Confronto entre estudantes e membros da tropa de choque francesa em Paris, França. Foto de 6 de maio de 1968.

A década de 1960, em especial o ano de 1968, tornou-se ícone por tudo que representou para lutas e conquistas sociais. Muitos a veem como uma época que não terminou, pelo fato de as promessas de paz, amor e liberdade contra a opressão e a alienação ainda não terem se concretizado.

No Brasil não foi diferente: os Anos Rebeldes também foram os anos da queda da democracia e da instalação da ditadura, com manifestações de estudantes, sindicatos e artistas das mais diferentes áreas. Para ficar apenas no exemplo da música, foi a época em que se formou uma longa e rica lista de cantores e compositores que se manifestaram em atuações por toda a época da ditadura militar. Por meio da arte mantiveram vivos os anseios por tempos de liberdade e de superação das iniquidades sociais. Entre tantos, pois a lista é imensa, estavam:

Sérgio Ricardo, Zé Kéti, João do Vale, Nara Leão, Maria Bethânia, Edu Lobo, Marcos Valle, Paulo Sérgio Valle, Geraldo Vandré, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Chico Buarque de Holanda, Billy Blanco, Jair Rodrigues, Elis Regina, Milton Nascimento, Ronaldo Bastos, Beto Guedes, Fernando Brant, Elton Medeiros, Silas de Oliveira, Raul Ellwanger, Taiguara, Paulinho da Viola, Vinicius de Moraes, Juca Chaves, Paulo César Pinheiro, Maurício Tapajós, o grupo Secos & Molhados, Benito de Paula, Eduardo Gudin, Gonzaguinha, Simone, Sirlan, Manduka, Raul Seixas, Ednardo, Belchior, João Bosco, Aldir Blanc, Francis Hime e Luiz Ayrão.

3 O golpe civil-militar e a montagem da ditadura

Desde o início de 1964, as propostas de reformas de base intensificaram as manifestações de apoio e de repulsa ao governo de João Goulart. Disseminou-se o medo das reformas.

> Caso implementadas, haveria um outro modelo de desenvolvimento. Desapareceria o latifúndio e o domínio dos capitais estrangeiros. Reformas revolucionárias.
>
> Muita gente tinha medo. Haveria guerra civil? O país viraria uma imensa Cuba, dominada pelos comunistas? O catolicismo seria perseguido? As Forças Armadas sobreviveriam? As hierarquias tradicionais nos campos do saber e do poder seriam respeitadas?
>
> As direitas trabalharam com eficácia estes medos. Não os inventaram, mas souberam explorá-los, exagerando-os. O medo do processo convulsivo acionou os mais destemidos – a minoria de golpistas que passou à ação – e paralisou as grandes maiorias, mesmo as que tinham alguma simpatia ou não eram hostis a Jango. Em grande medida, este fato explica a vitória, sem luta, dos golpistas.
>
> REIS, Daniel Aarão (Coord.). A vida política. In: *Modernização, ditadura e democracia:* 1964-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. p. 85-86. (Coleção História do Brasil Nação – v. 5).

Em 31 de março, o alto escalão de oficiais do Exército, com apoio de vários governadores, como Magalhães Pinto (1909-1996), de Minas Gerais, Carlos Lacerda (1914-1977), da Guanabara, e Adhemar de Barros (1901-1969), de São Paulo, rebelou-se contra o governo de Jango. O primeiro passo coube ao general Olímpio Morão Filho, que mobilizou o exército de Belo Horizonte, o mesmo que, 27 anos antes, ainda capitão e integralista, havia forjado o famoso Plano Cohen.

Segundo o pesquisador e historiador Carlos Fico, os revoltosos contavam com a Operação Brother Sam, que incluía a possível intervenção planejada pelo embaixador estadunidense Lincoln Gordon, associado às elites econômicas, políticas e militares. A operação contava com uma força tarefa naval estadunidense (porta-aviões, porta-helicópteros, contratorpedeiros) que atuaria nas costas brasileiras e incluía a entrega de armas, munições e combustível (quatro navios-petroleiros). O plano entraria em ação em março.

Entretanto, o golpe teve um desfecho rápido e sem lutas. Culminou com a deposição do presidente João Goulart, que deixou Brasília, dirigiu-se para o Rio Grande do Sul e em seguida para o Uruguai, onde pediu asilo. Já no dia 1º de abril, o embaixador Lincoln Gordon foi avisado de que não era mais necessário o apoio

logístico estadunidense. Era o fim de uma experiência republicana reformista e o início da ditadura comandada pelos militares.

Após a deposição do presidente João Goulart, uma junta militar, formada pelo general Artur da Costa e Silva (1899-1969), pelo brigadeiro Francisco Correia de Melo (1903-1971) e pelo almirante Augusto Rademaker (1905-1985) foi instalada no poder. A primeira medida tomada por essa junta foi a decretação do **Ato Institucional nº 1 (AI-1)**. O decreto garantia amplos poderes ao Executivo, como cassar mandatos, suspender direitos políticos, aposentar funcionários civis e militares e decretar estado de sítio sem autorização do Congresso. Milhares de brasileiros foram atingidos pelos expurgos, civis e militares. Em seguida, o Alto Comando das Forças Armadas indicou para a Presidência o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1897-1967).

Com o golpe de 1964, teve início uma série de governos militares que permaneceu no poder até 1985. Nesse período, as liberdades democráticas foram anuladas e os poderes Legislativo e Judiciário foram submetidos. Também foi uma época em que estados e municípios perderam sua autonomia, passando a ser simples executores das decisões federais. Já no primeiro ano do golpe,

> 10 mil réus e 40 mil testemunhas foram submetidos a inquéritos que revelavam completo desprezo pelas regras da justiça.
>
> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Brasil:* uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 457.

Na área econômica, os governos militares promoveram a abertura do mercado ao capital e às empresas estrangeiras, ampliando a internacionalização da economia. Essa ação foi acompanhada de certa estabilização financeira e crescimento acentuado, sobretudo entre 1969 e 1973. Em virtude dessas altas taxas de crescimento, esse período ficou conhecido como **milagre econômico brasileiro**.

Para realizar grandes obras públicas, como a Transamazônica, a ponte Rio-Niterói, a usina hidrelétrica de Itaipu e as usinas nucleares de Angra dos Reis, os militares contaram com a entrada maciça de empréstimos externos. Grande volume de capital estrangeiro também chegou sob a forma de investimentos, que se destinaram aos setores dinâmicos da economia: às empresas privadas brasileiras, basicamente produtoras de bens de consumo não duráveis (como a têxtil e a indústria de alimentos); às empresas multinacionais, voltadas principalmente para a produção de bens de consumo duráveis (como a indústria automobilística, de máquinas e de eletrodomésticos); e às empresas estatais (telecomunicações, energia, produção bélica, etc.). Para apoiar a produção, o governou buscou, também, ampliar tanto o mercado consumidor externo, por meio da exportação, como o mercado consumidor interno, principalmente os profissionais liberais e executivos das empresas em expansão. Para garantir o baixo custo da produção, os salários da grande maioria dos trabalhadores eram mantidos baixos.

Qualquer divergência, protesto ou manifestação contra a ditadura era visto como ameaça à segurança

Juca Martins/Olhar Imagem

Repressão policial à greve dos metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo, SP, 1980.

nacional. Assim, a repressão tornou-se o principal braço de sustentação do regime. Muitos opositores foram presos, exilados ou mortos. A tortura era amplamente utilizada como uma política de Estado.

O acesso e o domínio das informações eram considerados fundamentais no controle e combate aos opositores. Para isso, o regime militar contou com diversos órgãos de informação e repressão, que vigiavam a vida pública e privada dos brasileiros. Entre eles estavam o Centro de Informação do Exército (Ciex), o Centro de Informações da Marinha (Cenimar), o Serviço Nacional de Informações (SNI), subordinado diretamente à Presidência da República, o Centro de Operações de Defesa Interna (Codi) e os Destacamentos de Operações de Informações (DOI).

Um dos órgãos mais violentos de repressão foi a **Operação Bandeirante (Oban)**, financiada por empresários paulistas e executivos de multinacionais como Ford, Volkswagen, Ultragraz e Copersucar. A Oban coletava informações, realizava interrogatórios e operações de combate. O órgão era comandado pelo delegado da polícia civil paulista Sérgio Paranhos Fleury (1933-1979), até então ligado aos "esquadrões da morte", grupos ilegais que assassinavam criminosos comuns.

Arquivo/Agência Estado

O ministro renunciou.
Aqui está sua explicacão:

CIRNE LIMA NÃO É MAIS MINISTRO DA AGRICULTURA. ESTA É SUA EXPLICAÇÃO AO PRESIDENTE:

DOCES

BOMBOM ESPECIAL

BOMBOM MINEIRO

BOMBOM DE CÔCO

O Cid
tem um presente para
cada tipo de mãe.

cid
centro industrial de distribuição

Página do *Jornal da Tarde* que, no espaço reservado para a matéria que foi censurada, publicou receitas de doces na edição de 10 de maio de 1973.

A ditadura militar teve um eficiente serviço de propaganda, voltado para despertar o patriotismo na população, com *slogans* como "Este é um país que vai pra frente"; "Ninguém segura este país"; "Brasil, potência do ano 2000"; "Brasil, ame-o ou deixe-o". A crescente influência da televisão, o mais importante meio de comunicação do país, foi fundamental para a eficácia dessa campanha.

Para evitar a divulgação de notícias contrárias ao regime militar ditatorial, houve uma forte censura sobre a imprensa, as músicas, o teatro, etc. A presença de **censores**, funcionários do governo encarregados de controlar o que seria publicado, era frequente nas redações de jornais e revistas. Periódicos paulistanos, como o *Jornal da Tarde* e *O Estado de S. Paulo*, chegaram a estampar receitas de bolo e poemas em suas primeiras páginas para substituir as notícias proibidas. Era uma forma de protesto.

O governo Castelo Branco (1964-1967)

Castelo Branco autorizou inúmeras prisões, interveio em sindicatos e organizações populares e cassou direitos políticos de opositores. Também fechou o Congresso Nacional e criou o Serviço Nacional de Informações (SNI). Decretou o **Ato Institucional nº 2 (AI-2)**, que estabeleceu eleições indiretas para a Presidência da República e extinguiu os partidos políticos existentes, que foram reunidos em duas novas legendas: a **Arena** (Aliança Renovadora Nacional), aliada ao governo, e o **MDB** (Movimento Democrático Brasileiro), supostamente de oposição.

Decretou também o **AI-3**, que determinou a eleição indireta dos governadores dos Estados, e o **AI-4**, que orientou a elaboração da nova Constituição, outorgada em janeiro de 1967. A Carta incorporava os atos institucionais e atribuía hegemonia política ao Executivo. Em 1967, a **Lei de Imprensa** instaurou a censura aos veículos de comunicação no país.

Na área econômica, o Brasil alinhou-se completamente com os Estados Unidos e criou facilidades para a entrada do capital estrangeiro. Um exemplo desse alinhamento foi o envio de tropas brasileiras à República Dominicana, juntando-se à intervenção militar estadunidense.

O governo Costa e Silva (1967-1969)

Para a sucessão de Castelo Branco, o Alto Comando Militar indicou o ministro da Guerra, marechal Artur da Costa e Silva (1899-1969). Com a economia em crescimento e a manutenção do congelamento dos salários dos trabalhadores, surgiram greves, como a de Contagem (MG) e a de Osasco (SP). Esta foi reprimida brutalmente, com cerco policial, seguido da atuação dos soldados com metralhadoras e blindados. Ainda no início de seu governo, os protestos de rua contra o regime ditatorial se intensificaram. Políticos cassados pela ditadura, estudantes e trabalhadores de diversas categorias aliaram-se. A **Frente Ampla**, por exemplo, nasceu de uma aliança entre Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart, que buscavam reunir a oposição contra a ditadura. Costa e Silva decretou sua ilegalidade e proibiu suas atividades.

Em 1968, foram constantes as manifestações estudantis exigindo a redemocratização do Brasil. O governo respondia aos protestos com repressão policial. Em março de 1968, o estudante Edson Luís de Lima e Souto foi assassinado durante a invasão militar de um restaurante universitário. Cerca de 50 mil pessoas acompanharam o trajeto até o cemitério, transformando o enterro em um ato político. Em outubro, foram presos centenas de estudantes e as lideranças do movimento universitário que participavam do XXX Congresso da UNE em Ibiúna, SP.

Nesse quadro, o regime acentuou o processo de fechamento político com a edição, em 13 de dezembro de 1968, do **Ato Institucional nº 5** (**AI-5**), pelo qual, entre outras medidas de exceção, o presidente poderia decretar o recesso do Congresso Nacional. Foi a mais implacável de todas as leis da ditadura: suspendeu a concessão de *habeas corpus* e todas e quaisquer garantias constitucionais, dando ao presidente militar o controle absoluto sobre o destino da nação. No mesmo dia, foi decretado o fechamento do Congresso por tempo indeterminado.

Com a instauração do AI-5, houve o período de repressão mais intensa no país. Com os canais democráticos fechados, uma parcela da oposição partiu para o enfrentamento armado, com assaltos a bancos, sequestros e atentados. Nessas ações, exigia-se a libertação de presos políticos e procurava-se arrecadar fundos para o movimento. O esforço pouco adiantou. Alguns anos depois, os grupos de luta armada estavam derrotados, com muitos militantes mortos ou exilados. Quase todos os presos foram torturados.

Em agosto de 1969, o presidente Costa e Silva sofreu um derrame e ficou impossibilitado de exercer suas funções. O vice-presidente, o civil Pedro Aleixo, foi proibido pelos ministros militares de assumir a Presidência, que foi ocupada por uma junta militar. A junta permaneceu no poder até outubro do mesmo ano, quando eleições indiretas foram convocadas para escolher o novo presidente. O nome do general Emílio Garrastazu Médici (1905-1985), apresentado pelos chefes militares, foi aprovado pelo Congresso, reaberto para essa finalidade.

Arquivo/Agência Estado

Durante protestos realizados em 1º de maio de 1968, no centro da capital paulista, manifestantes carregam cartazes em que pedem liberdade.

O governo Médici (1969-1974)

Durante o governo Médici, houve um elevado crescimento da economia, do denominado “milagre econômico”. Antônio Delfim Netto, então ministro da Fazenda, afirmava que era preciso “fazer crescer o bolo para depois dividi-lo”. Era a justificativa para estabelecer políticas de favorecimento e concentração da renda. O desenvolvimento econômico e a propaganda governamental reforçaram o apoio da classe média ao governo, setor beneficiado pela política econômica.

No entanto, foi também um período caracterizado pela repressão e pela tortura, com forte censura aos meios de comunicação. A repressão era justificada pelo crescimento da luta armada contra o regime.

Entre as realizações do governo Médici, destacam-se a construção da rodovia Transamazônica, a conclusão de várias hidrelétricas e a criação da Telecomunicações Brasileiras (Telebrás) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Em seu governo também foi aprovada uma emenda constitucional que ampliava os poderes do presidente, cujo mandato se estendeu de quatro para cinco anos.

Desde antes do completo endurecimento do regime, com o AI-5, opositores de esquerda se preparavam para enfrentar a ditadura com a guerrilha. Alguns focos guerrilheiros foram formados: o do Araguaia, no Pará, que foi descoberto em 1972 e destruído pelo Exército em 1975; o da Serra do Caparaó, em Minas Gerais, e o do Vale do Ribeira, em São Paulo, que foram derrotados rapidamente. Este último era chefiado pelo capitão Carlos Lamarca (1937-1971), que conseguiu fugir da repressão militar e acabou morto no sertão da Bahia. Outra figura que se destacou nessa forma de atuação armada foi Carlos Marighella (1911-1969), líder da Aliança Libertadora Nacional (ALN). Ele agia na região das grandes capitais e foi morto numa tocaia por policiais em São Paulo.

Em Brasília, após a vitória do Brasil na Copa do Mundo de futebol realizada no México, Pelé levanta a taça Jules Rimet ao lado do presidente Emílio Garrastazu Médici. Foto de 23 de junho de 1970.

Roberto Stuckert/Folhapress

Em Brasília, durante manifestação pela anistia, em 1979, o senador Teotônio Vilela discursa em meio a faixas de protesto a respeito da Guerrilha do Araguaia, em que dezenas de guerrilheiros desapareceram. A verdade sobre o paradeiro dos combatentes começou a ser revelada a partir dos anos 1980.

Arquivo CB/D.A Press

INFOGRÁFICO

Passeatas contra a ditadura

Pouco restou aos opositores do regime senão sair às ruas e se manifestar publicamente. A Passeata dos Cem Mil, em 1968, no Rio de Janeiro, foi a maior dessas manifestações, que acabavam por transformar as ruas em palco de enfrentamento com forças policiais. Somente na década de 1980, com o movimento pelas Diretas Já, ocorreriam passeatas maiores que as da época.

Arquivo/Agência Estado

Cortejo composto de cerca de 50 mil pessoas em março de 1968, após o velório do estudante Edson Luís, morto em confronto com a polícia.

Entre os equipamentos-padrão utilizados pelas tropas de choque, encontravam-se capacetes e escudos para defesa e cacetetes para ataque. Disparadores de gás lacrimogêneo também eram empregados em larga escala. Sempre ao alcance das mãos estavam as armas de fogo, até mesmo aquelas capazes de disparar balas de borracha (que feriam sem matar).

Cavalaria do Exército ocupa as ruas de São Paulo em 1968.

Arquivo/Agência Estado

As polícias militares estaduais mantinham as tropas de choque e a cavalaria encarregadas de lidar com manifestações de massas. Essas tropas agiam com violência, visando dissolver as manifestações e deter seus participantes mais exaltados. Progressivamente, a tecnologia das tropas de choque foi se sofisticando, com o emprego de carros blindados apelidados de “brucutus”. Equipados com mangueiras de água de alta pressão, eram muito eficientes para dispersão de multidões.

Os carros blindados chamados de “brucutus” em São Paulo, em julho de 1968.

Kioshi Araki/Agência Estado

Nas passeatas, faixas e cartazes traziam palavras de ordem contra a ditadura (“Abaixo a ditadura”, “Pelo fim da censura”, “Contra o imperialismo”). Em caso de confronto, os manifestantes arremessavam o que estivesse ao alcance das mãos: paus, pedras, tijolos. Em certos casos, eram empregados “coquetéis molotov” (garrafas de vidro contendo líquido inflamável — geralmente gasolina e óleo automotivo — e pavio de pano).

A pichação ajudava a deixar marcas na paisagem urbana, lembrando a mobilização contra o regime.

Jorge Butsuem/Arquivo da editora/EA

Manifestação estudantil na rua 25 de março, em São Paulo, 1977.

Acervo Última Hora/Folhapress

O governo Geisel (1974-1979)

O presidente eleito indiretamente para substituir Médici foi o general Ernesto Geisel (1907-1996). Em seu governo a economia nacional começou a mostrar sinais de dificuldades, associadas ao crescimento obtido à custa do capital estrangeiro. Entre essas dificuldades estava a desigualdade social com extrema concentração de renda e o aumento da dívida externa, que obrigou o pagamento de juros altíssimos, inviabilizando o crescimento do país. Assim, enquanto o país conquistava a décima posição na economia mundial, a qualidade de vida de boa parte da população brasileira continuava em níveis baixíssimos.

Parte desse quadro foi agravada pela crise internacional provocada pela alta dos preços do petróleo nos países produtores, ocorrida em 1972. Essa crise provocou sérios problemas no Brasil, que importava, aproximadamente, 80% do petróleo que consumia. A situação continuou se agravando em 1974, primeiro ano do governo Geisel. É importante destacar que 1974 foi, também, o ano em que o conservadorismo sofreu derrotas, como a renúncia do presidente Nixon, nos EUA (provocada pelo caso Watergate), e a Revolução dos Cravos, em Portugal, que depôs a ditadura no país.

Para contornar a situação econômica, o governo Geisel estimulou o desenvolvimento do **Programa Nacional do Álcool (Pró-Álcool)**, cujo objetivo era promover a utilização de uma fonte de energia alternativa ao petróleo. Foi também durante seu governo que teve início a construção de duas das maiores usinas hidrelétricas do mundo: Itaipu e Tucuruí.

Os impasses criados pelo modelo econômico dos militares deu margem para o crescimento da oposição e para o início de um processo de abertura política, lenta e gradual, que levaria à redemocratização do país.

Para iniciar a abertura política, o presidente precisou afastar os militares que se opunham a isso, considerados de **linha dura** e em posições de comando. A reação da sociedade às mortes por tortura do jornalista Vladimir Herzog, em outubro de 1975, e do operário Manuel Fiel Filho, em janeiro de 1976, foi decisiva para o processo de abertura política.

Em 1978, uma grande greve de metalúrgicos, liderada pelo líder sindical Luiz Inácio da Silva, o Lula, teve início na região do **ABC**, em São Paulo. Entre as reivindicações estavam melhores salários e a abertura política. Apesar da forte repressão, outras categorias profissionais aderiram ao movimento, demonstrando o desgaste do poder autoritário do governo. Antes do término de seu mandato, Geisel revogou o AI-5 e determinou a extinção da censura no Brasil.

ABC: área com grande concentração de indústrias na região metropolitana de São Paulo, formada pelas cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

Christian Rizzi/Fotoarena

Em novembro de 2015, após uma grande cheia, Itaipu teve de abrir todas as comportas das três calhas de escoamento de água. Com o reservatório cheio, a usina precisa escoar o excedente de água não usado para a produção de energia elétrica. Geralmente só uma ou duas calhas são abertas para escoar o excedente de água.

Arquivo/Agência Estado

Metalúrgicos da Volkswagen do Brasil durante greve da categoria em São Bernardo do Campo, no ABC paulista, em maio de 1978.

O governo Figueiredo (1979-1985)

O general João Batista Figueiredo (1918-1999) foi escolhido para a sucessão de Geisel. A dívida externa brasileira ultrapassava os 100 bilhões de dólares e a inflação era mais de 250% ao ano. Greves e agitações políticas apareciam por toda a parte e a imprensa trazia à tona sucessivos escândalos financeiros envolvendo membros do governo.

Dando sequência ao processo de abertura política, o governo Figueiredo aprovou, em 1979, a **Lei de Anistia**. A partir de então, muitos presos políticos foram libertados e vários brasileiros exilados começaram a retornar ao país.

Outra medida de seu governo foi a reforma partidária, que extinguiu a Arena e o MDB e autorizou a formação de novos partidos políticos. A maioria dos integrantes da Arena passou a compor o Partido Democrático Social (PDS). O MDB deu lugar ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e diversas legendas surgiram, como o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), entre outros. O fim do bipartidarismo representou a ampliação das liberdades democráticas.

Foram ainda autorizadas eleições diretas para governadores, as primeiras desde 1967. Nas eleições realizadas em 1982, o PDS venceu em 12 estados, com um total de 18 milhões de votos, e a oposição venceu em dez estados, com 25 milhões de votos. O avanço da oposição também se confirmou no Legislativo: o governo deixou de ter a maioria na Câmara dos Deputados. Entretanto, ainda estava previsto que, em 1985, fosse realizada eleição indireta para o cargo de presidente da República.

Vários setores sociais e militares ligados à ditadura reagiram ao processo de abertura política. Essa reação foi expressa por meio da violência, com ataques a bancas de jornais que vendiam publicações de oposição e atentados a entidades civis, entre elas a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O mais sério desses atentados aconteceu em 30 de abril de 1981, quando militares da linha dura visavam explodir bombas no Riocentro, um espaço de convenções da capital carioca, onde se realizava um grande festival de música em homenagem ao dia do trabalhador. Uma das bombas explodiu no pátio da miniestação elétrica, sem interromper o evento. A outra explodiu acidentalmente dentro de um carro, matando o sargento Guilherme Pereira do Rosário (1946-1981) e ferindo gravemente Wilson Dias Machado, um oficial do Exército.

O atentado do Riocentro marcou o fim dos embates dos militares da linha dura contra o processo de abertura em curso. No final de 1983, os partidos de oposição começaram uma campanha pela eleição direta para presidente da República. O movimento, conhecido como **Diretas Já**, mobilizou o país em manifestações que chegaram a envolver centenas de milhares de pessoas.

Em janeiro de 1984, o comício pelas Diretas Já realizado na praça da Sé, em São Paulo, reuniu cerca de 300 mil pessoas.

Mauricio Simonetti/Pulsar Imagens

Alcyr Cavalcanti/Agência O Globo

Durante a votação da Emenda Dante de Oliveira, nome que recebeu a emenda pelas eleições diretas, populares se reúnem na Cinelândia, no Rio de Janeiro, para acompanhar as votações. Fotografia de 25 de abril de 1984.

O objetivo do movimento era pressionar o Congresso a aprovar uma emenda constitucional que reinstituía as eleições diretas para presidente. A emenda, porém, foi derrotada por apenas 22 votos, numa sessão em que vários parlamentares não compareceram.

A escolha do novo presidente seria realizada, mais uma vez, indiretamente. Formou-se então uma aliança de políticos moderados favoráveis à abertura. Dois civis concorreram à sucessão presidencial: Tancredo Neves, da Aliança Democrática, que reunia tanto opositores como colaboradores da ditadura, e Paulo Maluf, do PDS (antiga Arena).

Tancredo Neves venceu, mas não tomou posse. Às vésperas da cerimônia, o presidente eleito foi hospitalizado e faleceu em 21 de abril de 1985. A Presidência, então, foi assumida por seu vice, José Sarney, um dos fiéis aliados do regime militar.

O final do governo Figueiredo e a posse de José Sarney marcaram o fim do regime militar. Iniciava-se uma nova fase na vida política brasileira, denominada **Nova República**.

Leituras

No texto a seguir, o historiador brasileiro Daniel Aarão Reis discute o fim da ditadura e as diferentes teses sobre quando ele teria ocorrido.

Quando terminou a ditadura?

Na historiografia corrente, há um senso comum: a ditadura no Brasil acabou em 1985, com a posse do primeiro presidente civil, José Sarney. A ideia subjacente é que a ditadura foi apenas militar, o que os fatos, decididamente, não evidenciam. Desde a sua gênese, passando pelos vários governos, pela análise dos seus promotores e beneficiários, a ditadura nunca foi obra apenas das casernas. Assim, o referido senso comum é muito mais obra de memória do que resultado de pesquisa histórica.

Há outra tese, também sujeita a controvérsias: a ditadura teria permanecido até a aprovação da nova Constituição, em 1988. De fato, só então revogou-se o chamado entulho autoritário, ou seja, a legislação ditatorial que ainda regia inúmeros aspectos da vida social e política do país. Mas seria razoável afirmar que a sociedade brasileira vivia sob a ditadura até 1988? Há aí um claro exagero.

Se aceitarmos a ideia de que a ditadura é um estado de exceção, ou seja, a de que ela existe na medida em que toda e qualquer legislação pode ser editada, revogada ou ignorada pelo livre-arbítrio – exercício da vontade dos governantes, a ditadura existiu no Brasil até o início de 1979, quando houve a revogação dos atos institucionais, através dos quais se fazia e se refazia a ordem jurídica.

Entretanto, a particularidade do caso brasileiro é que não se estabeleceu desde então um regime democrático. Já não havia ditadura. Mas não existia ainda democracia. E não haveria até 1988. Por esta razão, parece-me adequado chamar o período de 1979 a 1988 de "transição democrática".

REIS, Daniel Aarão. A vida política. In: *Modernização, ditadura e democracia:* 1964-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. p. 103. (Coleção História do Brasil Nação – v. 5).

Atividades

Retome

1. Algumas correntes de pensamento influenciavam os debates políticos no Brasil pós-Segunda Guerra. Explique que correntes eram essas e qual delas prevalecia no cenário político brasileiro de então.

2. O texto da seção *Leituras* (p. 188) termina com a seguinte frase: "O governo Dutra estava atento a rezas e às beatas, mas era impermeável às demandas sociais". Explique o sentido dessa frase, dando exemplos de medidas do governo Eurico Gaspar Dutra e da Constituição de 1946 que possam justificá-la.

3. Com base na marchinha de carnaval *Retrato do velho* (p. 189), responda:
   a) Os versos "Bota o retrato de velho outra vez / Bota no mesmo lugar" se referem a qual episódio da política brasileira?
   b) Sintetize as realizações do governo Vargas, entre 1950 e 1954, explicando por que é possível dizer que esse governo seguia a corrente nacionalista.

4. Como vimos, o governo de Juscelino Kubitschek foi marcado pelo Plano de Metas. Que características desse plano faziam com que as medidas desenvolvimentistas de seu governo fossem dirigidas, de forma geral, basicamente ao mundo urbano e modernizado?

5. Por que diversos setores da sociedade eram contrários às reformas de base presentes no governo de João Goulart?

6. O golpe militar de 1964 deu início a um período de ditadura, no Brasil, que durou até 1985.
   a) Nesse período, o que ocorreu com as liberdades democráticas dos cidadãos?
   b) Qual foi a relação dos governos militares, no Brasil, com o capital estrangeiro? Explique e dê exemplos.

Pratique

7. Neste capítulo, vimos que a bossa nova foi um estilo musical surgido nos tempos do governo de Juscelino Kubitschek. Para ampliar seus conhecimentos sobre o assunto, leia o trecho da reportagem a seguir.

> Retomando a discussão sobre a maneira como os músicos da bossa nova concebem a modernidade e procuram ajustar a canção popular aos novos tempos, poderíamos dizer que o espírito da bossa nova é muito parecido com o dos projetos urbanísticos e arquitetônicos de Lúcio Costa (1902-1998) e Oscar Niemeyer relativos à criação da nova capital federal, no final dos anos 50. De um lado, pelo fato de todos conceberem a modernidade como o tempo do despojamento, que exige uma estética do "menos", fugindo do modelo do excesso. De outro, pelo fato de todos também se mostrarem afinados com o projeto desenvolvimentista do governo (1956-1961) do presidente Juscelino Kubitschek (1902-1976), que deu forma a esse projeto com a construção de Brasília.
>
> [...]
>
> Outra proposta estética a ser mencionada é a poesia concreta que, criada no final dos anos 50 pelos irmãos Augusto de Campos e Haroldo de Campos (1929-2003) e por Décio Pignatari, converge com o espírito despojado e moderno da bossa nova e da arquitetura de Niemeyer. Os poetas concretos pesquisavam a forma poética adequada ao mundo contemporâneo, encontrando-a em uma poesia mais visual e menos discursiva, já que a realidade do momento, segundo eles, exigiria objetividade e evitaria as soluções prolixas.
>
> NAVES, Santuza Cambraia. Os 50 anos da bossa nova: uma estética despojada. *Ciência Hoje*, v. 41. n. 246, mar. 2008. p. 26. Disponível em: <http://cienciahoje.uol.com.br/revista-ch/revista-ch-2008/246/bossanova246.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2016.

a) A que "novos tempos" a autora do texto se refere, logo na primeira frase? Explique.
b) Segundo o texto, o que a bossa nova e a arquitetura de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer (na construção de Brasília) possuíam em comum?
c) Com base em pesquisas em livros e na internet, ou considerando seus conhecimentos prévios, escreva um texto sobre as características do momento artístico em que manifestações culturais como a bossa nova, a poesia concreta e os edifícios públicos da cidade de Brasília estavam inseridas. No texto, explique de que forma elas fugiam do "modelo do excesso" citado por Santuza Cambraia Naves. Para isso, utilize trechos de canções da bossa nova e trechos de um poema concreto como exemplos.

Analise uma fonte primária

8. Leia, a seguir, o depoimento de André Almeida Cunha Arantes. Nos tempos da ditadura militar no Brasil, André era uma criança. Nesse trecho, ele nos informa sobre seu cotidiano e o de sua família em dois momentos: no ano de 1968 e no ano de 1976.

> Tinha 3 anos [em 1968] e lá estávamos em mais uma situação estranha. Durante a noite, uns "amigos" de meus pais vieram nos buscar em nossa pequena casa que ficava no interior de Alagoas [...]. Nos levaram de jipe para um castelo (Policlínica da PM de Alagoas), em Maceió. Lembro que achei aquilo estranho. [...] Quando despertei no outro dia, estava em um quarto pequeno e cinza, cheio de grades.
>
> Mudamos algumas vezes de "endereço". Depois do "castelo" fomos para Escola de Aprendizes de Marinheiro de Alagoas. Uma vez por dia descíamos para brincar em um pátio, cheio de lixo e ratos, que minha mãe apelidou carinhosamente de Jerry. O Jerry era o ratinho esperto de um desenho animado da época que vivia fugindo de seu algoz, o gato Tom. Como era pequeno, não percebi, mas o "Tom" tinha nos pegado. Estávamos detidos em uma prisão da marinha. [...]
>
> [Em 1976], eu e minha irmã fomos levados pelo meu tio para Belo Horizonte, onde moraríamos por um ano com minha avó materna, enquanto meu pai seguia sendo torturado e minha mãe foragida da repressão, em algum lugar que não sabíamos.
>
> Filho do Zorro, por André Almeida Cunha Arantes (depoimento). In: *Infância roubada:* crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. São Paulo: Alesp, 2014. p. 23. Disponível em: <www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20800_arquivo.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2016.

a) Com base no texto do depoimento, quem seriam os "amigos" dos pais de André que foram buscá-los em determinada noite de 1968? Para onde André e sua família foram levados naquela ocasião?

b) Depois de sair do "castelo", para onde André e sua família foram? Por que ele diz que "Como era pequeno, não percebi, mas o "Tom" tinha nos pegado"? Com base nessas informações, que atividades os pais de André exerciam nos tempos da ditadura?

c) Que medida o governo militar havia tomado em 1968? Será que essa medida passou a influenciar a situação da família de André?

d) O que ocorreu com o pai de André em 1976? Que outras formas o governo militar utilizava para controlar o poder e reprimir as ações da população?

Articule passado e presente

9. A Comissão Nacional da Verdade (CNV), instalada oficialmente em 16 de maio de 2012, investigou as violações de direitos humanos cometidas entre 1946 e 1988, no Brasil. A CNV concentrou esforços nas graves violações de direitos humanos praticados durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985). Formada por assessores e pesquisadores, ela ouviu testemunhas e vítimas e convocou agentes da repressão para prestar depoimentos.

Evaristo Sa/Agência France-Presse

Em outubro de 2014, a então presidente do Brasil, Dilma Rousseff, recebe o relatório final da Comissão Nacional da Verdade das mãos do coordenador da CNV, Pedro Dallari.

a) O relatório final dos trabalhos da CNV foi divulgado em dezembro de 2014. Reúna-se com um colega e façam uma pesquisa em jornais, revistas e na internet sobre os resultados divulgados pelo relatório final da CNV. Anotem suas descobertas.

b) Com base na pesquisa realizada e nos conteúdos vistos neste capítulo, escrevam uma carta. Imaginem que essa carta será endereçada a um parente de uma das vítimas da repressão durante a ditadura militar no Brasil. Escrevam a ele sobre a importância da Comissão Nacional da Verdade, sobre seus resultados e sobre como o resgate da memória das vítimas da repressão da ditadura é importante para a sociedade atual.

CAPÍTULO 11

Terceiro Mundo: descolonização e lutas sociais

Sergei Karpukhin/Reuters/Latinstock

Em julho de 2015, ocorreu a VII Cúpula do Brics — acrônimo criado pelo economista Jim O' Neill para se referir ao grupo de países em desenvolvimento formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Entre os objetivos da reunião estava o fortalecimento da cooperação financeira e do diálogo entre os países-membros. Além disso, o Bric criou, em 2014, o Novo Banco de Desenvolvimento, NBD, cujo principal objetivo é financiar projetos de desenvolvimento em países pobres e em desenvolvimento, servindo de alternativa ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Na foto, a presidente brasileira Dilma Rousseff caminha para cumprimentar o presidente russo Vladimir Putin na cerimônia de boas-vindas do evento.

Neste capítulo, você vai estudar alguns eventos relacionados à trajetória dos países do então chamado Terceiro Mundo, em especial ao longo da Guerra Fria. Esses países, na Ásia, na África, no Oriente Médio e na América Latina, empobrecidos pelo imperialismo dos séculos XIX e XX, viam sua importância econômica flutuar de acordo com os interesses em jogo, num contexto internacional dominado pelos Estados Unidos e pela ex-União Soviética.

Hoje, qual será a situação econômica dos países do antigo Terceiro Mundo? Será que, no mundo pós-Guerra Fria, algo de concreto mudou?

1 A descolonização asiática e africana

A resistência ao colonialismo na África e na Ásia contou com o enfraquecimento europeu resultante da Segunda Guerra Mundial. Porém, nos dois continentes, os povos já manifestavam seus anseios de independência e autogoverno. As potências coloniais europeias se opunham a eles, mas tanto a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) quanto os Estados Unidos defendiam a autodeterminação dos povos colonizados já que pretendiam atraí-los para as respectivas esferas de influência.

Os movimentos pró-independência aconteceram em um contexto marcado pela Guerra Fria e pela complexidade das contradições imperialistas. Foi nessa época que diversas colônias africanas e asiáticas lutaram e conquistaram – por meios pacíficos ou pela luta armada – a tão desejada independência.

A Guerra Fria significou um estado de tensão permanente entre os blocos comunista, representado pela URSS, e capitalista, protagonizado pelos Estados Unidos, sem, porém, que houvesse um enfrentamento armado direto entre eles. Entretanto, a disputa entre as duas superpotências por áreas de influência em todo o mundo era intensa. Foi esse o motivo que tornou ex-colônias africanas e asiáticas espaços de confronto bélico.

Entre as décadas de 1950 e 1960, mais de quarenta países africanos e asiáticos conquistaram a independência. Reflexo, em primeiro lugar, da vontade de seus povos, mas também do abalo do poderio europeu, do apoio das Nações Unidas e dos interesses dos Estados Unidos e da União Soviética. A partir desse momento, nascia a expressão **Terceiro Mundo**, criada pelo sociólogo francês Alfred Sauvay (1898-1990), em 1952, como referência ao Terceiro Estado francês na época da Revolução Francesa. Para ele, o Primeiro Mundo correspondia aos países capitalistas; o Segundo Mundo, aos países socialistas; e o Terceiro Mundo, aos países empobrecidos pela opressão colonialista.

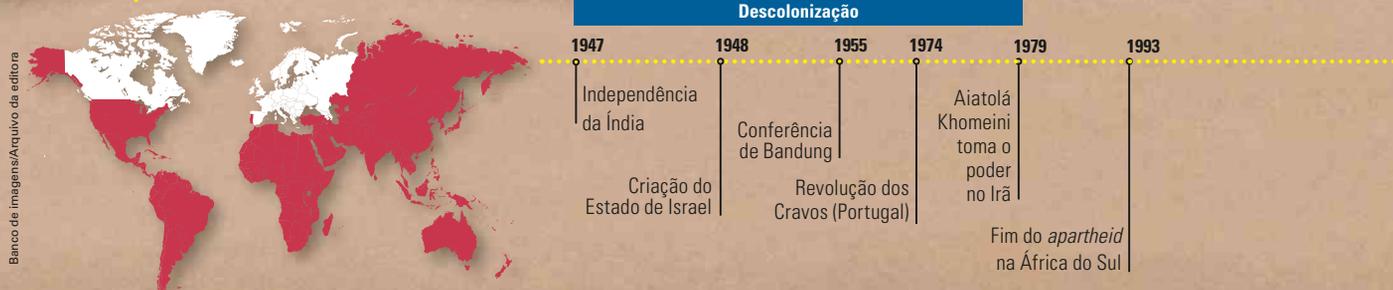
Em 1955, em Bandung, na Indonésia, representantes de países que haviam recém-conquistado a independência participaram de uma conferência na qual declararam apoio às lutas anticoloniais, condenaram o racismo, as armas atômicas e a intervenção das superpotências nos assuntos internos das nações. Procurou-se também uma posição alternativa à bipolarização mundial entre Estados Unidos e União Soviética, o que, como vimos, ficou conhecida como **não alinhamento**.

Após a independência, que papel esses países do Terceiro Mundo desempenharam nas relações internacionais? Qual é o peso econômico desses países no mundo contemporâneo?

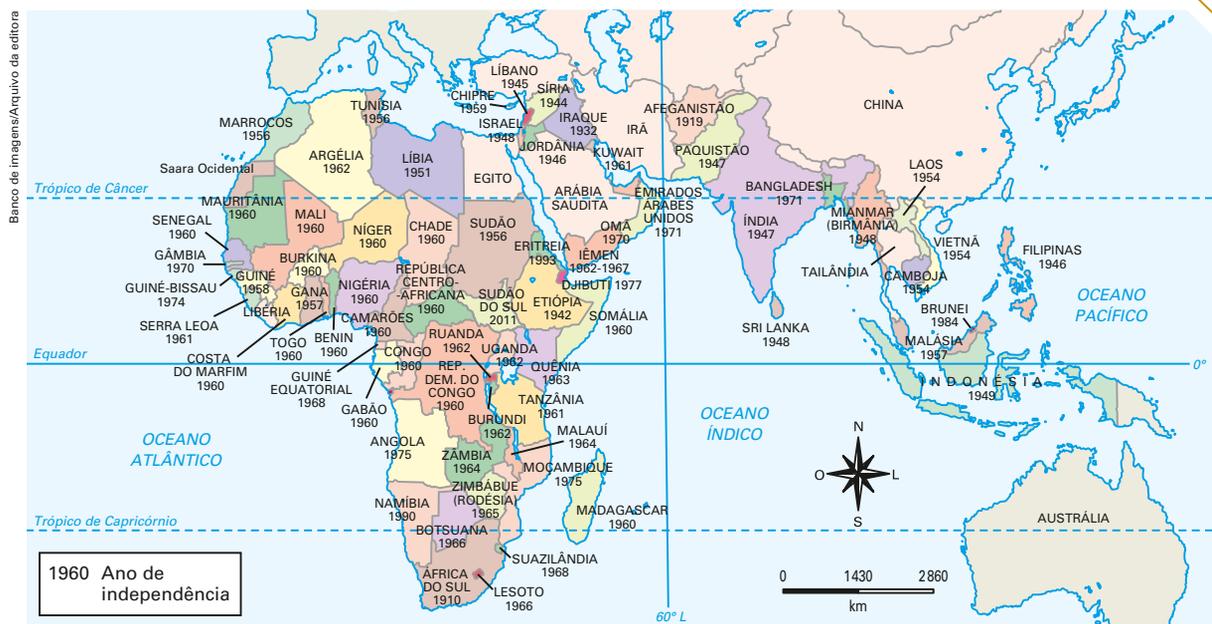
Veja abaixo os períodos e os lugares em que se passaram os principais eventos do capítulo.

Tony Karumba/Agência France-Presse

Dançarinos ruandeses no estádio Kasarani em Nairóbi, capital do Quênia, em cerimônia que festejou os 50 anos de independência do país em relação ao Reino Unido. Foto de 2013.

Onde e quando

Linha do tempo esquemática. O espaço entre as datas não é proporcional ao intervalo de tempo.

A independência dos países afro-asiáticos

Banco de imagens/Arquivo da editora

Adaptado de: PARKER, Geoffrey (Ed.). *Atlas da história do mundo*. São Paulo: Times Books/Folha de S.Paulo, 1995. p. 272-273.

Submetidos por séculos à dominação colonial europeia, os continentes africano e asiático em poucos anos passaram a abrigar algumas dezenas de novas nações.

A luta pela independência na Ásia

Índia

Como já vimos, o subcontinente indiano passou a integrar os domínios do império britânico a partir das primeiras décadas do século XVII, por intermédio da Companhia Inglesa das Índias Orientais, até que em 1858 a administração da Índia foi transferida para a Coroa britânica.

Na Índia, o processo de emancipação política foi liderado pelo advogado Mohandas Gandhi (1869-1948), ligado ao Partido do Congresso Indiano (ou Congresso Nacional Indiano), fundado em 1885 e de maioria hinduísta. Em 1906, foi criada a Liga Muçulmana, que também atuaria no processo de independência. A luta de Gandhi e seus seguidores, portanto, tinha como alvo o rompimento da dominação britânica na Índia e a conquista da independência.

Gandhi preconizava a não violência, a desobediência civil, o boicote aos produtos ingleses e o não pagamento dos impostos como métodos para alcançar seus objetivos. Isso lhe valeu o título de Mahatma ("Grande Alma"), dado pela população indiana.

Em 1919, tropas britânicas abriram fogo contra cerca de 20 mil manifestantes desarmados, em Amritsar, no noroeste da Índia. Estima-se que foram mortas entre 380 e mil pessoas no massacre. A resposta de Gandhi foi um chamado à mobilização de toda a população em torno da luta pacífica pela independência.

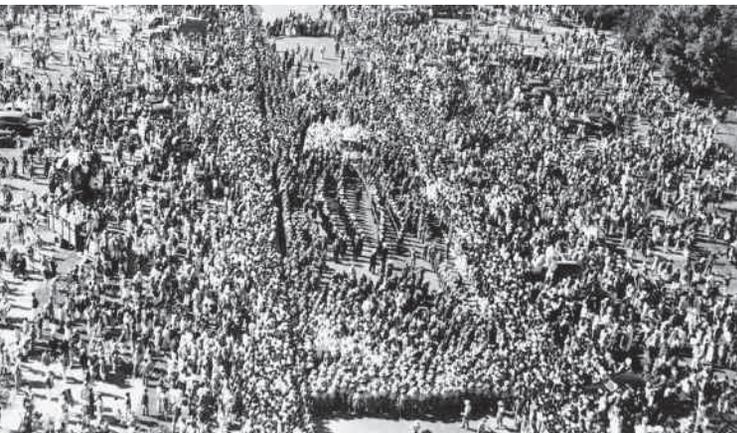
Por volta de 1945, era evidente que a pressão em prol da autonomia se tornara irresistível. Diante disso, em 1947 os ingleses concordaram com a independência da Índia, mantendo, na medida do possível, seus interesses econômicos.

World History Archive/Alamy/Latinstock

Na Índia colonial, o sal, extraído dos mares indianos, era monopólio inglês. Mahatma Gandhi, no centro, liderou um protesto pacífico ao caminhar cerca de 300 quilômetros até o mar para obter o produto. O movimento, que ficou conhecido por **Marcha do Sal**, foi ganhando adeptos durante a caminhada de Gandhi e tornou-se fundamental para a independência indiana. Foto de 1930.

As divergências internas entre **hindus** e **muçulmanos** promoveram a divisão do subcontinente indiano em duas nações, a União Indiana (Índia), de maioria hinduísta e governada pelo então primeiro-ministro Nehru, e o Paquistão, de maioria muçulmana. Essa divisão levou milhões de pessoas a migrar de um lugar para outro e resultou em sérios conflitos. Em 1948, ao anunciar uma viagem ao Paquistão com o objetivo de reforçar os laços entre hindus e muçulmanos, o próprio Gandhi foi assassinado por um hindu nacionalista radical.

A independência política, contudo, não eliminou a miséria: no início do século XXI, a Índia continuava a ser uma das mais pobres nações do planeta. Entretanto, a busca pela afirmação nacional levou o país a investir em centros de excelência especializados em pesquisa nuclear, tecnologia espacial e de informática. Mesmo assim, os conflitos étnicos e religiosos, além da violência política, continuaram constantes no país.

Com uma população de cerca de 1,3 bilhão de habitantes, perto de 37% dela vivendo em situação de pobreza absoluta, nos últimos anos a Índia ganhou destaque devido ao seu contínuo crescimento econômico.

Fox Photos/Getty Images

Multidão acompanha o funeral de Mahatma Gandhi, assassinado em 1948.

Narinder Nanu/Agência France-Presse

Soldados paquistaneses, de preto, e indianos realizam a cerimônia da bandeira na fronteira entre Paquistão e Índia, em foto de 2014.

Nessas condições, apesar de sua péssima distribuição de renda, o país foi incluído pelo economista inglês Jim O'Neill em um grupo de países considerados como os de desenvolvimento econômico mais promissor. Esse grupo, segundo o economista, seria formado pelo Brasil, Rússia, Índia e China, e recebeu a denominação de Bric (acrônimo formado pelas iniciais dos nomes desses países). Mais tarde, a África do Sul foi integrada ao grupo, que passou a ser chamado de Brics depois de adicionada a letra S de South Africa.

Vietnã, Laos e Camboja

Situada a leste da Índia, uma região conhecida como **Indochina**, correspondente hoje ao Vietnã, Laos e Camboja, inicialmente colonizada pela França, foi ocupada pelo Japão durante a Segunda Guerra Mundial. A resistência popular armada à ocupação japonesa transformou-se em luta pela libertação nacional após o fim da guerra. Ho Chi Minh (1890-1969), líder comunista, fundou o Viet Minh, movimento pela libertação do Vietnã, que iniciou prolongada luta de guerrilhas contra a França, que havia voltado a dominar a região depois da derrota japonesa em 1945. Na década seguinte, em 1954, os franceses foram derrotados pelo Viet Minh na Batalha de Dien Bien Phu, e obrigados a se retirar da região.

Um acordo estabelecido na Conferência de Genebra reconheceu a independência dos três países, mas dividiu o **Vietnã** em duas partes até que um plebiscito sobre a reunificação do país fosse realizado: o Vietnã do Norte, comunista, liderado por Ho Chi Minh, e o Vietnã do Sul, capitalista, governado por Bao Dai (1913-1997). O plebiscito nunca aconteceu e, em 1955, um golpe militar no Vietnã do Sul, que contou com o apoio dos Estados Unidos, impôs um regime repressivo que decretou o cancelamento das eleições de 1960. Entre os opositores ao governo militar, havia um forte movimento armado, com apoio da população, chamado de **vietcongue**. Esse movimento cresceu, nutrido pelo Vietnã do Norte, e os Estados Unidos, preocupados com a expansão do comunismo na região, sustentaram o governo do Vietnã do

Indochina: termo adotado pela França para se referir à colônia do Sudeste Asiático, situada entre as culturas indiana e chinesa, que compreendia os atuais países do Vietnã, Laos e Camboja.
Vietcongue: (Viet Nam Cong Sam) comunistas do Vietnã, expressão criada em 1960 no Vietnã do Sul.

A divisão do Vietnã (1954)

Adaptado de: SCALZARETTO, R.; MAGNOLI, D. *Atlas: geopolítica.* São Paulo: Scipione, 1996. p. 32.

Sul com milhares de soldados, aviões, armas de último tipo e toda a sua tecnologia bélica, com exceção das armas nucleares.

A impopularidade da Guerra do Vietnã nos Estados Unidos, onde ocorreram grandes manifestações contra a intervenção norte-americana naquele país, e a dificuldade de obter uma vitória militar decisiva no campo de batalha, levaram a uma retirada gradual das tropas estadunidenses da região. Finalmente, em 1975, a cidade de Saigon foi tomada pela guerrilha, encerrando formalmente a guerra e unificando o país.

Além do Vietnã, também o Laos e o Camboja mergulharam na violência da guerra e das disputas da Guerra Fria. No Camboja, o grupo guerrilheiro Khmer Vermelho assumiu o poder em 1975 e, sob a liderança de Pol Pot (1925-1998), radicalizou o extermínio de opositores, intelectuais e mesmo de pessoas comuns, deixando, segundo dados oficiais, 2,8 milhões de mortos e centenas de milhares desaparecidos.

Oriente Médio

Nos anos 1960, enquanto os movimentos guerrilheiros de libertação nacional sacudiam o Sudeste Asiático, no **Oriente Médio** era formada a **Organização para a Libertação da Palestina (OLP)**, movimento guerrilheiro que lutava pela formação de um Estado palestino. Para entender melhor o que ocorria na região (e ocorre até hoje) precisamos voltar algumas décadas.

Em 1947, a Organização das Nações Unidas (ONU) propôs a formação de dois Estados no território da **Palestina**, então sob administração inglesa: um judeu e outro árabe. Os dois povos reivindicavam o território, baseados em disputas milenares. Os judeus aceitaram a sugestão, mas os palestinos recusaram-na, argumentando que toda a região palestina pertencia a eles. A recusa foi a senha para que a disputa entre judeus e árabes se acirrasse. Enquanto isso, em 1948, os ingleses, cujo império estava em declínio, retiraram-se definitivamente da região.

No mesmo ano, em 1948, foi criado o **Estado de Israel**. Os países árabes vizinhos (Egito, Iraque, Jordânia, Líbano e Síria) saíram em defesa dos palestinos, que se consideraram prejudicados pela partilha realizada pela

Na foto, de 1972, crianças vietnamitas fogem de bombardeio de *napalm* (gasolina gelatinosa usada como bomba incendiária) da aviação estadunidense. Entre as crianças está Kim Pol Phuc, a menina nua. A fotografia ganhou o prêmio Pulitzer de Jornalismo de 1973, o prêmio máximo da categoria nos Estados Unidos.

ONU. Começava a **Primeira Guerra Árabe-Israelense** (1948-1949), que resultou na vitória de Israel, que conseguiu ampliar seu território, e no desencadeamento de um clima de permanente tensão na região.

O conflito árabe-israelense passou para a órbita da Guerra Fria com o apoio dado pelos Estados Unidos a Israel, o que forçou os países árabes a se aproximarem da União Soviética.

Em 1956, o Egito, governado por Gamal Abdel Nasser (1918-1970), nacionalizou o Canal de Suez, ligação vital entre o Mediterrâneo e o Índico-Pacífico. Essa iniciativa levou França e Inglaterra a uma intervenção armada no país, com o apoio de Israel, cujas tropas tomaram toda a península do Sinai: foi a **Segunda Guerra Árabe-Israelense**. A intervenção da ONU e o desejo das superpotências de não generalizar a guerra na região levaram à restauração da situação anterior ao conflito.

Kluger Zoltan/Agência France-Presse

Na foto, de 1948, membros de comunidade judaica em meio aos danos causados por ataques aéreos de forças iraquianas durante a Primeira Guerra Árabe-Israelense.

Em 1967, o bloqueio de portos israelenses pelo Egito desencadeou a **Guerra dos Seis Dias** ou **Terceira Guerra Árabe-Israelense**. Em pouco tempo, tropas de Israel ocuparam o Sinai, a Faixa de Gaza e as colinas de Golan (pertencentes à Síria).

O prolongado domínio israelense sobre os territórios conquistados em 1967 gerou enorme insatisfação nos países árabes e a preparação de uma nova guerra, que explodiu em 1973: a **Guerra do Yom Kippur** (o "Dia do Perdão" judaico) ou **Quarta Guerra Árabe-Israelense**. A iniciativa árabe de reconquista de alguns territórios foi logo detida. Mais uma vez, as pressões das superpotências encerraram o conflito, com a manutenção de Israel nos territórios ocupados em 1967.

Em 1979, o egípcio Anuar Sadat (1918-1981) e o israelense Menachem Begin (1913-1992) assinaram os **Acordos de Camp David**, nos Estados Unidos, com a mediação do então presidente norte-americano Jimmy Carter, encerrando as disputas entre Egito e Israel. A questão palestina, todavia, continuou a preocupar, com a OLP – organização política e militar – lutando pela criação de um Estado independente na Cisjordânia e na Faixa de Gaza.

Israel

Conflitos árabe-israelenses

Organizados pelos autores. Adaptado de: DUBY, Georges. *Atlas histórico mundial*. Madrid: Debate, 1989. p. 213.

Durante a década de 1980, os conflitos continuaram, incluindo a ocupação israelense do sul do Líbano e as **intifadas** ("revolta das pedras") – conflitos de rua entre população palestina e tropas israelenses – em territórios palestinos ocupados por Israel.

Em 1993, Yitzhak Rabin (1922-1995), primeiro-ministro de Israel, e Yasser Arafat (1929-2004), líder da OLP, assinaram um acordo segundo o qual a organização palestina reconhecia o Estado de Israel e renunciava à violência, enquanto Israel concedia autonomia aos palestinos em determinadas áreas da Faixa de Gaza e da Cisjordânia. Em decorrência do acordo, em 1994 foi criada a **Autoridade Nacional Palestina (ANP)**, uma espécie de governo que foi presidido por Yasser Arafat até 2004, quando faleceu.

No final da primeira década do século XXI, muitos países reconheceram a existência de um Estado Palestino, formado pelos territórios da Faixa de Gaza e por porções da Cisjordânia. A atuação do presidente da ANP, Mahmoud Abbas, em busca de reconhecimento internacional, obteve algum sucesso, já que o Estado Palestino foi formalmente admitido pelo Vaticano, em 2015, sob o comando do papa Francisco. Os Estados Unidos e alguns países da Europa ocidental são contrários ao reconhecimento, enquanto continuam as rivalidades e os confrontos na região.

Ammar Awad/Reuters/Latinstock

Grafite do artista Banksy no muro da cidade de Belém, que separa o território palestino de Israel. Foto de 2005.

Thomas Coex/Agência France-Presse

Desde 2002, o governo israelense constrói, na divisa com a Cisjordânia, um muro de aproximadamente 350 quilômetros, para proteger de atentados terroristas seu território e assentamentos israelenses em territórios palestinos ocupados por Israel. Porém, o muro vem sendo condenado pela comunidade internacional, pois tem avançado sobre territórios palestinos e piorado as negociações de paz entre árabes e israelenses.

A luta pela independência na África

Argélia

No norte da África, a Argélia, colônia francesa desde 1830, obteve sua independência em 1962, após uma longa guerra, na qual os argelinos foram liderados pela Frente de Libertação Nacional (FLN). A luta contra os franceses ganhou impulso em 1954, quando a FLN desencadeou ataques em diversas regiões da colônia.

Diante da indecisão do governo francês em manter o domínio da região, o comandante militar francês em Argel, general Salan (1899-1984), por sua própria conta e risco estabeleceu um comitê destinado a garantir a Argélia à França. Assim, passou a pressionar o governo da França, enviando tropas de paraquedistas para a Córsega, com o objetivo de preparar um eventual golpe em Paris.

Na França, a iminente ameaça militar levou ao poder o general De Gaulle (1890-1970) em 1958. De Gaulle foi líder da resistência francesa ao nazismo e era bastante prestigiado nas Forças Armadas. Ele afastou os militares golpistas e, depois de negociações com a FLN argelina, conhecidas também por **acordos de Evian** – pactos que colocaram fim à guerra e abriram caminho para a independência –, e de uma consulta à população francesa por meio de um plebiscito, reconheceu a independência da Argélia. Em 1962, formava-se a República Democrática Argelina, sob a liderança de Ahmed Ben-Bella (1916-2012).

Congo

Na África subsaariana, o Congo Belga foi colônia da Bélgica até 1960, quando violentas manifestações populares no ano anterior obrigaram o governo belga a reconhecer sua independência. A ex-colônia passou então a se chamar República do Congo, tendo como presidente Joseph Kasavubu (1910-1969) e como primeiro-ministro Patrice Lumumba (1925-1961).

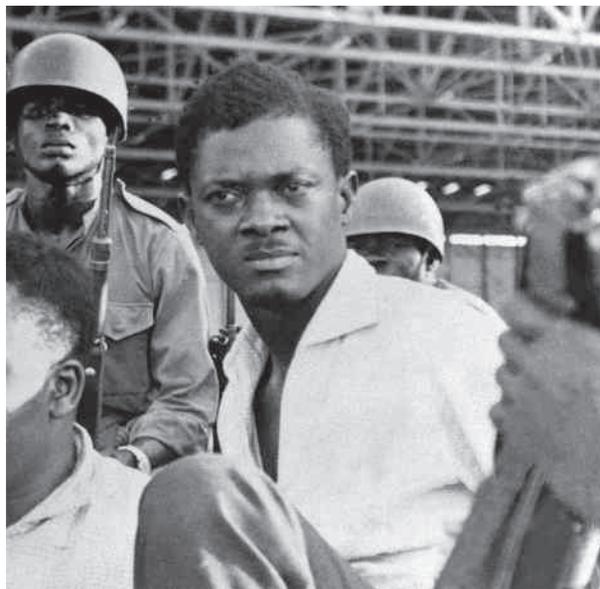
Logo após a independência do Congo, uma de suas províncias também se declarou independente: Katanga. O movimento de emancipação dessa província mineradora, promovido por soldados belgas e mercenários a serviço da companhia belga Union Minière, levou à guerra civil. Lumumba, que não conseguiu obter ajuda de tropas da ONU nem apoio da União Soviética para enfrentar os rebeldes, foi demitido por Kasavubu — aliado aos belgas e aos norte-americanos —, preso e assassinado por mercenários.

As disputas entre as várias facções rivais só foram contidas com a intervenção da ONU e com a entrega do cargo de primeiro-ministro, em 1964, a Moisés Tshombe (1919-1969), o líder da independência de Katanga.

Em 1965, Tshombe foi derrubado por um golpe liderado por Mobutu Joseph Désiré (1930-1997), que implantou uma ditadura pessoal e permaneceu no poder até 1997, quando foi destituído. Nesse mesmo ano, o país, que mudara seu nome para República do Zaire em 1971, adotou a denominação República Democrática do Congo.

Rue des Archives/The Granger Collection/Glow Images

Argelinos celebram a independência de seu país pelas ruas da capital, Argel. Foto de 1962.

Stringer/Agência France-Presse

Na foto, Patrice Lumumba, símbolo da luta pela libertação africana, pouco antes de ser assassinado, em 1961.

O fim das colônias portuguesas

Um processo de independência diferente ocorreu nas **colônias portuguesas**. Em Portugal, a ditadura de António de Oliveira Salazar (1889-1970), iniciada nos anos 1930, conservou o país durante quarenta anos distante de avanços econômicos, políticos e sociais, retardando o processo de independência de suas colônias.

Angola

Em Angola, foi criado em 1956 o Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA), liderado por Agostinho Neto (1922-1979), que deu início à luta armada contra o colonialismo salazarista em 1961. Entretanto, outras organizações de libertação também surgiram, como a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), dirigida por Holden Roberto (1923-2007), e a União Nacional pela Independência Total de Angola (Unita), chefiada por Jonas Savimbi (1934-2002).

Em 1974, a ditadura portuguesa foi derrubada pela **Revolução dos Cravos**, cujo governo promoveu o **Acordo de Alvor**, que reconheceu como necessária a independência de Angola e estabeleceu uma partilha de poder entre os três movimentos de libertação. Em novembro de 1975, as três organizações proclamaram simultaneamente a independência nas regiões do país por elas controladas. Teve início então uma guerra civil entre os três movimentos: a FNLA, apoiada pelo Zaire, a Unita, com suporte da África do Sul e dos Estados Unidos, e o MPLA, que por controlar a capital, Luanda, e a maior parte do país, acabou criando uma estrutura governamental. O MPLA, de orientação marxista, recebia o auxílio de Cuba e da URSS.

Bettmann/Corbis/Latinstock

Agostinho Neto, 1976.

Mais de uma década depois, em 1992, o governo do MPLA promoveu eleições pluripartidárias, buscando o fim da guerra civil. Porém, Jonas Savimbi não reconheceu a vitória de José Eduardo dos Santos do MPLA, presidente desde 1979, e a guerra civil recomeçou. Em fevereiro de 2002, Jonas Savimbi foi morto pelo exército angolano e, em abril, foi assinado um acordo de cessar-fogo na Assembleia Nacional, em Luanda.

O acordo, que prometia anistia e paz depois de 27 anos de guerra, foi apoiado pela nova liderança da Unita e pelo presidente José Eduardo dos Santos. Nas eleições de 2012, José Eduardo dos Santos (MPLA) foi reeleito para a Presidência do país.

Herve Gloaguen/Gamma-Rapho/Getty Images

A Revolução dos Cravos derrubou a ditadura salazarista em abril de 1974, irradiando esperanças de liberdade para as colônias africanas. Na foto, de 1974, militares em Lisboa ostentam cravos – símbolo da Revolução – colocados por manifestantes em suas armas.

Minas terrestres

A mina terrestre é um artefato enterrado no solo, que explode sob a passagem de veículos ou pessoas, dificultando assim o avanço de forças inimigas. A ONU calcula que 23 mil civis (entre os quais muitas crianças) tenham sido mutilados por pisar acidentalmente em minas terrestres instaladas em Angola durante a guerra civil. A ameaça persiste até os dias de hoje, não apenas em Angola, pois milhões de minas permanecem enterradas em diversas áreas de conflito no mundo, e nem sempre há registros de sualocalização.

Eye Ubiquitous/UIG/Getty Images

Especialista em localização de minas terrestres não detonadas trabalhando em Angola. Foto de 2012.

Shayne Robinson/Associated Press/Glow Images

Garota angolana, vítima de explosão de minas terrestres, aprecia cartaz de concurso de beleza destinado a jovens na mesma condição. O objetivo do concurso é colaborar para a elevação da autoestima das vítimas desses artefatos. Foto de 2008.

Moçambique

Em Moçambique, o processo de independência foi iniciado em 1962 pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), de inspiração socialista, liderada por Eduardo Mondlane (1920-1969). Quando Mondlane foi assassinado, em 1969, Samora Machel (1933-1986) assumiu o comando do movimento. Com a revolução de 1974, Portugal acelerou as negociações pela libertação dessa colônia, reconhecendo sua independência em 1975, com Machel na Presidência.

Governada por uma minoria branca e alinhada com o bloco norte-americano nos anos 1980, a África do Sul procurou desestabilizar o governo socialista de Machel por meio da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo). Apesar da assinatura do **Acordo de Nkomati**, que estabeleceu a não agressão com a África do Sul, os confrontos foram constantes. Na década de 1990, com a abertura do país, foram estabelecidos acordos entre o governo e os guerrilheiros para a pacificação de Moçambique. As eleições de 1994 deram vitória a Joaquim Chissano, líder da Frelimo e sucessor de Machel.

Keystone Pictures USA/Alamy/Latinstock

Samora Machel, 1976.

Guiné-Bissau e Cabo Verde

Em Guiné-Bissau e Cabo Verde, a luta contra o colonialismo português começou em 1961, sob a liderança de Amílcar Cabral (1924-1973), do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde **(PAIGC)**, assassinado em 1973. A independência da Guiné-Bissau foi, então, proclamada por Luís Cabral (1931-2009), embora só tenha sido oficializada em 1974, após a Revolução dos Cravos.

Em 1980, Cabo Verde separou-se da Guiné-Bissau, e, na década de 1990, os dois países abandonaram o regime marxista de um só partido e ampliaram as liberdades políticas e econômicas. O pluripartidarismo e as eleições não puseram fim às dificuldades sociais e econômicas, muito menos às rivalidades e confrontos nas décadas seguintes. Em Cabo Verde, a aridez do solo do arquipélago e outras dificuldades agrícolas têm provocado forte movimento de emigração. Na Guiné-Bissau prevaleceram vários motins, atuação guerrilheira e deposição de presidentes.

Shevich/RIA Novosti/Agência France-Presse

Secretário-geral e um dos fundadores do PAIGC, Amílcar Cabral aparece com uma criança no colo em foto de 1973.

Ruanda

Em Ruanda, a independência foi efetivada em 1962, depois de ter sido colonizada por Alemanha e Bélgica. As marcas da turbulenta descolonização no continente africano, como o grave subdesenvolvimento e a instabilidade institucional, refletiram-se, nos anos 1990, em disputas pelo poder por parte de grupos étnicos hutus (90% da população) e tutsi. Decorrência de heranças coloniais que fomentaram disputas étnicas, os graves e sangrentos conflitos produziram milhões de mortos e refugiados.

África do Sul: ascensão e queda do *apartheid*

Os primeiros europeus a colonizar a África do Sul foram os holandeses, que ali chegaram em meados do século XVII. Seus descendentes sul-africanos eram chamados de bôeres, ou africâneres. Mais tarde, após a Guerra dos Bôeres (1899-1902), entre os ingleses e os africâneres e vencida pelos primeiros, a colônia passou para o domínio da Inglaterra. Em 1910, formou-se a União Sul-Africana, fiel à Coroa britânica, que estabeleceu um regime segregacionista conhecido por *apartheid*. Em 1931, a União Sul-Africana tornou-se independente e passou a se chamar África do Sul.

Chip Somodevilla/Getty Images

Coral se apresenta em Kigali, durante a cerimônia que relembra o 20º aniversário do genocídio em Ruanda. Em 1994, milhares de pessoas foram mortas por membros do governo extremista e por milícias. Foto de abril de 2014.

Iniciado em 1913, o *apartheid* foi consolidado por meio de diversas leis, adotadas ao longo dos anos.

- 1913: o *Native Land Act* estabelecia que 92,5% das terras deveriam ficar com a minoria branca, enquanto apenas 7,5% delas seriam reservadas para a maioria negra (78% da população);
- 1923: o *Native Urban Areas Act* excluiu dos africanos a possibilidade de adquirir alguma propriedade urbana e assim formaram-se as *townships*, zonas na periferia das cidades destinadas aos negros e separadas das áreas "nobres", reservadas aos brancos;
- 1949: tornou-se proibido o casamento inter-racial e estabeleceu-se que os negros só poderiam circular nas cidades portando passes especiais;
- 1950: o *Population Registration Act* classificou a população em três "grupos raciais". Os brancos (2,6 milhões ou 15,6% da população), os mestiços, (1,1 milhão ou 6,7% da população) e os negros (12,6 milhões, ou 77,3% da população). (O 0, 4% restante correspondia a grupos minoritários.) Essa lei excluía os direitos políticos dos negros e imprimia características policiais ao regime;
- 1951: foram criados os bantustões (*homelands*), zonas de residência negra;
- 1953: o *Public Safety Act* e o *Criminal Law Act* autorizaram a decretação do Estado de Emergência sempre que a minoria branca se sentisse ameaçada. Assim, tornou-se possível a suspensão das liberdades públicas e a condenação de pessoas consideradas "subversivas". Também proibiam o uso dos mesmos espaços públicos por brancos e negros (banheiros, bebedouros, escolas, praias, arquibancadas, etc.);
- 1955: formas de resistência contra o *apartheid* foram estabelecidas no Congresso do Povo, do qual participaram os principais movimentos de luta, como o African National Congress (CNA), o Congresso Indiano da África do Sul (CIAS), o Congresso dos Povos Mestiços (COM) e o Congresso Democrático (CD);
- 1960: forças de repressão da minoria branca atiraram contra uma multidão de negros, evento que ficou conhecido como o Massacre de Shaperville, em 21 de março. A chacina tornou-se símbolo da repressão policial (69 mortos entre estudantes, mulheres e crianças) e da luta por direitos;
- 1962: Nélson Mandela (1918-2013), líder da resistência contra o *apartheid*, foi preso e condenado à prisão perpétua no ano seguinte;
- 1971: foi proibida a concessão da cidadania sul-africana aos habitantes dos bantustões.

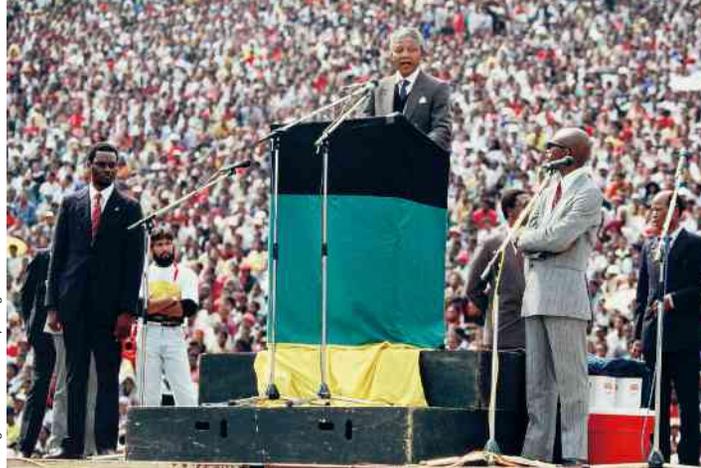
Preso em 1962 por sua militância contra o *apartheid*, Nélson Mandela só foi libertado em 1990, como resultado das lutas e de uma campanha internacional contra o regime segregacionista da África do Sul. Quatro anos depois, foi eleito presidente da África do Sul. Terminava assim o regime de *apartheid*. Mandela morreu em 2013 e deixou para os sul-africanos um país mais pacificado e democrático. Para a humanidade, Mandela transmitiu um legado de dignidade ao mostrar que uma convivência mais tolerante e harmônica entre os diferentes é possível.

Ulli Michel/Reuters/Latinstock

A placa alerta, em africâner e inglês, que a área da praia e do mar é permitida apenas para pessoas brancas. Sinalizações segregando espaços eram comuns durante o regime do *apartheid*. Foto de 1988.

Duas décadas após o fim do *apartheid*, o presidente Jacob Zuma, eleito em 2009, tinha pela frente um quadro de enorme desigualdade social: segundo o economista Sampie Terreblanche, formou-se na África do Sul "uma elite negra de cerca de 2 milhões de pessoas e uma classe média de 6 milhões de pessoas. O fosso entre esses 8 milhões de negros ricos e os 20 milhões a 25 milhões de pobres cresceu perigosamente."[1]

Em 2011, a África do Sul passou a integrar o Bric (Brasil, Rússia, Índia e China), criado 10 anos antes, que passou a ser chamado de Brics, apontado como um conjunto de países com potencial para formarem grandes economias no futuro.

Georges De Keerle/Getty Images

Nélson Mandela, o líder do CNA, discursa em comício em Soweto, um subúrbio de Johannesburgo, África do Sul, 1990.

2 Tensões e conflitos na América Latina

Apesar da independência política conquistada a partir do século XIX, os países da América Latina mantiveram laços de dependência econômica com as grandes potências capitalistas mundiais, de início principalmente com a Inglaterra e posteriormente com os Estados Unidos.

As forças tradicionais, defensoras do vínculo político-econômico com os grandes centros capitalistas, muitas vezes chocaram-se com as forças reformistas e nacionalistas e também com as de extrema-esquerda, num quadro que visava à reformulação das estruturas vigentes. Nesse cenário, ditaduras militares, governos pró-libertação, movimentos reformistas, revolucionários e guerrilheiros têm marcado o conturbado quadro político da América Latina desde o século XIX.

Reflexos da Guerra Fria na América Latina

Adaptado de: BAYLAC, M. H. *Historie terminale*. Paris: Larouse Bordas, 1998. p. 193.

[1] CESSOU, Sabine. Impasse social na África do Sul. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Fevereiro 2013. p. 25.

México

Após a proclamação da independência, em 1821, o México passou a viver um período de instabilidade política sob a forma de ditaduras e de dependência econômica. As condições sociais se deterioraram com a perda de quase metade de seu território, após a guerra travada contra os Estados Unidos, em 1848.

O intervencionismo, as disputas políticas e a crise econômica cresceram nas décadas seguintes. No governo do presidente Benito Juarez (1858-1872), a ampliação das dificuldades desdobrou-se na suspensão do pagamento dos juros a diversos empréstimos contraídos por governos anteriores e, em resposta, o bloqueio dos portos mexicanos pela França com apoio da Espanha e da Grã-Bretanha, buscando forçar o pagamento das dívidas. O passo seguinte foi a intervenção armada de Napoleão III da França, em 1861, época da Guerra de Secessão nos Estados Unidos. Com a invasão, foi formado um governo chefiado pelo arquiduque austríaco Maximiliano de Habsburgo (1832-1867), coroado imperador do México.

A resistência republicana contra Maximiliano, tendo à frente Benito Juarez, acabou fragilizando e derrotando esse prolongamento do Segundo Império da França na América. No avanço das forças republicanas, Maximiliano acabou preso e fuzilado em Querétano, em 1867.

A vitória de Benito Juarez, presidente de origem indígena zapoteca, não pôs fim às dificuldades mexicanas sociais, econômicas, tampouco às disputas políticas. Na década seguinte, teve início a longa ditadura de Porfirio Díaz (1830-1915), que se estendeu de 1877 a 1880 e de 1884 a 1911. Nesse período se intensificaram a concentração fundiária e a entrada de elevadas somas de capital estrangeiro, voltadas para a exploração e o controle dos recursos minerais e da produção de artigos de exportação. Dessa forma, para a população local, em sua grande maioria fixada nas áreas rurais, aumentaram a miséria e a dependência em relação aos grandes senhores.

No início do século XX, esse quadro impulsionou o crescimento da insatisfação popular, expressada em greves operárias nas cidades e revoltas na zona rural. Dessas lutas surgiram líderes, como Pancho Villa (1878-1923) e Emiliano Zapata (1879-1919), que comandaram milhares de camponeses nas mobilizações por distribuição de terras via reforma agrária, opondo-se aos latifundiários apoiados pela Igreja e pelas elites constituídas. Parte da elite, no entanto, sob o comando de Francisco Madero (1873-1913), insurgia-se contra Porfirio Díaz. Essas forças se uniram aos exércitos revolucionários de Villa e Zapata e depuseram Porfirio Díaz em maio de 1911.

Agência France-Presse/Getty Images/Museu de Arte Moderna de Nova York, EUA.

Na foto, de 1915, os líderes populares Pancho Villa (no centro) e Emiliano Zapata (à direita) no palácio presidencial da Cidade do México.

Reprodução/Galeria de Arte de Mannheim, Alemanha.

Execução do imperador Maximiliano do México, 1868, óleo sobre tela de Édouard Manet (1832-1883).

Entretanto, as camadas populares permaneceram insatisfeitas com as tímidas medidas sociais tomadas por Madero, assassinado em 1913 e substituído pelo general Victoriano Huerta (1850-1916), que reinstalou a ditadura, ligada aos interesses dos Estados Unidos.

Pancho Villa voltou a lutar contra as forças federais, enquanto Zapata liderava no sul do país a revolução camponesa pela reforma agrária. As pressões levaram Huerta a renunciar em 1914 em favor de um governo constitucional liderado por Venustiano Carranza (1914-1915).

Em 1917, foi promulgada a nova Constituição liberal do país e Carranza, eleito presidente. Insatisfeitos com o não atendimento de suas reivindicações, especialmente a redivisão fundiária, os movimentos populares continuaram em luta. Entretanto, perderam força, especialmente com o assassinato de Zapata em 1919 e o afastamento de Villa em 1920, seguido de seu assassinato em 1923. Assim, institucionalizou-se o projeto liberal.

Na década de 1930, mais de 80% das terras pertenciam a pouco mais de 10 mil pessoas. Entretanto, as manifestações nacionalistas e as reivindicações sociais encontraram no presidente Lázaro Cárdenas (1934-1940) um representante que expropriou terras e companhias estrangeiras, nacionalizou o petróleo e estimulou a formação de sindicatos camponeses e operários.

Em janeiro de 1994, o México se integrou ao Acordo Norte-Americano de Livre-Comércio (**Nafta**), associando-se aos Estados Unidos e ao Canadá em um mercado comum.

Também em janeiro de 1994, ocorreu o levante de um grupo armado denominado Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), que tomou várias cidades no estado de Chiapas, uma região empobrecida no sudeste do país.

Os zapatistas, como ficaram conhecidos, reivindicavam “pão, saúde, educação, autonomia e paz” para os camponeses da região. Liderados por um homem mascarado, conhecido como “subcomandante Marcos”, sublevaram-se contra o governo e denunciaram o Nafta como danoso ao povo mexicano.

No contexto mexicano, chama a atenção a hegemonia do Partido Revolucionário Institucional (PRI), o antigo Partido da Revolução Mexicana, que já governava o país em 1929. O PRI permaneceu à frente do governo por 71 anos, até ser derrotado em 2000, quando Vicente Fox venceu as eleições presidenciais pelo Partido de Ação Nacional (PAN). Nas eleições de 2006, Felipe Calderón, do mesmo partido, elegeu-se presidente com apoio de Fox,

Mario Castillo/Reuters/Latinstock

O levante dos zapatistas, em janeiro de 1994, além de derrotar o exército mexicano e tomar a capital do estado de Chiapas, San Cristóbal de las Casas, representou um sério revés à economia de mercado, fundamental para a integração neoliberal mexicana aos Estados Unidos e ao Canadá no quadro do Nafta. Na foto, membros do EZLN em protesto no estado de Chiapas contra a violência e os altos níveis de criminalidade no país. Foto de 2011.

derrotando por pouca margem de votos Andrés Manuel López Obrador, do Partido da Revolução Democrática (PRD), num clima de acusações de fraudes e contestações. Depois de uma breve ausência, o PRI retornou ao poder com a vitória de seu candidato Peña Nieto, empossado em dezembro de 2012.

Chile

Em 1970, Salvador Allende (1908-1973), da Unidade Popular, composta de socialistas e comunistas, substituiu o governo de Eduardo Frei, do Partido Democrata Cristão, que se caracterizava por um reformismo limitado. A vitória de Allende foi resultado de um longo período de lutas populares no Chile, de uma elaborada política de união das forças de esquerda e do enfraquecimento do bloco conservador no poder.

A vitória socialista estimulou a mobilização de grandes contingentes da população, com ocupações de terras e de fábricas que pressionavam o governo a avançar além de seus propósitos originais. Em resposta, as forças conservadoras conseguiram se rearticular e conspiravam contra o governo, o que provocou um clima de instabilidade social.

Com o avanço das esquerdas no Chile, os Estados Unidos, sob a presidência de Richard Nixon, sentiram-se ameaçados, uma vez que o governo chileno nacionalizou diversas empresas estadunidenses, especialmente mineradoras. Os Estados Unidos responderam custeando campanhas que desestabilizaram o governo de Allende, fortalecendo o desejo golpista da cúpula militar chilena.

Em 11 de setembro de 1973, as Forças Armadas chilenas, sob o comando do general Augusto Pinochet, promoveram um golpe de Estado ao bombardear o palácio presidencial La Moneda, sede do governo, em Santiago, numa ação que levou Allende a resistir até a morte.

O seguinte diálogo entre o presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, e seu secretário de Estado, Henry Kissinger, é revelador sobre a presença da potência capitalista por trás do golpe militar que derrubou o presidente chileno Salvador Allende, democraticamente eleito.

> ***Kissinger:*** A coisa está se consolidando, e claro, os jornais... sangrando, porque um governo pró-comunista foi derrubado. No período de Eisenhower, seríamos heróis...
> ***Nixon:*** Bem, nós não... como você sabe, nossas mãos não aparecem nesse caso.
> ***Kissinger:*** Nós não fizemos. Quero dizer, nós os ajudamos... criamos as melhores condições possíveis.
>
> *Diário de Pernambuco*. 30 maio 2004. p. B16.

Ao assumir o governo, o general Augusto Pinochet (1915-2006) estabeleceu uma das ditaduras mais violentas da América Latina: mais de 60 mil opositores à ditadura morreram ou desapareceram no Chile nos anos 1970, e 200 mil abandonaram o país por motivos políticos. Na década de 1980, as pressões populares e internacionais sobre a ditadura chilena avolumaram-se, e, em 1987 e 1988, diante da distensão nas relações internacionais e do esgotamento político interno, as pressões pela redemocratização tornaram-se irrefreáveis. Pinochet foi forçado a se afastar da chefia do governo e em 1989 realizaram-se eleições presidenciais, vencidas por Patrício Aylwin Azocar (1918-2016), candidato da frente oposicionista Acordo pela Democracia, denominada **Concertación**.

Pinochet, contudo, continuou na chefia do Exército, deixando o cargo somente em 1998, quando assumiu uma cadeira de senador vitalício no Parlamento chileno.

Na economia, o país assumiu as receitas neoliberais desde a época da ditadura de Pinochet, crescendo num ritmo bastante rápido, e continuou na mesma situação sob os governos que o sucederam. Os avanços econômicos e a estabilidade financeira fizeram do Chile um dos países mais bem-sucedidos no cenário de globalização da economia capitalista, típica dos anos 1990 em diante.

Pinochet morreu em 2006, no mesmo ano em que a Concertación elegeu o quarto presidente chileno após o fim da ditadura, a socialista Michelle Bachelet. Em 2010, a Concertación perdeu as eleições presidenciais para um candidato de centro-direita, mas em 2013 Michelle Bachelet tornou a ser eleita para a Presidência.

The Dmitri Baltermants Collection/Corbis/Latinstock

Salvador Allende (ao centro, de óculos), pouco antes de sua morte, no palácio presidencial de La Moneda, atacado pelos golpistas. Segundo documentos do governo norte-americano, levados a público em 2004, as frases trocadas entre o presidente Nixon e seu secretário de Estado Henry Kissinger mostram interesses e envolvimento dos Estados Unidos no golpe de Estado de 1973, que custou a vida de milhares de chilenos e derrubou o presidente Allende.

A América Central

Após a independência, a região central da América, que fizera parte do Vice-Reinado da Nova Espanha no período colonial, passou a se chamar Províncias Unidas da América Central. Em 1838, os interesses das elites locais, associados aos dos Estados Unidos e da Inglaterra, propiciaram a formação de diversos Estados autônomos na região: Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua e Costa Rica, alinhados especialmente aos Estados Unidos.

Para manter seus benefícios na região, os estadunidenses promoveram ali diversas intervenções armadas, como no Panamá, em 1903, para garantir o controle da Zona do Canal, e outras que tinham o objetivo de sufocar movimentos guerrilheiros locais, como o do líder nicaraguense Augusto César Sandino (1895-1934), entre 1927 e 1934.

Desprezando o princípio de não intervenção e autodeterminação dos povos, os Estados Unidos mantiveram a região sob seu controle não somente por meios econômicos e diplomáticos. No final dos anos 1970, e principalmente nos anos 1980, os movimentos populares ganharam força na América Central, colocando em risco a supremacia estadunidense. O principal exemplo dessa nova conjuntura foi a **Revolução Sandinista**, de 1979, na Nicarágua, que derrubou a ditadura de Anastácio Somoza (1925-1980), aliada dos Estados Unidos.

A posição de força dos Estados Unidos, entretanto, nunca foi abandonada, pelo contrário, foi exposta ao mostrar apoio aos ex-soldados somozistas (os “contras”), que provocaram a desorganização interna do país. Apesar disso, em 1990 o governo sandinista, de tendência socialista, promoveu eleições livres com a participação de diversos partidos, seguindo assim uma via diferente do caminho trilhado pela Revolução Cubana. Nessas eleições, o líder sandinista Daniel Ortega foi derrotado por Violeta Chamorro, da União Nacional Opositora (UNO), partido pró-Estados Unidos.

Derrotado nas eleições que se seguiram, Daniel Ortega voltou ao poder ao ser eleito em 2006 e reeleito em 2012.

O Panamá, num amplo movimento nacional pela retomada do controle da Zona do Canal – que desde sua inauguração em 1914 era administrado pelos Estados Unidos –, conseguiu acordos com o governo de Jimmy Carter (1977-1981), pelos quais os estadunidenses se comprometeram a devolver o canal à soberania panamenha até o ano 2000. Ainda antes da retomada da zona do canal, o país foi invadido por forças estadunidenses em 1989, que derrubaram o presidente Manuel Antonio Noriega, acusado de ligações com o tráfico internacional de drogas.

Noriega cumpriu 21 anos de prisão nos Estados Unidos e na França por narcotráfico e lavagem de dinheiro. Foi extraditado para o Panamá em dezembro de 2011, para cumprir pena de 20 anos por vários crimes, entre os quais o desaparecimento e assassinato de opositores durante seu governo, que foi de 1983 a 1989.

Apesar das derrotas eleitorais dos anos 1990, os sandinistas continuaram como importante força política na Nicarágua. Acima, Daniel Ortega em foto dos anos 1980.

Outra intervenção estadunidense ocorreu no **Haiti**, em 1994, dessa vez para reempossar o presidente Jean-Bertrand Aristide, um padre católico democraticamente eleito, mas deposto por uma junta militar. A operação garantiu que Aristide cumprisse seu mandato até ser sucedido por René Préval, que, com as eleições de 2000, devolveu o cargo a Aristide. Contudo, o novo governo de Aristide não conseguiu reverter o quadro de dificuldades econômico-sociais nem a corrupção e a violência entre facções políticas.

Em 2004, Aristide foi deposto e o país mergulhou em confrontos armados, seguidos da intervenção de tropas estadunidenses e francesas, respaldadas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Meses depois coube às tropas brasileiras a liderança das forças de paz da ONU – a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti –, da qual também participaram militares de outros países latino-americanos, como Argentina e Chile. No início de 2006, foram realizadas eleições presidenciais, vencidas por René Préval, enquanto continuavam presentes os efetivos militares da ONU e a expectativa de um desenvolvimento concreto dessa que é a nação mais pobre das Américas e de menor **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** do continente. IDH é o indicador usado pela ONU desde os anos 1990 para avaliar o desenvolvimento de uma população com base em dados como o poder de compra das pessoas, a expectativa de vida e a educação, analisados de modo comparativo entre as nações.

Thony Belizaire/Agência France-Presse/Getty Images

O terremoto que atingiu o Haiti, em janeiro de 2010, causou a morte de mais de 200 mil pessoas e mais de 300 mil feridos, além de milhares de desabrigados. Na foto, de abril de 2010, cerimônia de hasteamento da bandeira haitiana, diante do Palácio Presidencial, na capital Porto Príncipe, parcialmente destruído pelos tremores.

No início de 2010, um forte terremoto abalou o Haiti, provocando grande devastação e perda de centenas de milhares de vidas, dificultando ainda mais o processo de reconstrução do país. A essas dificuldades somou-se a busca da normalização política, com a eleição de Michel Martelly em 2011. Em fevereiro de 2016, foi instituído um governo provisório perante o adiamento das eleições presidenciais.

América Latina e os casos emblemáticos da Argentina e da Colômbia

O duradouro estado de guerra na América Central reforçou o contínuo processo de empobrecimento e miséria, bastante comum em toda a América Latina, ativando por décadas a efervescência político-ideológica e o permanente desejo de mudanças. Ao considerar o conjunto formado por América Latina e Caribe, dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe **(Cepal)**, órgão vinculado à ONU, indicavam que, em 2014, o número de pobres em toda a região chegava a 167 milhões de pessoas, dos quais cerca de 71 milhões viviam em extremada pobreza.

Desde as últimas décadas do século XX, a situação de penúria da maioria da população, o desemprego, as taxas inflacionárias recordes que prevaleceram nos anos 1980 e 1990, além do sucateamento do parque industrial (envelhecimento e não reposição de maquinário; atraso tecnológico), exigiam políticas inovadoras para a região. À frente dos governos, subiram partidos reformistas e de centro que substituíram as ditaduras – muitas delas longas e violentas –, por gestões eleitas diretamente em quase todos os países da região.

Muitas vezes, esses novos governos empenharam-se no saneamento econômico interno e na abertura dos mercados nacionais ao capitalismo internacional, assim como na reformulação do papel do Estado na economia. Dessa forma, foram privatizadas empresas estatais e reduzidos os gastos públicos, especialmente aqueles voltados para as políticas sociais, o que possibilitou um relativo sucesso econômico, porém quase sempre distante de uma política de bem-estar social. Em outras situações, porém sem abandonar grande parte dos vínculos com a ordem neoliberal do capitalismo internacional, enfatizaram as políticas sociais de geração de empregos e atendimentos às populações mais pobres, ao mesmo tempo que crescia a concentração de renda e o aumento do poder das megaempresas nacionais ou multinacionais.

Argentina

País que já desfrutou da condição de nação desenvolvida nas primeiras décadas do século XX, a Argentina perdeu pouco a pouco esse *status* e, durante a segunda metade do século, tornou-se exemplo de instabilidade política e de crescentes dificuldades.

Em 1943, um golpe militar derrubou o governo conservador de Ramón Castillo (1873-1944) e colocou no poder uma junta governativa, da qual era ministro do Trabalho o coronel Juan Domingo Perón (1895-1974). Nessa função, Perón ligou-se ao movimento sindical e passou a adotar medidas que beneficiavam os trabalhadores. Essas atuações, contudo, encontraram forte resistência entre os empresários, que passaram a pressionar o governo militar pela demissão de Perón. No começo de outubro de 1945, Perón foi demitido e preso, mas no dia 17, centenas de milhares de trabalhadores saíram às ruas de Buenos Aires, exigindo sua libertação. Temendo uma rebelião popular, o governo cedeu e libertou o coronel, mais tarde promovido a general.

Associated Press/Glow Images

O presidente Juan Perón e sua esposa Eva na sacada da Casa Rosada, sede do governo, em Buenos Aires, em foto de 1950.

No ano seguinte, Perón foi eleito presidente da República e aprofundou sua política de benefícios aos trabalhadores. Reeleito em 1952, foi deposto por um golpe militar em 1955, curiosamente apoiado pelos Estados Unidos e pelo Partido Comunista, para o qual Perón não passava de um fascista. Uma vez fora do poder, Perón exilou-se na Espanha.

Apesar de afastado da Argentina, Perón manteve intacta sua popularidade e tornou-se um verdadeiro mito entre os trabalhadores. Dessa forma, após um período no qual se sucederam governos democráticos e golpes de Estado, Perón retornou a Buenos Aires em 1973, ano no qual foi reeleito para a presidência da República. De idade avançada, faleceu no ano seguinte e foi sucedido por sua terceira esposa, a vice-presidente Isabel Perón (Isabelita). Um novo golpe militar depôs Isabelita em 1976, iniciando uma violenta ditadura militar repressiva, marcada por sequestros de opositores, torturas, assassinatos e raptos de filhos de jovens ativistas políticos torturados e mortos. Estima-se em cerca de 30 mil o número de desaparecidos políticos no país.

Foi só com o fracasso na Guerra das Malvinas (1982), contra a Inglaterra, que detém até hoje a posse desse território reivindicado pela Argentina no Atlântico Sul e chamada pelos ingleses de Falklands, que a ditadura militar ruiu, devolvendo o governo aos civis. A redemocratização do país foi efetivada com a eleição de Raul Alfonsin (1983-1989), da União Cívica Radical (UCR), cujo governo não conseguiu conter a crescente crise financeira e inflacionária. Em 1989, foi eleito seu sucessor, o peronista Carlos Menem, que implementou um plano econômico emergencial em 1991. Foi estabelecida a paridade do peso com o dólar, atrelando a moeda nacional à moeda estadunidense, ao mesmo tempo que se adotou uma ampla política de privatizações de empresas estatais, em obediência aos princípios neoliberais em voga nos anos 1990. Com essa política, Menem se reelegeu em 1995.

Nas eleições presidenciais de 1999, o candidato de oposição Fernando De la Rúa, da UCR, venceu o candidato apoiado por Menem. Como novo presidente, De la Rúa adotou várias medidas de austeridade, afetando ainda mais o emprego e ampliando as dificuldades sociais.

Manifestações de protesto, saques e descontrole administrativo e financeiro aprofundaram a crise, levando De la Rúa a renunciar à Presidência em dezembro de 2001. Após sucessivas renúncias dos chefes de Estado indicados para ocupar o cargo, o peronista Eduardo Duhalde assumiu interinamente a presidência até as eleições de 2003. O novo governo argentino estabeleceu o fim do câmbio fixo, mas não obteve apoio significativo interno e muito menos das finanças internacionais.

Em 2003, Duhalde foi substituído pelo também peronista Nestor Kirchner (1950-2010), que procurou combater o caos financeiro e político, tendo alcançado relativo sucesso. Em 2006, por exemplo, a Argentina pagou integralmente sua dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e obteve expressivas taxas de crescimento do PIB, acima de 8%.

Daniel Garcia/Agência France-Presse

As Mães e Avós da Praça de Maio em Buenos Aires, 2011.

Em 2007, a presidência passou a ser ocupada pela esposa de Nestor, Cristina Kirchner, igualmente peronista. Menos hábil do que o marido, Cristina governou com forte oposição e frequentes manifestações dos exportadores de bens agrícolas contra impostos e juros elevados. Nestor Kirchner morreu em outubro de 2010 e Cristina foi reeleita em 2011.

Em 2012, o movimento das **Mães e Avós da Praça de Maio** obteve êxito na Justiça ao conseguir a condenação de várias autoridades argentinas a penas que variaram de 5 a 50 anos de prisão por atuações criminosas durante a ditadura militar.

Mães e Avós da Praça de Maio: senhoras cujos filhos foram assassinados e cujos netos foram sequestrados pelos militares durante a ditadura que assolou a Argentina entre 1976 e 1983. A Praça de Maio está situada em Buenos Aires, em frente ao Palácio do Governo, a célebre Casa Rosada.

Cristina Kirchner não foi bem-sucedida em seu segundo mandato e não conseguiu eleger seu candidato nas eleições presidenciais de 2015. Venceu o oposicionista Mauricio Macri, de família tradicional, empresário e ex-presidente do clube de futebol mais popular do país, o Boca Juniors, da coligação de centro-direita Mudemos.

Colômbia

Enquanto a Argentina se caracterizava pela polarização política entre peronistas e não peronistas e pela força do movimento sindical, a Colômbia tem sido associada ao narcotráfico e a um movimento guerrilheiro de longa duração, as **Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia** (Farc), cujas origens remontam a 1948.

O narcotráfico tornou-se um problema para o conjunto de países latino-americanos nos anos 1990 e início do século XXI: seus "produtos", sobretudo a cocaína, movimentam centenas de bilhões de dólares por ano. Parte significativa dessa produção – estima-se que dois terços da produção mundial de cocaína – é originária da Colômbia. Segundo vários observadores, uma parcela dessa riqueza é utilizada para financiar as atividades guerrilheiras das Farc.

No final dos anos 1990, depois de décadas de guerra civil e dezenas de milhares de mortos, o governo colombiano do presidente Andrés Pastrana (1998-2002) iniciou negociações com as Farc, na tentativa de pacificar o país. Sem avanços definitivos nos entendimentos e sob pressão dos Estados Unidos, em 2000 Pastrana pôs em andamento o **Plano Colômbia**, um programa de combate ao narcotráfico de mais de 1,3 bilhão de dólares.

De 2001 a 2006, com Pastrana e seu sucessor Álvaro Uribe, a nação continuou mergulhada na guerra civil, num impasse em que nem a guerrilha tinha condições de tomar o poder nem as forças governamentais tinham capacidade militar para derrotá-la, apesar da bilionária ajuda estadunidense. Além disso, outro aspecto fundamental do Plano Colômbia, destacado por muitos críticos, era a novidade quanto à ingerência direta dos Estados Unidos na América do Sul especialmente na área amazônica, podendo vir a ser um perigoso precedente com sua ação militar na região. Entre as bases que passaram a ter presença estadunidense no norte da América do Sul estão as de Malambo, Palanquero e Apiay, esta última distante apenas 400 km da fronteira brasileira.

No combate aos guerrilheiros colombianos, o presidente Álvaro Uribe conseguiu a união do bloco conservador do país e reforçou a aliança com os Estados Unidos, o que provocou atritos com governos vizinhos de orientação esquerdista, como o de Hugo Chávez, da Venezuela, Rafael Correa, do Equador e Evo Morales, da Bolívia. Quando deixou o governo, em 2010, sucedido por Juan Manuel dos Santos, o país de pouco menos de 50 milhões de habitantes tinha cerca de 20 milhões de colombianos vivendo na pobreza e 7,7 milhões em estado de indigência, um quadro de grandes desigualdades, propício para os confrontos entre a ordem conservadora e as rebeliões guerrilheiras contestatórias. Em 2014, Juan Manuel dos Santos foi reeleito para mais um mandato presidencial (2014-2018).

Leia, a seguir, um texto de Mauro Santayana, jornalista brasileiro, de 2012, sobre a existência de dois “mundos” em um mesmo país na época em que representantes do governo colombiano e chefes das Farc protagonizaram conversações nas cidades de Oslo, Noruega, e Havana, Cuba, visando pôr fim a um conflito que durava décadas e já havia deixado milhares de mortos.

As duas Colômbias

O país andino e amazônico carrega dura e emocionante história, no confronto secular entre os brancos, ricos e de alma europeia, e seu povo, quase todo mestiço, de face acobreada, seja pela origem amazônica ou pelas alturas frias da grande cordilheira. Até hoje, após tantos séculos de história, não foi possível fundir em um só caráter as duas etnias principais, a dos autóctones e a de origem europeia. Elas, ao longo da formação do país, tornaram-se classes sociais. A maioria absoluta é constituída dos pobres mestiços. Os mestiços acompanham uma ou outra visão de mundo. As Farc, queiram ou não os políticos e intelectuais que têm dirigido o país, são a Colômbia predominantemente mestiça e pobre. A outra Colômbia é senhora das terras médias em que se produz o café – de excelente qualidade – e dos outros recursos nacionais. Grande parte dessa elite participa hoje da principal riqueza exportável da Colômbia, a das drogas. A maconha, que foi a primeira delas, tem hoje participação marginal no comércio ilegal. A cocaína continua sendo o principal produto, tendo superado, segundo as estimativas, a receita da venda ao exterior do café – mas a heroína, refinada do ópio extraído da papoula, começa a crescer em importância econômica.

SANTAYANA, M. A paz difícil e quase tardia. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 4 set. 2012. Disponível em: <www.jb.com.br/coisas-da-politica/noticias/2012/09/04/colombia-a-paz-dificil-e-quase-tardia>. Acesso em: 24 mar. 2016.

Luis Robayo/Agência France-Presse/Getty Images

Na primeira década do século XXI, as Farc ainda mantinham dezenas de reféns para serem trocados por guerrilheiros em poder do Estado. Na foto, Pablo Moncayo, em 2010, de uniforme militar, ao ser libertado depois de 12 anos como refém.

Atividades

Retome

1. Entre os diversos casos de emancipação política das antigas colônias localizadas na Ásia, temos a trajetória da Índia.
   a) Explique o papel de Gandhi naquele processo e identifique as estratégias usadas por ele e seus seguidores para lutar pela independência.
   b) Na atualidade, a Índia faz parte de qual grupo de países? Quais são as características desse grupo?
2. O conflito árabe-israelense constitui, até hoje, fator de desestabilização política e social no Oriente Médio.
   a) Quando o Estado de Israel foi criado e de que forma esse evento se relaciona com o desenvolvimento do conflito árabe-israelense?
   b) Qual vem sendo a posição do governo dos Estados Unidos ao longo de décadas de conflito árabe-israelense?
3. O que os processos de independência de algumas colônias do continente africano, como Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde têm em comum? Por quê?
4. Oficialmente, o *apartheid* na África do Sul foi abolido em 1994.
   a) Explique em que consistia o *apartheid* na África do Sul, dando exemplos.
   b) Qual foi o papel de Nélson Mandela naquele contexto? Explique.
   c) Em sua opinião, que consequências um regime de *apartheid* pode trazer a um país e a seus habitantes?
5. Com base no conteúdo do capítulo, dê um exemplo de como a Guerra Fria influenciou o cenário político na América Latina, em especial ao longo da década de 1970.

Pratique

6. A expressão "Terceiro Mundo" foi criada em 1952 pelo sociólogo Alfred Sauvay. Sobre esse tema, leia o texto a seguir.

> O antigo conceito de "Terceiro Mundo" já não se aplica mais à nova economia global multipolar e é necessário um novo enfoque para levar em conta os interesses dos países em desenvolvimento, afirma Robert B. Zoellick, Presidente do Grupo Banco Mundial [instituição financeira internacional que fornece empréstimos para países em desenvolvimento].
>
> Em discurso [...], Zoellick afirmou que a crise econômica global de 2009 e o surgimento de países em desenvolvimento na economia global foram o dobre de finados do antigo conceito de Terceiro Mundo como entidade separada, tal como 1989 foi o fim do Segundo Mundo do Comunismo. [...]
>
> Embora a pobreza e os Estados frágeis tenham persistido como desafios a superar, os países em desenvolvimento cresceram a ponto de representar uma parcela cada vez maior da economia global e proporcionar uma importante fonte de demanda na recuperação da recente crise econômica global. Isso ocorreu não somente na China e na Índia, mas também no Sudeste Asiático, América Latina e Oriente Médio. A África poderá também um dia tornar-se um polo do crescimento global.
>
> Zoellick observou que, portanto, os países em desenvolvimento merecem maior reconhecimento na gestão do sistema global e que as soluções propostas em matéria de regulamentação financeira, mudança climática e gestão de crises devem refletir seus interesses. É importante reconhecer as implicações da nova economia mundial multipolar para a cooperação multilateral e resistir às forças gravitacionais que estão trazendo um mundo de Estados-nação de volta à busca de interesses mais estreitos, disse Zoellick.
>
> O antigo conceito de "Terceiro Mundo" está ultrapassado, afirma Zoellick. *The World Bank*, 14 abr. 2010. Disponível em: <www.worldbank.org/pt/news/press-release/2010/04/14/old-concept-of-third-world-outdated-zoellick-says>. Acesso em: 30 abr. 2016.

   a) Ao longo da Guerra Fria, o que as expressões "Primeiro Mundo", "Segundo Mundo" e "Terceiro Mundo" abarcavam? Por que é possível dizer que o uso dessas expressões demarca uma regionalização típica da Guerra Fria?
   b) Segundo o texto que você acabou de ler, de que maneira os estudiosos de hoje encaram o conceito de "Terceiro Mundo"? Por quê?
   c) Que fatores, segundo o texto, foram o "dobre de finados" do antigo conceito de "Terceiro Mundo"? E qual seria o papel dos países em desenvolvimento no mundo de hoje?

Analise uma fonte primária

7. O trecho a seguir faz parte do comunicado final da Conferência de Bandung, realizada em 1955. Leia-o e faça as atividades propostas.

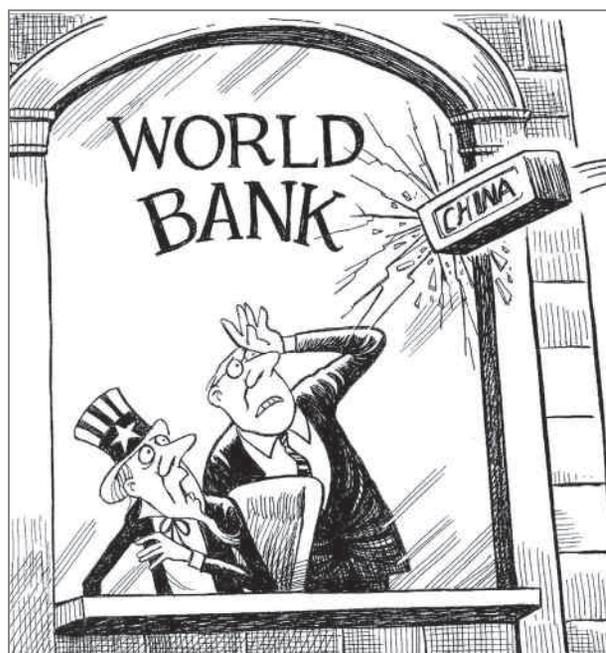
> Os povos da Ásia e da África estão atualmente animados por um sincero desejo de renovar seus contatos culturais e desenvolver novos, no quadro do mundo moderno. Todos os governos participantes confirmaram sua intenção de trabalhar para uma cooperação cultural mais estreita.
>
> A Conferência tomou nota do fato que a existência do colonialismo em numerosas regiões da Ásia e da África, qualquer que seja sua forma, impede a cooperação cultural, assim como o desenvolvimento das culturas nacionais.
>
> Algumas potências coloniais negaram aos povos coloniais os direitos fundamentais no campo da educação e da cultura, o que obstaculiza o desenvolvimento de sua personalidade, assim como as trocas culturais com outros povos asiáticos e africanos.
>
> Isto é particularmente verdadeiro no caso da Tunísia, da Argélia e do Marrocos, onde o direito fundamental dos povos de estudarem sua própria língua e sua própria cultura não está sendo respeitado.
>
> Discriminações semelhantes foram praticadas em certas regiões do continente africano contra outros povos.
>
> A Conferência considera que tal política equivale a um desafio dos direitos fundamentais do homem, atrasa o progresso cultural nesta região e impede a cooperação cultural no plano internacional. A Conferência condena essa negação dos direitos do homem no campo da educação e da cultura em algumas partes da Ásia e da África, através desta e outras formas de opressão cultural.
>
> Em particular, a Conferência condena o racismo como meio de opressão cultural.
>
> A Conferência afro-asiática examinou ansiosamente a questão de paz mundial e de cooperação. Tomou nota com profunda inquietação do estado de tensão internacional e do perigo de guerra atômica [...]
>
> Comunicado final da Conferência de Bandung: 1955. In: MATTOSO, Katia M. de Queirós (Org.). *Textos e documentos para o estudo da história contemporânea:* 1789-1963. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1977. p. 201-202.

a) Que países organizaram a Conferência de Bandung e o que se pretendia com ela?

b) No trecho selecionado, vemos alguns fatores que explicam por que o colonialismo foi negativo para as regiões da Ásia e da África. Identifique esses fatores e explique-os.

c) Por que foi importante para a Conferência de Bandung condenar o racismo?

Articule passado e presente

8. Neste capítulo, estudamos alguns processos econômicos e políticos dos países do então chamado Terceiro Mundo, na Ásia, na África, no Oriente Médio e na América Latina. Vimos que, na atualidade, grande parte desse grupo de países é considerada "em desenvolvimento". Dentro desse amplo grupo, os países que compõem o Brics se destacam. Para refletir mais sobre o assunto, observe a charge a seguir, publicada por um jornal dos Estados Unidos. Depois, responda ao que se pede.

Charge publicada no jornal estadunidense *The New York Times* em 22 de julho de 2014. No letreiro da janela, lê-se "Banco Mundial".

a) O que está sendo representado na charge? O que a charge revela a respeito do modo como a imprensa internacional enxerga o Brics na economia global?

b) A charge foi produzida em 2014. Será que hoje o Brics ainda continua na posição de destaque na economia global ou existe algum outro grupo de países que vem crescendo no cenário econômico internacional? Pesquise em revistas, jornais impressos e *sites* para descobrir e, em seguida, anote suas descobertas.

CAPÍTULO 12

O fim da Guerra Fria e a Nova Ordem Mundial em construção

Trevor Collens/Agência France-Presse

Na imagem, pessoas tentam encontrar produtos com grandes descontos em loja de departamentos nos Estados Unidos. Foto de 2015. Naquele país, a última sexta-feira de novembro, após o feriado de Ação de Graças, é uma data em que o comércio em geral oferece grandes descontos para todos os tipos de produtos. Nesse dia, as atividades do comércio crescem muito, bem como o consumismo.

Com a desagregação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos se tornaram uma nação mundialmente hegemônica, um modelo de economia e sociedade. Mas será possível que todas as pessoas do mundo vivam e consumam como os estadunidenses? Como sustentar um modelo de crescimento infinito num mundo de recursos finitos? E qual é a relação entre esse modelo e as desigualdades sociais?

1 Os desafios da globalização

A mundialização capitalista foi acompanhada pela formação de grandes blocos de nações hegemônicas e de grandes conglomerados empresariais. Nesse processo, o gerenciamento econômico e as atuações governamentais foram atrelados a interesses acima dos nacionais, subordinando a política a uma economia mais ampla.

Com a globalização, o que o futuro reservou para os Estados nacionais do ponto de vista político? As políticas públicas devem priorizar as questões sociais, subordinando os interesses do mercado ao bem-estar de todos? Isso seria barreira ou motivação para a dinamização econômica? E seu inverso: as políticas públicas deveriam ser direcionadas para o desenvolvimento da livre concorrência, em favor do mercado prioritariamente? Nesse caso, seus resultados beneficiariam toda a sociedade?

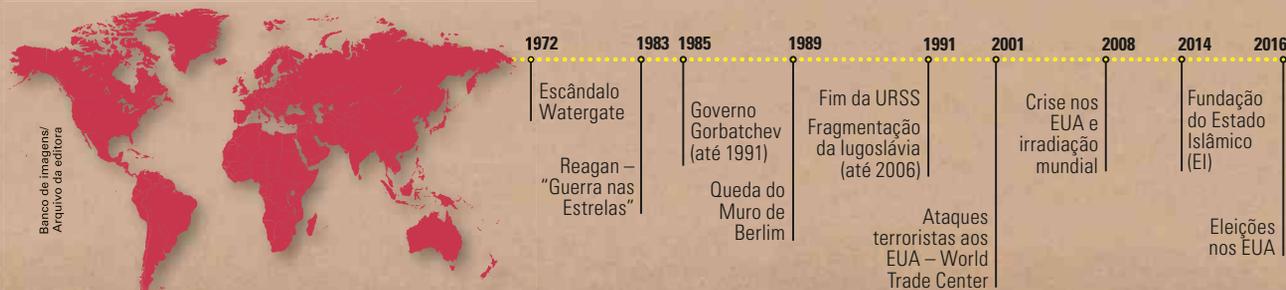
O fim da Guerra Fria

A década de 1970 caracterizou-se por acordos bilaterais entre os Estados Unidos e a União Soviética com o objetivo de limitar os riscos de uma guerra nuclear e amenizar conflitos. Foi a época da *détente* (em português, 'distensão'), destacando-se os acordos da série **Salt** (Strategic Arms Limitations Talks – Conversações sobre Limitações de Armas Estratégicas), entre 1972 e 1979, que passaram a controlar o arsenal nuclear das duas superpotências.

No início da década de 1980, porém, o presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan (que ocupou o cargo de 1981 até 1989) retomou a "política da intimidação", acentuando a corrida armamentista com o projeto **Guerra nas Estrelas**. A Europa, temendo transformar-se em palco de uma guerra nuclear, pressionou a retomada dos encontros de cúpula entre os Estados Unidos e a União Soviética.

Gilles Leimdorfer/Agência France-Presse

Alemães comemoram a reunificação do país em frente ao portão de Brandemburgo, em Berlim, outubro de 1990.

Veja abaixo os períodos e os lugares em que se passaram os principais eventos do capítulo.

Linha do tempo esquemática. O espaço entre as datas não é proporcional ao intervalo de tempo.

Enquanto isso, a partir de 1985 o dirigente soviético Mikhail Gorbatchev estabelecia em seu país uma política de reestruturação econômica (*perestroika*, em russo) e abertura democrática (*glasnost*, que significa 'transparência'), que remodelaram não só o bloco socialista (levando suas estruturas ao colapso), mas também as relações internacionais.

Em novembro de 1987, Reagan e Gorbatchev, abrindo uma nova rodada de negociações sobre desarmamento, assinaram um acordo para a eliminação dos mísseis de médio alcance na Europa e na Ásia. Em janeiro de 1988, o governo soviético anunciou o início da retirada de suas tropas do Afeganistão. No ano seguinte, a abertura política e os efeitos da *perestroika* começaram a desmontar o bloco socialista, apressando o fim do confronto com os Estados Unidos.

No início dos anos 1990, aceleraram-se acordos de desarmamento nuclear, com o Tratado de Redução de Armas Estratégicas (Start); em 1991, o Conselho de Assistência Econômica Mútua (Comecon), do qual faziam parte União Soviética, Alemanha Oriental, Polônia, Hungria, Tchecoslováquia, Romênia e Bulgária, e o Pacto de Varsóvia foram dissolvidos. Simultaneamente, tiveram início gestões para a remodelação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

Em dezembro de 1991, a União Soviética se desintegrou, dando lugar à **Comunidade de Estados Independentes (CEI)**, tendo a Rússia (Federação Russa) como principal herdeira da ex-superpotência em termos políticos, geopolíticos e econômicos.

Os Estados Unidos dos anos 1960 ao século XXI

Após o assassinato do presidente John Kennedy (1917-1963) e os dois mandatos de Lyndon Johnson (1908-1973) logo em seguida, ambos do Partido Democrata, o governo dos Estados Unidos voltou às mãos do Partido Republicano, que elegeu e reelegeu Richard Nixon (1913-1994) em 1968 e 1972, respectivamente.

Na política externa, Nixon buscou a reaproximação com os países comunistas e iniciou mais um período de distensão, com a ajuda do secretário de Estado Henry Kissinger. Assim, em 1972, assinou com os soviéticos o acordo **Salt-1**, que limitava o uso de armas estratégicas, e viajou até a China para encontrar-se com Mao Tsé-tung. Com essa política, o governo estadunidense aproximava-se de uma potência rival e vizinha dos soviéticos. Já quanto à longa **Guerra do Vietnã**, o governo Nixon enfrentou a pressão crescente da opinião pública dos Estados Unidos favorável ao fim da guerra. Isso levou o presidente a retirar os soldados estadunidenses do conflito, oferecendo, em contrapartida, armamentos a seu aliado, o governo do Vietnã do Sul – política denominada de "vietnamização da guerra".

Ainda na política externa, apesar da aproximação diplomática com os países comunistas, os Estados Unidos não abriam mãos de sua supremacia sobre os países subdesenvolvidos. Além da questão do Vietnã, participaram oficiosamente do apoio ao golpe de 1964 no Brasil e à derrubada, em 1973, do presidente chileno Salvador Allende (1908-1973), de tendência socialista,

Comunidade dos Estados Independentes – 1991

Adaptado de: DUFOR, Annie (Ed.). *Grand Atlas d'aujourd'hui*. Paris: Hachette, 2000. p. 56.

Após o fim da União Soviética, foi constituída a Comunidade de Estados Independentes, com a Federação Russa à frente. Em 1997, a capital do Casaquistão passou a ser Astana.

cujas reformas ameaçavam os interesses econômicos dos EUA. Após um golpe sangrento, instaurou-se no Chile a ditadura militar de Augusto Pinochet (1915-2006).

Na economia, o final do governo Nixon foi de dificuldades crescentes, decorrentes principalmente da elevação dos preços do petróleo, determinada desde 1973 pela **Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep)**, dominada pelos países árabes.

Na política, o governo Nixon envolveu-se no escândalo **Watergate**, iniciado em 1972. Membros do Partido Republicano – ao qual Nixon pertencia – foram surpreendidos tentando instalar um sistema de escuta para espionar os escritórios do rival Partido Democrata, no edifício Watergate, em Washington, a quatro meses das eleições presidenciais.

Denunciado pelo jornal *Washington Post*, o caso atingiu Nixon e mobilizou toda a imprensa e a opinião pública dos Estados Unidos. Comprovado seu envolvimento, o presidente foi obrigado a renunciar para evitar o *impeachment* (impedimento de governar). A presidência foi então ocupada pelo vice-presidente Gerald Ford (1913-2006), que permaneceu no cargo de 1974 até 1976.

Eleito presidente pelo Partido Democrata em 1977 e exercendo o cargo até 1980, Jimmy Carter fez acordos com os soviéticos, assinou o **Salt-2** (1979) e adotou uma política de defesa dos **direitos humanos**. Sua política internacional estimulou a redemocratização de países capitalistas governados por ditaduras e intensificou as críticas às limitações das liberdades públicas nos países comunistas.

Carter mediou a Conferência de Camp David, em 1978, que deu origem a um tratado de paz entre o Egito, governado por Anuar Sadat (1918-1981), e Israel, dirigido por Menachem Begin (19131992). Com esse tratado, estabeleceram-se relações diplomáticas entre os dois países, que estavam em guerra havia anos.

Protesto contra a Guerra do Vietnã em Washington, nos Estados Unidos, em 1967.

Leif Skoogfros/Corbis/Latinstock

Diana Walker/Time Life Pictures/Getty Images

Jimmy Carter, foto de 1979. Conhecido por defender os direitos humanos durante sua gestão.

No final do governo Carter, emergiram diversas crises internacionais que arruinaram o prestígio da administração democrata. No Irã, em 1979, o xá Reza Pahlevi (1919-1980), tradicional aliado dos Estados Unidos, foi derrubado por uma revolução islâmica. O novo líder do país, o aiatolá Ruhollah Khomeini (1902-1989), passou a pregar um nacionalismo religioso com posições radicalmente antiestadunidenses, levando a uma postura de enfrentamento com os Estados Unidos.

Na Nicarágua, também em 1979, a **Revolução Sandinista**, de inspiração socialista, acabou com o longo período de dominação da família Somoza, aliada histórica dos Estados Unidos.

Candidato à reeleição em 1980, Carter foi derrotado por Ronald Reagan (1911-2004). Tinha início um novo período de predomínio do Partido Republicano. Reagan permaneceu no poder por oito anos, durante os quais fez do **neoliberalismo** a base de sua política econômica.

Ao mesmo tempo, deu início a um programa militar conhecido como Guerra nas Estrelas, sofisticado projeto bélico que visava proteger os Estados Unidos contra possíveis ataques inimigos com base na formação de um “escudo” de mísseis. Após sofrer pressões internas e externas, o projeto não chegou a ser implantado.

O desenvolvimento econômico interno ocorrido durante o governo de Reagan garantiu-lhe popularidade e permitiu que se reelegesse em 1984. Por causa das pressões europeias e da política instaurada pelo novo governante soviético, Mikhail Gorbatchev, o governo estadunidense reverteu a política de intimidação ao bloco socialista, retomando a distensão com a União Soviética. Em 1987, foram assinados acordos de desarmamento nuclear, ratificados na viagem do presidente dos Estados Unidos à União Soviética no ano seguinte.

Internamente, o país adotou uma política de corte de gastos públicos, principalmente na área de bem-estar social, e de desregulamentação da economia, provocando o desemprego e a concentração da renda pelos mais ricos, dentro dos princípios do neoliberalismo.

Peter Turnley/Corbis/Latinstock

Soldados estadunidenses sobre um tanque durante a Guerra do Golfo (1991).

O sucessor de Reagan foi George Herbert Walker Bush, igualmente eleito pelo Partido Republicano, com um mandato de 1989 a 1993. Bush deu continuidade à política de entendimento com Gorbatchev, em meio à desmontagem dos regimes comunistas do Leste Europeu e ao desaparecimento da União Soviética, no início da década de 1990.

Reafirmando sua supremacia internacional, os Estados Unidos comandaram uma coalizão internacional de cerca de 30 países e, no início de 1991, desencadearam a **Guerra do Golfo** contra o Iraque. O conflito decorreu da invasão do território do Kuwait, em 1990, por tropas do Iraque, governado por Saddam Hussein (1937-2006). Durou cerca de 40 dias e terminou com a derrota do Iraque, que sofreu grandes perdas materiais e humanas.

Nas eleições de 1992, Bush foi derrotado pelo candidato do Partido Democrata, Bill Clinton, que assumiu o governo em janeiro de 1993. Com Clinton, a economia dos Estados Unidos alcançou sucessivos índices de crescimento, o que favoreceu sua reeleição em 1996.

Nas eleições presidenciais de 2000, o partido de Clinton indicou Albert Arnold Al Gore para concorrer com o candidato do Partido Republicano, George Walker Bush, filho do ex-presidente Bush. Numa apuração de votos repleta de irregularidades, com várias recontagens, George W. Bush foi declarado vencedor.

Rua de Bagdá após bombardeio do exército dos Estados Unidos durante a Guerra do Golfo, no Iraque, em 1991.

Arquivo/Agência France-Presse

Um dia que mudou o mundo

No dia 11 de setembro de 2001, terroristas islâmicos suicidas destruíram completamente dois grandes edifícios comerciais – as torres do World Trade Center – em Nova York e parte do Pentágono, nos arredores de Washington. Os ataques, tidos como os maiores sofridos até então pelos Estados Unidos em seu próprio território, foram realizados por meio de aviões comerciais sequestrados e se voltaram contra os símbolos do poderio econômico e militar dos Estados Unidos, deixando milhares de mortos e uma forte sensação de vulnerabilidade no país mais poderoso do mundo.

A reação do governo de George W. Bush levou à primeira guerra declarada do século XXI, tendo como alvo um grupo terrorista fixado no Afeganistão (a Al-Qaeda, responsabilizada pelos ataques de 11 de setembro) e apoiado pelo **Talibã**, grupo radical islâmico que exercia poder naquele país.

Muralhas

Quando os chineses iniciaram a Grande Muralha, em 214 a.C., e Adriano contratou seu sistema defensivo no norte da Inglaterra, 300 anos depois, eles estavam reagindo precisamente ao mesmo instinto que está movendo a política norte-americana agora – manter distantes os bárbaros hostis. O Escudo de Defesa Antimísseis é, em termos militares, uma muralha, embora excepcionalmente complexa.

Mas as muralhas têm o hábito de ser vencidas ou contornadas, como qualquer historiador da **Linha Maginot** poderia confirmar, e esta muralha pode ser evitada com bombas nucleares de baixa potência em maletas ou por alguém numa lancha, disparando em volta da Ilha de Manhattan. Portanto, defesa não é, evidentemente, a história toda, e entre as razões que motivaram Bush é preciso lembrar que sua muralha vai custar entre US$ 60 bilhões e US$ 100 bilhões, a maior parte deles gasta com as indústrias de defesa.

PORTER, Henry. Falando com as paredes: ao querer afastar os “bárbaros”, os EUA se isolam do mundo. *The Observer. Carta Capital*. Ano VII, n. 147, 23 maio 2001. p. 40.

Linha Maginot: linha de fortificações na fronteira francesa da Suíça até a Bélgica, visando defender-se da Alemanha. Construída nos anos 1930 e idealizada pelo político André Maginot, de nada serviu para conter o avanço nazista.

O período de “guerra ao terror”, iniciado em 2001, resultou na derrubada do governo Talibã no Afeganistão (veja a seção *Leituras*, na página 239) e implantou nos Estados Unidos várias medidas policiais destinadas a evitar novos atentados terroristas. Um desdobramento disso foi a adoção da **Doutrina Bush**, sustentada na possibilidade de ação militar unilateral dos Estados Unidos em qualquer país do mundo, acima de leis e políticas internacionais, e sempre sob a justificativa de “guerra ao terror”.

Segundo a Doutrina Bush, a ameaça estaria nos países que formavam o “eixo do mal” – Iraque, Irã e Coreia do Norte –, que, segundo Bush, fabricavam armas de destruição em massa e patrocinavam o terrorismo internacional. A partir de então, os Estados Unidos adotaram medidas agressivas e de endurecimento contra os rivais, como a transferência de prisioneiros de guerra do Afeganistão para a base estadunidense de Guantánamo, em Cuba (onde seriam vítimas de tortura, como denunciou a imprensa a partir de 2004), e ameaças de guerra, especialmente contra o Iraque.

Getty Images/<www.gettyimages.com>

Na foto, as torres gêmeas do World Trade Center atingidas por dois aviões pilotados por terroristas islâmicos em 11 de setembro de 2001.

Considerado grande inimigo dos Estados Unidos, o Iraque, governado por Saddam Hussein, detinha em 2003 a segunda maior reserva petrolífera em exploração do mundo. Diante dos ataques iminentes dos estadunidenses, o preço do petróleo disparou.

Em março de 2003, sem o apoio da comunidade internacional e do Conselho de Segurança da ONU, mas com o auxílio de forças britânicas, os Estados Unidos deram início à invasão do Iraque. O uso de armamentos sofisticados e de tecnologias de última geração provocou muitas mortes e destruição em larga escala.

A construção da crise no Afeganistão

Em razão de sua posição geográfica estratégica, o Afeganistão sempre foi área sujeita a invasões e disputas. Em 1973, o ex-primeiro-ministro Daoud Khan (1909-1978), chefiou um golpe de Estado que derrubou o rei Zahir Shah (1914-2007) e assumiu o poder. Khan proclamou a República, mas não conseguiu apaziguar as lutas de facções rivais. Em abril de 1978, o Partido Democrático Popular do Afeganistão, liderado por Mohamed Taraki (1917-1979), derrubou Daoud, que foi assassinado. Instalou-se então um regime de partido único inspirado na União Soviética e sujeito à crescente oposição de grupos islâmicos apoiados pelo Paquistão e pelo Irã e armados pelos Estados Unidos.

As lutas entre as facções políticas, étnicas e religiosas culminaram no fuzilamento de Taraki, em 1979, seguido da invasão de tropas da União Soviética. Como parte da política de reformas de Mikhail Gorbatchev, os soviéticos retiraram-se do país dez anos mais tarde, mas mantiveram o apoio (financeiro e bélico) ao governo de Mohammad Najibullahn (1947-1996). Entretanto, este foi obrigado a renunciar em 1992, quando grupos guerrilheiros tomaram Cabul, a capital do país.

Seguiram-se confrontos entre as facções políticas e islâmicas rivais, destacando-se o Talibã, milícia que efetivou sua supremacia no final da década de 1990, impondo ao país rígidas leis muçulmanas.

Em 1998, os Estados Unidos dispararam mísseis contra alvos no Afeganistão, sob a acusação de serem centros de apoio a ações terroristas internacionais, especialmente da Al-Qaeda, organização liderada por Osama bin Laden (1957-2011), milionário e fundamentalista islâmico de origem saudita que migrara para o Afeganistão, onde obtivera ajuda militar e financeira dos Estados Unidos no combate aos soviéticos durante a década de 1980.

Bin Laden fundou a Al-Qaeda (em português, 'A Base') em 1990 e, no final dessa década, controlava uma ampla rede de ações em diversos países contra a "influência ocidental" e a interferência dos Estados Unidos no mundo islâmico.

Após os atentados realizados em Nova York e Washington em 11 de setembro de 2001, Osama bin Laden foi acusado pelas autoridades dos Estados Unidos de ser o articulador da ação, que deixou milhares de mortos em solo estadunidense. O presidente Bush declarou guerra aos terroristas e aos países que os abrigassem, exigindo do governo afegão a prisão e a entrega de Bin Laden. O desdobramento da crise foi o bombardeio do Afeganistão pelos Estados Unidos e a derrubada do Talibã. Osama bin Laden foi morto em maio de 2011, numa operação militar dos Estados Unidos no Paquistão.

Em dezembro de 2014, os Estados Unidos e seus aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) deram por encerradas suas operações militares no Afeganistão.

Bush e Bin Laden em anúncio criado em 2004 por agência de publicidade para uma revista de grande circulação no Brasil. O anúncio representa o rosto desses líderes desenhado com palavras significativas. Observe.

No final de 2004, inspetores de armas dos Estados Unidos apresentaram ao Senado um relatório que denunciava a existência de armas proibidas no Iraque, qualificadas para destruição em massa. Depois de meses de investigação, nenhum vestígio foi encontrado do suposto arsenal, derrubando, assim, o principal pretexto para a guerra contra o Iraque.

Contudo, reeleito presidente para mais quatro anos, Bush manifestou sua intenção de aprofundar a "guerra contra o terror" e intensificar a atuação no Iraque, fazendo também ameaças a países rivais, especialmente o Irã, a Coreia do Norte e, posteriormente, Cuba, considerados pelas autoridades estadunidenses de então favoráveis ao terror e participantes do denominado "eixo do mal".

Leituras

Os bombardeios aéreos e os ataques das tropas que avançaram até chegar à capital, Bagdá, em abril de 2003, justificaram a afirmação de Ives Gandra Martins, jurista e professor, de que, para enfrentar o "terrorismo às escuras", de Bin Laden, Bush respondeu com o "terrorismo oficial", só diferenciados em dimensão: "o primeiro destruiu duas torres, e o segundo, um país inteiro". Leia um trecho do artigo do jurista.

Terrorismo

[...] O ideal das nações, de uma paz universal representada pela ONU, foi maculado pela declaração de uma guerra que a comunidade mundial (mais de 80%) condenava e que as nações do mundo não autorizaram.

A esperança de que o século XXI, como dizia Norberto Bobbio em *Era dos direitos*, descortinasse um tempo em que a enunciação dos direitos (século XX) fosse seguida de suas garantias foi definitivamente tisnada, visto que não só a garantia de que cada nação deve escolher seu próprio destino deixou de existir, como, o que é pior, os direitos foram definitivamente sepultados por um país que é o mais forte em armas de destruição em massa e o mais fraco no respeito aos povos e nações do mundo.

Até a figura tirânica desse outro genocida, Saddam Hussein, passou a segundo plano porque o minúsculo e poderoso presidente dos Estados Unidos conseguiu demonstrar ser mais eficiente em matar civis do que o déspota iraquiano.[...]

MARTINS, Ives Gandra. O terrorismo oficial de Bush. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 9 abr. 2003. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0904200309.htm> Acesso em: 5 abr. 2016.

Fares Dlimi/Agência France-Presse

Um menino iraquiano cobre o rosto com as mãos enquanto chora diante da destruição de um bairro em consequência de um ataque aéreo dos Estados Unidos. Fallujah, Iraque, 2004.

Para saber mais

Guerras, extremismo e o Estado Islâmico

Em meio às guerras, o intervencionismo internacional acompanhou e teve papel importante quanto ao crescimento dos confrontos entre grupos islâmicos extremistas. Entre esses grupos, o que mais ganhou força foi o sunita extremista liderado pelo jordaniano Abu al-Zarqawi, morto em 2006, sucedido na liderança por Abu Ayyub al-Masri e Abu Omar al-Baghdadi até 2010, quando também foram mortos, passando o comando a Abu Bakr al-Baghdadi. Atuante em seguidos atentados, o grupo atraiu muitos seguidores, especialmente de lideranças militares do Iraque, que viam a guerra da Síria como mais um campo de batalha e exposição de sua visão do mundo.

Em julho de 2014, esses sunitas radicais proclamaram a criação de um novo califado, com sede em Raqqa, denominado Estado Islâmico (EI). Visavam estabelecer no Oriente Médio uma ordem política islâmica e unitária, como aquela que surgira no século VII, onde é hoje a Arábia Saudita. Para o EI, os xiitas, que representam perto de 10% da população muçulmana, são considerados infiéis e inimigos, assim como outros grupos minoritários de outras etnias, bem como as potências intervencionistas na região.

O EI ganhou notoriedade internacional pela violência com que executa seus inimigos (degola e crucificação) e pela arregimentação internacional de seguidores. No domínio de diversas regiões entre Iraque e Síria, o EI chegou a controlar áreas petrolíferas, com as quais obtinha os recursos para compra de equipamentos militares e armas. Financiamentos de Estados sunitas na luta contra o Irã, xiita, e recursos obtidos por sequestros eram outras formas de arrecadação do EI. Em 2015 e 2016, membros do EI destruíram museus e peças arqueológicas de antigas civilizações da região, como a dos assírios, e foram responsáveis por diversos atentados terroristas, como a derrubada de um avião russo no Egito e atentados em Paris, Bruxelas, além de apoiar atuações no continente africano de grupos extremistas como o Boku Haram. Governos ocidentais, liderados pelos Estados Unidos, e também a Rússia, têm buscado conter a expansão do EI com bombardeios localizados, no sentido de minar o poderio das forças armadas do declarado califado.

Preso em 2004, Saddam Hussein foi julgado, condenado à morte e executado por enforcamento em 2006, no Iraque.

Em dezembro de 2011, a guerra do Iraque foi oficialmente encerrada a um custo estimado em torno de 1 trilhão de dólares, um saldo de mais de 4 mil soldados estadunidenses e mais de 100 mil civis iraquianos mortos, além de dezenas de milhares de mutilados. A destruição do país servia de combustível para os conflitos entre facções iraquianas rivais, especialmente entre xiitas e sunitas, com seguidos atentados e inúmeras vítimas.

O governo de Barack Obama

Nas eleições presidenciais dos Estados Unidos, em 2008 os estadunidenses elegeram o primeiro presidente negro da história dos Estados Unidos. A vitória do democrata Barack Obama foi uma surpresa em um país notoriamente racista.

Quando assumiu o cargo em 2009, além de herdar os efeitos desastrosos da política internacional de seu antecessor, Obama também teve que enfrentar uma grave crise econômica iniciada em 2008, último ano do governo Bush, considerada a mais profunda crise econômica do sistema capitalista desde 1929. O novo governo norte-americano tentou reverter seus efeitos quanto às falências, quedas produtivas e desemprego, praticando um intervencionismo estatal na economia com a liberação de trilhões de dólares para empresas e setores em dificuldades.

Reeleito em 2012, em seu discurso de posse Barack Obama reforçou suas promessas de recuperar a economia, adotar medidas diante das mudanças climáticas e buscar a paz, via diálogo, com outras nações. Entre as questões mais importantes estavam o desemprego (cerca de 12 milhões de desempregados em dezembro de 2012), corte de gastos e redução do *déficit* para equilibrar as contas públicas. Destacava-se também a concorrência chinesa, os atritos com o Irã e a retirada do exército estadunidense do Afeganistão, entre outras questões. Entre essas, ganhou repercussão internacional a divulgação de informações pelo ex-técnico da Agência de Segurança Nacional (NSA), Edward Snowden. Suas denúncias revelaram a espionagem da NSA via gravações de dados dos acessos na internet e ligações telefônicas de milhões de pessoas, empresas, órgãos governamentais e das maiores autoridades de países como Brasil, Alemanha, França, México, Vaticano, etc. Com ampla divulgação, a atuação dos Estados Unidos recebeu condenação pública generalizada de governantes e da própria ONU.

A União Soviética de 1964 ao século XXI

Em 1964, com a queda de Nikita Kruschev (1894-1971), ascendeu ao poder Leonid Brejnev (1906-1982), cujo governo retomou internamente o centralismo político-administrativo, reprimindo as dissidências. Externamente, fez uso da força para impor o monolitismo do bloco comunista.

Governando até 1982, a retomada do centralismo estabelecida por Brejnev reforçou a máquina burocrática, afetando profundamente a produtividade soviética. A União Soviética e seus aliados perderam competitividade tecnológica em relação ao Ocidente, muito mais acentuada nos setores civis do que na indústria bélica. Às dissidências respondia-se com velhos métodos stalinistas, como medidas de força, prisões e trabalhos forçados. Muitos desses dissidentes ficaram famosos no Ocidente, como o físico nuclear Andrei Sakharov (1921-1989), prêmio Nobel da Paz de 1975, e o literato Alexander Solzhenitsyn (1918-2008), prêmio Nobel de literatura em 1970.

Brejnev enfrentou a deterioração das relações com a China e sufocou a liberalização do regime socialista da Tchecoslováquia, invadindo-a em 1968 com as forças do Pacto de Varsóvia.

A Primavera de Praga (1968)

Em 1968, a Tchecoslováquia era governada por Alexander Dubcek (1921-1992), que desferiu reformas voltadas para um "socialismo humanizado", estimulando a criatividade artística e científica. Esse movimento ficou conhecido como Primavera de Praga. As lideranças stalinistas foram afastadas e procedeu-se à descentralização e à liberalização do sistema, com amplo apoio de operários, intelectuais e estudantes.

Getty Images/<www.gettyimages.com>

Em agosto de 1968, os tanques soviéticos ocuparam Praga, enterrando o reformismo em curso na Tchecoslováquia.

O reformismo da Tchecoslováquia, calcado na autonomia, esbarrava, entretanto, na conjuntura soviética e internacional do final da década de 1960. Brejnev revertia a desestalinização de Kruschev e, no plano externo, experimentava o endurecimento da relação com os Estados Unidos. Incapaz de dialogar com o reformismo de Dubcek, o governo soviético ordenou a invasão da Tchecoslováquia por tropas do Pacto de Varsóvia, em 20 de agosto de 1968. Os dirigentes do movimento, tendo à frente Dubcek, foram presos e enviados a Moscou e, mais tarde, expulsos do Partido Comunista da Tchecoslováquia.

O final do governo Brejnev

As medidas de força, como a repressão à Primavera de Praga, não eliminaram as crescentes críticas ao centralismo soviético. Pelo contrário, em 1976, os partidos comunistas da Europa Ocidental manifestaram sua oposição ao dirigismo e à tutela ideológica dos soviéticos e divulgaram um documento por meio do qual defendiam a passagem do socialismo para o capitalismo de maneira autônoma e independente do Partido Comunista da União Soviética. Era a oficialização do **eurocomunismo**.

Na Polônia, já na década de 1980, as pressões pela participação do operariado no governo lideradas pelo Sindicato Solidariedade, dirigido por Lech Walesa, reativaram a questão do **socialismo democrático**. Ganhando cada vez mais prestígio nacional e internacional, a atividade de Walesa e do Solidariedade acirrou as dificuldades nas relações Leste-Oeste.

Comparativamente às décadas de 1950 e 1960, a perda do ritmo produtivo soviético – com diminuição das taxas de crescimento industrial e agrícola e da produtividade do trabalho, da renda *per capita* e do Produto Interno Bruto (PIB) – foi agravada pela queda da participação soviética no comércio mundial. O país deixou de exportar principalmente maquinário, meios de transporte e equipamentos, como fazia nos anos 1960, para se concentrar cada vez mais na exportação de petróleo e gás (matérias-primas, portanto), os quais representavam, em 1985, perto de 53% das exportações soviéticas.

Na mesma época, 60% de suas importações eram basicamente de máquinas e produtos industrializados. O país procurava com isso satisfazer suas necessidades mais prementes, segundo as determinações da *nomenklatura* (a alta burocracia soviética). Resolvia problemas localizados e obtinha produtos importados e receitas imediatas, sem atacar com profundidade os impasses produtivos, o que tornava cada vez mais urgente uma alteração de rumos.

Taxas de crescimento anual médio da União Soviética (1950-1985) (em porcentagem)

Citado em: SEGRILLO, Ângelo. *O declínio da União Soviética*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 259.

Com a morte de Brejnev, em 1982, aumentaram as dificuldades econômicas soviéticas, os entraves burocráticos ao desenvolvimento tecnológico e as dissidências internas, enquanto a ofensiva anticomunista do governo Reagan ganhava fôlego.

Em 1985, ascendeu ao poder o dirigente Mikhail Gorbatchev, que seria responsável por profundas alterações na política da União Soviética.

O governo de Gorbatchev (1985-1991)

O novo governo lançou, ainda em 1985, um amplo projeto de transformações, sintetizado nas expressões *perestroika* e *glasnost*. O plano previa mudanças na economia, na sociedade e até mesmo no socialismo, por meio da dinamização da produção e da democratização das estruturas políticas. No âmbito externo, Gorbatchev propôs a gradual desativação das armas nucleares até o ano 2000.

Em 1988, a União Soviética iniciou sua retirada do Afeganistão, finalizada no ano seguinte, depois de oito anos de árduo e desastroso enfrentamento contra a guerrilha apoiada por estados vizinhos e financiada pelos Estados Unidos. Começava na União Soviética uma fase de distensão profunda, a mais ampla desde o advento da Guerra Fria, o que indicava uma política de desaceleração da corrida armamentista, pelo menos no bloco do Leste.

No plano interno, o ponto alto na política de Gorbatchev foi o fim do monopólio do poder pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS), o que possibilitou o multipartidarismo e a definição de eleições diretas em todos os níveis para 1994. Ao mesmo tempo, nas 15 repúblicas que formavam a União Soviética, tais mudanças políticas estimularam movimentos nacionalistas, que lutavam pelas respectivas independências, colocando em risco a própria existência da unidade socialista estabelecida por meio de métodos totalitários depois de 1945.

No plano econômico, ainda em 1990 a *perestroika* foi implantada para dinamizar a produção e o desenvolvimento. Assim, foram legalizadas as funções de artesãos e comerciantes e restabeleceu-se a propriedade privada no campo, embora com limites. Também se efetivou a abertura do país às empresas estrangeiras, facilitando a concessão de licenças.

Thierry Orban/Sygma/Corbis/Latinstock

As estruturas econômicas e políticas da União Soviética e dos países do Leste Europeu eram tão rígidas que as reformas de Gorbatchev provocaram sua implosão. Na foto, de 1987, o líder soviético é recebido com entusiasmo pelos cidadãos de Praga.

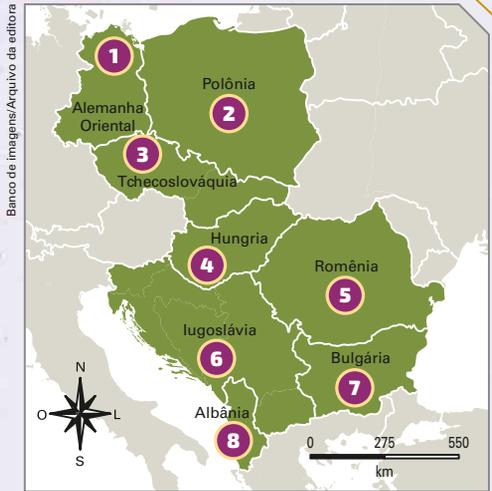
As mudanças no Leste Europeu

Nos demais países do bloco socialista, as mudanças iniciadas pela União Soviética foram rapidamente assimiladas, ganhando dinamismo próprio e mudando a face do Leste Europeu.

Alguns países do Leste Europeu em 1990

Banco de imagens/Arquivo da editora

Adaptado de: DUBY, Georges. *Grand atlas historique*. Paris: Larousse, 2006.

Peter Turnley/Corbis/Latinstock

Guarda de fronteira da Alemanha Oriental cumprimenta uma mulher da Alemanha Ocidental através de um buraco no Muro de Berlim durante o período de reunificação (1990).

1 Na **Alemanha Oriental** (antiga República Democrática Alemã), Erich Honecker (1912-1994) foi destituído em outubro de 1989, e em novembro caía o Muro de Berlim, tendo início a reunificação com a Alemanha Ocidental, concluída em outubro de 1990.

2 Na **Polônia**, em abril de 1989 foi legalizado o Solidariedade, sindicato independente, e, em junho, o país passou a ser o primeiro do Leste Europeu a ter um governo de maioria não comunista. No ano seguinte, as reformas econômicas e democráticas avançaram e, em, dezembro, o líder sindical Lech Walesa venceu as eleições presidenciais.

3 Na **Tchecoslováquia**, as manifestações pela democracia levaram à renúncia do dirigente Milos Jakes, acompanhada da abertura das fronteiras, do pluripartidarismo e de eleições livres, passando o governo a Alexander Dubcek (1921-1992) e Vaclav Havel (1936-2011). Era a **Revolução de Veludo**, assim chamada devido à forma pacífica das transformações. Em 1991, teve início a privatização da economia e, em janeiro de 1993, o país foi dividido em duas repúblicas, a República Tcheca e a Eslováquia.

4 Na **Hungria**, em 1989, adotou-se o multipartidarismo, e o Partido Comunista mudou de orientação política, passando a se chamar Partido Socialista. Em seguida, o país procedeu a uma ampla privatização da economia, permitindo também a entrada de capital estrangeiro.

5 Na **Romênia**, manifestações populares na cidade de Timisoara, que exigiam mudanças políticas e econômicas, foram reprimidas a tiros, causando milhares de mortes e dando início a uma revolta incontrolável. Em dezembro de 1989, o ditador Nicolae Ceausescu (1918-1989) e sua esposa, Elena Ceausescu (1916-1989), foram presos e executados sumariamente. No ano seguinte, realizaram-se eleições livres e gerais, seguidas de reformas econômicas.

6 Na **Iugoslávia**, em 1990 os comunistas foram derrotados nas eleições gerais em quatro das seis repúblicas que formavam o país, mas venceram na Sérvia (a mais poderosa delas) e em Montenegro, mantendo o controle político federal. Tal situação estimulou as lutas étnico-políticas e o anseio de independência das demais repúblicas (Eslovênia, Croácia, Bósnia-Herzegovina e Macedônia), desencadeando uma guerra civil.

7 Na **Bulgária**, o dirigente comunista Todor Jivkov renunciou após 35 anos no poder. Nas eleições de novembro de 1991, a União das Forças Democráticas foi vitoriosa e estabeleceu o primeiro governo não comunista búlgaro desde 1944.

8 A **Albânia** foi o último Estado do Leste Europeu a implementar mudanças liberalizantes. O país encontrava-se sob ditadura stalinista, liderada por Enver Hoxha (1908-1985), que governou de 1946 a 1985. Em março de 1991, o Partido Comunista, rebatizado de Socialista, venceu as primeiras eleições livres do país, permitindo que se acelerassem as ligações com o Ocidente capitalista. Em meio a dificuldades econômicas, o Partido Democrata obteve a maioria dos votos nas eleições parlamentares de março de 1992, pondo fim ao tradicional controle comunista.

O fim do socialismo no Leste Europeu

A implosão do **socialismo real** existente no Leste Europeu desmontou as tradicionais estruturas socioeconômicas da região, aumentando o desemprego, a inflação, as desigualdades sociais e os conflitos étnicos e políticos. A maior parte das novas posições empresariais, nos moldes ocidentais de um comando burguês, coube aos membros da tradicional burocracia e seus parentes, em íntima associação com empresários internacionais. A situação de crise da região representou incertezas quanto à solidez da ordem internacional que se estabelecia em substituição à Guerra Fria.

O fim da União Soviética

O governo de Gorbatchev, que produziu num curto período uma verdadeira revolução no bloco socialista, afetando e alterando por completo as relações políticas e econômicas nos âmbitos nacional e internacional, teve de enfrentar, dentro da União Soviética, a passividade e a inércia burocráticas. Esse entrave desorganizou a já limitada produção econômica e as pressões dos grupos que desejavam reformas mais rápidas e profundas.

Ainda no plano interno, a administração de Gorbatchev enfrentava grande impopularidade em virtude basicamente de dois fatores: primeiro, a explosiva questão do separatismo nacionalista no interior das fronteiras do país; segundo, e mais grave, a questão do desabastecimento interno, provocando filas e manifestações, e ampliado pela sabotagem das elites burocráticas que dirigiam a economia soviética e eram contrárias às reformas.

Em agosto de 1991, membros dessa burocracia conservadora, aliados a um setor dos militares, afastaram Gorbatchev do poder com um golpe que visava reverter o quadro político-econômico da União Soviética, à beira do descontrole. Boris Yeltsin (1931-2007), presidente da principal república soviética, a Rússia, e líder dos radicais reformistas, convocou uma greve geral e obteve o apoio de milhares de civis e militares, que, mobilizados em frente ao Parlamento russo, derrotaram os golpistas.

Yeltsin transformou-se no principal líder político soviético, sobrepondo-se ao próprio Gorbatchev, que se viu obrigado a renunciar ao cargo de secretário-geral do PCUS e dissolver o partido, então acusado de ligações com os golpistas, ficando apenas com o enfraquecido cargo de presidente da União Soviética.

Em setembro de 1991, declarações unilaterais de independência das repúblicas bálticas (Estônia, Letônia e Lituânia), acompanhadas de distúrbios e conflitos com tropas soviéticas, levaram Gorbatchev a reconhecer oficialmente a soberania dos três Estados, que, em seguida, foram admitidos na ONU. Era o primeiro golpe mortal na debilitada União Soviética.

O golpe final contra Gorbatchev ocorreu em 8 de dezembro de 1991, quando Rússia, Ucrânia e Belarus assinaram o Acordo de Minsk (capital de Belarus), proclamando o fim da União Soviética e a criação da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), que, pouco depois, obteve a adesão de outras ex-repúblicas da ex-União Soviética. Em 25 de dezembro do mesmo ano, Gorbatchev renunciava ao cargo de presidente da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Estado que, naquele momento, já não existia.

Guneev Sergey/RIA Novosti/Agência France-Presse

O golpe de Estado contra Gorbatchev (à esquerda), na verdade, beneficiou Yeltsin (à direita), cujas ações precipitaram o fim da União Soviética.

Os ex-países socialistas na globalização capitalista

Após o fim da União Soviética, os ex-países socialistas viveram graves crises econômicas e políticas. A abertura de seus mercados ao capitalismo internacional e a desmontagem da ordem socialista favoreceram a emergência de uma nova elite econômica, uma nova "burguesia", em grande parte descendente das elites burocráticas que ocupavam os altos cargos administrativos no período anterior.

A crise socioeconômica que assolou a ex-União Soviética e os países do Leste Europeu, com inflação galopante e queda da produção nacional, somou-se, em algumas regiões, com confrontos étnico-políticos, destacando-se os conflitos da **Bósnia-Herzegovina**, **Croácia** e **Kosovo**, da ex-Iugoslávia; e a da **Chechênia**, na Rússia.

Em 1991, na Iugoslávia, as repúblicas da Croácia e da Eslovênia se declararam independentes, dando início a uma guerra civil. Em meio ao confronto, o Parlamento de Belgrado (capital da antiga Iugoslávia), na Sérvia, criou em 1992 a nova Iugoslávia, formada apenas pela Sérvia e por Montenegro.

Em fevereiro de 2003, a Iugoslávia deixou de existir oficialmente, passando a se chamar União da Sérvia e Montenegro. Em 2006, por meio de um plebiscito, decidiu-se pela completa separação entre Sérvia e Montenegro. Em 2008, Kosovo, uma província da Sérvia também se separou, completando a fragmentação da ex-Iugoslávia.

A **Federação Russa**, em meio às mudanças políticas, aos conflitos étnicos e ao agravamento da crise socioeconômica, também teve de enfrentar a declaração de independência da Chechênia, de maioria muçulmana, na região do Cáucaso, em 1991. A capital, Grózni, e várias outras cidades mergulharam em violentos confrontos; nem mesmo um acordo de paz, assinado entre rebeldes e autoridades russas, conseguiu pacificar o território.

Mesmo com a transformação da Chechênia em República "autônoma" – porém ainda parte integrante da Rússia – em 1996, a região continuou sendo um polo de frequentes conflitos separatistas com o governo russo. Em 1999, depois de vários atentados terroristas em diversas cidades russas, atribuídos a muçulmanos apoiados pela Chechênia, o governo de Moscou iniciou uma forte ofensiva militar contra o território rebelde, sem conseguir, no entanto, sua completa submissão.

A divisão da Iugoslávia

Adaptado de: SIMIELLI, Maria Elena. *Geoatlas*. 32. ed. São Paulo: Ática, 2006. p. 67.

Na foto, em frente ao prédio da Lubyanka, antiga sede da KGB (Comitê de Segurança do Estado), o pedestal sobre o qual ficava a estátua de Felix Dzerzhinsky, fundador da KGB, está vazio e com pichações. Foto de setembro de 1991.

Em 2002, novos atentados realizados por separatistas chechenos levaram o presidente Vladimir Putin, eleito em 2000, a convocar um plebiscito para março de 2003. De cada cem eleitores chechenos, 89 votaram a favor de uma nova Constituição chechena, confirmando seu vínculo à República da Rússia. Seguiram-se eleições para presidente (2004) e para o Parlamento (2005).

Várias outras regiões da Rússia também proclamaram sua independência, a exemplo da Tartária e do Dniester (na Moldávia). A diversidade étnica do país, no início do século XXI, era o combustível para a instabilidade sociopolítica. A dificuldade para acordos de paz residia nessa ampla variedade étnica, que há séculos prevalece na região. Predominam os russos étnicos (85% da população), mas também há diversos outros grupos minoritários distribuídos por seu vasto território, entre eles tártaros, ucranianos, chuvaques, bashquires, belarusianos, casaques, usbeques e ossétios, etc.

No plano político, o primeiro presidente da Federação Russa, Boris Yeltsin, enfrentou franca oposição parlamentar, o que o levou a fechar o Parlamento em 1993. Seguiram-se eleições que renovaram o Legislativo russo e a aprovação de uma nova Constituição.

Reeleito em 1996, Yeltsin sofreu forte oposição política e renunciou à presidência em 31 de dezembro desse mesmo ano, quando assumiu Vladimir Putin, primeiro-ministro.

Peter Turnley/Corbis/Latinstock

Em outubro de 1993, Moscou teve a sede do Parlamento atacada por tanques do exército russo, cumprindo ordens de Yeltsin.

Leituras

No trecho a seguir, Eric Hobsbawm comenta os efeitos que o fim da União Soviética tiveram sobre a população russa.

Os efeitos do colapso da União Soviética

[...] O resultado foi um desastre completo. Se compararmos os efeitos positivos do colapso da União Soviética e de seu sistema político aos seus efeitos negativos, eu diria que estes últimos são incomparavelmente maiores. E isto certamente vale para a maioria dos russos. Muitos russos mais velhos dizem que preferiam retornar à década de 1970, sob o governo de Brejnev. Um sinal claro do desastre russo é o fato de que a Era Brejnev possa aparecer como uma época de ouro para os russos. No Ocidente, simplesmente não fazemos a menor ideia das dimensões da catástrofe humana que se abateu sobre a Rússia. Ela significa a inversão total de tendências históricas: a expectativa de vida da população masculina caiu dez anos ao longo da última década, e grande parte da economia reduziu-se à agricultura de subsistência. Não creio que tenha acontecido nada de similar no século XX.

HOBSBAWM, Eric J. *O novo século*: entrevista a Antonio Polito. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 84.

Por essa época, a sociedade russa enfrentava grandes dificuldades: embora 99% da população fosse alfabetizada, 35% dela vivia abaixo da linha da pobreza; o índice de desemprego era de 12,4% em março de 1999; a inflação, de 40% ao ano (1999); e o **mercado negro** movimentava 22% do Produto Interno Bruto (PIB). Até mesmo Putin reconhecia: "Somos um país rico de gente pobre". Contudo, em março de 2004, a imagem de autoridade firme de Putin no governo foi decisiva para que ele fosse reeleito, com 71% dos votos nas eleições presidenciais. Em 2008, Putin apoiou o candidato vitorioso à Presidência, Dmitri Medvedev, que o sucedeu. Ainda em 2008, Putin assumiu o cargo de primeiro-ministro do governo Medvedev.

Durante o governo Medvedev/Putin, foi retomado o crescimento da economia, em grande parte por causa das exportações de petróleo e seus altos preços no mercado internacional. Em 2012, Putin foi novamente eleito presidente, sucedendo Medvedev, que assumiu então o cargo de primeiro-ministro.

Em 2014, formou-se um novo polo de atrito entre a Rússia e o Ocidente. A Ucrânia, ex-República Soviética e independente desde 1991, transformou-se em área de disputas. A intensificação de manifestações populares em Kiev, capital ucraniana, iniciadas no final de 2013, culminaram na deposição do então presidente pró-Rússia Viktor Yanukovych no início de 2014. Contudo, a região ucraniana da Crimeia, com a maioria da população de origem russa, decidiu, via plebiscito, pela independência ante a Ucrânia, ganhando o reconhecimento do governo Putin, seguida da integração à Federação Russa e a reprovação dos governos dos Estados Unidos, da Europa e do Japão, que adotaram sanções econômicas e diplomáticas contra a Rússia. Em seguida, outras regiões ucranianas de maioria russa também passaram a negar o governo da Ucrânia e a buscar a integração com a Rússia. Montou-se um quadro de movimentação de tropas ucranianas e russas, além de forças da Otan, o que ampliou a tensão regional.

Outro foco de tensão com envolvimento russo era a guerra civil da Síria, com as atuações das potências ocidentais, de vizinhos e do Estado Islâmico. Em 2016, a Rússia reforçou o apoio ao governo sírio de Bashar al-Assad, contrário aos países ricos do Ocidente, além de bombardear domínios do Estado Islâmico (EI), firmando Putin como um importante participante nos jogos de força e de interesses na região.

mercado negro: na economia de um país, conjunto de atividades ilegais, em geral de compra e venda de mercadorias sem pagamento de impostos; pode envolver mercadorias proibidas, como drogas ou armas, roubadas ou, ainda, produtos importados sem obedecer aos trâmites legais.

Sean Gallup/Getty Images

Manifestantes seguram as bandeiras da Rússia e da Crimeia durante ato pró-Rússia em Simferopol, na República da Crimeia, em março de 2014.

Dialogando com a Química

A Química vai à guerra

Nos conflitos do século XX, a Alemanha foi o primeiro país a utilizar **armas químicas** em grande escala. Em 1915, o gás cloro provocou a morte de mais de 5 mil soldados britânicos e franceses que estavam nas trincheiras da Bélgica.

Formalizado em 1925, o Protocolo de Genebra, um acordo internacional, proibiu o uso de gases asfixiantes, tóxicos e de agentes bacteriológicos — embora não tenha proibido a posse e a fabricação deste tipo de artefato bélico. Inicialmente, o acordo foi respeitado pelos países europeus e pelos Estados Unidos, durante a Segunda Guerra Mundial, visto que nenhum exército utilizou esse tipo de arma contra combatentes. Ainda assim, Hitler utilizou o Zyklon B, um composto gasoso letal à base de ácido cianídrico, no genocídio de milhões de judeus, ciganos e outros povos considerados inferiores pelo regime nazista.

Mais tarde, em 1935, o ditador Benito Mussolini utilizou gás de mostarda contra soldados na Abissínia, atual Etiópia. Os japoneses recorreram a armas químicas e biológicas na China, durante o conflito em 1940. Entre 1965 e 1967, o presidente do Egito, Gamal Nasser, ordenou o uso sistemático de armas químicas numa catastrófica guerra contra o Iêmen.

Os Estados Unidos bombardearam o Vietnã, nos anos 1960, com cerca de 80 milhões de litros de um herbicida conhecido como agente laranja, destruindo o meio ambiente e provocando enfermidades como câncer, doenças congênitas e neurológicas em cerca de 4 milhões de vietnamitas.

Em 1972, realizou-se a Convenção sobre Armas Químicas, cujos acordos previam não apenas a proibição, mas a posse, produção e transferência de armas químicas e biológicas. Atualmente, mais de 160 países ratificaram o acordo.

No entanto, Saddam Hussein empregou o uso de armas químicas contra iranianos, na Guerra do Iraque (1980-1988) e contra curdos, em março de 1988, matando cerca de 5 mil civis num único ataque em território iraquiano.

Em 2003, com apoio do Reino Unido, os Estados Unidos iniciaram uma intensa operação militar de invasão do Iraque, afirmando que Saddam Hussein mantinha ativo um programa de construção de **armas biológicas** que contrariava os acordos internacionais. Havia fortes indícios de que o Iraque possuía armas químicas, como o VX, o gás de mostarda e o sarin, além de agentes biológicos, como o antraz.

Em agosto de 2013, o massacre de 1500 pessoas, a maior parte delas durante o sono, na Síria, provocou intenso debate e o repúdio da ONU e de diversos países.

Bettmann/Getty Images

Crianças vestindo máscaras de gás em Londres, em 1941. Apesar da Convenção de Genebra, todos os países envolvidos na Segunda Guerra Mundial desenvolveram estratégias para defender a população civil de um possível ataque com armas químicas, especialmente, o uso de gases tóxicos.

Armas de destruição em massa

Os acordos internacionais contra o uso de armas químicas e o repúdio da maioria dos países contra este tipo de armamento relaciona-se a dois fatores. Em primeiro lugar, essas armas provocam mortes desumanas e degradantes, infligindo diversos tipos de reações que podem variar desde morte por asfixia em alguns minutos até doenças cancerígenas e congênitas, herdadas pelos filhos das pessoas afetadas pelos produtos químicos.

Além das questões que interferem diretamente na vida comum, existe também uma razão política para a condenação desses tipos de armas de destruição em massa: qualquer país é capaz de desenvolver, produzir e utilizar armas químicas ou biológicas segundo seus próprios interesses e vontades. Assim, no âmbito político, grandes potências perderiam o controle e a noção do poder de destruição que a posse dessas armas representa.

A questão se torna ainda mais emblemática ao pensar que o desenvolvimento de armas químicas não depende exclusivamente da ação militar coordenada, mas está mergulhada no próprio desenvolvimento da ciência. O mesmo cientista alemão, Fritz Haber, que criou um meio para espalhar o gás cloro, em 1915, sobre a trincheira inimiga, recebeu, em 1918, o Prêmio Nobel de Química, por ter obtido a síntese da amônia, o que possibilitaria a criação dos fertilizantes químicos. O prêmio foi entregue sob protestos da comunidade científica, mas evidenciava que a criação de inseticidas, herbicidas e outros produtos para o controle de pragas, como insetos, fungos e ervas daninhas, estava intimamente ligada às armas que poderiam matar também seres humanos.

armas biológicas: são armas que transportam microrganismos vivos, como vírus, fungos e bactérias, que, disseminados pelo ar ou pela água, em campos de batalha ou cidades, provocam doenças contagiosas e letais. Pode ser utilizado o vírus da disenteria, da varíola, do tifo, da cólera, etc.

armas químicas: conduzem substâncias tóxicas que provocam efeitos diversos no organismo vivo, como asfixia, irritações, distúrbios dos sistemas respiratório, nervoso ou digestivo.

Bettmann/Getty Images

Pelotão enfrenta uma nuvem de gás lacrimejante em treinamento militar. Os mesmos soldados ainda foram submetidos a outros quatro gases utilizados na Segunda Guerra Mundial: fosgênio, cloropicrina, mostarda e lewisita. Nova Jersey, foto da década de 1940.

Atividades

Com a ajuda do(a) professor(a) de Química, faça uma lista das armas químicas e biológicas que foram utilizadas em conflitos militares do século XX. Depois, organize um grupo de trabalho com cinco ou seis integrantes para realizar duas pesquisas, segundo as orientações abaixo.

1. Para a primeira pesquisa, procure em *sites* e livros dados sobre agentes químicos e biológicos utilizados em contextos de guerra ou conflito civil.
2. Na segunda pesquisa, busque por campanhas pacifistas contra as guerras em geral e contra as armas químicas, biológicas e nucleares.
3. Com o seu grupo, crie uma propaganda contrária à guerra e ao uso desse tipo de armamento. A propaganda pode ser desenhada em um cartaz ou elaborada em algum programa de computador, fazendo uso de vídeos, fotos ou áudio.
4. Prepare uma apresentação oral de, no máximo, cinco minutos, explicando como funciona o agente químico ou biológico pesquisado, que país ou empresa o desenvolveu e onde foi utilizado. Apresente também as críticas e condenações públicas do uso deste tipo de agente químico em guerras.
5. Depois da apresentação oral de todos, façam uma exposição das propagandas pacifistas criadas pelos grupos.
6. Ao final, façam um debate sobre os usos científicos da Química e da Biologia que poderiam contribuir para o desenvolvimento humano e colaborar para diminuir os conflitos militares.

2 A Nova Ordem Internacional

Com o fim da Guerra Fria, instaurou-se um novo mundo, fundamentado em novas relações econômicas e geopolíticas, que não mais trazia a anterior marca da divisão Leste-Oeste nem o velho confronto entre o bloco capitalista e o socialista. Esse mundo passou a ter novas características, como a hegemonia da ordem capitalista, e compunha o que alguns preferiram chamar de Nova Ordem Internacional.

Na segunda metade do século XX o capitalismo ingressou numa fase de desenvolvimento, chamada de **Terceira Revolução Industrial**, baseada numa dinâmica produtiva com sofisticada tecnologia, principalmente em **microeletrônica** – que envolvia computação, comunicações e robótica –, biotecnologia e química fina.

Eram necessários mais investimentos em pesquisas e implementação tecnológica, cuja viabilização passou a depender principalmente de grandes conglomerados empresariais, detentores de enormes volumes de capital. Em tal situação, acentuaram-se os processos de fusões, aquisições e parcerias de empresas, exigindo, em contrapartida, grande retorno do investimento feito.

Isso passou a ser garantido, em parte, por lucros obtidos nos amplos mercados desprovidos de barreiras nacionais protecionistas. Paralelamente ao processo típico de concentração de capitais, procedeu-se à irradiação mundial dos negócios, globalizando mercados.

Na região asiática, emergiu outro fator inovador da Nova Ordem Internacional: a emergência da China, cuja economia em constante crescimento transformou o país num dos mais dinâmicos eixos comerciais do mundo. Contando com um Estado que é acionista majoritário nas 150 maiores empresas do país, a China passou a ser terceira maior economia mundial (seu PIB superou o da Alemanha), ficando atrás apenas de Estados Unidos e Japão entre 2007 e 2008. Apesar da crise internacional iniciada em 2008, o PIB chinês continuou em forte crescimento, o que fez do país a segunda maior economia mundial em 2010.

Essa emergência da China, ligada aos demais países que compõem o Brics, trazia a novidade de uma nova e importante forma de correlação de forças da economia mundial, diante do **G7**, tradicional e poderoso grupo dos sete países mais ricos da época final da Guerra Fria: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Canadá e Itália.

Reprodução/The History Channel

1917-1997 – A Revolução Russa tem 80 anos é o título deste cartaz que ilustra a abertura de um documentário da televisão dos Estados Unidos.

Robert Wallis/Corbis/Latinstock

Cientistas em laboratório pesquisando a biotecnologia aplicada na agricultura. Índia, foto de 1997.

O neoliberalismo e o "Estado mínimo"

Com o dinamismo de empresas ligadas a amplos mercados, a qualidade e o preço dos produtos, em meio à intensa competitividade, passaram a ser fatores decisivos para a garantia de lucratividade. Lentamente, em vários países do mundo, tomou corpo a tendência de queda das **reservas de mercado**, que haviam sido criadas por meio de barreiras protecionistas, favoráveis a apenas alguns setores da economia.

reserva de mercado: barreiras protecionistas que dificultam a entrada de concorrentes.

Esse dinamismo impulsionou a expansão capitalista – e a consequente globalização, com a abertura dos mercados e a dinamização das comunicações –, e contou com a queda do bloco soviético. Integrada a esse quadro, ganhou intensidade a formação de blocos econômicos, associações regionais de livre-comércio, que derrubaram antigas barreiras protecionistas; vários desses blocos nasceram na década de 1990. À frente deles estão o North American Free Trade Agreement (Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio, **Nafta**), sob a liderança dos Estados Unidos e envolvendo o Canadá e o México; a **União Europeia**, com a economia alemã como a mais forte e dinâmica; o **Bloco do Pacífico**, sob a liderança do Japão; e o **Tratado Transpacífico**, que desde outubro de 2015 reúne os Estados Unidos, o Japão e mais dez países.

Paralelamente às associações econômicas regionais, com diminuição ou eliminação dos protecionismos e atração de investimentos internacionais, estabeleceu-se a limitação dos gastos governamentais, com a prevalência da economia de mercado e a busca de um "Estado mínimo".

Leituras

O trecho a seguir apresenta a opinião do historiador Eric Hobsbawm sobre o neoliberalismo.

Um ponto de vista

Essa ideologia baseia-se no pressuposto de que a liberalização do mercado otimiza o crescimento e a riqueza no mundo, e leva à melhor distribuição desse incremento. Toda tentativa de controlar e regulamentar o mercado deve, portanto, apresentar resultados negativos, pois restringe a acumulação de lucros sobre o capital e, portanto, impede a maximização da taxa de crescimento. Em minha opinião, ninguém nunca conseguiu justificar de maneira satisfatória essa concepção. Talvez fosse possível dizer que um mercado capitalista livre produz uma taxa de crescimento maior que a de qualquer outro sistema, mas ainda assim permaneceria a dúvida quanto a este ser o melhor mecanismo para distribuir a riqueza.

Para os profetas de um mercado livre e global, tudo que importa é a soma da riqueza produzida e o crescimento econômico, sem qualquer referência ao modo como tal riqueza é distribuída.

HOBSBAWM, Eric. *O novo século*: entrevista a Antonio Polito. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 78.

Vander/Wolf Images/Shutterstock/Glow Images

Navio com contêineres no porto de Roterdã, na Holanda, o maior porto marítimo da Europa. Foto de 2012.

O fortalecimento do setor privado e a crise do Estado intervencionista ocorreram em conformidade com os preceitos do **neoliberalismo**, cujos principais defensores foram o austríaco **Friedrich Hayek** (1899-1992) e o estadunidense **Milton Friedman** (1912--2006). Um dos centros mais importantes das teorias neoliberais tem sido o departamento de economia da Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, conhecido como Escola de Chicago, onde lecionava o próprio Milton Friedman, autor da obra *Capitalismo e liberdade*.

Todos os países que seguiram as orientações neoliberais implementaram políticas de venda de empresas estatais a empresários ou grupos privados. Essas **privatizações** ampliaram o espaço econômico dos grandes conglomerados e a subordinação dos Estados ao mercado internacional.

Sob Ronald Reagan e sucessores, o neoliberalismo foi bastante estimulado pelo principal eixo da ordem capitalista, os Estados Unidos, com medidas que visavam influir na atuação de governos, organismos internacionais e grupos econômicos. Tais atuações ganharam a denominação de **Consenso de Washington**, expressão criada em novembro de 1989 pelo economista inglês John Williamson.

Por todo o mundo, a adoção do Consenso de Washington envolveu também a redução dos gastos públicos com saúde, educação, previdência social e outras políticas sociais, significando, para os países desenvolvidos, a desmontagem de boa parte do Estado de bem-estar social e, para os países dependentes, chamados de países em desenvolvimento ou emergentes, a piora das condições sociais. Essa situação produziu extremos de pobreza para a maioria das populações e riqueza para um reduzido número de pessoas. Da mesma forma, ampliou-se o descompasso entre países e regiões no tocante à produção e ao usufruto das novas tecnologias. Em 2000, considerando um exemplo extremo, somente na cidade de Tóquio, no Japão, havia mais telefones do que em todo o continente africano.

Richard Olivier/Corbis/Latinstock

Shepard Sherbell/Corbis/Latinstock

Shepard Sherbell/Corbis/Latinstock

Durante os governos Thatcher, Reagan e Kohl, foram implementadas as políticas neoliberais, impulsionando a economia de mercado, o livre-comércio e o colapso da ordem da Guerra Fria.

Associada a isso, a Terceira Revolução Industrial implicou, ainda, a questão do **desemprego**, como decorrência do uso de altas tecnologias produtivas (robótica, informatização, etc.) ou como resultado da reformulação e otimização da produção, incluindo-se o remanejamento e a demissão de funcionários nas empresas e instituições estatais.

Diferentemente da Primeira Revolução Industrial (século XVIII) e da Segunda Revolução Industrial (século XIX), a época do capitalismo global encontrou parte dos movimentos trabalhistas em refluxo e fragilizada, assim como sindicatos enfraquecidos. Além disso, a globalização abriu a possibilidade de busca de mão de obra barata em qualquer parte do mundo, por causa das reestruturações e da enorme oferta de trabalhadores.

Assim, graças à alta tecnologia, boa parte do trabalho nas grandes indústrias passou a ser feita de forma intensiva e com menos mão de obra, levando ao declínio a filiação de trabalhadores às organizações sindicais. Ao lado disso, as empresas passaram a utilizar a **terceirização**, criticada por líderes sindicais como uma forma de burlar a legislação trabalhista.

Os neoliberais argumentam que essa condição do trabalho e do trabalhador é irreversível enquanto as prioridades forem a modernização e a ampliação da economia de mercado. Já os contrários reclamam medidas voltadas para aliviar as dificuldades sociais, que somente podem ser garantidas pela ação do governo, dos sindicatos e da população.

terceirização: mecanismo pelo qual uma empresa dispensa uma parte de seus trabalhadores com registro em carteira e contrata outra empresa, cujos trabalhadores passam a atuar na empresa contratadora sem que esta lhes dê garantias trabalhistas.

Para saber mais

Crise econômica de 2008

A crise de 2008 teve início no mercado financeiro e imobiliário dos Estados Unidos, em parte por causa da falta de regulamentação das atividades financeiras e seus ganhos.

Como antecedente, as baixas taxas de juros nos anos 2000, serviram de estímulo ao consumo e o crescimento da oferta de crédito, servindo para financiar compradores de imóveis. Visando o crescimento dos negócios imobiliários, as financeiras ampliaram empréstimos, inclusive os de alto risco – àqueles sem condições efetivas de honrar o pagamento do empréstimo –, contando como garantia os próprios imóveis. Ano após ano, formou-se uma bolha de crescimento dos negócios imobiliários para milhões de compradores, incluindo repasses dos papéis das hipotecas – referentes aos imóveis dados como garantia para os empréstimos – entre financeiras. A elevação da taxa básica de juros (era 1% em 2004, passando a 5,25% em 2006), levou cada vez mais os milhões de compradores a enfrentar dificuldades no pagamento dos empréstimos. Diante da situação, os bancos passaram a restringir empréstimos, derrubando as compras de imóveis bem como seus preços, com as instituições financeiras anunciando imensos prejuízos. Como as pessoas não podiam pagar as dívidas, os bancos credores se apropriavam das casas compradas e não pagas. A partir de certo momento, porém, o aumento da oferta acentuava ainda mais a queda nos preços. Muitos bancos e agências de hipoteca perderam liquidez e decretaram falência. Rapidamente, a crise se propagou por outros países, provocando a queda das bolsas de valores do mundo inteiro. Calcula-se que as perdas mundiais provocadas por essa crise em cascata chegaram a 50 trilhões de dólares.

Irradiando-se pelo mundo, a crise de 2008 – a maior desde a Grande Depressão iniciada em 1929 – abalou as crenças num mercado autorregulado – isto é, sem regras definidas pelo Estado – e nos fundamentos neoliberais, reativando o intervencionismo estatal para conter colapsos econômicos ainda mais intensos e profundos.

Para salvar o sistema, governos de diversos países abandonaram os mandamentos do neoliberalismo e promoveram políticas de salvação dos bancos que corriam o risco de falência. Alguns desses bancos foram temporariamente estatizados e outros receberam injeções bilionárias de dólares, saídos dos bolsos dos contribuintes. Somente nos Estados Unidos, o governo de Barak Obama destinou mais de 1 trilhão de dólares para salvar os bancos que haviam provocado a crise. Daí o protesto dos manifestantes em Nova York, registrado na foto desta página. Afinal, foram eles e milhões de outros estadunidenses que pagaram a conta da farra e da ressaca do mercado financeiro.

Na Europa, a crise pôs em risco a Zona do Euro, ampliou o desemprego e as dificuldades sociais do continente. Nos anos seguintes à crise, Grécia, Portugal, Espanha e Itália enfrentaram grandes dificuldades econômicas. Os empréstimos da União Europeia a esses países foram condicionados a cortes de salários e de aposentadorias, privatizações e diminuição dos gastos governamentais, inclusive com demissão de funcionários.

Manifestantes protestam contra a proposta de socorro aos bancos no distrito financeiro de Nova York, nos Estados Unidos, durante a crise de 2008.

Mary Altaffer/Associated Press/Glow Images

Norte e Sul: desigualdades e meio ambiente

A globalização e suas políticas neoliberais, ao mesmo tempo que motivaram surtos de otimismo em alguns setores da sociedade, também atraíram críticas quanto a seus efeitos sociais e sobre o meio ambiente. Entre os aspectos mais criticados está o agravamento das desigualdades econômicas e sociais em todo o mundo. Essa desigualdade não se restringe às áreas periféricas dos centros dinâmicos capitalistas, mas se estende até mesmo aos países centrais. Estes têm registrado números significativos de bolsões de pobreza, seja nos Estados Unidos, seja na Europa.

Para o conjunto mundial, os Relatórios da Riqueza Global (*Global Wealth Report*) do banco Credit Suisse, publicados em 2010 e em 2015, apontam: em 2010, os 50% mais pobres dos 4,4 bilhões de adultos possuíam pouco menos que 2% dos ativos mundiais (estimados em 194,5 trilhões de dólares). Em 2015, essa metade mais pobre da população mundial ficou com menos de 1% da riqueza planetária (estimada em 250,1 trilhões de dólares). No extremo oposto da pirâmide social, em 2010 os 10% mais ricos detinham 83% da riqueza mundial e em 2015 passaram a possuir 87,7%[1].

Nesse quadro de desigualdades e dificuldades crescentes, muitas vezes agravadas pela violência das guerras, os movimentos migratórios tiveram um forte impulso. Foi o caso dos migrantes africanos, sírios e de várias outras regiões em direção à Europa. Em 2015 foram mais de 130 mil buscando entrar no velho continente e somente nos dois primeiros meses de 2016 mais de 120 mil. A intensidade dos fluxos migratórios desdobrou-se em diversos impasses, desde humanitários de acolhida aos imigrantes até os econômicos e políticos entre os governantes europeus.

Quanto a ter ou não emprego, outro agravante importante na questão social, as estimativas apontam que o número final de desempregados em 2015 foi de 197,1 milhões, um volume superior em 27 milhões àquele de 2007, ano da pré-crise mundial.

[1] COSTA. Antonio Luiz M.C. No mundo de os miseráveis. *Carta Capital*, Ano XXI, nº 873, 28 out. 2015. p. 24-25.

Muhammad Hamed/Reuters/Latinstock

Sírios em campo de refugiados entre a Jordânia e a Síria esperam autorização para entrar no território jordaniano. Depois de meses presos na fronteira, o grupo foi finalmente autorizado a entrar no país. Autoridades jordanianas alegaram que foi necessário adotar novas medidas de segurança antes de permitir que mais refugiados entrassem no país, que já contava, naquela época, com mais de 1,4 milhão de refugiados. Foto de 2016.

A previsão para 2016 é um aumento de cerca de 2,3 milhões, o que elevaria o número a 199,4 milhões. Já para 2017, mais 1,1 milhão de desempregados provavelmente serão adicionados ao registro global, de acordo com um relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT)[2].

Os Estados não estão conseguindo exercer a função de garantir o bem-estar da população nem agir para atenuar as diferenças sociais, mostrando-se impotentes em barrar a piora da situação.

Contudo, nos últimos anos vários governantes buscaram combinar as políticas neoliberais com uma melhor distribuição da renda, temperando medidas que, se não reverteram por completo as desigualdades sociais, conseguiram melhorar o desenvolvimento econômico e a inclusão social, fazendo despencar as taxas de pobreza e miséria. Exemplos disso são alguns países do Brics e da América Latina. Outro exemplo da reversão, segundo o Banco Mundial, foi o indicador sobre o total da população que vivia com renda diária individual inferior a 1,25 dólar (o novo método para definir a linha de pobreza), o qual chegou a 1,39 bilhão de pessoas em 2005, 25% da população mundial, caindo para 1,29 bilhão em 2008. O principal responsável por essa diminuição foi a China, país que faz parte do Brics. Mesmo assim, segundo a OIT:

> [...] Embora tenha havido uma diminuição nas taxas de pobreza, a taxa de declínio do número de trabalhadores pobres nas economias em desenvolvimento desacelerou e o emprego vulnerável ainda responde por mais de 46 por cento do emprego total no mundo, afetando quase 1,5 bilhão de pessoas. O emprego vulnerável é particularmente alto nos países emergentes e em desenvolvimento, atingindo entre metade e três quartos da população empregada nesses grupos de países, respectivamente, com picos no sul da Ásia (74 por cento) e na África Subsaariana (70 por cento).
>
> OIT: Desemprego global projetado para aumentar em 2016 e 2017. Disponível em: <www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_444594/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 18 mar. 2016.

Outro desafio que tem causado preocupação relaciona-se ao agravamento dos problemas ambientais e ao aproveitamento dos recursos naturais, que parecem incompatíveis com o crescimento econômico mundial.

Andrea Comas/Reuters/Latinstock

Mulher pede esmola ao lado de loja de luxo no centro de Madri, Espanha. Foto de 2015.

[2] Dados disponíveis em: <www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_444594/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 18 mar. 2016.

Um possível controle do problema exigiria uma atuação planetária, porém prevalece uma insistente ausência de regras efetivas e falta de ação coordenada de órgãos internacionais.

Mesmo na Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas – chamada de COP 21, realizada em Paris, em dezembro de 2015, não se mostrou detalhadamente como alcançar as metas estabelecidas. Com destaque, na Conferência foi firmado um acordo entre seus 195 países para limitar o aquecimento máximo do planeta a bem menos de 2 °C centígrados de temperatura média, com esforços para chegar a no máximo 1,5 grau Celsius.

Não são poucos os estudiosos que insistem na não sustentabilidade do meio ambiente perante a dinâmica de nossa sociedade consumista. Um exemplo contundente são as mudanças climáticas como decorrência principalmente da queima de florestas e da utilização indiscriminada de combustíveis fósseis. Estima-se que a elevação da temperatura do planeta neste século, em razão do efeito estufa advindo principalmente da emissão de poluentes, será de 1,4 a 5,8 graus centígrados, ampliando o número e a dimensão de furacões, inundações e secas, provocando o degelo dos polos, a elevação dos oceanos e o desaparecimento de diversas ilhas e regiões costeiras. Segundo Nicolas Stern, ex-economista-chefe do Banco Mundial, as mudanças climáticas poderão resultar numa recessão econômica mundial jamais vista, com uma perda de cerca de 20 % do Produto Bruto Mundial.

Como destaca o jornalista Washington Novaes:

> [...] O Japão já consome 7,1 vezes mais que os recursos disponíveis em seu território, a Grã-Bretanha, 3,5 vezes, e os Estados Unidos, 1,9. O Brasil, embora use menos recursos do que sua disponibilidade interna, consome mais que a média global disponível. Em 2050, afirma estudo da Global Footprint Network, "o mundo precisará de recursos equivalentes ao dobro dos disponíveis na Terra. (...) Porque 'o crescimento infinito é ilusão'. Bem na linha que se propaga entre economistas de que já vivemos uma 'crise de finitude de recursos', com o consumo global maior que a reposição. E crescerá ainda mais, com a população mundial — hoje pouco acima de 7 bilhões de pessoas e um acréscimo de 80 milhões por ano — chegando a mais de 9 bilhões em 2050.
>
> Avanços em conceitos e recuos nas práticas. *Instituto Humanistas Unisinos*. Disponível em: <www.ihu.unisinos.br/noticias/523235-avancos-em-conceitos-e-recuos-nas-praticas-artigo-de-washington-novaes>. Acesso em: 11 abr. 2016.

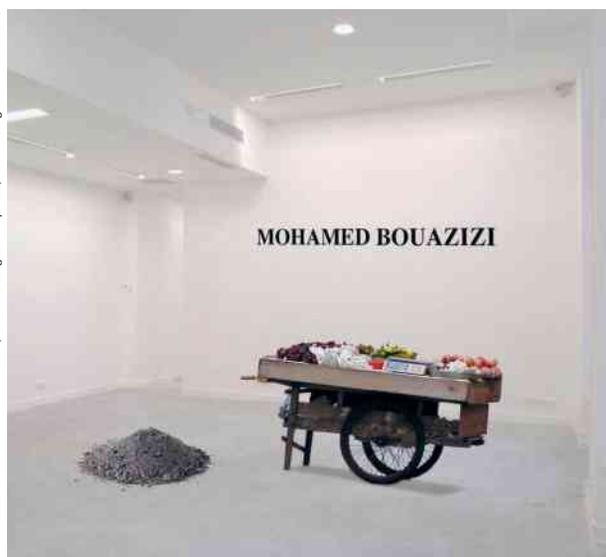
Essas são questões que escapam às tradicionais divisões ideológicas, já que nem o capitalismo nem o socialismo se mostraram capazes de criar padrões de produção e consumo sustentáveis, e matrizes energéticas compatíveis com as necessidades e possibilidades do planeta.

Qilai Shen/Epa/Corbis/Latinstock

Poluição lançada por uma grande usina, em Xangai, China, em 28 de janeiro de 2010. Os impactos causados pela poluição têm desencadeado sucessivos protestos na China.

Norte da África e Oriente Médio em ebulição

Pouco antes do anúncio da retirada das forças estadunidenses do Iraque, o norte da África e o Oriente Médio mergulharam em seguidas rebeliões populares que depuseram governantes autoritários há muito tempo no poder. O movimento, apelidado pela mídia de **Primavera árabe** por envolver diversos países islâmicos de língua árabe, começou na Tunísia, no final de 2010. O estopim se deu com o episódio em que Mohamed Bouazizi (1984-2011), um comerciante local, ateou fogo no próprio corpo como forma de protesto pelo confisco de seus bens de trabalho pelas autoridades tunisianas no dia 17 de dezembro. Em janeiro de 2011, do funeral de Bouazizi em diante, o levante popular espalhou-se, derrubando o presidente Zine El-Abidine Ben Ali, desembocando em eleições legislativas e na formação de uma Assembleia Constituinte.

Museu Nacional de Arte Moderna, Centro Georges Pompidou, Paris. Fotografia: Effer Lecébé

Homenagem a Mohamed Bouazizi, obra do artista Effer Lecébé em tributo ao vendedor de frutas e legumes que ateou fogo ao próprio corpo. Observe as cinzas ao lado do carrinho.

A contestação popular logo chegou ao Marrocos, levando o rei Mohammed VI a liderar reformas políticas, eleições e referendo de uma nova Constituição. No Egito, imensas manifestações populares e confrontos no Cairo e em outras cidades derrubaram o presidente Hosni Mubarak, abrindo disputas para uma nova ordenação política no país. Em 2012, foi eleito presidente Mohammed Mursi, membro de uma organização político-religiosa, a Irmandade Muçulmana. Mursi foi deposto em 2013, num levante militar que impôs uma ditadura no país. Na Líbia, Muamar Kaddafi (1942-2011), no poder desde 1969, enfrentou violentamente as manifestações, mergulhando o país numa guerra civil que culminou na intervenção da Organização do Tratado do Atlântico Norte, a Otan, seguida da prisão e execução de Kaddafi. Também na Síria, as manifestações contrárias ao regime do presidente Bashar al-Assad dividiram o país, resultando numa sangrenta guerra civil.

As manifestações populares por mudanças e por direitos políticos espalharam-se por vários outros países da região, com desdobramentos diversos, deixando pelo norte da África e Oriente Médio rastros de incertezas quanto à democratização política e à estabilização. Certamente, as transformações espalharam efeitos tanto sobre as regiões até então resistentes às forças ocidentais atuantes na área como sobre os regimes até então pró-ocidentais, produzindo ainda mais incertezas sobre o jogo de forças e domínios e semeando novas questões e desafios para o Oriente Médio e para os Estados Unidos, a mais poderosa peça no tabuleiro de conflitos da região.

Tais incertezas rearranjaram a composição das forças locais e internacionais em confronto. Exemplo dessa situação é o caso da Síria, que mergulhou em uma guerra civil e sofreu forte intervenção de milhares de guerrilheiros da Al-Qaeda, apoiados pela Arábia Saudita sunita (tradicional aliada dos Estados Unidos) contra o governo de Bashar al-Assad. Em contrapartida, o governo sírio tem recebido o apoio do Irã, xiita, e do governo atual do Iraque, e passou a contar também com um aliado forte fora do Oriente Médio: a Rússia de Vladimir Putin. No início de 2016 estimava-se que mais de 400 mil sírios foram mortos e cerca de 5 milhões abandonaram o país.

Ayhan Mehmet/Anadolu Agency/Agência France-Presse

Refugiados sírios desembarcam no porto de Pireus, localizado em Atenas, Grécia, em janeiro de 2016.

Vivendo naquele tempo

Novos movimentos sociais

Com o fim da polarização entre os blocos capitalista e socialista, surgiram novas formas de luta e protesto, especialmente, entre os jovens das grandes cidades do mundo. Inicialmente, inúmeros protestos surgiram em torno de movimentos contra os efeitos da globalização: destruição acelerada dos recursos naturais e do meio ambiente, aumento da desigualdade social entre as nações, desemprego e perda de direitos sociais e a intensificação de padrões de consumo de massa.

Em 18 de junho de 1999, organizaram-se as primeiras manifestações da Ação Global dos Povos em oposição ao encontro realizado na Alemanha, do Fundo Monetário Internacional. Em novembro do mesmo ano, novos protestos reuniram milhares de pessoas em Seattle, nos Estados Unidos, diante da Organização Mundial do Comércio. Eram os primeiros atos dos movimentos antiglobalização, organizados por jovens com inspiração anarquista, de grupos ecológicos e membros de partidos políticos, sindicatos e organizações sociais.

Diferente de movimentos sociais mais tradicionais, as ações antiglobalização não foram encabeçadas por líderes ou partidos, mas surgiram de pequenos grupos, os chamados "coletivos", organizados nas universidades, nos bairros e nas mais diversas práticas culturais.

As formas de protesto também se transformaram com o uso das redes sociais, permitindo uma maior abrangência comunicacional, unindo diferentes ideologias e tornando-se espaço de extrema importância para discussões, compartilhamento de ideias e debates políticos. A força das redes sociais em questões políticas ganhou o nome de *web-ativismo*, geralmente pautadas por questões sociais que envolvem capitalismo, miséria, aborto, liberdade de expressão, controle das grandes mídias, diversidade sexual, destruição do meio ambiente, etc.

O uso das redes sociais não trouxe apenas a agilidade na comunicação, mas alterou também a forma como esses grupos se organizam e se manifestam – com cartazes bem humorados, uso de *memes* — jargões viralizados no ambiente virtual —, roupas específicas, avatares personalizados, além de compartilhamentos de imagens e textos de caráter ideológico.

No Brasil, as manifestações de junho de 2013, articuladas por vários movimentos, entre eles o Movimento pelo Passe Livre (MPL) e inúmeros grupos estudantis contra o aumento das tarifas do transporte público, comprovam o peso das redes sociais nos rumos políticos. No começo de 2016, as redes sociais também agitaram protestos contra o fechamento das escolas públicas, além de darem visibilidade aos anseios de parte da sociedade por reformas políticas.

Kim Stallknecht/Agência France-Presse

Manifestação antiglobalização em Seattle, Washington, em 1999.

Atividades

Retome

1. Qual é a relação entre o fim da Guerra Fria e a redemocratização dos países latino-americanos?

2. Aponte os fatores políticos e econômicos que levaram ao fim da União Soviética.

3. O início do século XXI foi marcado pela chamada Guerra ao Terror. Responda:
   a) Qual evento a desencadeou?
   b) Qual a relação desse evento com Guerra Fria?
   c) Quais foram os principais desdobramentos da Guerra ao Terror?

4. O que foi a Terceira Revolução Industrial? Cite três inovações tecnológicas que ela trouxe para o nosso dia a dia.

5. O que é globalização e como ela se manifesta na economia, na política e na cultura?

6. Que causas são defendidas pelos chamados "novos movimentos sociais" e quais suas principais diferenças em relação aos movimentos sociais do século XX?

Pratique

7. Leia o texto a seguir e responda às questões.

> Desde o início da Revolução Industrial, a partir de 1760, o homem aprendeu que retirar carvão, petróleo e gás natural, os chamados combustíveis fósseis, das profundezas da terra e queimá-los em condições controladas pode produzir trabalho mecânico. Esse processo pode ser utilizado no funcionamento de máquinas, como teares, motores, multiplicando a produção industrial. [...] Na década de 1980, ficou claro que a queima de combustíveis fósseis estava aumentando a concentração de gases de efeito estufa que auxiliam na estabilidade da temperatura de nosso planeta. O excesso desses gases na atmosfera estava fazendo o planeta aquecer. A partir daí, as mudanças climáticas globais causadas pelo homem começaram a despertar preocupação na comunidade científica, na população em geral e em nossos governantes. Inspiraram também uma série de conferências internacionais que mostravam a urgência de um tratado mundial de redução da queima de combustíveis fósseis para enfrentar o problema. [...]
>
> O Brasil exerceu papel de importante liderança nas discussões e negociações para a aprovação de dois instrumentos jurídicos que tratam do regime global das mudanças climáticas – a Convenção Quadro da ONU sobre Mudanças do Clima [1992] e o Protocolo de Kyoto [1997], ratificando-os e comprometendo-se a cumpri-los integralmente. O Protocolo citado obrigava os países desenvolvidos (Estados Unidos, Europa, Japão entre outros) a reduzirem suas emissões por quantidades pequenas, enquanto isentava os países em desenvolvimento (tais como China, Brasil, África do Sul, entre outros) de qualquer redução. Não houve, entretanto, com o passar dos anos após a assinatura, qualquer redução de emissões pelos países desenvolvidos conforme se comprometeram.
>
> JACOBI, Pedro Roberto et al. (Org.). *Temas atuais em mudanças climáticas*: para os ensinos fundamental e médio. São Paulo: IEE-USP, 2015. p. 8-10.

   a) O que são mudanças climáticas e quais suas causas?
   b) É possível afirmar que o efeito estufa é produzido pelo homem? Justifique sua resposta com elementos do texto.
   c) Que relações podem ser estabelecidas entre a percepção das mudanças climáticas, nos anos 1980, e os processos históricos ocorridos naquela década?
   d) O Protocolo de Kyoto, assinado em 1997, propunha que apenas os países desenvolvidos reduzissem a emissão e gases do efeito estufa. Qual(is) o(s) pressuposto(s) dessa medida? Você concorda com ela?
   e) Em 2015, foi realizada em Paris a Conferência do Clima da ONU (COP 21), da qual o Brasil tomou parte. Pesquise quais foram as resoluções tomadas nessa conferência e avalie se ela beneficia igualmente países ricos e pobres.

Analise uma fonte primária

8. A campanha publicitária abaixo foi realizada em 2007 por uma famosa grife francesa especializada na confecção de bolsas e malas de viagem. Nela, Mikhail Gorbatchev observa, de dentro de uma limusine, o que resta do Muro de Berlim. A imagem é acompanhada do texto em inglês: *A journey brings us face to face with ourselves*. [Uma viagem nos põe frente a frente com nós mesmos]. Para convencer Gorbatchev

a participar da campanha, a grife fez uma doação à Cruz Verde Internacional, organização fundada e presidida por ele.

Annie Leibovitz/Ogilvy & Mather

a) Que elementos históricos são destacados na imagem? Qual a relação entre eles?

b) A imagem é marcada por contrastes. Quais são eles?

c) A fotografia da campanha publicitária foi tirada por Annie Leibovitz, fotógrafa estadunidense conhecida por explorar a intimidade de celebridades. Como ela retrata Gorbatchev nessa foto, e qual a relação entre o retrato e o texto que o acompanha?

d) Que efeito a campanha publicitária produz sobre a percepção da História?

e) A publicidade é bastante utilizada por historiadores como fonte histórica. Que período histórico essa peça publicitária documenta? O que ela revela sobre sua época?

Articule passado e presente

9. O texto que segue se refere a um dos principais problemas do século XXI, diretamente relacionado ao nosso futuro.

> O termo **sociedade de consumo** é uma das inúmeras tentativas de compreensão das mudanças que vêm ocorrendo nas sociedades contemporâneas. Refere-se à importância que o consumo tem ganhado na formação e fortalecimento das nossas identidades e na construção das relações sociais. Assim, o nível e o estilo de consumo se tornam a principal fonte de identidade cultural, de participação na vida coletiva, de aceitação em um grupo e de distinção com os demais. Podemos chamar de consumismo a expansão da cultura do "ter" em detrimento da cultura do "ser". O consumo invade diversas esferas da vida social, econômica, cultural e política. Neste processo, os serviços públicos, as relações sociais, a natureza, o tempo e o próprio corpo humano se transformam em mercadorias. Até mesmo a política virou uma questão de mercado, comercializando a participação cívica e misturando valores comerciais com valores cívicos. Isto seria uma "vitória" do consumo como um fim em si mesmo. O consumo passa a ser encarado, mais do que um direito ou um prazer, como um dever do cidadão. Seja como for, o consumismo, que emergiu na Europa ocidental no século XVIII, vem se espalhando rapidamente para distintas regiões do planeta, assumindo formas diversas. O início do século XXI está sendo marcado por profundas inovações que afetam nossas experiências de consumo, como a globalização, o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação, o comércio através da internet, [...] a biotecnologia, o debate ambientalista, etc. Ao mesmo tempo, novos tipos de protestos e reações ao consumismo emergem, exigindo uma nova postura do consumidor.
>
> *Consumo Sustentável:* manual de educação. Brasília: Consumers International/MMA/MEC/Idec, 2005. p. 16.

a) O que é sociedade de consumo e quando ela surgiu? Indique as causas de seu surgimento.

b) Se o consumismo existe há tanto tempo, por que ele só se tornou um problema na passagem do século XX para o XXI?

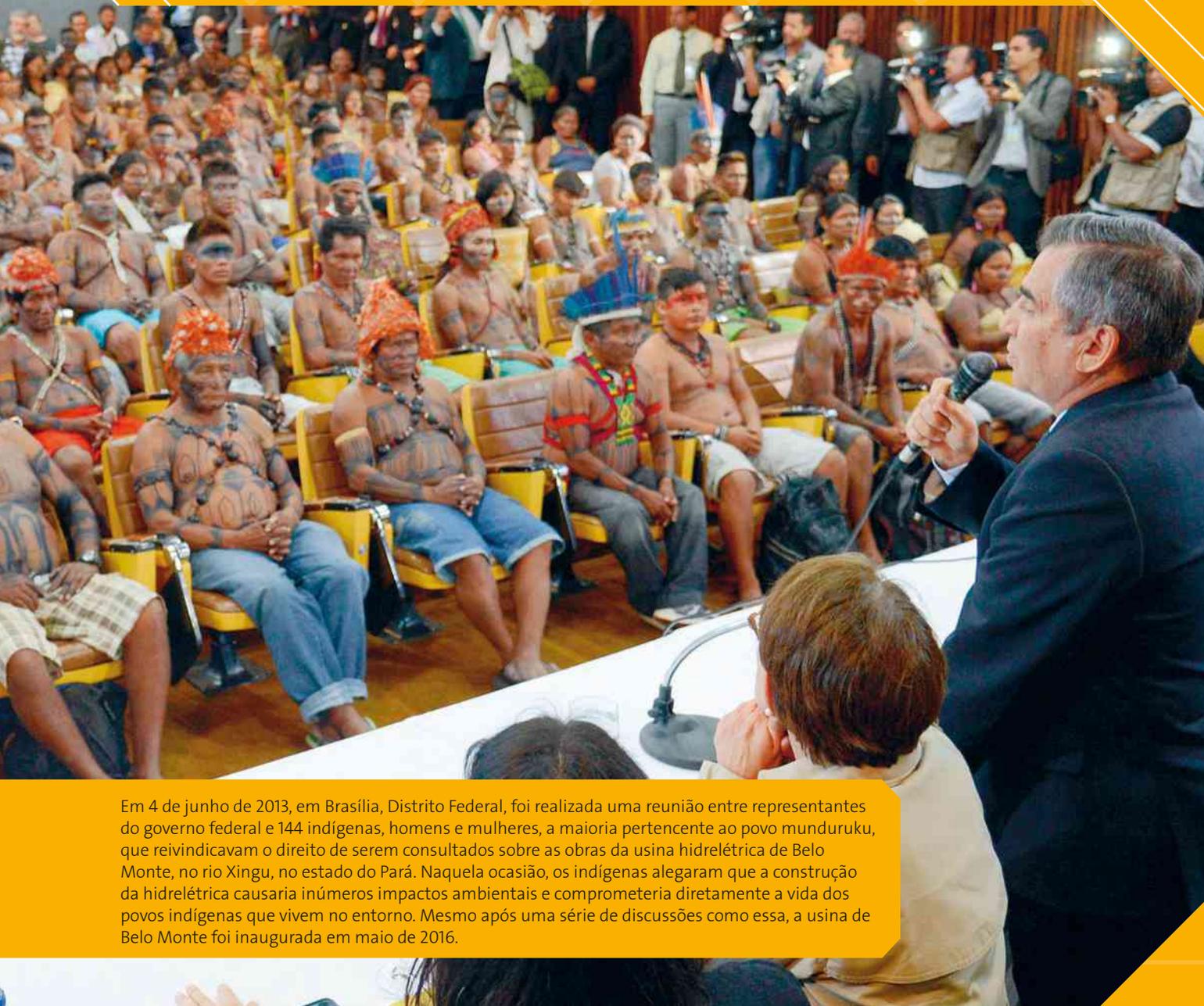
c) De acordo com o texto, "os serviços públicos, as relações sociais, a natureza, o tempo e o próprio corpo humano se transformam em mercadorias. Até mesmo a política virou uma questão de mercado, comercializando a participação cívica e misturando valores comerciais com valores cívicos". Dê exemplos de mercantilização de cada um dos elementos grifados.

d) Observe a imagem da abertura desse capítulo e responda: se não houver mudanças na relação das sociedades com o consumo, como se desenha um possível futuro de vida para as próximas gerações?

e) Que novos hábitos podem ser cultivados para evitar a previsão feita no item anterior? Reúna-se com seus colegas e criem cartazes com imagens e *slogans* que incentivem mudanças nos hábitos de consumo dos cidadãos.

CAPÍTULO 13

Brasil e a reorganização democrática

Fabio Rodrigues Pozzebom/EBC/Agência Brasil

Em 4 de junho de 2013, em Brasília, Distrito Federal, foi realizada uma reunião entre representantes do governo federal e 144 indígenas, homens e mulheres, a maioria pertencente ao povo munduruku, que reivindicavam o direito de serem consultados sobre as obras da usina hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, no estado do Pará. Naquela ocasião, os indígenas alegaram que a construção da hidrelétrica causaria inúmeros impactos ambientais e comprometeria diretamente a vida dos povos indígenas que vivem no entorno. Mesmo após uma série de discussões como essa, a usina de Belo Monte foi inaugurada em maio de 2016.

Neste capítulo, você vai estudar o passado recente do Brasil. Vai entender de que maneira a transição democrática foi realizada a partir de 1985 e compreender que a consolidação da democracia no país não foi, e ainda não é, um processo simples. Será que hoje a democracia faz parte do cotidiano de todos os brasileiros? As práticas democráticas, bem como os direitos políticos e sociais, estão ao alcance de todos os grupos sociais e de todas as minorias?

1 Sobre o passado recente do país

Desde o fim da ditadura, em 1985, o Brasil vive seu mais longo período democrático. Ao longo desses pouco mais de trinta anos, as instituições foram testadas de forma constante, especialmente pelos desafios provocados por uma sociedade bastante desigual. A partir de então, a mobilização popular esteve presente, tanto no meio rural como na área urbana, trazendo à tona as reivindicações de diversos grupos sociais. É possível dizer que, depois do fim do governo militar, a questão dos direitos dos sem-terra, dos trabalhadores urbanos e rurais, dos indígenas, dos quilombolas, dos povos da floresta, de mulheres, de afrodescendentes, de idosos e de homossexuais teve de ser repensada pelos governantes por causa das pressões de movimentos organizados, de sindicatos e de partidos políticos progressistas.

No aspecto econômico, o período se iniciou sob crescente endividamento externo, inflação alta e diminuição do poder aquisitivo da população. Nos primeiros nove anos, diversas medidas e planos econômicos foram implantados até que a inflação e a dívida externa fossem controladas. No entanto, no decorrer desses anos, a atividade industrial do país diminuiu ao mesmo tempo que a agroexportação era retomada com vigor, num reforço da antiga tradição econômica brasileira.

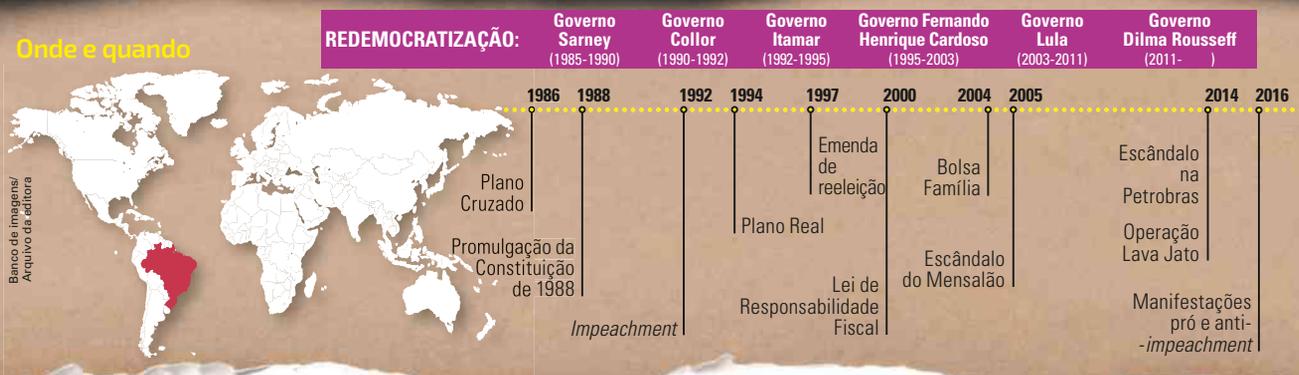
Quanto à desigualdade social, somente no final da década de 2000 e início da década seguinte ocorreu uma pequena melhora na distribuição de renda voltada para a população mais pobre, com maior acesso à educação, ao saneamento e à moradia própria. Esses avanços foram frutos de políticas sociais abrangentes. No entanto, tais políticas passaram a ter menos recursos quando uma crise econômica internacional e problemas políticos e financeiros ganharam força a partir de 2014.

Neste capítulo, vamos estudar as várias mudanças pelas quais o país passou nas três últimas décadas e analisar os impactos que tiveram na sociedade brasileira.

Trata-se de uma história muito recente, que ainda tem desdobramentos em nosso cotidiano. Provavelmente, você ou algum familiar foi testemunha de alguns dos eventos que ocorreram nesse período. É natural essa proximidade causar um posicionamento, uma opinião. No entanto, por meio dos procedimentos científicos usados no estudo da História, poderemos desenvolver um olhar mais crítico e avaliar a importância desse passado recente no presente e no futuro do país.

Veja abaixo os períodos e os lugares em que se passaram os principais eventos do capítulo.

Cesar Diniz/Pulsar Imagens

Em Rio das Contas, na Bahia, uma comunidade remanescente de quilombos cultiva o artesanato típico, como o bordado em crivo rústico e a renda de parede. As artesãs vendem sua produção em uma loja, onde expõem seu trabalho. Foto de 2014.

Linha do tempo esquemática. O espaço entre as datas não é proporcional ao intervalo de tempo.

2 Transição democrática: esperança e apreensão

No fim do governo ditatorial, em março de 1985, era possível perceber no país uma sensação de esperança e, ao mesmo tempo, de apreensão quanto ao futuro. Por um lado, a liberdade política era restaurada. Por outro, a crise econômica e financeira atingia a população de forma desigual, sendo mais severa para a população mais pobre e para a classe trabalhadora.

Novos partidos políticos (tanto os de centro como os de esquerda) se consolidaram, e movimentos sociais de diversos segmentos da população se fortaleceram. Com o retorno da capacidade de mobilização e manifestação, a sociedade brasileira conseguiu manter-se no centro das decisões políticas. Foi nesse cenário que uma nova constituição foi elaborada.

Carlos Namba/Coleção Abril/Latinstock

Após vitória do Colégio Eleitoral, Tancredo Neves discursava como presidente do Brasil, em 15 de janeiro de 1985, no Congresso Nacional. Tancredo foi eleito por meio de eleições indiretas, em disputa com Paulo Maluf. Na foto, Tancredo está ao centro; ao seu lado, à direita, sentado, Ulysses Guimarães, então presidente do Congresso e do maior partido que o compunha, o PMDB.

A consolidação da democracia

Somente após a promulgação da nova Constituição, em 1988, uma série de instituições voltadas para a garantia de direitos dos cidadãos foi reintroduzida no cenário jurídico brasileiro. Este momento, no entanto, foi fruto de uma longa luta, iniciada na década anterior, pelo fim das leis autoritárias incorporadas à Constituição pela Emenda Constitucional n. 1, de 1969.

Desde o final dos anos 1970, diversos movimentos sociais preconizavam, de forma cada vez mais intensa, a defesa de garantias à cidadania, a redemocratização do país e a necessidade de uma nova carta constitucional. Naquele momento, organizações como a cúpula da Igreja católica, por meio do Conselho Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e diversos sindicatos se reuniram em torno dessas questões. Cada uma à sua maneira, essas e outras entidades atuaram por todo o país em busca de apoio da população brasileira.

Durante as eleições indiretas, Tancredo Neves, o candidato de oposição à Presidência, afirmou que convocaria uma Assembleia Constituinte se fosse eleito.

Como vimos, Tancredo foi eleito mas não tomou posse. Ele se afastou por questões de saúde e faleceu em decorrência delas. O vice-presidente, José Sarney, político que meses antes era dirigente do partido que apoiava a ditadura, assumiu o cargo. Tal situação gerou uma ampla mobilização dos partidos que apoiavam o novo governo. Liderados pelo deputado Ulysses Guimarães, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), apoiavam o início de uma fase efetivamente democrática.

Dessa forma, meses após a posse, o Congresso e o presidente Sarney aprovaram as primeiras medidas que sinalizavam essa nova realidade. Entre as medidas aprovadas estavam o direito de voto aos analfabetos, a restauração da eleição direta e a promessa de instalação de um **Congresso Nacional Constituinte**, cujos membros seriam escolhidos nas eleições marcadas para o ano seguinte.

Um aspecto que marcou profundamente a composição daquele Congresso foi o fato de toda a campanha eleitoral, entre agosto e novembro de 1986, ter ocorrido sob os efeitos do Plano Cruzado, um pacote econômico que buscava reduzir a inflação e dar estabilidade à economia brasileira. Nos primeiros meses de vigência do plano, houve uma relativa valorização do salário do trabalhador e uma redução do custo de vida. Esses efeitos promissores favoreceram eleitoralmente o governo e seus aliados na disputa pelos governos estaduais e pelas cadeiras do Congresso.

O PMDB e seu aliado, o Partido da Frente Liberal (PFL), cuja maioria de seus integrantes apoiava a ditadura, tiveram 431 parlamentares eleitos, alcançando uma ampla maioria (77%). As demais cadeiras foram divididas entre os representantes de partidos conservadores, como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Democrático Social (PDS), e partidos de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB).

J.A./Folhapress

No início dos trabalhos da Assembleia Constituinte, em fevereiro de 1987, o sentimento popular era de apoio e confiança aos congressistas. Na foto, obtida no Carnaval daquele ano, componentes de escola de samba do Rio de Janeiro estendem faixa pela Constituinte durante o desfile no Sambódromo.

Os trabalhos da Assembleia Constituinte foram iniciados em fevereiro de 1987, sob a presidência de Ulysses Guimarães. A aliança entre PMDB e PFL foi se desfazendo ao longo dos meses e os congressistas passaram a se agrupar de acordo com suas tendências e opiniões sobre os temas discutidos. Os mais conservadores formaram um grande bloco, denominado **Centrão**, que se contrapôs a um bloco menor, articulado com os movimentos populares, formado por integrantes dos partidos de esquerda e de parte dos eleitos pelo PMDB.

Os trabalhos constituintes foram marcados pela mobilização de diversos grupos, como trabalhadores, sindicatos, militares, representantes de multinacionais, bancos, empresas mineradoras, etc. Esses grupos procuravam apresentar propostas de temas a serem discutidos pelos congressistas e pressionavam os políticos nas deliberações em plenário.

Salomon Cytrynowicz/Pulsar Imagens

Desde o início dos trabalhos constituintes, os movimentos sociais apresentaram propostas na tentativa de ver suas reivindicações acolhidas pela nova Constituição. Na foto, manifestantes diante do Congresso Nacional, em Brasília, em fevereiro de 1987, data do início dos trabalhos.

Leituras

O texto a seguir traz algumas informações sobre o contexto político e ideológico em que se realizaram os trabalhos da Constituinte de 1988.

A ideologia presente nos trabalhos constituintes

[...]

O mundo assistia, em meados da década de 80, à ascensão do neoliberalismo – doutrina econômica que minimiza o papel do Estado – e à crise do socialismo, que teve seu desfecho em 1989, com o esfacelamento da União Soviética e a queda do muro de Berlim, com repercussão em vários outros países socialistas. Essa realidade produziu certa perplexidade em parcela da esquerda, que se atomizou durante a campanha, mas que se uniu durante os trabalhos da Assembleia, em torno das principais propostas nos campos social e econômico e no capítulo das garantias individuais.

Parte dos parlamentares chamados progressistas se voltou para temas que não constavam ou não eram tratados de forma específica no ideário da esquerda ortodoxa – como a questão ambiental e os direitos das minorias, assimilando até propostas de modernização do Estado de algum modo assemelhadas ao ideário social-democrata ou mesmo a aspectos do liberalismo, a exemplo da privatização de alguns setores da economia.

Essas questões eram debatidas em reuniões plenárias de categorias profissionais, partidos e assembleias universitárias. O debate das posições antagônicas às dos progressistas era favorecido pelo apoio dos empresários de comunicação, cujos veículos – rádios, TV e jornais – repercutiam, em maiores dimensões, as propostas em defesa da livre-iniciativa e de resistência aos avanços pretendidos pelas esquerdas. Com a Assembleia já instalada, os progressistas neutralizaram, de certo modo, os efeitos da ofensiva publicitária e dos *lobbies* dos conservadores, por meio de uma aguerrida pressão junto aos constituintes, nas galerias e nas comissões da Câmara e Senado, e em manifestações no gramado em frente ao Congresso.

Outro instrumento utilizado pelos progressistas para neutralizar a ofensiva dos representantes do poder econômico foram as emendas de iniciativa popular. De um total de 122, reunindo mais de 12 milhões de assinaturas, a grande maioria foi originária da mobilização de trabalhadores, estudantes e movimentos populares.

A discussão desses temas era permeada, até mesmo numa pequena parcela da direita, pela dicotomia Globalização X Nacionalismo/Mercado Interno, ou seja, pelo contraste entre os que defendiam a abertura do comércio e de outros setores da economia nos padrões da globalização em andamento e os que se mantinham fiéis ao ideário nacionalista, resistiam aos condicionamentos externos e propunham maior estímulo ao mercado interno como reação à tendência globalizante.

[...]

SAMPAIO, Marcondes. *Há 25 anos era eleita a Assembleia Nacional Constituinte*. Disponível em: <http://goo.gl/xc7V8g>. Acesso em: 27 abr. 2016.

A Constituição de 1988

A Constituição foi promulgada em outubro de 1988. A nova carta trouxe uma série de avanços, principalmente em defesa dos direitos sociais e individuais. Contudo, também manteve elementos de uma ordem republicana elitista. Veja alguns destaques da Constituição de 1988:

- Manutenção da divisão dos três poderes: Executivo, Judiciário e Legislativo, separados e independentes entre si;
- Eleição direta para todos os cargos executivos e legislativos;
- Introdução da eleição em dois turnos para presidente da República, governadores e prefeitos de cidades com mais de 200 mil habitantes;

Lula Marques/Folhapress

Constituintes prestam juramento à Constituição, no dia de sua promulgação, 5 de outubro de 1988.

- Confirmação do voto obrigatório para eleitores entre 18 e 70 anos e facultativo para analfabetos, jovens entre 16 e 18 anos e pessoas com mais de 70;
- Garantia do direito de greve e da liberdade sindical;
- Garantia de direitos civis como: igualdade de todos perante a lei, igualdade entre homens e mulheres, liberdade de expressão, liberdade de associação e garantia de não submissão à tortura e ao tratamento desumano ou degradante;
- Garantia de direitos sociais como: salário, proteção contra a demissão sem justa causa, seguro-desemprego e jornada de trabalho de 44 horas semanais, além de restrições ao trabalho de menores de 16 anos;
- Fim da censura prévia;
- Direito de todos os cidadãos à educação e à saúde, serviços considerados dever do Estado;
- Capítulo especial dedicado à proteção ao meio ambiente;
- Reconhecimento dos direitos das crianças, dos jovens e das pessoas com deficiência e garantia de sua proteção;
- Reconhecimento dos direitos dos indígenas, incluindo suas tradições, sua organização social e a posse permanente dos territórios que tradicionalmente já ocupavam.

A complexidade de alguns temas, no entanto, exigiam leis complementares, a fim de garantir maior discussão entre grupos sociais envolvidos. Dessa circunstância nasceram o **Estatuto da Criança e do Adolescente**, promulgado em 1990; o **Código de Defesa do Consumidor**, do mesmo ano; as **Leis de Diretrizes e Bases da Educação**, em 1996.

Desse conjunto também fazem parte a **Lei de Responsabilidade Fiscal**, de 2000, e a **Lei da Transparência**, de 2009, ambas referentes aos parâmetros e limites que governos federal, estaduais e municipais devem obedecer para a execução de seus respectivos orçamentos. Faz parte desse conjunto, também, a legislação específica referente à violência contra a mulher, expressa na **Lei Maria da Penha**, de 2006.

A Constituição de 1988 permitiu o fortalecimento da democracia e o avanço de direitos políticos, civis e sociais. Ela também garantiu a organização e o funcionamento de órgãos autônomos, como o Ministério Público, responsável pela fiscalização e pelo cumprimento das leis que defendem os interesses nacionais.

A vigência de uma Constituição com essas características ajudou a consolidar o **Estado de direito** e colaborou para o amadurecimento político das forças sociais. Dessa forma, os problemas econômicos, sociais e políticos que surgiram após a sua promulgação têm sido enfrentados sem colocar em risco a democracia.

Entre 1985 e 2016, alguns desses problemas tornaram-se casos emblemáticos: o processo de *impeachment* que levou à deposição do presidente Fernando Collor de Mello, em 1992; a cassação de mandatos de deputados responsáveis pela análise do orçamento da União, em 1993; a condenação de líderes partidários, parlamentares, membros do governo e empresários envolvidos com financiamento ilegal de campanhas políticas e suborno a congressistas, em eventos ocorridos entre 1998 e 2016. No mesmo período, o número de denúncias, investigações e condenações de políticos e empresários cresceu em estados e municípios. Tais casos foram livremente divulgados pelos meios de comunicação e debatidos pela sociedade. A população se mobilizou em diversas dessas ocasiões, ocupando ruas para manifestar sua opinião.

Estado de direito: é a situação jurídica de um país em que os poderes públicos e a sociedade são regidos por normas e leis. Em um Estado de direito democrático, cabe necessariamente ao Estado a garantia da vigência da cidadania, ou seja, do conjunto de direitos civis, políticos e sociais.

Homero Sérgio/Folhapress

Assembleia de trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional, em 12 de novembro de 1988. Essa assembleia ocorreu dois dias depois que soldados do Exército mataram três operários durante a ocupação da siderúrgica. Apesar da repercussão internacional, os responsáveis nunca foram julgados.

No mesmo período, no entanto, outros acontecimentos não foram devidamente julgados ou apurados, revelando a dificuldade das instituições e da sociedade em manter a igualdade plena de direitos. Entre vários exemplos, temos os casos de violência cometida pelo Exército contra trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional, em 1988, e pela Polícia Estadual do Pará junto com milícias privadas contra trabalhadores sem-terra, em Eldorado dos Carajás (PA), em 1996; ou, ainda, as chacinas contra moradores de bairros de periferia e populações indígenas em cidades do Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste. Somam-se a esses fatos o funcionamento precário da rede de escolas públicas em diversos municípios e estados brasileiros; a falta de serviços e médicos no sistema público de saúde; e o desvio de verbas públicas.

A economia e o desenvolvimento social na Nova República (1985-1989)

A retomada do crescimento econômico foi o principal objetivo dessa nova fase da República brasileira, chamada por Tancredo Neves e seus apoiadores de **Nova República**. Esperava-se, com isso, gerar mais empregos e melhorar as condições salariais e de vida da população. Buscava-se, ainda, enfrentar a inflação (cuja taxa alcançou 215% em 1984), reduzir os gastos públicos e evitar que o pagamento da dívida externa afetasse os investimentos para o desenvolvimento do país.

Para conter a inflação, reorientar o desenvolvimento e ajudar a restaurar a credibilidade do governo, foi desenvolvido o Programa de Estabilização da Economia, nome oficial para o popularmente conhecido **Plano Cruzado**.

O plano foi anunciado em 28 de fevereiro de 1986, sem ter sido discutido no Congresso. O anúncio surpreendeu a população brasileira com uma série de mudanças destinadas a combater a inflação, manter o crescimento econômico e valorizar o poder aquisitivo dos salários. Entre elas, destacavam-se:

- Substituição do cruzeiro, a moeda vigente, por uma nova moeda, o cruzado, cuja unidade valia mil cruzeiros;
- Congelamento de preços de produtos, tarifas, aluguéis e serviços. Os preços eram tabelados e controlados pelo governo federal;
- Reajuste de salários pelo seu valor médio nos seis meses anteriores, acrescido de um abono;
- Reajuste dos salários toda vez que a inflação atingisse a marca de 20%, estratégia que ficou conhecida como gatilho salarial.

Outros fatores que também afetavam a inflação, como custos de produção, impostos, subsídios para a atividade produtiva, dívida externa, taxas de juros e déficit público, não foram tratados. O Plano, portanto, deveria ser complementado com outras medidas nos meses seguintes para efetivamente reorganizar a economia, as finanças brasileiras e a distribuição de renda.

Os primeiros resultados foram positivos: em fevereiro de 1986, mês de anúncio do Plano, a inflação havia chegado a 15%; em abril o índice foi negativo, e próximo de zero nos meses seguintes. O aumento do poder aquisitivo dos salários levou a população a consumir produtos em maior quantidade e a adquirir produtos que antes eram inacessíveis. Isso deu grande popularidade ao presidente Sarney.

O congelamento dos preços, porém, não estimulou o aumento da produção para atender à nova demanda. Isso provocou o desabastecimento de diversos itens. Essa situação afetava produtos básicos como leite, carne, remédios, aço, além de combustíveis e automóveis. Para suprir a falta desse itens no mercado, o governo começou a importá-los.

Essa estratégia afetou diretamente as contas públicas, que já estavam deficitárias.

Arquivo/Agência Estado

Consumidora passa por prateleiras vazias em supermercado na cidade de São Paulo (SP), em 1986. Naquele ano, para conter a inflação acelerada, o governo Sarney lançou o Plano Cruzado, que, entre outras medidas, mudou a moeda de cruzeiro para cruzado, congelou preços e criou o gatilho salarial. Entretanto, ainda naquele ano, a nova moeda perdeu força e uma grave crise de abastecimento assolou o país, dando espaço para a volta da inflação.

Além disso, empresários do setor produtivo e do comércio passaram a cobrar um **ágio** sobre o preço divulgado pelas tabelas do governo, na tentativa de compensar perdas e manter os lucros em um nível satisfatório. Porém, isso favoreceu o retorno da inflação.

ágio: no comércio, valor cobrado a mais sobre o preço já conhecido.

Para evitar o aumento ilegal de preços, o governo conclamou a população a fiscalizar os estabelecimentos comerciais. Lojas e supermercados que não praticassem os preços tabelados deveriam ser denunciados aos órgãos fiscalizadores. Os proprietários que não cumprissem os preços da tabela poderiam ser presos. Surgiam assim os **fiscais do Sarney**, termo que se popularizou em bótons e adesivos. Muitas pessoas mostravam-se orgulhosas em exercer essa função e se sentiam responsáveis pelo combate à inflação.

O governo decidiu adiar os ajustes necessários ao Plano Cruzado para depois das eleições para governadores e constituintes, ocorridas em novembro de 1986. Isso favoreceu os partidos da base do governo, o PMDB e o PFL, que conseguiram eleger muitos de seus candidatos. Dias depois das eleições, o governo implementou as medidas que haviam sido adiadas: aumentou as tarifas de serviços das empresas estatais e descongelou os preços. No início do ano seguinte, decretou a suspensão do pagamento da dívida externa. Em 1987, a inflação voltou aos índices anteriores ao Plano Cruzado, o que resultou na demissão da equipe econômica, liderada por Dílson Funaro, ministro da Fazenda.

O governo de José Sarney promoveu ainda mais dois planos de ajustes da economia. No entanto, nenhum deles conseguiu controlar a inflação e recompor as reservas cambiais de forma que o país pudesse renegociar a dívida externa e voltar a cumprir seus compromissos. Esses fatores levaram a uma drástica diminuição de investimentos estrangeiros.

Com tal quadro, os últimos anos do governo Sarney foram bastante impopulares. Enquanto diversos setores sociais se mobilizavam para apresentar propostas de emendas à Constituição que tinha começado a ser elaborada, greves de diversas categorias de trabalhadores foram organizadas em todo o território. Os índices registraram 1 038% de inflação em 1988 e 1 789% em 1989.

Em meio a tantas dificuldades, em 1989 o Brasil era apontado como o sexto país mais desnutrido do mundo, segundo pesquisas realizadas pela Escola de

Marco Antonio Cavalcante/Agência Jornal do Brasil

Em todo o Brasil, consumidores munidos com tabelas de preços da Superintendência Nacional de Abastecimento e Preços (Sunab), órgão fiscalizador do governo, agiam como se tivessem poder de polícia, muitas vezes diante das câmeras de televisão, caso um gerente comercial fosse surpreendido remarcando preços. Foto de 1986, Rio de Janeiro (RJ).

Enfermagem da Universidade de São Paulo (USP). Nessa época, diversos programas sociais federais voltados para a distribuição de leite e comida para crianças, gestantes e trabalhadores já tinham sido implantados. No entanto, essas iniciativas, administradas por prefeituras e associações civis em todo o país, tinham seus recursos desviados. Esses produtos também eram distribuídos para fins eleitorais, sem alcançar toda a população carente e dificultando o real enfrentamento da desnutrição.

Ao longo de todo o governo de José Sarney, houve denúncias de corrupção envolvendo membros dos ministérios e dos partidos que compunham a base do governo. No entanto, em decorrência da pressão feita por membros desses partidos, as investigações não foram realizadas pelo Congresso nem pelos órgãos policiais e de fiscalização.

As eleições para prefeito realizadas em 1988 mostraram a insatisfação da população com o governo de José Sarney. Os candidatos ligados aos partidos de oposição à Nova República, como PT, PDT, PSB e o recém-criado Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), cujos fundadores haviam saído do PMDB, venceram as eleições em dez das principais capitais do país.

Por sua vez, o PMDB, que em 1985 havia vencido em dezenove capitais, nessa eleição conseguiu eleger prefeitos em apenas quatro, mesmo número que o PFL.

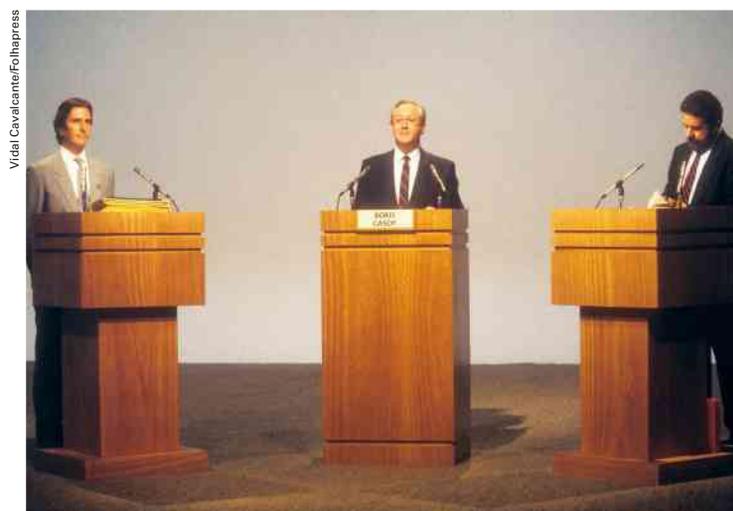
3 As primeiras eleições diretas para presidente após a ditadura civil-militar

Distribuição de riqueza, combate à desigualdade social e à corrupção, controle da inflação, modernização do parque industrial, envolvimento do Estado no setor produtivo e no desenvolvimento social. Esses foram alguns dos principais temas que marcaram as eleições presidenciais de 1989, a primeira depois de 25 anos.

Vinte e dois candidatos concorreram, representando diversos projetos e ideais, sendo que nenhum deles queria o apoio do então presidente José Sarney. O segundo turno foi disputado em novembro de 1989 entre Fernando Collor de Mello — do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), que nessa fase da disputa teve o apoio de forças conservadoras da sociedade, incluindo partidos, associações civis e líderes empresariais — e Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, que contou com a adesão de partidos de esquerda e movimentos sociais.

Fernando Collor de Mello, membro de família de proprietários de terras e emissoras de comunicação, deixou o governo de Alagoas para se candidatar. Apresentou-se à nação como representante dos descamisados, termo que usava para se referir à população pobre e humilde do país. Também se proclamava o "caçador de marajás", referindo-se aos funcionários públicos que recebiam altos salários, que prometia demitir. Luiz Inácio Lula da Silva, por sua vez, defendia uma democracia com ampla participação dos trabalhadores na definição e condução de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento social.

A campanha vitoriosa de Collor de Mello, marcada por apelo midiático e apoio financeiro de grandes empresas, conquistou as elites e setores da classe média que temiam o avanço político da esquerda. Conquistou também grandes parcelas da população urbana e rural que foram seduzidas pelas promessas de mudanças rápidas e de melhorias nas condições de vida dos mais pobres. A vitória de Collor, no segundo turno das eleições, contou com 42,75% dos votos, enquanto Lula ficou com 37,86%.

Vidal Cavalcante/Folhapress

Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva durante debate no segundo turno das eleições pela sucessão presidencial de José Sarney. O debate foi mediado pelo jornalista Boris Casoy em 14 de dezembro de 1989.

4 Do Plano Collor ao Plano Real: ingresso no mundo globalizado

No dia da posse de Fernando Collor de Mello, outro plano econômico de grande impacto na sociedade brasileira foi anunciado.

O **Plano Collor**, como ficou conhecido, seguia os mesmos princípios do Plano Cruzado: adotava medidas destinadas a conter a inflação, como a mudança da moeda e o congelamento de preços e de salários. De certa forma, tais medidas eram semelhantes às dos planos anteriores. Entretanto, para tentar evitar os problemas que ocorreram com o Plano Cruzado, o novo plano retirou 80% do dinheiro em circulação no país. Para isso, o governo bloqueou parte dos depósitos em contas-correntes, cadernetas de poupança e aplicações financeiras de todos os brasileiros, com a promessa de devolver esse dinheiro em 18 meses, devidamente corrigido.

A retenção do dinheiro foi implantada sem aviso prévio à população, durante um feriado bancário, e teve impacto negativo sobre a economia, afetando trabalhadores, aposentados e empresários.

Nos meses seguintes, muitas empresas de pequeno e médio porte faliram, aumentando o número de desempregados. Além disso, o país perdeu sua capacidade de poupar, uma vez que os instrumentos de apli-

Elena Vetorazzo/Folhapress

Entre 1942 e 1986, o cruzeiro vigorou como moeda nacional no Brasil, tendo havido, neste período, apenas correções referentes aos centavos, sem alterar o nome da moeda. Em compensação, o surto inflacionário na década de 1980 levou à decretação de vários planos e a três alterações da moeda, gerando confusão nos registros de documentos. Repare no apelo deste cartaz de um supermercado de São Paulo, em março de 1990, dias depois do anúncio da introdução do cruzeiro em substituição ao cruzado novo.

cação financeira e poupança perderam credibilidade. Projetos pessoais, como a compra de um imóvel, a reforma de uma casa ou a abertura de novas lojas, foram abandonados. Criticado pela sociedade, o confisco foi abolido aos poucos, mostrando a ausência de planejamento adequado e procedimentos duvidosos, como o atendimento de alguns setores do empresariado, principalmente os que mais pressionavam o governo para que fossem liberados os valores retidos. Isso ampliou a desconfiança no governo, visto como comprometido com favorecimentos.

Collor de Mello ainda implementou o processo de transformação do modelo de desenvolvimento implantado na Era Vargas, sob a promessa de modernização do Brasil, por meio da diminuição do papel do Estado nas atividades produtivas e na regulação do mercado.

Sob pressão de órgãos de financiamento internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, o governo passou a seguir o pensamento neoliberal, também adotado por países vizinhos da América Latina em condições econômicas parecidas, dando início a um processo de redução da participação do Estado e de abertura do país para produtos e capitais estrangeiros. Foram implantadas medidas que visavam à privatização de empresas estatais, à diminuição da burocracia para a abertura de novos negócios e à redução de tarifas de importação, além de mudanças para atrair o investimento estrangeiro.

O governo Collor de Mello tornava-se cada vez mais impopular, devido à elevação do custo de vida e à desorganização da máquina administrativa e da economia brasileira. A liberação de produtos importados, por exemplo, não foi planejada em conjunto com os empresários para que fosse gradativa, de forma a garantir a modernização da indústria nacional, tecnologicamente defasada quando comparada com os concorrentes estrangeiros da época.

Até então muitos empresários brasileiros estavam acostumados com as políticas públicas que os protegiam da concorrência e lhes ofereciam subsídios para diminuir suas despesas. Após essas novas medidas adotadas pelo governo brasileiro, os empresários se viram em um cenário competitivo sem estarem preparados para isso.

A concorrência com produtos mais baratos desestimulou a produção nacional, transformando muitos industriais em empresas de importação. Isso afetou a cadeia produtiva e provocou a demissão de trabalhadores.

Para evitar um quadro de recessão e desemprego, o governo Collor de Mello alterou a equipe econômica e lançou novas medidas de congelamento de preços e salários, além de ajustes econômicos e fiscais. No entanto, essas medidas não tiveram o resultado esperado.

A insatisfação popular e as críticas feitas à economia por vários setores da sociedade levaram o governo Collor de Mello a perder apoio político. Somaram-se a isso graves denúncias de corrupção envolvendo o presidente e o tesoureiro da campanha presidencial, Paulo César Farias (1945-1996), motivando uma mobilização popular contra o governo. Após a apuração das denúncias pelo Congresso Nacional, Fernando Collor foi afastado do governo em dezembro daquele ano e substituído pelo vice-presidente Itamar Franco, que cumpriu o restante do mandato, governando até 1995.

Leonardo Castro/Folhapress

Trabalhadores da indústria automotiva de São Bernardo do Campo (SP) ocupam rodovia de acesso à região, em abril de 1992. No protesto, eles se manifestaram contra o aumento do preço dos carros determinado pelos empresários do setor. A medida, na época, colocava em risco o volume de vendas e, em decorrência, a estabilidade de emprego desses trabalhadores.

Para saber mais

Pressões populares pelo *impeachment* do presidente Collor

Quando as denúncias de corrupção contra o presidente Fernando Collor de Mello passaram a ser investigadas, a partir de agosto de 1992, por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada no Congresso Nacional, tornou-se claro o funcionamento de um esquema de fornecimento de dinheiro por empresários ao ex-tesoureiro em troca de favores do governo. Jornais, revistas e programas de rádio e televisão promoviam investigações paralelas e divulgavam detalhes das operações, ampliando as informações obtidas pelos congressistas. Diversas passeatas e manifestações pelo *impeachment* do presidente tomaram as ruas ao longo do segundo semestre de 1992. Nesses eventos, destacaram-se os jovens, liderados pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e por entidades estaduais de estudantes, que pintavam o rosto para manifestar seu repúdio à corrupção e ao governo. Esses jovens receberam o apelido de **caras-pintadas**. Juntaram-se a eles diversas entidades, como a OAB, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a CNBB, além de partidos de esquerda, juristas, intelectuais e grande parte da população. Também passaram a se opor ao presidente empresários, membros dos partidos que o haviam apoiado nas eleições e grande parte da imprensa.

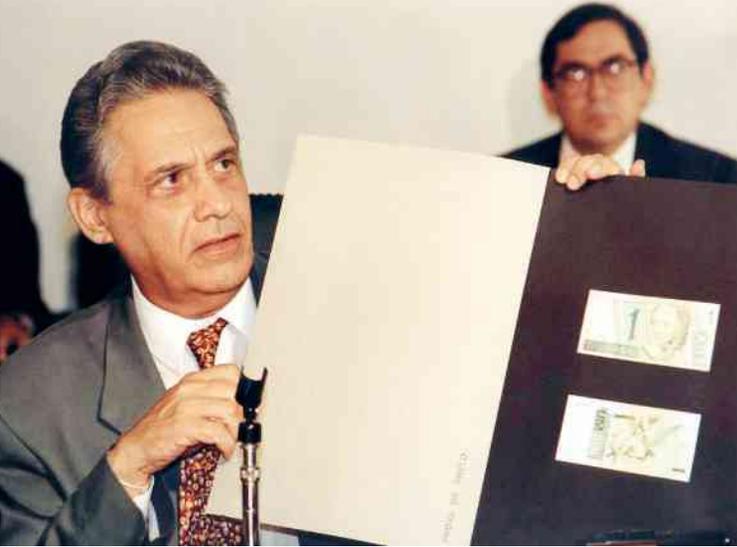
Ao fim das investigações, os parlamentares da CPI atestaram a ilegalidade dos atos de Collor de Mello, acusando-o de ter enriquecido com dinheiro obtido ilegalmente pelo tesoureiro de sua campanha. Coube aos membros da comissão recomendar ao plenário do Congresso que aprovasse o *impeachment* de seu mandato. O presidente, que já não contava com apoio dos deputados e senadores, renunciou ao cargo. Porém, isso não evitou que os congressistas decidissem pela suspensão de seus direitos políticos por oito anos.

Carlão Limeira/Agência Estado

Milhares de manifestantes protestaram pedindo o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello na praia de Ipanema, no Rio de Janeiro (RJ). Foto de 1992.

O governo de Itamar Franco e o Plano Real

A situação socioeconômica ao final do governo Collor de Mello era grave. A inflação alcançava a casa dos 20% nos primeiros meses de 1993, a taxa do PIB estava em queda, aumentava o desemprego e o índice de violência urbana crescia. Cabia ao novo governo reverter esse quadro e optar pela continuidade ou não das medidas neoliberais.

Após nomear três ministros da Fazenda em poucos meses, Itamar Franco escolheu Fernando Henrique Cardoso, então ministro das Relações Exteriores, para assumir o cargo. Cercando-se de uma equipe de economistas e alguns participantes dos planos econômicos anteriores, Cardoso formulou uma nova proposta cuja implantação seria gradativa. Dessa vez, prometia-se que as mudanças viriam com divulgação e discussão prévias, sem surpreender a população.

Eraldo Peres/CB/D.A Press

O então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, anunciou a nova moeda brasileira, o real, em entrevista coletiva no dia 30 de março de 1994.

O Plano de Estabilização Econômica, popularmente conhecido como **Plano Real**, lidava com três aspectos: o equilíbrio das contas do governo e a modernização da administração pública, fatores considerados importantes para diminuir a inflação; a desvalorização da moeda, o que exigia recuperar o poder de compra sem gerar aumento de preços; e, por fim, a criação de uma nova moeda.

Para equilibrar as contas do governo, uma série de medidas foi proposta e aprovada pelo Congresso. Além de aumento de impostos, também foram implantados cortes no orçamento, limitação dos gastos com funcionários públicos e, no âmbito dos estados e munícipios, mecanismos de controle dos orçamentos como critério para a obtenção de novos empréstimos.

O plano também propunha intensificar a venda de empresas estatais que não estivessem ligadas às áreas da saúde, educação, justiça, segurança, ciência e tecnologia. A ideia era reduzir gastos e o tamanho do Estado, tentando promover o desenvolvimento de acordo com os parâmetros do neoliberalismo.

Os efeitos sobre o poder de compra da população foram imediatos e duradouros, o que levou ao aumento do consumo e, consequentemente, ao crescimento da atividade industrial. Esse cenário favoreceu a candidatura de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República, em eleições realizadas em outubro de 1994, o que o levou à vitória já no primeiro turno, com 54,3% dos votos.

Ao longo de seu mandato, a estabilidade econômica manteve em alta a sua popularidade e o prestígio junto aos congressistas, a ponto de conseguir apoio necessário, em 1997, para a aprovação de emenda constitucional que permitisse a reeleição presidencial. Nas eleições de 1998, Cardoso foi reeleito para um segundo mandato, vencendo-a novamente no primeiro turno.

O Brasil sob os efeitos do Plano Real (1995-2002)

A gestão de Fernando Henrique Cardoso foi marcada pelo esforço em levar adiante a transformação do modelo de desenvolvimento brasileiro, iniciado nas gestões de Collor de Mello e Itamar Franco. Ao conseguir a aprovação pelo Congresso Nacional das leis que suprimiam o monopólio do Estado sobre diversos setores produtivos e de serviços, o governo Fernando Henrique Cardoso acelerou o programa de privatização das empresas federais, estratégia que foi adotada por governadores dos estados em relação às empresas estaduais.

As discussões em torno desse tema mobilizaram diversos setores da sociedade. O governo defendia a privatização de empresas como telecomunicações, siderúrgicas e exploração de minérios, alegando necessidade de haver mais investimentos para a modernização de serviços e produtos oferecidos, algo que, a seu ver, não seria possível garantir sob o gerenciamento público. Os opositores, diferentemente, acreditavam que tal saída tornava vulnerável a soberania do Estado brasileiro, por sujeitar setores estratégicos da economia aos interesses de grupos privados nacionais e estrangeiros.

Setenta e sete empresas federais e 55 estaduais foram privatizadas entre 1991 e 2002. Elas faziam parte de diversos setores, como siderúrgico, petroquímico, fertilizantes, elétrico, ferroviário, mineração, bancário, telecomunicações, gás, seguros e saneamento. As vendas das grandes empresas federais foram acompanhadas de protestos e muitas denúncias. Além disso, a maioria das empresas foi privatizada por um valor abaixo do esperado. Mesmo com as denúncias, o governo conseguiu realizar seus objetivos.

Em sintonia com as mudanças econômicas e buscando atrair investimentos estrangeiros capazes de estimular a produção de mercadorias mais competitivas no mercado internacional, o governo manteve as taxas de juros internas elevadas. Ao mesmo tempo, estimulou a importação de produtos por manter o real valorizado em relação ao dólar, a principal moeda para transações internacionais. Essas medidas foram mantidas ao longo do primeiro mandato. Elas exigiam grandes recursos do país para pagar os dividendos de quem aplicava e não permitiam acúmulo de reservas cambiais, necessárias para equilibrar as contas públicas e o pagamento da dívida externa.

A situação se tornou ainda mais grave quando ocorreram fortes crises internacionais que acabaram afetando a entrada de capitais no país. A principal delas

se deu em 1998, na Rússia, momento em que as reservas cambiais brasileiras baixaram de 70 para 43 bilhões de dólares, forçando o governo a recorrer ao FMI para a negociação de um novo empréstimo internacional. Nessa época, no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, o valor do real foi desvalorizado, mas as taxas de juros se mantiveram altas.

No âmbito dos direitos trabalhistas, medidas defendidas pelo governo federal e regulamentadas pelo Congresso foram instituídas, como as que conferiam maior flexibilização nas jornadas de trabalho e regulamentavam os contratos temporários, a fim de reduzir gastos com pagamento de horas extras e com dispensa de trabalhadores. Por outro lado, houve a ampliação de benefícios relacionados ao seguro-desemprego e incentivo aos programas de treinamento e atualização profissional, na perspectiva de auxiliar a recolocação daqueles que perdiam seus postos de trabalho.

A queda dos níveis de industrialização e o fechamento de empresas que não conseguiram se adequar à nova realidade marcada por altos custos e grande competitividade provocaram um crescimento nas taxas de desemprego. Ao longo dos dois mandatos do presidente Fernando Henrique, a taxa média anual de desemprego aumentou de 8,3%, em 1995, para 12,2%, no final de 2002[1]. Com as medidas de ordem trabalhista instituídas, categorias de trabalhadores mais numerosas, como as dos empregados de metalúrgicas e das indústrias químicas, passaram a negociar os reajustes salariais em troca da supressão ou diminuição de ganhos conquistados nos anos anteriores, como horas extras, convênios médicos e vale-refeição.

No aspecto social, o governo Fernando Henrique concentrou investimentos em programas sociais elementares, como o de enfrentamento da pobreza. Ao mesmo tempo cortou outros, de forma a garantir o saldo positivo dos gastos públicos.

Das iniciativas realizadas em seu governo, teve destaque o programa **Comunidade Solidária**, pelo qual se descentralizava a administração de vinte programas destinados à população mais pobre, envolvendo comunidades e governos municipais e estaduais. Entre os programas havia os que eram destinados à distribuição de alimentos (denominado Bolsa Alimentação), à instituição de agentes comunitários de saúde para trabalho preventivo e assistencial nas comunidades carentes e à distribuição de material escolar. De forma inédita, o governo instituiu o programa denominado Bolsa Escola, que consistia no pagamento de uma renda mínima a famílias pobres que mantivessem os filhos na escola.

Quanto às questões de terra, o governo procurou implantar um programa de reforma agrária somente após a ocorrência dos massacres de trabalhadores rurais em Corumbiara (RO), em 1995, e em Eldorado dos Carajás (PA), em 1996.

Zeca Guimarães/Folhapress

Manifestantes com faixas durante protesto contra a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), no centro do Rio de Janeiro em 1993.

[1] Dados do IBGE compilados pelo *site* Brasil Fatos e Dados. Disponível em: <https://brasilfatosedados.wordpress.com/2010/09/09/desemprego-evolucao1986-2010-2/>. Acesso em: 19 mar. 2016.

Leituras

Em agosto de 1995, cerca de 600 trabalhadores rurais ocuparam um latifúndio improdutivo na região de Corumbiara, no estado de Rondônia. No dia 9 de agosto, o acampamento ali instalado foi atacado, resultando na morte de dez pessoas, entre elas uma criança de 9 anos e dois policiais. O texto a seguir nos informa sobre o ocorrido.

Do sonho ao pesadelo em Santa Elina

Os posseiros foram acordados com bombas de gás lacrimogêneo que a todos sufocavam, tiroteio por longas horas com armas muito pesadas, mulheres foram usadas como escudo humano pelos policiais e por jagunços. Segundo relatos um grande número de jagunços, alguns vestidos como policiais entraram infiltrados no meio das tropas e muitos homens estavam encapuzados. O acampamento foi totalmente destruído e depois incendiado. Não sobrou nada do que os camponeses haviam levado para começar o que seria uma vida nova. Tudo se transformou em pesadelo.

Ed Ferreira/Agência Estado

Acampamento destruído na fazenda Santa Elina. Corumbiara (RO). Foto de 11 de agosto de 1995.

MESQUITA, Helena Angélica de. Corumbiara: o massacre dos camponeses. Rondônia/Brasil, 1995. In: IV Colóquio Internacional de Geocrítica, 2002, Barcelona. *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. VI, n. 119 (41), 1º ago. 2002. Disponível em: <www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-41.htm#4>. Acesso em: 20 mar. 16.

5 Ênfase na inclusão social

A eleição de um ex-operário causava certa expectativa nos diversos segmentos da sociedade brasileira. O candidato Luiz Inácio Lula da Silva chegou ao poder após vencer o segundo turno das eleições presidenciais de 2002, com 61,4% dos votos válidos. Em segundo lugar ficou o candidato do PSDB, José Serra, que acumulou 38,6% dos votos.

Quatro anos depois, em campanha para a reeleição, um novo embate com um candidato do PSDB também resultou em sua vitória. Nas duas eleições seguintes, em 2010 e 2014, Dilma Rousseff, ex-chefe da Casa Civil e Ministra das Minas e Energia do governo Lula, venceu as eleições presidenciais, também pelo PT. Assim, desde 2003, o país passou a ser governado de forma a associar a estabilidade econômica com diminuição das desigualdades sociais. Entre as medidas adotadas, destacam-se:

- transferência de renda aos setores menos favorecidos da população;
- valorização do salário mínimo;
- manutenção de condições favoráveis ao mercado interno de trabalho;
- expansão da oferta de crédito para a população.

A transferência de renda foi feita por meio da ampliação de programas sociais implantados no governo de Fernando Henrique Cardoso e unificados sob o nome **Bolsa Família**. O funcionamento permaneceu o mesmo: pagamento mensal em dinheiro às famílias cuja renda mensal não atingisse um patamar mínimo estabelecido. Como contrapartida, exigia-se o comprometimento com algumas obrigações, como a manutenção dos filhos na escola e o cumprimento do calendário de vacinação.

O salário mínimo, parâmetro adotado em negociações de aumento salarial na iniciativa privada, passou a ser corrigido anualmente, a partir de 2006, com base na taxa de inflação e no crescimento do PIB dos anos anteriores. Com essa fórmula estabelecida, a correção deixou de ser um índice controlado pelo governo, passível de pressão da sociedade, como se dava até então.

Também fazia parte das iniciativas governamentais a ampliação do número de trabalhadores com carteira assinada e a diminuição do trabalho informal. Buscava-se, dessa forma, ampliar o número de pessoas com direitos

Mila Cordeiro/Agência A Tarde/Agência Estado

As mulheres são titulares do cartão que permite o saque do benefício do Bolsa Família na maioria dos casos. Isso garante a autonomia de muitas delas e permite melhorar as condições de vida de seus filhos. Na imagem, beneficiárias fazem fila para sacar a remuneração mensal em uma agência bancária em Salvador (BA), após boatos sobre o cancelamento do programa.

trabalhistas assegurados (como férias, aposentadoria, seguro-desemprego, assistência, recolhimento de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS), ao mesmo tempo que se ampliava o número de contribuintes para o sistema de previdência social.

A expansão do crédito à população, por sua vez, ocorreu em diferentes frentes, privilegiando o acesso a direitos básicos, como o de aquisição da casa própria e o custeio de curso universitário com juros subsidiados e longos prazos para se saldar a dívida. Com um cenário favorável de crescimento, queda da taxa de desemprego e aumento do valor da renda, os bancos privados passaram a oferecer maior volume de crédito pessoal para o financiamento de bens, como roupas, alimentos, automóveis, eletrodomésticos, eletrônicos e viagens. No conjunto, o consumo interno pelas camadas populares aumentou e a atividade econômica do país se manteve dinâmica.

Em 2008, a falência de um importante banco estadunidense deu início a uma crise financeira internacional, cujos efeitos foram sentidos não somente nos Estados Unidos, mas também na Europa. A comunidade internacional temia o início de uma fase de depressão econômica mundial semelhante à crise que ocorreu após a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929.

No Brasil, no entanto, uma série de fatores colaborou para que os impactos fossem menores, apesar da imediata diminuição da atividade produtiva. Entre eles estavam uma situação financeira bastante favorável, fruto de um processo de acumulação de divisas e uma reação imediata do governo brasileiro pautada na intensificação do incentivo ao consumo e na diminuição dos juros básicos para as operações financeiras. Outro aspecto favorável foi o fato de a China, um dos principais compradores de produtos brasileiros na época, ter sido pouco afetada pela crise, mantendo, assim, suas importações. Em 2010, o PIB brasileiro teve um crescimento de 7,5%, um dos maiores índices do mundo, após um recuo registrado no ano anterior. No mesmo período, a taxa de desemprego diminuiu, chegando a atingir 8% da população ativa em 2010.

Marcello Casal Jr./Agência Brasil

Em 2010 e, depois, em 2014, Dilma Rousseff venceu as eleições presidenciais. Na imagem, Dilma Rousseff, acompanhada do vice-presidente, Michel Temer, encontra o ex-presidente Lula, no alto da rampa do Palácio do Planalto, na cerimônia de posse da presidente, em 1º de janeiro de 2011.

Ao longo dos oito anos do governo Lula, os resultados econômicos e sociais foram satisfatórios, revelando, inclusive, uma melhora nas condições socioeconômicas. Resultados como esses, porém, não foram obtidos durante a gestão de Dilma Rousseff, sua sucessora.

Eleita sob forte clima de otimismo, Rousseff teve que administrar os índices de inflação, a taxa de juros e a carga tributária para manter a atividade produtiva, os investimentos e a taxa de emprego em níveis satisfatórios. Sendo o país dependente do mercado internacional, a queda dos níveis de exportação afetou o desempenho da economia. Diante disso, e também para tentar combater a inflação, a partir de 2012 o governo promoveu a redução de parte dos impostos. Se, por um lado, a atividade exportadora voltou a crescer, por outro, a diminuição da arrecadação passou a afetar os investimentos públicos em áreas sociais e na infraestrutura. A médio prazo, os gastos governamentais ficaram maiores do que se arrecadava, levando a sérios problemas financeiros.

Para saber mais

Governo de coalizão e corrupção

Apesar do grande apoio popular da candidatura de Lula, de 2002, a governabilidade foi obtida graças a uma estratégia de alianças políticas com outros partidos para garantir apoio do Congresso Nacional nas reformas apresentadas.

Porém, antes do final do primeiro mandato, um dos integrantes da base aliada, o deputado Roberto Jefferson, do PTB, denunciou à imprensa a existência, entre 2003 e 2005, de um esquema de compra do apoio de deputados. O dinheiro era administrado por agentes ligados ao PT e arrecadado junto a empresas públicas e privadas, por meio de contratos de publicidade e desvios de dinheiro.

A denúncia foi base para uma investigação da Polícia Federal, cujos resultados embasaram a Ação Penal 470, movida pelo Ministério Público Federal. Durante julgamento da ação pelo Supremo Tribunal Federal, amplamente transmitido em todas as mídias em 2014, ficou-se sabendo que o esquema, também conhecido como **mensalão**, envolveu bancos públicos e privados, empresários, deputados e dirigentes do PT, PP, PTB, PR e PL. Quarenta acusados foram condenados à prisão por diferentes motivos, como corrupção, lavagem de dinheiro e gestão fraudulenta. Entre os condenados estavam integrantes do governo Lula, como José Dirceu, ministro-chefe da Casa Civil.

Protestos e redes sociais: as jornadas de junho de 2013

Em junho de 2013, uma série de protestos teve início na cidade de Porto Alegre, onde havia sido decretado o aumento das tarifas do transporte público. Logo, as manifestações se espalharam para outras capitais, como Rio de Janeiro, São Paulo e Natal. Os atos eram convocados pelos ativistas do **Movimento Passe Livre**, organização constituída em 2005 com o propósito de lutar pelo transporte público gratuito.

As primeiras manifestações do movimento foram fortemente reprimidas pela polícia. A atuação das forças policiais aumentou as tensões e estimulou novos protestos. Imagens fotografadas pelos celulares e as informações que os participantes disseminavam pelas redes sociais incentivaram a presença cada vez mais intensa de cidadãos nas ruas a cada manifestação.

Em poucos dias, outras reivindicações foram surgindo. Cartazes revelavam o descontentamento da população com a baixa qualidade dos transportes públicos, do sistema de saúde público e da educação. A falta de moradia popular, a violência policial e os gastos excessivos para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014, no Brasil, também foram criticados pelos manifestantes. Esses temas foram se sobrepondo à questão do aumento das tarifas, que, a essa altura, diante de tantos protestos, já tinha sido suspensa em muitas cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro, Aracaju, João Pessoa, Recife e Cuiabá. Mesmo assim, as manifestações não cessaram.

Os maiores atos ocorreram entre os dias 17 e 20 de junho, quando governo federal, governadores e presidência do Poder Legislativo procuraram dar uma resposta à população, lançando um pacto nacional de ação para enfrentar os temas identificados nas ruas. No entanto, apesar do empenho de muitos ministros e parlamentares, parte significativa das promessas não foi cumprida.

Pedro Ladeira/Folhapress

Brasília, Distrito Federal, 17 de junho de 2013. Teto do Congresso Nacional ocupado por manifestantes.

É possível notar semelhanças entre estas manifestações de 2013 e os movimentos populares ocorridos em outros países no ano de 2011, como a **Ocupação de Wall Street**, em Nova York, a mobilização dos **Indignados**, na Espanha, e os protestos populares que compuseram a **Primavera Árabe**, em países como a Líbia e o Egito. Apesar de distintos em suas reivindicações e contextos, nota-se em todos eles o uso generalizado de celulares conectados à internet, capazes de formar uma ampla rede de transmissão de informação. Tal capacidade de comunicação, que funcionou à parte das mídias tradicionais, como jornais e revistas, colaborou para reunir até mesmo pessoas que nunca haviam se envolvido em manifestações políticas.

O governo Dilma e o *impeachment*

Ainda com a popularidade em alta, em 2014, a presidente Dilma Rousseff conseguiu se reeleger. Porém, as primeiras iniciativas tomadas no início do segundo mandato indicavam que havia uma grave crise nas contas públicas, fato que não havia sido exposto durante a campanha.

Desde os primeiros meses de 2015, o governo passou a apresentar ao Congresso Nacional uma série de mudanças econômicas e financeiras que poderiam ter impacto negativo no poder de compra da população, no regime de aposentadorias e nos programas sociais em curso.

Nesse cenário, a oposição ao governo passou a defender o afastamento da presidente, alegando que ela havia faltado com a verdade durante a campanha ao não expor aos eleitores a real situação financeira do país. A oposição ganhou força ao longo de 2015 e 2016, sendo liderada por parcelas do PMDB, do qual fazia parte o vice-presidente Michel Temer e diversos ministros de Estado, pelas bancadas do PSDB e por partidos de tendência liberal.

Diante de uma inflação crescente e do aumento das taxas de juros, os investimentos do setor privado foram diminuindo. O governo, por sua vez, tendo de administrar o déficit das contas públicas, também cortou gastos em investimentos. O desemprego cresceu, chegando a 10% no primeiro semestre de 2016. Dessa forma, um novo ciclo de recessão ganhou impulso na economia brasileira e colocou em risco a continuidade da política social-desenvolvimentista iniciada em 2003.

A situação econômica foi agravada por questões políticas à medida que se tornava público o teor das investigações em torno do esquema de corrupção na Petrobras, envolvendo empreiteiras, deputados e membros de diversos partidos. Entre os partidos envolvidos nas investigações, estavam o PT e os que apoiavam a presidente.

Bruno Kelly/Reuters/Latinstock

Manifestantes protestam contra a presidente Dilma Rousseff, pedindo seu *impeachment*, às margens do rio Negro, em Manaus, Amazonas. Foto de 13 de março de 2016.

Lunae Parracho/Reuters/Latinstock

Em 31 de março de 2016, manifestantes protestam contra o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff no centro de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

As apurações, impulsionadas em 2014 e conduzidas pela Polícia Federal, membros do Ministério Público e juízes sediados em Curitiba, no Paraná, sob a liderança do juíz Sérgio Moro (1972-), receberam o nome de **Operação Lava Jato**, por causa da descoberta do uso de um posto de combustível e de lavagem de automóveis (lava a jato) para movimentar recursos ilícitos, desviados de contratos da empresa petrolífera.

As medidas impopulares do governo para enfrentar problemas de caixa, somadas às revelações de corrupção, deram início, em março de 2015, a grandes manifestações populares contra a continuidade do governo recém-empossado e, principalmente, contra o próprio PT. Movimentos sociais, sindicatos e militantes de partidos organizaram manifestações a favor do governo.

Após a perda de apoio da maior parte do Congresso Nacional, um processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff foi aberto em abril de 2016. Ela foi afastada em maio de 2016 e o vice, Michel Temer, assumiu o cargo até que o processo fosse julgado.

6 Cidadania: direitos sociais e ações afirmativas

Mesmo com uma trajetória histórica marcada pelo preconceito e pela violência, afrodescendentes e indígenas conquistaram nas últimas décadas força política e passaram a lutar pela superação de injustiças sociais. Vamos, agora, conhecer aspectos desse processo.

Ações Afirmativas: termo designado para políticas públicas ou iniciativas de empresas privadas destinadas a corrigir as desigualdades raciais existentes na sociedade. As ações, em geral, buscam oferecer igualdade de oportunidades a todos, nos âmbitos econômico, cultural, político e social, e combater o preconceito e o racismo.

Reparando algumas injustiças contra os afrodescendentes

Em 1996, pela primeira vez, um presidente do país, Fernando Henrique Cardoso, assumiu publicamente a existência de práticas de discriminação racial no Brasil. Seis anos depois, o mesmo governo instituiu o **Programa Nacional de** Ações Afirmativas, que estabelecia cotas para afrodescendentes e mulheres como critério para contratação de servidores públicos federais e de trabalhadores em empreiteiras que tivessem contratos com o governo.

Em 2003, o governo Lula tornou obrigatória, por força de lei, a abordagem de conteúdos sobre a história da África e a cultura afro-brasileira na educação básica. O objetivo era permitir que as novas gerações conhecessem a diversidade étnica e os diferentes processos históricos ocorridos naquele continente, além de compreender como se desenvolveu, ao longo do tempo, a vida do africano e do afrodescendente em solo brasileiro.

Também foram adotadas medidas para diminuir o desequilíbrio existente entre o número de jovens afrodescendentes e o de jovens brancos no ensino superior.

Taba Benedicto/Futura Press

Protesto de alunos da Universidade de São Paulo (USP) pela adoção de cotas para negros na instituição. Foto de 24 de junho de 2014.

Para isso, tanto o governo federal como os governos estaduais implantaram medidas de incentivo para que as universidades públicas adotassem programas de inclusão de estudantes pobres e afrodescendentes. Nesse sentido, as instituições federais e estaduais de todo o país incorporaram mecanismos de reservas de vagas destinadas a esses alunos, ao mesmo tempo que o governo instituía um programa federal de bolsa de estudos para garantir a permanência deles na faculdade.

A adoção das cotas e a concessão de bolsas de estudo geraram intenso debate na sociedade. Seus defensores alegavam a urgência de reparar um histórico de opressão. Para eles, os números deixavam claro que a população afrodescendente tinha menor acesso aos estudos em instituições públicas. Seus opositores, em contrapartida, alegavam que as medidas feriam o princípio da não discriminação e do respeito à dignidade humana preconizado na Constituição. O assunto foi encerrado somente em 2012, quando o Supremo Tribunal Federal alegou que tais medidas eram constitucionais. No mesmo ano, foi sancionada a lei que instituiu a reserva de 50% das vagas das universidades federais do país para alunos de escolas públicas. Dessas vagas, um percentual deveria ser destinado a afrodescendentes e indígenas em número proporcional à quantidade de negros, pardos e indígenas existentes no estado em que a instituição estivesse situada.

Na década de 2000, a população afrodescendente também viu avanços em outra frente de luta: a posse da terra pelas comunidades quilombolas. Mesmo com a oposição de latifundiários e de seus representantes partidários no Congresso Nacional e nas assembleias legislativas estaduais, o assunto ganhou legitimidade e força jurídica no período da redemocratização do país.

A Constituição de 1988 prevê o dever do Estado de emitir os títulos de posse aos remanescentes das comunidades de quilombos, mas somente onze anos após sua publicação tal direito foi posto em prática. A primeira iniciativa de regulamentação da posse de terra foi adotada pelo governo do Pará, sob pressão de comunidades quilombolas daquele estado. No âmbito federal, foi em novembro de 2003 que o governo estabeleceu as regras necessárias para o cumprimento da Constituição.

Até 2015, 163 territórios quilombolas, em catorze estados, estavam devidamente documentados. Neles viviam aproximadamente 15 mil famílias, de um total de mais de 200 mil existentes no país, segundo estimativas dos órgãos públicos e de organizações sociais que lidam

Ricardo Teles/Pulsar Imagens

Festa religiosa na comunidade quilombola Kalunga Vão do Moleque, na cidade de Cavalcante, em Goiás, reconhecida pelo governo federal desde 2005.

com o tema[2]. Para os defensores da causa, a lentidão para a regularização estava relacionada com as excessivas regras burocráticas e a pouca estrutura dos órgãos competentes, atestando falta de empenho para a solução da posse de terra em favor dessa população.

Para a população afrodescendente dos grandes centros urbanos, o período entre 2003 e 2016 foi de poucos avanços na consolidação do fim do preconceito racial e da discriminação. Apesar da crescente participação nas universidades e no mercado de trabalho, muitos afrodescendentes continuavam recebendo salários mais baixos do que a população branca. Além disso, um número menor de cargos de chefia era oferecido a eles. No âmbito da violência urbana, os jovens afrodescendentes eram as maiores vítimas de assassinatos. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, em 2013, 67% dos jovens mortos por homicídio eram negros. Nas cidades com mais de 100 mil habitantes, a probabilidade de um adolescente negro morrer dessa forma era, aproximadamente, quatro vezes maior que a de um jovem branco[3].

E os indígenas foram à luta

Durante o processo de redemocratização do Brasil, a população indígena assumiu um papel significativo na luta pelo reconhecimento dos seus direitos. Suas atividades econômicas foram centradas na exportação de produtos agropecuários e minerais e na implantação de infraestrutura facilitadora do escoamento da produção. Essas iniciativas ampliaram as disputas de territórios entre indígenas e empresários e induziram o governo brasileiro a atuar em favor das relações produtivas e lucrativas. Nesse sentido, os últimos anos têm registrado, por parte dos órgãos públicos, lentidão em demarcações de terras e assistência à população indígena.

Desde o início dos anos 1970, os indígenas de todo o país contam com o apoio de associações civis (indígenas e não indígenas) que surgiram em defesa da democracia e da autonomia de todos os povos, como a Comissão Pró-Índio e a Associação Brasileira de Antropologia, entre outras. Isso demonstra a articulação política dos povos indígenas que passou a vigorar a partir dessa década. Com isso, eles foram, aos poucos, vencendo o isolamento a que foram submetidos ao longo da História.

Do conjunto de entidades, destacou-se o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ligado à CNBB. O Cimi visava ajudar os indígenas a se conscientizarem de seus direitos e a buscar sua autonomia política, respeitando seu modo de vida, suas tradições e sua cultura. Para o alcance de tais objetivos, a instituição promoveu, entre 1974 e 1984, mais de cinquenta assembleias indígenas, reunindo povos de vários estados brasileiros, a fim de discutir problemas de cada aldeia e temas mais amplos, comuns a todos, como a questão da posse da terra e a relação deles com o Estado.

Nesse processo, surgiram importantes lideranças indígenas, como Antonio Tukano e Ailton Krenak, participantes da criação da União das Nações Indígenas (UNI), em 1980, e Marcos Terena e Paulo Paiakã, articuladores dos encontros de povos da Amazônia. Esses encontros foram organizados com o objetivo de discutir os grandes projetos governamentais destinados àquela região.

A mobilização indígena e o surgimento de outras associações nacionais e internacionais de apoio ao desenvolvimento dessa população colaboraram para que a questão fosse contemplada na Constituição de 1988. A carta reconhece a organização social, os costumes, as tradições, a língua e a cultura dos povos indígenas, além dos direitos sobre as terras que ocupavam.

No final da década de 1980, a discussão em torno da sobrevivência dos indígenas, do respeito às suas tradições e às demarcações de terra, bem como os impactos referentes à devastação da floresta Amazônica, não ficava restrita ao país. Lideranças como Mario Juruna e o cacique Raoni, da etnia kayapó, eram frequentemente convidadas para eventos na Europa e nos Estados Unidos para tratar desses temas, ajudando a atrair a atenção de personalidades internacionais à causa indígena, como o então presidente da França, François Mitterrand, o príncipe Charles, do Reino Unido, o papa João Paulo II e o cantor inglês Sting.

Em fevereiro de 1989, em Altamira, no Pará, ocorreu o Primeiro Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, reunindo, aproximadamente, 3 mil pessoas. O evento buscava impedir o andamento do projeto de construção da usina de Belo Monte e de outras quatro usinas previstas para a região amazônica. O projeto do governo brasileiro resultaria na destruição de áreas da floresta, onde viviam diferentes etnias que não haviam sido ouvidas

[2] Dados disponibilizados pela Comissão Pró-Índio de São Paulo. Disponível em: <www.cpisp.org.br/terras/asp/terras_tabela.aspx>. Acesso em: 29 mar. 2016.

[3] Homicídios reduzem a expectativa de vida dos negros. Ipea, Brasília, 17 out. 2013. Disponível em: <www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20248>. Acesso em: 1º abr. 2016.

Murilo Santos/Instituto Socioambiental

Lideranças indígenas em sessão do Primeiro Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, ocorrido em Altamira, Pará, em 1989: o cacique Raoni, com botoque no lábio, Marcos Terena, de camiseta listrada, Ailton Krenak, de camiseta branca, e Paulo Paiakã, com o microfone na mão.

ou consultadas sobre o seu futuro. O evento acabou atraindo a atenção de toda a sociedade brasileira e da mídia internacional.

O projeto da usina de Belo Monte voltou a ser discutido no primeiro governo Lula, com a intenção de fornecer energia a uma área de expansão econômica entre os estados do Pará, Mato Grosso e Tocantins. Sob pressão do movimento indígena, o projeto original foi modificado para amenizar os impactos sobre o meio ambiente, como a redução de 1200 km^2 para 400 km^2 da área de floresta a ser inundada.

Em 2011, as obras foram iniciadas, cercadas de denúncias feitas pelos seus opositores. Entre eles, estavam os povos da região, ambientalistas e cientistas, nacionais e internacionais. Os indígenas alegavam haver grupos indígenas isolados nas proximidades do local da barragem, sujeitos ao extermínio. Afirmavam, ainda, que faltavam informações sobre os impactos que a usina teria na vida do rio e da mata, dos quais dependiam para sua sobrevivência. Por fim, criticavam o governo por não ter consultado as comunidades locais, como prevê a Constituição.

As obras foram marcadas por vários embates que decorreram de tentativas de paralisar a construção. Em 2012, o canteiro de obras foi ocupado por indígenas da etnia xikrin durante 21 dias. Apesar das incertezas e da resistência indígena, a usina começou a operar no primeiro semestre de 2016.

Situações semelhantes de desrespeito aos povos indígenas ocorreram no planejamento das usinas de Jirau e de Santo Antônio, ambas no rio Madeira, em Rondônia, e inauguradas em 2013.

Nos últimos anos, a população indígena tem se deparado com a expansão do agronegócio e da exploração de minérios em áreas ocupadas que ainda não foram devidamente demarcadas pelo poder público. Aldeias em regiões onde mais se concentram populações indígenas, como Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Roraima e Rondônia, têm ficado sujeitas à violência de milícias armadas que agem a mando de latifundiários e mineradores. Entre 2002 e 2012, por exemplo, ocorreram 563 assassinatos de indígenas, muitos deles lideranças da resistência ao avanço do agronegócio e da luta pela regularização de terras.

Lunae Parracho/Reuters/Latinstock

Em maio de 2013, indígenas ocuparam o local onde estava sendo construída a barragem da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. Indígenas de diversas etnias manifestaram-se pela suspensão das obras daquela que se pretendia a terceira maior hidrelétrica no mundo. Não conseguiram impedir sua construção, mas forçaram o governo a uma revisão completa do projeto.

Atividades

Retome

1. Em 1987, foi instaurada uma Assembleia Constituinte para elaborar uma nova Constituição para o Brasil.
   a) Caracterize o cenário político e econômico brasileiro daquele período.
   b) Por que é possível dizer que a Constituição, promulgada em 1988, trouxe uma série de avanços sociais para o país? Dê exemplos desse avanço.

2. Identifique alguns dos fatores que marcaram o governo de Fernando Collor de Mello. Depois, explique por que esse governo gerou insatisfação entre a população brasileira.

3. O Plano Real teve início em 1994.
   a) Explique por que o Plano de Estabilização Econômica (conhecido como Plano Real) trouxe, naquele momento, estabilidade econômica ao país.
   b) Qual é a relação entre o Plano Real e a candidatura de Fernando Henrique Cardoso à presidência da República em 1994?

4. Caracterize, de forma sintética, os dois mandatos de Lula, identificando e explicando as medidas relacionadas ao chamado social-desenvolvimentismo adotadas no período.

Pratique

5. Como vimos, o período em que vivemos pode ser considerado um tempo de luta pela manutenção dos direitos já conquistados e um tempo em que a expansão de novos direitos a serem alcançados se faz importante. Para refletir sobre essa questão, leia os trechos da entrevista realizada com o sociólogo brasileiro Marcello Barra.

> **No Brasil, percebe-se uma polarização: uma relação de amor com o transporte privado (carro ou moto) e um certo desprezo quando se trata de transporte coletivo. Isso reflete a realidade?**
> Essa é uma questão bastante contraditória. De um lado, a sociedade capitalista e individualista prima pelo indivíduo sobre o todo, por isso, o transporte individual reflete, em parte, o modelo da sociedade em que vivemos. Existe a tendência de amor pelo aspecto individual e de desprezo pelo coletivo. Mas esse modelo individualista não consegue sobreviver, especialmente numa grande cidade. O automóvel individual começa a demandar horas para o deslocamento e torna-se parte importante do problema. E isso não é uma questão só brasileira. Há um consenso no meio acadêmico de que sem o transporte coletivo não há saída e as cidades serão foco de revoltas ainda maiores.
> **Nos países desenvolvidos, percebe-se a mesma fúria contra o transporte público?**
> Não nas mesmas dimensões. Na sociedade francesa, o transporte coletivo é consagrado como um direito, realizado de maneira mais plena. Lá, percebe-se que a revolta é contra os carros, o transporte individual. Aqui é contra o transporte público porque não é um direito consagrado e vigente, que funcione de maneira orgânica.
> **Faltam políticas públicas para o transporte público no Brasil?**
> A realidade é que não existem políticas públicas para o transporte no Brasil. Essa é a nossa realidade. É triste. Houve uma revolta que mobilizou a sociedade e teve resultados vazios. [...] Existe uma política de transporte, mas de transporte individual. Quando se dá incentivo às montadoras, quando se reduzem impostos sobre o consumo de veículos individuais, configura-se uma política do transporte individual. Mas não é uma política pública porque ela teria esse transporte como complemento, não como seu fator principal como percebemos hoje.
>
> Sem transporte de qualidade, cidades serão foco de revoltas ainda maiores, afirma sociólogo. In: *Revista NTU Urbano.* Ano III, n. 13, jan./fev. 2015. p. 9. Disponível em: <www.ntu.org.br/novo/upload/Publicacao/Pub635629598079065291.pdf>. Acesso em: 5 maio 2016.

Agora, responda:

a) Segundo o sociólogo, que fatores fazem com que o transporte privado (carro ou moto) seja o tipo de transporte privilegiado no país?
b) Que consequências o uso intenso do transporte privado, em detrimento do transporte coletivo, pode trazer a uma cidade?
c) Quando o sociólogo diz "Houve uma revolta que mobilizou a sociedade e teve resultados vazios", a que revolta ele está se referindo? Cite algumas das reivindicações que apareceram naquele período de protestos a que o sociólogo faz referência e de

que maneira elas se relacionam com o assunto da entrevista.

d) Em 2015, o Senado aprovou uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para fazer com que o transporte coletivo se tornasse um direito social. O transporte coletivo, no Brasil, era anteriormente considerado serviço essencial. Pela PEC, o transporte coletivo (urbano e metropolitano) passou a fazer parte do Artigo 6º da Constituição Federal, como ocorre com educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, previdência social e outros direitos sociais. Qual é a importância de transformar o transporte coletivo em direito social, pela Constituição? Essa ação pode trazer melhorias ao transporte coletivo? Como?

e) Cite e explique outra Proposta de Emenda Constitucional vista neste capítulo e de que forma ela garante a expansão dos direitos dos grupos sociais aos quais ela se refere.

Analise uma fonte primária

6. Artistas e chargistas brasileiros vêm, há bastante tempo, retratando os mais importantes momentos políticos do Brasil. A charge a seguir, publicada em 2006, trata de alguns temas que estavam em pauta no período em que foi produzida. Observe-a e faça as atividades propostas.

Charge criada pelo artista Angeli e publicada em 3 de dezembro de 2006.

a) Que grupo social está representado na charge?

b) Por que o autor da charge deu o título de "Honra ao mérito" à sua obra?

c) Explique o significado da sigla CPI. Depois, identifique e explique pelo menos uma das CPIs citadas na charge.

d) Que visão a charge transmite a respeito da política e dos políticos brasileiros? Você concorda com essa visão? Por quê?

Articule passado e presente

7. Para refletir um pouco mais a respeito dos debates sobre a usina de Belo Monte e sobre a construção de hidrelétricas de modo geral, leia os textos a seguir.

Texto 1

O artigo 231 da Constituição Federal, relacionado aos direitos dos índios, determina que o aproveitamento de recursos hídricos em Terras Indígenas, aí incluídos os potenciais energéticos, só pode ser efetivado com a autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas.

Especial Belo Monte. Um conjunto complexo de impactos socioambientais. *Instituto Socioambiental* (ISA). Disponível em: <www.socioambiental.org/esp/bm/isa.asp>. Acesso em: 8 maio 2016.

Texto 2

As hidrelétricas geram a maior parte da eletricidade do país hoje, e sua expansão é defendida pelo governo como única opção para gerar energia "limpa" e "firme" [...].

[Para o ecólogo paraense Carlos Peres, professor da Universidade de East Anglia, no Reino Unido,] relatórios de impacto ambiental precisam ser melhorados, e "em muitos casos, esses projetos precisam ser cancelados" [...]. Para ele, a ameaça de extinção a uma espécie endêmica deveria ser razão para cancelar uma hidrelétrica. A demanda adicional de energia poderia ser suprida com novas renováveis e, para a Amazônia, com pequenas centrais hidrelétricas.

ANGELO, Claudio. Hidrelétricas causarão extinções, diz estudo. *Observatório do clima*, 17 mar. 2016. Disponível em: <www.observatoriodoclima.eco.br/hidreletricas-causarao-extincoes-diz-estudo>. Acesso em: 8 maio 2016.

Agora, responda:

a) Segundo o texto 1, o que a Constituição Federal prevê em relação ao aproveitamento dos recursos hídricos em Terras Indígenas? Segundo as informações do capítulo e as notícias que você acompanha na mídia e nas redes sociais, será que aquilo que a Constituição diz está sendo cumprido na prática?

b) Qual é o principal argumento oficial do governo ao defender a expansão da construção de hidrelétricas?

c) Que argumentos o ecólogo citado no texto 2 usa para condenar a expansão da construção de hidrelétricas no Brasil e, em especial, na Amazônia?

Enem e vestibulares

Enem

1. Nós nos recusamos a acreditar que o banco da justiça é falível. Nós nos recusamos a acreditar que há capitais insuficientes de oportunidade nesta nação. Assim nós viemos trocar este cheque, um cheque que nos dará o direito de reclamar as riquezas de liberdade e a segurança da justiça.

KING Jr., M. L. *Eu tenho um sonho*, 28 ago. 1963. Disponível em: www.palmares.gov.br. Acesso em: 8 dez. 2015 (adaptado).

A segregação racial e as condições de vida da população negra, no sul dos Estados Unidos nos anos 1950, conduziu à mobilização social dessa parcela da população norte-americana. Nessa época, surgiram reivindicações que tinham como expoente Martin Luther King e objetivavam:

a) a conquista de direitos civis para a população negra.
b) o apoio aos atos violentos patrocinados pelos negros em espaços urbanos.
c) a supremacia das instituições religiosas em meio à comunidade negra sulista.
d) a incorporação dos negros no mercado de trabalho.
e) a aceitação da cultura negra como representante do modo de vida americano.

2. Os 45 anos que vão do lançamento das bombas atômicas até o fim da União Soviética não foram um período homogêneo único na história do mundo. [...] dividem-se em duas metades, tendo como divisor de águas o início da década de 70. Apesar disso, a história deste período foi reunida sob um padrão único pela situação internacional peculiar que o dominou até a queda da URSS.

(HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996)

O período citado no texto e conhecido por "Guerra Fria" pode ser definido como aquele momento histórico em que houve

a) corrida armamentista entre as potências imperialistas europeias ocasionando a Primeira Guerra Mundial.
b) domínio dos países socialistas do Sul do globo pelos países capitalistas do Norte.
c) choque ideológico entre a Alemanha Nazista / União Soviética Stalinista, durante os anos 30.
d) disputa pela supremacia da economia mundial entre o Ocidente e as potências orientais, como a China e o Japão.
e) constante confronto das duas superpotências que emergiram da Segunda Guerra Mundial.

3. Movimento dos caras-pintadas

Eder Chiodetto/Folhapress

Disponível em: <www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 17 abr. 2010 (adaptado).

O movimento representado na imagem, do início dos anos de 1990, arrebatou milhares de jovens no Brasil. Nesse contexto, a juventude, movida por um forte sentimento cívico,

a) aliou-se aos partidos de oposição e organizou a campanha Diretas Já.
b) manifestou-se contra a corrupção e pressionou pela aprovação da Lei da Ficha Limpa.
c) engajou-se nos protestos relâmpago e utilizou a internet para agendar suas manifestações.
d) espelhou-se no movimento estudantil de 1968 e protagonizou ações revolucionárias armadas.
e) tornou-se porta-voz da sociedade e influenciou no processo de *impeachment* do então presidente Collor.

Vestibulares

4. (UFCE)

É preciso dizer que o que ocorreu comigo não é exceção, é regra. Raros os presos políticos brasileiros que não sofreram torturas. Muitos, como Schael Schreiber e Virgílio Gomes da Silva, morreram na sala de torturas. Outros ficaram surdos, estéreis ou com outros defeitos físicos.

BETO, Frei. *Batismo de Sangue:* guerrilha e morte de Carlos Marighella. 14. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

A partir desse trecho do depoimento de frei Tito de Alencar, escrito na prisão, em 1970, assinale a alternativa correta sobre a situação dos direitos humanos no decorrer da ditadura instalada no Brasil em 1964.

a) Os governos estabelecidos depois de 1964 conseguiram provar que os que morreram na prisão já estavam doentes e não aceitavam o tratamento médico oferecido.

b) A tortura realizada nas delegacias de polícia era uma exceção, na medida em que havia a publicação de reportagens na imprensa com o objetivo de defender os direitos humanos.

c) A tortura de presos começou a ser utilizada no Brasil a partir de 1972 e foi abolida com o movimento em torno da Anistia em 1979, em sintonia com os movimentos pelos direitos humanos.

d) A coerção em torno dos meios de comunicação e a tortura em presos políticos eram meios utilizados pelo regime de 1964 para reprimir movimentos e opiniões divergentes da ideologia oficial.

e) A repressão aos meios de comunicação se realizou a partir do governo do Presidente Médici, momento em que se inaugura a prática da tortura para obter depoimentos de subversivos.

5. (UFPR) Sobre as manifestações ocorridas no Brasil, no ano de 1968, considere as seguintes afirmativas:

1. O fim do milagre econômico, com suas consequências econômicas e sociais, foi uma das razões que levaram a tais manifestações.
2. Em 1968 houve várias greves de trabalhadores. Algumas delas terminaram pacificamente; outras, sob repressão do aparato militar do governo.
3. Um marco para o desencadeamento de várias dessas manifestações no Brasil foi o assassinato de um estudante, pela polícia, quando ele participava de uma passeata.
4. O ponto alto da convergência dessas manifestações foi a chamada Passeata dos Cem Mil, realizada nesse ano.
5. Uma reação do Marechal Castelo Branco às manifestações foi a promulgação do Ato Institucional nº 1, que restabelecia direitos civis e políticos aos cidadãos.

Assinale a alternativa correta.

a) Somente as afirmativas 2 e 5 são verdadeiras.

b) Somente as afirmativas 1, 2, 3 e 5 são verdadeiras.

c) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.

d) Somente as afirmativas 1, 4 e 5 são verdadeiras.

e) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.

6. (UFPR)

> O patriarcalismo [...] caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher e filhos no âmbito familiar.
>
> CASTELLS, Manuel. *A era da informação*: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. II. p. 169.

Sobre esse tema, considere as seguintes afirmativas:

1. O fim da Segunda Guerra Mundial marca o início da contestação ao patriarcalismo no Ocidente.
2. A contestação ao patriarcalismo é derivada dos processos de transformação do trabalho feminino e da conscientização da mulher.
3. Mudanças tecnológicas no processo de reprodução da espécie e o crescimento de uma economia global são decorrentes da crise do modelo familiar patriarcal.
4. Para que uma autoridade como a patriarcal possa ser exercida, é preciso que permeie toda a organização social, desde a cultura até a política.

Assinale a alternativa correta.

a) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.

b) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.

c) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.

d) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.

e) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.

7. (UFF-RJ) Uma das características da economia brasileira posterior aos anos 1950 foi a consolidação da chamada sociedade de consumo, acompanhada pelo desenvolvimento da propaganda. Apesar de a crise econômica ter marcado o período 1962-1967, o aumento do consumo de eletrodomésticos nos domicílios de trabalhadores de baixa renda mostrou-se constante, até, pelo menos, a crise do "milagre" brasileiro, na década de 1970.

Uma das explicações para esse aumento do consumo envolveu:

a) o favorecimento, pelo então ministro Roberto Campos, das empresas industriais estatais, que puderam baratear o custo dos bens de consumo duráveis que produziam.

b) o aumento do salário real das classes trabalhadoras, beneficiadas pela nova política salarial do governo Castelo Branco, voltada para a desconcentração da renda no país.

c) o fortalecimento das pequenas e médias empresas industriais nacionais, as maiores produtoras de bens de consumo duráveis, favorecidas pela criação do Imposto sobre a Produção Industrial, nos anos 1960.

d) as facilidades do crédito ao consumidor concedidas, após 1964, de modo a preservar a rentabilidade das indústrias produtoras de bens de consumo duráveis, alvos da política econômica, então inaugurada.

e) os constrangimentos tributários impostos pelo governo às multinacionais produtoras de bens de consumo duráveis, que perderam a concorrência para as estatais desse mesmo setor.

Sugestões de leitura para o aluno

Unidade 1 – Para entender o século XX

Capítulo 1– O mundo em guerra (1914-1918)

HILLS, Ken. *A Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Ática, 1990. (Guerras que mudaram o mundo).
REMARQUE, Erich M. *Nada de novo no* front. Porto Alegre: L&PM, 2004.

Capítulo 2 – A Revolução Russa

BABEL, Isaac. *O exército de cavalaria*. São Paulo: Cosac&Naify, 2006.
MONTEFIORE, Simon S. *Sashenka*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
ORWELL, George. *A revolução dos bichos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
REIS FILHO, Daniel A. *A Revolução Russa:* 1917-1921. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Capítulo 3 – Brasil: a implantação da república

BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Porto Alegre: L&PM, 1998.
HARDMAN, Foot. *Trem-fantasma:* a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
ISHIKAWA, Tatsuzo. *Sobô*. São Paulo: Ateliê, 2008.
SANTOS, Joel Rufino dos. *Afinal, quem fez a República?* São Paulo: FTD, [s.d.]

Capítulo 4 – Brasil: por fora da ordem oligárquica

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. 33. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.
SOUZA, Márcio. *Galvez, o imperador do Acre*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
VARGAS LLOSA, Mario. *A guerra do fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Capítulo 5 – A Crise de 1929 e o nazifascismo

BRENER, Jayme. *1929:* a crise que mudou o mundo. São Paulo: Ática, 1998.
ČAPEK, Karel. *A guerra das salamandras*. Rio de Janeiro: Record, 2011.
FITZGERALD, F. Scott. *O grande Gatsby*. Porto Alegre: L&PM, 2002.
ORWELL, George. *1984*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Capítulo 6 – Brasil: a crise da República oligárquica

GATTAI, Zélia. *Anarquistas, graças a Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Capítulo 7 – Brasil: a Era Vargas

BRENER, Jayme. *1935:* a Revolta Vermelha. São Paulo: Ática, 1994.
MORAIS, Fernando. *Olga*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Capítulo 8 – A Segunda Guerra Mundial (1939-1945)

CERCAS, Javier. *Soldados de Salamina*. Rio de Janeiro: Globo/Biblioteca Azul, 2012.
FONSECA, Rubem. *Agosto*. Rio de Janeiro: Agir, 2004.
LITTEL, Jonathan. *As benevolentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
MATTHEWS, Rupert. *Segunda Guerra Mundial:* Stalingrado. São Paulo: M. Books, 2013.
MCEWAN, Ian. *Reparação*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
SCHNAIDERMAN, Boris. *Guerra em surdina*. 4. ed. São Paulo: Cosac&Naify, 2004.
SKIDMORE, Thomas. *Brasil:* de Getúlio a Castelo. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Unidade 2 – Da Guerra Fria ao século XXI

Capítulo 9 – O mundo da Guerra Fria

BRYSON, Bill. *Vida e época de Kid Trovão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
GREENE, Graham. *Nosso homem em Havana*. Porto Alegre: L&PM, 2007.
HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos:* o breve século XX: 1914-1991. 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
KUNDERA, Milan. *A brincadeira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Capítulo 10 – Brasil no período da Guerra Fria: da democracia à ditadura

GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
NEPOMUCENO, Eric. *A memória de todos nós*. Rio de Janeiro: Record, 2015.
PAIVA, Marcelo Rubens. *Feliz ano velho*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.
SKIDMORE, Thomas. *Brasil:* de Castelo a Tancredo. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Capítulo 11 – Terceiro Mundo: descolonização e lutas sociais

ACHEBE, Chinua. *O mundo se despedaça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
ANDERSON, John Lee. *Che Guevara:* uma biografia. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
ANTUNES, A. Lobo. *Os cus de Judas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.
CANÊDO, Letícia Bicalho. *A descolonização da Ásia e da África*. São Paulo: Atual, 2001. (Discutindo a História).
FUENTES, Carlos. *Os anos com Laura Díaz*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
VALLADARES, Eduardo; BERBEL, Márcia. *Revoluções do século XX*. São Paulo: Scipione, 1994. (Ponto de apoio).

Capítulo 12 – O fim da Guerra Fria e a Nova Ordem Mundial em construção

BRENER, Jayme. *O mundo pós-Guerra Fria*. São Paulo: Scipione, 1996. (Ponto de apoio).
FERRO, Marc. *A reviravolta da história:* A queda do Muro de Berlim e o fim do comunismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
SADER, Emir (Org.). *O mundo depois da queda*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

Capítulo 13 – Brasil e a reorganização democrática

ABREU, Caio F. *Morangos mofados*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.
LINS, Paulo. *Cidade de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Bibliografia

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Org.). *Ensino de história:* conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

ALMEIDA, Ângela Mendes de. *A República de Weimar e a ascensão do nazismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ALMEIDA, Cláudio A. *Cultura e sociedade no Brasil:* 1940-1968. São Paulo: Atual, 1996.

ANDERSON, Perry. *O fim da História:* de Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

ANUARIO 2012. Página 12. Coordenação de Ernesto Tiffenberg. Buenos Aires: Editorial La Página. 2012.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991-1992. v. 5.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil:* nunca mais. São Paulo: Vozes, 1985.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Formação do império americano:* da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BARRACLOUGH, Geoffrey (Ed.). *Atlas da História do mundo*. São Paulo: Folha de S.Paulo/The Times, 1995.

BECKER, Jean-Jacques. *O Tratado de Versalhes*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2011.

BETHELL, L. (Org.). *História da América Latina*. São Paulo: Edusp, 1998-2001. v. 1 a 4.

BETTO, Frei; GLEISER, Marcelo; FALCÃO, Waldemar. *Conversa sobre fé e ciência*. Rio de Janeiro: Agir, 2011.

BITTENCOURT, Circe (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.

CANÊDO, Letícia B. *A descolonização da Ásia e da África*. São Paulo: Atual, 2001.

CARDOSO, Miriam L. *Ideologia do desenvolvimento:* Brasil, JK-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_________. *Cidadania no Brasil:* o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_________. *Os bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTRO, C. *Os militares e a República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

CHANG, Jung; HALLIDAY, Jon. *Mao:* a história desconhecida. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CHAUI, M. *Brasil:* mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_________. *Conformismo e resistência:* aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CHOSSUDOVSKY, Michel. *A globalização da pobreza:* impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999.

COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *Segunda Guerra Mundial:* um balanço histórico. São Paulo: Xamã/USP/FFLCH, 1995. (Eventos).

_________. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Moderna, 1985.

_________. *Neoliberalismo ou crise do capital?*. São Paulo: Xamã, 1996.

_________. *O trotskismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

COOK, Michael A. *Uma breve história do homem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CROUZET, Maurice (Dir.). *História geral das civilizações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. v. 17.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. 33. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

CUNHA, Manuela C. da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CURRAN, Mark. *História do Brasil em cordel*. São Paulo: Edusp, 1998.

D'ARAUJO, Maria Celina de; CASTRO, Celso (Org.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

_________. *Os anos de chumbo:* a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_________. *Visões do golpe:* a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

DONGHI, Túlio Halperín. *História da América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

DOBB, Mark. *A evolução do capitalismo*. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

DOWBOR, Ladislau. *A formação do Terceiro Mundo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_________; IANNI, Octávio; RESENDE, Paulo-Edgar (Org.). *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.

DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1909-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. 10. ed. São Paulo: Globo, 1996.

FAUSTO, Bóris (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. v. 1-16.

_________ (Org.). *A Revolução de 1930*. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_________. *Fazer a América:* a imigração em massa para a América Latina. São Paulo: Edusp, 1999.

_________. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1994.

FENELON, Dea R. *A Guerra Fria*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FERNANDES, Florestan. *O que é revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Primeiros passos).

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. (Org.). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. v. 1.

FERREIRA NETO, Edgard L. *Os partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

FERRO, Marc. *A reviravolta da história*: A queda do Muro de Berlim e o fim do comunismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_________. *História da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Ática, 1995. (Século XX).

_________. *História das colonizações:* das conquistas às independências, Séculos — XIII a XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_________ (Org.). *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

FIORI, José Luís; LOURENÇO, Marta S.; NORONHA, José C. de. (Org.). *Globalização:* o fato e o mito. Rio de Janeiro: Ed. da Uerj, 1998.

FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997.

FREITAS, Marcos Cézar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Atlas histórico do Brasil*. Disponível em: <http://atlas.fgv.br>. Acesso em: 4 jun. 2016.

FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GAGGERO, Horacio. *Historia de América en los siglos XIX y XX*. Buenos Aires: Aique Grupo Editor, 2011.

GASPARI, Élio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_________. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_________. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_________. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Thomás T. da (Org.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. Petrópolis: Vozes, 1994.

GOLDFEDER, Sônia. *A primavera de Praga*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GOMBRICH, Ernst H. *História da arte*. 15. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993.

GOMES, Amanda Mussi. Jacobinos: abordagem conceitual e performática. In: *Cantareira*. Niterói: 2008. v. 12a. Disponível em <www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp-content/uploads/2013/05/e13a01.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2016.

GOMES, Ângela de C. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2005.

GONZÁLEZ, Horácio. *A Revolução Russa*. São Paulo: Moderna, 1986.

GOODY, Jack. *O roubo da História*. São Paulo: Contexto, 2008.

GOULD, Stephen Jay. *O milênio em questão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HADDAD, Fernando. *O sistema soviético*. São Paulo: Página Aberta, 1992.

HATOUM, Milton. Órfãos do Eldorado. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HOBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções:* Europa – 1789-1848. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_________. *A era do capital*. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

_________. *A era dos impérios*. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

_________. *Como mudar o mundo:* Marx e Marxismo — 1840-2011. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_________. *Ecos da Marselhesa:* dois séculos reveem a Revolução Francesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_________. *Era dos extremos:* o breve século XX — 1914-1991. 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_________. *O novo século:* entrevista a Antonio Polito. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_________. *Pessoas extraordinárias:* resistência, rebelião e *jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_________. *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HOURANI, Albert H. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HUNTINGTON, Samuel P. *O choque de civilizações e a reconquista da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_________. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

JUDT, Tony. *Pós-guerra:* uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
KARNAL, Leandro. *História dos Estados Unidos:* das origens até o século XXI. São Paulo: Contexto, 2008.
KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica:* ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
LACERDA, Carlos. *Depoimento*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
LAULAN, Yves M. *O planeta balcanizado*. São Paulo: Instituto Liberal, 1992.
LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.
_________. *Por amor às cidades:* conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Ed. da Unesp, 1988.
LEAL, Victor N. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
LEITE, Bertília. *Fim de milênio:* uma história dos calendários, profecias e catástrofes cósmicas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
LINHARES, Maria Yedda (Org.). *A luta contra a metrópole (Ásia e África)*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
_________. *História geral do Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
_________. *O Oriente Médio e o mundo árabe*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
LÖWY, Michael (Org.). *Revoluções*. São Paulo: Boitempo, 2009.
MACMILLAN, Margaret. *Paz em Paris:* 1919. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.
MAESTRI FILHO, M. *1910: a Revolta dos Marinheiros*. São Paulo: Global, 1982.
MAGALHÃES, Mário. *Marighella:* o guerrilheiro que incendiou o mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
MARTIN, Hans P. *A armadilha da globalização*. São Paulo: Globo, 1997.
MARTINS, José de Souza. *O cativeiro da terra*. São Paulo: Hucitec, 1996.
_________. *O poder do atraso:* ensaios de sociologia lenta. São Paulo: Hucitec, 1999.
MATTHEWS, Rupert. *Stalingrado:* a resistência heroica que destruiu o sonho de Hitler dominar o mundo. São Paulo: M. Books, 2013.
MCCANN, Frank D. *Soldados da pátria:* história do exército brasileiro (1889-1937). São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
MELATTI, Julio Cezar. *Índios do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1993.
MELLO, Alex Fiuza de. *Marx e a globalização*. São Paulo: Boitempo, 1999.
MELO, Hildete Pereira. A primeira crise. *Revista de História.com.br*. Rio de Janeiro, 19 set. 2007. Disponível em: <www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/a-primeira-crise>. Acesso em: 4 jun. 2016.
MELO, Marcos. *Brasil mostra a tua cara:* a História do Brasil nas entrelinhas da MPB (1930-1985). São Paulo: Agbook AlphaGraphics, [s.d.].
MORAES, Dênis; VIANA, Francisco. *Prestes:* lutas e autocríticas. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.
MORAIS, Fernando. *Os últimos soldados da Guerra Fria*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1976.
_________. *Viagem incompleta:* a experiência brasileira (1500-2000). São Paulo: Senac, 2000. v. 2.
NOVAIS, Fernando A. (Dir.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4.
NÓVOA, Jorge L. B. (Org.). *A História à deriva:* um balanço de fim de século. Salvador: Ed. da UFBA, 1993.
OLIC, Nelson B. *A Guerra do Vietnã*. São Paulo: Moderna, 1988.
OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
PERISSINOTTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.
PERRAULT, Gilles (Org.). *O livro negro do capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
PERRY, Marvin et al. *Civilização ocidental:* uma história concisa. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
PINHEIRO, Paulo S. *Estratégias da ilusão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
PINSKY, Jaime (Org.). *História da América através de textos*. São Paulo: Contexto, 1994.
PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
_________. *História econômica do Brasil*. 38. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
PRADO, Maria Lígia. *O populismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
PRESTES, A. L. *A Coluna Prestes*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
REES, Laurence. *Stálin, os nazistas e o ocidente:* a Segunda Guerra Mundial entre quatro paredes. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009.
REGO, José Marcio; MARQUES, Rosa Maria (Org.). *Economia brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2000.
REIS FILHO, D. A. *A construção do socialismo na China*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
_________. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
_________. *Uma revolução perdida:* a história do socialismo soviético. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.
REVISTA Brasileira de História. Dossiê Identidades/Alteridades. São Paulo. v. 19, n. 38, 1999.
RIBEIRO, Darcy. *O processo civilizatório:* etapas da evolução sociocultural. Petrópolis: Vozes, 1979.
RICHARD, Lionel. *A República de Weimar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
RODRIGUES, Antonio E. M.; FALCON, Francisco J. C. *Tempos modernos:* ensaios de história cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
SADER, Emir (Org.). *O mundo depois da queda*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
_________. *Vozes do século:* entrevistas da *New Left Review*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
_________. *Século XX:* uma biografia não autorizada. O século do imperialismo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
_________; GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo: as* políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
_________. *Pós-neoliberalismo II:* que Estado para que democracia?. Petrópolis: Vozes, 1999.
_________ (Coord.). *Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da Uerj, 2006.
SAFLATE, Vladimir. *A esquerda que não teme dizer seu nome*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.
_________;TELES Edson (Org.). *O que resta da ditadura:* a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.
SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de Economia*. São Paulo: Best Seller, 2000.
SCHNAIDERMAN, Boris. *Guerra em surdina*. 4. ed. São Paulo: Cosac&Naify, 2004.
SCHWARCZ, Lilia Moritz (Coord.). *História do Brasil nação*: 1808-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v. 2,4,5.
SEGRILLO, Angelo. *O declínio da União Soviética:* um estudo das causas. Rio de Janeiro: Record, 2000.
SELLERS, Charles; MAY, Henry; MCMILLEN, Neil R. *Uma reavaliação da história dos Estados Unidos:* de colônia a potência imperial. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina:* mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Scipione, 1999. (História em aberto).
_________. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
SKIDMORE, Thomas. *Brasil:* de Castelo a Tancredo. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
_________. *Brasil:* de Getúlio a Castelo. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
SOARES, Gláucio A. D.; D'ARAUJO, Maria Celina de; CASTRO, Celso (Org.). *A volta aos quartéis:* a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
SODRÉ, Nelson Werneck. *A farsa do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1996.
SOUZA, Marina de Mello e. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2006.
STALLYBRASS, Peter. *O casaco de Marx:* roupas, memória, dor. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
THOMAS, Hugh. *A guerra civil espanhola*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. v. 1. p. 82-88.
THUROW, Lester. *O futuro do capitalismo:* como as forças econômicas de hoje moldam o mundo de amanhã. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
TOPIK, Steven. *Comércio e canhoneiras:* Brasil e Estados Unidos na era dos Impérios (1889-1897). São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
TROTSKY, Leon. *A história da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. v. 3.
UNESCO. *História Geral da África*. Brasília: 2010. v. 2.
UTZ, Arthur. *Entre o neoliberalismo e o neomarxismo:* uma filosofia de caminhos alternativos. São Paulo: Edusp, 1981.
VALLADARES, Eduardo; BERBEL, Márcia. *Revoluções do século XX*. São Paulo: Scipione, 1994. (Ponto de apoio).
VARGAS, Getúlio. *Diário* (2 volumes). São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV, 1995.
WAACK, William. *Camaradas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
WASSERMAN, Cláudia (Coord.). *História Contemporânea da América Latina:* 1900-1930. Porto Alegre: Ed. da UFGRS, 1992.
_________. *História da América Latina:* cinco séculos. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1996.

Manual do Professor

História

VOLUME 3

Sumário

Apresentação

Anos e anos como professores de História para o Ensino Médio nos motivaram a produzir esta coleção. E o tempo presente, com todos os desafios que se apresentam aos jovens, nos ajudou a moldar esta proposta.

A coleção parte da compreensão de que, no mundo contemporâneo, e especificamente em nosso país, é nos anos finais da Educação Básica, portanto em plena juventude, que os estudantes estão mais ávidos para entender o mundo à sua volta; se preparam para tomar as próprias decisões e arcar com responsabilidades pessoais e sociais, quer seja de ordem política, econômica ou cultural; buscam afirmar-se como cidadãos, tendo sua identidade e sua história de vida como suporte de seu jeito de ser, pensar e atuar no mundo.

Assim, ser professor ou professora de História do Ensino Médio, atualmente, é uma grande responsabilidade. Aliamos nossa experiência à crença no papel positivo da educação histórica para o desenvolvimento intelectual, social e profissional dos jovens, com a finalidade de lhes oferecer um recurso didático que pode ajudá-los na condução de seus cursos.

Tendo em vista o jovem contemporâneo e a importância de desenvolver um conhecimento histórico útil na formação de seu pensamento crítico e sua atuação cidadã, a obra traz elementos de diferentes visões e formas de olhar para a História, seja no passado, seja no presente. Além do texto condutor, há boxes variados, com textos de diversas fontes, entre os quais, há aqueles que despertam a imaginação e fazem o estudante se colocar no lugar do outro e os que discutem conceitos históricos construídos ao longo do tempo. Destacam-se as seções que colocam a História em diálogo com as outras disciplinas e também aquelas que apresentam pontos de vista diferentes. As atividades seguem desenvolvendo múltiplas habilidades, como a leitura de imagens, e colocando o estudante em contato com documentos de todas as épocas e diferentes linguagens. Tudo isso numa dinâmica que tenta se aproximar do jovem atual, exposto aos mais variados tipos e meios de informação, ainda que de maneira fragmentada e rápida.

Este Manual do Professor oferece as ferramentas necessárias para ajudá-lo a explorar a obra em função de seu plano de ensino. Elaborado de forma sintética, visando facilitar a consulta e o planejamento, ele realça os pontos principais de cada capítulo, mostra opções para tratar determinados temas e oferece atividades complementares, desde aquelas que podem servir para uma tarefa em casa ou uma avaliação pontual até outras mais complexas, que podem ser trabalhadas como um projeto. Ele também traz textos de apoio que ilustram e atualizam a historiografia mais recente sobre determinados temas, além de textos sobre estratégias didáticas.

Estamos confiantes de que este material ajudará você a conduzir o processo de ensino-aprendizagem de forma eficiente. Com ele, você ajudará as novas gerações a se colocarem como cidadãos em um mundo em transformação e a desenvolverem competências para utilizar o passado como instrumento de reflexão sobre o presente e como peça importante para a construção de projetos para o futuro.

Que as orientações aqui contidas sejam úteis para o enriquecimento de sua atuação docente e possam tornar mais amplo e significativo o ensino que promoverá.

Bom trabalho!

Os Autores

1 Objetivos da coleção

Conta-se que no município colombiano de San Andrés de Sotavento, em 1908, o governador da província, um general violento e ambicioso, assinou um decreto no qual afirmava que na região "os índios não existem". A medida atendia às exigências de empresas petroleiras que sabiam dos possíveis inconvenientes da extração de petróleo em território indígena. Para garantir a veracidade da lei, o general não mediu esforços, expulsando ou exterminando as "ilegais" comunidades indígenas que, de fato, viviam na Colômbia. Essa narrativa, baseada em fontes históricas, é mencionada por Eduardo Galeano, escritor uruguaio, em *Memória do fogo 3: o século do vento* (2010, p. 16-17).

Mais de um século depois, a presença dos povos indígenas na América Latina atravessa o continente e marca uma história de diversidades, resistências e transformações. No Brasil, desde fins do século XX, inúmeros professores e educadores indígenas têm estabelecido os fundamentos de uma visão indígena da História, capaz de integrar suas narrativas e memórias a uma História intercultural e pluriétnica. Pretendem, assim, não apenas colocar em pauta o ensino da História dos povos indígenas, mas construir uma concepção de História capaz de se contrapor à visão dos homens brancos.

Desde incontáveis atos de violência e das tentativas de extermínio dos povos autóctones aos gestos de rebeldia e determinação das comunidades indígenas, a História é campo de luta privilegiado, no qual as diversas versões dos sujeitos sociais, as interpretações dos historiadores e as informações difundidas pelos meios de comunicação constituem poderosos sistemas simbólicos em disputa. Nas escolhas sobre o que se ensina e o que desaparece dos conteúdos de História, decide-se sobre a morte e a vida, real e imaginária, dos indivíduos e dos povos, de suas memórias e de suas narrativas.

Em 1940, perseguido pelo nazismo e às vésperas de cometer suicídio, Walter Benjamin, um filósofo judeu alemão, escreveu sobre o conceito de História num comovente texto:

> Articular historicamente o passado não significa reconhecê-lo "tal como ele foi". Significa apoderarmo-nos de uma recordação quando ela surge como um clarão num momento de perigo. [...] Só terá o dom de atiçar no passado a centelha da esperança aquele historiador que tiver apreendido isto: nem os mortos estão seguros se o inimigo vencer. E esse inimigo nunca deixou de vencer.
>
> BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: BENJAMIN, Walter. *O anjo da História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 11-12.

Segundo Benjamin, o maior perigo para um historiador seria transformar-se em instrumento das classes dominantes, cuja História é sempre narrada como um "cortejo triunfal" dos que venceram e continuam vencendo. Mas não bastaria contar a história dos grupos derrotados, das sociedades que sucumbiram à transformação do tempo. Seria necessário estabelecer uma crítica à noção de progresso e evolução linear da história humana e, assim, construir uma narrativa impregnada de "agoras", isto é, de significados do tempo em que vivemos.

Portanto, nosso papel, como autores, pesquisadores e professores de História, deveria ser narrar, explicar e interpretar as transformações da experiência humana ao longo do tempo, de modo o mais amplo, diverso e intenso possível.

O estudo do processo histórico daria, assim, respostas aos dilemas e impasses do tempo presente e nos conduziria a refletir sobre a complexidade da vida em sociedade e a imaginar novas possibilidades num futuro capaz de realizar as potencialidades do ser humano. Não estaríamos, entretanto, diante da conhecida e desgastada expressão, tantas vezes reiterada no ensino tradicional, segundo a qual a História "serve para conhecer o passado, entender o presente e transformar o futuro". Trata-se de reconhecer as tensões, os antagonismos e as disputas que marcam o fazer humano e, a partir disso, refletir com nossos alunos sobre os "projetos de futuro" que desejamos realizar.

Josep Fontana, historiador catalão, afirma que o conhecimento histórico deve ser uma ferramenta de análise das transformações das sociedades humanas, capaz de nos oferecer alternativas de futuro para toda a humanidade. Segundo ele:

> Temos que reinventar um futuro, redefinindo os objetivos a alcançar, de modo que deem uma resposta válida aos problemas que enfrenta o homem de hoje no mundo inteiro [...]. Necessitamos recompor uma visão crítica do presente que explica corretamente as razões da pobreza, a fome e o desemprego, e que nos ajude a lutar contra a degradação da natureza, o militarismo, a ameaça atômica, o racismo e tantos outros perigos.
>
> FONTANA, Josep. *História*: análise do passado e projeto social. Bauru: Edusc, 1998. p. 265.

Esta coleção nasceu inspirada nesses princípios. Acreditamos que a História ensinada cumpre atualmente papel fundamental na ampliação dos direitos e da cidadania e deve ainda ser capaz de fortalecer o debate democrático na esfera pública. Por isso, pretendemos, nos três volumes, abarcar uma ampla diversidade de povos e oferecer aos alunos uma história que tente ser mais crítica e multifacetada, buscando superar, sempre que possível, o eurocentrismo dos conteúdos e das abordagens, tão comum no ensino de História.

Assim, a coleção se estrutura na amplitude de conhecimentos e análises de diferentes sociedades e na relação passado-presente que convida os estudantes a refletir continuamente sobre o mundo em que vivem.

Objetiva-se que, ao final do Ensino Médio, o estudante seja capaz: de identificar os processos de transformação dos

grupos humanos, situando-os no tempo e no espaço; de compreender as forças, tensões e contradições que mobilizam as ações humanas e definem os rumos da história; e, finalmente, de construir os próprios temas de interesse e, assim, consiga escolher ferramentas de investigação com as quais amplie o entendimento de si e da experiência humana.

Estas finalidades dependem, no entanto, das práticas pedagógicas que instituem usos e apropriações do material didático. Em outras palavras, é apenas pelo trabalho do professor que este livro ganha vida, circula, é lido e criticado e pode, efetivamente, opor-se a uma História disposta a decretar que "os índios não existem".

2 Princípios e pressupostos

A História, como área de conhecimento, tem passado por transformações significativas ao longo do tempo, e antigos cânones têm cedido espaço a novas abordagens, novos objetos e problemas e a novas preocupações.

A escrita da História e a reflexão sobre essa escrita – a historiografia – não são estáticas nem isoladas do tempo em que são feitas. Respondem às necessidades de compreensão do seu próprio tempo com olhos no passado. São respostas às demandas, às angústias, aos desejos de seu tempo. A historiografia não passa intacta pelas grandes crises de paradigma das ciências. Pelo contrário, participa de todos os movimentos importantes no campo da cultura, e esses afetam sua forma de ver, produzir e validar os saberes. Dizendo de outro modo, a reflexão sobre os seres humanos no tempo modifica-se porque, assim como os tempos, homens e mulheres se transformam.

Nos últimos vinte ou trinta anos, a ciência viveu um período de intenso desenvolvimento. Em plena sociedade da informação, os meios de comunicação tornaram disponível de forma instantânea um volume de dados e conhecimentos tão grande que se tornou possível fazer mais coisas em menos tempo. Os capitais passaram a ser traduzidos em *bits* de computador e puderam entrar e sair de países e bolsas de valores de modo instantâneo, derrubando moedas e levando economias à beira da falência. Diante disso, embora o tempo cronológico continue o mesmo, o tempo histórico, o tempo que sentimos, o tempo dos ciclos de mudanças, acelerou-se. Como a História poderia continuar a mesma?

Nas últimas décadas também se agravou a crise das utopias, das alternativas ao capitalismo liberal democrático. Por outro lado, a primazia de um modelo especulativo global, no bojo do capitalismo neoliberal, favoreceu em 2008 uma das crises econômicas mais profundas desde 1929, e a História, que diziam terminada, continuou seu movimento. Percebe-se, no entanto, que as utopias, para continuarem válidas, não podem mais ser como eram antes, porque, afinal, como cantava Renato Russo "o futuro não é mais como era antigamente" (LEGIÃO URBANA. Índios. In: Legião Urbana. Álbum *Dois*, EMI, 1986.).

Os historiadores podem certamente reivindicar a tradição humanista, da qual a História resulta, e devolver aos seus leitores um esforço de produção de novos significados, compatível com a valorização da vida e do interesse público. O ceticismo e o pragmatismo do pensamento histórico dentro do pensamento humanista – que busca no passado e no tempo o "inventário das diferenças" (segundo Paul Veyne) – podem ser tomados como material e ferramenta para a construção de novas utopias.

Esta coleção não vai se prender a nenhuma vertente historiográfica em particular, pois uma obra didática não é uma obra de historiografia, e deve oferecer aos seus leitores – professores, alunos, pais – uma perspectiva geral e sintética da História para os não especialistas. A função da História ensinada na escola não é a de formar novos historiadores, mas a de compartilhar alguns saberes e métodos dos historiadores, que devem ser úteis para o desenvolvimento pessoal e a vida em uma sociedade democrática. Para dar conta disso, entretanto, não se pode fazer uma miscelânea sobreposta de vertentes da historiografia. Por outro lado, se definíssemos como base teórico-metodológica uma só vertente ou autor, certamente isso não daria conta dos diversos desafios, problemas e objetivos do ensino. A solução para esse problema – que se impõe a toda obra didática – foi construída por meio de alguns princípios e pressupostos para a abordagem do conhecimento histórico, que são descritos a seguir.

A História não é uma verdade pronta

O primeiro item a destacar é a recusa da concepção de História como coleção de dados que pudesse representar o passado de modo objetivo. A verdade que a História pode produzir, dentro da perspectiva atual da disciplina, e mesmo de toda a epistemologia (ou seja, o estudo dos critérios de validade dos enunciados dos mais diversos campos do saber), é algo bem diferente disso. Se a História fosse um conjunto de dados indiscutíveis, restaria ao ensino de História apenas um processo de transmissão, e aos estudantes, apenas um processo de memorização desses dados. Conforme a comunidade de pesquisadores e professores compreendeu ao longo do tempo, esse não é o caminho da aprendizagem da História como a concebemos hoje, mas sim do conhecimento revelado ou autoritário. A relação pedagógica nesse caso seria aquilo que Paulo Freire chamou de "educação bancária", para a qual basta um aprendizado mecânico.

Assim, a concepção que embasa esta coleção recusa o dogmatismo e as ortodoxias, mas também descarta a ideia de que não existe objetividade possível na História, muito menos de que todas as narrativas são iguais em termos de

validade. É claro que não temos de chegar a verdades absolutas, mas a História só tem alguma validade para a escola ao continuar buscando afirmações que possam ser aceitáveis, defensáveis, sustentadas nas evidências disponíveis e resultando do melhor argumento possível. Trata-se dos consensos mínimos, construídos no debate entre as vertentes teóricas. Não são apenas "opiniões", mas os próprios fundamentos do conhecimento histórico.

O conhecimento é construído

A História, como os demais conhecimentos resultantes de pesquisa científica e avaliada pelos pares por meio da interlocução intelectual, é um conhecimento construído e em constante construção.

A produção da História não é resultado da aplicação de uma metodologia única, capaz de trazer à luz de modo mecânico tudo o que há para saber sobre o passado. Pelo contrário, a História que conhecemos resulta da construção constante de instrumentos intelectuais e práticos de pesquisa, que por sua vez resultam de várias e sucessivas perguntas que foram sendo feitas ao passado, com base nas perguntas que as gerações anteriores já tinham feito, nas respostas que conseguiram e nas questões que continuaram sem respostas convincentes ou suficientes.

Assim, o saber histórico, embora possa ser considerado certo e seguro, é sempre passível de novas interpretações. A História, portanto, também tem uma história! O conhecimento histórico é referenciado a seu tempo, dotado também de historicidade, como o(s) objeto(s) que ele busca reapresentar e explicar. Decorre desse princípio que, se o conhecimento foi construído por pessoas concretas com os instrumentos que tinham à mão, ele pode ser objeto de contestações, dúvidas, reconstruções; é importante que o aluno perceba que ele também pode, dentro de suas possibilidades, ser sujeito dessa atividade.

Não é possível aprender ou ensinar toda a História

A experiência humana no tempo é composta de uma quantidade praticamente inesgotável de informações. O estudo da História, tanto no campo da ciência quanto no campo da educação, nada mais pode ser do que um conjunto de recortes dessa imensa quantidade de possibilidades de enfoque. Um recorte é a expressão das concepções e dos objetivos do sujeito – individual ou coletivo – que o desenvolveu. A sequência tradicional de conteúdos também é um recorte. Os recortes atendem a diferentes objetivos educativos e ideológicos e refletem, portanto, projetos de representação do passado e de construção ou reprodução de identidade nas novas gerações. Nesta obra, procuramos manter a organização cronológica de eventos e processos, procurando sincronizar a história brasileira nessa História. Obviamente, só podemos falar de Brasil propriamente dito a partir do século XIX, mas é possível, ao trabalhar outros períodos, abordar elementos importantes da nossa História, mesmo quando nem se cogitava que o território onde estamos pudesse vir a ser o que é hoje. É fácil exemplificar isso com o processo de ocupação humana da América, inclusive do atual território brasileiro, estudado por meio de diversas pesquisas arqueológicas, como dos sítios de Lagoa Santa e de São Raimundo Nonato, entre outros. Buscamos diluir o foco europeu e eurocêntrico articulando processos semelhantes em regiões diversas e tempos que podem não coincidir, como é o caso da revolução agrícola e da revolução urbana, ou as ondas do pensamento nacionalista.

Na obra a seleção de conteúdos está atrelada a alguns fundamentos que elencamos a seguir:

- busca de integração orgânica entre a história mundial e a história do Brasil, contemplando um âmbito geográfico mais amplo;
- referência a casos semelhantes aos processos históricos brasileiros, na América Latina;
- destaque para a inserção do papel do africano e do indígena na construção do Brasil, redimensionando a participação dos diferentes sujeitos;
- problematização das fontes referentes à maioria dos assuntos abordados;
- discussão de diferentes pontos de vista sobre os assuntos em foco, trazendo trechos de textos historiográficos quando conveniente.

As sínteses são necessárias

É cada vez mais complicado elaborar sínteses que abarquem grandes parcelas da experiência humana. No ensino de História, entretanto, elas são fundamentais, porque estabelecem um ou mais sentidos para a História, tornando possível atribuir significado a fragmentos (fatos, evidências, opiniões) de um processo histórico. Não se trata de estabelecer significados permanentes e imutáveis, já que, como vimos acima, o funcionamento da História tem por base a sucessão de argumentos e raciocínios que vão sendo revisados ao longo do tempo. O que ocorre é que o estudante não pode ficar refém de fragmentos que só tenham sentido em si mesmos, pois assim a História não teria nenhuma valia no seu processo de orientação temporal (conforme Jörn Rüsen, 2001) e não o ajudaria a produzir uma explicação genérica para o sentido do tempo que vivemos, contribuindo para que ele assuma identidades e planeje ações que visam objetivos para o futuro.

Sem isso, a História só seria captada pelos alunos como um mosaico de pequenos objetos com lógicas estanques entre si, e, portanto, um conhecimento sem sentido, que eles entenderão como uma obrigação inútil, destinada tão somente a atender ao arbítrio daqueles que definem currículos e programas.

A História é um conhecimento vinculado à legitimação social

O ensino de História cumpre o papel de educar as novas gerações com concepções, ideias e informações que são consideradas válidas, adequadas e corretas segundo os consensos mínimos construídos na geração anterior. É o que chamamos de preparação para a vida adulta e para o exercício da cidadania. Esses consensos são desiguais conforme a sociedade e a conjuntura em que se vive; por isso, eles tanto podem ser o resultado de uma discussão constante, ampla, democrática e esclarecida como podem ser decididos entre poucos e assumidos pela maioria como se fossem dela mesma. Em qualquer caso, a História que é ensinada sempre tem uma função legitimadora de atos e instituições.

No Brasil atual, espera-se que o ensino de História legitime a sociedade democrática, fundamentada na representação política sustentada em eleições livres e universais, um Estado laico e respeitador da liberdade de cultos, capaz de estabelecer a justiça não apenas pela igualdade formal, mas também pela igualdade material, por meio de processos redistributivos de educação, renda e poder. Essas posições gerais estão sustentadas na ideia de que o Brasil é um país com muitas desigualdades que foram se acumulando ao longo da sua história, e de que o futuro deve ser resultado da superação desses problemas e da realização plena dos potenciais econômicos, culturais e humanos do país. Pode-se entender esse conjunto de valores e interpretações como um conjunto dos consensos mínimos e fundamentais que orientam a nossa sociedade, o que não impede diversos grupos internos de fazer distintas críticas a esse modelo, seja na sua validade, seja na sua efetivação real, ou mesmo na sua viabilidade.

Quando uma sociedade se define sobre seus consensos mínimos, os diversos grupos internos se organizam para conservar ou para buscar mudanças em relação ao que está estabelecido, segundo sua projeção de futuro. O ensino de História – para o qual a neutralidade é uma ilusão – deve sustentar-se nos consensos mínimos assumidos pelo Estado Nacional, firmados na Constituição Federal, que é expressão da soberania popular, embora não precise se fechar aos questionamentos que são feitos àqueles consensos. Afinal, pela característica de disciplina destinada a estudar a historicidade das coisas e pela tarefa de propiciar aos alunos que desenvolvam análises e julgamentos com base nas ferramentas da ciência, há espaço, e mesmo necessidade, para considerar as propostas alternativas. Mas não é o caso de promover visões particularistas, vinculadas a posições político-partidárias determinadas, religiosas ou filosóficas, já que o ensino deve ter um caráter público, ao qual mesmo as escolas privadas ou confessionais estão submetidas em algum nível.

Isso não constitui um universalismo ingênuo nem o desconhecimento do conflito entre grupos e classes sociais. O que acontece é o reconhecimento crítico de que a escola e o ensino de História legitimam posições e visões de mundo. Deve-se cuidar para que, por um lado, não se desrespeite a ordem democrática e, por outro, o estudante seja respeitado como sujeito que precisa continuar tendo elementos para formar sua opinião de modo autônomo, em vez de ter seu julgamento limitado por falta de informações ou por preconceitos instituídos.

O saber histórico não é invariável e na escola assume a condição de saber histórico escolar

A forma científica, acadêmica, produzida e escrita segundo métodos aceitos dentro da comunidade internacional dos historiadores, não é a única forma de registrar a reflexão sobre o passado e socializar essa reflexão. A escola, de fato, articula diferentes formas de relacionamento com saberes, símbolos e práticas que se ligam ao passado e à identidade coletiva, entre os quais podem-se citar o jornalismo e os produtos editoriais para o grande público de uma forma geral, o apelo religioso, as demandas de formação cívica, os apelos comportamentais, bem como conhecimentos históricos não privilegiados pela academia, como a história local.

A história acadêmica tem finalidades de especulação teórica e ampliação do campo conhecido, de reflexão compromissada com os objetivos científicos, sem se limitar por fatores externos. Por isso, grande parte de seus conteúdos não é de interesse direto para a escola, e pode ser um erro imaginar que a História ensinada seria melhor quanto mais estivesse no mesmo compasso que a história acadêmica. Na escola, o conhecimento histórico tem finalidades formativas para as novas gerações, que não se resumem à assimilação de conteúdos de origem científica, mas que devem dar conta de aspectos éticos e comportamentais que ultrapassam a reflexão histórica acadêmica, bem como de objetivos cognitivos que não se resumem à História, mas abarcam a relação com outras disciplinas.

O saber histórico escolar tem identidade própria e se relaciona com a história acadêmica por meio de uma relação de referência, ou seja, tem na academia um parâmetro de validação das afirmativas e dos métodos. Mas os recortes, as ênfases, as formas de relação com o conhecimento não são de fato mais simples ou mais restritas, mas efetivamente diferentes. A seleção de fontes, por exemplo, e a forma de se relacionar com elas são diferentes em cada um dos campos. O saber histórico escolar responde ao saber acadêmico, mas também aos saberes tácitos, cotidianos, familiares. Por isso, diante do desafio de responder a necessidades educativas bem delimitadas, diferentes das necessidades do desenvolvimento científico, o saber histórico escolar assume um papel criativo e de dialogar com outros conhecimentos sobre a história. Um exemplo muito claro e que exige cuidado e dedicação do professor é o debate entre evolucionismo e criacionismo, que há alguns anos pensávamos estar resolvido, pela prevalência da posição da ciência na escola, nos currículos, e que hoje sofre pressões pelo avanço do pensamento religioso

fundamentalista. Esse debate não vai ser resolvido pela escola ou na escola, e muito menos na parte específica que cabe à História. Mas cabe à História, nesse debate, uma contribuição sobre os contextos e origens de cada uma das posições e a reflexão sobre o significado social e cultural das conquistas do pensamento e da ciência. Afinal, a História ensinada não se opõe necessariamente às opiniões e aos saberes que o estudante traz da sua experiência de vida, mas adiciona graus progressivamente maiores de racionalidade e dialogicidade ao conhecimento partilhado (por sua relação de referência com a história acadêmica ou científica).

A História participa do processo de construção das identidades sociais

É fundamental o conhecimento histórico na definição, redefinição e absorção das mudanças no campo das identidades pessoais e coletivas. Isso porque a História é um dos principais campos de conhecimento a oferecer os primeiros conjuntos organizados de ideias, informações e imagens sobre o grupo e o indivíduo no tempo, assim como oferece esses mesmos elementos para representarmos os "outros" que não pertencem ao nosso grupo (família, nação, etc.) em outros tempos e espaços. O conhecimento das diferenças faz parte da definição de nós mesmos, e é por isso, por exemplo, que se sustenta a necessidade do estudo de grupos e civilizações que já desapareceram. O desconhecimento dos outros nos impede de pensar em nós mesmos e de refletir sobre as alternativas para melhorar nossa maneira de viver, de nos organizar e de definir e buscar nossos objetivos comuns. Por isso é tão importante o trabalho do professor e da professora de História ao garantir a atenção, o interesse e o respeito à diversidade; e isso o aluno certamente vai usar em sua vida. Daí a importância de enfatizar o caráter multicultural da sociedade brasileira.

Precisamos também ter claro que cada sujeito articula várias identidades que respondem a aspectos diferentes da vida (sexualidade, lazer, política, economia, classe) e não é aceitável, no processo de autoconstrução que cada criança ou adolescente executa, o constrangimento ao assumir papéis que decorrem de estruturas e processos opressivos, como o racismo, o machismo, a homofobia, os preconceitos de classe, os regionalismos excludentes, entre outros.

A formação para a cidadania é também tarefa da História e significa a politização dos sujeitos

Desde seu surgimento como disciplina escolar, cabe à História uma parcela expressiva da tarefa de preparar os futuros cidadãos para a vida em sociedade, sobretudo para a participação na esfera política. No contexto da escola, a História participa dos objetivos de formar atitudes e concepções que sejam úteis para a vida pessoal e para a vida coletiva das novas gerações, como a tolerância, o espírito de justiça, o senso crítico, a dimensão da solidariedade e a responsabilidade pelo bem-estar dos outros cidadãos e pela preservação da cultura e da natureza. Também tem cabido em escala significativa à História a construção da identidade nacional. Esse objetivo, particularmente, tem provocado algumas polêmicas: à acusação de ingenuidade e falta de senso crítico das abordagens tradicionais sucede em grande parte das vezes uma perspectiva crítica destrutiva, iconoclasta, que não deixa nada no lugar do sentimento nacional que se propõe superar. Se, por um lado, não é o caso de aceitar as abordagens acríticas, valorizadoras de datas, fatos e personagens da classe dominante, por outro lado, não se trata de simplesmente demolir esses valores, mas de substituí-los por uma versão mais democrática e popular da identidade coletiva no tempo. Sem algum sentimento positivo de pertencer à nação, inviabilizam-se valores políticos (e não apenas morais), como a solidariedade e o senso de responsabilidade e colaboração com a coletividade; por sua vez, a ausência desses valores não compromete apenas os projetos conservadores, mas quaisquer projetos de sociedade.

O que se pretende como objetivo e ideal no ensino de História e na escola em geral é a associação dos educandos a uma perspectiva democrática, plural e aberta de sociedade, não como uma identidade à qual nos ligamos apenas pelo nascimento, por sermos registrados juridicamente como cidadãos brasileiros, mas sim como membros ativos capazes de interferir nas definições e nos rumos de nosso país, longe de uma fidelidade cega e acrítica aos líderes nacionais em cada momento. Está presente aqui a ideia de que uma nação é um conjunto de pessoas que têm suas diferenças, mas também têm uma identidade dada pela opção de participar de um mesmo corpo político, sem perder de vista a identidade fundamental de seres humanos, a partir da qual traçamos relações fraternais e generosas com os outros países.

O ensino de História pretende construir nos cidadãos uma postura de sujeitos ativos e participantes nas decisões comunitárias, institucionais e mesmo nacionais. A ideia de que a História é a tarefa de grandes homens não colabora para a formação dessa postura, mas sim para uma perspectiva passiva e individualista, na qual o cidadão age apenas como espectador.

Esse sujeito deve ser capaz de avaliar e compreender criticamente determinações, condicionamentos e possibilidades de ação na História. Somente com esses pressupostos será capaz de agir de modo autônomo, em vez de ser massa de manobra ou "figurante" nas grandes questões de nosso tempo. É evidente que essa postura deverá ser desejada e assumida pelo indivíduo, porque não há como impor a alguém a condição de sujeito; isso seria uma contradição completa.

O ensino de História deve valorizar a diversidade cultural e reconhecer as múltiplas identidades

Nas últimas décadas, especialmente após a publicação dos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, em 1998, os programas e currículos de História têm se comprometido, cada vez mais, com a construção da cidadania e a consolidação dos direitos do cidadão. Tanto as orientações da política pública quanto a

formação docente e as práticas pedagógicas têm articulado o campo do conhecimento histórico à reflexão política e ao entendimento das diversidades culturais e desigualdades econômicas que constituem a sociedade brasileira.

Às críticas já recorrentes a uma história política pautada nos grandes acontecimentos e nos heróis nacionais somaram-se as críticas a uma história mecanicista, que reduziu o processo histórico à polaridade entre dominantes e dominados e estabeleceu grandes esquemas explicativos, calcados apenas na transformação dos modos de produção.

Surgiram, assim, novas abordagens que têm valorizado o ensino da diversidade étnica e cultural das sociedades humanas e têm insistido no tema das identidades múltiplas – em oposição à noção de uma identidade de nação ou de classe. Ganharam destaque as especificidades de gênero, o reconhecimento do papel dos idosos, a reflexão sobre os cuidados com a infância, o respeito à diversidade sexual, a valorização das culturas juvenis, o estudo das comunidades indígenas e dos povos tradicionais e o entendimento da identidade étnica e nacional a partir da autodeterminação dos povos e dos sujeitos históricos.

Nessa direção, inúmeras orientações curriculares têm vinculado as noções de identidade e pertencimento ao processo de formação e amadurecimento do indivíduo. Em decorrência, o ensino de História deveria oferecer conteúdos pautados em múltiplas identidades, vinculando a reflexão e o sentido de pertencimento dos alunos a essas identidades. A construção da cidadania e o reconhecimento das diversidades e diferenças surgiriam da compreensão dessas redes sociais que integrariam os sujeitos em comunidades imaginadas de pertencimento.

Ainda que essa venha sendo uma resposta efetiva à exclusão de imensos contingentes populacionais, parece-nos que a ampliação e a consolidação dos direitos humanos e o entendimento das transformações sociais e econômicas demandam uma reflexão sobre o sentido mais amplo do processo histórico.

Essa perspectiva ancorada nas identidades parece supor que um aluno negro se identificaria necessariamente com a história dos povos da África subsaariana; que uma aluna se identificaria com as questões de gênero; e que os alunos de origem popular deveriam se compreender como pertencentes à história dos setores sociais oprimidos.

Do nosso ponto de vista, é preciso insistir que o ensino de História deve ter por horizonte que os alunos sejam capazes de reconhecer a existência de múltiplas e diversas experiências dos sujeitos históricos, cujos significados são construídos no próprio fazer humano, em sua totalidade complexa e contraditória. Em outras palavras, acreditamos que a construção de um espaço de reflexão e prática cidadã deve levar em conta a diversidade cultural e as formulações identitárias na proposição de projetos sociais mais amplos, nos quais a totalidade do corpo social se reconheça e seja reconhecido no percurso de estudos da História.

Portanto, nossa tarefa, como professores de História, não pode ser apenas de apresentar a diversidade cultural e étnica, mas de entender os diferentes papéis dessas diversidades nas formações socioeconômicas mais amplas. Isso significa reconhecer, nos processos históricos, as tensões e contradições, os avanços e recuos, os impasses, as desigualdades e os limites que configuram as sociedades humanas.

Nesta coleção, procuramos expressar essa perspectiva ao buscar construir um quadro diversificado de análise das sociedades humanas, rompendo, assim, com o velho eurocentrismo dos nossos currículos. Porém, ao estudarmos a diversidade de povos e culturas, mantivemos o foco no sentido político da ação humana, isto é, na formulação de instituições de poder que definiram as formas de organização dos territórios, dos Estados e das relações sociais.

Esperamos dessa forma o reconhecimento das múltiplas identidades possa convergir para a construção e o amadurecimento da esfera pública, na qual se debatem os diversos projetos sociais e na qual se formulam os significados mais amplos da vida em sociedade.

3 As partes componentes da obra

A coleção é composta de **três volumes**. A versão do professor contém o **Livro do Aluno** e o **Manual do Professor**.

O **primeiro volume** contém três Unidades, com um total de 10 capítulos.

O princípio de uma História que recupera o papel do conjunto da humanidade em vez de um olhar eurocêntrico está presente na estrutura das unidades. A primeira delas, por exemplo, é chamada de “Nossa história mais remota”, e o primeiro capítulo dessa Unidade é denominado “Os primeiros agrupamentos humanos”, pois pretendemos favorecer a ideia de que há um momento em que toda a humanidade se organizava em pequenos grupos (pelo menos no princípio). Ao recuperar tantas capacidades que os primeiros seres humanos tinham, procura-se ressaltar uma visão antropológica, ou seja, capaz de apreciar culturas contemporâneas de pequenos grupos e tecnologias pouco complexas sem a pretensão de medi-las de acordo com os parâmetros de nossa cultura. O princípio de integrar a história do Brasil e a história geral aparece, por exemplo, na preocupação de contextualizar o que futuramente chamaríamos de continente americano no Paleolítico e Neolítico.

A seguir, a segunda Unidade é chamada “Civilizações antigas”. Aqui procuramos destacar o papel que tiveram as experiências em outra forma de organização humana, que são as civilizações, capazes de organizar pessoas em grande número, e responsáveis pelo surgimento de uma ordem

institucional cujo conceito é importante para nós até hoje: o Estado. As cidades, seu surgimento e desenvolvimento, sua relação com as civilizações e suas marcas para a contemporaneidade são um assunto constante e gerador de reflexões, sobretudo nessa Unidade. **Civilização** não é tratada como uma categoria evolutiva, como algo que supera a experiência da vida em pequenos grupos, mas como outra forma de viver, articulada com novas condições que foram se impondo para parcelas da humanidade e interferiram profundamente na forma da vida social. Não nos limitamos aos esquemas clássicos sobre o assunto e procuramos dar um panorama um pouco mais global da experiência civilizatória, trazendo também os casos do Extremo Oriente, da África e da América. Mantém-se a perspectiva de garantir que o aluno conheça as fontes do conhecimento que ele está partilhando, e por isso muitas vezes incluímos boxes sobre a construção do conhecimento, a metodologia da História e sua relação com outras disciplinas no campo do conhecimento humano.

Na terceira Unidade, chamada "Europa, periferia do mundo", mais do que falar sobre a Idade Média europeia, procuramos dar um panorama mundial desse período e demonstrar as várias e distintas lógicas presentes em um mesmo momento, muitas delas não "cabendo" nesse recorte cronológico europeu de cerca de mil anos. Destacamos que, enquanto o que chamamos de Europa se fechava sobre si mesma buscando um novo equilíbrio de vida, religião e produção, outras experiências levavam à expansão econômica, especificamente comercial, e ao desenvolvimento da ciência, da técnica e da cultura no Oriente, especialmente no Islã. Procuramos os elos que integram a História, por exemplo, na presença muçulmana na península Ibérica, que marcaria o futuro Brasil e a futura América Latina. Sempre que possível, reunimos texto didático e documentos históricos, além de trechos de textos historiográficos, para que os conhecimentos possam ser trabalhados de forma multidimensional.

O **segundo volume**, dividido em 19 capítulos, é aberto pela Unidade "Europa como centro do mundo", que se dedica ao processo de construção da modernidade baseado em um mercado cada vez mais global, capitaneado por alguns dos países europeus. Nesse momento, a história da África é discutida a partir do conceito de diáspora africana, que procura entender o importante fenômeno da escravidão no contexto da criação do mercado atlântico e da interferência europeia sobre o continente africano.

O professor deve destacar os processos de resistência dos escravizados, mas também os processos que geraram a cultura brasileira, na qual a contribuição africana não é apenas mais um item, mas um dos alicerces que a estruturam. Também procuramos destacar que, no contexto da criação da modernidade, a criação da América Latina é uma consequência. É importante o professor lembrar aqui que os traços comuns entre a América hispânica e a portuguesa são as bases de nossa proximidade.

O segundo livro é completado com a Unidade "O 'longo século XIX'". Procuramos tratar conjuntamente todas as revoluções – políticas, sociais e econômicas – que, embora cronologicamente anteriores ao século XIX, geram todas as estruturas que vão explicar esse primeiro momento da contemporaneidade. Novamente, procuramos tratar de modo integrado as perspectivas de história europeia, americana, da África e do Oriente.

O **terceiro volume**, com 13 capítulos, é dedicado ao século XX e início do XXI, dada a importância crucial do seu estudo para que a História aprendida seja utilizável na vida política, social e de trabalho dos alunos que estão concluindo o Ensino Médio. Nas suas Unidades, "Para entender o século XX" e "Da Guerra Fria ao século XXI", procuramos manter os princípios que nortearam a obra até aqui, privilegiando as narrativas que informam o leitor sobre os acontecimentos que constituem o presente da humanidade.

Estrutura da obra

A obra está organizada em Unidades e capítulos.

As **Unidades** iniciam com a seção ***Saber histórico*** e finalizam com a seção ***Enem e vestibulares***.

- ***Saber histórico****:* apresenta a construção do conhecimento histórico dos conteúdos tratados na Unidade. Assim, pretende-se retirar a redoma de pretensa objetividade da narrativa histórica, evidenciando métodos, teorias e informações adicionais sobre as pesquisas historiográficas e suas relações com a sociedade. Deste modo, cada tema apresentado não surge como se fosse "natural" ou definido por algum especialista, mas como resultado das transformações dos estudos históricos e das mudanças sociais.
  Pretende-se, assim, que os alunos tenham a oportunidade de compreender que os debates sobre a produção do discurso da História também revelam os interesses, tensões e contradições que constituem as sociedades contemporâneas.
- ***Enem e vestibulares***: conjunto bastante expressivo de questões selecionadas das últimas avaliações do Enem e dos vestibulares de universidades de todas as regiões do país.

Os **capítulos**, além do texto principal, trazem boxes e seções variadas.

Na página de **abertura de cada capítulo** há sempre uma imagem significativa referente aos temas abordados. A interpretação da imagem e a leitura do pequeno texto que a acompanha podem propiciar inúmeras reflexões, hipóteses e sugestões de assuntos que se desdobram ao longo do estudo do capítulo.

A foto e o texto tratam, invariavelmente, de um tema contemporâneo e sugerem questionamentos sobre as relações presente-passado. Pretende-se, assim, incentivar uma leitura do passado sempre marcada pelos problemas e impasses do mundo que nos cerca, operando análises que conduzam os alunos a refletir sobre seu lugar e sua trajetória, bem como sobre a dimensão temporal dos acontecimen-

tos atuais. Além disso, o tema desta abertura de capítulo é retomado sistematicamente na atividade ***Articule passado e presente***, na qual os alunos devem refletir e tomar posição sobre uma questão atual.

Esses recursos contribuem para fortalecer práticas dialogadas, em que os alunos são incentivados a compartilhar seus conhecimentos prévios, suas opiniões e seus valores. É importante que esses ambientes sejam construídos com base no respeito e na valorização das diferenças e diversidades e que, pelo trabalho pedagógico, as tensões e as divergências sejam explicitadas, compreendidas e incorporadas pela classe como parte integrante das relações interpessoais.

Sempre que possível, os capítulos apresentam a matéria de forma cronológica. Imagens e boxes com informações complementares procuram enriquecê-la e criar alternativas de leitura que visam auxiliar o aluno em seu estudo. O texto dos capítulos não trata sistematicamente das discussões levantadas na seção ***Saber histórico***, pois acreditamos que isso foge ao perfil de manual didático que pretendemos. Nessa fase de estudo, é importante que o aluno saiba que essas questões sobre o saber historiográfico existem, que ele reflita sobre elas e as tenha presentes; no entanto, submeter cada tópico do conteúdo a uma análise desse tipo poderia mais confundir o aluno do que ajudar. Por isso, frisamos que essa tarefa caberá ao professor, que é o condutor do processo e saberá o melhor momento para retomar essas análises e de que maneira, dependendo da realidade de cada turma de alunos. Por outro lado, isso não significa que apresentamos a matéria de forma estanque, nem os conhecimentos históricos como uma única verdade. Há constantes relativizações e, principalmente nos boxes, procuramos trazer algumas análises historiográficas para o primeiro plano, quando consideramos pertinente e adequado para assimilação pelos alunos.

Os capítulos trazem ainda as seguintes partes:

- ***Onde e quando*** – seção apresentada sempre no início, localiza visualmente o período e o espaço que serão abordados no capítulo. É importante convidar os alunos a observar essas informações para que se orientem no estudo e possam aprofundar as noções de tempo cronológico e tempo histórico.
- ***Leituras*** – boxe que apresenta trechos de textos de outros autores publicados em livros, revistas ou *sites* da internet. É importante que a leitura dos trechos seja acompanhada de referências à modalidade textual, ao autor e à fonte de origem da publicação. Assim, os alunos ampliam não apenas seus conhecimentos sobre os temas do capítulo, mas também suas competências de leitura e compreensão de diferentes discursos. Se julgar oportuno, os textos originais podem ser consultados e lidos integralmente, em atividades complementares que aprofundem determinados temas. Muitas vezes a seção propõe atividades, algumas de caráter interdisciplinar.
- ***Para saber mais*** – boxe que apresenta textos que complementam e aprofundam algum conceito ou aspecto abordado no capítulo. A seção pode apresentar atividades da disciplina, bem como de outras áreas do conhecimento.
- ***Pontos de vista*** – apresenta a opinião de pesquisadores a respeito de uma temática polêmica, discutindo diferentes pontos de vista e concepções teóricas sobre determinado processo histórico. Nessa seção, articulam-se traços biográficos de cada autor às suas ideias fundamentais, a partir de trechos de suas obras de referência.
- ***Construindo conceitos*** – esse boxe tem por finalidade sistematizar conceitos fundamentais do ensino de História, apresentando a construção histórica e os debates em torno das diversas acepções de cada conceito. É importante trabalhar o boxe articulado aos conteúdos dos capítulos já estudados, para que os conceitos sejam mais bem compreendidos. Propõe atividades relacionadas à pesquisa.
- ***Vivendo naquele tempo*** – boxe que aprofunda conhecimentos sobre um determinado conteúdo histórico, a partir da perspectiva de diferentes sujeitos sociais e de suas experiências cotidianas. Assim, procuramos apresentar as condições de vida, os valores e as práticas sociais de escravizados, cavaleiros medievais, mulheres, idosos, degredados e indígenas, etc., em diferentes contextos históricos.
- ***Dialogando com outras disciplinas*** – ao longo dos três volumes, diversas atividades foram elaboradas nessa seção para incentivar especialmente o trabalho interdisciplinar. Ela propõe um trabalho de investigação com outra disciplina a partir de um objeto ou problema comum. Esse trabalho pode ser realizado com a integração plena das disciplinas ou, quando isso não for possível, com a colaboração pontual do professor da outra disciplina. Sabemos que projetos interdisciplinares exigem disposição, diálogo e desprendimento de cada docente para o esforço de ação coletiva. Em todo caso, reiteramos que a ação interdisciplinar não propõe a anulação das disciplinas de base, mas pressupõe a articulação das perspectivas disciplinares no desvendamento de uma temática ou problema de pesquisa.
- ***Infográfico*** – por meio de imagens, legendas explicativas e pequenos textos, a seção está construída em torno de representações visuais que colaboram para a fixação de determinados conteúdos. Trata-se de um recurso que solicita uma leitura atenta e dirigida, com orientações que conduzem o aluno a identificar relações nem sempre explícitas.
- ***Atividades*** – dispostas no final do capítulo. Nos capítulos mais longos ou dependendo da pertinência do tema, podem aparecer também após um tópico principal. Estão divididas em quatro blocos, como segue:
  - **Retome** – atividades que objetivam a retomada das questões mais relevantes do capítulo, solicitando ao aluno que explique, sintetize e justifique determinados conteúdos. Trata-se de um tipo de procedimento individual que pretende sistematizar práticas de estudo bastante consolidadas, mas que os alunos tendem a

desvalorizar, optando por copiar as respostas de colegas ou simplesmente procurar pelo trecho correto no livro. Assim, seria oportuno refletir com os alunos sobre a importância desse tipo de atividade para a fixação dos conteúdos, na medida em que é o processo de escrita individual e genuína que lhes permite compreender o que estudaram e identificar os aspectos que não ficaram claros.

- **Pratique** – atividades que trabalham habilidades operacionais e interdisciplinaridade. Envolvem leitura, análise, comparação, interpretação de imagem, de textos e documentos diversos, letras de música, poesias, charges, tabelas, mapas, etc. Nessas atividades tentamos criar condições para que o aluno perceba: primeiro, que a História ensinada na obra e na escola não é a única fonte de informação que ele tem disponível (realizações práticas e interpretações da História que brotam das famílias, instituições e meios de comunicação também devem ser consideradas); segundo, que a História está em permanente construção.
- **Analise uma fonte primária** – atividades que apresentam roteiros de interpretação de diversas fontes históricas, como leis, cartas, ilustrações, pinturas, fotografias diversas, etc. O objetivo da atividade é desenvolver habilidades de leitura e interpretação de fontes por meio da observação direta e da articulação com os conteúdos do capítulo. Ainda que as questões formuladas ofereçam margem para "respostas pessoais", entendemos que o direcionamento da leitura e o incentivo ao aprofundamento do trabalho podem conduzir os alunos a respostas mais complexas e integradas aos estudos do capítulo.
- **Articule passado e presente** – atividades que incentivam os alunos a refletir e discutir as relações entre o tempo presente e o passado, retomando muitas vezes o tema contemporâneo apresentado na abertura do capítulo. Pretende-se, assim, colaborar para a construção de um pensamento crítico sobre as experiências cotidianas e as relações sociais que cercam os alunos. A realização dessas atividades pode conduzi-los a debater, expressar opiniões, realizar pesquisas em *sites* e livros, trocar ideias e solicitar a opinião dos colegas, enfim, construir a sua própria interpretação sobre a relação passado-presente a partir de um tema ou problema apresentado.

Estrutura deste Manual do Professor

Este Manual do Professor oferece a você, professor, alguns subsídios que podem ser úteis na aplicação desta obra em seu curso. O Manual contém:

- **Tópicos 1 a 7**: compreendem a apresentação introdutória à coleção, com os fundamentos, algumas discussões que servem ao seu embasamento (Enem, avaliação, cultura juvenil, etc.) e a organização da obra.
- **Tópico 8**: traz as indicações bibliográficas, selecionadas para o professor.
- **Tópico 9**: apresenta comentários e orientações por Unidade/capítulo de cada volume. Tem a seguinte estrutura:
  - ***Por que estudar?***: indica a pertinência do estudo de alguns temas do capítulo. Ajuda a responder ao questionamento comum dos alunos: por que temos de estudar isso? O que importa para a minha vida saber esse assunto?
  - ***Objetivos***: enumera os conteúdos, habilidades e competências que se pretende desenvolver no capítulo.
  - ***Tópicos principais do capítulo***: destaca algumas seções e conteúdos, sugerindo possibilidades de trabalho e aprofundamento.
  - ***Abordagens interdisciplinares***: indica possibilidades de trabalho com disciplinas específicas com base em certos conteúdos do capítulo, além daqueles que já constam do livro do aluno.
  - ***Conheça mais***: sugere livros, filmes e *sites* sobre os conteúdos do capítulo.
  - ***Textos de apoio***: indica trechos de textos de historiografia que podem complementar o trabalho em sala de aula ou colaborar para ampliação do repertório dos professores. Aparece em alguns capítulos.
  - ***Comentários e respostas***: apresenta sugestões de resposta e encaminhamento para todas as atividades do Livro do Aluno, incluindo as que estão nos boxes e seções e as da seção ***Atividades*** no final de cada capítulo.
  - ***Atividades complementares***: são atividades extras, que o professor pode usar no momento que achar mais adequado. Há atividades semelhantes às do Livro do Aluno (***+Atividades***), as quais podem servir de tarefas de casa ou avaliações pontuais. Há ainda outras atividades, para trabalhos em grupo ou individuais, que podem demandar um tempo maior de realização. Por último, temos sugestões de atividades interdisciplinares com as áreas das Ciências Humanas. Elas atendem às orientações curriculares para o Ensino Médio, que destacam as necessárias articulações entre as dimensões temporal e espacial, aproximando e integrando análises sobre os processos sociais e históricos e a espacialidade de diferentes eventos e fenômenos em diferentes escalas geográficas. Também permitem compreender, construir e relacionar importantes conceitos utilizados na Filosofia e na Sociologia. Com base nas proposições dessas atividades, o aluno poderá ainda desenvolver competências gerais e das Ciências Humanas, associadas ao domínio de uso de diferentes linguagens, à leitura e produção de textos em diversos gêneros, à leitura e interpretação de mapas, cartas e iconografias, favorecendo o trabalho coletivo, interdisciplinar e contextualizado.

4 Currículo de História e interdisciplinaridade

O currículo expressa concepções de conhecimento e projetos de ser humano e sociedade, por isso representa relações de poder, revelando tensões que definem seu caráter sempre disputado e, consequentemente, contingente e histórico. Por essa razão, o currículo das escolas de Educação Básica, em especial das escolas públicas, é objeto permanente de críticas e alvo de constantes propostas de mudanças que se balizam pelas questões: qual conhecimento? Que subjetividades queremos formar?[1]

Um dos temas centrais do debate são os princípios que devem reger a organização do conhecimento escolar. São inúmeras as formulações sobre o problema e as propostas apresentadas, envolvendo aspectos como a disciplinarização ou não do conhecimento, a constituição de áreas, projetos ou eixos temáticos. Alguns preferem reduzi-lo a um núcleo de disciplinas fundamentais – Matemática e Língua Portuguesa – que asseguram domínios básicos de aprendizagem para ingresso no mundo do trabalho. Outros defendem que o conhecimento do mundo não pode mais estar fragmentado e distante dos desafios trazidos pelas novas tecnologias e que os currículos especializados e disciplinares já não são mais adequados aos novos tempos, devendo ser substituídos por currículos integrados e interdisciplinares. As atuais diretrizes curriculares da educação básica preconizam, ainda, que a escola deve entender a organização da matriz curricular:

> [...] como alternativa operacional que embase a gestão do currículo escolar e represente subsídio para a gestão da escola (na organização do tempo e do espaço curricular, distribuição e controle do tempo dos trabalhos docentes), passo para uma gestão centrada na *abordagem interdisciplinar*, organizada por eixos temáticos, mediante interlocução entre os diferentes campos do conhecimento. *(grifo nosso)*
>
> Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Resolução CNE n. 4/2010, art. 13, §3º, Inciso V.

A opção por uma organização curricular a partir de uma concepção de conhecimento interdisciplinar possibilitaria a construção de relações significativas entre o conhecimento escolar e a realidade vivida, e a superação de uma abordagem curricular em que as relações entre as disciplinas e os conteúdos de cada uma delas sejam burocraticamente preestabelecidas. As abordagens interdisciplinares de conteúdos escolares permitiriam desmantelar as barreiras curriculares e as formas fragmentadas de organização do trabalho escolar. Juares Thiesen (2008) afirma que a interdisciplinaridade, "compreendida como formulação teórica e assumida enquanto atitude, tem a potencialidade de auxiliar os educadores e as escolas na ressignificação do trabalho pedagógico em termos de currículo, de métodos, de conteúdos, de avaliação e nas formas de organização dos ambientes para a aprendizagem".

Uma abordagem interdisciplinar instaura uma nova relação entre as disciplinas que compõem o currículo e a realidade. Os conteúdos serão selecionados e desenvolvidos numa concepção em que se pressupõe que as áreas de conhecimento devam interagir para o conhecimento da realidade e em que o currículo se construa em diálogo com a realidade próxima e com as demandas dos alunos.

Mas será que essa mudança de postura ante o conhecimento escolar exige também uma completa ruptura na organização curricular? Seria preciso, por exemplo, romper com um currículo baseado em disciplinas escolares? O obstáculo para as práticas interdisciplinares está relacionado à existência de disciplinas escolares?

O que se pretende em uma abordagem interdisciplinar não é anular a contribuição de cada disciplina escolar e sua ciência de referência, em detrimento de outras, nem mesmo criar uma nova área de conhecimento, ou uma nova disciplina. É importante destacar que as contribuições e trocas entre as disciplinas permitem a integração dos conteúdos das diferentes áreas de conhecimento, mas não significam uma completa ruptura do currículo disciplinar. Para existir interdisciplinaridade, nos lembra Bittencourt (2011, p. 256), deve haver disciplinas que possam estabelecer vínculos epistemológicos entre si. Todavia, é preciso ir além das disciplinas e de uma abordagem fragmentada do conhecimento, o que pode ser realizado com a criação de uma abordagem comum em torno de um mesmo objeto de conhecimento. A abordagem interdisciplinar exige do professor o domínio do seu campo específico de conhecimento, da sua disciplina escolar, para que ele possa empreender a abordagem de um tema ou problema em diálogo com outras disciplinas.

Nesta perspectiva, a interdisciplinaridade consiste em um trabalho comum, que integra diferentes disciplinas, e que se efetiva pela interação entre elas no desenvolvimento do estudo de um tema, problema ou objeto. A pesquisadora Ivani Fazenda (1979) afirma ser exatamente a interação a condição básica para a interdisciplinaridade. A interação, que resulta do diálogo entre diferentes áreas de conhecimento, permite alcançar uma visão integrada que não fragmenta o objeto de estudo.

[1] Nas atuais Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Resolução CNE n. 4/2010) o currículo é entendido como "experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos educandos".

Num sentido **epistemológico**, Paulo Freire afirma que:

> A interdisciplinaridade é o processo metodológico de construção do conhecimento pelo sujeito com base em sua relação com o contexto, com a realidade, com sua cultura. Busca-se a expressão dessa interdisciplinaridade pela caracterização de dois movimentos dialéticos: a problematização da situação, pela qual se desvela a realidade, e a sistematização dos conhecimentos de forma integrada. (grifo nosso)
>
> FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Na proposta freiriana, a interdisciplinaridade envolve um conjunto de procedimentos metodológicos de construção do conhecimento. Procedimentos que levam em consideração as relações de conhecimento que o sujeito tem com seu contexto, sua realidade, sua cultura. Isto é, procedimentos que valorizam o conhecimento prévio dos sujeitos, suas experiências e vivências sociais e culturais. A interdisciplinaridade pressupõe a relação ativa do sujeito na construção do conhecimento a partir de seu contexto, realidade e cultura.

Por sua vez, metodologicamente, a construção do conhecimento se realiza por meio de movimentos dialéticos, aqui pensados em dois momentos articulados: da problematização (indagações que permitem desvelar, ou seja, tornar visível aquilo que se tornou escondido – por exemplo, aquilo que está naturalizado e nem é mais questionado, como as relações sociais, a pobreza, as relações de gênero, as relações raciais, as formas de comer, vestir, habitar, consumir, produzir, trabalhar, a violência, o voto, a corrupção, etc.); e da sistematização dos conhecimentos de forma integrada.

Segundo Zanotto e De Rose (2003), na perspectiva de Paulo Freire, o que está sendo enfatizado na **problematização** é o sujeito, ou seja, a ação de problematizar acontece a partir da realidade que envolve o sujeito; as indagações que este lança ao mundo real, vivido, cotidiano. Por sua vez, a busca de explicação e solução para os problemas ou temas levantados (as relações de trabalho, o transporte público, a mortalidade infantil, as formas de habitação, etc.) visa transformar aquela realidade estudada pela ação do próprio sujeito. Na concepção de Paulo Freire, nessa operação cognitiva estão enlaçados simultaneamente: os sujeitos inseridos num contexto, numa realidade e cultura e que buscam conhecer; um objeto a ser desvelado, conhecido; um procedimento de abordagem específico dos sujeitos em relação ao objeto (os sujeitos aprendem entre si, como ensinou Freire, mediados pelo mundo); e uma transformação contínua, que ocorre tanto nos sujeitos que conhecem quanto no objeto que é conhecido – sejam os objetos do mundo, propriamente ditos, sejam os conhecimentos ou representações construídas social e historicamente sobre ele. Na ação de problematizar, o sujeito também se transforma e passa a perceber novos problemas na sua realidade, e assim sucessivamente.

A **sistematização** do conhecimento, por outro lado, pode ser entendida como uma etapa de síntese, de generalizações, que pode ser expressa por meio de várias formas de resgate, registro, organização, análise e interpretação da experiência de conhecimento vivida. De acordo com Jara, a palavra sistematizar, em geral, é empregada no sentido de 'sistematização de informação', coincidindo com a ideia de ordenar e classificar as informações. Todavia, segundo ele, quando falamos sobre como sistematizar uma **experiência vivida**, uma prática de conhecimento do mundo, não devemos apenas pensar em como ordenar e classificar a informação, pois:

> É preciso um método para se aprender da experiência. Sobre a base dessa ideia central nós elaboramos uma proposta metodológica que tem, digamos, três momentos. Há um momento descritivo, de descrição, de ordenamento e de reconstrução histórica do que se passou. Depois, interpretar criticamente e tirar conclusões. E, por fim, o que eu considero o mais importante, que é comunicar as aprendizagens. A ideia é que cada um de nós discorra sobre uma parte de sua experiência. Isso só acontece se houver sistematização, caso contrário a experiência vai se perdendo no tempo.
>
> JARA, Oscar. Sistematização. In: FUMAGALLI, D.; SANTOS, J. M. P.; BASUALDO, M. E. (Org.). *O que é sistematização*: uma pergunta, diversas respostas. São Paulo: CUT, 2000. p. 37.

Nesse sentido, a sistematização resulta como um momento de reflexão individual e coletiva sobre o próprio processo, a prática de investigação, a construção do conhecimento sobre a realidade mediada pelo educador. Esse é um momento que exige disponibilidade para aprender com o vivido, sensibilidade para falar sobre a experiência e ouvir sobre a prática, requer habilidade para análise, interpretação e síntese.

Do ponto de vista **pedagógico** do currículo escolar, a abordagem interdisciplinar implica ensinar e aprender conteúdos específicos das disciplinas escolares com um método comum, valorizando a interlocução entre as áreas de conhecimento.

Ao longo da nossa coleção, procuramos valorizar sistematicamente a perspectiva interdisciplinar a partir de conteúdos articulados e da formulação de problemas comuns que demandam a contribuição de outras disciplinas escolares. No Livro do Aluno, a seção *Dialogando* propõe, em momentos específicos, o estudo de determinados temas a partir de pesquisas interdisciplinares e da elaboração e apresentação dos resultados em diferentes formatos (cartazes, debates, murais, apresentações artísticas, etc.). Neste Manual do Professor, nos *Comentários e orientações por capítulo*, indicamos sugestões de abordagens interdisciplinares que poderiam compor a prática pedagógica, conforme as dinâmicas escolares de cada localidade.

5 Cultura juvenil e Ensino Médio

No *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pode-se acompanhar, em tempo real, a evolução estimada da população do país a partir de projeções dos ritmos de crescimento. No exato momento em que escrevíamos este Manual do Professor, éramos 205 769 633 de brasileiros e brasileiras. Desse número, os jovens formam um quarto da população: 51,4 milhões de pessoas entre 15 e 29 anos vivendo, atualmente, no Brasil. O Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, tem duração mínima de 3 anos e oferta preferencial à população de 15 a 17 anos. Nessa faixa etária o país tem cerca de 10 milhões de jovens.

Em 2016, terminaria o prazo estabelecido pela Emenda Constitucional nº 59 para que todas as crianças e jovens de 4 a 17 anos estivessem matriculados na escola. No entanto, a julgar pelo que os indicadores mais recentes revelavam, esse objetivo não seria atingido. A principal razão estaria exatamente na faixa etária de 15 a 17 anos, correspondente ao Ensino Médio. Isso porque, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, ainda em 2014 eram quase 1,7 milhão de jovens fora da escola.

Além disso, entre os que estão matriculados, muitos não conseguem concluir o Ensino Médio aos 17 anos. Fatores como a falta de atratividade, a necessidade de ingressar no mercado de trabalho, a gravidez precoce, etc. fazem com que muitos sejam reprovados e até abandonem a escola antes de concluírem os estudos. Ampliar a matrícula, reduzir a evasão e aumentar o sucesso escolar dos jovens são objetivos e metas de nossa educação. Mas a solução desses problemas não é simples. Como tornar interessante e atrativa a escola de Ensino Médio para o jovem? Como evitar taxas elevadas de reprovação dos alunos? Como diminuir a evasão? Como garantir que, ao chegar à escola, eles possam estudar com êxito e concluir o curso? Como expandir, universalizar e democratizar o acesso ao conhecimento?

Parte da solução dos problemas está na compreensão de quem é o jovem hoje. As novas diretrizes curriculares para o Ensino Médio propostas pelo Conselho Nacional de Educação apontam que é preciso conhecer qual é a realidade da juventude brasileira, quais são as múltiplas dimensões da sua condição juvenil. Como afirmam Carrano e Dayrell (2014), é preciso “facilitar o processo de aproximação e conhecimento dos estudantes que chegam à escola como jovens que são sujeitos de experiências, saberes e desejos”. Mas, afinal: quem são esses jovens brasileiros hoje? Quais são suas identidades, demandas e projetos? Como eles transitam para a vida adulta em uma sociedade complexa e desigual em tempos de incerteza? O que esperam da escola?

Sabemos que os jovens que frequentam a escola pública provêm de várias origens sociais, raciais, étnicas, dos campos e das periferias das cidades. Nossa juventude é diversa e suas diferenças são marcadas por desigualdades. Ainda que o Ensino Médio seja oferecido preferencialmente aos jovens de 15 a 17 anos, a juventude não se reduz a essa faixa etária, e também não se restringe à adolescência. O que chamamos de juventude, na realidade, é uma construção social e histórica. Afinal, ser jovem no Brasil hoje, por exemplo, difere do que se poderia definir como jovem em outros tempos e lugares. Por isso, é preciso reconhecer que o conceito de juventude pode ganhar diferentes contornos conforme o contexto histórico, social, cultural. Existem diferenças territoriais, raciais, de gênero, de condição social e econômica. Existem diferentes modos de vivenciar a juventude. Mas podemos dizer que jovens são sujeitos de direitos em busca de direitos e sonhos.

Os dados de uma pesquisa da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ)[2], de 2013, revelam que 84,8% dos jovens moram nas cidades e 15,2% no campo. A pesquisa mostra que 53,5% dos jovens de 15 a 29 anos trabalham, 22% estudam e 14% trabalham e estudam simultaneamente. A maioria vive em famílias de baixa renda, convive com o desemprego e trabalhos precários. A distribuição de sexo revela equilíbrio entre 49,6% homens e 50,4% mulheres. Com relação à raça, declararam-se de cor parda (45%) ou preta (15%) e 34% de cor branca. Quanto à religião, a maioria (56%) declara-se católica, 27% são evangélicos e 15% não têm religião. A pesquisa da SNJ identificou quais são os problemas que mais preocupam a juventude brasileira de hoje. Em primeiro lugar ficaram a violência e a segurança (43%). O segundo assunto que mais preocupa os jovens é emprego ou profissão (34%). Em seguida estão as questões de saúde (26%) e educação (23%). Dentre os temas que os jovens consideram mais importantes para serem discutidos pela sociedade estão a desigualdade social e a pobreza (40%), drogas e violência (38%), política (33%), cidadania e direitos humanos (32%), educação e futuro profissional (25%), racismo (25%) e meio ambiente e desenvolvimento sustentável (24%).

É preciso considerar, especialmente, que as juventudes que hoje chegam ao Ensino Médio são, em sua maioria, provenientes das camadas populares, são jovens trabalhadores(as) que buscam conciliar trabalho e educação, assumem múltiplas responsabilidades e possuem trajetórias diversas, também no que diz respeito à escola.

Trata-se de identificar ainda a existência de uma diversidade de culturas juvenis que refletem a própria diversidade socioeconômica do país e suas especificidades regionais e locais. No entanto, é possível reconhecer que a expansão da vida urbana, o crescimento da indústria cultural e da sociedade da informação têm produzido formas relativamente generalizadas de cultura juvenil, como as chamadas “culturas urbanas”: o *hip hop*, os bailes *funk,* o *punk,* os gra-

[2] Veja-se a respeito: Pesquisa Agenda Juventude Brasil 2013. Disponível em: <www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/pesquisa_perfil_da_juventude_snj.pdf>. Acesso em: 3 maio 2016.

fites e as pichações, as organizações em coletivos juvenis, os encontros das diferentes "tribos urbanas" em pontos específicos da cidade, etc.

Essas culturas juvenis são profundamente dinâmicas e voláteis, mobilizam múltiplas forças, integram-se e interagem com a realidade local e, simultaneamente, em redes virtuais de alcance global. Surgem novas tendências, estilos, expressões, que marcam indelevelmente o corpo dos jovens: suas roupas, seu cabelo, sua pele – ressignificada com adereços, *piercings* e tatuagens. Essas culturas mobilizam valores de contestação e formas de resistência ao que se entende por "vida adulta" (regrada pela tradição e pelo conformismo); também produzem sua própria linguagem, seu vocabulário, em geral constituído em oposição ao que se considera a linguagem "adulta", por meio de abreviações, gírias, palavras em inglês ressignificadas.

Nesse amálgama de experiências diversas e contraditórias, em que o efêmero e a vivência do tempo presente se misturam com as projeções de um futuro incerto, forja-se um caldo de cultura que, em geral, a educação formal ignora, deslegitima e tenta desconstruir.

Nesse sentido, é preciso produzir uma reflexão profunda sobre os papéis que a própria escola de Ensino Médio tem assumido. Que escola é essa? Que experiências, saberes, vivências de ensino e aprendizagem ela proporciona aos estudantes? Qual currículo é oferecido e realizado nas escolas? Quais são os referentes, conceitos e valores que organizam os saberes curriculares nela praticados? Essas indagações abrem caminho para uma série de ponderações sobre as práticas escolares e a formulação de seus conteúdos curriculares.

Em geral, aponta-se que as escolas estão distantes dos jovens, reforçando representações sociais assentadas em preconceitos e estigmas que circulam socialmente e são veiculados pela mídia, segundo os quais a juventude é vista como um tempo da vida problemático, e o jovem um "problema". Algumas escolas não consideram o jovem como parte da solução das questões que ele levanta, nem como interlocutor importante no momento de tomar decisões. A permanência de uma cultura escolar conservadora e centralizada nas decisões administrativas impede o exercício da cidadania e da participação política desses jovens, desmobilizando uma energia criativa e o desejo de colaboração que alimenta diversas práticas culturais juvenis.

Por isso, a escola de Ensino Médio precisa repensar suas práticas e modos de funcionamento, caso queira integrar efetivamente a juventude a um processo de formação educacional significativo. As novas diretrizes curriculares têm apontado sistematicamente a importância de construir os currículos escolares do Ensino Médio em torno das questões do trabalho, da cultura e da ciência e tecnologia, como eixos articuladores dos conteúdos específicos de cada disciplina. Também orientam a necessidade de levar em conta as experiências e os valores que os jovens trazem para o ambiente escolar, como resultado não apenas da vida cotidiana, mas da própria construção da identidade, em fase de amadurecimento. Seus anseios, seus desejos, suas potencialidades, suas frustrações, seus saberes e suas perspectivas precisam ser reconhecidos e debatidos pelo currículo escolar.

6 Avaliação de alunos, de professores e da educação

Todos os aspectos que viemos trabalhando ao longo deste Manual do Professor impõem uma reflexão adicional sobre o tema da avaliação. De fato, já vai longe o tempo em que a avaliação era a verificação mecânica e classificatória da aprendizagem. Acreditamos que a avaliação não deve medir apenas a assimilação mecânica dos conteúdos, mas também a aplicação de habilidades e competências diversas.

Uma avaliação nos moldes tradicionais, com ênfase quase absoluta em provas mensais ou bimestrais, não deve ser o único parâmetro. Embora tenha sua importância e validade, acreditamos que esse meio seria complementar a todo o processo e que o núcleo principal da avaliação deve decorrer da **participação** e do envolvimento dos alunos nas discussões em sala de aula e na realização das atividades propostas.

Convocar os alunos, individual e coletivamente, para elaborar os conceitos gerais da avaliação (que incluiriam as dimensões conceituais da disciplina, mas também posturas e comportamentos individuais, das equipes e da classe como um todo) poderá servir para aferir o rendimento conseguido em sala de aula e preparar o caminho para os trabalhos seguintes. Dessa maneira, aprimoram-se a atuação e as conquistas dos alunos e dos professores.

A coleção pretende dar condições para que o professor possa utilizar o processo de **avaliação contínua** (ao longo de todos os módulos do curso) para verificar o que o aluno realmente apreendeu. As diferentes atividades propostas são úteis para esse tipo de avaliação. Ao professor caberá também avaliar as próprias estratégias escolhidas para o seu curso e a necessidade ou não de rever procedimentos.

Pelos critérios do Enem, que por sua vez expressam as exigências do mercado de trabalho e da participação cidadã na atualidade, não basta à avaliação recuperar dados que o aluno tenha retido, mas principalmente verificar o desenvolvimento de capacidades cognitivas, o domínio e a aplicação de conceitos.

Além da avaliação contínua, temos também a possibilidade da avaliação diagnóstica, que consiste no uso dos instrumentos de avaliação como recurso para verificar o desenvolvimento do aluno e seu sucesso em cada um dos objetivos propostos. Essa perspectiva de avaliação pressupõe a exis-

tência de objetivos que vão além de meramente "passar o conteúdo" e depois verificar se ele foi assimilado ou não. Tais objetivos têm caráter de conquistas cognitivas progressivamente mais complexas, mais do que uma restituição de informações fornecidas em aula. Assim, a avaliação constituirá para o professor, para o grupo e para o aluno individualmente uma oportunidade de correção de rumos, no ensino e na aprendizagem, permitindo que o processo todo possa ser repensado continuamente, tendo em vista seu aperfeiçoamento constante. Dentro dessa perspectiva, retira-se da avaliação a função de reprimir o aluno indisciplinado ou de classificar os alunos, estabelecendo identidades fixas de "bons" e "maus" estudantes, como rótulos que podem se fixar indefinidamente. Ao contrário, o esforço será para desenvolver no aluno uma disciplina pessoal de estudos que se manifeste de dentro para fora, paulatinamente.

Para atingir as metas de uma avaliação de caráter diagnóstico, os instrumentos utilizados, além de ter seus objetivos previamente expostos, de modo que se tornem claros e consensuais para todos os envolvidos, devem ter seus critérios de correção explorados exaustivamente. Isso é tanto mais necessário quanto mais abertas forem as questões, e as questões abertas são muito importantes para o desenvolvimento das capacidades cognitivas mais complexas e sofisticadas. Por exemplo, ao solicitar um posicionamento pessoal quanto a um tema em estudo, o professor deve indicar quais são os parâmetros de argumentação e fundamentação aceitáveis, tais como levar em conta as evidências documentais disponíveis, considerar as limitações ou características do pensamento de época, sustentar aspectos éticos e humanísticos na argumentação, e assim por diante. Dessa maneira, nem professor nem aluno ficam reféns de visões egoísticas ou pareceres meramente impressionistas, como o popular "achismo".

Em avaliação, o critério claro de correção é importante para que se desenvolvam conhecimentos e opiniões fundamentadas, a fim de permitir que progressivamente os alunos superem pontos problemáticos do senso comum, como preconceitos e perspectivas superficiais.

A avaliação que permite a criatividade do aluno é importante para a superação do que Paulo Freire chamou de "educação bancária" e Ausubel chama de "aprendizagem mecânica", ou seja, aquela composta principalmente de conteúdos que se aprendem por repetição constante e técnicas de memória, mas não chegam a constituir um todo significativo e aplicável à vida, e cujo destino, ao longo dos anos (meses ou dias), é desaparecer quase por completo. Instrumentos que incentivem a criatividade, a resolução de problemas e o levantamento de informações que sejam aplicadas na criação de novos enunciados são benéficos para uma fixação do aprendizado não só em termos de conhecimento histórico, mas de um saber fazer que será útil no cotidiano do cidadão, filtrando as informações necessárias às suas decisões.

As exigências educacionais contemporâneas, que são significativamente expressas no modo como o Enem avalia o aluno, caminham para encorajar e sustentar uma avaliação que permita analisar o desenvolvimento das capacidades de operar o conhecimento, aplicar conceitos e resolver problemas, mais do que reter informações. As informações e os dados são voláteis e passíveis de desatualização, e o mais importante que o aluno deve saber em relação a eles é como recuperá-los, buscá-los e reencontrá-los. As extensas bases de dados tradicionais e virtuais amplamente disponíveis devem ser apropriadas para a função de liberar o tempo e os recursos intelectuais do aluno para tarefas mais significativas. A memorização de conteúdos pode ser vista como ponte para o processo reflexivo, para o desenvolvimento de raciocínios e não como um fim em si. Também por esse motivo, é necessário pensar em formas de avaliação diversificada, que não se reduzam a testes periódicos escritos (provas), mas que avancem para o cotidiano.

Nas avaliações, professores e alunos podem beneficiar-se de uma linguagem coloquial, que introduza com detalhe e clareza o que se pede, investindo em situações-problema, abusando de textos introdutórios, fontes, textos e figuras para análise. É possível esperar melhores resultados com orientação clara e com o uso de verbos e explicações que apontem com precisão o que se espera do aluno. Assim, é possível requisitar as mais variadas capacidades, das mais simples (classificar, associar, identificar) às mais complexas (estabelecer relações, comparar, levantar hipóteses, avaliar, propor soluções). Obviamente, para que sejam avaliadas, devem ser exercitadas: o que é avaliado nas provas é o que se vivencia durante as aulas, e o que se vivencia durante as aulas pode e deve ser objeto de avaliação continuada.

Outro elemento cotidiano no ensino são as pesquisas demandadas como tarefa, fora de sala de aula. No passado, os alunos copiavam trechos de livros ou enciclopédias para atender às solicitações de pesquisas de seus professores. Atualmente, dada a disponibilidade quase ilimitada da internet, mesmo para os estratos mais desfavorecidos da população, a tendência é que esteja facilitada e generalizada a pesquisa de temas pelo "método Ctrl+C/Ctrl+V", ou seja, digitar o tema em servidores de busca, selecionar, copiar e colar os textos. Essa prática não obriga sequer que se leia o que se colou no documento entregue ao professor e é completamente inócua. Exigir trabalhos escritos à mão não é uma solução e impõe um retrocesso técnico que chega às raias do insuportável para o aluno. Uma saída possível é propor trabalhos que não se esgotem na apresentação de informações, mas que exijam compreensão e reflexão: problemas a serem resolvidos com o uso da informação em foco; formulações de pesquisa com uma ou mais perguntas; solicitação de dados ou opiniões diferentes que devam ser comparados e elaboração de uma conclusão.

Com a disponibilidade de *sites* de internet que armazenam programas de televisão, gravações em vídeo, trechos

de filmes, etc., é possível propor pesquisas nas quais o aluno extraia informação de temas disponíveis em reportagens ou entrevistas, por exemplo, e redija seu relatório a partir daí. Enfim, é possível reverter o mau uso dos recursos de informação para a pesquisa escolar, mas, para isso, a pesquisa tem de ter um caráter operatório, da mesma forma que a aula e a avaliação de História.

As atividades devem desenvolver habilidades de linguagem, capacidade de relacionar, analisar, interpretar dados, fatos, situações e modelos explicativos. Ao mesmo tempo, elas devem visar à produção de trabalhos individuais e coletivos, que permitirão avaliações diferenciadas.

Cabe ao professor ainda mobilizar os alunos no processo de **autoavaliação**, do qual devem fazer parte não só uma autorreflexão, mas os comentários feitos pelos colegas de sala.

No final, importa saber – e avaliar – o preparo dos estudantes para entender o mundo em que vivem e no qual devem atuar e interferir de modo mais preparado e consciente.

7 Enem

Nas últimas décadas, as discussões no campo da Didática da História (ou da metodologia do ensino-aprendizagem de História) se desenvolveram e se tornaram bastante complexas. No Brasil não foi diferente. Há uma ampla e crescente gama de estudos universitários sobre o tema, e grande parte desses materiais está acessível em anais impressos de eventos ou na internet, em periódicos tradicionais ou *on-line*, além de livros.

A partir de estudos inicialmente desenvolvidos por pesquisadores como Marcos Silva, Elza Nadai, Circe Bittencourt, Kátia Abud, Ernesta Zamboni e outros, o período pós-regime militar brasileiro foi marcado pela busca de novos rumos, diante da necessidade de refazer a disciplina, que havia sido atacada pelos governos como forma de levar à escola a Doutrina de Segurança Nacional. Além disso, buscava-se trazer de volta a História, resgatando-a dos Estudos Sociais. Tratava-se de buscar novas perspectivas quanto a conteúdos, métodos e fundamentos do ensino da disciplina, adaptando-a às necessidades de formação para a cidadania em um novo tempo, democrático.

De lá para cá, os estudos se aprimoraram e se especializaram, alcançando espaço na pós-graduação das universidades brasileiras e influenciando fortemente políticas públicas para a educação, como currículos e programas.

Atualmente, a abrangência temática desse campo de investigação envolve todas as esferas do trabalho pedagógico com a História: currículos e programas, formação de professores, recursos para o ensino, linguagens alternativas, aspectos cognitivos, culturais e ideológicos da aprendizagem, estudos sobre o livro didático, formação de identidades, usos do passado e mesmo a história do ensino de História. Entre os conceitos que têm fecundado na área podemos destacar os de "saber histórico escolar" (vinculado à perspectiva da "cultura escolar") e "consciência histórica". O primeiro, conforme já vimos anteriormente, destaca o aspecto produtivo e criativo, em termos do conhecimento, da cadeia educativa que envolve a disciplina, e abre a possibilidade de encarar o professor como um intelectual especializado e envolvido com uma forma particular de saber.

O conceito de consciência histórica, por sua vez, adiciona às análises educacionais a ideia de que a formação histórica do aluno não se resume à escola, e não depende somente dela, mas começa e permanece, ao longo de toda a vida, ligada às realizações práticas e às interpretações da história que brotam de famílias, instituições e meios de comunicação. O principal efeito dessa perspectiva é reforçar a ideia de que a História ensinada na escola não é a única fonte de informação histórica do aluno, e que, portanto, é indispensável à produção de ferramentas analíticas, capazes de qualificar o juízo que o indivíduo faz do tempo, produzindo sua orientação temporal.

Os debates atuais sobre o ensino de História podem ser encontrados facilmente em livros e revistas, mas também na internet, em *sites* como o Banco de Teses e Dissertações da Capes (www.capes.gov.br), o Scielo (www.scielo.br), a Associação Nacional de História (www.anpuh.org) e a Associação Nacional de Pesquisa em Educação (www.anped.org.br), entre outros.

Os educadores têm debatido a identidade (ou a falta dela) do Ensino Médio no Brasil ao longo das últimas décadas, oscilando entre a análise de que ele deveria ter um caráter profissionalizante ou de que se trata de uma etapa de transição não muito bem definida entre a educação fundamental e a educação superior.

No campo da aprendizagem histórica, o Ensino Médio tem o caráter de revisão do que já se viu na disciplina durante o Ensino Fundamental, mas com um desafio distinto: ver "todo" o conteúdo, em menos anos de ensino e com menos aulas semanais. Essa pressão traz duas tendências diferentes: reduzir o ensino a uma passagem panorâmica, superficial e desarticulada sobre milhares de informações ou a desistência dessa abordagem total e enciclopédica em busca de recortes temáticos que permitam a formação dos conceitos principais da área e a composição de ferramentas intelectuais que permitam analisar dados históricos em geral.

Nesse cenário, partindo de nossa prática em sala de aula, procuramos um caminho conciliatório, se pudermos usar esse termo, pelo qual buscamos manter as informações mais relevantes, para construir um domínio de conteúdos minimamente suficiente, preocupando-nos ao mesmo tempo com a formação de conceitos e com as habilidades gerais relativas ao pensamento histórico, principalmente nas seções dedicadas a essa discussão.

Nesse sentido, chamamos a atenção para as habilidades e competências adotadas pelo Enem, desde 2009. Como se sabe, o Exame Nacional do Ensino Médio foi instituído pelo MEC em 1998, com objetivo de avaliar o desempenho do estudante do Ensino Médio e contribuir para a melhoria da qualidade de ensino desse nível da educação básica. Onze anos depois, o exame passou a ser usado também como mecanismo de seleção para o ingresso no Ensino Superior e como instrumento para induzir a reestruturação dos currículos do Ensino Médio. Tais mudanças justificaram o estabelecimento do conjunto de habilidades e competências a serem avaliadas, servindo-se das disciplinas escolares como instrumentos. Reproduzimos no quadro abaixo o que tem norteado cada edição do exame desde então para a área de Ciências Humanas e suas Tecnologias.

Matriz de referência de Ciências Humanas e suas Tecnologias

Competência de área	Habilidades
1. Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.	H1 – Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura. H2 – Analisar a produção da memória pelas sociedades humanas. H3 – Associar as manifestações culturais do presente aos seus processos históricos. H4 – Comparar pontos de vista expressos em diferentes fontes sobre determinado aspecto da cultura. H5 – Identificar as manifestações ou representações da diversidade do patrimônio cultural e artístico em diferentes sociedades.
2. Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.	H6 – Interpretar diferentes representações gráficas e cartográficas dos espaços geográficos. H7 – Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações. H8 – Analisar a ação dos estados nacionais no que se refere à dinâmica dos fluxos populacionais e no enfrentamento de problemas de ordem econômico-social. H9 – Comparar o significado histórico-geográfico das organizações políticas e socioeconômicas em escala local, regional ou mundial. H10 – Reconhecer a dinâmica da organização dos movimentos sociais e a importância da participação da coletividade na transformação da realidade histórico-geográfica.
3. Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.	H11 – Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço. H12 – Analisar o papel da Justiça como instituição na organização das sociedades. H13 – Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder. H14 – Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situação ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas. H15 – Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.
4. Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.	H16 – Identificar registros sobre o papel das técnicas e tecnologias na organização do trabalho e/ou da vida social. H17 – Analisar fatores que explicam o impacto das novas tecnologias no processo de territorialização da produção. H18 – Analisar diferentes processos de produção ou circulação de riquezas e suas implicações socioespaciais. H19 – Reconhecer as transformações técnicas e tecnológicas que determinam as várias formas de uso e apropriação dos espaços rural e urbano. H20 – Selecionar argumentos favoráveis ou contrários às modificações impostas pelas novas tecnologias à vida social e ao mundo do trabalho.

5. Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.	H21 – Identificar o papel dos meios de comunicação na construção da vida social. H22 – Analisar as lutas sociais e conquistas obtidas no que se refere às mudanças nas legislações ou nas políticas públicas. H23 – Analisar a importância dos valores éticos na estruturação política das sociedades. H24 – Relacionar cidadania e democracia na organização das sociedades. H25 – Identificar estratégias que promovam formas de inclusão social.
6. Compreender a sociedade e a natureza, reconhecendo suas interações no espaço em diferentes contextos históricos e geográficos.	H26 – Identificar em fontes diversas o processo de ocupação dos meios físicos e as relações da vida humana com a paisagem. H27 – Analisar de maneira crítica as interações da sociedade com o meio físico, levando em consideração aspectos históricos e/ou geográficos. H28 – Relacionar o uso das tecnologias com os impactos socioambientais em diferentes contextos histórico-geográficos. H29 – Reconhecer a função dos recursos naturais na produção do espaço geográfico, relacionando-os com as mudanças provocadas pelas ações humanas. H30 – Avaliar as relações entre preservação e degradação da vida no planeta nas diferentes escalas.

MINISTÉRIO da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Edital ENEM 2016*. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/edital/2016/edital_enem_2016.pdf>. Acesso em: 2 maio 2016.

É notório o papel crescente do Enem como força de influência sobre os programas de Ensino Médio. O exame iniciou-se com pretensões restritas, consolidou-se ao longo de mais de uma década e está aos poucos substituindo em importância o vestibular como fator de condicionamento do ensino oferecido em nível secundário. Em sua trajetória recente, ele vem impondo ao ensino escolar a cobrança da aprendizagem da capacidade de lidar com informações de modo criativo, reflexivo, solicitando mais o raciocínio e a capacidade de operar com os conceitos fundamentais de cada área do que a capacidade de memorizar fórmulas, dados, fatos, e simplesmente identificá-los corretamente nos enunciados.

Até 2009, o Enem tendia a concentrar questões que mobilizavam temas mais próximos do presente e a dispensar o conhecimento de detalhes dos acontecimentos históricos, preferindo testar a capacidade de analisar os textos dos enunciados das questões. Em suma, o conteúdo das disciplinas tinha um lugar claramente secundário em detrimento de conceitos e capacidades de gerenciar informação. A partir daquele ano, percebe-se nas provas que as questões fazem referências mais diretas aos conteúdos da disciplina, associando os assuntos históricos e as competências e habilidades. Por isso, optamos por uma obra que concilie a interpretação, a análise crítica, a discussão de diferentes pontos de vista com a narrativa de processos históricos centrais para a compreensão da nossa vida, como é o caso do século XX e início do século XXI.

8 Indicações bibliográficas

AISENBERG, B.; ALDEROQUI, S. (Comp.). *Didáctica de las Ciencias Sociales:* aportes e reflexiones. Buenos Aires: Paidós, 1994.

ALBUQUERQUE M. A. M. de; ANGELO, M. D. L.; DIAS, A. M. de L. Propostas de aula de campo e estudo do meio no Complexo Xingó. *Geotemas*, Pau dos Ferros (RN), v. 2, n. 1, p. 111-128, jan./jun. 2012.

AMÉZOLA, G. de. *Esquizohistoria:* La Historia que se enseña en la escuela, la que preocupa a los historiadores y una renovación posible de la Historia escolar. Buenos Aires: Zorzal, 2007.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito da História. In: BENJAMIN, W. *O anjo da História.* Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

BITTENCOURT, C. (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.

________. *Ensino de História*: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção docência em formação. Série Ensino Fundamental).

BLOCH, M. *Introdução à História.* Lisboa: Europa-América, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio:* Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: MEC/SEMT, 1999.

BURKE, P. *A Escola dos Annales (1929-1989):* a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997.

BUSQUETS, M. D. et al. *Temas transversais em Educação*. São Paulo: Ática, 1997.

CAMBI, F. *História da Pedagogia*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1999.

CARDOSO, C. F. S.; BRIGNOLI, H. P. *Os métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

________. *Uma introdução à História*. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CARDOSO, C. F. S.; VAINFAS, R. (Org.). *Domínios da História:* ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARRETERO, M. (Coord.). *Construir y enseñar:* las Ciencias Sociales y la Historia. Madrid: Aique, 1995.

______. *Documentos de identidad:* La construcción de la memoria histórica en un mundo global. Buenos Aires: Paidós, 2007.

CERRI, L. F. Saberes históricos diante da avaliação do ensino: notas sobre os conteúdos de História nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 48, p. 213-231, 2004.

CERTEAU, M. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHAUI, M. *Introdução à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1994.

CHESNEAUX, J. *Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a História e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995.

D'ALESSIO, M. M. *Reflexões sobre o saber histórico*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1998.

DAYRELL, J.; CARRANO, P. Por que ler este livro? Uma abertura ao diálogo. In: DAYRELL, J.; CARRANO, P.; MAIA, C. L. (Org.). *Juventude e Ensino Médio:* sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2014.

ECO, U. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

FAZENDA, I. C. *Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro:* efetividade ou ideologia. São Paulo: Loyola, 1979.

FERRO, M. *A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação*: a história dos dominados em todo o mundo. São Paulo: Ibrasa, 1983.

FONSECA, S. G. *Caminhos da História ensinada*. Campinas: Papirus, 1993.

______. *Didática e prática de ensino de História*. Campinas: Papirus, 2003.

FONTANA, J. *História:* análise do passado e projeto social. Bauru: Edusc, 1998.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, M. C. (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

GALEANO, E. *Memória do fogo 3:* o século do vento. Porto Alegre: L&PM, 2010.

GAYRARD-VALY, Y. *The story of fossils:* in search of vanished worlds. Londres: Thames and Hudson, 1994. (New Horizons).

GENTILI, P. (Org.). *Pedagogia da exclusão:* o neoliberalismo e a crise na escola pública. Petrópolis: Vozes, 1995.

GINZBURG, C. *Olhos de madeira:* nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GOULD, S. J. *O milênio em questão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HOBSBAWM, E. *O novo século:* entrevista a Antonio Polito. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

______. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JACOBY, R. *O fim da utopia*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

JARA, O. Sistematização. In: FUMAGALLI, D.; SANTOS, J. M. P.; BASUALDO, M. E. (Org.). *O que é sistematização:* uma pergunta, diversas respostas. São Paulo: CUT, 2000.

JENKINS, H. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2008.

JENKINS, K. *A História repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.

KARNAL, L. (Org.). *História na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2003.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1992.

______; CHARTIER, R.; REVEL, J. (Dir.). *A História nova.* São Paulo: Martins Fontes, 1988.

LIEBESNY, B.; OZELLA, S. Projeto de vida na promoção de saúde. In: CONTINI, M. L. J. et al. *Adolescência e Psicologia:* concepções, práticas e reflexões críticas. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2002. p. 62-67.

MANIQUE, A. P.; PROENÇA, M. C. *Didática da História:* patrimônio e história local. Lisboa: Texto, 1994.

MORAES, J. G. V. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.

NOVAES, A. (Org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

______. *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

OZELLA, S. Adolescência: uma perspectiva crítica. In: CONTINI, M. L. J. et al. *Adolescência e Psicologia:* concepções, práticas e reflexões críticas. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2002. p. 16-24.

PALLARES-BURKE, M. L. G. *As muitas faces da História*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000.

PINSKY, J. (Org.). *O ensino de História e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 1997.

QUEIROZ, T. A. P. *A história do historiador*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 1999.

REIS, J. C. *A História, entre a Filosofia e a Ciência*. São Paulo: Ática, 1999.

______. *Escola dos Annales:* a inovação em História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

RODRIGUES, A. E. M.; FALCON, F. J. C. *Tempos modernos*: ensaios de história cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

RÜSEN, J. *Razão histórica:* teoria da História: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Ed. da UnB, 2001.

SANTOMÉ, J. T. *Globalização e interdisciplinaridade:* o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SILVA, A. L. da; GRUPIONI, L. D. B. (Org.). *A temática indígena na escola:* novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. 2. ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC/MARI/Unesco, 1998.

SILVA, C. S. B.; MACHADO, L. M. (Org.). *Nova LDB:* trajetória para a cidadania? São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

SILVA, T. T. *Documentos de identidade:* uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

______. *Identidades terminais:* as transformações na política da Pedagogia e na Pedagogia da política. Petrópolis: Vozes, 1996.

______ (Org.). *Liberdades reguladas:* a Pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu. Petrópolis: Vozes, 1998.

THIESEN, J. S. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 39, Rio de Janeiro, set./dez. 2008. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000300010>. Acesso em: 30 abr. 2016.

VILAR, P. *Iniciación al vocabulario del análisis histórico*. 6. ed. Barcelona: Crítica, 1999.

WHITROW, G. J. *O tempo na História:* concepções de tempo da Pré-História aos nossos dias. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ZANOTTO, M. A. C.; DE ROSE, T. M. S. Problematizar a própria realidade: análise de uma experiência de formação contínua. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 45-54, jan./jun. 2003.

9. Comentários e orientações por Unidade e capítulo

Unidade 1

Para entender o século XX

Saber histórico

Na abertura da primeira Unidade do volume 3, destacam-se algumas das principais características do século XX, propiciando uma visão geral do acelerado processo de transformação pelo qual passaram diversos povos ao redor do mundo.

As mudanças abordadas não ocorreram simultaneamente e, em muitos países, o processo de urbanização sofreu grandes resistências. Ainda hoje há populações que vivem a partir de ritmos e valores estabelecidos nas sociedades rurais, ignorando o tempo acelerado do capitalismo. É fundamental que essas diferenças também sejam percebidas.

Outro aspecto importante do século XX, já abordado em diferentes momentos ao longo desta coleção, é que foi o período no qual a ciência histórica consolidou-se. A divisão e a crescente especialização do trabalho propiciou o surgimento, já no final do século XIX, de cursos superiores de História. No Brasil, esses cursos surgiram a partir da década de 1930, quando passaram a articular um processo de especialização cada vez maior e uma sistematização dos fundamentos da produção do conhecimento histórico, propiciando a multiplicação de temáticas e de fontes.

Do ponto de vista da experiência social, o imediatismo e a aceleração do tempo também incentivaram organizações, grupos sociais e indivíduos a lutar pela preservação da memória e pela valorização do passado, combatendo o processo de perda da experiência apontado por Walter Benjamin já no início do século XX. Dessa forma, ao iniciar este grande tema, pode ser oportuno promover um debate sobre a experiência e a percepção da passagem do tempo que os jovens possuem hoje, bem como sobre a maneira com que se relacionam com o passado. Esse debate pode ajudar a problematizar a ideia de passado e da História como construção e não como um dado da realidade – aspecto que a coleção tem reiterado desde o primeiro volume.

Capítulo 1

Um mundo em guerra (1914-1918)

Por que estudar a Primeira Guerra Mundial?

- Possibilita uma reflexão sobre o primeiro grande conflito moderno.
- Apresenta o processo de transformação das sociedades europeias contemporâneas.
- Oferece uma reflexão sobre as consequências do nacionalismo e da xenofobia.

Objetivos

- Os alunos deverão identificar o papel das potências europeias e da ideologia nacionalista na eclosão do conflito militar.
- Os alunos deverão compreender o aspecto desumano e brutal que marcou a Primeira Guerra Mundial.
- Os alunos trabalharão especialmente com os conceitos de nacionalismo, guerra total e relações internacionais.
- Os alunos deverão desenvolver habilidades relacionadas a identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações e a comparar o significado histórico-geográfico das organizações políticas e socioeconômicas em escala local, regional e mundial.

Tópicos principais do capítulo

- Abertura: trata do tema do nacionalismo no mundo contemporâneo e propõe uma reflexão sobre os perigos da ideologia nacionalista que tem fortalecido rivalidades e conflitos entre nações e etnias. Como se verá ao longo deste volume, boa parte dos confrontos militares foi alimentado pelo nacionalismo que se ancora na identidade povo-território-Estado. A reflexão sobre o tema pode envolver os alunos num debate sobre a presença desse sentimento nacionalista nos meios de comunicação de massa e nas redes sociais. Após o estudo do capítulo, essa abertura deve ser retomada e revista à luz da atividade *Articule passado e presente*.
- Antes de prosseguir o estudo do capítulo, incentive os alunos a se localizarem no tempo e no espaço (seção *Onde e quando*). Neste capítulo estará em foco: a Europa e as regiões da Ásia e da África envolvidas no conflito militar, entre 1914 e 1919.
- Tema central: a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em virtude das disputas políticas e econômicas levadas a cabo pelas potências europeias, em busca de territórios, de matéria-prima e do controle de mercados consumidores. Destaca-se ainda o papel fundamental do nacionalismo como base ideológica para sustentar o conflito entre os países europeus.
- *Infográfico* "Trincheiras da Morte": faça uma leitura mais detalhada da seção, solicitando aos alunos que observem as imagens e os pequenos textos que orientam a interpretação da organização das trincheiras. É importante que os alunos compreendam que a trincheira foi o local por excelência onde se travou a guerra; assim, pode-se ter uma dimensão mais objetiva da experiência individual e coletiva do conflito.
- Boxe *Leituras* "Depoimentos de quem lutou na guerra": ao trazer o ponto de vista dos soldados e oficiais sobre o

cotidiano das trincheiras, o boxe se articula ao *Infográfico* da página anterior. Ao reconhecer que a Primeira Guerra Mundial foi gerada por um conflito de interesses entre nações europeias, os alunos podem ser convidados a refletir sobre as expectativas e interesses das respectivas populações nacionais: o que ganharam com o conflito? Como viam a necessidade da guerra? Como explicar que um conflito dessa ordem – responsável por cerca de 9 milhões de mortes e que disseminou a fome, a doença e traumas entre os sobreviventes – beneficiou apenas as elites econômicas e as lideranças políticas europeias?

- Cultura juvenil: tendo em vista que o alistamento militar atingiu e ainda atinge a população jovem, ainda que majoritariamente masculina, pode-se refletir sobre o sentido humano e existencial da guerra. Os alunos podem ser convidados a discutir o que fariam diante de um conflito armado atualmente: eles se engajariam no conflito? Precisariam de motivação ou apenas uma convocação do Estado os levaria a defender o território com armas? O debate pode colaborar para identificar, ainda hoje, uma cultura da violência ou mesmo de valores nacionalistas, que, de certa forma, explicam o engajamento da população europeia no conflito.

Imagens do capítulo

Charges nacionalistas: pode-se destacar que o uso de cartazes e charges nacionalistas foi um instrumento importante de propaganda durante todo o conflito analisado, como demonstram também as atividades 6 e 10 no final do capítulo. Se for possível, os alunos podem pesquisar na internet "imagens nacionalistas durante a Primeira Guerra Mundial" para verificar a quantidade substantiva de pôsteres, cartazes e charges que eram veiculadas para difundir ideias que desqualificavam os inimigos, vistos como ambiciosos, traiçoeiros, ignorantes e cruéis e exaltar as supostas qualidades nacionais, como a coragem, a fidelidade à nação, a força e a disposição incansável para vencer o conflito.

Abordagens interdisciplinares

- **Literatura**: pesquisar autores que combateram durante a guerra e escreveram obras pacifistas e que denunciavam o conflito. A pesquisa pode ser feita a partir de alguns autores como Ernest Hemingway, John dos Passos, Erich Maria Remarque, Blaise Cendrars, etc.
- **Arte**: fazer um painel com imagens representativas dos principais movimentos artísticos europeus do final do século XIX e início do XX (Impressionismo, Expressionismo, Dadaísmo, Futurismo, etc.) e associá-los ao contexto histórico em que estavam inseridos. Será necessária uma pesquisa prévia.

Conheça mais

Em todos os capítulos são sugeridas obras que, acreditamos, constituem fontes de consulta para os assuntos tratados no livro. Algumas são estudos clássicos de especialistas, outros são títulos mais recentes, que apresentam novos paradigmas de pesquisa no campo da historiografia.

É importante permanecer atento aos lançamentos de livros sobre os diversos assuntos abordados em sala de aula, e também aos artigos de revistas especializadas, de divulgação científica e, até, de interesse geral. A História é uma ciência em constante renovação.

Sugerimos também, em cada capítulo, algumas obras cinematográficas para debate ou aprofundamento dos temas estudados durante o curso. São filmes que foram apresentados em grande circuito ou documentários. É importante considerar que o conteúdo do filme não diz respeito efetivamente ao período do qual trata. Ou seja, ele apenas faz referências a períodos históricos, mas está carregado da visão do diretor e do estúdio que o produziu, fazendo referências mais ao presente do que propriamente ao passado. Assim, note-se que nenhum deles é o retrato fiel dos personagens ou períodos históricos a que alude. Recomenda-se não utilizar nenhum filme como uma ilustração do que foi explicado em aula, mas como uma forma de problematizar diferentes visões sociais da história. Em virtude do caráter lúdico, assistir a essas películas (na escola ou em casa, para posterior análise e discussão) ou a trechos escolhidos pode ser uma estratégia didática estimulante e enriquecedora, nunca se esquecendo de apresentar a ficha técnica e a biografia do diretor ou dos atores principais.

Sugira aos alunos que se mantenham atentos aos lançamentos e que informem suas descobertas aos colegas. Pode-se até criar uma seção no mural da sala de aula para que os alunos coloquem informações sobre novos filmes ou recomendações de filmes assistidos por eles.

Sugestões de leitura

FERRO, M. *A Grande Guerra*: 1914-1918. Lisboa: Edições 70, 2008. O historiador francês analisa os antecedentes que levaram os países europeus e de outros continentes ao conflito mundial e aborda os diferentes aspectos que marcaram a guerra entre os anos de 1914 e 1918.

HOBSBAWM, E. *A era dos impérios*: 1875-1914. 19. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. O livro faz uma análise da formação de impérios europeus num contexto de expansão capitalista e dominação europeia sobre os continentes africano e asiático, que antecede a Primeira Guerra Mundial.

______. *Era dos extremos*: o breve século XX, 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. A obra apresenta uma abordagem panorâmica sobre a história do século XX, desde a Primeira Guerra Mundial até o colapso da URSS, dividindo este período em três recortes: a era da catástrofe, marcada pelo colapso da civilização ocidental do século XIX e por duas grandes guerras; a era do ouro, caracterizada por transformação social e crescimento econômico; e a fase do Desmoronamento, entre a década de 1970 e a de 1990, marcada por incertezas e crise.

MARQUES, A. M. *História contemporânea através de textos*. São Paulo: Contexto, 1994. O livro apresenta uma série de documentos e textos selecionados que contemplam o período entre as revoluções burguesas e a Segunda Guerra Mundial, bem como permitem reflexões sobre o mundo contemporâneo.

MAYER, A. J. *A força da tradição*: a persistência do Antigo Regime (1848-1914). São Paulo: Companhia das Letras, 1990. A obra traz uma interpretação da história europeia, em que a Europa, num contexto anterior à Primeira Guerra Mundial, é marcada pela presença de elementos e instituições do Antigo Regime que sobreviveram à Revolução Francesa e à Industrial.

PERROT, M. (Org.). *Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. (História da vida privada, 4). O quarto volume da História da vida privada reúne textos de diferentes especialistas que analisam as transformações engendradas com a Revolução Francesa e que percorrem temas como a vida familiar na sociedade burguesa, os espaços de moradia, a redefinição do papel social das mulheres e das crianças, assim como as mobilizações e práticas cotidianas dos trabalhadores.

Filmes

Adeus à inocência. Direção de Delbert Mann. Estados Unidos, 1979. (128 min).

Feliz Natal. Direção de Christian Carion. França/Alemanha/Reino Unido/Bélgica, 2005. (94 min).

Lawrence da Arábia. Direção de David Lean. Inglaterra, 1962. (222 min).

Sites

Heranças da Primeira Guerra Mundial (em inglês e alemão). Disponível em: <www.greatwar.nl>. Acesso em: 7 maio 2016.

World War One (em inglês). Disponível em: <www.the-map-as-history.com/demos/tome06/index.php>. Acesso em: 7 maio 2016.

Textos de apoio

1 A participação da população na guerra

Produzir armamentos e equipamentos militares na escala necessária para a guerra e mobilizar milhões de soldados para as frentes de batalha constituíram um desafio profundo às sociedades envolvidas no primeiro conflito mundial. Além da mortandade crescente, a concentração dos recursos nacionais para os fins bélicos significou privações para as populações envolvidas, ainda que com variações significativas de país para país.

Com a transferência de recursos da agricultura para a indústria e a convocação de milhões de camponeses para o serviço militar, houve escassez de alimentos e bens de consumo em todos os países envolvidos, com a exceção dos Estados Unidos. No caso dos Aliados, a disponibilidade dos recursos da América do Norte e o controle das vias marítimas aliviaram o problema, mas houve descontentamento popular e baixa no moral devido ao racionamento e à inflação. Na Alemanha, contudo, a combinação entre uma indiferença crônica pela agricultura e o bloqueio naval aliado tornou a situação ainda pior, chegando o país à beira da fome em 1917-1918. Dessa forma, passando por tantas dificuldades e testemunhando o morticínio sem fim dos seus jovens nas linhas de combate, as populações envolvidas na guerra tinham que ser convencidas de que havia algum motivo para a luta e que todo aquele esforço e sacrifício tinham algum sentido.

BERTONHA, João Fábio. *A Primeira Guerra Mundial*: o conflito que mudou o mundo (1914-1918). Maringá: Eduem, 2011. p. 96.

2 A Grande Guerra

Um dos paradoxos de 1914 é que em todos os países grande número de pessoas de todos os partidos, credos e sangue parecem surpreendentemente ter ido desejosos e felizes para a guerra, que muitos viam como uma oportunidade e não um desastre. A realidade acabou sendo muito diferente do que esperavam e muito mais apavorante do que imaginaram os que ajudaram a desencadear a guerra. Por muito tempo foi conhecida como a Grande Guerra, por ser diferente em escala de qualquer conflito anterior e por ter desencadeado operações em todo o globo. Durou mais de quatro anos, o que não era comum: as guerras anteriores não haviam provocado lutas contínuas. Só a Guerra Civil americana antecipara o embate violento de 1914-1918, quando milhões de homens se enfrentaram mês após mês, ano após ano, separados apenas por uma centena de metros de campo de batalha, tentando conseguir a submissão dos seus inimigos. Desde o início também a guerra marítima era violenta, e ficou pior quando cada lado tentou matar o outro de fome pelo bloqueio. Afinal, até o ar virou em 1911, quando os italianos atacaram o Império Otomano no norte da África e os balões foram usados mais de um século antes pelos franceses nas guerras revolucionárias, mas agora pela primeira vez os céus se tornavam zona de combate estendendo-se bem além das linhas de batalha.

A guerra estava mais mecanizada do que nunca. No fim, os caminhões se tornaram tão importantes quanto os cavalos no abastecimento de soldados no campo. A ferrovia transformara a mobilidade militar no século anterior. Agora, a ela se acrescentava o transporte movido por gasolina. E, é claro, as armas melhoraram (se este é o termo) assustadoramente. Por volta de 1914, todos os exércitos tinham rifles recarregáveis, metralhadoras e canhões cuja potência e precisão conduziram a um vasto massacre. [...] Os soldados – assim como os seus opositores e aliados – apoiavam-se em metralhadoras (que disparavam seiscentos tiros por

minuto), canhões de campanha que disparavam três ou quatro vezes por minuto a um alcance de mais de nove quilômetros, canhões mais pesados capazes de bombardear alvos a cerca de dez quilômetros, além de um canhão monstruoso, de alcance ainda maior. O massacre provocado por estas armas foi incessante e contínuo. Durante quatro anos, cerca de cinco mil homens morreram em algum lugar, todos os dias.

ROBERTS, J. M. *O livro de ouro da história do mundo.* Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. p. 680-681.

Comentários e respostas

Boxes e seções

Construindo conceitos

A atividade incentiva o aluno a pesquisar um conjunto de textos e artigos sobre o mesmo conflito. Para facilitar a tarefa, você pode indicar quais textos são mais apropriados, articulando, por exemplo, um texto informativo e um texto analítico. Também seria oportuno sugerir fontes jornalísticas, como o *site* da *BBC Brasil* (www.bbc.com/portuguese), do *Deutsche Welle* (www.dw.com/pt) e da *TV5 Monde* (www.tv5monde.com/), todos em português. Acesso em: 24 maio 2016. Com o resultado da pesquisa, você pode promover um debate sobre cada conflito, incentivando os alunos a analisar se se trata de conflitos de grandes proporções, se envolve população civil e quais foram suas motivações. Assim, você pode apresentar uma reflexão sobre o papel da guerra como solução armada entre interesses econômicos opostos, ainda que muitas vezes misturados a valores religiosos e a nacionalismos.

Atividades

Retome

1 No início do século XX, os dois países concorrentes da Inglaterra eram os Estados Unidos e a Alemanha. Nos Estados Unidos, as indústrias química, elétrica e automobilística se desenvolviam consideravelmente; na Alemanha, a indústria bélica prosperava com o programa naval de 1900, que visava conquistar um tardio império colonial, o que despertava e acirrava a rivalidade britânica.

2 a) Os dois blocos militares formados na passagem do século XIX para o século XX na Europa foram a Tríplice Aliança e a Tríplice Entente.

b) A Tríplice Aliança foi formada pela Alemanha, Império Austro-Húngaro e Itália e seu objetivo era formar uma barreira política e militar que isolasse a França no cenário europeu. A Tríplice Entente, por sua vez, era constituída pela França, Inglaterra e Rússia e pretendia conter, especialmente, o avanço da industrialização, da força bélica e do nacionalismo germânico.

3 Até o início do século XX, a região foi controlada pelo Império Turco Otomano, mas o seu enfraquecimento deu margem à eclosão de movimentos independentistas, muitas vezes motivados por ideais nacionalistas. Além disso, os Bálcãs eram estratégicos no cenário econômico europeu porque ligavam mercados do Oriente e do Ocidente. Isso atraía a cobiça dos principais Estados europeus, como o Império Austro-Húngaro e a Rússia, que viram na instabilidade política que acompanhou a decadência do Império Turco Otomano a possibilidade de aumentar sua influência na região e passaram, então, a interferir na política balcânica. Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, os Bálcãs viviam uma situação de tensão extrema. Não por acaso, foi ali que ocorreu o fato que desencadeou a Primeira Guerra: o assassinato do herdeiro do trono do Império Austro-Húngaro, o arquiduque Francisco Ferdinando.

4 a) O Plano Schlieffen determinava o rápido deslocamento da maioria das tropas alemãs em direção à Alsácia-Lorena e à Bélgica para entrar na França e tomar Paris. A seguir, os alemães deveriam se reorganizar imediatamente para fazer frente a uma possível resistência da Inglaterra e da Rússia. Porém, a reação britânica e russa foi quase imediata, obrigando as forças alemãs a se dividirem. Assim, durante o primeiro ano da guerra, um imenso contingente de soldados de várias nacionalidades se deslocou pelo território europeu para enfrentar tropas inimigas, dando origem àquilo que ficou conhecido como guerra de movimento.

b) Para realizar a descrição solicitada, o aluno deve explorar com atenção o infográfico, extraindo informações não só das legendas, mas também da imagem. Deve ser capaz de descrever o que eram as trincheiras, como eram e as armas e as estratégias usadas para que o inimigo retrocedesse ou se rendesse. Espera-se que o aluno perceba que essa fase da guerra foi extremamente desgastante e que muitos dos soldados que dela participaram ficaram doentes devido às condições insalubres e, até mesmo, perturbados.

c) O Tratado de Versalhes, assinado ao final da Primeira Guerra, lançava todo o ônus do conflito na Alemanha, colaborando para que se instalasse uma profunda crise econômica no país e para a deterioração das condições de vida da população. Além disso, estimulava o revanchismo e o extremismo nacionalista alemães, contribuindo para o surgimento de novas tensões no cenário europeu.

Pratique

5 a) A Primeira Guerra Mundial mobilizou países de todos os continentes e submeteu às suas exigências o conjunto dos recursos das nações envolvidas: a produção industrial, o trabalho, a medicina, a tecnologia, a economia, quase tudo e quase todos passaram a ser

orientados segundo as necessidades do conflito, fazendo desaparecer a distinção entre combatente e não combatente.

b) Não. Houve guerras muito sangrentas ou com muitos países envolvidos e que, no entanto, não foram "guerras totais", porque não exigiram que os Estados envolvidos voltassem quase todos seus recursos para elas. Do mesmo modo, também não abarcaram o conjunto da sociedade, mobilizando apenas parte dos habitantes nas atividades bélicas, enquanto os demais mantinham mais ou menos a mesma rotina dos períodos de paz.

c) Porque ela exige a mobilização de um contingente imenso de soldados e trabalhadores. Só em uma sociedade industrializada com uma produtividade alta é possível deslocar tantas pessoas das atividades produtivas para os esforços de guerra sem levar o país ao colapso e à carestia.

d) O aluno deve se questionar sobre que atividades econômicas são favorecidas em tempos de guerra e que segmento social se beneficia delas. Assim, o aluno deve perceber que a indústria bélica, por exemplo, enriquece durante conflitos bélicos; os grandes bancos, que fazem empréstimos vultosos, também são favorecidos. Na correção da atividade, incentive os alunos a fundamentar suas hipóteses.

6 a) A Alsácia-Lorena, região dominada pelos franceses desde o século XVII, havia sido tomada pela Alemanha na Guerra Franco-Prussiana de 1870-1871.

b) A região da Alsácia-Lorena era rica em matérias-primas como carvão e ferro, recursos indispensáveis para os países onde a industrialização avançava rapidamente.

c) A Alsácia-Lorena é representada como uma camponesa acorrentada a um muro. Ela projeta o corpo para a esquerda e para frente, como se tentasse se libertar das correntes. Contudo, não dá sinal de abatimento. Mantém a cabeça erguida e sua expressão é tranquila e firme, como se estivesse certa sobre sua libertação iminente.

d) Sim. No muro onde a personagem que representa a Alsácia-Lorena está acorrentada há um cartaz que faz referência ao Segundo Reich (*Deutsches Reich*), ao qual fora incorporada. A imagem dá a entender que a Alsácia-Lorena foi incorporada à Alemanha contra sua vontade.

e) Com base no mapa não é possível afirmar que os habitantes da região da Alsácia-Lorena tivessem uma identidade inquestionavelmente francesa, pois em boa parte do território, sobretudo em sua porção leste, a população falante de dialetos mais próximos do alemão era expressiva.

A região da Alsácia-Lorena, rica em recursos minerais fundamentais para o desenvolvimento industrial, vinha sendo disputada pela França e pela Alemanha desde o século XVII. A região, no entanto, era habitada por uma população majoritariamente alemã, o que legitimava o controle do Império Alemão sobre os seus territórios. Por conta disso, era importante que os franceses difundissem a ideia de que os habitantes da Alsácia-Lorena eram cidadãos franceses e que haviam sido incorporados ao Estado germânico contra sua vontade. Assim, a guerra pela retomada daquelas terras pela França seria compreendida como uma guerra justa, feita para libertar a população da dominação "estrangeira". A gravura, então, nega a identidade alemã dos alsacianos e dos lorenos para legitimar a invasão da região pelas tropas francesas.

7 a) A passagem faz referência ao assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do trono do Império Austro-Húngaro, no dia 28 de junho de 1914, na cidade de Sarajevo. O governo austríaco, então, fez uma série de exigências à Sérvia que feriam a soberania do país. Como o governo sérvio não atendeu às exigências, o Império Austro-Húngaro declarou guerra à Sérvia. Com isso, o sistema de alianças militares foi ativado e o conflito se generalizou, dando origem à Primeira Guerra Mundial, com a entrada da Rússia, da Alemanha, da Inglaterra, da França, da Itália, entre outros países.

b) Não. O assassinato do arquiduque Ferdinand (Francisco Ferdinando) foi obra de um militante do movimento nacionalista sérvio.

c) A Bósnia-Herzegovina era parte do Império Turco Otomano até o final do século XIX. Contudo, o enfraquecimento do império favoreceu a eclosão de movimentos emancipacionistas e a disputa, pelas potências europeias, das regiões que iam se libertando. A Bósnia foi anexada pelo Império Austro-Húngaro em 1908, mas era cobiçada pelos nacionalistas sérvios para fazer parte da Grande Sérvia, projeto alimentado e estimulado pela Rússia. Embora não seja descabida a hipótese de que o assassinato do arquiduque pudesse ser obra dos turcos, a fraqueza do Império Turco naquele momento torna-a pouco provável, sugerindo certa alienação do personagem acerca do desenrolar dos fatos políticos da Europa às vésperas da eclosão da Primeira Guerra Mundial.

8 a) A tabela mostra os gastos militares totais da Alemanha, Áustria-Hungria, Grã-Bretanha, Rússia, Itália e França entre 1880 e 1914.

b) Os países destacados na tabela eram todos membros das principais alianças militares da época (Tríplice Aliança e Tríplice Entente) e foram os principais combatentes na Primeira Guerra Mundial.

c) O investimento foi maior entre 1910 e 1914, quando os gastos saltaram de 288 milhões de libras para 397 milhões.

d) Percebe-se pela análise do gráfico e da tabela que o processo de industrialização foi acompanhado de perto pelo crescimento dos investimentos militares, o que sugere a existência de um clima de concorrência e disputa entre os países industrializados.

e) No final do século XIX, a Segunda Revolução Industrial se difunde por vários países europeus, aumentando a disputa por mercados consumidores e recursos. Essas disputas, acirradas pela expansão dos nacionalismos, gerava um clima de tensão na Europa que destoava do otimismo promovido pelo aumento do padrão de vida e conforto proporcionados pela industrialização. Prevendo um possível enfrentamento no horizonte, as nações industrializadas passaram a investir em tecnologia bélica e na ampliação de seus contingentes militares, como pode ser atestado pela tabela da atividade. Às vésperas da eclosão da Primeira Guerra, havia vários Estados europeus preparados para um conflito armado.

9 A Primeira Guerra Mundial provocou transformações impactantes na vida dos europeus. Com o deslocamento de milhões de homens para o *front* e a necessidade de assegurar o ritmo da produção industrial, as mulheres foram obrigadas a assumir nas fábricas os postos de trabalho antes ocupados pelos pais, maridos e filhos, o que acabou favorecendo sua emancipação. Além disso, a produção de armas seguiu a lógica do desenvolvimento industrial: passaram a ser produzidas em larga escala e incorporando uma tecnologia cada vez mais avançada, o que resultou numa guerra de violência inédita, com milhões de mutilados e mortos. Inaugurava-se a morte em massa.

Analise uma fonte primária

10 a) Os alemães aparecem retratados no pôster como homens cruéis, capazes de cometer as maiores atrocidades, como assassinar crianças, torturar prisioneiros e estuprar mulheres. No entanto, escondiam sua monstruosidade por trás de uma aparência cordial e inocente, enganando os incautos.

b) Depois de sua unificação, a Alemanha passou por um processo muito rápido de industrialização, tendo se tornado a principal concorrente da Inglaterra no mercado internacional. No pôster, vemos como empresários britânicos procuraram dissuadir os cidadãos ingleses a empregar alemães e consumir produtos importados da Alemanha, protegendo o mercado interno da concorrência estrangeira.

c) Sim. Assim como os alemães são representados no pôster como a encarnação do mal, por ocasião da assinatura do Tratado de Versalhes foram considerados os grandes responsáveis pela deflagração do conflito armado de 1914. Como resultado, todo o ônus da guerra seria depositado sobre as costas dos alemães, impondo-lhes tremendas punições. O resultado foi a destruição da economia alemã, com consequências sociais e políticas, como a ascensão do nazismo ao poder e a disseminação do revanchismo entre a população alemã.

Articule passado e presente

11 a) O pagamento da dívida alemã foi interrompido durante os anos do nazismo e renegociado diversas vezes depois, razão pela qual se estendeu por tanto tempo.

b) A punição imposta à Alemanha pelo Tratado de Versalhes causou uma crise econômica e social imensa no país, favorecendo a ascensão e o fortalecimento do nazismo, que arrastaria os alemães e toda a Europa para a Segunda Guerra Mundial.

c) Resposta pessoal. Esta atividade exige que o aluno pondere os riscos de um aprofundamento da crise grega, com seus desdobramentos sociais e políticos, e use a experiência do Tratado de Versalhes para antecipar problemas decorrentes da crise. A resposta à questão depende dos desdobramentos da crise grega e das negociações entre os governos da Grécia e da Alemanha. Portanto, antes de propor a atividade, estimule os alunos a pesquisarem sobre a situação da Grécia e a trazerem para a sala suas considerações para serem discutidas com os demais colegas.

Horace Nicholls/Acervo do Museu Imperial da Guerra, Londres.

Capítulo 2

A Revolução Russa

Por que estudar a Revolução Russa?

- Possibilita uma reflexão sobre os ideias e as práticas de outro regime político e econômico diferente do sistema capitalista.
- Apresenta o processo de transformações sociais que marcaram a história do século XX.
- Oferece uma reflexão sobre as diferentes perspectivas adotadas pelos sujeitos históricos na construção da sociedade e do Estado.

Objetivos

- Os alunos deverão identificar o quadro econômico e político que conduziu ao início da Revolução Russa, bem como seus desdobramentos com o processo de stalinização.
- Os alunos deverão compreender o papel das classes sociais e suas organizações políticas no processo de transformação social.
- Os alunos trabalharão especialmente com os conceitos de revolução, socialismo e totalitarismo.
- Os alunos desenvolverão habilidades relacionadas a analisar a ação dos Estados nacionais no que se refere à dinâmica dos fluxos populacionais e no enfrentamento de problemas de ordem econômico-social.

Tópicos principais do capítulo

- Abertura: apresenta uma reflexão sobre a condição atual da classe trabalhadora, tendo em vista que operários e camponeses foram protagonistas fundamentais na eclosão da Revolução Russa. Pode-se optar por um debate mais aberto a respeito do tema, levando-se em conta conhecimentos prévios dos alunos sobre as realidades locais ou regionais, ou sugerir um debate a partir de pesquisas sobre o tema na internet, caso a turma não tenha muita proximidade com o assunto. Após o estudo do capítulo, essa abertura deve ser retomada e revista à luz da atividade *Articule passado e presente*.
- Antes de prosseguir o estudo do capítulo, incentive os alunos a se localizar no tempo e no espaço (seção *Onde e quando*). Neste capítulo estará em foco: Rússia, entre 1905 e 1953.
- Tema central: a reflexão sobre a Revolução Russa como um processo histórico complexo e que exerceu grande impacto sobre as potências capitalistas. A questão da manutenção ou não da coerência dos ideais revolucionários dos bolcheviques diante da sociedade soviética e da comunidade internacional após assumirem o poder é outro aspecto que reforça a importância de estudar a Revolução Russa na atualidade.
- Boxe *Para saber mais* "Às vésperas da revolução": destaque que o livro de John Reed (1887-1920) é um clássico sobre a Revolução Russa e foi lido por gerações que, no Ocidente, se interessaram pelos acontecimentos que levaram o partido bolchevique ao poder. Reed foi um jornalista estadunidense e ativista político contra a guerra. O livro *Os dez dias que abalaram o mundo* foi traduzido apenas em 1978 para o português. Em 1981, o ator e diretor Warren Beatty lançou *Reds*, filme baseado na biografia de Reed.
- Cultura juvenil: pode-se refletir sobre a presença ou a ausência de ideais e pautas coletivas da juventude atual. Os alunos podem ser convidados a se imaginar diante de uma situação semelhante à vivida na Rússia (tanto a euforia do processo revolucionário quanto as angústias e o medo do totalitarismo stalinista): eles participariam dos movimentos coletivos? Seriam pessoas engajadas na transformação da sociedade ou pensariam que esses acontecimentos não envolvem suas vidas e seus interesses? A partir do debate, pode-se refletir sobre os valores éticos em um regime democrático, no qual o engajamento político não pressupõe o uso de armas e o enfrentamento militar, mas a construção da cidadania.

Imagens do capítulo

Cartaz de propaganda de Josef Stalin: retome a análise dos cartazes e pôsteres da Primeira Guerra Mundial para propor uma reflexão sobre o uso de imagens de propaganda do Estado durante o regime stalinista. Com uma pesquisa na internet, pode-se encontrar inúmeros cartazes que valorizavam a figura de Stalin como estadista e incentivavam o povo soviético a trabalhar em nome da manutenção da revolução.

Abordagens interdisciplinares

- **Arte**: pesquisar o movimento estético-político do Construtivismo russo, marcado pela ideia de "arte engajada", pela incorporação das técnicas e de materiais contemporâneos e pelo uso de formas geométricas e de cores primárias.

Conheça mais

Sugestões de leitura

GONZÁLEZ, H. *A Revolução Russa*. São Paulo: Moderna, 1986. Com linguagem simples, a obra apresenta um quadro geral sobre a Revolução Russa, tratando de temas como a Rússia sob o Império do czar, quem eram os bolcheviques e os mencheviques e os impactos da Primeira Guerra Mundial.

GORENDER, J. *Marxismo sem utopia*. São Paulo: Ática, 1999. O livro apresenta uma reflexão sobre o marxismo teórico e prático no decorrer do século XX, em que realiza um balanço dos teóricos marxistas, da história do século XX e das atuais circunstâncias de luta e construção do socialismo.

HOBSBAWM, E. *Era dos extremos*: o breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. A obra apresenta uma abordagem panorâmica sobre a história do século XX, desde a Primeira Guerra Mundial até o colapso da URSS, dividindo esse período em três recortes, a era da

catástrofe, marcada pelo colapso da civilização ocidental do século XIX e por duas grandes guerras; a Era do Ouro, caracterizada por transformação social e crescimento econômico; e a fase do Desmoronamento, entre as décadas de 1970 e 1990, marcada por incertezas e crise.

______. *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. O livro reúne artigos e ensaios que analisam o pensamento e a prática política das lutas revolucionárias do século XX, abordando tanto os teóricos do socialismo, comunismo e anarquismo quanto os guerrilheiros e rebeldes que participaram dessas experiências revolucionárias.

LUXEMBURGO, R. *A Revolução Russa*. Petrópolis: Vozes, 1991. A obra reúne três textos da filósofa e economista polonesa: “Questões de organização da social-democracia russa” que traz uma crítica à concepção centralista de Lenin; “A Revolução Russa”, que apresenta uma análise crítica da política bolchevique; e “O que quer a Liga *Spartakus*?”, que constitui um resumo das concepções políticas da autora.

REED, J. *Dez dias que abalaram o mundo*. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2010. A obra, que consiste na primeira grande reportagem moderna, apresenta uma descrição da Revolução Russa de 1917.

REIS FILHO, D. A. *A Revolução Russa*: 1917-1921. São Paulo: Brasiliense, 1999. O livro apresenta uma abordagem panorâmica sobre a Revolução Russa, desde a Rússia czarista, passando pela Primeira Guerra Mundial e a insurreição de outubro até a consolidação bolchevique e a política internacional soviética.

______. *Uma revolução perdida*: a história do socialismo soviético. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997. A obra realiza um painel geral sobre os percursos do socialismo soviético desde seus antecedentes até a sua desagregação, apresentando ainda algumas considerações sobre a experiência neoliberal da Rússia atual.

SADER, E. *Século XX*: uma biografia não autorizada. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. O livro faz um panorama político do século XX, abordando a consolidação da hegemonia capitalista e os seus desdobramentos.

TROTSKI, L. *A história da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 3 v. O autor, unindo o trabalho de historiador ao de teórico marxista, apresenta uma interpretação sobre a Revolução Russa.

VICENTINO, C. *Rússia antes e depois da URSS*. São Paulo: Scipione, 1995. (Ponto de apoio). Com linguagem simples, a obra apresenta um quadro abrangente sobre a história russa ao longo do século XX.

Teses

FREITAS, F. M. C. *Lenin e a educação política*: domesticação impossível, resgate necessário. Campinas: Instituto de Educação, Unicamp, 2005. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000349343>. Acesso em: 9 maio 2016. A partir de uma revisão bibliográfica da obra de Lenin, o trabalho analisa as concepções do referido autor sobre a educação política na Rússia do final do século XIX e início do XX.

RODRIGUES, R. P. *O colapso da URSS*: um estudo das causas. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2006. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-11072007-112541>. Acesso em: 8 maio 2016. O trabalho realiza uma análise sobre as causas históricas, sociais, políticas e econômicas da desintegração da União Soviética em 1991, estudando o socialismo soviético a partir de uma perspectiva histórica desde sua gênese até o colapso da URSS.

Filmes

Dr. Jivago. Direção de David Lean. Estados Unidos, 1965. (198 min).

Outubro. Direção de Sergei Eisenstein. União Soviética, 1928. (103 min).

Reds. Direção de Warren Beatty. Estados Unidos, 1981. (188 min).

Textos de apoio

1 As visões da Revolução Russa

Se para os capitalistas a Revolução Russa significava “o fim dos tempos”, para a esquerda revolucionária, mais do que a esperança da concretização dos “novos tempos” (ao menos antes da instauração da ditadura bolchevique), ela representou, aos mais sinceros, uma reavaliação dos ideais de esquerda elaborados antes da Revolução.

Aos marxistas, por exemplo, a revolução foi um momento de reavaliação total das ideias. Dentre outros fatores que provocaram essa nova visita às teorias do século XIX, estava o fato que, diferentemente do que Marx e Engels haviam dito, a revolução não explodiu em um país do centro do sistema capitalista e industrialmente desenvolvido, mas sim num império falido com resquícios feudais, onde a maioria da população era de camponeses cristãos miseráveis, de irrisórios centros industriais assustadoramente defasados em relação aos polos industriais do mundo. E foi exatamente aí que tudo aconteceu. Foi onde os camponeses, o proletariado e as forças armadas começaram a se organizar em sovietes para controlar não apenas os meios de produção, mas também sua organização e os frutos de seu trabalho.

AMARAL, Raphael. Introdução. In: TRAGTENBERG, Maurício. *A Revolução Russa.* São Paulo: Faísca Publicações Libertárias, 2007. p. 16.

2 As reuniões dos sovietes

Minha plateia era de operários, soldados, laboriosas mães de família, jovens de rua, os oprimidos, a ralé da capital. Não havia espaço para um alfinete, as pessoas se amontoavam. Meninos subiam nos ombros dos pais. Crianças pequenas mamavam o seio materno. Ninguém fumava. As galerias superiores ameaçavam ceder por causa da sobrecarga. Para chegar à tribuna, eu precisava passar por uma estreita fileira de corpos, e algumas vezes fui carregado nos braços. A atmosfera, cheia de respirações e expectativas, rebentava em gritos, nesses brados apaixonados tão habituais no Circo Moderno. À minha volta, em cima de mim, cotovelos estreitamente comprimidos, peitos, cabeças... Eu falava como do fundo de uma quente caverna de corpos humanos. [...] Nenhum cansaço poderia subsistir sob a tensão eletrizante daquela aglomeração humana. A multidão queria saber, compreender, encontrar seu caminho. Em alguns momentos, acreditávamos sentir nos lábios a pergunta arrebatadora dessa multidão fundida num só ser. Então, os argumentos concebidos de antemão, as palavras preparadas cediam, retiravam-se sob a autoritária pressão das empatias, e outras palavras saíam da sombra, outros argumentos já armados, não previstos pelo orador, mas necessários à massa. E, então, o próprio orador tinha a impressão de ouvir alguém que falava muito perto dele, de não poder seguir seu pensamento, e sua única preocupação era que seu outro, como um sonâmbulo, não caísse do balcão ao som de sua voz de arrazoador.

TROTSKI, Leon. *Minha Vida*.In:. LÖWY, Michael. *Revoluções*. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 118.

Comentários e respostas

Boxes e seções

Para saber mais

1. Do jornalismo, o gênero preserva o rigor na apuração dos acontecimentos, a observação cuidadosa e a preocupação com a clareza. Contudo, rompe com a primazia do *lead* e não se propõe a ser impessoal. Ao contrário, no jornalismo literário o autor se envolve completamente com o assunto que está cobrindo e busca detalhar cuidadosamente os acontecimentos, descrevendo-os e comentando-os. Professor, a atividade pode ser feita de maneira interdisciplinar com Língua Portuguesa. Os alunos podem fazer uma tabela comparativa, na qual percebam as semelhanças e as diferenças entre o jornalismo informativo e o jornalismo literário. Podem, ainda, conhecer outros exemplos, como os relatos de Euclides da Cunha sobre a Guerra de Canudos, ou de John Hersey sobre o desastre de Hiroshima.
2. Não, não foi um relato imparcial. John Reed era um entusiasta da causa socialista e relatou a Revolução Russa com paixão, misturando seus testemunhos com suas opiniões e impressões.
3. Não, pois o historiador não busca chegar a uma suposta verdade histórica, objetiva e imparcial, mas apreender as múltiplas visões construídas pelos sujeitos históricos acerca de um mesmo fato e compreender a maneira como esses sujeitos interagiam e representavam os acontecimentos ao seu redor.

Atividades

Retome

1. Depois do episódio conhecido como Domingo Sangrento, que ocorreu em 1905, uma onda de protestos envolvendo diversos segmentos sociais tomou conta do Império Russo, que culminou em uma greve geral e em um levante militar. Pressionado pela agitação popular, o czar lançou o Manifesto de outubro, prometendo a instauração de uma monarquia constitucional e parlamentar.
2. As duas facções que surgiram com a divisão dos social-democratas eram a dos mencheviques e a dos bolcheviques. Os mencheviques argumentavam que a Rússia ainda não estava madura para a revolução socialista e que era preciso promover o desenvolvimento do capitalismo sob a liderança da burguesia para, só então, lutar pelo socialismo. A outra facção era a dos bolcheviques. Eles propunham a formação de uma "ditadura democrática de operários e camponeses" como primeiro passo para a revolução socialista.
3. Com a frustração popular, os bolcheviques se fortaleceram. Sob a liderança de Vladimir Lenin, foram lançadas as Teses de Abril, que propunham a saída da Rússia da Primeira Guerra Mundial, a divisão das grandes propriedades entre os camponeses e a regularização do abastecimento interno. Sob o lema "Todo o poder aos sovietes", Trotski recrutou uma milícia revolucionária em Petrogrado, a Guarda Vermelha, entre trabalhadores bolcheviques dos sovietes, organizando as forças para a revolução.
4. a) Essa política foi chamada NEP (Nova Política Econômica).
   b) A Nova Política Econômica tinha por objetivo recuperar a economia russa antes que ela entrasse em colapso. A ideia era estimular a produção e assegurar o abastecimento do país.
5. Stalin criou os planos quinquenais, por meio dos quais ficava a cargo do Estado definir que recursos seriam investidos, onde e com que finalidade. No plano político, Stalin consolidou seu poder assumindo integralmente o controle do Partido Comunista, transformado no poder máximo que supervisionava todos os sovietes.

Pratique

6 a) Stalin firma-se como líder soviético em um contexto de profundas transformações, em que a Rússia urbanizou-se muito rapidamente e a instabilidade e a insegurança impuseram a necessidade de um líder que desse ao povo a sensação de que tudo estava sob controle.

b) Stalin impediu que outras lideranças que pudessem lhe fazer frente se consolidassem e facilitou a ascensão de muitos indivíduos de origem popular, deslumbrando-os com a possibilidade de participar no governo do Estado. Além disso, alimentou a crença de que os russos estavam construindo um novo mundo.

c) As tradições políticas russas favoreceram a concentração de poder nas mãos de Stalin. A figura do czar associada a um grande pai, severo, mas justo, foi transferida para Stalin, que se apresentava como o grande protetor do povo soviético.

d) Stalin é representado na propaganda como um pai protetor, capaz de cuidar de seu povo e de lhe assegurar a realização de um sonho de futuro. As crianças do pôster, risonhas e saudáveis, sugerem a esperança de um futuro de realizações.

Analise uma fonte primária

7 a) Os bolcheviques eram uma facção do Partido Social-Democrata Russo, de orientação marxista, fundado no final do século XIX. Defendiam uma organização rígida e centralizada do movimento revolucionário, liderada por militantes profissionais que estivessem na vanguarda revolucionária.

b) Os sovietes eram conselhos de trabalhadores que se organizaram espontaneamente pela Rússia, reunindo representantes dos trabalhadores rurais e urbanos.

c) Lenin defendia a saída da Rússia da guerra. O líder bolchevique entendia que se tratava de uma guerra imperialista, que servia apenas aos interesses capitalistas, prejudicando os trabalhadores.

d) Lenin pretendia resolver as desigualdades por meio de uma reforma agrária que procederia à coletivização das terras.

Articule passado e presente

8 a) O objetivo do governo era acabar com todas as desigualdades entre os pacientes e oferecer tratamento a todos os soviéticos.

b) O sistema era excessivamente centralizado e inflexível, faltavam recursos e a profissão de médico sofreu um processo de proletarização.

c) Com as reformas do sistema de saúde na passagem dos anos 1980 para o começo de 1990, foi introduzido o conceito de serviços pagos, que passaram a coexistir com os serviços gratuitos. Em 2011, uma nova legislação dividiu os serviços prestados pelos hospitais em obrigatórios gratuitos e adicionais, a serem pagos pelo próprio paciente. Além disso, previu-se a proteção dos direitos de pacientes, tais como saber o próprio diagnóstico, receber as informações referentes ao tratamento disponível e poder aceitá-lo ou recusá-lo, assim como o direito de manutenção do sigilo e o direito de escolher qualquer profissional e instituição de saúde pública, o que conferiu maior flexibilidade para os serviços.

d) É esperado que os alunos consigam, a partir do caso visto na matéria, deduzir outras áreas que provavelmente tiveram problemas de mesma natureza que os dos serviços de saúde: excessiva centralização e burocratização dos serviços públicos, falta de flexibilidade dos órgãos públicos, escassez de recursos e falta de estímulo dos profissionais da área.

Capítulo 3

Brasil: a implantação da República

Por que estudar a implantação da República no Brasil?

- Apresenta o processo de formação socioeconômica brasileira.
- Proporciona uma reflexão sobre as origens do atual Estado republicano brasileiro.
- Oferece uma reflexão sobre os diversos interesses sociais em disputa pelo Estado e sobre os rumos da economia.

Objetivos

- Os alunos deverão identificar a estrutura social e suas relações de poder na construção do projeto republicano.
- Os alunos deverão compreender as estratégias políticas e os interesses econômicos que pautaram a organização do Estado e da política econômica do início da República.
- Os alunos trabalharão especialmente com os conceitos de oligarquia, república e movimentos sociais.
- Os alunos deverão desenvolver habilidades relacionadas a reconhecer a dinâmica da organização dos movimentos sociais e a importância da participação da coletividade na transformação da realidade histórico-geográfica, bem como a analisar diferentes processos de produção e circulação de riquezas e suas implicações socioespaciais.

Tópicos principais do capítulo

- Abertura: apresenta uma reflexão sobre os projetos atuais de reurbanização dos centros urbanos no Brasil, tendo em vista que, durante a Primeira República, as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro sofreram transformações urbanas em virtude dos interesses das elites nacionais. Se julgar

oportuno aprofundar o assunto, um artigo da urbanista e professora Ermínia Maricato, publicado em 2012, oferece uma análise detalhada do tema. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Coluna/Terror-imobiliario-ou-a-expulsao-dos-pobres-do-centro-de-Sao-Paulo/20900>. Acesso em: 10 maio 2016. Após o estudo do capítulo, essa abertura deve ser retomada e revista à luz da atividade *Articule passado e presente*.

- Antes de prosseguir o estudo do capítulo, incentive os alunos a se localizarem no tempo e no espaço (seção *Onde e quando*). Neste capítulo estará em foco o Brasil, entre 1889 e 1930.
- Tema central: análise da proclamação da República como resultado de enfrentamentos de diferentes projetos para o país, sendo que, para sua consolidação, foram travados embates durante os primeiros anos de vigência da nova forma de governo envolvendo os defensores de perspectivas liberal-democráticas e monarquistas. Esses embates podem ser explorados ao se estudar as iniciativas do governo do marechal Deodoro da Fonseca, o teor da Constituição de 1891 e os conflitos ocorridos durante o governo de Floriano Peixoto.
- Boxe *Leituras* "Os significados da Avenida Central": o tema da reurbanização do Rio de Janeiro se relaciona com a abertura do capítulo e a atividade *Articule passado e presente*. Essas três seções podem ser trabalhadas conjuntamente para que os alunos tenham uma visão abrangente dos vários pontos de vista que envolvem a mesma temática.
- Cultura juvenil: tendo em vista a importância das charges políticas para o período, os alunos podem ser incentivados a produzir uma charge política contemporânea, ironizando alguma situação atual que considerem passível de crítica. Incentive-os a observarem na imprensa escrita ou na internet de que maneira os artistas utilizam o desenho e, sobretudo, a charge como forma de crítica. Os alunos poderão se basear na produção de autores contemporâneos como Angeli e Laerte, entre outros.

Imagens do capítulo

- Charges políticas: o uso da charge como instrumento de crítica política permaneceu relevante durante todo o período de formação da República no Brasil, como já havia sido durante o regime monárquico. Pode-se destacar para os alunos que esse tipo de ilustração, divulgado na imprensa diária e nos semanários, cumpriam papel semelhante ao dos programas de humor político veiculados na televisão e na internet, pois, com as devidas proporções, tinham grande circulação e atingiam setores sociais diversos.

Abordagens interdisciplinares

- **Biologia**: assistir ao filme *Sonhos Tropicais*, direção de André Sturm, Brasil, 2002 (126 min). Baseado no romance homônimo de Moacyr Scliar, a obra traça um paralelo entre a vida do médico sanitarista Oswaldo Cruz e da personagem fictícia Esther, polonesa que veio para o Brasil para se casar mas, devido a infortúnios, acaba por se prostituir. A narrativa, que se passa nos primeiros anos do século XX, e trata da Revolta da Vacina, favorece a discussão sobre as condições de vida dos segmentos pobres da população na então capital federal, a questão da saúde pública diante de uma epidemia e a ideia de desenvolvimento defendida pelos dirigentes republicanos no período.

Conheça mais

Sugestões de leitura

BETHEL, L. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1976. O livro apresenta uma análise sobre o processo de abolição da escravidão ao longo do século XIX, interpretando a influência da Inglaterra nesse processo e os seus desdobramentos nas relações anglo-brasileiras.

CARVALHO, J. M. de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. A obra ao abordar a passagem do regime monárquico à República faz uma análise do esforço das correntes ideológicas republicanas em justificar e construir um imaginário do novo regime.

_______. *Os bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. O livro aborda a temática da cidadania nos anos iniciais da República, analisando o imaginário e a participação política popular na passagem do Império ao regime republicano, tendo como recorte espacial a cidade do Rio de Janeiro.

CASTRO, C. *Os militares e a República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. A obra analisa os modos de pensar, o cotidiano, as ações políticas e, sobretudo, o projeto de República de um grupo de jovens militares que contribuíram para o episódio de 15 de novembro de 1889.

DEAN, W. *A luta pela borracha no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989. O brasilianista trata nesta obra da exploração e produção da borracha no Brasil, abordando os desdobramentos que a introdução do cultivo da seringueira no Sudeste Asiático implicou ao comércio brasileiro da borracha, bem como a tentativa de um cultivo racional da seringueira no Brasil.

MOTA, C. G. (Org.). *Viagem incompleta*: a experiência brasileira (1500-2000) – a grande transação. São Paulo: Senac, 2000. A obra reúne ensaios de diversos autores que abordam a história do Brasil republicano e apresentam reflexões sobre temas constitutivos de nossa formação histórica, como o modelo de exclusão política e social brasileira e a questão da terra.

NEEDELL, J. D. *Belle Époque tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. O livro faz uma análise das relações sociais, políticas e culturais da elite carioca durante a *Belle Époque*, do final do século XIX às décadas iniciais do XX.

PRADO JÚNIOR, C. S. *História econômica do Brasil*. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. A obra analisa a história econômica brasileira, defendendo a existência de um sistema colonial brasileiro, que perdurou desde o início da colonização ao fim da Segunda Guerra Mundial, quando o país entra definitivamente no sistema capitalista.

SEVCENKO, N. *A Revolta da Vacina*: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Cosac Naif, 2010. O livro interpreta a Revolta da Vacina analisando o cotidiano e a atuação dos participantes, bem como as motivações da insurreição e o seu sentido numa conjuntura de transformação do Brasil. Nesse sentido, a partir da revolta, o autor delineia os aspectos estruturantes da sociedade brasileira da Primeira República.

Teses

CÁNOVAS, M. D. K. *Imigrantes espanhóis na pauliceia*: trabalho e sociabilidade urbana, 1890-1922. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2007. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-08112007-161310/>. Acesso em: 9 maio 2016. Ao estudar a diversidade de papéis vivenciados pelos imigrantes espanhóis em São Paulo o trabalho analisa as dinâmicas, os meios de inserção e as experiências desses imigrantes na sociedade paulistana de 1890 a 1922.

Filmes

Guerra de Canudos. Direção de Sérgio Resende. Brasil, 1997. (170 min).

Policarpo Quaresma, herói do Brasil. Direção de Paulo Thiago. Brasil, 1998. (123 min).

Sites

Canudos. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/noticias/topicos,canudos,881,0.htm >. Acesso em: 7 maio 2016.

Museu Republicano “Convenção de Itu”. Disponível em: <http://mr.vitis.uspnet.usp.br/>. Acesso em: 7 maio 2016.

Textos de apoio

1 Participação política na Primeira República

Os acontecimentos políticos eram representações em que o povo comum aparecia como espectador ou, no máximo, como figurante. Sem os caminhos da participação política, o povo do Rio de Janeiro concentrou sua atividade social nos bairros, nas associações, nas igrejas, nas festas religiosas, nas rodas de capoeira, etc. Foram o futebol, o samba e o Carnaval que deram ao Rio de Janeiro uma comunidade de sentimentos, por cima e além das grandes diferenças sociais que sobreviveram e ainda sobrevivem. Negros livres e ex-escravos, imigrantes, proletários e classe média encontraram aos poucos um terreno comum de autorreconhecimento que não lhes era propiciado pela política.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p.163-164.

2 A expansão cafeeira e os imigrantes

O regime de trabalho do colonato conforma uma realidade social de difícil compreensão. Se sobressaem as características não capitalistas, não é menos verdade que o imigrante faz as vezes de operário subordinado desse capitalismo em vias de consolidação. A própria existência de relações de trabalho não capitalistas no campo, inviabilizando a constituição de um assalariamento pleno, resultava de uma forma específica de dominação do capital. Caio Prado Júnior já insistira no caráter de locação de serviços presente na agricultura paulista, já que o proprietário mantinha sobre a terra seus direitos integrais, nada cedendo ao colono que não fosse mediante contrato. [...] Existiam agora nas áreas rurais do estado de São Paulo, de forma efetiva, uma oferta e uma demanda do trabalho, ainda que estas não dispusessem de dinâmica interna, posto que dependentes de variáveis exógenas. A oferta dependia do mercado internacional de trabalho, e a demanda dos níveis de rentabilidade esperada do café – ao menos até a década de 1920 – havendo uma relação de estreita interdependência entre ambas.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. *A formação do mercado de trabalho no Brasil.* São Paulo: Alameda, 2008. p. 163-164.

Autoria desconhecida/Arquivo da editora

Atividades

Retome

1 Segundo o dicionário *Houaiss*, a palavra “província” designa tanto a divisão administrativa do Império brasileiro quanto a “região mais afastada do poder central”. Já “estado” significa tanto a divisão territorial de alguns países quanto um “país soberano, com estrutura própria e politicamente organizado”. A transformação das províncias em estados se relaciona com o estabelecimento de uma república federativa na medida em que, ao contrário das províncias, que se caracterizavam pela subordinação a um poder central, os estados republicanos adquiriram autonomia, contando com Constituição e orçamento próprios.

2 a) De um lado, encontravam-se as tropas legalistas, enviadas a Santa Catarina pelo presidente Floriano Peixoto para conter os rebeldes que haviam tomado o estado. A elas se somaram exércitos privados formados por florianistas da região. De outro, encontravam-se os gaúchos federalistas, que após se rebelarem no Rio Grande do Sul, haviam marchado para Santa Catarina, proclamando uma república autônoma em Desterro. A eles se somaram os rebeldes da Armada, militares da Marinha que se revoltaram contra o presidente Floriano Peixoto no Rio de Janeiro, tendo fugido para o Sul para se juntarem aos federalistas após serem derrotados pelos legalistas na capital.

b) Os legalistas lutavam pelo restabelecimento da ordem, representada pelo poder centralizado de Floriano Peixoto. Os federalistas lutavam contra a hegemonia positivista na República e pelo estabelecimento do parlamentarismo. Já os rebeldes da Armada lutavam pelo afastamento do presidente e a realização de eleições.

c) Após meses de combate, os rebeldes federalistas e da Armada foram vencidos pela tropa legalista. Desterro, palco do conflito, foi renomeada Florianópolis (“cidade de Floriano”) em homenagem ao presidente vitorioso.

3 a) Eram batalhões armados que atuavam ao lado do Exército e das forças públicas que apoiavam o governo.

b) Foram formados durante a segunda Revolta da Armada por voluntários que se identificavam como jacobinos florianistas.

c) Eles passaram a ser perseguidos durante o governo de Prudente de Morais (1894-1898), a quem se opunham. Em 1897, um atentado contra o presidente, realizado por um jacobinista, intensificou a perseguição aos opositores do governo, pondo fim aos batalhões patrióticos.

4 a) Durante a República Oligárquica, as elites agrárias manipulavam as eleições por meio da comissão de verificação e do voto de cabresto. A comissão de verificação era presidida por um político afinado com o Presidente da República e era responsável por impugnar a eleição dos deputados que poderiam fazer oposição ao governo. O voto era chamado “de cabresto” pois o fato de ser aberto permitia que os chefes políticos locais controlassem o eleitor mediante ameaças e barganhas. O aluno também pode citar as fraudes eleitorais, que eram comuns no período.

b) Por meio da política dos governadores, o presidente garantia não intervir nos estados em troca do apoio dos governadores na eleição de deputados e senadores favoráveis ao governo. O governador, por sua vez, recebia o apoio eleitoral dos coronéis (chefes locais), que influenciavam diretamente o pleito por meio do voto de cabresto. Em troca, por meio de sua influência política, ele garantia verbas federais e cargos públicos para as suas regiões.

5 A expressão “política do café com leite” refere-se à hegemonia política e econômica dos estados de Minas Gerais e São Paulo (respectivamente, produtores de leite e café) no governo federal durante a República Oligárquica.

6 O Convenio de Taubaté, realizado em 1906, inaugurou uma série de medidas de valorização do café. Essa valorização consistia na estabilização do câmbio mediante a compra, pelo governo brasileiro, das sacas de café não vendidas no mercado internacional. Desse modo, os cafeicultores tinham condições de manter o preço do produto no mercado externo, transferindo para os cofres públicos (ou seja, para o conjunto da sociedade) o prejuízo vinculado à queda nas exportações. Os ganhos obtidos com essa prática, contudo, eram privados, usufruídos apenas pelos cafeicultores.

7 a) Rui Barbosa incentivou a produção industrial aumentando a emissão de dinheiro destinado às atividades produtivas, instituindo leis que facilitavam a criação de sociedades anônimas industriais e o comércio de ações na Bolsa de Valores, reduzindo as taxas de importação para equipamentos e matérias-primas e aumentando os impostos sobre a importação de produtos industrializados. A principal consequência das medidas do ministro foi a desvalorização da moeda, o aumento da inflação e o consequente encarecimento do custo de vida, levando à falência muitas empresas no Brasil.

b) Os lucros resultantes da exportação do café foram, ainda que de forma indireta, investidos no desenvolvimento da indústria. Foram os cafeicultores os principais incentivadores da imigração estrangeira, da abertura de bancos e caixas de negociação nos centros urbanos. Também investiram na ampliação da malha ferroviária e na importação de máquinas e equipamentos de beneficiamento da produção.

Pratique

8 a) O cenário das duas cenas é praticamente o mesmo, visto da mesma perspectiva; a única diferença é o recorte (o

pintor Pereira da Silva parece observar a cena mais de longe). A disposição dos canhões também é idêntica, e em ambas as cenas uma nuvem de fumaça indica que os tiros comemorativos acabaram de ocorrer. A principal diferença é a presença, no quadro de Pereira da Silva, de um grupo de civis, separados da cena central por uma fileira de militares. Além disso, os protagonistas do evento (militares responsáveis pela deposição de dom Pedro II), que no quadro de Benedito Calixto aparecem isolados bem no meio do quadro, não recebem nenhum destaque especial no quadro de Pereira da Silva.

b) As pessoas que aparecem na parte inferior da tela de Oscar Pereira da Silva são majoritariamente homens adultos, brancos e oriundos das classes médias. Representam o povo. Embora separadas do evento central por uma fileira de militares, as pessoas parecem tocadas pelo que veem, comentando o acontecimento entre si ou saudando os militares com o braço em riste.

c) A tela de Benedito Calixto concorda com essa narrativa, dando destaque aos protagonistas militares. Já a de Oscar Pereira da Silva discorda, destacando a presença do povo. Se possível, chame a atenção dos alunos para as dimensões do quadro de Pereira da Silva. Visto de perto, o primeiro plano da imagem, na parte inferior, se destaca, chamando a atenção do espectador.

9 a) A compra de votos e a intimidação do adversário pelo uso da violência.

b) Provavelmente, ele não foi eleito porque seu nome não foi aprovado pela Comissão de Verificação de Poderes.

c) Não, pois ele parece ser desconhecido dos eleitores e não consegue vencer as eleições. É provável, até, que o “Três de ouros” contratado para “arrebentar seu telhado” trabalhe justamente para um dos coronéis da região. Estes tinham grande influência sobre os eleitores, e costumavam ter o nome de seu candidato validado pela junta apuradora.

d) Semelhanças: prática de compra de votos e troca de favores, uso de cartazes como meio de propaganda política. Diferenças: maior respeito entre os adversários políticos; maior lisura na apuração dos votos. Tais pontos, contudo, podem ser questionados e debatidos.

Analise uma fonte primária

10 a) O industrial brasileiro Jorge Street critica a isenção de impostos para produtos industrializados estrangeiros. Esta estaria prejudicando os industriais brasileiros, que não podiam concorrer com os produtos importados.

b) O texto afirma que os lucros obtidos com a exportação do café foram investidos na abertura de indústrias, sobretudo as de bens de consumo não duráveis. Quando Jorge Street afirma que “os capitais que formaram e servem à indústria fabril do país estão em mãos brasileiras”, ele está se referindo a esse processo, por meio do qual capitais brasileiros (e não estrangeiros) financiaram a formação da indústria nacional.

c e d) Street propõe que “o esforço nacional” seja “prestigiado”; que a indústria, especialmente a voltada para a produção de bens de consumo, receba o “mesmo tratamento e maior benefício” que a indústria estrangeira – ou seja, ele propõe medidas protecionistas para a indústria nacional. Com isso, a desnacionalização de empresas seria evitada.

Articule passado e presente

11 a) Gentrificação é uma requalificação ou revitalização de áreas urbanas degradadas a partir de iniciativas públicas e privadas, com o objetivo de glamurizar e sofisticar a região, atendendo assim aos interesses de expansão dos negócios e de valorização imobiliária. Seus efeitos para a população são o aumento do custo de moradia e, consequentemente, o deslocamento das pessoas de baixa renda para áreas mais distantes do foco privilegiado.

b) Enobrecimento.

c) A reforma urbana do Rio de Janeiro durante a Primeira República promoveu a demolição de antigos casarões da região portuária, onde vivia a população de baixa renda da cidade. Nesse processo, vulgarmente conhecido como “bota-abaixo”, centenas de pessoas foram compulsoriamente desalojadas, deslocando-se para áreas periféricas da capital, principalmente para os morros, onde se instalaram as primeiras favelas cariocas. Os atuais processos de gentrificação também promovem a expulsão dos antigos moradores. No entanto, diferente do que ocorria nas reformas urbanas da Primeira República, a gentrificação não implica a expulsão à força dos moradores de baixa renda. Estes são constrangidos a se mudar para outros bairros em vista da elevação do custo de vida em seu bairro de origem.

d) O texto menciona dois tipos de gentrificação, a residencial e a de consumo. O Projeto Nova Luz enquadrava-se nos dois tipos, já que ele previa a instalação de uma rede de serviços em meio a residências, conforme o texto da abertura do capítulo indica.

e) Essa é uma questão bastante complexa. Se, por um lado, os projetos de gentrificação são elaborados e encabeçados pelas autoridades eleitas, por outro, o uso efetivo do espaço público gentrificado visa atender aos interesses do capital privado. A gentrificação contradiz o direito à moradia e restringe o uso do espaço àqueles que podem pagar por ele. Nesse sentido, contraria a noção de administração republicana do espaço urbano.

Espera-se que o aluno perceba na ação judicial, e na exigência de consulta à população afetada pela reforma, uma transformação nos valores republicanos no Brasil, sobretudo no tocante ao respeito pelo bem comum, inexistente durante a Primeira República.

Brasil: por fora da ordem oligárquica

Por que estudar a ordem oligárquica do Brasil República?

- Possibilita uma reflexão sobre os limites do liberalismo político no interior de um Estado oligárquico.
- Apresenta o processo de expropriação urbana e violência policial que permanece atingindo parcelas da população brasileira.
- Oferece uma reflexão sobre as diferentes formas de luta e resistência dos setores populares.

Objetivos

- Os alunos deverão entender o processo de expropriação urbana e exploração social levado a cabo pelas elites oligárquicas no país.
- Os alunos deverão compreender as diversas formas de manifestação dos movimentos sociais, rurais e urbanos diante da permanência das desigualdades sociais e a ausência de direitos políticos.
- Os alunos vão trabalhar especialmente com os conceitos de oligarquia, violência de Estado e movimentos sociais.
- Os alunos deverão desenvolver habilidades relacionadas a associar as manifestações culturais do presente aos seus processos históricos e analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.

Tópicos principais do capítulo

- Abertura: coloca em debate o problema da violência policial contra os movimentos sociais, particularmente contra as manifestações públicas, como passeatas e comícios. O tema permite a reflexão sobre as permanências e mudanças na relação entre Estado e sociedade na história do século XX e início do XXI, no Brasil, na medida em que há mudanças significativas, graças aos direitos políticos garantidos em lei desde a Constituição de 1988, mas há também permanências, visto que a ação discricionária e violenta da polícia algumas vezes ainda ocorre. Após o estudo do capítulo, essa abertura deve ser retomada e revista à luz da atividade *Articule passado e presente*.
- Antes de prosseguir o estudo do capítulo, incentive os alunos a se localizar no tempo e no espaço (seção *Onde e quando*). Neste capítulo estarão em foco: Brasil, entre os anos 1889 a 1930.
- Tema central: análise das tensões sociais e políticas produzidas pela ordem oligárquica implantada com a República, em 1889, cujo modelo de concentração da riqueza e violência indiscriminada contra os setores populares ampliou as tensões sociais e provocou inúmeras manifestações de rebeldia e descontentamento.
- Tópico 3 – *Movimentos sociais urbanos*: destaque que esse item se concentra nas transformações sociais e econômicas motivadas pelo aceleramento da produção industrial e consequente crescimento da população operária e da burguesia industrial. O aumento da demanda por produtos manufaturados no mercado interno estimulava a exploração mais intensa dos trabalhadores. Esse processo de exploração da mão de obra era acompanhado de uma expropriação urbana, na medida em que as elites passavam a investir na cidade tanto como local de moradia (e, portanto, de expressão da própria riqueza) quanto como forma de rendimento obtido da terra urbana. Assim, na fábrica, na moradia e no lazer, os trabalhadores se viam expropriados e reagiam através de rebeliões, greves e movimentos sociais diversos.
- Boxe *Leituras* – “Mulheres anarquistas em São Paulo”: pode-se discutir a relação entre gênero e participação política, identificando, nos dias de hoje, de que modo a luta política é ou não um espaço para a igualdade de gênero. Pode-se incentivar os alunos a pesquisar lideranças femininas sociais e políticas e, a partir dos resultados da pesquisa, montar um quadro com os nomes e as trajetórias de vida dessas mulheres.

Imagens do capítulo

Imagens fotográficas da classe trabalhadora: destaque a presença de diversas imagens de rua (manifestações ou cenas cotidianas) dos setores populares, no Brasil. Essa presença nova e significativa de fotografias dessa natureza era o resultado de uma dupla transformação: de um lado, o desenvolvimento técnico da câmera fotográfica (mais portátil e capaz de registrar cenas ao ar livre) e o interesse maior pelo fenômeno das multidões urbanas e, especialmente, pela presença da classe trabalhadora nos espaços públicos.

Abordagens interdisciplinares

- **Geografia:** o tema da reurbanização dos centros das grandes cidades pode ser o ponto de partida para uma reflexão passado-presente sobre as transformações urbanas das capitais brasileiras. Conforme a localização da escola, pode-se escolher a capital do Estado para um estudo sobre as relações entre as reformas urbanas e os interesses sociais e econômicos envolvidos.

Conheça mais

Sugestões de leitura

CHAUI, M. *Brasil*: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. O livro apresenta e discute diversos temas ligados ao mito fundador da sociedade brasileira e os seus desdobramentos, eviden-

ciando as contradições e complexidades desta representação ideológica do Brasil.

DEAN, W. *A industrialização de São Paulo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. A obra, ao analisar o processo de industrialização paulista, desde fins do século XIX até o término da Segunda Guerra Mundial, evidencia a presença e o empreendimento dos cafeicultores na formação da indústria em São Paulo.

FAUSTO, B. *A Revolução de 1930*. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. A obra faz uma análise acerca da Revolução de 1930 e do contexto político e econômico que a antecedeu, bem como examina as interpretações sobre a revolução.

______ (Org.). *Fazer a América*: a imigração em massa para a América Latina. São Paulo: Edusp, 1999. A obra reúne diversos ensaios que abordam a imigração massiva de pessoas vindas de países europeus e asiáticos para a América Latina no período entre o fim do século XIX e a década de 1930, fenômeno que promoveu mudanças sociais e culturais.

SEVCENKO, N. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. A obra, a partir de uma abordagem sociocultural, apresenta um painel da história de São Paulo na década de 1920, quando a cidade passava por uma urbanização acelerada, analisando o impacto do emprego de novas tecnologias e os impasses da modernidade cultural na sociedade paulistana.

Tese

BOVO, A. P. M. C. *Antônio Conselheiro*: os vários. São Paulo: Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, 2007. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000430223>. Acesso em: 9 maio 2016. Este estudo analisa a construção da figura multifacetada de Antônio Conselheiro em um conjunto de romances selecionados, para assim discutir o papel da literatura na representação da experiência histórica da Guerra de Canudos.

Filmes

Aleluia Gretchen. Direção de Sylvio Back. Brasil, 1976. (115 min).

Eternamente Pagu. Direção de Norma Bengell. Brasil, 1987. (100 min).

Sites

Semana de Arte Moderna – 1922. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/semana22.htm>. Acesso em: 7 maio 2016.

Instituto Luís Carlos Prestes. Disponível em: <www.ilcp.org.br/>. Acesso em: 7 maio 2016.

Textos de apoio

1 A situação dos indígenas na República brasileira

Entre os excluídos que a República criou, um grupo esteve sistematicamente distante das políticas e propósitos dos governantes republicanos: os indígenas. Se mesmo no Império o interesse foi mais retórico do que pragmático, e se os nativos figuraram antes no romanceio romântico do que em políticas de efetiva aplicação, com a República o apagamento seria ainda mais evidente. Caso exemplar foi o massacre do grupo Kaingang, para que a estrada de ferro Noroeste do Brasil pudesse passar. Na época, Hermann von Ihering, diretor do Museu Paulista, foi aos jornais defender o extermínio desses grupos.

Foi em 1880 que teve início no Oeste paulista o processo de demarcação de terras das tribos Guarani, Xavante e Kaingang. E, se as duas primeiras nações foram "integradas", mesmo que ao preço de serem dizimadas culturalmente, a última resistiu à invasão de suas terras. O auge do confronto se deu em 1905, com a construção da estrada de ferro. A resistência indígena – na época chamada de "muralha Kaingang" – foi brava e longa. A situação só foi controlada em 1911, depois de o grupo ter sido praticamente exterminado e graças à intervenção do Serviço de Proteção ao Indígena (SPI). Na condução dessa instituição estava Cândido Mariano Rondon, militar e sertanista, que construiu linhas telegráficas de Mato Grosso a Goiás, entre outras atividades. O governo republicano andava preocupado com o isolamento da região e com a fragilidade das áreas de fronteira. Foi Rondon quem cumpriu o papel de incorporar a Amazônia efetivamente à nação, não só por meio do telégrafo (neste caso, o Centro-Oeste ao Sul do país) como mapeando o local, desbravando terras e estabelecendo um primeiro contato com os indígenas.

Mas em cada região a política de terras era distinta, ainda mais se lembrarmos que existiam áreas consideradas novas – como a Amazônia, redescoberta por conta da expansão da borracha – e outras de colonização antiga. De toda maneira, a questão indígena deixara de vincular-se ao tema da mão de obra, para se configurar como um problema de terras. Nas regiões de povoamento antigo a ordem era controlar o perímetro dos aldeamentos. Já nas frentes de expansão ou rotas fluviais, a despeito de se fazer uso de mão de obra indígena, o objetivo era a conquista territorial, justificada a partir da noção da "segurança dos colonos". As diretrizes eram duas: ou o extermínio dos índios "bravos" ou "civilizá-los e incluí-los na sociedade".

SCHWARCZ, Lilia Moritz, STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil*: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 345-346.

2 O surgimento da classe operária no Brasil

No contexto da Grande Guerra, em virtude do colapso das linhas do comércio internacional, São Paulo assistiu a um grande surto de crescimento industrial, com vistas às necessidades de substituição de importações. As decorrências imediatas dessa industrialização em larga escala se fizeram sentir no crescimento demográfico, na demanda por terrenos e habitações e numa carestia geral, que multiplicava descontroladamente os preços dos gêneros alimentícios, vestuário e alugueis, em plena disparada inflacionária. O governo tentava reagir impondo o tabelamento dos preços e criando as feiras livres, que, contudo, fracassaram fragorosamente diante da corrupção e da ineficácia da fiscalização, desmoralizando as autoridades e levando a população ao desespero. Essa reversão drástica da vida econômica da cidade propiciaria o surgimento de toda uma nova classe de argentários, beneficiários diretos das oportunidades especulativas excepcionais criadas por essa inesperada crise da Guerra. O fenômeno, aliás, não era só típico de São Paulo, mas tinha uma dimensão internacional e desenvolveria uma ampla linguagem comum que apontava por toda parte o vicejamento dos "milionários da Guerra", referidos aqui e no exterior como a "gente nova", os "novos ricos". [...] Nesse quadro de escassez, especulação, inflação, derrocada da autoridade e aflição, acirram-se todos os tipos de tensão e conflitos que latejavam nos desvãos da cidade: sociais, étnicos, culturais, políticos e econômicos. Mercadorias, propriedades e capitais começam a trocar de mãos rapidamente. A intensificação das exigências de produção, em paralelo com a degradação do poder aquisitivo e das condições de vida, arrasta as tensões à beira da guerra civil, mais fortemente instigada a partir de 1917, pelo colapso dos Impérios centro-europeus e as notícias das efervescências revolucionárias.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 124-125.

3 Revolta da Vacina

A revolta não visava o poder, não pretendia vencer, não podia ganhar nada. Era somente um grito, uma convulsão de dor, uma vertigem de horror e indignação. Até que ponto um homem suporta ser espezinhado, desprezado e assustado? Quanto sofrimento é preciso para que um homem se atreva a encarar a morte sem medo? E quando a ousadia chega nesse ponto, ele é capaz de pressentir a presença do poder que o aflige nos seus menores sinais: na luz elétrica, nos jardins elegantes, nas estátuas, nas vitrines de cristal, nos bancos decorados dos parques, nos relógios públicos, nos bondes, nos carros, nas fachadas de mármore, nas delegacias, agências de correio e postos de vacinação, nos uniformes, nos ministérios e nas placas de sinalização. Tudo que o constrange, o humilha, o subordina e lhe reduz a humanidade. Eis os seus alvos. Eis a fonte da sua revolta, e o seu objetivo é sentir e expor, ainda que por um gesto radical, ainda que por uma só e última vez, a sua própria dignidade.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*. São Paulo: Cosac Naify, 2010. p. 68.

Comentários e respostas

Atividades

Retome

1 a) Euclides da Cunha se refere-se ao eurocentrismo das elites brasileiras, que tomam de empréstimo da Europa valores, ideias e comportamentos incompatíveis com a diversidade cultural brasileira.

b) São os sertanejos de Canudos. Eles são comparados aos imigrantes europeus (italianos, alemães, etc.) que vieram trabalhar nas lavouras do Sudeste e do Sul do Brasil.

c) Refere-se às elites e às camadas médias brasileiras, que se identificavam com os valores europeus.

d) Não, pois Cunha e os sertanejos de Canudos viveram na mesma época. Os "três séculos" aludidos pelo autor se referem ao tempo da civilização, que na sua visão ainda não havia sido alcançado pelos "rudes patrícios".

2 Semelhanças: pregações religiosas de seus líderes; caráter comunitário e autossuficiente das comunidades sertanejas envolvidas no conflito; caráter antirrepublicano dos revoltosos; ameaça dos revoltosos à ordem oligárquica vigente; reação policial. Diferenças: estopim do conflito (cobrança de impostos, no caso de Canudos; disputa pela posse de terras, no caso de Contestado), apoio de coronéis aos revoltosos (presente na Guerra do Contestado e ausente na de Canudos); local do conflito (Bahia, no caso de Canudos, e divisa entre Paraná e Santa Catarina, no caso de Contestado).

3 Fator cultural: forte religiosidade dos sertanejos cearenses, que acreditavam no poder milagroso de padre Cí-

cero; fator social: existência de banditismo na região (cangaço), que garantiu apoio paramilitar ao padre; fator político: disputa entre coronéis locais, que apoiavam padre Cícero, e o poder central do Estado; fator econômico: forte seca na região, responsável pela fome e pela miséria entre a população mais vulnerável, levando-a a aderir às pregações do padre.

Pratique

4 a) Porque, além do trabalho na fábrica, ela encontra mais afazeres ao chegar em casa, enfrentando a chamada "dupla jornada de trabalho".

b) Os capitalistas e as próprias mulheres. Estas, porque aceitam trabalhar em condições inferiores, perpetuando a exploração e se tornando déspotas quando se aliam aos patrões. Aqueles, porque oferecem às mulheres salários menores que os pagos aos homens, ao mesmo tempo em que exigem delas o cumprimento de tarefas extenuantes.

c) A "inconsciência crassa" das operárias, provocada pela falta de instrução ou de boa vontade de seus companheiros de levá-las às reuniões do partido, faz com que aceitem as condições impostas pelos capitalistas e colaborem com eles. A solução para o problema é a tomada de consciência das operárias sobre as vantagens do regime comunista, engajando-se no partido a exemplo das europeias.

d) A resposta pode variar em função da experiência dos alunos, e as possíveis divergências entre as respostas devem ser problematizadas pelo professor com base em dados recentes sobre as condições de trabalho das mulheres. A dupla jornada de trabalho e os salários menores por trabalhos equivalentes aos dos homens são realidades inegáveis na vida das trabalhadoras hoje. O assédio moral e sexual, ou tratamento diferenciado pela suposta sensibilidade ou emotividade femininas também são permanências. Como exemplos de superação, pode-se apontar a conquista da licença-maternidade e a possibilidade de afastamento médico durante a gestação. Além disso, a instituição do divórcio, aprovada em 1977 no Brasil, deu mais liberdade à mulher (na época da redação do texto, a separação judicial – ou desquite – não dissolvia o laço conjugal, expondo a mulher ao repúdio).

Analise uma fonte primária

5 a) Precisa que a Irmandade saiba que esta guerra santa, que é guiada pela minha vontade, não é a Guerra de S. Sebastião, a qual só começará daqui a muitos anos. Esta é a guerra de que eu falava 30 anos passados [ou há 30 anos], da liquidação dos limites dos Estados de Santa Catarina e Paraná. Como sabem todos aqueles que tiveram a felicidade de conversar comigo, eu sempre disse que havia de vencer Santa Catarina pelos motivos seguintes:

1. porque tem o nome de uma Santa muito milagrosa e protegida de S. Sebastião;
2. porque, sendo menor em terras, não se pode e nem se deve tirar de quem tem menos para dar ao mais rico, pois este é o ponto principal da religião de Deus;
3. porque foi no tempo da revolta para o sertão de Santa Catarina que eu mandei a irmandade com ajutório desta santa; era o único lugar onde a irmandade achou sossego e agasalhos;
4. porque é onde se acha situado o divino e encantado serro que se chama Taió, que eu pretendo repartir com todos os irmãos que até aqui têm trabalhado com fé e coragem e com resignação;
5. porque é, enfim, o único lugar onde a irmandade poderá escapar quando começar a falada guerra de S. Sebastião, e quem morar neste Estado ficará livre das pestes e mais castigos horríveis que Deus mandará contra os hereges. Espero também a restauração da monarquia, que já não veio devido às faltas e aos pecados dos irmãos, e fica revogada para a volta de dom Luiz de Bragança que foi a Jerusalém ao santo sepulcro visitar sinais da ressurreição de Jesus Cristo.

b) O texto faz referência à Guerra do Contestado (guerra histórica), vinculada a uma disputa territorial entre Paraná e Santa Catarina que ainda estava em andamento quando o documento foi publicado, e à Guerra de São Sebastião (guerra mítica), que ainda estaria por vir, vinculada à crença no retorno de dom Sebastião.

c) Segundo o autor, Santa Catarina é uma terra santa, e sua vitória sobre o Paraná na guerra do Contestado garantiria que os membros da irmandade permanecessem ali, mantendo-se a salvo dos flagelos que acometeriam todos os outros lugares durante a Guerra de São Sebastião.

d) Sim, o monge João Maria defendia a restauração da monarquia bragantina no Brasil, o que fica evidente no seguinte trecho: "Espero tão bem a restauração da monarquia que já não veio devido às faltas e aos pecados dos irmãos e fica revogada para a volta de dom Luiz de Bragança que foi a Jerusalém ao santo sepulcro visitar sinais da ressurreição de Jesus Cristo".

e) As respostas podem variar. O importante é que o aluno perceba que o objetivo da publicação não era corroborar as ideias de João Maria, mas sim reforçar os estereótipos associados aos sertanejos, destacando o "fanatismo" do líder, seu monarquismo ou a falta de domínio da norma culta da língua portuguesa. Desse modo, legitimava-se a repressão aos revoltosos. Vale destacar que o público leitor do Brasil nessa época era restrito às camadas médias e altas, identificadas à cultura europeia, vendo os sertanejos e sua cultura como "bárbaros".

Articule passado e presente

6 a) Ele afirma que os participantes do evento têm educação, “posição social”, e alguns deles são “distintos estrangeiros”, prescindindo, portanto, da presença da polícia.

b) Por dedução, a polícia deveria comparecer a eventos que contassem com a presença de pessoas sem posição social nem educação. Isso porque ele associa essas pessoas à desordem, ao crime, a ameaças públicas.

c) Não, pois não tratava a todos da mesma maneira, de modo a atender os interesses gerais dos cidadãos. Essa ideia é reforçada pelo texto do capítulo, quando se afirma que “práticas de controle e disciplina foram instituídas a partir de ideais raciais e higienistas, recaindo sobre a população pobre, negros e estrangeiros, homens, mulheres e crianças” (página 88).

d) Resposta pessoal. O aluno pode alegar que sim, pois o mesmo tipo de ação não ocorreria em escolas particulares, frequentada por um público de nível socioeconômico em geral mais alto do que o das escolas públicas. Pode também responder que não, pois o fato de estudar em escola pública não indica, necessariamente, a “posição social” de alguém. As respostas devem ser problematizadas levando em consideração a realidade e a experiência dos alunos.

e) A resposta é pessoal, baseada na experiência dos alunos. De todo modo, não se pode negar a existência de abusos policiais nos dias de hoje, sobretudo em relação à população negra e à de baixa renda.

Capítulo 5

A Crise de 1929 e o nazifascismo

Por que estudar a Crise de 1929 e o nazifascismo?

- Apresenta a crise econômica mais importante do século XX e seu processo de formação.
- Proporciona uma reflexão sobre os riscos políticos envolvidos na valorização do nacionalismo e de lideranças carismáticas autoritárias.
- Oferece uma reflexão sobre as condições históricas que conduziram a dissolução de regimes democráticos na Europa.

Objetivos

- Os alunos deverão identificar a dinâmica econômica que conduziu ao colapso do sistema financeiro e à grave crise econômica, em 1929.
- Os alunos deverão compreender os elementos políticos que possibilitaram o surgimento e o crescimento de regimes totalitários na Europa.
- Os alunos trabalharão especialmente com os conceitos de crise econômica, nazifascismo e totalitarismo.
- Os alunos vão desenvolver habilidades relacionadas a analisar diferentes processos de produção ou circulação de riquezas e suas implicações socioespaciais e a avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História.

Tópicos principais do capítulo

- Abertura: discute o tema do racismo e do ódio aos muçulmanos no contexto europeu atual. O tema pode ser discutido a partir de informações difundidas na grande imprensa sobre os casos de xenofobia, intolerância e violência contra povos e indivíduos considerados perigosos ou inferiores simplesmente porque são de outra etnia, religião ou nacionalidade. Conforme as condições locais e regionais, o tema pode ser pensado também a partir das experiências diretas dos alunos. Após o estudo do capítulo, essa abertura deve ser retomada e revista à luz da atividade *Articule passado e presente*.
- Antes de prosseguir o estudo do capítulo, incentive os alunos a se localizar no tempo e no espaço (seção *Onde e quando*). Neste capítulo estarão em foco: Estados Unidos, Alemanha e Itália entre 1919 e 1945.
- Tema central: as diferentes experiências de atuação do Estado na economia liberal nos Estados Unidos e na Europa. A Crise de 1929, nos Estados Unidos, foi um motivador direto da estruturação do *New Deal*, empreendida pelo governo de Franklin Roosevelt. Na Europa, porém, os acontecimentos da Quinta-Feira Negra somente pioraram as condições da crise socioeconômica já em curso nos países que se reorganizavam após a Primeira Guerra Mundial, notadamente a Itália e a Alemanha.
- Boxes: “O totalitarismo fascista segundo Mussolini” e “A população alemã tinha conhecimento do extermínio dos judeus nos campos de concentração?”: a leitura dos dois boxes articulados permite identificar as diferenças entre os ideários fascista e nazista, por meio de seus princípios e desdobramentos em cada sociedade.
- Cultura juvenil: pode-se refletir sobre a importância da juventude no fortalecimento dos ideários fascistas. Uma possibilidade de debate pode ser através da exibição do filme *A Onda* (Dennis Gansel, 2008, Alemanha) que discute, no mundo contemporâneo, as estratégias de formação da juventude hitlerista. A partir do filme e do debate pode-se colocar em questão: o que precisamos fazer para evitar que regimes totalitários se fortaleçam com o apoio da população em geral e da juventude em particular.

Imagens do capítulo

Propaganda nazifascista: você pode incentivar os alunos a pesquisarem outros cartazes de propaganda nazifascista, como os que estão presentes no capítulo. Em virtude das reflexões propostas nos capítulos anteriores, é possível aprofundar o papel da propaganda política na difusão e aceitação de ideologias de Estado visto que, desde a eclosão da Primeira Guerra, charges e pôsteres têm sido utilizados com recorrência.

Abordagens interdisciplinares

- **Matemática:** com a ajuda do professor de Matemática, aprofundar a interpretação dos dados estatísticos sobre a crise econômica nos Estados Unidos e na Europa, a partir das tabelas e gráficos do capítulo (páginas 101 e 105).

Conheça mais

Sugestões de leitura

ALMEIDA, A. M. de. *A República de Weimar e a ascensão do nazismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982. O livro interpreta o período da República de Weimar, proclamada com o fim da Primeira Guerra Mundial, analisando os elementos do pós-guerra que desencadearam uma profunda crise e a ascensão do nazismo na Alemanha.

ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. A obra apresenta uma reflexão político-filosófica sobre a história do totalitarismo, analisando o avanço do antissemitismo na Europa oitocentista, o imperialismo colonial entre o fim do século XIX e a Primeira Guerra Mundial e a dinâmica dos movimentos totalitários, sobretudo o nazismo e o stalinismo.

GAZIER, B. *A Crise de 1929*. Porto Alegre: L&PM, 2009. O livro analisa a história da Grande Depressão, examinando as suas causas e os impactos no mundo capitalista, e apresenta como cada momento histórico tem lido e interpretado essa crise.

HOBSBAWM, E. *Era dos extremos*: o breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. A obra apresenta uma abordagem panorâmica sobre a história do século XX, desde a Primeira Guerra Mundial ao colapso da URSS, dividindo este período em três recortes: a Era da Catástrofe, marcada pelo colapso da civilização ocidental do século XIX e por duas grandes guerras; a Era do Ouro, caracterizada por transformação social e crescimento econômico; e a fase do Desmoronamento, entre a década de 1970 e a de 1990, marcada por incertezas e crise.

LENHARO, A. *Fascismo, nazismo e integralismo*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1998. O livro apresenta uma reflexão sobre as concepções e práticas adotadas pelos movimentos fascista, nazista e integralista no século XX.

MARTINHO, F. C. P.; LIMONCIC, F. *A Grande Depressão*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2009. A obra reúne textos de diversos autores que, ao abordarem a Crise de 1929, analisam as razões e os impactos da Grande Depressão tanto nas economias nacionais quanto na teoria e política econômica de vários países.

RICHARD, L. *A República de Weimar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. O livro traz uma análise sobre a República de Weimar, entre o período de 1919 e 1933, descrevendo uma Alemanha fragilizada pela Grande Guerra que ensaia pela primeira vez uma democracia.

Filmes

Arquitetura da destruição. Direção de Peter Cohen. Suécia, 1989. (121 min).

A onda. Direção de Dennis Gansel. Alemanha, 2008. (107 min).

O menino de pijama listrado. Direção de Mark Herman. Estados Unidos, 2008. (94 min).

Sites

Especial do jornal *O Estado de S. Paulo* sobre a crise de 1929. Disponível em: <www.estadao.com.br/especiais/licoes-de-29,34654.htm>. Acesso em: 7 maio 2016.

Textos de apoio

1 A depressão de 1929

Na verdade, à medida que continuava a Depressão, argumentava-se com considerável vigor, entre outros J.M. Keynes – que em consequência disso se tornou o mais influente economista dos quarenta anos seguintes –, que tais governos estavam piorando a Depressão. Aqueles entre nós que viveram os anos da Grande Depressão ainda acham impossível compreender como as ortodoxias do puro mercado livre, na época tão completamente desacreditadas, mais uma vez vieram a presidir um período global de Depressão em fins da década de 1980 e na de 1990, que, mais uma vez, não puderam entender nem resolver. Mesmo assim, esse estranho fenômeno deve lembrar-nos da grande característica da história que ele exemplifica: a incrível memória curta dos economistas teóricos e práticos. Também nos dá uma vívida ilustração da necessidade, para a sociedade, dos historiadores, que são os memorialistas profissionais do que seus colegas-cidadãos desejam esquecer.

De qualquer modo, o que era uma "economia de livre mercado" em uma época em que a economia era cada vez mais dominada por imensas corporações que tornavam balela o termo "perfeita competição", e economistas críticos de Karl Marx podiam observar como ele se mostrara correto, especialmente em sua previsão da crescente concentração de capital. Não era preciso ser marxista, nem mostrar interesse por Marx, para ver como era diferente da economia de livre competição do século XIX o capitalismo entreguerras.

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos:* o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 107.

2 A crise da economia capitalista

O dinamismo da economia capitalista derivou, assim, da interação de dois processos: de um lado, a inovação técnica – a qual se traduz em elevação da produtividade e em redução da demanda de mão de obra –, de outro, a expansão do mercado – que cresce junto com a massa dos salários. O peso do primeiro desses fatores (a inovação técnica) depende da ação dos empresários em seus esforços de maximização de lucros, ao passo que o peso do segundo (a expansão do mercado) reflete a pressão das forças sociais que lutam pela elevação de seus salários.

O processo atual de globalização a que assistimos desarticula a ação sincrônica dessas forças que garantiram no passado o dinamismo dos sistemas econômicos nacionais. Quanto mais as empresas se globalizam, quanto mais escapam da ação reguladora do Estado, mais tendem a se apoiar nos mercados externos para crescer. Ao mesmo tempo, as iniciativas dos empresários tendem a fugir do controle das instâncias políticas. Voltamos assim ao modelo do capitalismo original, cuja dinâmica se baseava nas exportações e nos investimentos no estrangeiro. [...] Já não existe o equilíbrio garantido no passado pela ação reguladora do poder público. Disso resulta a baixa da participação dos assalariados na renda nacional de todos os países, independentemente das taxas de crescimento.

FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 29.

3 O antissemitismo nazista

[...] Uma dessas apressadas explicações identifica o antissemitismo com desenfreado nacionalismo e suas explosões de xenofobia. Mas, na verdade, o antissemitismo moderno crescia enquanto declinava o nacionalismo tradicional, tendo atingido seu clímax no momento em que o sistema europeu de Estados-nações, com seu precário equilíbrio de poder, entrara em colapso. Os nazistas não eram meros nacionalistas. Sua propaganda nacionalista era dirigida aos simpatizantes e não aos membros convictos do partido. Ao contrário, este jamais se permitiu perder de vista o alvo político supranacional. O "nacionalismo" nazista assemelhava-se à propaganda nacionalista da União Soviética, que também é usada apenas como repasto aos preconceitos das massas. Os nazistas sentiam genuíno desprezo, jamais abolido, pela estreiteza do nacionalismo e pelo provincianismo do Estado-nação. Repetiram muitas vezes que seu movimento, de âmbito internacional (como, aliás, é o movimento bolchevista), era mais importante para eles do que o Estado, o qual necessariamente estaria limitado a um território específico. E não só o período nazista, mas os cinquenta anos anteriores da história antissemita dão prova contrária à identificação do antissemitismo com o nacionalismo. Os primeiros partidos antissemitas das últimas décadas do século XIX foram os primeiros a coligar-se em nível internacional. Desde o início, convocavam congressos internacionais, e preocupavam-se com a coordenação de atividades em escala internacional ou, pelo menos, intereuropeia.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*: antissemitismo, imperialismo e totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 25-26.

Comentários e respostas

Boxes e seções

Dialogando com a Educação Física

O objetivo da atividade é refletir, se possível com o apoio do professor de Educação Física, sobre os diversos papéis que a prática esportiva pode oferecer tanto no acirramento de tensões quanto na formulação de práticas sociais mais solidárias e humanizadas. Seria oportuno que a atividade se realizasse a partir das próprias práticas esportivas protagonizadas pelos alunos e não por intermédio de orientações teóricas, visto que os jovens têm diferentes envolvimentos com o esporte, especialmente o futebol, e que nem sempre refletem muito sobre os significados de suas práticas. Para finalizar a atividade, seria muito propício que se realizasse efetivamente o evento esportivo na escola, colocando em prática os princípios de jogos colaborativos e integradores.

Atividades

Retome

1. O governo dos Estados Unidos não ratificou o Tratado de Versalhes e decidiu não participar da Liga das Nações, deixando aos europeus a tarefa de solucionar os conflitos ocorridos na Europa. Coerentes com a política isolacionista, os presidentes republicanos que governaram no período entre 1921 e 1932 decretaram leis restritivas à entrada de imigrantes no país; a economia, sem o controle estatal, foi se desequilibrando: os salários e a renda dos trabalhadores não acompanharam o crescimento da produção, o que impunha sérias limitações para o mercado interno. Com um terço da renda do país concentrada nas mãos de apenas 5% da população estaduniden-

se, não era possível aumentar o consumo na mesma taxa de crescimento da produção, o que provocou uma profunda crise de superprodução.

2 Os fatores que contribuíram para a eclosão da Grande Depressão foram: a superprodução de bens industrializados; especulação financeira descontrolada; redução das importações pelos países europeus devido à recuperação econômica do continente após o término da Primeira Guerra Mundial; passividade do governo liberal estadunidense, que confiava na capacidade de autorregulação do mercado.

3 Para superar a crise econômica que assolava os Estados Unidos, o presidente Franklin Delano Roosevelt lançou o plano conhecido como *New Deal*, baseado nos estudos do economista inglês John Maynard Keynes (1884-1946). Esse plano defendia a intervenção do Estado para controlar o desenvolvimento da economia, de modo a combater crises e garantir empregos e direitos sociais. Roosevelt determinou grandes emissões monetárias, inflacionando deliberadamente o sistema financeiro; fez investimentos estatais de monta, como hidrelétricas; estimulou uma política de empregos por meio de obras públicas, entre outras medidas, o que ativou o consumo e possibilitou a progressiva recuperação da economia. Essas iniciativas foram acompanhadas da instalação de modernos sistemas previdenciários, como a Lei de Seguridade dos Estados Unidos, aprovada em 1935.

4 Tanto a Alemanha quanto a Itália passavam por uma grave crise econômica para a qual os governos liberais não encontraram solução. Ao mesmo tempo, a divisão dos partidos de esquerda e a convicção de que só um governo forte, que unisse a nação, seria capaz de superar a crise, serviram de combustível para o fortalecimento do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães e do Partido Fascista italiano no cenário político desses países.

Pratique

5 a) Os campos de concentração foram transformados em centros de extermínio em massa. Das mortes por fuzilamento, passou-se para as mortes por gás, em escala industrial. Criou-se uma tecnologia da morte.

b) Os campos de concentração eram guiados pela irracionalidade porque, em plena guerra, consumiam recursos e liquidavam uma mão de obra que lhes era necessária.

Analise uma fonte primária

6 a) A personagem à esquerda é grande, forte, e sua pose insinua segurança. As mangas arregaçadas parecem identificar um trabalhador braçal. Já as personagens da direita são baixas e sinistras, e suas expressões transmitem ao observador desconfiança.

b) Os tijolos significam as bases fundadoras de uma nova Alemanha que estaria sendo construída pelos nazistas, com o esforço dos alemães.

c) A imagem do pôster mostra um trabalhador alemão apoiado sobre uma pilha de tijolos que representam o pão, a liberdade e o trabalho, bases sobre as quais a Alemanha estaria se reconstruindo sob a liderança do nazismo. Assim amparado, o povo alemão resistiria às forças que buscavam enfraquecer a Alemanha, superando a crise. Essa propaganda pareceu tão atraente à população alemã porque acenava com a possibilidade de resgate de sua força e dignidade. Passava a ideia de segurança e solidez, contrapondo-se a um cenário de crise e instabilidade. Além disso, reforçava a oposição “nós” (o povo alemão) e “eles” (os inimigos da Alemanha), simplificando a complexa situação alemã em um raciocínio maniqueísta, esquemático, fácil de ser entendido e absorvido pelo observador.

Articule passado e presente

7 a) O autor relaciona esta situação com o funcionamento dos mecanismos de seleção de dados e informação usados pelas plataformas populares, as quais podem ser manipuladas e passam por filtros automáticos que podem incidir sobre a formação de opinião. Ele também discute sobre a forma passiva como as pessoas consomem as informações pela *web*, contentando-se com aquilo que lhe é apresentado.

b) Esta situação, segundo ele, além de consolidar uma visão de que “todos dizem a mesma coisa”, pode gerar uma sensação de urgência em relação a determinadas questões, aspectos que, segundo alguns estudos demonstram, incidem sobre o comportamento das pessoas em processos eleitorais, em campanhas publicitárias e mobilizações sociais.

c) Resposta pessoal. A proposta desta questão é levar os alunos a refletir sobre a forma como vêm usando a internet e todos os seus recursos para algo de interesse coletivo. Vale a pena estabelecer um paralelo entre os mecanismos e filtros de busca, que funcionam de forma velada, mas de forma contínua, com outros mecanismos de seleção de informações, como os órgãos de censura e as práticas de cerceamento de opinião e de notícias, que atuaram sob diferentes realidades políticas, autoritárias ou não. É importante, nas discussões em torno das respostas dadas, valorizar junto aos alunos a necessidade de eles sempre manterem uma postura crítica e reflexiva em torno das informações e dados que são acessados por meio destes canais ou por quaisquer outras fontes.

Capítulo 6

Brasil: a crise da República oligárquica

Por que estudar a crise da República oligárquica no Brasil?

- Oferece uma reflexão sobre as formas de organização política que prevaleceram na formação do Estado brasileiro.
- Possibilita o entendimento sobre os limites do poder político e a emergência de novos sujeitos sociais no processo histórico.
- Apresenta o processo de ampliação dos direitos políticos e sociais que permanece na pauta das lutas políticas e na organização atual do Estado brasileiro.

Objetivos

- Os alunos deverão identificar os elementos políticos e sociais que colocaram em xeque o poder das oligarquias e colaboraram para a transformação do regime político.
- Os alunos deverão compreender a importância da participação política e da atividade cultural no processo de transformação da sociedade brasileira nos anos 1920-1930.
- Os alunos trabalharão especialmente com os conceitos de crise política, movimento tenentista e Revolução de 1930.
- Os alunos deverão desenvolver habilidades relacionadas a analisar as lutas sociais e as conquistas obtidas no que se refere às mudanças nas legislações ou nas políticas públicas.

Tópicos principais do capítulo

- Abertura: retoma o tema das lutas sociais apresentado no início do Capítulo 4, mas agora focado nos movimentos de trabalhadores rurais e na permanência da estrutura fundiária baseada na grande propriedade e no poder autoritário do latifúndio. Após o estudo do capítulo, essa abertura deve ser retomada e revista à luz da atividade *Articule passado e presente*.
- Antes de prosseguir o estudo do capítulo, incentive os alunos a se localizar no tempo e no espaço (seção *Onde e quando*). Neste capítulo estará em foco: Brasil, entre 1914 e 1930.
- Tema central: análise do esgotamento do modelo oligárquico que dominou a República brasileira, em virtude tanto das cisões ocorridas no âmbito das próprias oligarquias como do fortalecimento das camadas médias urbanas, que se posicionavam com reivindicações próprias e, quase sempre, em oposição aos grupos dominantes.
- Boxe *Leituras*: trechos do Manifesto de Prestes e da Declaração de Juarez Távora: líderes do movimento tenentista, nascido no seio do Exército como reação às condições a que o baixo oficialato era relegado pelas políticas dos governos civis dedicadas ao setor, e que seguiram a caminhos diferentes em 1930. O movimento foi tomando grandes dimensões nos anos 1920, após a Revolta do Forte de Copacabana, e não ficou restrito à capital federal. Vide a Revolução Gaúcha de 1923 e a Paulista, de 1924. Após a desarticulação da Coluna Prestes, em 1927, seus líderes tomaram rumos distintos. Houve tenentistas que se aliaram às forças de apoio a Getúlio Vargas nas eleições de 1929 e na tomada do poder, em 1930, quando, então, assumiram importantes funções no novo governo. Outros, como Luís Carlos Prestes, alinharam-se ao Partido Comunista e se mantiveram na oposição. Os textos desse boxe ajudam a compreender as principais diferenças de cada proposta.
- Tópico 3 – *A Revolução de 1930*: ao estudar a articulação de forças políticas em torno da candidatura de Getúlio Vargas e, posteriormente, em torno da chamada Revolução de 1930, vale a pena retomar o questionamento sobre as permanências e mudanças no processo político brasileiro em relação ao grupo que chegou ao poder em 1930: o que realmente mudou? Quais eram as forças sociais que os apoiavam? O debate pode permanecer em aberto até o estudo do Capítulo 7, sobre a Era Vargas.

Imagens do capítulo

Pintura de Anita Malfatti: a pintora Anita Malfatti protagonizou a exposição da Semana de 1922, com a apresentação de 12 obras, entre as quais, a que foi reproduzida no capítulo. O trecho abaixo indica o caráter inovador e a repercursão do trabalho de Malfatti naquele contexto:

> As telas expressionistas apresentadas por Anita Malfatti na Exposição de Pintura Moderna representam um conjunto inédito para o público da época. Nas obras expostas – como *Homem Amarelo*, por exemplo – são incorporados procedimentos básicos da arte moderna: a relação dinâmica e tensa entre a figura e fundo; a pincelada livre que valoriza os detalhes da superfície; os tons fortes e usados de forma não convencional; as sugestões de luz que fogem ao claro-escuro tradicional; e uma liberdade de composição. A novidade da pintora é apreendida pelos jovens artistas da época: "Não posso falar pelos meus companheiros de então", indica Mário de Andrade (1893-1945), "mas eu, pessoalmente, devo a revelação do novo e a convicção da revolta a ela e à força de seus quadros". Em sentido semelhante, aponta Di Cavalcanti (1897-1976): "A exposição de Anita foi a revelação de algo mais novo do que o impressionismo". Se Lasar Segall (1891-1957) já havia exposto na cidade, em 1913, sua exposição parece ter passado despercebida naquele momento. Nesse sentido, o caráter de precursora do modernismo de 1922 é atribuído a Anita Mafaltti pelos críticos e participantes da Semana de Arte Moderna.

Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/evento238102/exposicao-de-pintura-moderna-anita-malfatti-1917-sao-paulo-sp>. Acesso em: 10 maio 2016.

Abordagens interdisciplinares

- **Arte**: o período tratado no capítulo também foi marcado pela efervescência cultural iniciada com a Semana de Arte Moderna, de 1922. Com a colaboração do professor de Arte é possível refletir sobre a relação entre esse movimento estético e outros que ocorriam na Europa na mesma época.
- **Literatura**: pode-se organizar um sarau para apresentação dos principais textos literários produzidos no período pelos autores modernistas, tais como Oswald de Andrade, Mário de Andrade e Manuel Bandeira.

Conheça mais

Sugestões de leitura

DE DECCA, E. *1930*: o silêncio dos vencidos. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. O livro apresenta uma análise acerca da memória histórica da Revolução de 1930, examinando os meios pelos quais os discursos políticos construíram tal fato histórico a fim de se legitimarem.

FAUSTO, B. *A Revolução de 1930*. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. A obra faz uma análise acerca da Revolução de 1930 e do contexto político e econômico que a antecedeu, bem como examina as interpretações sobre a revolução.

PINHEIRO, P. S. *Estratégias da ilusão*: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935). São Paulo: Companhia das Letras, 1991. A obra aborda a trajetória do movimento comunista no Brasil, analisando temas como o levante de 1935 e a violência do Estado com os dissidentes políticos e as chamadas "classes perigosas", bem como examina o encontro entre tenentismo e stalinismo que marcou a história do Partido Comunista no Brasil.

PRESTES, A. L. *A Coluna Prestes*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. O livro expõe uma interpretação sobre a Coluna Prestes a partir de uma perspectiva histórica, sociológica e militar, apresentando um painel social da Primeira República.

Teses

PONTES, M. M. *Luís Carlos Prestes e Olga Benário*: construções identitárias através da história e da literatura. Uberlândia: Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/1294>. Acesso em: 9 maio 2016. O trabalho apresenta uma análise sobre as representações construídas de Luís Carlos Prestes e de Olga Benário, examinando tanto interpretações historiográficas quanto biografias sobre os dois personagens.

SILVA, A. E. *Política e populismo*: Rio de Janeiro, 1931-1936. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2006. Disponível em: <www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2006_SILVA_Alexandre_Elias_da-S.pdf>. Acesso em: 9 maio 2016. O trabalho aborda a política carioca no decorrer da primeira metade da década de 1930, analisando o governo Pedro Ernesto (1931-1936) e as suas reformas na área da saúde e da educação.

Filmes

O país dos tenentes. Direção de João Batista de Andrade. Brasil, 1987. (85 min).

O velho: a história de Luís Carlos Prestes. Direção de Toni Venturi. Brasil: Funarte/Rio Filmes, 1997. (105 min).

Textos de apoio

1 Linotipos nos jornaes[1]

Uma das questões que mais preocupam os operários que trabalham nas oficinas dos jornaes diarios é a adquisição por parte das empresas capitalistas, que exploram esse ramo de negocio, das maquinas de compor.

Para os proprietarios essa adquisição é um bom negocio, pois canaliza para seus amplos bolsos grandes proventos. Que maior felicidade para essa gente cuja vida é o negocio, o tanto por cento! Que se tire o pão a algumas dezenas de operarios? Que lhe importa isso ao burguez. Ele só vê que a maquina compõe com rapidez estraordinaria e na sua ancia de esploração e lucros despede operarios.

Esta perspetiva alarmante apresentou-se aos tipógrafos em toda sua brutal realidade. Uma revolta espontânea surjiu, odio até certamente inconsciente. Lonje de protestar contra o dono das maquinas, o que seria lojico, visavam a destruição das maquinas. Incontrovertível é que o asunto ezige uma solução rapida e sensata.

A que acima mencionamos não é nem lojica nem racional, e se por ela se opta-se passariamos (com justiça) deante de todos como enemigos do progresso e o que é mais da nossa propria felicidade; pois numa sociedade melhor organizada maquina será nossa mais eficaz aussiliar na produção.

Além disso é preciso não esquecer que não podemos nos opor a que os patrões introduzam nas suas oficinas as maquinas de compor. Depois esse progresso pode nos servir, nos beneficia mesmo se regulamentamos o trabalho que se fizer na maquina.

Este é ponto esencial da questão, até agora bem pouco ventilado. Já de per si a composição mecânica ezije uma soma de esforços menor á feita a mão, além de que não é tão nociva à saude como esta ultima.

[1] Texto reproduzido com a grafia original.

Se a jornada for grande – disse-me um amigo – torna-se excessivamente fatigante, cansando a vista. Pois reduza-se a jornada e organizem-se turmas. O que é imprescindivel, o que se deve evitar a todo trance, mesmo lutando contra a rapacidade do burguez, é que essas maquinas sejam abusivamente empregadas – até o ponto de deixar sem trabalho um grande numero de operarios ainda mesmo que os interessados apregoem que é uma consequencia inevitavel e fatal da introdução das maquinas a eliminação dos braços. [...]

A voz do trabalhador (Rio de Janeiro), 1º jul. 1908, a. I, n. 1, p. 2. In: *A voz do trabalhador* [edição fac-similar]. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Secretaria de Estado da Cultura/ Centro de Memória Sindical, 1985.

2 Ode ao Burguês

Eu insulto o burguês! O burguês-níquel,
O burguês-burguês!
A digestão bem-feita de São Paulo!
O homem-curva! o homem nádegas!
O homem que sendo francês, brasileiro, italiano,
É sempre um cauteloso pouco-a-pouco!

Eu insulto as aristocracias cautelosas!
Os barões lampiões! os condes Joões!
[os duques zurros!
que vivem dentro de muros sem pulos;
e gemem sangues de alguns mil-réis fracos
para dizerem que as filhas da senhora falam o francês
e tocam o "Printemps" com as unhas!

Eu insulto o burguês-funesto!
O indigesto feijão com toucinho,
[dono das tradições!
Fora os que algarismam os amanhãs!
Olha a vida dos nossos setembros!
Fará sol? Choverá? Arlequinal!
Mas à chuva dos rosais
o êxtase fará sempre Sol!

Morte à gordura!
Morte às adiposidades cerebrais!
Morte ao burguês-mensal!
ao burguês-cinema!
ao burguês-tílburi!
Padaria Suíssa! Morte viva ao Adriano!
"– Ai, filha, que te darei pelos teus anos?
– Um colar... – Conto e quinhentos!!!
Mas nós morreremos de fome!"

Come! Come-te a ti mesmo, oh gelatina pasma!
Oh! purée de batatas morais!
Oh! cabelos nas ventas! oh! Carecas!
Ódio aos temperamentos regulares!
Ódio aos relógios musculares! Morte e infâmia!
Ódio à soma! Ódio aos secos e molhados!
Ódio aos sem desfalecimentos nem arrependimentos,
sempiternamente as mesmices convencionais!
De mãos nas costas! Marco eu o compasso! Eia!
Dois a dois! Primeira posição! Marcha!
Todos para a Central de meu rancor inebriante!

Ódio e insulto! Ódio e raiva! Ódio e mais ódio!
Morte ao burguês de giolhos,
cheirando religião e que não crê em Deus!
Ódio vermelho! Ódio fecundo! Ódio cíclico!
Ódio fundamento, sem perdão!

Fora! Fu! Fora o bom burguês! ...

ANDRADE, M. de. *Pauliceia desvairada*, 1921, publicado em junho de 1922. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/Caderno%20Macunaima.pdf>. Acesso em: 24 maio 2014.

Comentários e respostas

Atividades

Retome

1. Os grupos urbanos que mais reivindicavam direitos e criticavam o regime oligárquico no Brasil nos anos 1920 eram o operariado, as camadas médias e parcelas da burguesia industrial. Caso os alunos citem os tenentes, é preciso lembrá-los de que estes eram uma parte das camadas médias. O operariado, fortalecido pela industrialização das grandes cidades, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, e pela organização dos sindicatos, aspirava à conquista de direitos trabalhistas e à maior participação política; as camadas médias, fortalecidas pela urbanização das capitais, aspiravam a mudanças na economia (controle de preços) e na política (maior participação e moralização eleitoral); a burguesia industrial, fortalecida pelo acúmulo de capitais advindos do café e pela substituição de importações, aspirava ao barateamento da importação de maquinário.

2. a) Os integrantes do movimento eram militares de baixa patente, especialmente tenentes e capitães.

b) Os integrantes do movimento tenentista defendiam o voto secreto, o ensino obrigatório e reformas políticas e sociais.

c) A Revolta do Forte de Copacabana, ocorrida no Rio de Janeiro em 1922, foi uma forma de resistência à eleição de Artur Bernardes. Seu resultado foi a morte de alguns dos revoltosos que marcharam pela Avenida Atlântica, conhecidos como os "18 do Forte". A Revolta Paulista, ocorrida em São Paulo no ano de 1924, relembrava o aniversário de dois anos do episódio dos 18 do Forte e pedia a deposição do presidente.

Resultou em três semanas de lutas, com a derrota dos revoltosos e sua fuga para o Sul. Caso o aluno cite a Revolução Gaúcha, explique que, embora alguns tenentes tenham tomado parte dela ao lado dos rebeldes, esse não foi um levante propriamente tenentista, por ter envolvido outros atores.

3 a) A Coluna Prestes foi uma longa marcha liderada por Luís Carlos Prestes que percorreu o interior do Brasil a fim de obter apoio da população contra a ordem oligárquica.

b) Integravam a Coluna Prestes tenentes rebelados do Rio Grande do Sul, aos quais se somaram os revoltosos paulistas derrotados em São Paulo.

c) A Coluna Prestes foi derrotada por ataques conjuntos das tropas do governo, de cangaceiros e de jagunços contratados por coronéis.

Pratique

4 a) O trabalho nas fábricas aumentou a demanda por lazer, que foi atendida pelo futebol. O esporte também respondeu às necessidades de socialização (sobretudo dos imigrantes) e foi utilizado pelos próprios industriais para cooptar os trabalhadores, que, ao jogarem no time da fábrica, passavam a "vestir a camisa" da empresa.

b) A prática de futebol refletia os conflitos sociais na medida em que era segmentada entre o futebol "oficial" e o "popular", entre os clubes de elite (vistos como elegantes e bem organizados) e os de várzea (vistos como um "encontro de vadios", chegando a ser perseguidos pela polícia). Isso refletia a segmentação social da República oligárquica, dividida entre as elites que cultivavam hábitos europeus e os excluídos, vistos como ameaça à ordem.

c) Várzea é um terreno plano à margem de um rio, que costuma ser alagado durante as cheias. Economicamente, tem pouco valor imobiliário, o que favoreceu sua ocupação pelos clubes operários, que não tinham acesso aos campos oficiais de futebol da cidade. Topograficamente, o aspecto plano da várzea teria propiciado seu uso como campo de futebol. Muitas das fábricas da capital paulista no início do século XX instalavam-se nas proximidades de rios, como o Tietê, para aproveitar os seus recursos.

Analise uma fonte primária

5 a) As duas pinturas representam famílias brasileiras.

b) Esta atividade pode ser realizada de maneira interdisciplinar com Arte. O quadro de Almeida Júnior apresenta cores sóbrias, escuras e nuançadas, jogos de luz e sombra, perspectiva (representação da profundidade do espaço e da disposição dos elementos, uns representados mais "próximos" e outros mais "distantes" em relação ao olhar do espectador). Esses recursos produzem um efeito de realidade, tornando o quadro semelhante a uma fotografia. A obra de Tarsila do Amaral traz poucas cores, quase todas vivas e sem nuanças. Não se nota nela a preocupação com o jogo de luzes (todas as figuras estão igualmente iluminadas) nem com a perspectiva (embora estejam em planos sobrepostos, os personagens parecem ocupar todos o mesmo espaço, pois não há representação da profundidade). Esses recursos produzem um choque no observador, lembrando-o de que se trata de uma representação (e não de uma "cópia" da realidade).

c) O Modernismo livrou-se da representação realista da realidade, associada à arte do passado, e valorizou a liberdade criativa do artista.

d) Na pintura de Almeida Júnior, a família é nuclear: pai, mãe e quatro filhos. O bebê que aparece no colo das crianças provavelmente não é membro da família, da qual se diferencia pela cor. É possível que seja filho de uma empregada doméstica, ausente na imagem. O pai ocupa a posição principal, mais à frente, distante dos demais membros. Sua esposa quase se confunde com as crianças, o que revela a visão da mulher na época (tão dependente do marido quanto os filhos). O pai veste terno escuro e a mãe um vestido totalmente fechado e enfeitado com renda. Elementos como o piano, o violoncelo, o cachorro, os quadros, o papel de parede, etc. revelam que a família pertence à elite. Adjetivos que podem ser usados para qualificá-la: tradicional, burguesa, proprietária, patriarcal, sóbria, etc. Na pintura de Tarsila do Amaral, tem-se uma família extensa, formada pelo pai, mãe, filhos e adultos de várias idades (que podem ser filhos do casal ou agregados). O patriarcalismo da primeira imagem desaparece aqui, pois o único homem adulto da cena (com bigode, à esquerda) não ocupa um lugar central. A mãe, por sua vez, é representada amamentando, contrastando com a representação pudica da mulher do primeiro quadro. Além das pessoas, vê-se uma boneca preta, um cachimbo, um gato, um cachorro e uma fruta (um cacau, talvez). As personagens parecem estar posando para uma foto. A cor de sua pele e sua simplicidade revelam tratar-se de pessoas das camadas sociais mais baixas, trabalhadores, o que é reforçado pela enxada que o pai carrega. Adjetivos que podem ser usados para qualificá-la: pobre, simples, numerosa, trabalhadora, etc.

e) Não. O Modernismo também rompeu com os temas e conteúdos da arte tradicional e acadêmica, atribuindo às obras um caráter social. Enquanto a arte tradicional procurava representar o Brasil e os brasileiros o mais próximo possível da Europa e dos europeus (brancos, "civilizados", modernos), os modernistas buscaram valorizar o povo brasileiro por aquilo que nos diferenciava dos europeus (a mestiçagem, os hábitos nativos e a cultura popular).

Articule passado e presente

6 a) Segundo a autora, na maior parte dos países da América Latina as oligarquias foram afastadas de forma

não violenta, suave, o que permitiu a manutenção de suas propriedades e de seu poder, ainda que subordinadas aos novos grupos dominantes.

b) A exclusão social e econômica de grande parte da população; o preconceito racial, fruto da mentalidade eurocêntrica das oligarquias; as diferenças regionais, com o enriquecimento das regiões ligadas às antigas oligarquias em detrimento do desenvolvimento das demais; a dependência econômica.

c) Várias respostas são possíveis, a depender dos conhecimentos prévios e das experiências sociais dos alunos. Eles podem responder que o Brasil mantém as desigualdades regionais, raciais e sociais citadas pela autora, bem como a dependência econômica estrutural. Por outro lado, o início do século XXI foi marcado por uma tímida diminuição das desigualdades e pela promoção de políticas de ação afirmativa das populações negras. No entanto, essas mudanças foram feitas sem que se alterassem as estruturas, mantendo-se a estrutura fundiária que sustenta as antigas oligarquias.

Capítulo 7

Brasil: a Era Vargas

Por que estudar a Era Vargas?

- Possibilita uma reflexão sobre a formação do Estado brasileiro.
- Propicia um debate sobre a construção da figura de Getúlio Vargas, um dos mais importantes mitos da política brasileira.
- Oferece uma reflexão sobre os diferentes grupos sociais e agremiações políticas na luta pela condução do país.

Objetivos

- Os alunos deverão identificar os diferentes momentos políticos da chamada Era Vargas, relacionando-os ao jogo de forças em disputa pelo Estado.
- Os alunos deverão compreender as características complexas e contraditórias do governo Vargas.
- Os alunos trabalharão especialmente com os conceitos de ditadura, direitos trabalhistas e populismo.
- Os alunos desenvolverão habilidades relacionadas a identificar o papel dos meios de comunicação na construção da vida social e a analisar as lutas sociais e as conquistas obtidas no que se refere às mudanças nas legislações ou nas políticas públicas.

Tópicos principais do capítulo

- Abertura: o tema dos direitos trabalhistas é um dos mais importantes quando se discute a herança do governo Vargas. Para aprofundar o tema, pode-se realizar uma pesquisa sobre as conquistas e as perdas dos direitos trabalhistas. O *site* do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) oferece um conjunto sistemático de informações, especialmente em artigos da revista *Desafios do desenvolvimento*. Disponível em: <www.desafios.ipea.gov.br/> (acesso em: 10 maio 2016). Após o estudo do capítulo, essa abertura deve ser retomada e revista à luz da atividade *Articule passado e presente*.
- Antes de prosseguir o estudo do capítulo, incentive os alunos a se localizar no tempo e no espaço (seção *Onde e quando*). Neste capítulo estará em foco: Brasil, entre 1930 e 1945.
- Tema central: trata das transformações políticas, sociais e econômicas no Brasil durante a chamada Era Vargas, entre 1930 e 1945, quando, sob regimes diferentes, Getúlio Vargas manteve-se à frente do governo federal.
- Ao longo do capítulo: solicite aos alunos que identifiquem os sujeitos históricos citados (grupos oligárquicos, Getúlio Vargas, gaúchos e mineiros, tenentistas, cafeicultores, fazendeiros paulistas, Pedro de Toledo, Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo, Plínio Salgado, Luís Carlos Prestes, movimento operário, Olga Benário, etc.), bem como seus papéis no período analisado. Essa discussão favorece a reflexão em torno do desempenho de cada um na história e sobre a importância das articulações políticas na disputa pelo poder.
- Boxe *Leituras*: “A Revolução Constitucionalista além dos memorialistas”: o texto pode colaborar para a reflexão sobre a construção dos mitos a partir da dinâmica da memória social (construída por lembranças, mas também pelo esquecimento). A ideia de que o movimento constitucionalista teria contado com ampla participação e mobilização dos setores sociais e de uma suposta coesão social é matizada pelo autor, que atribui essa concepção à construção efetivada pelos memorialistas do movimento.
- Boxe *Leituras*: “Trabalhadores e os ganhos com Getúlio”: colabora para discutir o tema, presente ao longo do capítulo, dos mecanismos políticos utilizados por Vargas na formação do mito “Getúlio”. É importante ressaltar duas dimensões dessa questão: os recursos utilizados na época para a formação do mito de “pai dos pobres” e as análises historiográficas posteriores, que categorizaram o conjunto de estratégias utilizadas nessa construção.
- Boxe *Leituras*: “Populismo: conceito ou insulto?”: o texto de Jorge Ferreira sobre as diferentes acepções do conceito de populismo poderá suscitar um debate sobre a historicidade do conceito e possibilitar uma reflexão sobre a imagem das classes populares supostamente manipuláveis, em contraste com a ideia de que grande parte da população apoiava o governo Vargas por visualizar ganhos e melhorias em suas condições de vida.

Imagens do capítulo

Imagens de propaganda do Estado Novo: a análise das imagens produzidas e veiculadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), dos cartazes de propaganda dos integralistas e das charges revelam a leitura que se fazia do panorama político e poderá ampliar a reflexão

sobre o papel da imagem na produção dos mitos políticos e do ideário dominante. Além disso, a interpretação dos elementos presentes nas imagens e do contexto em que foram produzidas permite reafirmar a importância da iconografia como fonte histórica.

Abordagens interdisciplinares

- **Literatura**: analisar as inter-relações entre o quadro histórico brasileiro e internacional a partir do livro *Olga*, de Fernando Morais (São Paulo: Companhia das Letras, 2003).

Conheça mais

Sugestões de leitura

ALMEIDA, C. A. *Cultura e sociedade no Brasil*: 1940-1968. São Paulo: Atual, 1996. A obra traz um painel da história social e cultural do Brasil entre as décadas de 1940 e 1960 a partir da análise de músicas, peças teatrais e filmes brasileiros desse contexto histórico.

DE DECCA, E. *1930*: o silêncio dos vencidos. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. O livro apresenta uma análise acerca da memória histórica da Revolução de 1930, examinando os meios pelos quais os discursos políticos construíram tal fato histórico a fim de se legitimarem.

FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas*: o poder e o sorriso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. O livro expõe uma análise dos percursos tomados por Getúlio Vargas, bem como dos impasses e contradições da formação nacional brasileira, delineando um quadro sobre esse personagem e o seu contexto histórico.

GOMES, A. C.; D'ARAÚJO, M. C. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989. A obra aborda a história do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), desde sua criação em 1945 ao ano de 1954, e nesse sentido analisa as relações do trabalhismo com o getulismo, temática central na construção e organização do partido nesse contexto.

LEVINE, Robert. *Pai dos pobres?* O Brasil e a era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. O livro apresenta uma análise sobre a Era Vargas, examinando as trajetórias políticas do governo Getúlio Vargas, o seu legado e sentido na história do Brasil.

PINHEIRO, P. S. *Estratégias da ilusão*: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935). São Paulo: Companhia das Letras, 1991. A obra aborda a trajetória do movimento comunista no Brasil analisando temas como o levante de 1935 e a violência do Estado com os dissidentes políticos e as chamadas "classes perigosas", bem como examina o encontro entre tenentismo e stalinismo que marcou a história do Partido Comunista no Brasil.

WAACK, W. *Camaradas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. O livro, a partir da análise de um conjunto de documentos guardados nos arquivos secretos de Moscou, apresenta uma interpretação sobre o levante comunista de 1935.

Teses

ALVES, J. M. *Entre as trincheiras da oposição*: o trabalhismo varguista (1943-1945). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2002. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-11072002-114409/pt-br.php>. Acesso em: 9 maio 2016. Ao pesquisar o processo de oposição ao primeiro governo Vargas, esse estudo analisa as relações entre o Estado e a classe trabalhadora no período compreendido entre 1943 e 1945, evidenciando certos aspectos da política social e sindical delimitados pelo trabalhismo.

PONTES, M. M. *Luís Carlos Prestes e Olga Benário*: construções identitárias através da história e da literatura. Uberlândia: Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/1294>. Acesso em: 9 maio 2016. O trabalho apresenta uma análise sobre as representações construídas de Luís Carlos Prestes e de Olga Benário, examinando tanto interpretações historiográficas quanto biografias sobre os dois personagens.

Filmes

Corações sujos. Direção de Vicente Amorim. Brasil, 2011. (107 min).

Getúlio Vargas. Direção de Ana Carolina. Brasil, 1974. (76 min).

Memórias do cárcere. Direção de Nelson Pereira dos Santos. Brasil, 1984. (124 min).

Rádio auriverde. Direção de Sylvio Back. Brasil, 1991. (80 min).

Textos de apoio

1 A elite política de São Paulo após o golpe do Estado Novo

Uma vez derrotada a guerra civil paulista (em outubro de 1932), e findo o segundo período, a Chapa Única por São Paulo Unido, o acordo eleitoral firmado para concorrer à Assembleia Nacional Constituinte, manteve em 1933 a aliança entre os partidos oligárquicos, mas já no segundo semestre de 1934, o PRP voltava a abrir campanha contra o "outubrismo", criticando abertamente os "peceístas" (os partidários do PC, herdeiros dos democráticos e novos donos do poder) na disputa pelas cadeiras à Assembleia Constituinte estadual. Fracassada a tentativa de criar clubes políticos e legiões revolucionárias para substituir velhos partidos oligárquicos, decidiu-se formar em cada Estado da Federação uma nova agremiação partidária aliada aos "objetivos revolucionários". Em São Paulo surgiu o Partido Constitucionalista, de Armando Sales de Oliveira, que sucedeu o PD, extinto em fevereiro de 1934.

Quando vem o golpe do Estado Novo (em novembro de 1937), a influência das principais correntes políticas do Estado fica reduzida a quase nada. Os

"armandistas" perdem todo prestígio junto ao "ditador", prestígio esse já bastante abalado desde que o chefe saíra em campanha presidencial (em dezembro de 1936). Os perrepistas, que haviam apoiado o golpe de Estado, animam-se com o declínio dos constitucionalistas e com a situação insustentável do interventor Cardoso de Melo diante da nova conjuntura, sem contudo conseguir emplacar um nome saído da cúpula do partido. Em meio a essa confusão, a Ação Integralista Brasileira (AIB), de Plínio Salgado, imagina, em função do seu suposto prestígio junto ao novo regime e chefe, poder ocupar tanto o espaço nacional quanto, através dele, liderar sozinha o jogo político regional. Num lance incisivo, os ilustrados são obrigados a abrir mão de seus cargos no governo (em abril de 1938) em favor de um novo interventor, nomeado por Vargas: Ademar de Barros. Seu tumultuado governo, terminado por pressão do seu próprio partido em junho de 1941, corresponde ao quinto período.

CODATO, Adriano Nervo. A elite destituída: a classe política paulista nos anos 30. In: ODALIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo de Castro (Org.). *História do estado de São Paulo*: a formação da unidade paulista. São Paulo: Ed. da Unesp; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/ Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010. p. 279.

2 A educação no governo Vargas

Os vencedores de 1930 preocuparam-se desde cedo com o problema da educação. Seu objetivo principal era o de formar uma elite mais ampla, intelectualmente mais bem preparada. As tentativas de reforma do ensino vinham da década de 1920, caracterizando-se nesse período por iniciativas no nível dos Estados, o que correspondia ao figurino da República federativa. Em São Paulo, o propósito de combater o analfabetismo e a preocupação de integrar os imigrantes geraram em 1920 a reforma promovida por Sampaio Dória, só parcialmente executada. Iniciativas reformistas surgiram também no Ceará, pela ação de Lourenço Filho, a partir de 1922; na Bahia, com destaque para Anísio Teixeira (1924); em Minas e no Distrito Federal, promovidas respectivamente por Mário Cassassanta e Fernando de Azevedo (1927).

A partir de 1930, as medidas tendentes a criar um sistema educativo e promover a educação tomaram outro sentido, partindo principalmente do centro para a periferia. Em resumo, a educação entrou no compasso da visão geral centralizadora. Um marco inicial desse propósito foi a criação do Ministério da Educação e Saúde, em novembro de 1930.

É costume apontar a inspiração fascista das iniciativas do governo Vargas na área educativa. Lembremos porém que nessa área, como em outras, o governo adotou uma postura autoritária e não fascista. Ou seja, o Estado tratou de organizar a educação de cima para baixo, mas sem envolver uma grande mobilização da sociedade; sem promover também uma formação escolar totalitária que abrangesse todos os aspectos do universo cultural. Mesmo no curso da ditadura do Estado Novo (1937-45), a educação esteve impregnada de uma mistura de valores hierárquicos, de conservadorismo nascido da influência católica, sem tomar a forma de uma doutrinação fascista.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 11. ed. São Paulo: Edusp, 2003. p. 336-337.

Comentários e respostas

Atividades

Retome

1. Os anos 1930 foram marcados por uma forte crise econômica que pôs em cheque a crença no liberalismo, o que ensejou a ascensão de regimes autoritários em diversos países (como o franquismo na Espanha, o nazismo na Alemanha, o salazarismo em Portugal, etc.) e acentuou o combate às ideias socialistas e comunistas. Nesse contexto, assim como nos outros países com regimes autoritários, a chegada de Vargas ao poder era vista no Brasil como solução para a crise econômica, política e social.

2. A Revolução Constitucionalista foi um levante armado ocorrido em São Paulo sob a liderança da Frente Única Paulista (união do PRP e PD), que buscava diminuir o poder do governo federal e estabelecer uma nova Constituição. A revolta foi sufocada pelas tropas legalistas, mas parte de suas reivindicações foi atendida, e Getúlio Vargas convocou a Assembleia Constituinte. Levando em consideração o significado histórico do termo, não se pode afirmar que se tratou de uma revolução, já que ela não almejava promover mudanças estruturais no sistema político.

3. Não, pois o coronelismo, a miséria e a forte religiosidade permaneceram mediando as relações sociais e políticas no campo. Prova disso é o levante do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, no Ceará, que tinha características semelhantes às dos levantes de Canudos e do Contestado, que ocorreram durante a Primeira República.

4. Semelhanças: caráter autoritário e paternalista do líder do governo; controle dos meios de comunicação; perseguição ao comunismo e aos opositores em geral. Di-

ferenças: inexistência de partido único; inexistência de uma justificativa histórico-mítica de restauração de um Império do passado.

5 O fim da Segunda Guerra Mundial, marcado pela vitória dos Aliados sobre o Eixo, pôs em cheque a continuidade de regimes autoritários e trouxe novamente à tona os valores liberais e democráticos. Diante desse cenário, ficou difícil para Vargas manter-se no poder, e novas eleições foram convocadas.

Pratique

6 a) Porque nesse ano elas conquistaram o direito de voto e diversas leis trabalhistas, como aquelas que proíbem o trabalho noturno e em atividades insalubres.

b) O movimento feminista e o movimento operário.

c) Ela adverte que, além de integrar a mulher ao mundo do trabalho, essas conquistas tinham outras intenções, ligadas sobretudo à proteção da maternidade, garantindo assim o crescimento da população do Brasil.

Analise uma fonte primária

7 a) O autor da carta buscava denunciar os maus-tratos de que eram vítimas os trabalhadores rurais na região de Itaguaí, RJ.

b) Ele revela que as relações de trabalho no mundo rural eram marcadas por maus-tratos, ausência de direitos trabalhistas, mandonismo dos proprietários e uso de recursos de controle dos tempos da escravidão.

c) “enquanto V. Exª procura nos amparar como se fôssemos seus próprios filhos”.

d) 1) O fato de o missivista se dirigir diretamente ao presidente para relatar os fatos, e não a uma instituição mediadora ou às autoridades competentes; 2) a dissociação, no discurso do missivista, entre Vargas (visto como um homem que sacrifica a própria vida em prol do bem-estar do pobre) e o Estado (cujas autoridades competentes consentem o que está se passando no campo).

Articule passado e presente

8 a) Ele afirma que a CLT é pouco flexível e traz muitos gastos para o empregador.

b) Ele propõe diminuição da idade mínima do trabalhador, alteração na jornada de trabalho e que todos os direitos hoje existentes possam ser negociados entre empregados e empregadores.

c) Resposta pessoal. Vale destacar, contudo, que jornada de trabalho, instabilidade no emprego, licença-maternidade, férias remuneradas, 13º salário, etc. são temas que ainda preocupam boa parte da classe trabalhadora, já que a CLT nunca chegou a ser universalizada no Brasil, e as modalidades de trabalho existentes (na indústria, no comércio ou nos serviços) ainda são muito semelhantes às do tempo de Vargas.

Acervo Iconographia/Reminiscências

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945)

Por que estudar a Segunda Guerra Mundial?

- Possibilita uma reflexão sobre um dos maiores conflitos militares do mundo atual.
- Apresenta uma análise das relações internacionais entre os Estados modernos.
- Oferece uma reflexão sobre o balanço da guerra e suas graves consequências para as sociedades humanas.

Objetivos

- Os alunos deverão identificar os aspectos políticos que conduziram à Segunda Guerra Mundial e seus desdobramentos, com a derrota alemã e a criação de uma nova ordem mundial.
- Os alunos deverão compreender que os interesses econômicos e estratégicos das grandes potências definiram os rumos do conflito militar.
- Os alunos trabalharão especialmente com os conceitos de guerra total, pactos e acordos diplomáticos e relações internacionais.
- Os alunos deverão desenvolver habilidades relacionadas a avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da História e a identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações.

Tópicos principais do capítulo

- Abertura: trata do papel da memória como instrumento para impedir que tragédias como o holocausto sejam esquecidas. Espera-se que os alunos reconheçam a importância de centros produtores de memória social como instituições responsáveis pela transmissão da herança cultural de determinada sociedade. Após o estudo do capítulo, essa abertura deve ser retomada e revista à luz da atividade *Articule passado e presente*.
- Antes de prosseguir o estudo do capítulo, incentive os alunos a se localizar no tempo e no espaço (seção *Onde e quando*). Neste capítulo estarão em foco: Europa, América, Ásia e África, entre 1939 e 1949.
- Tema central: são retomadas as reflexões sobre as relações entre economia e política na configuração de movimentos autoritários, como o nazismo e o fascismo, a fim de analisar os seus desdobramentos na eclosão da Segunda Guerra Mundial. A mesma articulação também é percebida nos processos diplomáticos que se instauraram para a criação da Organização das Nações Unidas, em 1945.
- Tópico 3 *O desenvolvimento do conflito*: é importante que se reflita sobre os interesses que levaram os países aliados a entrar na guerra, observando que isso não aconteceu prioritariamente devido às atrocidades cometidas pelo regime hitlerista (que já ocorriam desde o início da década de 1930), mas pelos interesses econômicos e políticos que envolviam a questão. Esse aspecto poderá ser retomado na ocasião em que os alunos estudarem conflitos como a guerra civil em Ruanda ou em outros países da África, que, diferentemente, não receberam ajuda, mas cuja população foi massacrada em genocídios atrozes.
- Infográfico “A Fundação da ONU”: pode-se solicitar aos alunos que, a partir da leitura e análise das informações do infográfico, façam uma pesquisa sobre o papel atual da ONU na resolução de conflitos em todo o mundo. A pesquisa pode ser apresentada para a classe por meio de murais ou cartazes. O tema é importante para os próximos capítulos, nos quais a presença da ONU será constante.
- Cultura juvenil: pode-se refletir novamente sobre a relação entre os jovens e a guerra, mas seria oportuno que, ao invés de colocar em debate o engajamento dos jovens nos serviços militares, os alunos fossem incentivados a assumir o ponto de vista dos que foram contrários à guerra. Pode-se solicitar a eles que definam estratégias para se opor ao conflito armado: o que vocês fariam se o país entrasse numa guerra? Como protestariam? E se fossem convocados? A atividade pode colaborar para que a classe reflita sobre possibilidades de organização de ações coletivas e para que debata a questão do pacifismo.

Abordagens interdisciplinares

Arte: assistir a um dos filmes indicados a seguir e destacar aspectos relacionados ao ideário de seus personagens e ao contexto histórico em que se situa a trama dos filmes, enquanto o professor de Arte pode colaborar para analisar a forma narrativa e as características estéticas dos filmes. São eles:

- *Terra e liberdade*. Direção de Ken Loach. Itália, Espanha, Reino Unido e Alemanha, 1986. (109 min). Trata da atuação das milícias de voluntários que lutaram durante a Guerra Civil Espanhola contra o ditador Franco.
- *Trem da vida*. Direção de Radu Mihaileanu. França/Bélgica/Holanda, 1998. (103 min). Em 1941, os moradores de um vilarejo judeu no interior da França, diante da iminência de receber os nazistas que os enviarão para um campo de concentração, resolvem eles mesmos simular a deportação usando um trem. A simulação, porém, vai se revelando cada vez mais real e saindo do controle dos participantes.

Conheça mais

Sugestões de leitura

CHIARETTI, M. *A Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Ática, 2001. Livro introdutório e com linguagem simples,

descreve a história da Segunda Guerra Mundial analisando as condições e os antecedentes, os sentidos e as implicações da guerra.

COGGIOLA, O. (Ed.). *Segunda Guerra Mundial*: um balanço histórico. São Paulo: Xamã, 1995. O livro reúne textos de diversos autores que analisam a Segunda Guerra Mundial, entre 1939 e 1945, e que enfatizam os aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos do conflito, tomado aqui enquanto fenômeno social, não apenas bélico.

EVANS, R. J. *O Terceiro Reich em guerra*. São Paulo: Planeta, 2012. A obra faz uma análise sobre a dinâmica do Terceiro Reich durante a Segunda Guerra Mundial, em que delineia o percurso de ascensão e derrocada do poderio militar da Alemanha, desde a invasão da Polônia e a Batalha de Stalingrado até o suicídio de Hitler.

FERRO, M. *História da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Ática, 1995. (Século XX). O livro apresenta uma abrangente análise sobre a Segunda Guerra Mundial, percorrendo temas como o genocídio dos judeus, a adesão e o colaboracionismo ao nazismo, as várias formas de resistência, a situação do Partido Comunista francês e o pacto germano-soviético.

HASTINGS, M. *Inferno*: o mundo em guerra 1939-1945. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012. A obra realiza um panorama da Segunda Guerra Mundial em que retrata a experiência pessoal daqueles que a vivenciaram ao investigar diários, cartas, livros de memórias e depoimentos, bem como apresenta uma série de fotografias e mapas.

SADER, E. *Século XX*: uma biografia não autorizada. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. O livro faz um panorama político do século XX, abordando a consolidação da hegemonia capitalista e os seus desdobramentos.

WALTON, J.; BOOTH, O. *A história ilustrada da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Europa, 2010. A obra apresenta uma abordagem panorâmica da Segunda Guerra Mundial, abordando o contexto político e econômico europeu desde as vésperas da eclosão do conflito até o seu término, e traz um conjunto de fotografias, panfletos e ilustrações.

Filmes

A lista de Schindler. Direção de Steven Spielberg. Estados Unidos, 1993. (195 min).

A vida é bela. Direção de Roberto Benigni. Itália, 1997. (116 min).

Além da linha vermelha. Direção de Terrence Malick. Estados Unidos, 1998. (170 min).

Filhos da guerra. Direção de Agnieszka Holland. Alemanha/França, 1991. (115 min).

Leni Riefenstahl, a deusa imperfeita. Direção de Ray Muller. Alemanha/Bélgica, 1993. (182 min).

Stalingrado: a batalha final. Direção de Joseph Vilsmaier. Alemanha, 1993. (140 min).

Underground: mentiras de guerra. Direção de Emir Kusturica. Alemanha/França/Hungria, 1995. (169 min).

Textos de apoio

1 As demandas da classe operária dos EUA durante a Segunda Guerra Mundial

A entrada dos EUA na guerra foi o elemento principal usado para disciplinar a classe operária norte-americana por um longo período histórico. A Segunda Guerra Mundial encontrou a classe operária norte-americana estabelecida com firmeza: conforme a produção industrial se reavivava sob o estímulo da concessão de créditos (*Len-lease*) e o rearmamento, os operários organizados na CIO (*Congress of Industrial Organizations*) iniciaram uma greve por aumento de salários (a primeira desde 1937), dirigida diretamente a Roosevelt e ao Comitê de Mediação da Defesa. À cabeça estavam os mineiros, e seu sindicato fundamentou o precedente de "*closed shop*" e a eliminação das diferenças tradicionais de salários no Sul. Motivados por isso, os trabalhadores das indústrias de "open shop" começaram a se juntar nas campanhas organizativas da CIO. Ford e Bethlehem, os mais importantes patrões anti-CIO recuaram na primavera de 1940, ante as demandas do sindicato automotriz e do comitê para a organização dos trabalhadores de aço. Os piquetes de massas, os esquadrões móveis e o bloqueio das fábricas por meio de montanhas de carros, voltaram a ser métodos de luta, em especial na greve da Ford. Ainda que a repressão estivesse aumentando, o clima geral do verão-outono de 1941 teve um impulso que recordava o "espírito de 37".

Do ponto de vista das relações de classe interna aos EUA, a Segunda Guerra Mundial trouxe modificações decisivas: "O período entre 1941 e 1945, dominado pelo esforço bélico, foi tão importante para a configuração definitiva da nova estrutura de gestão trabalhista quanto o havia sido o período entre 1936 e 1940. Do ponto de vista empresarial, as companhias fizeram grandes progressos durante a guerra, progressos que seriam críticos em anos posteriores. Após 1941, muitos patrões utilizaram a disciplina de tempo de guerra para recuperar parte da iniciativa e controle que haviam entregue aos sindicatos industriais no final da depressão. Promoveram a arbitragem de muitos conflitos por reivindicações, confiando em tirar da fábrica a nova máquina dos procedimentos de reivindicações", instalada nos locais de trabalho pelo impacto adquirido pelo sindicalismo industrial desde meados da década de 1930.

COGGIOLA, Osvaldo. *A Segunda Guerra Mundial*: causas, estruturas e consequências. São Paulo: LF Editorial, 2015. p. 49-50.

2 O holocausto e o horror da guerra

Tudo era silêncio, como num aquário e como em certas cenas de sonhos. Teríamos esperado algo mais apocalíptico, mas eles pareciam simples guardas. Isso deixava-nos desconcertados, desarmados. [...] Sempre com a pacata segurança de quem apenas cumpre com sua tarefa diária; mas Renzo demorou um instante a mais ao se despedir de Francesca, sua noiva, e derrubaram-no com um único soco na cara. Essa também era a tarefa diária.

Em dez minutos todos nós, homens válidos, fomos reunidos num grupo. O que aconteceu com os demais, mulheres, crianças e velhos, nunca pudemos descobrir, nem na época, nem depois. Foram, simplesmente, tragados pela noite. Hoje, porém, sabemos muito bem que, nessa escolha rápida e sumária, tinha-se julgado, para cada um de nós, se poderia ou não trabalhar de maneira útil para o Reich; sabemos que nos campos de Buna-Monovitz e Birkenau só entraram 96 homens e 29 mulheres do nosso trem, e que de todos os restantes (mais de 500) nenhum vivia mais dois dias depois. Também sabemos que nem sempre foi seguido esse critério, ainda que tênue, de discriminação entre hábeis e inábeis e que, mais tarde, frequentemente adotou-se o sistema de abrir simultaneamente as portas dos dois lados dos vagões, sem aviso algum, nem instruções, aos recém-chegados. Entravam no campo os que, casualmente, tinham descido por um lado "certo"; os do outro lado iam para a câmara de gás. Foi assim que morreu Emília, uma menina de 3 anos, já que aos alemães configurava-se evidente a necessidade histórica de mandar à morte as crianças judias.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988. p. 21-22.

Comentários e respostas

Atividades

Retome

1 A política de apaziguamento consistiu na posição adotada pelos governos da França e da Inglaterra, que, para evitar confrontos diretos com a Itália e a Alemanha, praticaram uma política de concessões. A Liga das Nações foi um órgão criado após a Primeira Guerra Mundial na tentativa de garantir a paz mundial. Ambas as ações, porém, não tiveram força para prevenir o surgimento de novos conflitos. Tanto a Alemanha como a Itália apresentavam governos autoritários interessados em se expandir militarmente. A política de apaziguamento e a Liga das Nações procuravam conter as pressões e evitar confrontos; porém, em seu papel de "mantenedoras" da paz mundial, elas não obtiveram sucesso.

2 Os interesses expansionistas do governo de Hitler foram colocados em prática com a ocupação e anexação de territórios indispensáveis ao desenvolvimento alemão, que, segundo a ideologia nazista, faziam parte do "espaço vital" (esse assunto foi visto no Capítulo 5 "A Crise de 1929 e o nazifascismo"). Desse modo, é esperado que os alunos percebam que a Segunda Guerra teve origem em diversos fatores: o nacionalismo, a existência de regimes totalitários, a disputa territorial, a política de apaziguamento, a expansão territorial nazista, o complexo sistema de alianças, o armamentismo, entre outros.

3 a) Segundo as informações do capítulo, até 1942, as forças da Alemanha, da Itália e do Japão dominaram o conflito.

b) A primeira frente aliada formou-se após a vitória dos soviéticos na Batalha de Stalingrado, entre 1942 e 1943. Nessa ocasião, o domínio da guerra passou para os Aliados, e Alemanha e Itália começaram a se enfraquecer. A segunda frente aliada foi marcada pelo desembarque de tropas aliadas no território italiano. Posteriormente, a Itália se rendeu e passou a lutar contra a Alemanha (a Itália, portanto, "muda de lado" nesse período). Por fim, a terceira frente aliada surgiu em 1944, no chamado Dia D, com o desembarque de soldados estadunidenses, canadenses e ingleses na Normandia (França). As três frentes, então, passaram a se dirigir para a Alemanha. Essa atividade é interessante na medida em que incentiva os alunos a lidar com alguns fatos que modificaram profundamente os rumos da Segunda Guerra Mundial.

4 A Conferência de Yalta, realizada em fevereiro de 1945, discutiu a formação da ONU e definiu os termos da partilha mundial no pós-guerra. A Conferência de Potsdam estabeleceu a criação do Tribunal de Nuremberg (para julgar os crimes de guerra) e previa a desmilitarização da Alemanha e sua divisão em quatro zonas de ocupação.

Pratique

5 a) Segundo as informações do capítulo, em 1º de setembro de 1939 as forças nazistas ocuparam a Polônia. Esse fato, associado a diversos outros fatores, foi o que deu início à Segunda Guerra Mundial. Desse modo, é esperado que os alunos percebam que os trechos do diário escrito pelo jovem Edward tratam exatamente desse evento.

b) Era o rádio: no trecho de seu diário, o jovem diz que, na parte da tarde (possivelmente em sua casa), ele ouviu um discurso de Hitler pelo rádio.

c) O Tratado de Versalhes, assinado em 1919 pelas potências vencedoras logo após o fim da Primeira Guerra Mundial, pode ser considerado como uma das causas indiretas da Segunda Guerra Mundial. O tratado impôs duras penas à Alemanha: perda de partes de seu território para nações fronteiriças, perda de colônias, intensos pagamentos aos Aliados, etc. Esse tratado foi entendido pelo governo da Alemanha como uma “imposição”, e até mesmo como uma “humilhação”. Interessante notar que um dos termos do tratado previa que a cidade de Danzig (hoje Gdansk, na Polônia) seria transformada na Cidade Livre de Dantzig, sob controle da Liga das Nações. Hitler cita, em seu discurso, justamente a cidade de Dantzig. Isso mostra o desejo que o governo nazista tinha de reverter os termos do tratado.

d) Essa questão se refere ao Pacto Germano-Soviético, assinado justamente em 1939 entre Hitler e Stalin. O tratado estabelecia a não agressão entre Alemanha e União Soviética por dez anos; os dois governos não se oporiam a movimentos de ocupação realizados por ambos. Esse pacto, no entanto, foi quebrado em junho de 1941, por Hitler, depois que este ordenou a invasão da União Soviética na chamada Operação Barbarossa. As tropas nazistas alcançaram os subúrbios de Moscou, a capital soviética. Desse modo, as “boas relações” entre Alemanha e União Soviética não tiveram continuidade durante a Segunda Guerra.

e) Infelizmente, não: apesar de Edward ter imaginado que, em 22 de setembro de 1939, a cidade não mostrava indícios de guerra e parecia voltar à normalidade (inclusive com as escolas sendo reabertas), a guerra ainda iria continuar por muito tempo (até 1945).

6 a) Esta atividade pode ser desenvolvida de forma interdisciplinar com Física e Geografia, uma vez que os alunos vão operar com conhecimentos específicos dessas áreas em conjunto com os conhecimentos históricos. Para Shozo Motoyama, existe uma “interfecundação” entre guerra e ciência, ou seja, é como se um processo influenciasse o outro. Para esse historiador, as guerras testam e aplicam ideias e inventos desenvolvidos pela ciência (de maneira “urgente”, isto é, marcada pelo calor da batalha e pela necessidade de vitória). E Motoyama vai além, ao considerar que, após o fim de uma guerra, os inventos lá testados e utilizados são aprimorados, sendo usados, muitas vezes, para fins pacíficos. É o caso dos radares e dos computadores desenvolvidos ao longo da Segunda Guerra Mundial.

b) Aqui, é importante incentivar os alunos a utilizar seus conhecimentos prévios, em especial os conhecimentos na área de Geografia: um uso pacífico da energia nuclear está na instalação de usinas que utilizam a energia atômica para gerar eletricidade. As usinas nucleares, portanto, utilizam o princípio da fissão nuclear para gerar calor. A fissão nuclear do urânio é usada em usinas em todo o mundo, principalmente em países como França, Alemanha, Suécia, Espanha, China, Rússia, Coreia do Norte, Paquistão e Índia, entre outros. No Brasil, o uso de energia atômica é bastante baixo, apesar da existência das usinas de Angra I e Angra II, no estado do Rio de Janeiro.

c) Sim. Essa, na realidade, é a grande questão da entrevista com Shozo Motoyama: o historiador, apesar de reconhecer o forte vínculo entre a guerra e a ciência, diz que o desenvolvimento científico não depende exclusivamente dos conflitos e que ele pode ser realizado sem a interferência das guerras. Porém, muitas vezes, o farto financiamento presente nas guerras pode levar a uma intensificação do desenvolvimento da ciência.

Se desejar, aprofunde esse assunto com os alunos, destacando a importância da ética na pesquisa científica. Compartilhe com eles, se possível, outro trecho da entrevista de Shozo Motoyama, em que o historiador diz o seguinte: “Por outro lado, na primeira metade do século XX, as duas grandes revoluções científicas aconteceram no campo da física – a teoria da relatividade e a mecânica quântica. A teoria da relatividade foi desenvolvida por uma série de cientistas, culminando com o trabalho de Einstein, que fez seu trabalho completamente alheio à guerra. A mecânica quântica foi também desenvolvida por um grupo de cientistas da Europa que, embora estivessem num clima de guerra, desenvolveram sua teoria sem qualquer interferência direta de questões militares. Portanto, acho que no seu fundamento e no seu aspecto revolucionário, a ciência não foi ajudada pela guerra. Mas, ao contrário, a guerra foi ajudada pela ciência, uma vez que a bomba atômica é a concretização da aplicação da teoria da relatividade e da mecânica quântica na questão da energia nuclear. Se olharmos um pouco a questão da segunda metade do século XX, a grande revolução computacional e a da biologia molecular ou da engenharia genética são desenvolvimentos alheios à guerra. A mesma coisa pode ser falada com relação à revolução informática que vai se observar, porque é claro que houve um financiamento dos militares mas, do ponto de vista do desenvolvimento propriamente dito, não houve um envolvimento direto com a guerra. Nesse sentido, acho que o desenvolvimento da ciência propriamente dita prescinde da guerra para se desenvolver.” Para Shozo Motoyama, a sociedade deve discutir o desenvolvimento de armas. ComCiência. 10 jun. 2002. Disponível em: <www.comciencia.br/entrevistas/guerra/motoyama.htm>. Acesso em: 15 abr. 2016.

Analise uma fonte primária

7 a) A charge trata, com humor, da participação das forças brasileiras na Segunda Guerra Mundial. Os expedicionários, citados na charge, eram, portanto, os soldados brasileiros da FEB (Força Expedicionária Brasileira). Em 1942, depois de romper relações diplomáticas com o Eixo, o governo do Brasil declarou guerra às forças daquele grupo. Desse modo, a FEB lutou, na Itália, ao lado dos Aliados.

b) O soldado brasileiro, ao lutar ao lado dos Aliados, "rende" um soldado alemão. Este, com as mãos para cima, está condecorado com uma cruz de ferro, condecoração militar bastante utilizada na Alemanha de então. O soldado brasileiro, porém, parece confundir a cruz de ferro do soldado alemão com o símbolo de um time de futebol brasileiro.

Articule passado e presente

8 a) Para responder, os alunos podem retomar o Capítulo 5 deste volume, intitulado "A crise de 1929 e o nazifascismo". Ali, vemos que, após a chegada de Hitler ao poder na Alemanha (especialmente em 1933, quando ele se torna chanceler), os políticos de esquerda que discordavam do governo passaram a ser perseguidos e enviados para os campos de concentração, onde realizavam trabalhos forçados. Com o passar do tempo e com o desenrolar da Segunda Guerra, novos campos de concentração foram abertos (não só na Alemanha mas também em outros lugares, como na Polônia); eles foram transformados em campos de extermínio, em que as minorias (judeus, homossexuais, ciganos, etc.) passaram a ser sistematicamente eliminadas pelo governo nazista.

b) Muitos campos de concentração foram completamente destruídos pelos nazistas após o fim da Segunda Guerra, numa ação que tinha o objetivo de "apagar as provas" dos massacres cometidos naqueles lugares.

c) Os testemunhos dos sobreviventes de Auschwitz são importantíssimos, pois recuperam a memória do passado e servem para advertir as populações da atualidade, na tentativa de prevenir que extermínios como o praticado durante o holocausto voltem a acontecer. Certamente os alunos podem construir uma visão crítica sobre esse tema, afirmando que, mesmo com a recuperação dos sofrimentos e das tragédias do passado (na forma de depoimentos, museus, livros de memórias, etc.), as guerras continuam a acontecer em diferentes localidades. De todo modo, ações educativas, homenagens aos sobreviventes e construção de museus e memoriais são extremamente importantes para a educação voltada à manutenção da paz.

Incentive os alunos a observar, novamente, a imagem de abertura deste capítulo. A obra mostra uma fila de uniformes utilizados pelos prisioneiros do campo de concentração de Auschwitz. Os uniformes foram posicionados como se as pessoas estivessem andando em fila, encurvadas. As fotos na parede são de vítimas mortas no campo. Tudo isso, incluindo a cerca que faz parte da instalação, pode passar ao observador um pouco do sentimento de tragédia e desolação presente nos campos.

Enem e vestibulares

Enem

1 a **2** a **3** a **4** e **5** d

Vestibulares

6 c **7** b **8** d **9** b **10** a

Atividades complementares

+ Atividades

Para o Capítulo 2

1 A figura abaixo, publicada na revista *Mundo Estranho* em março de 2012, é uma brincadeira com a Revolução Russa. Ela simula página de uma rede social em que os personagens envolvidos na revolução de 1917 trocam mensagens. Preste atenção no conteúdo e responda às questões propostas:

a) Quem foi Nicolau II e por que os soldados russos curtiram a mudança de *status* da segunda "postagem"?

Nicolau II (1868-1918) foi o último czar da Rússia, da dinastia dos Romanov, e chefiou uma monarquia autocrática. Envolveu a Rússia na Primeira Guerra Mundial, impondo pesados sacrifícios ao povo russo. Depois de sucessivas derrotas e de muitas baixas do exército, a população russa ansiava pela saída do país do conflito. É por essa razão que os soldados russos curtiram a deposição e prisão do czar.

b) Com base em seus conhecimentos sobre os projetos defendidos por mencheviques e bolcheviques, explique o comentário do Partido Bolchevique no *status* da Rússia em março de 1917.

Enquanto os mencheviques defendiam o fortalecimento do capitalismo na Rússia e acreditavam na impossibilidade de se levar adiante uma revolução num país ainda majoritariamente agrário, os bolcheviques defendiam o início imediato do processo revolucionário. Assim, quando os mencheviques assumem o governo provisório na Rússia em 1917, os bolcheviques já começam a organizar uma ofensiva para depor a facção de oposição e tomar o poder.

c) Lenin, um dos principais líderes bolcheviques, publicou, em abril de 1917, um conjunto de diretrizes, conhecido como Teses de Abril. Quais eram os principais pontos dessas teses?

As *Teses de Abril* defendiam a imediata saída da Rússia da Primeira Guerra, subsídio estatal para o pão a fim de conter a fome que assolava o país e a reforma agrária, com a distribuição de terras para os camponeses.

d) Por que EUA, Reino Unido, França e Itália aparecem curtindo o *status* do Exército Branco?

Os países que curtiram o *status* do Exército Branco eram todos capitalistas e tinham interesses no mercado russo. Por isso, aliaram-se à burguesia e às forças contrarrevolucionárias russas, organizadas no Exército Branco.

Para o Capítulo 4

1. Leia o texto a seguir. Depois, utilizando seus conhecimentos de Biologia e História, responda às questões.

Nas décadas iniciais do século XX, o Rio de Janeiro mobilizou um movimento sanitarista com médicos e engenheiros em ações de saneamento, na profilaxia de ambientes e doenças infectocontagiosas, vacinação pública e educação higiênica. Discursos científicos, médicos e jurídicos contribuíam para o propósito de uma "sociedade saudável", concorrendo para que pobres e negros fossem considerados perigosos porque ofereciam o perigo de contágio.

As ações sanitárias contribuíam para desenhar uma nova configuração urbana, inscrevendo-se assim a regulação sanitária como mais um campo de poder de produção territorial. Ao delimitar os territórios da ação profilática, a medicina positivista vigente, científica e técnica, não fez levar em conta o homem social e suas formas geográficas de existência e vivência, agindo em manifesto desrespeito aos espaços em que as pessoas viviam e se realizavam, como os cortiços e as favelas.

[...] Além disso, os desafios políticos e intelectuais da construção da nação e da identidade nacional após a abolição dos escravos e o advento da República fez colocar as doenças da população negra na agenda científica e política da época.

GONÇALVES, Edvaldo Sapia. Higienismo e literatura: uma reflexão sobre a violência médica na Primeira República a partir de João do Rio. *Anais do V Congresso Internacional de História*. Maringá, UEM, 2013. p. 4.

a) O que é profilaxia? Cite duas medidas de profilaxia (uma de ambiente, outra de doença infectocontagiosa) adotadas no Rio de Janeiro da Primeira República.

Profilaxia é o conjunto de procedimentos e recursos utilizados para prevenir doenças. Medidas de profilaxia de ambiente adotadas no Rio de Janeiro durante a Primeira República: criação de rede de esgotos, abertura de ruas amplas (com arejamento e iluminação), demolição de construções consideradas insalubres. Medidas de profilaxia de doença infectocontagiosa adotadas no Rio de Janeiro da Primeira República: vacinação obrigatória, educação higiênica.

b) Qual a crítica feita pelo autor do texto às práticas sanitaristas do início do século XX no Rio de Janeiro?

O autor critica o emprego de um movimento sanitarista para a legitimação de intervenções nos espaços da cidade, desrespeitando os lugares em que a população mais pobre morava (cortiços, favelas, etc.). Também critica o direcionamento das ações profiláticas para a população pobre e negra, que no pós-abolição era identificada como a fonte de perigo.

c) Sua cidade enfrenta ou enfrentou recentemente algum tipo de epidemia? Em caso positivo, quais foram as medidas profiláticas adotadas? Tais medidas reforçaram algum tipo de preconceito contra parcelas da população?

Resposta pessoal. As epidemias têm sido recorrentes nos centros urbanos brasileiros nos últimos anos. Entre as mais recentes, destacam-se a dengue, a febre zika, a febre amarela, a gripe provocada pelo H1N1. Em geral, a profilaxia dessas doenças não reforça preconceitos, pois seu contágio é feito pelo ar ou por vetores, como os mosquitos, que circulam por todos os espaços. Vale lembrar, contudo, que há pouco tempo, doenças como a Aids ajudaram a reforçar preconceitos contra certas parcelas da população, ao estigmatizar os chamados "grupos de risco" como usuários de drogas injetáveis e homossexuais. Essa atividade pode ser realizada de modo interdisciplinar com Biologia, uma vez que os alunos vão mobilizar conhecimentos adquiridos nos estudos dessa disciplina e relacioná-los com sua realidade e com o tema histórico em questão neste capítulo.

d) As campanhas profiláticas contra epidemias geralmente focam sua ação na educação higiênica, transferindo para a população o papel principal no combate às doenças. Por que tais campanhas são geralmente insuficientes?

Essas medidas não são suficientes porque sem saneamento básico e intervenções urbanas planejadas pelo governo para evitar acúmulo de lixo, terrenos baldios, proliferação de insetos e outros vetores de doenças não há como conter o avanço das epidemias.

2 Leia o fragmento publicado na revista *Illustração Brasileira* em 1910 e observe a charge a seguir.

> Pouco importa que as causas, indicadas agora, fossem justas, fossem reclamações contra castigos bárbaros e ilegais, fosse o excesso de trabalho ou a má qualidade da alimentação. Fosse qual fosse a justiça de suas reclamações eles não deviam esquecer que, humilhando as mais altas autoridades do país, forçando-as a capitular diante da força bruta e terrível, colocavam o nome do Brasil, do país inteiro à mercê de comentários desagradáveis. É isso que os espíritos mais ciosos pelo brio nacional não podem perdoar aos marinheiros.
>
> *Illustração Brasileira*. Rio de Janeiro, n. 37, 1º dez. 1910. p. 176.

Revista Careta/ Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Charge publicada na revista carioca *Careta*, em dezembro de 1910.

Agora, faça o que se pede:

a) Os dois documentos fazem alusão a uma revolta ocorrida durante a Primeira República. Que revolta é essa?

A Revolta da Chibata.

b) Qual o julgamento do articulista da revista *Illustração Brasileira* sobre essa revolta?

Ele discorda dos métodos adotados, que “humilharam” o governo brasileiro e o colocaram “à mercê de comentários desagradáveis”, por mais justas que fossem as reivindicações dos marinheiros.

c) A qual anistia se refere a charge?

À anistia dos marinheiros revoltosos, exigência feita pelos rebeldes para o cessar-fogo da revolta.

d) A charge reforça ou contradiz a posição do articulista? Justifique sua resposta.

A charge publicada na revista *Careta* reforça a posição do articulista da *Illustração Brasileira*, pois afirma que a anistia significou a “chibata de nossa alma”, imagem que pode ser associada à ideia de humilhação.

e) Em que medida os discursos veiculados na imprensa da época legitimaram o desfecho da revolta em questão?

Ao associar a rendição do governo a uma “humilhação”, esses discursos legitimam a atitude do governo, que, depois de acordar a anistia com os revoltosos, revogou sua promessa, de modo a vingar a humilhação sofrida.

Para o Capítulo 5

1 Leia o trecho da obra de Hannah Arendt (1906-1975), filósofa alemã de origem judaica, que tratou, entre diversos temas, das origens do totalitarismo:

> [...] os regimes totalitários, enquanto no poder, e os líderes totalitários, enquanto vivos, sempre “comandam e baseiam-se no apoio das massas”. A ascensão de Hitler ao poder foi legal dentro do sistema majoritário, e ele não poderia ter mantido a liderança de tão grande população, sobrevivido a tantas crises internas e externas, e enfrentado tantos perigos de lutas intrapartidárias, se não tivesse contado com a confiança das massas. Isso se aplica também a Stalin. Nem os julgamentos de Moscou nem a liquidação do grupo de Rohm teriam sido possíveis se essas massas não tivessem apoiado Stalin e Hitler. [...]
>
> Os movimentos totalitários objetivam e conseguem organizar as massas — e não as classes, como o faziam os partidos de interesses dos Estados nacionais do continente europeu, nem os cidadãos com suas opiniões peculiares quanto à condução dos negócios públicos, como o fazem os partidos dos países anglo-saxões. Todos os grupos políticos dependem da força numérica, mas não na escala dos movimentos totalitários, que dependem da força bruta, a tal ponto que os regimes totalitários parecem impossíveis em países de população relativamente pequena, mesmo que outras condições lhes sejam favoráveis. [...]

Os movimentos totalitários são possíveis onde quer que existam massas que, por um motivo ou outro, desenvolveram certo gosto pela organização política. As massas não se unem pela consciência de um interesse comum e falta-lhes aquela específica articulação de classes que se expressa em objetivos determinados, limitados e atingíveis. O termo massa só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores. Potencialmente, as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder de voto.

Em sua ascensão, tanto o movimento nazista da Alemanha quanto os movimentos comunistas da Europa depois de 1930 recrutaram os seus membros dentre essa massa de pessoas aparentemente indiferentes, que todos os outros partidos haviam abandonado por lhes parecerem demasiado apáticas ou estúpidas para lhes merecerem a atenção. A maioria dos seus membros, portanto, consistia em elementos que nunca antes haviam participado da política. Isto permitiu a introdução de métodos inteiramente novos de propaganda política e a indiferença aos argumentos da oposição: os movimentos, até então colocados fora do sistema de partidos e rejeitados por ele, puderam moldar um grupo que nunca havia sido atingido por nenhum dos partidos tradicionais. Assim, sem necessidade e capacidade de refutar argumentos contrários, preferiram métodos que levavam à morte em vez da persuasão, que traziam terror em lugar de convicção. As discórdias ideológicas com outros partidos ser-lhes-iam desvantajosas se eles competissem sinceramente com esses partidos; não o eram, porém, porquanto lidavam com pessoas que tinham motivos para hostilizar igualmente a todos os partidos.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 356, 358, 361-362.

Agora, faça o que se pede:

a) Que relação a autora do texto estabelece entre totalitarismo e massas?

Para Hannah Arendt, as massas constituem o principal pilar de sustentação dos regimes totalitários. Elas são organizadas, lideradas e mobilizadas em favor do regime, constituindo-se em força bruta.

b) Como o texto define massas?

O termo massas só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se integram numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores. Potencialmente, as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder de voto.

c) De acordo com Hannah Arendt, por que as massas são mais fáceis de serem cooptadas pelos movimentos totalitários?

Porque as massas não se unem pela consciência de um interesse comum e falta-lhes aquela específica articulação de classes que se expressa em objetivos determinados, limitados e tangíveis. Formadas, assim, por pessoas despolitizadas, que se unem em grandes aglomerados humanos movidos por certa irracionalidade, tornam-se mais suscetíveis de manipulação.

d) Levando em consideração o trecho de Hannah Arendt, podemos dizer que os regimes totalitários são intrinsecamente violentos? Justifique.

Sim, pois as massas cooptadas pelo totalitarismo por meio da propaganda ideológica são impermeáveis aos argumentos de seus opositores, sendo capazes de responder a eles somente com a força bruta.

Atividade interdisciplinar com Geografia relacionada ao tema do Capítulo 3

A FEDERAÇÃO BRASILEIRA

Introdução

A proclamação da República e a promulgação da Constituição de 1891, temas do capítulo, suscitam pesquisas e debates sobre a questão federativa no Brasil, assunto de interesse da História, Geografia, Sociologia e outras áreas das ciências humanas, mas pouco debatido nos bancos escolares. Com a nova carta republicana, o país tornou-se uma república federativa, com governo central e vinte estados-membros que dispunham de autonomia político-administrativa e fiscal. Outras medidas foram a divisão dos três poderes e a extensão do voto universal masculino, num quadro de forte centralização política e hegemonia da oligarquia cafeeira. A principal inspiração para o modelo federativo nacional vem da experiência dos Estados Unidos, com soberania para a União e autonomia para os estados, que representava distribuição de competências, encargos e recursos. Para o cientista político Norberto Bobbio, um Estado federal caracteriza-se pela pluralidade de centros de poder soberanos e coordenados entre si, coexistindo um poder central ou federal, que tem competência sobre a totalidade do território da federação, e os Estados federais, componentes da federação, com competências cada um sobre seu território. No período atual, a Constituição Federal de 1988 consolidou o pacto federativo no país, considerando a União, os estados e os municípios entes federativos autônomos. Entretanto, diversas situações colocam o sistema à prova, gerando tensões, como o uso compartilhado de recursos hídricos (caso da transposição do Rio São Francisco), as desigualdades regionais, a guerra fiscal entre estados e municípios e as disputas por receitas e *royalties* da exploração do petróleo. Na

sequência de atividades proposta aqui, os alunos, com o auxílio do professor, poderão conhecer como este assunto foi tratado ao longo da história brasileira, problematizar sobre alguns aspectos e refletir sobre ele.

Objetivos

- Reconhecer, compreender e analisar aspectos do sistema federativo a partir de experiências concretas em diferentes países.
- Examinar situações de tensões entre poder central e poderes regionais no Brasil em diferentes períodos históricos.
- Reconhecer e avaliar tensões e disputas regionais e sua relação com o regime federativo instalado no Brasil atual.
- Usar a leitura e escrita em diferentes gêneros para compreender fatos e fenômenos históricos e geográficos.

Conteúdos

Federação – Federalismo – Pacto federativo – Estado – Território – Região – Níveis territoriais de poder no Brasil – Competências dos entes federativos no Brasil atual – Tensões regionais

Tempo estimado

Equivalente a 5 aulas. A atividade poderá ser realizada como tarefa extraclasse.

Desenvolvimento das atividades

- Proponha aos alunos que, em pequenos grupos, pesquisem sobre a constituição do Estado federal norte-americano, identificando princípios e medidas para sua construção e consolidação.
- A seguir, solicite que investiguem sobre revoltas, tensões ou articulações entre poderes regionais e poder central no Brasil, como as revoltas provinciais no Império, a política dos governadores de Campos Sales, o centralismo político de Getúlio Vargas, as questões regionais (Nordeste, Amazônia) e o pacto federativo atual. No caso deste último, eles poderão consultar o título e os capítulos que regem a organização do Estado na Constituição Federal de 1988. O exame de mapas sobre a evolução da divisão político-administrativa e regional no país pode compor esse painel.
- Em seguida, cada um dos grupos deve identificar questões federativas no Brasil atual e investigar dados e discussões a respeito delas. Eles poderão tomar por base o estado em que vivem. Ofereça apoio na busca e sistematização dos dados.
- Promova a seguir a exposição dos resultados e discuta com a turma as perspectivas para a consolidação do Estado federal brasileiro. Ao final, encomende dissertações sobre o tema.
- Avaliação: Leve em conta a produção de textos escritos e orais dos estudantes e a participação de cada um nas tarefas individuais e coletivas. Considere o domínio progressivo dos conceitos e processos em jogo, examinando seu uso no texto dissertativo. Reserve um tempo para que a turma avalie a experiência e considere possíveis desdobramentos desta proposta de trabalho.

Bibliografia para o professor

BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política.* 7. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1995.

DALLARI, Dalmo. *O Estado federal.* São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América.* Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

Indicações de fontes para o aluno

ANDRADE. Manuel C.; ANDRADE, Sandra. *A federação brasileira*. São Paulo: Contexto, 2003.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 25 maio 2016.

COSTA, Wanderley Messias da. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 11. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

MARTINS, Vicente. Como entender o federalismo brasileiro. Disponível em: <www.artigos.com/artigos-academicos/2436-como-entender-o-federalismo-brasileiro>. Acesso em: 25 maio 2016.

Atividade interdisciplinar com Filosofia relacionada ao tema do Capítulo 5

CIÊNCIA E TECNOLOGIA AO LONGO DA HISTÓRIA

Introdução

Galileu Galilei foi um dos fundadores da ciência moderna. Sua consideração de que a natureza está escrita em caracteres matemáticos possibilitou uma nova forma de pensar, pois, com ela, a ciência recusou a concepção aristotélico-medieval – segundo a qual as diferenças qualitativas são relevantes para a compreensão do objeto – e propôs uma essência matemática à natureza afirmando que as diferenças entre os objetos são puramente quantitativas. O filósofo René Descartes, contemporâneo de Galilei, se encarregou de teorizar filosoficamente as grandes mudanças que esta nova concepção de ciência trouxe e afirmou que a correspondência entre o espírito humano e a natureza se daria por meio da matemática, uma ciência puramente formal, de validade universal e cujo elemento mínimo é o número, que é infinito.

A revolução científica causada por Galileu e teorizada por Descartes no século XVII – que se baseava no cálculo matemático, na experimentação por meio de instrumentos, em confiar mais nos números que nos cinco sentidos, tendendo a um desenvolvimento infinito independente (como os números), que só inclui aquilo que a razão humana pode compreender e se pretende universal – determinou algumas características da ciência moderna.

No século XIX, impulsionada pelo sistema capitalista que se desenvolvia, a influência das ciências se expandiu pela sociedade. Também por meio do sistema capitalista, vemos hoje a ciência, através da tecnologia, invadir nossa vida e alterar comportamentos.

Tradicionalmente considerada um sinal de "civilidade", ela esteve de mãos dadas com a barbárie ao longo do século XX (principalmente no desenvolvimento de novas tecnologias bélicas que estiveram presentes nas duas Grandes Guerras e em conflitos como a Guerra do Vietnã e, mais recentemente, do Iraque). Alguns filósofos passaram a refletir sobre a relação entre a mentalidade científica, que determina a mentalidade do indivíduo contemporâneo, e estas catástrofes de grandes proporções que ocorreram na atualidade e desenvolveram o conceito de razão instrumental. Ou seja, uma forma de razão que, embora seja um dos grandes atributos humanos, possibilitou e perpetrou atos desumanos.

A confiança no intermitente avanço tecnológico é usada hoje na publicidade como peça de uma sociedade de consumo. Com o intuito de vender produtos novos, ela recorre à crença no progresso científico afirmando que a nova versão de determinado produto é um avanço com relação ao anterior. Muitas vezes, os resultados científicos obtidos em laboratório, em geral incompreensíveis ao cidadão comum, são mistificados em supostas explicações cujo objetivo é justificar o avanço. Grande parcela dos consumidores aceita, sem questionar, que um novo modelo ou nova versão de um produto se trata de um avanço científico e um avanço na forma de vida. A adesão de uma parcela da população a este discurso, sem sequer compreendê-lo ou perceber que o direcionamento do progresso é movido por interesses comerciais, demonstra que a crença no progresso e na autoridade da ciência ainda tem papel determinante em nossa mentalidade.

Objetivos

- Reconhecer a existência de formas diferentes de racionalidade, como a técnica (instrumental) e a discursiva (política).
- Perceber que essa forma de racionalidade é aplicada na sociedade de consumo que surge no século XX. Exemplificar com a publicidade.
- Reconhecer que essa racionalidade se encontra também no cidadão comum, por meio da análise do consumidor (porque o exemplo escolhido foi a publicidade).
- Usar a leitura e escrita em diferentes gêneros para compreender sua lógica de funcionamento.

Conteúdos

Modernidade – Revolução Industrial – Capitalismo – Segunda Guerra – Guerra Fria – *American way of life* – Sociedade de massas.

Tempo estimado

Equivalente a duas aulas.

Desenvolvimento das atividades

- Proponha aos alunos que selecionem e levem para a sala de aula exemplos de propaganda (revistas, propagandas de rádio, vídeos, fotos de *outdoors*, etc.) em que o discurso científico se apresente de maneira explícita por meio da tecnologia. Exemplos: "Este *shampoo*, por meio da tecnologia X, reduz a oleosidade do cabelo."; "Este celular tem uma câmera de X *megapixels*, 0,3 a mais que a do modelo anterior".
- Peça aos alunos que investiguem a possibilidade de quantificar os avanços prometidos pela propaganda para estes produtos. Nos casos em que os números não forem explícitos, discutir a legitimidade das afirmações do fabricante (valor da marca associado à crença no desenvolvimento contínuo e perpétuo da ciência). Nos casos em que os números forem explícitos (processador de 1,9 Mhz superando o de 1,8 Mhz, sabão em pó com 30% a mais de "brancura", etc.), discutir a diferença efetiva que estes avanços numéricos representam na vida dos usuários.
- Em seguida, problematize, por meio de discussão, a crença de que os produtos representam um avanço. Tanto aqueles que não apresentam números (de onde vem a crença de que é um avanço?) quanto aqueles que apresentam (é realmente um avanço significativo?). Vincule a problematização às características da ciência moderna previamente apresentadas.
- Assista com os alunos ao vídeo *História das coisas*. Vincule a alienação da ciência moderna ao problema ecológico. Se a ciência moderna pode avançar infinitamente, ela entra em choque com a finitude do planeta? Qual é o papel do capitalismo?
- Avaliação: Texto dissertativo e/ou apresentação de um caso de avanço tecnológico vinculado ao consumo e ao desperdício.

Bibliografia para o professor

CHAUI, M. et al. *Primeira filosofia*: lições introdutórias. São Paulo: Brasiliense.

DESCARTES, R. *O discurso do método*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

DUPAS, G. *O mito do progresso*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2006.

KOYRÉ, A. *Do mundo fechado ao universo infinito*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

LEOPOLDO E SILVA, F. *Descartes*: a metafísica da modernidade. São Paulo: Moderna, 2009.

Indicações de fontes para o aluno

História das coisas (vídeo). Diretor: Annie Leonard / Louis Fox. EUA, 2007. (21 minutos). Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=Q3YqeDSfdk>. Acesso em: 20 maio 2016.

MARICONDA, P.; VASCONCELOS, J. *Galileu e a nova Física*. São Paulo: Odysseus, 2006.

Unidade 2

Da Guerra Fria ao século XXI

Saber histórico

A introdução da segunda e última unidade do volume 3 aponta um conjunto de problemas que, de certa forma, sintetiza nossa concepção sobre as questões fundamentais que atravessam o mundo contemporâneo desde o fim da Segunda Guerra, em meados do século XX. Em primeiro lugar, a crise do eurocentrismo, acompanhada de um declínio econômico dos países da Europa diante da ofensiva dos Estados Unidos, que assumiram a liderança econômica e política do Ocidente. O segundo tema retrata a expansão do pensamento culturalista, especialmente a partir das ideias desenvolvidas por Franz Boas sobre o relativismo cultural e a valorização da diversidade humana. O terceiro tema procura explicar os desafios lançados a partir da crise ambiental em curso e os problemas decorrentes da sociedade de consumo, marcados por processos acelerados de extração de matérias-primas, industrialização e descarte rápido. Depois, a introdução apresenta uma reflexão sobre o surgimento de novos sujeitos na agenda política internacional através da emancipação dos chamados países do Terceiro Mundo e surgimento dos movimentos sociais como reação ao contexto de violação dos direitos humanos: estudantis, negros, feministas, pacifistas, etc. O período é marcado ainda por uma transformação nos estudos historiográficos e pela necessidade de acompanhar as mudanças culturais, políticas, econômicas e sociais.

Capítulo 9

O mundo da Guerra Fria

Por que estudar o mundo da Guerra Fria?

- Possibilita uma reflexão sobre as tensões políticas internacionais que conduziram a humanidade ao risco de aniquilação pelo uso de artefatos atômicos.
- Apresenta o processo de formação de dois blocos político-econômicos que disputaram o controle sobre o planeta.
- Oferece uma reflexão sobre diferentes concepções de mundo, visões da política e da economia, assim como sobre os significados da experiência social e humana.

Objetivos

- Os alunos deverão identificar a dimensão política e econômica que atravessou a divisão do mundo em dois blocos: um socialista, outro capitalista.
- Os alunos deverão compreender que as disputas, guerras e conflitos localizados expressavam, nesse contexto, a polarização global entre as duas grandes potências, cujos interesses se irradiavam por todo o planeta.
- Os alunos trabalharão especialmente com os conceitos de Guerra Fria, ideologia, socialismo, revolução.
- Os alunos irão desenvolver habilidades relacionadas a identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações e a avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da história.

Tópicos principais do capítulo

- Abertura: o questionamento sobre a importância da visita de Obama a Cuba, em março de 2016, refere-se às transformações de um dos últimos marcos da Guerra Fria: o processo de isolamento econômico imposto pelos Estados Unidos a Cuba desde os anos 1960, o chamado “embargo”, que, por meio de sanções econômicas, impede que os países mantenham trocas comerciais com Cuba. Se julgar oportuno, você pode solicitar aos alunos que pesquisem o tema na internet, visto que há muita informação sobre o assunto. Caso contrário, o questionamento pode ficar em aberto até que o estudo deste e do próximo capítulo tragam informações e reflexões que explicam a questão. Após o estudo do capítulo, essa abertura deve ser retomada e revista à luz da atividade *Articule passado e presente*.
- Antes de prosseguir o estudo do capítulo, incentive os alunos a se localizar no tempo e no espaço (seção *Onde e quando*). Neste capítulo estarão em foco: Europa, América e Ásia, entre 1949 e 1968.
- Tema central: a disputa entre Estados Unidos e União Soviética pelo controle ideológico, econômico e político de diferentes regiões do mundo e o envolvimento em conflitos locais, tais como na China, Coreia, Alemanha e Cuba, como faces da lógica bipolar do período. Nas décadas de 1950 e 1960, destacam-se a Guerra da Coreia, a construção do Muro de Berlim, a Guerra do Vietnã, a Revolução Cultural na China, a Revolução Cubana e a crise dos mísseis.
- EUA X URSS: após a leitura dos tópicos sobre os dois países durante a Guerra Fria, os alunos podem ser incentivados a identificar as etapas da bipolarização mundial destacadas ao longo do capítulo, com a avaliação das ações e estratégias políticas adotadas pelos Estados Unidos e pela União Soviética, tais como o Plano Marshall e o Comecon.
- Indústria cultural e a Guerra Fria: o tema do capítulo pode ser aprofundado a partir de uma série de narrativas do cinema e dos super-heróis das histórias em quadrinhos que os alunos devem conhecer. Há histórias lançadas durante a Guerra Fria em que super-heróis como Homem de Ferro e Super-Homem, entre outros, estiveram envolvidos na luta contra o comunismo. Caso a turma tenha interesse nesse tipo de publicação, há informações disponíveis na internet que podem incentivá-los a conhecer melhor o assunto histórico.
- Cultura juvenil: após a leitura do boxe *Vivendo naquele tempo*, pode-se refletir sobre as expectativas dos alunos em relação ao seu futuro, tendo em vista os valores atribuídos a esses novos setores médios que, nos anos 1950,

moldaram a ideologia do sucesso e do “bem-estar”. Será que atualmente os jovens também desejam encontrar um emprego estável, com bom salário, constituir uma família, comprar uma casa e um carro e poder mostrar essas conquistas com orgulho? Quais são as aspirações de vida dos alunos e as expectativas que têm do futuro? O debate pode ajudá-los a entender como se constituiu a nova classe média apresentada no texto e, ao mesmo tempo, reconhecer seus próprios anseios e vontades.

Imagens do capítulo

Imagens de propaganda do Estado do governo stalinista e do chinês: você pode incentivar os alunos a levantarem hipóteses sobre o uso das imagens de propaganda (cartazes e pôsteres) tanto dos regimes comunistas quanto dos países capitalistas. Retome as atividades já realizadas nos capítulos anteriores e proponha, ao final da análise, uma reflexão sobre o uso da propaganda nos dias atuais, levando em conta que o desenvolvimento da televisão e do audiovisual substituiu o uso mais sistemático de cartazes e pôsteres.

Abordagens interdisciplinares

- **Sociologia:** o tema da nova classe média tratado no boxe *Vivendo naquele tempo* pode apontar para o debate contemporâneo sobre as transformações sociais do Brasil nas duas últimas décadas em torno da polêmica sobre o surgimento de um novo setor de classe com maior poder aquisitivo: fenômeno que alguns autores chamam de nova classe média brasileira e outros definem como ampliação da classe trabalhadora.
- **Literatura:** o trabalho de pesquisa e leitura de histórias em quadrinhos pode ser desenvolvido em parceria com Literatura, mas é importante que sejam selecionadas narrativas que tenham relação direta com a Guerra Fria.
- **Música**: pesquisar a produção musical do período da Guerra Fria, destacando as manifestações do *ragtime*, do *blues*, do *jazz* e do *rock,* entre outras. Reproduzir as letras das canções mais conhecidas da época e vinculá-las ao panorama histórico do período. Para tanto, recorrer aos meios audiovisuais (discos, CDs, *slides*, DVDs de filmes e documentários, etc.).

Conheça mais

Sugestões de leitura

GOTT, Richard. *Cuba*: uma nova história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. A obra apresenta uma abordagem panorâmica da história de Cuba, do período pré-colombiano aos anos que seguem o fim da União Soviética, em que analisa os percursos políticos que levaram Cuba a se envolver numa revolução socialista.

HOBSBAWM, E. *Revolucionários*: ensaios contemporâneos. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. O livro reúne artigos e ensaios que analisam o pensamento e a prática política das lutas revolucionárias do século XX, abordando tanto os teóricos do socialismo, comunismo e anarquismo quanto os guerrilheiros e rebeldes que participaram dessas experiências revolucionárias.

HOURANI, A. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. A obra, ao analisar diversos aspectos da história das sociedades árabes, delineia um quadro geral desde o surgimento do Islã no século VII até o século XX, compreendendo assim a construção da identidade árabe em torno do Islã.

MORIN, Edgar. *O mundo moderno e a questão judaica*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. O livro apresenta uma reflexão sobre a questão judaica na modernidade, abordando temas como os impactos da diáspora anteriores a 1933 e os conflitos engendrados a partir de 1948, com a criação do Estado de Israel.

POMAR, W. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2003. A obra apresenta um amplo painel sobre a história da China no século XX, analisando desde o contexto que precede a sua experiência revolucionária, passando pela trajetória da Revolução Chinesa até as reformas efetuadas pelo regime no fim do século XX.

SELLERS, C.; MAY, H.; McMILLEN, N. R. *Uma reavaliação da história dos Estados Unidos*: de colônia a potência imperial. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1990. Esta obra introdutória traz um abrangente panorama sobre a história dos Estados Unidos do período colonial ao século XX, dando ênfase a uma abordagem política.

VIZENTINI, P. *A Guerra do Vietnã*: descolonização e revolução. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006. A obra, ao estudar a guerra do Vietnã, aborda seus aspectos internos e diplomáticos e analisa os imbricados processos históricos de libertação nacional e revolução social vietnamita.

Teses

CONTADOR, V. *Modelo econômico e projeção de nação--potência*: Brasil 1964-1985. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2007. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-01022008-104912/pt-br.php>. Acesso em: 8 maio 2016. Este estudo faz uma análise histórica do modelo econômico do regime militar brasileiro entre 1964 e 1985, interpretando os planos econômicos e as políticas externas dos governos deste regime.

DUGAICH, C. M. *O marketing político americano na Guerra Fria*: discurso, mistificação e mídia. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, 2001. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000376527>. Acesso em: 8 maio 2016. Este trabalho realiza uma reflexão sobre o discurso do marketing político estadunidense na Guerra Fria, que, de 1946 a 1963, construiu uma imagem mitificada do presidente John Kennedy e encontrou na mídia o seu principal lugar de enunciação.

Sites

Che Guevara. Disponível em: <www.cheguevara.com>. Acesso em: 7 maio 2016.

Reportagens especiais sobre o aniversário de 20 anos da queda do Muro de Berlim. Disponível em: <www.dw-world.de/dw/article/0,,4600550,00.html>. Acesso em: 7 maio 2016.

Filmes

A insustentável leveza do ser. Direção de Philip Kaufman. Estados Unidos, 1988. (160 min).

Adeus, minha concubina. Direção de Chen Caige. China/Hong Kong, 1993. (160 min).

Cidadão Cohn. Direção de Frank Pierson. Estados Unidos, 1992. (111 min).

Hair. Direção de Milos Forman. Estados Unidos, 1979. (121 min).

Indochina. Direção de Régis Wargnier. França, 1992. (154 min).

JFK: a pergunta que não quer calar. Direção de Oliver Stone. Estados Unidos, 1991. (189 min).

Nascido para matar. Direção de Stanley Kubrick. Estados Unidos, 1987. (116 min).

Um grito de liberdade. Direção de Richard Attenborough. Inglaterra, 1987. (151 min).

Textos de apoio

1 A prática política stalinista

Ao transformar-se em algo semelhante a um czar secular, defensor da fé ortodoxa secular, cujo corpo de fundador, transformado em santo secular, esperava os peregrinos diante do Kremlin, Stalin demonstrou um seguro senso de relações públicas.

Para um grupo de povos camponeses e pastores vivendo no equivalente ao século XI ocidental, era essa quase certamente a maneira eficaz de estabelecer a legitimidade do novo regime, do mesmo modo que os catecismos simples, brutos e dogmáticos a que ele reduziu o “marxismo-leninismo” eram ideais para apresentar ideias à primeira geração de alfabetizados. Tampouco pode o seu terror ser visto simplesmente como a afirmação do poder pessoal de um tirano. Não há dúvida de que ele gostava do poder, do medo que inspirava, da capacidade de conceder vida ou morte, do mesmo modo como não há dúvida de que era inteiramente indiferente às recompensas materiais que alguém em sua posição podia ter. Contudo, quaisquer que fossem seus caprichos pessoais, o terror de Stalin era, em teoria, uma tática tão racionalmente instrumental quanto sua cautela onde não tinha controle. As duas coisas, na verdade, se baseavam no princípio de evitar riscos, que por sua vez refletia a mesma falta de confiança em sua capacidade de avaliar situações (“fazer uma análise marxista”, no jargão comunista) que distinguira Lenin. Sua aterrorizante carreira não faz sentido algum, a não ser como uma busca obstinada, ininterrupta, daquela meta utópica de uma sociedade comunista a cuja reafirmação ele dedicou a última de suas publicações, poucos meses antes de morrer.

HOBSBAWM, E. *Era dos extremos*: o breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 380.

2 A luta pelos direitos civis nos EUA

“Fair Young maid, all in a garden”, começava a balada – provavelmente do século XVII – “John Riley” tal como apareceu em 1960, em *Joan Baez*, seu primeiro álbum. É a quietude da história à medida que Baez avança, um pequeno padrão melódico em seu violão esvoaçando como um passarinho enquanto uma progressão acelerada de baixo o segue como um gato, mais que sua voz – a voz de alguém que já se foi, mas continua palmilhando a terra para prevenir os vivos –, que contava ao ouvinte de então, e pode contar ao ouvinte de hoje, que ele ou ela tropeçou num país diferente. Durante anos, por todo o Sul, os defensores de direitos civis haviam sido encarcerados, espancados, mortos, suas casas sofreram atentados à bomba, as igrejas onde se reuniam foram completamente queimadas. Nove anos antes, em 1954, a Suprema Corte havia decidido que a segregação em escolas públicas era inconstitucional, que era uma afronta à nação, já que se constituíra a si mesma, que teria de acabar, com juízes federais aos poucos ordenando que a decisão fosse tirada do papel e aplicada onde as pessoas efetivamente viviam, distrito por distrito, ano após ano, as crianças negras tentando entrar em escolas anteriormente só para brancos eram agora empurradas, cuspidas e xingadas por multidões cruéis que as teriam matado se a Guarda Nacional não estivesse ao seu lado.

MARCUS, Greil. *Like a Rolling Stone*: Bob Dylan na encruzilhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 28-29.

Atividades

Retome

1. O Plano Marshall consistia em um programa de recuperação econômica dos países europeus em crise após o fim da Segunda Guerra Mundial, com base em investimentos oferecidos pelo governo dos Estados Unidos. O governo soviético encarou o Plano Marshall como uma tentativa dos Estados Unidos de aumentar a sua influência sobre os países da Europa, em especial do Leste Europeu, consequentemente diminuindo a esfera de influência soviética. A medida tomada pelo governo soviético, então, foi a criação do *Kominform* e do *Comecon* (planos para articular, respectivamente, a política e a economia dos países do bloco socialista).

2. É esperado que os alunos percebam que a construção do Muro de Berlim, ordenada pelos governos da URSS e da Alemanha Oriental e iniciada em 1961, marcava a separação entre o socialismo e o capitalismo: de um lado, estava Berlim oriental, zona de influência soviética; de outro, Berlim ocidental, zona de influência dos países capitalistas. Ele pode ser visto, portanto, como um dos símbolos da Guerra Fria. Tanto a construção do muro na cidade de Berlim como a divisão da Alemanha como um todo (que foi reunificada somente em 1990) representam, assim, o antagonismo surgido após o fim da Segunda Guerra Mundial.

3. Stalin faleceu em 1953. Depois disso, houve disputa pelo poder na União Soviética, e Nikita Kruschev tornou-se secretário-geral do Partido Comunista. O processo de desestalinização começou em 1956, quando Kruschev denunciou os crimes de Stalin em um dos congressos do Partido Comunista. A ideia da desestalinização, então, era tornar públicos os abusos do governo stalinista e reformular o sistema político criado por Stalin para pôr fim ao culto à imagem daquele governante. Esse processo teve início com Nikita Kruschev, que também procurou promover a descentralização política e a elevação do bem-estar social na União Soviética.

4. a) É esperado que os alunos retomem as informações do capítulo e destaquem, de maneira sintética, algumas das realizações do governo chinês após a Revolução, como as seguintes: em 1949, o PCC nacionalizou as indústrias e promoveu a reforma agrária na China. Em 1953, o governo comunista chinês lançou seu primeiro plano quinquenal, dando prioridade à indústria pesada. A coletivização da agricultura ocorreu em 1955, e o segundo plano quinquenal (chamado Grande Salto para a Frente) foi lançado em 1958.

   Um trabalho bastante interessante de leitura de imagem, relacionado às artes plásticas, pode ser feito com os alunos com base na observação e análise de cartazes de propaganda da China pós-revolução. No *site* a seguir (em inglês) há cartazes de propaganda chineses de vários períodos, da década de 1920 até hoje. Você pode escolher alguns deles e trabalhar com as imagens em sala de aula. Consulte: <http://chineseposters.net/gallery>. Um cartaz interessantíssimo está disponível na seção do *site* que trata do Grande Salto para a Frente: <http://chineseposters.net/gallery/e11-992.php>. Nesse cartaz, feito na época da criação das unidades agrícolas conhecidas como comunas populares, lê-se: "Os vegetais são verdes, os pepinos são perfeitos, o rendimento é abundante". Foram impressas mais de um milhão de cópias desse cartaz, como apoio ao programa do governo chinês do período. Acessos em: 17 abr. 2016.

   b) Ao mesmo tempo que o processo de desestalinização foi iniciado na União Soviética, a partir das ações de Nikita Kruschev, a China intensificou seu governo comunista: a prioridade à indústria de base e o culto à personalidade e à imagem de Mao Tsé-tung tornaram-se práticas comuns naquele país. Porém, essas práticas eram exatamente o tipo de medida que o governo soviético passara a evitar. Além disso, é importante que os alunos destaquem que em 1962 as relações entre China e União Soviética foram rompidas.

5. As informações do mapa são riquíssimas e com base nelas os alunos podem compreender o processo da crise dos mísseis. É possível visualizar, no mapa, as bases dos mísseis soviéticos instaladas em território cubano e o grande alcance que esses mísseis teriam no território estadunidense, caso fossem lançados. Em 1962, alguns satélites estadunidenses revelaram que o governo da União Soviética instalava mísseis soviéticos em território cubano. Eles "apontavam" para o território dos Estados Unidos. Desse modo, o governo estadunidense passou a exigir a retirada dos mísseis soviéticos de Cuba, o que foi feito, posteriormente, pelo governo da União Soviética.

Pratique

6. a) Os inimigos do Estado de Segurança Nacional seriam as pessoas tidas como simpatizantes da ideologia comunista.

   b) A perseguição interna aos tidos como "inimigos do Estado" recebeu o nome de macarthismo. Durante o governo de Harry Truman, espalhou-se pelos Estados Unidos a ideia de que qualquer oposição ao governo estadunidense seria, por consequência, ligada ao comunismo ou ao antiamericanismo. A chamada febre do macarthismo atingiu todo o território estadunidense, com perseguições e condenações de muitas pessoas públicas, como cineastas, escritores e intelectuais.

   c) A Guerra Fria tornou-se "quente" com o início da Guerra da Coreia, pois esse foi o momento em que o governo dos Estados Unidos interferiu, na prática, nos rumos e nas disputas políticas da Coreia, que já

se encontrava dividida. O termo “quente” refere-se, então, ao estabelecimento de uma guerra necessariamente real no território da Coreia.

d) Conforme visto neste capítulo, no final da Guerra da Coreia, em julho de 1953, as fronteiras sobre o paralelo 38° Norte foram restabelecidas. A divisão da Coreia entre Sul (com maior contato com o governo dos Estados Unidos) e Norte (com maior contato com a União Soviética) expressava perfeitamente, em escala menor, as disputas ideológicas entre Estados Unidos e União Soviética e o alinhamento a um ou a outro desses países.

Analise uma fonte primária

7 a) Considerando o contexto internacional no ano em que a revista foi publicada (1968), os alunos podem deduzir rapidamente que se trata de um astronauta estadunidense e de um astronauta (ou cosmonauta) soviético. Isso pode ser observado, também, pelos símbolos que cada um carrega em seu traje.

b) Eles foram representados correndo em direção à Lua em razão da corrida espacial estabelecida na época, que fazia com que estadunidenses e soviéticos procurassem desenvolver tecnologias espaciais para mostrar ao mundo seu poderio. Os astronautas, portanto, estão competindo entre si. Essa capa mostra algo típico da ideologia da Guerra Fria: o antagonismo entre Estados Unidos e União Soviética.

c) A corrida espacial entre Estados Unidos e União Soviética servia para mostrar o desenvolvimento tecnológico dessas duas superpotências. Essa rivalidade, expressa na corrida espacial, foi forte especialmente entre 1957 e 1975. O objetivo era tornar-se pioneiro na exploração do espaço, algo visto como símbolo de uma superioridade tecnológica e um elemento importante para a segurança nacional.

Se desejar, você pode mostrar aos alunos outra capa da revista *Time*, também relacionada à corrida espacial. É a capa da edição de 19 de janeiro de 1959. A capa está disponível na internet em: <http://content.time.com/time/covers/0,16641,19590119,00.html>. Acesso em: 17 abr. 2016. Nela retrata-se a época dos lançamentos dos satélites soviéticos e estadunidenses ao espaço: a Lua “assusta-se” com a presença dessa tecnologia e um dos satélites, provavelmente o Sputnik, lançado pelos soviéticos em 1957, está preocupado em “filmar” a Lua; esse tipo de registro era importantíssimo para comprovar a superioridade tecnológica e servia como peça de propaganda do Estado.

Articule passado e presente

8 O bloqueio (ou embargo) imposto pelo governo estadunidense a Cuba, desde 1962, impede a maior parte das trocas comerciais entre os Estados Unidos e a ilha. A situação também chega a impedir trocas comerciais mais amplas: pelo embargo, por exemplo, é proibido que empresas de outros países exportem, para os Estados Unidos, produtos que contenham matéria-prima cubana. Com base em duas leis da década de 1990, o governo estadunidense passou a proibir o envio de alimentos a Cuba (exceto em casos de ajuda humanitária) e torna passível de punição judicial as empresas que tenham relações financeiras com o país. Segundo o governo cubano, o bloqueio tem impacto em setores como alimentação, educação e saúde; até 2010, as perdas ultrapassavam US$ 104 bilhões. A Assembleia Geral da ONU condena, formalmente, o embargo imposto a Cuba: todos os anos, há 25 anos, a Assembleia vota a favor da condenação do embargo.

Raúl Castro, após assumir o governo de Cuba, começou a acenar com pequenas mudanças ao diminuir algumas das restrições estabelecidas pelo Estado cubano no setor econômico. Surgiram, por exemplo, as primeiras pequenas empresas privadas no país desde a Revolução (a maioria no setor do turismo).

No ano em que Barack Obama visitou Cuba (2016), grande parcela da população cubana era favorável à retomada das relações diplomáticas com os Estados Unidos. Porém, alguns protestos contra esse processo foram organizados, especialmente pelo grupo chamado Damas de Branco, que se manifestou a favor dos direitos humanos em Cuba. Houve, também, protestos realizados em Miami (nos Estados Unidos), na região chamada de Little Havana. Essas pessoas, exiladas do regime, são opositoras do governo castrista. Desse modo, é importante incentivar os alunos a pesquisar movimentos e processos como esses, para que eles percebam a existência da diversidade de opiniões.

Alexandre Meneghini/Reuters/Latinstock

Capítulo 10

Brasil no período da Guerra Fria: da democracia à ditadura

Por que estudar o Brasil no período da Guerra Fria?

- Possibilita uma reflexão sobre as relações entre o país e o contexto internacional.
- Apresenta o processo político de construção da democracia e de sua derrocada, com o regime militar.
- Oferece uma reflexão sobre a importância da participação política na definição dos rumos do Estado e do país.

Objetivos

- Os alunos deverão identificar os processos políticos que conduziram o país ao regime militar, bem como suas relações com o contexto polarizado da Guerra Fria;
- Os alunos deverão compreender as transformações econômicas e sociais vividas no país, a partir dos anos 1950, marcadas pela industrialização e pela intensa urbanização.
- Os alunos trabalharão especialmente com os conceitos de desenvolvimentismo, crise política, regime militar e redemocratização.
- Os alunos deverão desenvolver habilidades relacionadas à análise da ação dos Estados nacionais no que se refere à dinâmica dos fluxos populacionais e no enfrentamento de problemas de ordem econômico-social e à compreensão do papel das lutas sociais e conquistas obtidas em relação às mudanças nas legislações ou nas políticas públicas.

Tópicos principais do capítulo

- Abertura: coloca em debate a memória sobre a tortura e a violência de Estado vivenciadas durante o regime militar no Brasil. As questões iniciais podem apontar para o problema da Justiça e da necessidade de investigações sobre os crimes cometidos pelos militares, mas também indicam a importância de mecanismos de controle do Estado que impeçam o surgimento de novos regimes autoritários. Após o estudo do capítulo, essa abertura deve ser retomada e revista à luz da atividade *Articule passado e presente*.
- Antes de prosseguir o estudo do capítulo, incentive os alunos a se localizar no tempo e no espaço (seção *Onde e quando*). Neste capítulo estará em foco: Brasil, entre 1945 e 1984.
- Tema central: análise das transformações políticas, econômicas e sociais do Brasil, entre a década de 1950 e o fim do regime militar. O período é marcado por intensas mudanças que redefiniram a estrutura social e a organização política do país, tendo em vista o intenso processo de industrialização e urbanização e o reordenamento do regime político.
- Tópico *Brasil e a experiência democrática (1945-1964)*: destaque que o quadro político brasileiro, especialmente da década de 1950, foi marcado por conquistas trabalhistas, pelo controle estatal dos sindicatos e pela ideia de um governante capaz de concretizar amplas realizações e obras. A experiência da vida democrática e as conquistas sociais do período abordado no capítulo devem ser contrapostas às limitações da Carta Constitucional de 1946, tais como a impossibilidade de os analfabetos votarem, os limites impostos ao direito de greve e as intervenções nos sindicatos.
- Boxe “Carta testamento de Vargas”: o trecho pode ser utilizado para motivar os alunos a retomar a reflexão sobre a construção de mitos históricos, abordada no Capítulo 7 deste volume. Para isso, sugerimos uma atividade em dupla em que eles sejam convidados a interpretar o texto de Vargas, analisando-o como fonte histórica e procurando avaliar os elementos mitificadores de sua figura (ao se apresentar como defensor do povo e nacionalista), ao mesmo tempo em que durante o seu governo não foram garantidos amplos direitos aos trabalhadores.
- Tópico 3 *O golpe civil-militar e a montagem da ditadura*: o regime militar foi analisado por meio de diferentes ângulos: no seu aspecto político, em que a principal tônica foi o conservadorismo de direita e a repressão aos seus opositores; sob a perspectiva das reformas econômicas, pelas quais se buscou reequilibrar o país financeiramente e conter a inflação, sem deixar de lado a promoção do crescimento; e à luz da mobilização e resistência da sociedade, de diferentes formas, desde o golpe deflagrado em março de 1964 até o fim do regime, em 1985.
- Boxe *Leituras* “Quando terminou a ditadura”: destaque que o texto de Daniel Aarão Reis coloca em discussão as complexidades do processo histórico, sugerindo que os interesses envolvidos no regime instituído em 1964 não eram apenas militares, mas também civis. Além disso, é possível indicar, pela leitura do texto, que os conceitos e as definições dadas a determinados acontecimentos e períodos históricos são o resultado de embates ideológicos e do campo historiográfico, por isso são conceitos e categorias em constante transformação.
- Cultura juvenil: a partir da produção artística do período, com a efervescência musical, teatral e cinematográfica dos anos 1960, pode-se refletir o cenário da produção artística contemporânea. Pode-se solicitar aos alunos que pesquisem quem eram os artistas, músicos, cineastas que movimentavam o cenário cultural brasileiro, como os tropicalistas, a Jovem Guarda e os integrantes do Cinema Novo.

Abordagens interdisciplinares

- **Arte**: pesquisa sobre a importância do rádio na vida da população entre 1940 e 1960. Levantar nomes de emissoras, programas e cantores. Reproduzir letras das can-

ções mais conhecidas da época e vinculá-las ao panorama histórico do período. A apresentação pode ser feita por meios audiovisuais (reprodução sonora [discos, CDs] e visual [*slides*, filmes, documentários, etc.]) ou em forma de painéis (com fotos, reprodução das letras das canções), entre outras possibilidades.

Conheça mais

Sugestões de leitura

BENEVIDES, M. V. *O governo de Jânio Quadros*. São Paulo: Brasiliense, 1999. O livro apresenta um painel sobre o governo de Jânio Quadros, desde a sua chegada ao poder até a renúncia, evidenciando os seus aspectos personalistas.

CASTRO, R. *Chega de saudade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. A obra apresenta uma interpretação sobre a história da Bossa Nova, em que analisa episódios protagonizados e narrados por compositores, cantores, instrumentistas e outros personagens dos tempos da Bossa Nova.

FERREIRA, J.; DELGADO, L. (Org.). *O tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Coleção O Brasil republicano, 3). O terceiro volume da coleção O Brasil republicano reúne textos de diversos autores que analisam a prática democrática no Brasil, desde o movimento queremista na década de 1940 à instalação do golpe civil-militar de 1964.

GOMES, A. de C. (Org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. O livro reúne textos de diferentes autores que abordam o Brasil do governo de Juscelino Kubitschek a partir de diversas perspectivas e temáticas, em que analisam, por exemplo, o programa de metas e as políticas econômica e externa de JK.

NAPOLITANO, M. *1964*: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014. A obra apresenta um panorama histórico do regime militar brasileiro, em que analisa uma multiplicidade de aspectos desse período, bem como sintetiza e problematiza consensos, polêmicas e novas perspectivas de pesquisa sobre o golpe civil-militar de 1964 e o regime militar que se seguiu.

NOVAIS, F. (Dir.); SCHWARCZ, L. M. (Org.). *Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. (História da vida privada no Brasil, 4). O quarto volume da História da vida privada no Brasil apresenta uma série de ensaios que abordam algumas experiências históricas e a vida cotidiana brasileira a partir de meados do século XX, percorrendo temas como a imigração, o preconceito e a desigualdade racial, a violência e os arranjos familiares.

SOARES, G. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. O livro faz uma análise da história política do Brasil entre a democratização de 1945 e o golpe de 1964, apresentando um estudo sobre o sistema político-partidário brasileiro.

REIS FILHO, D. A. *1968*: a paixão de uma utopia. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988. O livro aborda os movimentos de crítica ao regime militar brasileiro na década de 1960, analisando as lutas do movimento estudantil, bem como de outros grupos sociais: profissionais liberais, artistas, escritores e religiosos, que denunciaram a censura e repressão do regime.

SKIDMORE, T. *Brasil*: de Castelo a Tancredo. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. A obra aborda o regime militar brasileiro e o período de abertura política, analisando os percursos do regime e os sentidos e impasses da transição democrática.

Teses

ALMEIDA, C. R. S. *O governo João Goulart nas páginas da* Folha de S.Paulo. Uberlândia: Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/1312>. Acesso em: 8 maio 2016. Esse trabalho aborda as interpretações do jornal *Folha de S.Paulo* sobre o período entre 1961 e 1964, que compreende o governo João Goulart. Nesse sentido a pesquisa analisa as representações e os posicionamentos desse jornal em relação aos projetos políticos apresentados pelo referido governo, bem como a sua participação na trama que culminou no golpe civil-militar de 1964.

RIBEIRO, R. A. *A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-Estados Unidos*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2006. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000410430>. Acesso em: 8 maio 2016. A pesquisa estuda os impactos políticos e econômicos da Aliança para o Progresso no Brasil, programa de ajuda externa estadunidense direcionado à América Latina, analisando assim as relações entre Brasil e Estados Unidos no período de 1961 a 1968.

Filmes

Agosto. Direção de Paulo José e Denise Saraceni. Brasil, 1993. (310 min).

O homem da capa preta. Direção de Sérgio Rezende. Brasil, 1986. (120 min).

Ópera do malandro. Direção de Ruy Guerra. Brasil, 1985. (100 min).

Anos rebeldes. Direção de Dennis Carvalho. Brasil, 1992. (296 min).

Lamarca. Direção de Sérgio Rezende. Brasil, 1994. (130 min).

O ano em que meus pais saíram de férias. Direção de Cao Hamburger. Brasil, 2006. (104 min).

O que é isso, companheiro? Direção de Bruno Barreto. Brasil, 1997. (105 min).

Quase dois irmãos. Direção de Lúcia Murat. Brasil, 2004. (102 min).

Que bom te ver viva. Direção de Lúcia Murat. Brasil, 1989. (100 min).

Batismo de sangue. Direção de Helvécio Ratton. Brasil, 2007. (103 min).

Sites

Brasil na década de 1960. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil60.htm>. Acesso em: 7 maio 2016.

Frei Tito: memorial *on-line*. Disponível em: <www.adital.org.br/freitito/por/>. Acesso em: 7 maio 2016.

Projeto Brasil Nunca Mais. Disponível em: <www.dhnet.org.br/dados/projetos/dh/br/tnmais/index.html>. Acesso em: 7 maio 2016.

Textos de apoio

1 Arquitetura e bossa nova

Certamente, não é mero acaso o fato de Juscelino Kubitschek ter, ao mesmo tempo, sido o grande patrocinador da arquitetura modernista, e de Oscar Niemeyer em especial, e ter entrado para a história como o "presidente bossa nova". Também não é por casualidade que Tom Jobim e Vinícius de Moraes sejam os compositores da Sinfonia da alvorada, trilha sonora épica da capital moderna construída em meio à solidão do Cerrado. Mais do que uma coincidência histórica, há aí uma firme identidade de propósitos que convém analisar para além das costumeiras associações rápidas, de modo a se ensaiar uma mirada mais extensa sobre o fenômeno da modernização cultural brasileira em seu apogeu. Isto é, uma modernização situada em um momento exatamente anterior à "era dos festivais" e da televisão, por um lado, e à explosão das cidades brasileiras comandadas pela especulação imobiliária e pela favelização, por outro.

Talvez não seja também por mero acaso que importantes cancionistas brasileiros, como Tom Jobim e Chico Buarque, entre outros, tenham estudado arquitetura. Chico, aliás, quando escreveu uma pequena autobiografia poética, homenageando ao mesmo tempo o arquiteto Oscar Niemeyer, seu ídolo de infância – a propósito do projeto de uma casa que este havia desenhado para o seu pai, e que nunca foi construída –, a concluiu da seguinte maneira: "Quando a minha música sai boa, penso que parece música do Tom Jobim. Música do Tom, na minha cabeça, é casa do Oscar".

WISNIK, Guilherme. Em torno da ideia de beleza sem esforço: arquitetura e bossa nova. In: GARCIA, Walter (Org.). *João Gilberto*. São Paulo: Cosac Naify, 2012. p. 166-167.

2 A desigualdade social nos "anos dourados"

No Brasil do início dos anos [19]50, a desigualdade era extraordinária. Basta comparar os três tipos sociais que foram os protagonistas da industrialização acelerada e da urbanização rápida: o imigrante estrangeiro, o migrante rural e o negro urbano e seus descendentes. Os imigrantes ou filho de imigrantes, italianos, libaneses, sírios, eslavos, alemães, portugueses, judeus, japoneses, espanhóis, já estavam em São Paulo, o centro da industrialização há várias gerações. Constituíram famílias semipatriarcais solidamente estabelecidas. Pouquíssimos, em 1950, eram grandes empresários. Mas alguns tinham conseguido passar a donos de pequenos negócios, muitos trabalhavam por conta própria, ou já tinham uma tradição de trabalho na indústria. Além disso, muitas vezes com enormes sacrifícios, puderam dar educação formal a seus filhos – alguns, já tendo, naquela época chegado à universidade, mesmo que em profissões consideradas então de segunda categoria (por exemplo, contadores e economistas) valendo-se da expansão da rede pública de ensino. Já a massa dos negros das cidades continuou, após a Abolição, abandonada à sua própria sorte, ocupada nos trabalhos mais "pesados" e mais precários, muitos vivendo de expedientes, amontoada em habitações imundas, favelas e cortiços, mergulhadas também no analfabetismo, na desnutrição e na doença.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderada. In: NOVAIS, Fernando A.; SCHWARCZ, Lilia M. *História da vida privada no Brasil*: contrastes da intimidade contemporânea. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 582-583.

3 A hegemonia da esquerda na cultura após golpe

Em 1964 instalou-se no Brasil o regime militar, a fim de garantir o capital e o continente contra o socialismo. O governo populista de Goulart, apesar da vasta mobilização esquerdizante a que procedera, temia a luta de classes e recuou diante da possível guerra civil. Em consequência a vitória da direita pôde tomar a costumeira forma de acerto entre generais. O povo, na ocasião mobilizado, mas sem armas e organização própria assistiu passivamente à troca de governos. Em seguida sofreu as consequências: intervenção e terror nos sindicatos, terror na zona rural, rebaixamento geral de salários, expurgo especialmente nos escalões baixos das Forças Armadas, inquérito militar na Universidade, invasão de igrejas, dissolução das organizações estudantis, censura, suspensão de *habeas corpus*, etc.

Entretanto, para surpresa de todos, a presença cultural da esquerda não foi liquidada naquela data, e mais,

de lá para cá não parou de crescer. A sua produção é de qualidade notável nalguns campos, e é dominante. Apesar da ditadura da direita, há relativa hegemonia cultural da esquerda no país. Pode ser vista nas livrarias de São Paulo e Rio, cheias de marxismo, nas estreias teatrais, incrivelmente festivas e febris, às vezes ameaçadas de invasão policial, na movimentação estudantil ou nas proclamações do clero avançado. Em suma, nos santuários da cultura burguesa a esquerda dá o tom. Esta anomalia – que agora periclita, quando a ditadura decretou penas pesadíssimas para a propaganda do socialismo – é o traço mais visível do panorama cultural brasileiro entre 64 e 69. Assinala, além de luta, um compromisso.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-69. In: *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Paz e Terra/ Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, 1984. p. 61-62.

4 A Constituição militar

As responsabilidades de Costa e Silva e seu grupo no mergulho definitivo do país no porão da história são motivo de debate. Alguns defendem que o presidente, já debilitado, efetuou uma tentativa de "abertura" que na verdade tratava-se de constitucionalizar a nova situação jurídico-política, chegando a solicitar um projeto de emenda a Carlos Medeiros da Silva, Miguel Reale e Temistocles Cavalcanti. Nenhum dos três juristas pode ser considerado propriamente um paladino da democracia. Mas a hipótese não é implausível. Na estranha ótica dos militares e da magistratura conservadora, a constitucionalização das leis de exceção e do autoritarismo significavam "normalidade democrática". Segundo a crônica, Costa e Silva não queria passar à história como "mais um general sul-americano que golpeou as instituições".

Enquanto governavam o país a seis mãos, os militares buscavam a escolha de um general com trânsito e liderança sobre todas as correntes militares, que se dividiam entre castelistas, nacionalistas e palacianos da *entourage* de Costa e Silva. O equilíbrio interno das correntes e a unidade das Forças Armadas eram fundamentais para combater a guerrilha e a oposição como um todo, trazendo o sistema político, a começar pelo Congresso, para a tutela da Presidência.

NAPOLITANO, Marcos. *1964*: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014. p. 119-120.

5 O início da luta armada

A guerrilha no Brasil nasceu dos impasses e dissensos causados pelo golpe militar no campo da esquerda. Não que esta opção estivesse completamente fora das estratégias de alguns grupos antes mesmo do golpe, mas efetivamente não constituía uma opção política imediata ou consistente, capaz de arregimentar quadros expressivos e seduzir a grande parte dos militantes. O fato é que a frustração com o processo de luta pelas reformas, a rapidez da queda do governo constitucional e eleito e a perda de perspectivas da ação política de massas junto às classes populares mergulharam as esquerdas em um grande debate. Acostumadas às leituras triunfalistas e jactantes do processo histórico, em sua crença absoluta na inexorabilidade da revolução, as esquerdas logo passaram à autocrítica e ao debate sectário. Se o processo histórico não falhava, então quem falhara? Quem havia conduzido à derrota de 1964? Quais foram as táticas e estratégias equivocadas que não souberam se preparar para resistir ao golpe?

Neste debate, dois grandes culpados foram logo encontrados: o presidente Goulart, hesitante, conciliador e frágil em sua liderança política. E o Partido Comunista Brasileiro, até então a maior e mais tradicional organização de esquerda que havia apostado em uma revolução pacífica e democrática, diluindo o pretenso vigor da ação das massas e da própria militância. Na crítica que se seguiu, o trabalhismo moderado e o pecebismo reformista perderam o espaço que tinham como aglutinadores do processo político. Se moderação, reformismo e pacifismo não tinham conseguido acalmar os reacionários, então a esquerda tomou o caminho lógico. Ir à guerra, na forma do combate armado ao regime. O próprio PCB ficou mais de um ano até conseguir elaborar um documento mais amplo sobre a derrota, e nele reiterou a opção pela luta pacífica contra o regime, acirrando ainda mais as cisões internas.

NAPOLITANO, Marcos. *1964*: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014. p. 122-123.

Comentários e respostas

Atividades

Retome

1 A corrente que prevalecia era a nacionalista, que defendia restrição ao capital estrangeiro e a existência de um Estado forte. Outra corrente era a liberal, que pretendia fortalecer vínculos com o capital internacional e defendia uma aproximação com o governo estadunidense. Por sua vez, a corrente comunista pretendia reorganizar a ordem política e defendia uma aproximação com a União Soviética.

2 A interpretação da frase deverá levar os alunos a refletir sobre algumas características do governo Dutra: por um lado, esse governo pretendia preservar a moral e os bons

costumes (ou seja, dava ouvidos “às rezas e às beatas”); por outro, colocava em prática ações que não favoreciam o povo nem os trabalhadores (“era impermeável às demandas sociais”).

A Constituição promulgada em 1946, por exemplo, ainda não garantia o direito de voto aos analfabetos nem garantia os direitos dos trabalhadores em sua totalidade, já que restringia o direito de greve e não estendia a legislação trabalhista aos trabalhadores do campo.

Além disso, depois de ter estreitado relações com os Estados Unidos, o governo Dutra acabou decretando a ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Desse modo, deputados, senadores e vereadores do partido, eleitos em 1945, tiveram seus mandatos cassados. O governo Dutra também chegou a realizar intervenções em mais de 400 sindicatos, ferindo, novamente, os direitos dos trabalhadores. É esperado, portanto, que os alunos expliquem o sentido da frase de Lilia Schwarcz utilizando informações como essas, disponíveis ao longo do capítulo.

3 a) O “velho”, nesse caso, refere-se a Getúlio Vargas. Ao dizer que devemos retomar o retrato do “velho” e colocá-lo outra vez, no mesmo lugar, a canção refere-se à volta de Getúlio Vargas ao poder no Brasil, em 1950, nas eleições presidenciais daquele ano. Vargas havia exercido a Presidência do Brasil entre 1930 e 1945. Isso significa que, em 1950, nas eleições, ele estava “voltando” ao poder. A ideia de “botar o retrato do velho no mesmo lugar” também nos remete à prática de culto à personalidade e à imagem de Getúlio Vargas, muito disseminada pelos órgãos oficiais durante a ditadura do Estado Novo.

b) É esperado que os alunos retomem algumas informações do capítulo, relacionando práticas do governo Vargas entre 1950-1954 às ideias nacionalistas: o governo passou a atuar de forma paternalista e intervencionista na economia e nos rumos da produção interna; houve uma diminuição nas importações e na presença de investimentos estrangeiros no Brasil; o BNDE, a Petrobras e a Eletrobras foram criados nessa época com o intuito de fortalecer a indústria nacional.

4 É esperado que os alunos percebam que o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek tinha o objetivo de desenvolver o país rapidamente, em tempo recorde; porém, as medidas traziam mais benefícios aos setores urbanos e, de modo geral, aos indivíduos mais abastados. O programa dava prioridade aos setores de energia, indústria, educação, transporte e alimentos, com base na entrada de capitais estrangeiros e na presença de empresas transnacionais no país. Desse modo, muitas fábricas foram instaladas no país. Porém, os benefícios desse tipo de modernização e desenvolvimento, marcado pela grande produção e circulação de automóveis e pelo uso intenso de eletrodomésticos, predominaram nos meios urbanos. Mesmo com a adoção das medidas do Plano de Metas, havia enormes desigualdades sociais: moradores de bairros mais pobres ainda enfrentavam problemas quanto à falta de saneamento básico, por exemplo, e, no mundo rural, os trabalhadores ainda não eram protegidos por uma legislação trabalhista.

5 Porque, com as reformas de base, o governo de João Goulart pretendia realizar amplas reformas nos setores agrário, administrativo, fiscal e bancário, que trariam, de maneira geral, maiores benefícios à população. No entanto, essas mudanças desagradavam alguns setores dominantes. Entre as medidas, estava a criação da Sunab, como forma de controlar a alta inflação. Para isso, a Sunab ficaria encarregada de controlar os preços dos produtos em circulação no país, o que poderia afetar os lucros de comerciantes e grandes produtores. Outra medida foi a proposta de reforma agrária em latifúndios improdutivos, algo muito malvisto pelos grandes proprietários de terras. Por fim, uma terceira medida, também vista como ameaça à ordem liberal vigente, era restringir o envio de lucros das empresas estrangeiras para o exterior (os grupos ligados ao capital internacional se opuseram fortemente a essa medida). Desse modo, as medidas das reformas de base, como um todo, caminhavam no sentido contrário aos interesses das elites do país e, por isso, eram malvistas e passaram a ser combatidas.

6 a) É esperado que os alunos percebam, com base no estudo das informações do capítulo, que durante a ditadura militar no Brasil os cidadãos tiveram suas liberdades democráticas anuladas. Assim, não existia forma de exercer a cidadania e mesmo os estados e municípios perderam sua autonomia, ficando à mercê das decisões vindas da esfera do governo federal.

b) Os governos militares abriram o país ao capital e às empresas estrangeiras. Isso significa que a economia entrou em um processo de internacionalização. Os investimentos externos, na forma de empréstimos, foram utilizados, por exemplo, na construção de grandes obras públicas, como a Transamazônica, a Usina Hidrelétrica de Itaipu e as usinas nucleares de Angra dos Reis. As empresas privadas, tanto as brasileiras como as multinacionais, também receberam investimentos do capital estrangeiro.

Pratique

7 a) A expressão “novos tempos” faz referência ao desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek. Durante boa parte daquele governo, as cidades brasileiras passa-

ram por uma fase de transformação, com a entrada de capitais estrangeiros na indústria e com a inserção de novos produtos no cotidiano de parte da população (carros, eletrodomésticos, etc.).

b) Para a autora do texto, o espírito da bossa nova e a arquitetura de Lúcio Costa e Niemeyer, no que se refere à construção de Brasília, tinham muito em comum: todos pensavam que aquele era um momento de despojamento, em que a estética do "menos" possibilitaria o fim dos excessos. Essa era a visão de modernidade compartilhada tanto pelos músicos da bossa nova quanto pelos arquitetos que projetaram e construíram Brasília.

c) Este item da atividade pode ser realizado de forma interdisciplinar com Arte, Música e Língua Portuguesa, uma vez que o objetivo é analisar a fundo as características daquele momento artístico e perceber de que maneira aquelas manifestações culturais expressavam a ideia central do período, que era a valorização do "menos". No caso da bossa nova, seria interessante incentivar os alunos a ler e ouvir a canção "Samba de uma nota só", de Tom Jobim: nela, o minimalismo e a fuga do "modelo do excesso" encontram-se em sua máxima expressão nos versos "Eis aqui este sambinha feito numa nota só / Outras notas vão entrar, mas a base é uma só [...] Quanta gente existe por aí que fala tanto e não diz nada, ou quase nada / Já me utilizei de toda a escala e no final não sobrou nada, não deu em nada [...]".

Por sua vez, é possível dizer que a poesia concreta busca a superação do verso como unidade formal e rítmica. Ela não se preocupa com a organização tradicional de começo, meio e fim e procura aproveitar o espaço da página para a disposição das palavras. O uso de termos estrangeiros e neologismos e a possibilidade de inúmeras interpretações a respeito de um poema fazem parte dessa estética. Ela foi "concebida no calor do empreendimento mais geral de construção de um Brasil moderno, como um projeto em desenvolvimento, [desse modo] esta poesia coloca em jogo formas renovadas de sensibilidade e de experiência. Alarga, ao mesmo tempo, os parâmetros de discussão de poesia, ultrapassando o âmbito literário". Disponível em: <www.poesiaconcreta.com.br/poetas.php>. Acesso em: 22 abr. 2016.

A arquitetura de Lúcio Costa e Niemeyer, em especial no projeto de Brasília, buscava o racionalismo e o funcionalismo. O uso do concreto armado, de formas geométricas definidas e sem enfeites ou ornamentos, bem como os amplos espaços livres sob os edifícios, as fachadas de vidros contínuos e outras características das edificações, podem nos mostrar a preocupação em fugir dos excessos. Nesse ponto, um exemplo interessante a ser observado pelos alunos é a Catedral de Brasília, uma grande estrutura em concreto armado.

Analise uma fonte primária

8 a) Os "amigos" dos pais de André eram as forças policiais do governo militar, que tinham como objetivo investigar e prender os suspeitos por conspirar contra o governo militar. Na ocasião, André e sua família foram levados para um dos complexos da Polícia Militar de Alagoas (local que, aos olhos do menino, que então estava com 3 anos de idade, parecia um "castelo"). É importante que os alunos percebam que, nesse momento, André e sua família encontravam-se presos ("Quando despertei no outro dia, estava em um quarto pequeno e cinza, cheio de grades").

b) Eles foram levados para uma prisão da Marinha. No trecho em que faz comentários sobre um desenho animado muito popular à época, o autor do depoimento compara a relação entre sua família e o governo militar com a relação entre um "rato" e um "gato": eles, enquanto "ratos", haviam sido capturados pelo "gato" (pelo governo). É interessante que os alunos percebam, com base nas informações do depoimento, que os pais de André faziam parte de um grupo que se posicionava contra o governo militar e a ditadura. Perseguidos, vivendo na ilegalidade (há um trecho no depoimento original em que André comenta sobre os nomes "frios" dele e de seus familiares), os pais de André participavam, portanto, das ações contra a ditadura.

c) Em 1968 (no mês de dezembro) o governo estabeleceu o Ato Institucional nº 5 (AI-5). Esse ato deu início ao período mais duro da ditadura, em que a repressão e a perseguição aos opositores se intensificaram. Entre as medidas desse ato, estavam duas que mostram a violência da repressão que então começava: a concessão de *habeas corpus* e todas e quaisquer garantias constitucionais estavam suspensas, e o presidente poderia decretar o recesso do Congresso Nacional. No dia do estabelecimento do AI-5, foi decretado o fechamento do Congresso por tempo indeterminado. O AI-5 influenciou, com certeza, a vida da família de André, uma vez que a repressão do Estado se intensificou, e as perseguições e prisões de opositores ao regime se tornaram cotidianas.

d) Segundo o depoimento, o pai de André foi torturado em 1976. A repressão e a tortura eram utilizadas pelo regime como forma de combate à luta armada, organizada pelos opositores. É esperado que os alunos também percebam, ao trabalhar com os conteúdos do capítulo, que os governos militares pretendiam controlar o acesso da população à informação; para isso, diversos órgãos foram criados, como o Centro de Informação do Exército (Ciex), o Serviço Nacional de Informações (SNI), o Centro de

Operações de Defesa Interna (Codi) e os Destacamentos de Operações de Informações (Doi). Além disso, havia a censura sobre a imprensa e sobre manifestações culturais, como teatro, música, cinema e outras. Por outro lado, vale lembrar que a ditadura criou um serviço de propaganda com a intenção de despertar e valorizar o patriotismo entre grande parte da população.

Se julgar interessante, você pode trabalhar em sala de aula com outros depoimentos semelhantes ao de André. A obra *Infância roubada: crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil* apresenta muitos outros depoimentos e está disponível na internet, no seguinte endereço: <www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20800_arquivo.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2016.

Articule passado e presente

9 a) e b) O relatório final da Comissão Nacional da Verdade aponta 377 pessoas como responsáveis (direta ou indiretamente) pela prática de tortura e assassinatos durante a ditadura militar. A CNV também divulgou dados a respeito de mortos e desaparecidos civis durante a ditadura: 434, sendo 210 desaparecidos e 191 mortos; somente 33 corpos foram localizados. Vale destacar que a CNV não tem o direito de julgar ou punir, mas só de investigar. Até 2016, os julgamentos e as punições aos culpados por crimes de violação de direitos humanos durante a ditadura não haviam sido realizados. Segundo reportagem divulgada na internet, "A CNV afirma no relatório que, devido à falta de documentos, relatos ou testemunhas, há nomes 'conhecidos' não incluídos na lista porque não foi possível comprovar a participação deles em violações de direitos humanos. O relatório faz recomendações ao governo, entre as quais a de que os apontados como responsáveis de cometer crimes contra a humanidade respondam na Justiça e a do reconhecimento pelas Forças Armadas da sua responsabilidade pelas violações de direitos humanos. [...] Ao todo, a comissão recomenda a adoção de 29 medidas com o intuito de 'prevenir graves violações de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover o aprofundamento do Estado democrático de direito'". SALOMÃO, Lucas. Comissão da Verdade responsabiliza 377 por crimes durante a ditadura. G1, 10 dez. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/comissao-da-verdade-responsabiliza-377-por-crimes-durante-ditadura.html>. Acesso em: 22 abr. 2016.

Ao solicitar a redação da carta, converse com os alunos sobre esse gênero textual, destacando que é necessário inserir local e data, definir a quem se escreve, desenvolver o texto e, ao final, inserir a despedida e a assinatura. A escrita de uma carta pode ser um procedimento bastante interessante para aproximar os jovens da história da ditadura no Brasil e fazer com que eles reflitam sobre como a sociedade de hoje lida com essa memória, com essa herança.

Alcyr Cavalcanti/Agência O Globo

Capítulo 11

Terceiro Mundo: descolonização e lutas sociais

Por que estudar a descolonização e as lutas sociais do Terceiro Mundo?

- Possibilita o entendimento sobre a diversidade de países em contextos políticos, econômicos e culturais distintos.
- Apresenta o processo de libertação de inúmeras colônias e a criação de países com autonomia política.
- Oferece uma reflexão sobre as diferentes formas de controle político e de resistência a essa dominação.

Objetivos

- Os alunos deverão identificar as especificidades de cada processo de emancipação política vividas por inúmeros países do Terceiro Mundo a partir dos anos 1940.
- Os alunos deverão compreender que a emancipação dos países do Terceiro Mundo foi o resultado de transformações econômicas e políticas de caráter global.
- Os alunos trabalharão especialmente com os conceitos de Terceiro Mundo, subdesenvolvimento, emancipação política e colonialismo.
- Os alunos deverão desenvolver habilidades relacionadas a analisar diferentes processos de produção ou circulação de riquezas e suas implicações socioespaciais e analisar a ação dos Estados nacionais no que se refere à dinâmica dos fluxos populacionais e no enfrentamento de problemas de ordem econômico-social.

Tópicos principais do capítulo

- Abertura: coloca em discussão as permanências e mudanças em curso nas últimas décadas, questionando se a alteração no conceito (em vez de países do Terceiro Mundo, países “em desenvolvimento”, Brics, etc.) reflete uma transformação socioeconômica radical ou se ainda permanecem desequilíbrios e desigualdades estruturais nas relações entre os países. Os últimos capítulos deste volume respondem, de certa forma, a essa reflexão. Após o estudo do capítulo, essa abertura deve ser retomada e revista à luz da atividade *Articule passado e presente*.
- Antes de prosseguir o estudo do capítulo, incentive os alunos a se localizar no tempo e no espaço (seção *Onde e quando*). Neste capítulo estarão em foco: África, Ásia e América, entre 1945 e os dias atuais.
- Tema central: análise dos processos de descolonização e mobilização social empreendidos nos continentes africano, asiático e americano, especialmente na segunda metade do século XX; as lutas políticas internas e entre países, os movimentos sociais e o contexto socioeconômico da atualidade em países como Israel, Angola e Brasil podem ser interpretados à luz desses processos históricos. Assim, os alunos poderão ser estimulados a vincular esses contextos às situações vividas na atualidade, permitindo uma análise diacrônica das mudanças e permanências históricas.
- Mapa “A independência dos países afro-asiáticos”: destaque que a partir das informações do mapa é possível identificar que a maior parte dos processos de descolonização e de independência ocorreu entre as décadas de 1950 e 1960.
- Descolonização africana e asiática: para o contexto africano seria oportuno ressaltar a importância dos movimentos sociais, como a Frente Nacional de Libertação da Angola (FNLA) e a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo). Para o contexto asiático, destaca-se a Questão Palestina e o histórico dos conflitos árabe-israelenses. Essas informações poderão ser ampliadas com atividades de pesquisa e debate acerca do contexto político nessa região, na atualidade.
- Cultura juvenil: pode-se refletir especialmente sobre a situação vivida na África do Sul durante o regime de *apartheid* e convidar os alunos a imaginar como seria viver num país cujas desigualdades fossem garantidas por lei. Será que há diferenças entre o *apartheid* e o racismo e a discriminação étnico-racial experimentada em países como o Brasil, onde a lei define a igualdade, mas os costumes mantêm a desigualdade? Na África do Sul, a população negra lutou por igualdade jurídica e econômica para derrubar o regime racista. E no Brasil, o que fazer para combater o preconceito e o racismo?

Imagens do capítulo

Imagens de lideranças políticas do Terceiro Mundo: ao longo do capítulo, várias imagens apresentam personagens importantes no processo de emancipação de países do Terceiro Mundo. Você pode incentivar os alunos a pesquisar alguns traços biográficos dessas figuras públicas e construir alguns perfis com os eventos mais relevantes para o entendimento das lutas políticas que empreenderam. É importante, no entanto, manter um olhar crítico sobre as trajetórias biográficas, evitando construir mitos e heroificar os personagens.

Abordagens interdisciplinares

- **Geografia:** articular as reflexões sobre o processo de independência dos países africanos a uma pesquisa sobre a situação socioeconômica e política da África atual. O professor de Geografia pode selecionar dois ou três países que tenham se emancipado nos anos 1950/1960 para que a classe pesquise e compare suas condições atuais.

Conheça mais

Sugestões de leitura

ARAUJO, M. P.; FERREIRA, M. M.; FICO, C.; QUADRAT, S. *Ditadura e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro:

Ed. da FGV, 2008. O livro reúne trabalhos de diversos autores que analisam a história da América Latina contemporânea, percorrendo temas relacionados aos golpes, ditaduras militares e processos de democratização latino-americanos, a saber, a memória histórica, a violência, a repressão e resistência aos regimes, bem como os impasses da redemocratização, os direitos humanos e as comissões de justiça e verdade.

CANÊDO, L. B. *A descolonização da Ásia e da África*. São Paulo: Atual, 1985. A obra aborda com linguagem simples o processo de descolonização do continente asiático e do africano analisando os caminhos e sentidos tomados pelas lutas de libertação nacional.

DAVIS, Mike. *Holocaustos coloniais*: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro: Record, 2002. O livro, ao partir de uma abordagem sobre os efeitos do fenômeno El Niño em países do Terceiro Mundo, como as secas e fomes de 1876 a 1899, evidencia como o imperialismo ocidental engendrou uma desestruturação dos sistemas nativos de organização, colheita e irrigação, ao entrar no mercado mundial, e acabou por acentuar as consequências desses fenômenos climáticos.

FROMKIN, David. *Paz e guerra no Oriente Médio.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. O livro, ao analisar o Oriente Médio enquanto invenção europeia, sobretudo inglesa e francesa, estuda as tomadas de decisão das potências da Europa que estabeleceram os contornos do Oriente Médio moderno, após o fim da Primeira Guerra Mundial e a desagregação do Império Otomano.

HERNANDEZ, Leila M. G. *A África na sala de aula*: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro/Grupo Summus, 3. ed., 2010. A obra apresenta um panorama sobre a história da África contemporânea analisando uma multiplicidade de temas como a violência e discriminação dos regimes colonialistas, as lutas contestatórias e de libertação, assim como a formação dos Estados nacionais africanos.

SERRANO, C.; MUNANGA, K. *A revolta dos colonizados*: o processo de descolonização da África e da Ásia. São Paulo: Atual, 1995. O livro delineia um amplo painel do processo de descolonização do continente africano e asiático no contexto posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial, apresentando um conjunto de documentos históricos relacionados a esse processo.

VIZENTINI, P. *A Guerra do Vietnã*: descolonização e revolução. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006. A obra, ao estudar a Guerra do Vietnã, aborda seus aspectos internos e diplomáticos e analisa os imbricados processos históricos de libertação nacional e revolução social vietnamita.

Tese

GRIGOLETTO, M. *A resistência das palavras*: um estudo do discurso político britânico sobre a Índia (1942-1947). Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, 1998. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000126157>. Acesso em: 8 maio 2016. Ao estudar o discurso colonial britânico, este trabalho realiza uma análise do discurso político sobre a preparação da concessão de independência à Índia, investigando as formas de representação do eu (colonizador), do outro (colonizado) e da relação entre ambos dentro desse discurso.

Filmes

A História oficial. Direção de Luis Puenzo. Argentina, 1985. (112 min).

Diários de motocicleta. Direção de Walter Salles. Vários produtores, 2004. (128 min).

Estrelando Pancho Villa. Direção de Bruce Neresford. EUA, 2003. (112 min).

Gandhi. Direção de Richard Attenborough. Inglaterra, 1982. (188 min).

Machuca. Direção de Andrés Wood. Chile/Espanha, 2004. (121 min).

Sites

Registros da Guerra do Vietnã. Disponível em: <www.vietnampix.com/index.html>. Acesso em: 7 maio 2016.

Textos de apoio

1 O significado da ruptura com o colonialismo na África

A violência que presidiu ao arranjo do mundo colonial, que ritmou incansavelmente a destruição das formas sociais indígenas, que arrasou completamente os sistemas de referência da economia, os modos da aparência e do vestuário, será reivindicada e assumida pelo colonizado no momento em que, decidindo sua história em atos, a massa colonizada se engolfar nas cidades interditas. Fazer explodir o mundo colonial é doravante uma imagem de ação muito clara, muito compreensível e que pode ser retomada por cada um dos indivíduos que constituem o povo colonizado. Desmanchar o mundo colonial não significa que depois da abolição das fronteiras se vão abrir vias de passagem entre as duas zonas. Destruir o mundo colonial é, nem mais nem menos, abolir uma zona, enterrá-la profundamente no solo ou expulsá-la do território.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra.* 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 30.

2 A conquista do poder pelos revolucionários cubanos

A "guerrilha militar" permitira chegar à conquista de poder. A "guerrilha política" começara, então, como uma típica revolução a partir de cima. Para a honra de Cuba e a grandeza dos guerrilheiros, eles enfrentaram essa passagem inevitável com bravura, compaixão e imaginação política. Não faltou, mesmo, uma certa malícia no uso do setor liberal-radical da burguesia como uma espécie de *straw man*. Forçado a medir-se com as exigências da situação, esse setor deixou a descoberto as impossibilidades da burguesia e de uma cubanização do capitalismo – ou de uma "reforma do capitalismo" a partir do empuxo da revolução (na verdade, a composição com os liberal-radicais funcionou como uma operação de rescaldo, da qual Fidel Castro tirou todas as vantagens possíveis). Os estratos burgueses viram-se postos diante de tarefas políticas que não podiam desempenhar sem comprometer o capitalismo com a desagregação da ordem social neocolonial, ou seja, sem desagregar o modo capitalista de produção. Tiveram de titubear, de oscilar e de passar à contrarrevolução no momento em que a pressão das classes trabalhadoras e da população pobre alcançara o zênite – o que simplificou deveras o trabalho destrutivo da revolução, que aumentou assim a liberdade de dar um combate sem tréguas aos últimos baluartes da ordem social neocolonial e logrou exportar a contrarrevolução (fixando-a como um abscesso, no corpo do centro imperial). A radicalização dos guerrilheiros no poder poderia seguir um curso livre, como se Cuba, nessa etapa de sua história, tivesse conquistado a capacidade de escolher seu próprio destino histórico.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Cubana*: da guerrilha ao socialismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 134-135.

3 A economia dos países africanos após a descolonização

A economia dos países africanos caracteriza-se por alto endividamento externo, elevadas taxas de inflação, constante desvalorização da moeda e grande grau de concentração de renda, mantidos pela ausência ou fraqueza dos mecanismos de redistribuição da riqueza e pelo aprofundamento da dependência da ajuda financeira internacional, em uma escala que alguns países não tiveram nem durante o colonialismo. Esses elementos tornaram-se ainda mais desfavoráveis, sobretudo no final da década de 1980, com a recessão da economia mundial, a baixa contínua dos preços das matérias-primas e os termos de troca progressivamente desvantajosos para a África. Ademais, quando há crescimento, este ocorre com a grande concentração de riquezas e renda em mãos de poucos, acentuando as assimetrias no campo, na cidade e entre ambos. Também apresenta um caráter voluntarista, com prebendas associadas ao poder. O resultado são políticas agrícolas frágeis, incapazes de organizar e de subsidiar a produção, suprindo as necessidades básicas para a sobrevivência da população. Além disso, a falta de mudanças no sistema de posse da terra acentua a escassez de produtos de primeira necessidade, levando, quase sempre, ao racionamento. Impõe-se, portanto, formular e implementar uma economia viável voltada para a diminuição da desigualdade social, construindo um padrão mínimo de bem-estar humano capaz de reduzir a extensão e o aprofundamento da pobreza.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. *A África na sala de aula*: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005. p. 615-616.

Rolls Press/Popperfoto/Getty Images

Atividades

Retome

1 a) O advogado Mohandas Gandhi liderou o processo de emancipação política da Índia. Gandhi era ligado ao Partido do Congresso Indiano, de maioria hinduísta. Vale destacar que a Liga Muçulmana também participou das lutas pela emancipação política da Índia. Gandhi pregava a não violência, o boicote aos produtos ingleses e o não pagamento de impostos ao governo inglês. Esse tipo de estratégia, somado à desobediência civil, configurou a luta pacífica empreendida por ele e por seus seguidores.

b) Apesar da péssima distribuição de renda, a Índia foi incluída em um grupo de países cujo nível de desenvolvimento econômico é considerado mais promissor entre os países “em desenvolvimento”. Esse grupo é formado por Brasil, Rússia, Índia e China. Das iniciais dos nomes desses países formou-se o acrônimo Bric. No ano de 2011, a África do Sul (South Africa, em inglês) foi integrada ao grupo, que passou a ser chamado de Brics.

2 a) O Estado de Israel foi criado em 1948. Naquele período, a região da Palestina encontrava-se sob administração inglesa. Em 1947, a ONU propôs a formação de dois Estados (judeu e árabe) na Palestina; o projeto foi aceito somente pelos judeus, que ficaram com a maior parte do território (57%). Em 1948, o governo da Inglaterra retirou-se da região e foi criado o Estado de Israel. Um dia depois, os árabes declararam guerra à nova nação, mas acabaram derrotados. A vitória fez com que Israel aumentasse seu território para 75%.

A partir de 1948, uma série de conflitos (as quatro guerras árabe-israelenses, por exemplo) passou a marcar o cotidiano da região, demonstrando que o projeto de criação do Estado de Israel, a Questão Palestina, as intifadas e as tentativas diplomáticas têm tornado a paz um projeto ainda muito difícil de ser alcançado na região.

b) O governo estadunidense apoia o Estado de Israel. Vale destacar que, por volta de 2010, após uma série de conflitos e acordos diplomáticos, diversos países reconheceram a existência de um Estado Palestino, formado pelos territórios da Faixa de Gaza e por algumas porções da Cisjordânia. Entretanto, os Estados Unidos e alguns países da Europa ocidental não reconhecem, ainda, esse Estado Palestino, o que demonstra que, ao longo do século XXI, o governo dos Estados Unidos segue apoiando o Estado de Israel.

3 Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde eram colônias portuguesas. A população dessas colônias já estava se organizando desde a década de 1950 (no caso de Angola) e de 1960 (no caso das demais) em prol da emancipação política em relação a Portugal. Entretanto, só alcançaram concretamente a emancipação política depois dos acontecimentos de 1974 em Portugal: naquele ano, com a Revolução dos Cravos, a ditadura de António de Oliveira Salazar caiu. Até então, nos quase quarenta anos de ditadura em Portugal, o processo de emancipação política das colônias portuguesas vinha sendo evitado.

4 a) O *apartheid* foi um tipo de regime de segregação racial implantado na África do Sul a partir de 1913, aproximadamente. Nesse regime, eram concedidos privilégios à minoria branca do país, enquanto a maioria negra era cada vez mais afastada da cena política, perdendo seus direitos e as possibilidades de participação política. O *apartheid* foi sendo implantado com o auxílio de sucessivas leis. Um exemplo é a lei de 1949 que proibiu o casamento inter-racial e estabeleceu que os negros só poderiam circular nas cidades portando passes especiais.

b) Nelson Mandela era o líder da resistência contra o *apartheid*. Foi preso em 1962 e só foi liberado em 1990, em um contexto amplo de lutas e de uma campanha internacional contra o regime segregacionista da África do Sul. Mandela foi eleito presidente de seu país em 1994 e suas ações são reconhecidas como fundamentais na resistência e no combate ao *apartheid*.

c) É esperado que os alunos compreendam a gravidade de um regime segregacionista como esse: além de incentivar o racismo e a separação entre brancos e negros, o *apartheid* pode fazer com que, ao longo dos anos, camadas inteiras da população tornem-se extremamente empobrecidas, em razão da falta de acesso a oportunidades e da falta de direitos. A segregação imposta pelo *apartheid* traz consequências graves à sociedade, uma vez que opera com a ideia de intolerância e de separação entre grupos de pessoas, tendo como base ideias racistas.

5 Incentive os alunos a retomar as informações do capítulo relativas à América Latina. O caso do Chile é bastante simbólico para entendermos de que modo a ideologia da Guerra Fria influenciou os rumos políticos dos países latino-americanos. Salvador Allende chegou ao poder no Chile em 1970. Sua vitória nas urnas foi resultado de lutas populares e da vitória de grupos socialistas. As ações do governo de Allende mobilizaram grandes contingentes da população, trazendo insatisfação aos grupos mais conservadores, que temiam um governo socialista. Sentindo-se ameaçados pela presença de uma força socialista na Amé-

rica Latina, os Estados Unidos rapidamente manifestaram apoio à cúpula militar e conservadora chilena. Em setembro de 1973, as Forças Armadas chilenas, sob o comando de Augusto Pinochet e com o apoio dos Estados Unidos, realizaram um golpe de Estado e tomaram o poder no Chile.

Pratique

6 a) Se possível, trabalhe esta atividade de maneira interdisciplinar com Geografia, uma vez que os alunos tratarão de conceitos típicos dessa disciplina. É provável que eles estejam familiarizados com a ideia de regionalização e possam trazer esse tipo de reflexão para abordar os conteúdos ligados à História. Primeiro Mundo era a expressão que correspondia aos países capitalistas; Segundo Mundo referia-se aos países socialistas; por sua vez, Terceiro Mundo era a expressão utilizada para se referir aos países empobrecidos, em especial pelo imperialismo. É possível dizer que o uso desses termos expressa a ideologia da Guerra Fria, já que propõe um tipo de regionalização que "divide" o mundo entre países capitalistas e socialistas.

b) Hoje, os estudiosos afirmam que o antigo conceito de Terceiro Mundo não se aplica à atual economia global. Segundo o texto, a ideia de Terceiro Mundo está ultrapassada. É necessário pensar em novos parâmetros e conceitos para o mundo de hoje, considerando, no contexto da economia global, o papel dos países em desenvolvimento.

c) A expressão "dobre de finados" refere-se aos toques do sino da igreja para anunciar um enterro. Portanto, a expressão refere-se à morte, à derrocada, ao fim: segundo o texto, o fim do conceito de Terceiro Mundo encontra-se tanto na crise econômica global de 2009 como no surgimento e na importância cada vez maior de países em desenvolvimento na economia global. De acordo com o texto, embora a pobreza ainda tenha que ser superada, hoje os países em desenvolvimento representam uma parcela cada vez maior da economia global e constituíram uma fonte de demanda na recuperação da recente crise econômica global. Desse modo, esses países (China, Índia, países da América Latina, alguns países do Oriente Médio e alguns países da África) têm tido uma participação cada vez mais significativa na produção econômica global e na resolução de crises financeiras internacionais.

Analise uma fonte primária

7 a) A Conferência de Bandung foi realizada em 1955, na Indonésia, e organizada por representantes de países que haviam recém-conquistado a independência (no contexto do imperialismo). Seu objetivo, entre outros, era declarar apoio às lutas anticoloniais e condenar a intervenção das superpotências (Estados Unidos e União Soviética) nos assuntos internos das nações. Os chefes de governo que participaram da conferência também procuraram definir uma posição alternativa à bipolarização mundial entre Estados Unidos e União Soviética, conhecida como não alinhamento.

b) O trecho selecionado é muito interessante para que os alunos percebam que, no momento da Conferência de Bandung, as ex-colônias da África e da Ásia tiveram voz e puderam relatar ao mundo sua própria trajetória histórica e seus problemas. O lugar de fala desse documento pertence, portanto, aos povos colonizados. Segundo eles, o colonialismo impedia a cooperação cultural entre as regiões colonizadas e impedia o desenvolvimento de culturas nacionais. Além disso, em diversos locais, os povos colonizados tiveram seus direitos à educação e à cultura (como nos casos citados de Tunísia, Argélia e Marrocos, em que o estudo da própria língua local não era respeitado) negados.

c) Os participantes da Conferência de Bandung condenaram o racismo, identificando-o como meio de opressão cultural. Dessa maneira, relaciona-se a segregação racial com a história do colonialismo e com a dominação imperialista (tema possivelmente já estudado pelos alunos em outras ocasiões). A ideia errônea de que os povos africanos eram "menos desenvolvidos" e "inferiores" em relação aos europeus constituía a sustentação ideológica do imperialismo. O chamado "fardo do homem branco", por exemplo, tinha como base esse tipo de ideia e justificava a ação das potências imperialistas em solo asiático e africano. Todo esse contexto, por sua vez, impulsionou o racismo contemporâneo.

Articule passado e presente

8 a) Na charge, um tijolo com os dizeres "Brics" está sendo jogado em uma vidraça do edifício do Banco Mundial. Dentro do edifício, estão Tio Sam (símbolo estadunidense) e um executivo, provavelmente o presidente do Banco Mundial. A brincadeira com um tijolo e com o termo "tijolo" em inglês (*brick*) dá o tom de humor da charge. O artista procurou representar a ideia de que os Brics (conjunto de países formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) são considerados uma "ameaça" pelo Banco Mundial e pelas potências capitalistas de maneira geral (como Estados Unidos, por exemplo). Por isso é que tanto Tio Sam como o executivo sentem-se ameaçados pelo tijolo do Brics sendo arremessado em sua janela.

Se desejar ampliar esse tema com os alunos e conversar com eles sobre as propostas e as ações dos Brics, compartilhe com a turma o trecho de reportagem a seguir:

Os [países do Brics] têm o objetivo de democratizar as relações internacionais e criar um mundo multipolar, no qual os Estados não fiquem à mercê de receituários únicos, mas podem encontrar dificuldades para colocar seus projetos em prática por conta da natureza divergente no comportamento de seus governos. Única proposta viável de contestação à hegemonia dos Estados Unidos e seus aliados europeus sobre as instituições globais, como o Banco Mundial e o FMI, os Brics buscam avançar pela área das comunicações para ter uma ação mais efetiva.

LIMA, José Antônio. O que a Rússia e a China querem dos Brics? *Carta Capital*, 14 out. 2015. Disponível em: <www.cartacapital.com.br/internacional/o-que-a-russia-e-a-china-querem-dos-brics-7264.html>. Acesso em: 30 abr. 2016.

b) Ao longo de 2016, os Brics ainda vinham se destacando no cenário econômico internacional, apesar da crise política e econômica no Brasil, especialmente entre os anos de 2014 e 2015. Entretanto, logo no início de 2016, havia uma corrente de economistas defendendo que os Brics "estavam mortos" e, em seu lugar, um novo grupo forte surgia: os chamados Ticks (formado por Taiwan, Índia, China e Coreia do Sul). Desse modo, a pesquisa a ser realizada pelos alunos é importantíssima no que diz respeito ao papel dos países em desenvolvimento no mundo contemporâneo e serve para que os jovens estudantes entendam que rótulos, grupos, crenças e promessas no mundo da economia global podem mudar e se transformar rapidamente. Alguns jornais em janeiro de 2016 chegaram a dizer "Os Brics estão mortos. Vivam os Ticks". Apesar de passar uma ideia de que as instituições são frágeis, esse tipo de comunicado da imprensa nos mostra que o peso de determinados países na economia global pode ser flutuante. Para auxiliar seu trabalho em sala de aula, leia a reportagem a seguir:

Foi em 2001 que o então economista-chefe do Goldman Sachs, Jim O'Neill, cunhou o termo Bric para agrupar Brasil, Rússia, Índia e China. O quarteto virou queridinho dos investidores, bloco político oficial e incluiu a África do Sul como a letra S do final. Quase uma década de euforia depois, veio a ressaca. A queda das *commodities* pegou em cheio a Rússia e o Brasil, também afetados por isolamento internacional e instabilidade política, respectivamente. Esta dupla foi substituída por Taiwan e Coreia do Sul para formar os Ticks, de acordo com matéria publicada ontem pelo *Financial Times*. A palavra, que significa 'carrapatos' em inglês, agrupa países com pouca exposição a *commodities* e boas perspectivas no campo de inovação e tecnologia. [...] "Este realinhamento diz muito sobre a mudança na natureza dos emergentes – e do mundo em geral – com serviços, e particularmente a tecnologia, tomando a dianteira, e o comércio de bens físicos, especialmente *commodities*, em retirada", diz a reportagem.

CALEIRO, João Pedro. Esqueça os Brics: os novos queridinhos são os Ticks. *Exame.com*, 29 jan. 2016. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/esqueca-os-brics-os-novos-queridinhos-sao-os-ticks>. Acesso em: 30 abr. 2016.

Daniel Garcia/Agência France-Presse

Capítulo 12

O fim da Guerra Fria e a Nova Ordem Mundial em construção

Por que estudar o fim da Guerra Fria e a nova ordem mundial?

- Possibilita uma reflexão sobre o mundo contemporâneo e seus principais desafios políticos, econômicos e ambientais.
- Apresenta o processo de construção das relações internacionais.
- Oferece uma reflexão sobre as diferentes forças políticas que constituem o cenário mundial contemporâneo.

Objetivos

- Os alunos deverão identificar o processo de transformação da ordem mundial bipolar em direção a uma nova ordem em construção.
- Os alunos deverão compreender a criação de blocos econômicos como alternativa ao poder hegemônico dos Estados Unidos.
- Os alunos deverão trabalhar especialmente com os conceitos de globalização, neoliberalismo e crise econômica.
- Os alunos irão desenvolver habilidades relacionadas a comparar o significado histórico-geográfico das organizações políticas e socioeconômicas em escala local, regional ou mundial e a analisar diferentes processos de produção ou circulação de riquezas e suas implicações socioespaciais.

Tópicos principais do capítulo

- Abertura: reflete sobre um dos aspectos centrais da nova ordem mundial, isto é, a hegemonia estadunidense, cujo modelo de sociedade se impõe para os demais países, acentuando graves problemas de desigualdade social e de ampliação do consumo das fontes energéticas e dos recursos naturais não renováveis. Essas reflexões podem ser o ponto de partida para um estudo dirigido sobre o impacto socioambiental provocado pela globalização. Após o estudo do capítulo, essa abertura deve ser retomada e revista à luz da atividade *Articule passado e presente*.
- Antes de prosseguir o estudo do capítulo, incentive os alunos a se localizar no tempo e no espaço (seção *Onde e quando*). Neste capítulo estará em foco a análise de processos globais, a partir dos anos 1970 até os dias atuais.
- Tema central: o fim da Guerra Fria e a construção de uma Nova Ordem Mundial globalizada. Destaque que o término da Guerra Fria ficou marcado pela derrubada do Muro de Berlim, em 1989, e pelo fim da União Soviética, em 1991 – eventos que decorreram de um longo e complexo processo histórico que remonta à luta política entre as potências do século XIX e ao projeto de transformação social conduzido pela União Soviética, a partir de 1917. Por outro lado, a nova ordem traz uma série de impasses que não se resolveram com o fim da polarização entre os países socialistas e os países capitalistas, visto que as desigualdades sociais e regionais se acentuaram, a crise ambiental se agravou e os direitos sociais constituídos correm risco de desaparecer.
- Tópico *Os Estados Unidos dos anos 1960 ao século XXI*: destaque que as relações internacionais dos Estados

Getty Images/<www.gettyimages.com>

Unidos são, notadamente, conflituosas e envolvem demonstrações de poder militar, como ocorreu com países do Oriente, como o Afeganistão, o Irã e o Iraque, entre 1979 e o início dos anos 1990. Neste período foram delineados aspectos importantes para se entender o ato terrorista de setembro de 2001 e a guerra empreendida contra grupos islâmicos fundamentalistas por forças militares lideradas pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido.

- Boxe *Para saber mais* "A construção da crise no Afeganistão": permite uma avaliação da complexa realidade instaurada naquele país desde a invasão da União Soviética até as investidas militares dos Estados Unidos, desde o início dos anos 2000 até 2014.
- Boxe *Leituras* "Terrorismo": a partir da leitura do artigo de Ives Gandra pode-se discutir a noção de soberania de Estado construída ao longo dos últimos dois séculos, segundo a qual os Estados são soberanos na organização de seus territórios e no papel de mediador das tensões e conflitos sociais da população que vive nesse território. As intervenções estadunidenses durante todo o século XX e o início do XXI colocam em xeque esse princípio defendido pelas Nações Unidas.
- Cultura juvenil: pode-se refletir sobre o papel da cultura e da difusão de informações, práticas, valores pelos meios digitais, nas últimas duas décadas. Pode-se solicitar aos alunos que identifiquem quais suas principais influências musicais, artísticas, cinematográficas e de comportamento (as roupas, as expressões linguísticas, etc.). A partir desse primeiro diagnóstico seria possível levantar hipóteses sobre as relações entre a chamada cultura nacional e as culturas "internacionais" que nos influenciam: de onde vêm esses elementos culturais? Eles se relacionam com a realidade local ou são vistos como "estrangeiros"? O interesse por culturas de outros países coloca em xeque o sentimento de se sentir "brasileiro"? O debate pode colaborar para uma reflexão sobre as relações entre território nação e globalização econômica e cultural.

Imagens do capítulo

Atividade com imagens: solicite aos alunos que escolham, em duplas ou trios, uma das imagens presentes no capítulo e, a partir da legenda e das informações básicas, façam uma pesquisa na internet, selecionando outras 4 ou 5 imagens sobre o mesmo tema, evento ou personagem retratado. Ao final, cada grupo pode fazer uma apresentação das imagens selecionadas e dos novos conteúdos aprendidos. Pretende-se que eles possam exercitar uma atividade de reflexão sobre temas históricos a partir de um conjunto iconográfico cujas informações sejam apresentadas e discutidas na classe.

Gilles Leimdorfer/Agência France-Presse

Abordagens interdisciplinares

- **Filosofia**: pesquisar algumas correntes de pensamento das últimas décadas, levantando suas ideias, autores, obras, etc. Considerar especialmente os pensadores que têm discutido a nova ordem mundial, os processos econômicos, políticos, culturais e comportamentais embutidos no processo de globalização.
- **Arte**: nos últimos anos, observa-se um aumento da influência dos meios de comunicação de massa no cotidiano das pessoas, alterando seus comportamentos e modos de pensar. Com base no filme *O show de Truman,* direção de Peter Weir (EUA, 102 min), proponha uma reflexão sobre a influência da mídia e a importância do entretenimento no mundo contemporâneo.

Conheça mais

Sugestões de leitura

CHOSSUDOVSKY, M. *A globalização da pobreza*: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999. Ao abordar as transformações ocorridas na economia global e a ascensão de uma nova ordem financeira a partir da década de 1980, o livro analisa a dinâmica de instituições financeiras internacionais como o FMI e o Banco Mundial e o impacto dessa nova ordem nos países do Terceiro Mundo.

DOWBOR, L.; IANNI, O.; RESENDE, P. E. A. (Org.). *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997. A obra reúne textos de autores que analisam a globalização e os seus desdobramentos a partir de diversas perspectivas, abordando como esse fenômeno modificou, por exemplo, as concepções sobre política, as bases do direito e a identidade social.

FURTADO, C. *O capitalismo global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. O livro realiza uma interpretação sobre o capitalismo global, examinando a experiência histórico-econômica do Brasil dentro do processo de globalização.

HOBSBAWM, E. *Globalizações, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. A obra apresenta uma análise sobre a conjuntura mundial e a política internacional do começo do século XXI, percorrendo uma pluralidade de temáticas como imperialismo, hegemonia, democracia, o poder da mídia, conflitos bélicos, nacionalismo e terrorismo.

HUNTINGTON, S. P. *O choque de civilizações e a reconquista da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997. O livro faz uma análise sobre a política mundial nos anos finais do século XX, defendendo que, com o fim da Guerra Fria, as identidades culturais e religiosas das civilizações seriam os principais motivos de conflito no mundo.

PERRAULT, G. (Org.). *O livro negro do capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999. A obra reúne textos de diversos especialistas que, ao realizarem um balanço histórico sobre o capitalismo, analisam os seus mais variados aspectos e desdobramentos.

REIS FILHO, D. A. *Uma revolução perdida*: a história do socialismo soviético. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997. A obra realiza um painel geral sobre os percursos do socialismo soviético desde seus antecedentes até a sua desagregação, apresentando ainda algumas considerações sobre a experiência neoliberal da Rússia atual.

RIBEIRO, W. *Relações internacionais*: cenários para o século XXI. São Paulo: Scipione, 2000. (Ponto de Apoio). O livro traz uma reflexão sobre a dinâmica das relações internacionais neste complexo mundo da passagem do século XX ao XXI, abordando as suas diferentes dimensões, a saber, política, religiosa, étnica, militar, econômica, ambiental e tecnológica.

SANTOS, Milton. *Globalização, território, política e Geografia em debate*. Itajaí: Univali, 2008. O livro apresenta uma análise sobre a realidade brasileira atual percorrendo temas como o acirramento das desigualdades socioeconômicas e espaciais, as intervenções na ocupação do território e a globalização.

Teses

BASTOS, L. A. *Avaliação do desempenho comercial do Mercosul*: 1994-2005. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2009. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-17082009-150750/>. Acesso em: 8 maio 2016. Este estudo analisa o desempenho comercial do Mercosul no período compreendido entre 1994 e 2005, examinando os efeitos das crises econômicas internacionais da década de 1990 na *performance* comercial dos países-membros do bloco.

RODRIGUES, R. P. *O colapso da URSS*: um estudo das causas. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2006. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-11072007-112541/>. Acesso em: 8 maio 2016. O trabalho realiza uma análise sobre as causas históricas, sociais, políticas e econômicas da desintegração da União Soviética em 1991, estudando o socialismo soviético a partir de uma perspectiva histórica desde sua gênese até o colapso da URSS.

Filmes

Adeus, Lenin! Direção de Wolfgang Becker. Alemanha, 2003. (121 min).

Bela aldeia, bela chama. Direção de Srdjan Dragojevic. Iugoslávia, 1996. (125 min).

Fahrenheit 9/11. Direção de Michael Moore. Estados Unidos, 2004. (122 min).

Guerra ao terror. Direção de Kathryn Bigelow. Estados Unidos, 2008. (131 min).

Território Comanche. Direção de Gerardo Herrero. Alemanha/Argélia/Espanha/França, 1997. (90 min).

Todos os homens do presidente. Direção de Alan J. Pakula. Estados Unidos, 1976. (138 min).

Uma verdade inconveniente. Direção de Davis Guggenheim. Estados Unidos, 2006. (94 min).

Sites

FMI (em espanhol). Disponível em: <www.imf.org/external/spa/index.htm>. Acesso em: 7 maio 2016.

ONU. Disponível em: < https://nacoesunidas.org/ >. Acesso em: 7 maio 2016.

Textos de apoio

1 O colapso do socialismo

O ponto de partida é conhecido de todos. A competição econômica força as empresas a buscarem a eficácia, revolucionando o trabalho, a técnica, os produtos, que adiante voltam a competir e a ser revolucionados, e assim por diante. Noutras palavras, está na lógica da produção de mercadorias obrigar ao desenvolvimento das forças produtivas. Algum tempo depois da Segunda Guerra Mundial esse processo, que acompanha o capitalismo desde o começo, alcançou um patamar decisivo, cujas consequências determinam a história contemporânea. O dado crucial está no casamento, sob regime mercantil, entre a investigação científica e o processo produtivo. A ligação foi dinamizada a fundo pelas condições de mercado mundializado que a *Pax* Americana sustentou, as quais abriram possibilidades inéditas à velha concorrência entre capitais.

É sabido igualmente que esses passos, com destaque para o aproveitamento da microeletrônica e dos computadores, não puderam ser acompanhados pelos países socialistas. A partir daí a distância entre os dois blocos cresce, e empurra os perdedores para o colapso (reunindo-os, aliás, a boa parte do Terceiro Mundo desenvolvimentista, forçado a entregar os pontos dez anos mais cedo). Concebida nos termos de competição entre sistemas, esta sequência é a demonstração da vitória da economia de mercado sobre o estatismo. Não assim para [Robert] Kurz, que entende as economias ditas socialistas como fazendo parte do sistema mundial de produção de mercadorias, de sorte que a quebra daquelas explicita tendências e impasse deste. A crise procede da periferia para o centro, ou seja, começou pelo Terceiro Mundo, foi aos países socialistas e já chegou a regiões e bairros inteiros nos países ricos.

SCHWARZ, Roberto. Um livro audacioso. *Folha de S. Paulo*. 17 maio 1992. Ilustrada.

2 A preocupação ambiental do final do século XX

A Assembleia das Nações Unidas decidiu dar continuidade à discussão [sobre meio ambiente e poluição], convocando a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, de 3 a 14 de julho de 1992, conhecida também como a Cúpula da Terra. Produziram-se vários documentos, sendo que a Agenda 21: Programa de Ação Global, com 40 capítulos, e a Carta do Rio de Janeiro são os principais. A categoria "desenvolvimento sustentável" adquiriu então plena cidadania, constituiu o eixo de todas as discussões e aparece quase sempre nos principais documentos.

Na Carta do Rio de Janeiro se afirma claramente que "todos os Estados e todos os indivíduos devem, como requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável, cooperar na tarefa essencial de erradicar a pobreza, de forma a reduzir as disparidades nos padrões de vida e melhor atender as necessidades da maioria da população do mundo".

Estabeleceram também um critério ético-político no sentido de que os "Estados devem cooperar, em um espírito de parceria global, para a conservação, proteção e restauração da saúde e da integridade dos ecossistemas terrestres. Face às distintas contribuições para debelar a degradação ambiental global, os Estados têm responsabilidades comuns, porém diferenciadas".

BOFF, Leonardo. *Sustentabilidade*: o que é o que não é. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 34-35.

Comentários e respostas

Boxes e seções

Dialogando com a Química

O objetivo da atividade é produzir uma reflexão crítica sobre os diversos usos da ciência e do desenvolvimento tecnológico. É importante que os alunos não construam visões estereotipadas da Química, mas que compreendam as diversas apropriações do conhecimento humano. Por isso, é importante que a apresentação dos efeitos dos agentes químicos não seja prolongada nem marcada por descrições mórbidas ou exageradas do seu uso. Seria oportuno desenvolver uma reflexão sobre as campanhas pacifistas que condenam as guerras em geral. Também seria adequado orientar os alunos na produção da propaganda, tendo em vista que se trata de um tipo textual específico e de uma linguagem corrente. Assim, antes de criar suas peças publicitárias, eles poderiam identificar os elementos fundamentais de uma propaganda: uma imagem expressiva e comunicativa, articulada a um *slogan* capaz de sintetizar uma ideia clara e objetiva. Para orientá-los na pesquisa inicial, é possível utilizar as citações de agentes químicos e biológicos do próprio texto da seção: o gás cloro, o gás mostarda, o agente laranja, o Zyklon B, o antraz, o sarin, os vírus do tifo, da cólera e da varíola.

Atividades

Retome

1. No final dos anos 1970, dando continuidade à distensão com a URSS, os Estados Unidos iniciaram uma política de defesa dos direitos humanos, condenando as dita-

duras do bloco comunista e da América Latina. Vale destacar que, inicialmente, as ditaduras latino-americanas foram apoiadas pelos Estados Unidos como forma de impedir a chegada da esquerda ao poder nesses países. Com a diminuição da "ameaça comunista", o apoio às ditaduras se tornou não só desnecessário, mas um problema para a política estadunidense.

2. Fatores políticos: separatismo nacionalista das repúblicas soviéticas e a crise do socialismo no Leste Europeu; fatores econômicos: a crise de desabastecimento que atingiu a URSS e a perda do ritmo produtivo soviético, bem menor nos anos 1970 e 1980 do que nas décadas anteriores.

3. a) O ataque terrorista às Torres Gêmeas em Nova York, no dia 11 de setembro de 2001.

   b) O ataque foi promovido pela Al-Qaeda, grupo fundamentalista islâmico cujo líder, Osama Bin Laden, havia sido apoiado financeiramente pelos Estados Unidos para desestabilizar o governo comunista do Afeganistão nos anos 1980, no contexto da Guerra Fria.

   c) A Guerra do Afeganistão (2001-2014), a Guerra do Iraque (2003-2011) e a reação antiamericana dos fundamentalistas islâmicos, com a criação do chamado Estado Islâmico (nome que o grupo recebeu na mídia) e sucessivos ataques terroristas.

4. A Terceira Revolução Industrial foi o sensível desenvolvimento tecnológico ocorrido na segunda metade do século XX, que envolveu principalmente as áreas de microeletrônica, biotecnologia e química fina. Entre as inovações tecnológicas que o fenômeno trouxe para o cotidiano, podem ser citados a internet, a telefonia celular, os alimentos transgênicos, o forno de micro-ondas, etc.

5. A globalização é a diluição das fronteiras entre os países, ocorrida principalmente após o fim da Guerra Fria. Na economia, ela se manifesta na mundialização da produção e das trocas econômicas, com a diminuição das barreiras alfandegárias e a multiplicação de grandes conglomerados transnacionais; no plano político, diminui a participação dos Estados, que passam a exercer um papel de intermediário entre as economias mundial e local, deixando de agir como agentes reguladores da economia e política no interior das fronteiras nacionais; na cultura, ela se caracteriza tanto pelo enriquecimento promovido pelas trocas culturais entre os diferentes países como pelo empobrecimento resultante da homogeneização das culturas pelo mercado.

6. Os novos movimentos defendem, principalmente, causas antiglobalização, ligadas ao meio ambiente, ao consumo consciente e à redução das desigualdades sociais. As principais diferenças entre esses movimentos e os tradicionais costumam ser a horizontalidade de sua organização, já que em geral eles são coletivos, não contam com líderes, e se valem do uso dos novos meios de comunicação, sobretudo as redes sociais.

Pratique

7. a) Mudanças climáticas são os efeitos produzidos pelo aumento da temperatura do planeta. O que as provoca é a emissão excessiva de gases de efeito estufa, causada pela queima de combustíveis fósseis.

   b) Não. O efeito estufa é um fenômeno natural, responsável pela estabilidade da temperatura no planeta. O homem apenas tem aumentado a concentração desses gases na atmosfera com a queima de combustíveis fósseis ("Na década de 1980, ficou claro que a queima de combustíveis fósseis estava aumentando a concentração de gases de efeito estufa que auxiliam na estabilidade da temperatura de nosso planeta").

   c) Os anos 1980 foram marcados pelo colapso do comunismo real. Por um lado, isso gerou um avanço da sociedade de consumo pelo mundo, promovendo o aumento da produção industrial e, logo, da emissão de gases estufa. Por outro lado, o fim da Guerra Fria possibilitou aos países capitalistas que repensassem seu modelo de desenvolvimento, algo impensável durante a batalha ideológica travada com o comunismo.

   d) Essa medida pressupõe que foram os países desenvolvidos os principais responsáveis pela emissão de gases de efeito estufa e, portanto, eles devem se responsabilizar pela diminuição de sua emissão. Pressupõe também que os países em desenvolvimento precisam, necessariamente, se industrializar e emitir gases de efeito estufa na atmosfera. A concordância ou não do aluno com a medida é um posicionamento pessoal. O objetivo é levá-lo a refletir sobre as relações entre meio ambiente, economia e política. Será que o modelo econômico criado pelos países ditos "desenvolvidos" é o único possível de ser seguido?

   e) Entre as resoluções tomadas na Conferência, figura a redução profunda na emissão de gases de efeito estufa, de modo a garantir que o aumento da temperatura da Terra seja bem abaixo de 2 °C em relação às temperaturas pré-industriais. Para tanto, prevê a eliminação dos combustíveis fósseis sustentável no longo prazo. Também prevê um fundo para lidar com os prejuízos financeiros provocados aos países vulneráveis às mudanças climáticas e estimula os países a rever seu plano climático até 2018. A avaliação sobre os benefícios para países ricos e pobres é um posicionamento pessoal do aluno e deve se basear nas informações recolhidas. Uma avaliação possível é que a eliminação dos combustíveis fósseis prejudicaria os países mais pobres, já que eles não detêm tecnologias energéticas desenvolvidas pelos países ricos, como a eólica, a termelétrica e a solar.

Analise uma fonte primária

8. a) O Muro de Berlim e o próprio Gorbachev. Ambos remetem ao fim do regime comunista: Gorbachev na URSS e o Muro de Berlim na Alemanha Oriental.

b) Há pelo menos dois contrastes na imagem: 1) entre a opulência do interior do carro (uma limusine) e da própria mala de viagem (de uma grife de luxo) e o aspecto decadente do exterior; 2) entre dois símbolos do comunismo (Gorbachev e o Muro de Berlim) e dois símbolos do consumo (a limusine e a bolsa de luxo).

c) Ela retrata Gorbachev pensativo, com uma expressão entre triste e assustada, talvez um pouco tenso, segurando a maçaneta da porta. O fato de seu rosto ser iluminado pela luz que vem do exterior reforça o impacto que a visão do Muro exerce sobre ele. O texto da campanha afirma que uma viagem, mais do que lugares, nos revela quem somos. É como se, ao olhar para o Muro, o estadista visse a si mesmo.

d) Por se tratar de uma questão interpretativa, diversas respostas são possíveis. Por exemplo: ao utilizar a imagem do estadista pensativo diante do Muro, a campanha reduz a História à sua dimensão subjetiva, chamando a atenção para o indivíduo, mais do que para os processos históricos. Também estabelece uma relação imediata entre Gorbachev e o Muro, como se fosse o estadista (e não o conjunto de forças sociais e políticas dos anos 1980) o responsável por sua queda.

e) A peça publicitária documenta o início do século XXI, quando foi feita (e não a queda do Muro ou o fim da URSS, temas aos quais faz alusão). A segunda pergunta, por ser interpretativa, permite diversas respostas, desde que justificadas. Por exemplo: a foto revela que, no início do século XXI, havia uma percepção positiva da "vitória" do capitalismo sobre o comunismo, ou que antigos comunistas (como Gorbachev) se renderam ao consumo.

Articule passado e presente

9 a) A sociedade de consumo é aquela cujos membros se identificam e se relacionam com base nas mercadorias que consomem. Ela surgiu na Europa Ocidental do século XVIII. Com base em seus conhecimentos prévios, o aluno pode inferir que a causa de seu surgimento foi a Revolução Industrial e o aumento da oferta de mercadorias, que passaram a mediar as relações entre as pessoas.

b) Porque durante esse período a sociedade de consumo se difundiu pelo mundo, com a globalização.

c) As respostas podem variar. Os serviços públicos são mercantilizados quando a saúde e a educação, por exemplo, deixam de ser direitos para se tornarem serviços lucrativos. As relações sociais se mercantilizam quando o valor de pessoas e grupos é avaliado por aquilo que consomem, o que promove sua segregação ou distinção. A natureza se mercantiliza quando seus recursos são privatizados, ou quando sua destruição é compensada monetariamente (na forma de créditos de carbono, por exemplo). O tempo é mercantilizado quando se busca ocupá-lo ao máximo com atividades, de modo a não "perdê-lo"; nesse sentido, mesmo o lazer é visto como mercadoria. O corpo humano é mercantilizado quando é moldado por padrões de beleza que, para serem atingidos, exigem intervenções mediadas pelo mercado (cirurgias plásticas, cosméticos, academias de ginástica, etc.). A política é mercantilizada quando o cidadão deixa de se ver como parte de uma comunidade política e se torna um consumidor, percebendo os agentes políticos não como seus representantes, mas como prestadores de serviço (é o que se nota em frases do tipo: "nós pagamos os salários dos políticos, então eles devem nos servir").

d) Se não houver mudanças, as próximas gerações enfrentarão uma grave falta de recursos naturais, já que estes são bens finitos que têm sido superexplorados.

e) O objetivo é levar os alunos a refletir sobre seus hábitos de consumo, usando os conhecimentos históricos não só para compreender o passado, mas também para construir um futuro melhor. Consumir menos, evitar o descarte, trocar em vez de comprar, reciclar, etc. são alguns exemplos de hábitos que podem ser incentivados.

Capítulo 13

Brasil e a reorganização democrática

Por que estudar o Brasil e a reorganização democrática?

- Possibilita uma reflexão atual sobre os principais desafios políticos, econômicos e sociais do país.
- Apresenta o processo de consolidação da democracia e da construção dos direitos, no Brasil, nas últimas décadas.
- Proporciona o entendimento da vida política e institucional brasileira.

Objetivos

- Os alunos deverão identificar as lutas políticas que conduziram o país à redemocratização, bem como os impasses e limites do processo democrático.
- Os alunos deverão compreender os desafios do desenvolvimento econômico do país e identificar os principais modelos de política econômica em disputa.
- Os alunos irão trabalhar com os conceitos de redemocratização, plano econômico, movimentos sociais.
- Os alunos irão desenvolver habilidades relacionadas a analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder e a avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da história.

Tópicos principais do capítulo

- Abertura: questiona os limites e os desafios da democracia brasileira, cujos impasses políticos e desigualdades econômicas, sociais e territoriais impõem obstáculos concretos à igualdade política e à efetivação dos direitos sociais. Como sugere a abertura, pode-se destacar que ainda há grupos sociais e étnicos brasileiros que precisam lutar pelos seus direitos, previstos na Constituição de 1988: povos indígenas, comunidades quilombolas, imigrantes sem documentação (especialmente bolivianos e haitianos), entre outros. Após o estudo do capítulo, essa abertura deve ser retomada e revista à luz da atividade *Articule passado e presente*.
- Antes de prosseguir o estudo do capítulo, incentive os alunos a se localizar no tempo e no espaço (seção *Onde e quando*). Neste capítulo estará em foco o Brasil, desde 1985 até os dias atuais.
- Tema central: o processo de democratização em curso desde 1985 e a adoção do neoliberalismo a partir dos anos 1990 como fundamento para o desenvolvimento brasileiro e o seu impacto social, econômico e político. Ao final do capítulo, pode-se solicitar aos alunos que consultem suas anotações e realizem um exercício de análise, identificando, com base nos conteúdos estudados, que feições tal doutrina ganhou no contexto da década de 1990 no Brasil.
- Tópico 4 *Do Plano Collor ao Plano Real: ingresso no mundo globalizado*: o processo histórico em curso nesse capítulo é apresentado a partir dos diferentes governos que sucederam ao presidente José Sarney. A cada período, novos passos foram dados diante de um cenário internacional em transformação. Simultaneamente, a democracia brasileira foi se consolidando por meio de periódicas eleições livres e diretas para o Executivo e o Legislativo, submetendo-se a duras provas desde a aprovação da Constituição de 1988, como no momento em que o presidente Fernando Collor de Mello foi afastado do poder, em 1992.
- Tópico 6 *Cidadania: direitos sociais e ações afirmativas*: o estudo desse item pode ser um ponto de partida para discutir com os alunos o papel relevante dos movimentos sociais na construção de uma agenda política transformadora e na defesa dos direitos sociais. Seria importante destacar que as ações de Estado que convergem para a promoção dos direitos são o resultado das pressões dos movimentos sociais e não uma doação ou um presente dos governos. Sem a presença constante do movimento negro nas ruas e na imprensa, por exemplo, não haveria a política de cotas nem a obrigatoriedade do ensino de História e cultura afrodescendente nas instituições de ensino do país.
- Cultura juvenil: ao final do capítulo, pode-se refletir sobre a situação atual do país, solicitando aos alunos que elaborem, em pequenos grupos, uma expressão artística que sintetize o que esperam do futuro da sociedade brasileira. Seria oportuno que eles utilizassem qualquer tipo de linguagem artística com a qual tenham afinidade. Eventualmente, o professor de Arte pode se envolver com a atividade. Ao final, os alunos podem organizar uma apresentação coletiva dos resultados.

Abordagens interdisciplinares

- **Literatura**: há livros que possibilitam uma reflexão sobre diversos aspectos da atualidade brasileira. Um deles é *Estação Carandiru*, de Drauzio Varella (Companhia das Letras, 1999), que descreve a vida em um dos maiores presídios do país, localizado na cidade de São Paulo e desativado em 2002. Essa obra permite um questionamento sobre as diversas formas de violência nas grandes cidades, sugerindo relações com as questões social e econômica. Outra publicação é *Resumo de Ana*, de Modesto Carone (Companhia das Letras, 1998), cujos personagens, homens e mulheres comuns, vivem ao longo do século XX. Com a ajuda do professor de Literatura, a leitura de um desses livros pode oferecer uma reflexão que colabora para o entendimento de algumas questões fundamentais da história do país.

Conheça mais

Sugestões de leitura

BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (Org.). *Agenda brasileira*: temas de uma sociedade em mudança. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. O livro reúne textos de diferentes autores que analisam uma pluralidade de temáticas relacionadas à agenda política, social, cultural e intelectual da sociedade brasileira contemporânea.

KUCINSKI, B. *A síndrome da antena parabólica*: ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. A obra apresenta um conjunto de ensaios que abordam múltiplos temas relacionados ao jornalismo brasileiro, como, por exemplo, a ética jornalística e o papel dos meios de comunicação de massa nos caminhos da história recente do Brasil.

MASCARENHAS, E. *Brasil*: de Vargas a Fernando Henrique. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. O livro traz uma abordagem panorâmica sobre a história política e econômica do Brasil ao longo do século XX, desde a Era Vargas até o governo de Fernando Henrique Cardoso.

NOBRE, M. *Imobilismo em movimento*: da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. A obra faz uma análise da história política brasileira dos últimos trinta anos, em que desenvolve a concepção de cultura do "peemedebismo", cultura política que se conformou no período da transição democrática e que tem blindado o sistema político contra as forças sociais de transformação.

RIBEIRO, W. *Relações internacionais*: cenários para o século XXI. São Paulo: Scipione, 2000. (Ponto de apoio). O livro traz uma reflexão sobre a dinâmica das relações internacionais neste complexo mundo da passagem do século XX ao XXI, abordando as suas diferentes dimensões, a saber, política, religiosa, étnica, militar, econômica, ambiental e tecnológica.

SANTOS, M. *Globalização, território, política e geografia em debate*. Itajaí: Univali, 2008. O livro apresenta uma análise sobre a realidade brasileira atual percorrendo temas como o acirramento das desigualdades socioeconômicas e espaciais, as intervenções na ocupação do território e a globalização.

SECCO, L. *A história do PT*. Cotia: Ateliê Editorial, 2011. A obra, a partir de uma visão de conjunto, apresenta a trajetória do Partido dos Trabalhadores, desde a greve dos funcionários da fábrica da Scania no ano de 1978 à eleição de Dilma Rousseff.

Teses

RIBEIRO NETO, C. P. *O MST em documentários e no Jornal Nacional*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2006. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-25022010-123750/>. Acesso em: 8 maio 2016. O trabalho, ao estudar as apresentações audiovisuais sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), realiza uma análise comparativa de temas, linguagens e posturas das reportagens do *Jornal Nacional* e de documentários sobre o MST, que compreendem o período entre 1981 e 2009.

SALES, C. M. R. *Relações internacionais e política externa do Brasil nos governos FHC e Lula*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2007. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000407617>. Acesso em: 8 maio 2016. O estudo examina a política externa brasileira ao longo do governo Fernando Henrique Cardoso e do governo Lula, analisando as alterações e permanências da atuação internacional do Brasil com a mudança de governo.

Filmes

Central do Brasil. Direção de Walter Salles Jr. Brasil, 1998. (112 min).

Notícias de uma guerra particular. Direção de João Moreira Salles e Kátia Lund. Brasil, 1999. (55 min).

Os matadores. Direção de Beto Brant. Brasil, 1997. (90 min).

Terra estrangeira. Direção de Walter Salles Jr. e Daniela Thomas. Brasil, 1995. (100 min).

Peões. Direção de Eduardo Coutinho. Brasil, 2004. (85 min).

Sites

ONG Transparência Brasil. Disponível em: <www.transparencia.org.br/>. Acesso em: 7 maio 2016.

Senado Federal. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 7 maio 2016.

Textos de apoio

1 Entre a República e a democracia

Passada a moda da cidadania, veio a da república. Como no primeiro caso, não se sabe bem o que se quer dizer com a segunda palavra. Mas a nova moda sugere um pequeno exercício de interpretação da vida política do país mediante um contraste entre república e democracia.

República é forma de governo, mas também valores e um modo de governar, que é o que interessa aqui. O coração da república está na própria palavra, coisa pública. Desde sua criação pelos romanos, ela significa igualdade civil e governo voltado para o interesse coletivo. Montesquieu a caracterizou como governo de cidadãos virtuosos. Entre nós, frei Caneca foi quem melhor a formulou.

A democracia, por seu lado, desde as origens gregas, sempre teve a ver com o governo da massa. Esse governo não precisa coincidir com bom governo. Daí que república não é o mesmo que democracia. Havia escravos nas repúblicas romana, norte-americana e latino-americanas. A democracia, na verdade, foi vista até a metade do século XIX como fator de corrupção da república.

Quando a democracia foi domesticada pela representação, tornou-se compatível com a república. Esta passou, então, a poder ser democratizada, seja politicamente pela extensão da participação a todos os cidadãos, seja, mais tarde socialmente, pela inclusão social de todos. Juntar bom governo e inclusão política e social passou a ser um ideal dos países ocidentais. Cada país perseguiu à sua maneira esse objetivo.

A República proclamada em 1889 no Brasil estava longe de ser democrática. Ela sobreviveu 41 anos sem povo e sem preocupação social. Como avanço democrático trouxe só a extinção do voto censitário, mantendo a exclusão dos analfabetos, que eram 85% da população. Até 1930, a participação eleitoral nas eleições presidenciais não passou de 5% da população. Era uma República patrícia e oligárquica, em que não havia lugar para povo, em que o bem comum era o bem de poucos, embora não faltasse honestidade aos governantes. Ouviram-se logo vozes dizendo que aquela não era a República dos sonhos dos propagandistas. Em nossos termos, dizia-se que era preciso democratizar a República.

Em 1930, houve uma ruptura na República. Além de um violento processo de urbanização, que fez do Brasil, em 50 anos, um país urbano, teve início a democratização política da República com a entrada em cena do povo. A Constituição de 1946 tornou o alistamento e o voto obrigatórios para todos. A participação eleitoral de 5% da população subiu para 70% ao final do século. Os 2,6 milhões de eleitores de 1934 viraram 130 milhões em 2009, dos quais 40 milhões começaram a votar durante a ditadura. A democratização da participação escancarou também o acesso ao fechado clube da elite política. Zé da Silva começou a votar e a ser votado.

Começou também a democratização social da República. O Estado Novo promulgou a CLT e ampliou a legislação social. A ditadura militar ampliou a Previdência.

Nos últimos 15 anos, sob a democracia política, a inclusão ampliou-se no campo da educação fundamental e da assistência às camadas mais pobres da população.

Diante de tantos avanços, poder-se-ia concluir que já temos uma República democrática, um bom governo numa sociedade igual e includente.

A conclusão seria precipitada. Passo por cima dos problemas referentes à inclusão social, que têm a ver com a manutenção da desigualdade, a má qualidade da educação fundamental e o restrito alcance do Ensino Médio. No que tange à prática política, a entrada rápida e massiva do povo no sistema eleitoral foi feita em boa parte durante a ditadura. Mais ainda, o grande déficit educacional e os altos níveis de pobreza ainda prendem a maior parte dos eleitores dentro do círculo de ferro da pobreza. O grau de informação e de liberdade de escolha desse eleitorado é reduzido e ele fica vulnerável a apelos populistas, paternalistas, clientelistas. Seu voto é racional, mas obrigatoriamente preso às necessidades imediatas.

Nossas instituições políticas, sobretudo as representativas, não contam com o respeito dos cidadãos. O fato de o problema não ser só nosso não significa que não constitua uma fraqueza da República. Destaco apenas dois pontos. O primeiro consiste no fato de que nossos políticos, muitos deles formados durante a ditadura, exibem reiterado desrespeito ao cargo e aos dinheiros públicos. Não por acaso, as pesquisas de opinião os colocam sempre nas posições mais baixas (20%) da escala de confiabilidade.

O segundo tem a ver com a relação entre Legislativo e Executivo. Nossa República escolheu ser presidencial. Desde o início, implantou-se um presidencialismo imperial que se sobrepõe ao Legislativo e, no limite, o reduz a mero intermediário entre eleitor e governo. A principal dificuldade dos presidentes consiste em formar maiorias parlamentares. Eles a resolvem negociando favores e benesses.

A igualdade de todos perante a lei, requisito republicano, é ainda letra morta da Constituição. Nosso Judiciário é lento e ineficiente, tornando a lei um instrumento desigual de proteção e punição. Qual é o mensaleiro que foi condenado em última instância? Nossas polícias estão longe de padrões aceitáveis de eficiência e correção funcional, para dizer o mínimo.

Desde 1988 várias propostas de reforma já foram feitas para corrigir as falhas do sistema, sobretudo no campo eleitoral e partidário. Ironicamente, o momento positivo que vivemos tem bloqueado o debate das reformas. O que vemos é um presidente popular, um Executivo hegemônico, um Congresso desmoralizado, partidos que abandonaram programas em troca de um pragmatismo radical voltado para cálculos eleitorais.

Tudo isso pode ser democrático, mas não é republicano. A democracia avançou mais rápido do que a República. Pode-se argumentar que essa é nossa originalidade, construir uma democracia sem República. A preocupação com o bom governo, eficiente, transparente e virtuoso, seria, nessa perspectiva, moralismo udenista. Nosso método original de inclusão seria o iberismo estatocêntrico e patrimonialista.

Parece-me, no entanto, que valores e práticas republicanos são essenciais para a consolidação da democracia. Não se trata de udenismo. Trata-se de civismo, de valorização do interesse coletivo e do bom governo, sem os quais não se garante a eficácia e a respeitabilidade das instituições. Sem instituições sólidas e respeitadas, nossa República ibérica permanecerá vulnerável aos ventos das crises econômicas e políticas. Valores e práticas republicanos não são apenas meio, mas também fim.

Acoplar República e democracia é particularmente importante no momento em que o país retoma o velho sonho de grande império. Para realizar esse sonho é preciso respeitabilidade externa, que não se consegue apenas com crescimento econômico e inclusão social. São necessárias também instituições políticas sólidas e padrões internacionais de moralidade pública.

A República precisa da democracia para se legitimar, a democracia precisa da República para se consolidar. O equilíbrio entre as duas está no coração de nosso problema político hoje.

CARVALHO, José Murilo de. *O Estado de S. Paulo*. 27 dez. 2009. p. J5. Disponível em: <www.estadao.com.br/noticias/suplementos,entre-a-republica-e-a-democracia,487425,0.htm>. Acesso em: 26 maio 2016.

2 Os desafios do Brasil

A partir de 2003, o Brasil assistiu a uma ampliação democrática da República. As grandes marcas dos dois governos de Lula foram o combate à miséria, a redução da pobreza, a diminuição da desigualdade e a expansão da inclusão social. O esforço para aumentar a renda do trabalhador incluiu a formalização do emprego, a ampliação do crédito e o aumento do salário mínimo – de cerca de 60% entre 2000 e 2013. O Programa Bolsa Família, criado em 2004, significou transferência direta de renda para a população pobre e extremamente pobre – em 2013 o Bolsa Família cobria 50 milhões de pessoas, 26% da população do país. Foram mantidas as práticas democráticas e houve avanço na criação de políticas estruturantes e em escala para incorporação dos brasileiros à rede de proteção social.

Mas se a democracia se consolida e caminha para a frente, a República ainda lembra um esboço que não alcançou forma. República não é apenas um regime determinado de governo; ela remete à significação de "coisa pública". O que pertence ao povo, o que se refere ao domínio público, o que é de interesse comum e se opõe ao mundo dos assuntos privados. Sua principal virtude é a afirmação do valor da liberdade política, da igualdade dos cidadãos e do direito deles de participar da vida pública. Seu grande inimigo é a corrupção.

A corrupção não é um fenômeno exclusivo do Brasil – ela ocorre na grande maioria dos países. Também entre nós, ela sempre existiu, de um modo ou de outro. Tanto que, com frequência, a corrupção costuma ser associada à própria identidade do brasileiro, como se fosse um destino inevitável; quase uma questão endêmica. Segundo essa visão, o Brasil seria forçosa e definitivamente corrupto devido a certas práticas e comportamentos – o "jeitinho", a malandragem, o político ladrão – que, desde sempre presentes na nossa história, fazem parte de um suposto caráter do brasileiro, o que formaria uma espécie de "cultura da corrupção". Essa abordagem, além de preconceituosa, naturaliza a corrupção no país, simplifica e congela sua compreensão, assim como impede o combate a um fenômeno de alta complexidade – além de desvalorizar as atitudes e os movimentos de opinião pública que expressam a revolta dos brasileiros contra essa prática.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil*: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 503-504.

Comentários e respostas

Atividades

Retome

1 a) É esperado que os alunos percebam que a Constituição de 1988 foi elaborada no período imediatamente posterior ao fim da ditadura militar no Brasil (1985). A partir de então, a liberdade política foi restaurada, novos partidos políticos surgiram e muitos movimentos sociais se consolidaram e se fortaleceram. Apesar da crise econômica, a população brasileira mostrava-se disposta a participar das mudanças políticas de então.

b) Os trabalhos em torno da elaboração da Constituição envolveram diversos grupos, como membros de movimentos sociais, trabalhadores, sindicatos, representantes de povos indígenas, além de militares, representantes de bancos e empresas, etc. Todos os grupos procuravam apresentar suas propostas. Grande parte do conteúdo do texto constitucional mostra-se avançado porque contempla reivindicações de minorias que até então não haviam sido contempladas em documentos desse tipo no Brasil. O estabelecimento de eleição direta para todos os cargos executivos e legislativos, o direito de voto para eleitores entre 18 e 70 anos e facultativo para analfabetos, jovens entre 16 e 18 anos e maiores de 70, a garantia do direito de greve e da liberdade sindical, a garantia de direitos civis (igualdade entre homens e mulheres e liberdade de expressão, por exemplo) e sociais (seguro-desemprego, por exemplo), o fim da censura prévia, conteúdos dedicados ao meio ambiente e o reconhecimento de direitos indígenas são alguns exemplos que mostram que a Constituição de 1988 realmente avançou positivamente em diversas questões sociais para a época.

2 Fernando Collor de Mello tomou medidas que visaram a diminuição do papel do Estado nas atividades produtivas e na regulação do mercado. Sob pressão do FMI e do Banco Mundial, o governo passou a adotar medidas neoliberais, como a privatização de empresas estatais, a diminuição da burocracia para a abertura de novos negócios e a redução de tarifas de importação. Com o Plano Collor, houve a retirada de 80% do dinheiro em circulação no país, como tentativa de conter a inflação. Para isso, o governo bloqueou parte dos depósitos de conta-corrente, de cadernetas de poupança e de aplicações financeiras de todos os brasileiros. De modo geral, os resultados de todo esse conjunto de medidas foram a elevação do custo de vida para a maior parte da população e a desorganização da economia do país. Isso gerou insatisfação entre os cidadãos brasileiros, trabalhadores e empresários, que passaram a apoiar o pedido de *impeachment* de Collor de Mello.

3 a) O Plano Real procurou reequilibrar as contas do governo, modernizar a administração pública, combater a inflação, aumentar o poder de compra da população e garantir a criação de uma nova moeda. Cortes no orçamento, limitação de gastos com funcionários públicos e mecanismos de controle de orçamentos contribuíram para equilibrar as contas do governo. A privatização de algumas empresas estatais, naquele momento, reduziu os gastos do Estado. Todas essas medidas acabaram por aumentar de forma equilibrada o poder de compra da população e impulsionaram a atividade industrial, o que fez com que o país entrasse em um período de estabilidade econômica.

b) É esperado que os alunos comentem que o sucesso do Plano Real criou um cenário que favoreceu a candidatura de Fernando Henrique Cardoso. Desse modo, nas eleições presidenciais de 1994, Fernando Henrique saiu vencedor, logo no primeiro turno.

4 Entre as medidas adotadas nos governos Lula, destacam-se a transferência de renda aos setores menos favorecidos da população, a valorização do salário mínimo e a expansão da oferta de crédito, aumentando o poder de compra e o consumo. A transferência de renda foi realizada com base na ampliação de programas sociais já existentes (na gestão de Fernando Henrique Cardoso), agora unificados sob o nome Bolsa Família. O aumento do número de trabalhadores com carteira assinada e a diminuição do trabalho informal também foram ações concretizadas naquele período. Esse modelo, chamado de social-desenvolvimentismo por alguns economistas e cientistas sociais, foi adotado também por Dilma Rousseff, sucessora de Lula.

Pratique

5 a) O sociólogo cita, por um lado, o próprio funcionamento da sociedade capitalista, que dá maior importância ao indivíduo. Por outro lado, ele fala sobre o modelo de produção industrial que dá incentivos às montadoras de automóveis e sobre a política de redução de impostos para a compra de automóveis individuais. Esses fatores, somados a uma antiga cultura de valorização do carro iniciada especialmente nos tempos de Juscelino Kubitschek, de acordo com alguns historiadores fazem com que, no Brasil, o transporte individual seja colocado acima dos interesses do transporte coletivo.

b) Nesse momento, os alunos podem olhar para a realidade em que vivem e perceber que, muitas vezes, mesmo morando em cidades de tamanho médio, o uso intenso de automóveis e motos pode deixar o trânsito carregado, provocando engarrafamentos. O grande número de veículos em circulação também colabora para a poluição do ar. A ocupação de espaços públicos pelo automóvel e a ocupação de grandes áreas da cidade com estacionamentos também são consequências negativas do uso excessivo do transporte individual.

c) O sociólogo faz referência à série de protestos iniciada em junho de 2013, que começou com os atos convocados pelos ativistas do Movimento Passe Livre, na cidade de São Paulo. Aquelas primeiras manifestações tinham como objetivo protestar contra o aumento no preço da tarifa do transporte coletivo na cidade de São Paulo e foram duramente reprimidas pelas forças policiais. Os protestos, portanto, lidavam com o problema do transporte coletivo. Naquele primeiro momento, a preocupação dos manifestantes era combater a alta no preço das passagens. Com o tempo, novos protestos foram organizados, em que novas e diferentes reivindicações surgiram, algumas complementares às reivindicações iniciais, outras completamente novas. A baixa qualidade dos transportes públicos, do sistema de saúde público e da educação, bem como os problemas de moradia, os gastos excessivos com a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e o desejo por profundas mudanças políticas começaram a aparecer nas manifestações. Vale lembrar que, com o tempo, o aumento nas tarifas de ônibus foi suspenso e, mesmo assim, os protestos continuaram em todo o Brasil, o que mostra que eles passaram a ficar cada vez mais ligados à busca por mudanças na política e à luta anticorrupção, fazendo com que a falta de confiança no governo Dilma se tornasse cada vez mais forte entre os manifestantes.

d) É esperado que os alunos percebam que a mudança no *status* pode trazer melhorias para as políticas que lidam com o transporte coletivo no Brasil. Além de tornar mais ágil a liberação de recursos para intervenções na área do transporte coletivo, como construção de mais linhas de metrô, trens urbanos e corredores de ônibus, a transformação do transporte coletivo em direito social pode dar origem a uma relação de maior comprometimento dos políticos com essa causa; as obrigações do governo federal e dos governos estadual e municipal para com o tema da mobilidade urbana deverão crescer e mais ações podem ser tomadas no sentido de melhorar o transporte coletivo.

Vale lembrar que o projeto da PEC de transformar o transporte coletivo em direito social foi apresentado originalmente em 2013 pela então deputada federal Luiza Erundina e relatado pelo senador Aloysio Nunes Ferreira. Em setembro de 2015, o Senado aprovou essa PEC.

e) Os alunos poderão citar a PEC relativa ao trabalho dos empregados domésticos, promulgada em 2013. Ela garante os direitos trabalhistas para essa categoria, até então excluída da CLT. O recolhimento do FGTS, o registro em carteira de trabalho, a limitação da jornada, entre outros, passaram a ser direitos dos empregados domésticos. Vale lembrar que uma emenda constitucional consiste em uma modificação da Constituição de um Estado. O que ocorre é a inserção de mudanças pontuais no texto constitucional. As chamadas cláusulas pétreas, ou seja, os dispositivos que não podem ter alteração, não são modificadas nesse processo.

Analise uma fonte primária

a) A charge apresenta um grupo de homens usando ternos, reunidos em um salão. Eles representam deputados ou senadores do Brasil, em assembleia.

b) O título “Honra ao mérito” refere-se ao recebimento de medalhas ou condecorações após a realização de uma tarefa gloriosa, honrada. A “honra ao mérito” é uma espécie de premiação e de reconhecimento por algo bastante positivo realizado por um indivíduo. No caso da charge, o mérito dos políticos representados foi ter conseguido escapar ilesos dos escândalos de corrupção em que estiveram envolvidos.

c) A sigla CPI significa Comissão Parlamentar de Inquérito, que consiste em uma investigação de irregularidades no poder público. Ela é sempre conduzida pelo Poder Legislativo. Com a formação de comissões, uma CPI tem a obrigação de ouvir depoimentos e procura criar condições para a resolução das irregularidades em questão. Com base nas informações do capítulo, os alunos poderão explicar em que consistiu o “mensalão”, esquema de corrupção que marcou o primeiro governo Lula e envolveu bancos públicos e privados, empresários, deputados e dirigentes de diversos partidos, como PT, PP, PTB, PR e PL.

d) A charge lida com a ideia de corrupção ao mostrar que os políticos representados se orgulham de não terem

sido punidos nos escândalos citados. Ela traz, portanto, uma visão bastante negativa a respeito dos políticos e das instituições políticas do Brasil. É interessante promover uma discussão com os alunos nesse momento, no sentido de questionar se todos concordam com essa visão negativa a respeito da política.

Articule passado e presente

7 a) A Constituição Federal prevê que o aproveitamento de recursos hídricos em Terras Indígenas só pode ser necessariamente efetivado com a autorização do Congresso Nacional e com a realização de consultas às comunidades afetadas. Como vimos ao longo deste capítulo, esse artigo da Constituição não vem sendo cumprido em sua totalidade, já que, no caso de Belo Monte, os povos indígenas reclamaram que não foram ouvidos; o mesmo ocorreu no planejamento das usinas de Jirau e de Santo Antônio, ambas no rio Madeira, em Rondônia, inauguradas em 2013.

b) Para o governo, a expansão da construção de hidrelétricas é a única forma de gerar energia limpa e firme (de forma constante, sem risco de acidentes) no Brasil, na atualidade.

c) O ecólogo fornece diversos argumentos: segundo ele, os relatórios de impacto ambiental ainda são ruins e precisam ser melhorados; a ameaça de extinção a uma espécie endêmica deveria ser razão suficiente para cancelar a construção de uma hidrelétrica; a demanda adicional de energia poderia ser suprida com novas renováveis (nesse contexto, “novas renováveis” se refere a novas fontes de energia, como energia solar e energia eólica); finalmente, no caso da Amazônia, a demanda adicional de energia poderia ser suprida com a construção de pequenas centrais hidrelétricas, que produzem impactos socioambientais bem menores que as usinas de grande porte.

Enem e vestibulares

Enem

1 a | 2 e | 3 e

Vestibulares

4 d | 5 c | 6 d

Atividades complementares

Atividade interdisciplinar com Geografia relacionada ao tema do Capítulo 12

A QUESTÃO DOS BÁLCÃS

Introdução

Situada entre os mares Negro e Adriático, na Europa, a região dos Bálcãs tem um longo histórico de conflitos, guerras e lutas pela independência. Como mostra o Capítulo 1, esteve também envolvida nos preâmbulos da Primeira Guerra Mundial. Trata-se de um mosaico de povos, em sua maioria de origem eslava, com forte diversidade étnica, nacional e religiosa. Ali foi constituída a Iugoslávia como reino em 1918, dissolvida pelas forças de ocupação alemãs durante a Segunda Guerra Mundial. Após o conflito, ela se reconstituiu como uma república socialista federativa, com seis nações e diferentes etnias e nacionalidades (sérvios, croatas, eslovenos, macedônios, albaneses, romenos, ciganos e outros), sob o comando do marechal Tito, um dos líderes da resistência à ocupação alemã. Com ideologia socialista, forte repressão e concessões às autonomias nacionais, Tito manteve o país unificado até o ano de sua morte, em 1980. A partir do final da década de 1980 e início da seguinte, seguiu-se um processo de fragmentação e guerras pela independência das nações que compunham a federação. Veio um período de terror, massacres e criação de campos de concentração. No auge da crise, cerca de 70% do território era controlado pelas forças da Sérvia, sob o comando de Slobodan Milosevic. Em 1995, 7 mil bósnios foram massacrados em Srebrenica, na atual Boznia-Hezergovina. Forças de paz da ONU estiveram na região por longo período, incluindo o conflito no Kosovo. Mais tarde, quase cem líderes, em grande parte sérvios, foram indiciados pelo Tribunal Penal Internacional de Haia. Esse histórico e as perspectivas futuras para a região – que tem um riquíssimo patrimônio histórico e cultural, mas que ainda carrega a herança dos conflitos – são o objeto de estudo de uma sequência de atividades de História e Geografia, indicadas a seguir, com a finalidade de montar um painel cartográfico.

Objetivos

- Reconhecer, compreender e analisar aspectos ligados à formação ou fragmentação de Estados nacionais, levando em conta elementos históricos, políticos, étnico-culturais e nacionais.
- Analisar a constituição e fragmentação da federação iugoslava a partir da leitura e interpretação de mapas e cartas em diferentes escalas.
- Ler e interpretar mapas e cartas em diferentes escalas para compreender fenômenos e processos histórico-geográficos.
- Ler, escrever e interpretar textos em diferentes gêneros.
- Desenvolver procedimentos para coletar, selecionar e organizar dados e informações em diferentes fontes de pesquisa e consulta.

Conteúdos

Bálcãs – Iugoslávia – Estado – Nação – Território – Fronteira – Etnia e cultura – Minorias nacionais – Constituição e dissolução da federação iugoslava

Tempo estimado

Equivalente a 3 aulas. A atividade poderá ser realizada como tarefa extraclasse.

Desenvolvimento das atividades

- Proponha aos estudantes que, em pequenos grupos, façam levantamentos de textos, imagens e mapas referentes à formação e fragmentação de Estados nacionais nos Bálcãs ao longo do século XX.
- Em seguida, peça que selecionem imagens para leitura e interpretação e preparem textos de apoio para cada uma delas. Esses materiais deverão compor um painel sobre as questões políticas e étnico-culturais e os sucessivos conflitos na região.
- Peça que escrevam textos avaliando as mudanças na divisão política, com uma cronologia abreviada dos acontecimentos. Do mesmo modo, proponha que recolham dados e imagens sobre a situação política nos Estados independentes emancipados da antiga Iugoslávia (Eslovênia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Sérvia, Macedônia e a província de Kosovo).
- Após a organização do painel, com distribuição de textos e imagens, peça aos grupos que apresentem os resultados e suas conclusões. Com base nas discussões, proponha a elaboração de um texto de síntese, com considerações finais dos estudantes, tomando por base princípios de direitos humanos e das relações entre as comunidades nacionais.
- Avaliação: Observe a correção das representações cartográficas, examinando títulos, legendas, escalas, orientação e outros. Do mesmo modo, avalie a correção das informações a respeito dos processos históricos e geográficos envolvidos.

Bibliografia para o professor

ATLAS-HISTORIQUE. Cartografia histórica (em francês). Disponível em: <www.atlas-historique.net>. Acesso em: 26 maio 2016.

CARTOGRAPHIC Images. *Mapas históricos* (em inglês). Disponível em: <www.henry-davis.com/MAPS/carto.html>. Acesso em: 26 maio 2016.

DURAND, Marie Françoise et al (Org.). *Atlas da mundialização*. São Paulo: Saraiva, 2009.

LE MONDE Diplomatique Brasil. *Coletânea de artigos sobre os Bálcãs*. Disponível em: <http://diplo.org.br> (realizar buscas por tema ou país). Acesso em: 26 maio 2016.

Indicações de fontes para o aluno

ATLAS da história do mundo. São Paulo: *Folha de S.Paulo*, 1995.

ATLAS histórico escolar. 7. ed. Rio de Janeiro: MEC/Fename, 1979. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=24652>. Acesso em: 26 maio 2016.

SMITH, Dan. *Atlas da situação mundial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

______. *Atlas dos conflitos mundiais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

Atividade interdisciplinar com Geografia relacionada ao tema do Capítulo 12

GLOBALIZAÇÃO, UMA NOVA ESCALA GEOGRÁFICA DE RELAÇÕES HUMANAS

Introdução

A chamada Terceira Revolução Industrial – apoiada nos avanços científico-tecnológicos de setores como a microeletrônica e a informática – e a hegemonia do modelo econômico e social neoliberal, temas do capítulo, suscitam pesquisas e seminários sobre a constituição da globalização – de especial interesse para as áreas de História e Geografia e outras das ciências humanas. Antes de tudo, a globalização vem se constituindo como nova escala geográfica de relações humanas, acima da escala nacional/territorial em vigência. Para o historiador Eric Hobsbawm, a globalização não se dá em todos os campos da vida humana. Embora ela tenha como "ponto focal" a economia, verifica-se também nos campos dos transportes, comunicações e novas tecnologias. Entre seus principais atores estão as firmas globais (transnacionais), o sistema financeiro e os próprios Estados nacionais, que condicionam ou facilitam a atuação dos empreendimentos globais. Para o geógrafo Mílton Santos, ela se associa a um novo meio geográfico, o meio técnico-científico-informacional, em relação com o que chama de tirania do dinheiro e da informação, com a "unicidade técnica" e a "convergência dos momentos". O mesmo autor discute as possibilidades de "uma outra globalização", saindo do "pensamento único" para uma "consciência universal". Por meio da sequência de atividades proposta a seguir, os alunos deverão preparar um seminário, aprofundando-se e posicionando-se sobre o assunto.

Objetivos

- Compreender processos de constituição da globalização como nova escala de relações humanas e avaliar seus efeitos.
- Avaliar o papel das empresas transnacionais e do sistema financeiro no quadro da constituição da globalização.
- Ler e interpretar mapas e cartas em diferentes escalas para compreender fenômenos e processos histórico-geográficos.
- Ler, escrever e interpretar textos em diferentes gêneros.
- Desenvolver procedimentos para coletar, selecionar e organizar dados e informações em diferentes fontes de pesquisa e consulta.

Conteúdos

Globalização – Novas tecnologias – Transporte, comunicações e informação – Redes geográficas – Empresa transnacional – Sistema financeiro global – Escala geográfica – Cidadania e globalização.

Tempo estimado

Equivalente a 6 aulas. A atividade poderá ser realizada como tarefa extraclasse.

Desenvolvimento das atividades

- Converse com a turma sobre as concepções e ideias acerca da globalização. Ouça as opiniões e proponha a leitura de excertos dos livros indicados nas referências (Mílton Santos e Eric Hobsbawm). Peça que avaliem as ideias e processos sobre essa nova escala geográfica e produzam quadros-síntese, comparando com períodos anteriores.
- Em seguida, sugira que pesquisem, selecionem e examinem textos, imagens e mapas sobre a distribuição geográfica das organizações transnacionais quanto às suas unidades de pesquisa, de produção e de vendas; a organização do sistema financeiro e sua atuação em todo o mundo; bem como dos conglomerados e redes de comunicação; além de eventuais quadros de desemprego e transformações nesses setores.
- Depois, os alunos poderão avaliar alguns efeitos positivos e negativos das inovações nos sistemas de transporte, comunicações e informação para as pessoas em geral, examinando também a questão do acesso e uso desses novos meios. O que significa, por exemplo, a internet para as interações sociais entre diferentes pessoas, grupos e lugares?
- Os dados, relatórios de pesquisas e discussões coletivas servirão para a organização de seminários, com a apresentação de grupos de estudantes sobre a constituição, organização e extensão dessa nova escala de relações humanas e seus efeitos econômicos, políticos, sociais e culturais.
- Organize a apresentação dos grupos e discuta os resultados com toda a turma. Em seguida, encomende dissertações sobre o tema. Como dica de estudo, os estudantes poderão resolver testes e questões sobre o tema, presentes em exames nacionais e provas de vestibulares.
- Avaliação: avalie a participação de cada aluno nos momentos individuais e coletivos, bem como o domínio das noções, conceitos e processos em jogo. Examine a produção de textos da turma, considerando os gêneros trabalhados em classe. Observe também o domínio de conhecimentos e a clareza e a organização nas exposições orais. Reserve um tempo para que a turma avalie a experiência.

Bibliografia para o professor

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*: a era da informação: economia, sociedade e cultura. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. v. 1.

HOBSBAWM, Eric. *O novo século*: entrevista a Antonio Polito. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SANTOS, Mílton. *Por uma outra globalização*: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

______. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 1997.

Indicações de fontes para o aluno

DOSSIÊ TERRA. *O estado do planeta 2010*. São Paulo: National Geographic Brasil/Abril, 2009.

DURAND, Marie-Françoise et al. *Atlas da mundialização*: compreender o espaço mundial contemporâneo. São Paulo: Saraiva, 2009.

IBGE. *Atlas geográfico escolar*. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://teen.ibge.gov.br/>. Acesso em: 26 maio 2016.

SIQUEIRA, Ethevaldo. *Para compreender o mundo digital*. São Paulo: Globo, 2008.

SIMIELLI, Maria Elena. *Geoatlas*. São Paulo: Ática, 2014.

SMITH, Dan. *Atlas da situação mundial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

TORRES, Carlos Alberto. *A escola precisa debater as influências da globalização*. Entrevista a Karina Yamamoto. Disponível em Planeta Sustentável: <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/educacao/conteudo_283631.shtml?func=2>. Acesso em: 26 maio 2016.

Atividade interdisciplinar com Sociologia relacionada ao tema do Capítulo 10

O PAPEL DO ESTADO EM DIFERENTES REGIMES AUTORITÁRIOS NO SÉCULO XX

Objetivo

- Combinar análise histórica e análise sociológica para pensar o Estado moderno como instituição produzida e fortalecida ao longo do século XX, no Brasil e no mundo.

Conteúdos

Estado – Totalitarismo – Autoritarismo – Repressão – História – Sociologia

Tempo estimado

Equivalente a 4 aulas.

Desenvolvimento das atividades

- Esta atividade propõe um trabalho em sala de aula, baseado em histórias em quadrinhos inspiradas em pesquisa histórica. Como faz referência a diversos episódios estudados neste volume, pode ser utilizada como atividade de fechamento do ano.
- Em sala de aula, faça uma breve comparação entre a abordagem histórica e a abordagem sociológica de fatos históricos. Explique que, enquanto a História se propõe a entender determinado evento em sua singularidade, a Sociologia utiliza essas descrições comparando diferentes eventos e buscando generalidades, leis, regras que possam explicar algo mais geral. Apresente aos estudantes uma lista de países e peça a eles que se dividam em grupos. Cada grupo deve escolher um dos seguintes locais: Irã, Alemanha, Brasil ou Israel/Palestina.
- Apresente aos alunos os quadrinhos em que eles se basearão para fazer a atividade, conforme a lista a seguir:

- Irã: *Persépolis* (Marjane Satrapi)
- Alemanha: *Maus* (Art Spiegelman)
- Brasil: *Chibata! João Cândido e a revolta que abalou o Brasil* (Olinto Gadelha e Hemeterio)
- Israel/Palestina: *Palestina, uma nação ocupada* (Joe Sacco)

- Os grupos deverão ler a história em quadrinhos escolhida, tentando captar informações sobre:

  a) a organização social do país antes do evento histórico narrado;

  b) o papel do Estado (limites, função, etc.) antes e depois desse evento;

  c) as reivindicações de mudanças e o processo que desencadeou o evento;

  d) a organização social do país depois do evento histórico estudado;

  e) o que permanece desse evento histórico na sociedade hoje? [Para responder a essa questão pode ser necessário fazer pesquisa bibliográfica ou na internet, dependendo da obra escolhida.]

- Dê aos grupos um prazo para leitura. Se necessário, você pode marcar uma aula para discussão e sistematização das ideias dos grupos.

- Em outra aula, após a sistematização das ideias segundo o roteiro apresentado no item 2, forme novos grupos. Cada grupo novo deve ser composto de pelos menos um estudante que tenha lido cada obra. Assim, os grupos terão pelo menos uma pessoa que leu cada história em quadrinhos, e que conhece as informações sobre aquele episódio histórico.

- Os grupos devem comparar as informações e elaborar, utilizando os conhecimentos de Sociologia, uma apresentação (seminário, vídeo, texto jornalístico, revista, cartaz, infográfico, peça de teatro, etc.) que esclareça ao público leigo as seguintes questões, dando exemplos concretos encontrados nas obras:

  a) O que é o Estado? Para que ele serve?

  b) De que maneira legitimamos o Estado?

  c) Quais os limites de atuação do Estado?

  d) De que maneira esses episódios do século XX forjaram o entendimento e as expectativas que temos sobre o Estado moderno no século XXI?

- O resultado pode ser compartilhado com outras turmas e séries de toda a comunidade escolar, e também na internet, caso a escola julgue adequado.
- Avaliação: avalie o desempenho dos estudantes com base no trabalho final apresentado, mas também no processo de construção. Pense em que medida eles foram capazes de fazer um trabalho similar à historiografia, analisando os quadrinhos, e em que medida conseguiram relacioná-los para responder a perguntas mais gerais, operando mentalmente como sociólogos.

Bibliografia para o professor

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2007.

AGUIRRE, Mariano. Jimmy Carter e o *apartheid* israelense. *Le Monde Diplomatique Brasil*, n. 2, set. 2007.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de janeiro: Graal, 1985, v. 2.

ALVARENGA CHEREM, Youssef. Dissensões sobre o público e o privado na República Islâmica do Irã. *Campos – Revista de Antropologia Social*, v. 7, n. 2, 2007.

ASNIS, Nelson. Por trás do véu (sobre uma viagem ao Irã). *Psicanálise – Revista da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre*, v. 3, n. 1, p. 145-152, 2001.

CURI, Fabiano Andrade. *Maus*, de Art Spiegelman: uma outra história da *Shoah*. *Sínteses* – ISSN 1981-1314, v. 14, 2011.

DUARTE, André. Sobre a biopolítica: de Foucault ao século XXI. *Revista Cinética*, v. 1, p. 1-16, 2008.

FAUSTO, Boris. A interpretação do nazismo, na visão de Norbert Elias. *Mana*, v. 4, n. 1, p. 141-152, 1998.

GIACOIA JÚNIOR, Oswaldo. Sobre direitos humanos na era da biopolítica. *Kriterion: Revista de Filosofia*, v. 49, n. 118, p. 267-308, 2008.

JARDIM, Denise Fagundes. Palestinos: as redefinições de fronteiras e cidadania. *Horizontes Antropológicos*, v. 9, n. 19, p. 223-243, 2003.

______. "As mulheres voam com seus maridos": a experiência da diáspora palestina e as relações de gênero. *Horizontes Antropológicos*, v. 15, n. 31, p. 189-217, 2009.

MAESTRI, Mário. A Revolta da Chibata faz cem anos. *Antíteses*, v. 3, p. 24-38, 2010.

MAGNAVITA, Andrea Costa. Um olhar sobre Persépolis e a busca do significado do ser mulher e iraniana. *Universitas Humanas*, v. 8, n. 1, 2011.

PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. *Estudos Avançados*, v. 13, n. 35, p. 167-198, 1999.

PONTES, Suely Aires. Mauschwitz: deslocamentos imaginários. *Imaginário*, v. 13, n. 14, p. 27-41, 2007.

SANTOS, Michelle dos. A poética do detalhe em *Maus* e *Persépolis*: autoritarismo, resistência & quadrinhos. *Mneme – Revista de Humanidades*, v. 13, n. 31, 2012.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. A censura durante o regime autoritário. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 4, n. 10, p. 21-43, 1989.

Indicações de fontes para o aluno

GADELHA, Olinto; HEMETERIO. *Chibata!* João Cândido e a revolta que abalou o Brasil. São Paulo: Conrad, 2008.

SACCO, Joe. *Palestina, uma nação ocupada*. São Paulo: Conrad, 2010.

SATRAPI, Marjane. *Persépolis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SPIEGELMAN, Art. *Maus*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Atividade interdisciplinar com Língua Portuguesa relacionada ao tema do Capítulo 10

PRODUÇÃO DE CONTOS

Este pode ser um trabalho interdisciplinar, envolvendo História e Língua Portuguesa.

O tema da repressão política durante o regime militar (1964-1985) sempre interessa e sensibiliza bastante os alunos. Atualmente, o tema tem ocupado com frequência as páginas dos noticiários em função da polêmica em torno da revisão da Lei de Anistia e da pressão de parte da sociedade civil para a abertura dos arquivos da ditadura. Para despertar nos alunos o envolvimento com o assunto, proponha que acessem o *site* do grupo Tortura Nunca Mais (disponível em: <www.torturanuncamais-rj.org.br>, acesso em: 28 abr. 2010) e que escolham, no campo "Mortos e Desaparecidos", uma das vítimas da ditadura para transformá-la em uma personagem de um conto ambientado na época da ditadura militar no Brasil.

Após a leitura da breve biografia que acompanha o nome escolhido, os alunos deverão pesquisar sobre o período em que a pessoa viveu. Por exemplo:

- quais revistas eram mais lidas?
- quais músicas eram sucesso nas rádios?
- como era a moda?
- quais ideais políticos eram debatidos?

Sobre a ditadura e a repressão, o *site* oferece diversos artigos interessantes e de qualidade. Alguns filmes também podem ser sugeridos, como *Cabra-cega* (direção de Toni Venturi, Brasil, 2004), *O ano em que meus pais saíram de férias* (direção de Cao Hamburguer, Brasil, 2006), *Hércules 56* (direção de Silvio Da-Rin, Brasil, 2006), *Batismo de sangue* (direção de Helvécio Ratton, Brasil, 2006) e *Zuzu Angel* (direção de Sérgio Rezende, Brasil, 2006). Tudo isso contribuirá para que os alunos componham uma imagem do cenário político brasileiro dos anos 1960-1970.

Na disciplina de Língua Portuguesa, paralelamente poderá ser trabalhado o gênero conto.

Depois de ter compreendido as características desse gênero e de ter levantado informações sobre as décadas de 1960 e 1970, os alunos poderão ser convidados a criar, a partir dos dados biográficos das pessoas escolhidas, um conto em que imaginem as circunstâncias de desaparecimento e morte das pessoas. Na construção do conto, deverão mobilizar as informações pesquisadas e escolher sua narrativa, em primeira ou terceira pessoa, a partir do ponto de vista dos militares ou dos perseguidos políticos, ou de observadores distantes dos fatos, respectivamente.

A atividade objetiva sensibilizar os alunos para a angústia vivida pelas famílias dos mortos e desaparecidos durante o regime militar, fomentando a discussão em torno da importância da abertura dos arquivos da ditadura.

Se a escola e os alunos dispuserem dos recursos técnicos necessários, alguns contos poderão ser roteirizados e filmados. Poderão, ainda, ser transformados em clipes, utilizando-se canções da época, como "Cálice", de Chico Buarque e Milton Nascimento, "Como nossos pais", de Belchior, e "Pra não dizer que não falei das flores", de Geraldo Vandré.

Trabalhando com o filme *Guerra ao terror*

Para incentivar a reflexão acerca das relações entre Oriente e Ocidente e discutir o papel das potências ocidentais no mundo de hoje, sugerimos um trabalho com o filme *Guerra ao terror* (direção de Kathryn Bigelow, Estados Unidos, 2008). Antes de exibir o filme em sala de aula, peça aos alunos que fiquem atentos aos seguintes aspectos:

- características dos cenários;
- ponto de vista induzido pela câmera;
- características psicológicas dos personagens;
- razões pelas quais cada personagem está envolvido com a guerra;
- papel da tecnologia;
- relação que soldados e iraquianos estabelecem com a tecnologia;
- entendimento entre soldados e iraquianos (falas e gestos);
- relação entre os soldados.

Ao final da exibição, divida a turma em grupos de cinco ou seis alunos e proponha uma discussão em torno das seguintes questões:

a) Por que a filmagem coloca o espectador no lugar dos soldados estadunidenses?

b) Qual é a origem da tensão produzida pelo filme?

c) Que relação o filme estabelece entre a guerra e a droga?

d) Na opinião do grupo, o filme é uma crítica ou uma apologia à ação estadunidense no Iraque?

Quando os grupos tiverem terminado de responder a todas as questões, peça a cada um que eleja um aluno para fazer a exposição das conclusões para a turma. Após todas as apresentações, oriente os grupos a debater seus diferentes pontos de vista.

Observe se os grupos perceberam que muitas vezes as cenas são filmadas como se os espectadores estivessem no lugar dos personagens, o que reforça a identificação com eles. Frequentemente, nosso olhar se confunde com o dos soldados, o que gera boa parte da tensão do filme. Observe também se os alunos perceberam que os cenários sempre causam no espectador certa sensação de confusão; seja no deserto ou no centro urbano, temos sempre a impressão de que nos faltam referências claras, trazendo a quem assiste um sentimento de solidão. Assim como os soldados, tam-

bém não conseguimos interpretar os gestos, as palavras e as atitudes dos iranianos; não distinguimos claramente o perigo, tudo nos parece ameaçador, como na cena em que dois grupos de homens trocam sinais do alto das construções. Muitas vezes nos deixamos enganar pelas aparências e somos incapazes de interpretar o que está diante de nós. Assim, acreditamos que o jovem vendedor de vídeos está de fato morto; só tardiamente percebemos que há algo suspeito na cena em que o médico conversa com o velho que carrega entulho em sua insuspeita carroça. Nesse mundo, de nada vale a tecnologia sofisticada dos soldados, pois nem sequer sabem exatamente como e quando utilizá-la. A própria razão da guerra perde qualquer sentido, assim como a vida dos personagens envolvidos nela.

O filme recebeu muitas críticas por não ter oferecido ao espectador uma posição mais clara em relação à guerra. Todavia, a posição da diretora não está ausente. Ao final do filme, temos a sensação de que a guerra é como uma alucinação, cujo sentido nós desistimos de apreender. Dessa forma, qualquer motivo para a guerra torna-se inócuo, diante da nossa incapacidade de compreender o "outro", aquele que definimos como o "inimigo".

Atividade interdisciplinar com Arte relacionada ao tema do capítulo 10

HISTÓRIA E MÚSICA POPULAR BRASILEIRA

Áreas de estudo

História, Língua Portuguesa, Arte e Educação Física.

Tempo requerido

Dois ou três meses.

Equipe

Até quatro componentes.

Objetivos

- Em geral, as pessoas ouvem música despreocupadamente, como uma forma de divertimento ou lazer. O objetivo deste projeto é levar os alunos a tratar a canção popular brasileira como um documento histórico, ou seja, por meio de um exame minucioso, perceber que as letras das canções contêm mensagens e foram compostas em um contexto histórico que lhes dá significado.
- Por meio do trabalho com as canções, professores e alunos utilizarão uma linguagem diferente para recuperar a História.

Roteiro de trabalho

- Na primeira parte do trabalho, os professores envolvidos fazem um levantamento das canções conhecidas pelos alunos. Devem entrar todos os gêneros musicais, sem censura: música caipira, sertaneja, popular, clássica, etc.
- Na segunda parte, os professores fazem a seleção das músicas que serão estudadas. Dê preferência para as canções que estejam inseridas em períodos históricos já trabalhados com os alunos, assim eles terão oportunidade de perceber novos aspectos e/ou aprofundar seus conhecimentos. Selecione duas ou três músicas por período, escolhendo letras, ritmos e melodias diversificados.
- Na terceira parte, acontecerá o estudo da letra e da música, da época em que foi escrita, etc. Se a classe contar com pessoas que saibam tocar instrumentos, cantar, dançar, seria interessante que já começassem a ensaiar. Nesse caso, será preciso ter à mão não somente material para consulta, mas também instrumentos e partituras. Os alunos, em grupo, devem analisar:
  - o(s) autor(es) e o(s) intérprete(s), incluindo as referências de vida e obra, o que dará subsídios para situá-lo(s) na história brasileira, não apenas na história da música brasileira;
  - o grupo que interpreta a canção ou o cantor: quem canta é um dos autores ou o autor da canção? Consegue(m) transmitir o que a canção se propõe?
  - a letra, verificando o tema da canção;
  - que mensagem o(s) autor(es) ou compositor(es) quis(eram) transmitir;
  - gênero musical: samba, choro, xote, frevo, baião, modinha, etc., (verificar a melodia, a harmonia e o ritmo, desde que haja conhecimento técnico para isso).
- Síntese geral:
  - Há coerência entre a letra, a música e a interpretação da canção? Tem ritmo dançante ou não? Acrescentar outros comentários do grupo (se houver).
  - A canção reflete a época em que foi escrita?
  - Em um confronto com a época atual, a canção poderia ser produzida hoje?
- Deverá ser elaborado um relatório final, acertado entre professores e alunos, com as conclusões dos grupos, e uma apresentação para a classe. O ideal é, com a colaboração dos professors de Arte e Educação Física, montar um "espetáculo" com as músicas cantadas e dançadas.

Fontes de pesquisa sugeridas

ALVES, H. *Sua Exa. o samba*. 2. ed. São Paulo: Símbolo, 1976.

BORJA, W. C. Linguagem e canção: uma proposta para o ensino de História. In: Cultura & linguagens. *Revista brasileira de História.* São Paulo, v. 7, n. 13, 1986-1987. p. 177.

CASTRO, R. *Chega de saudade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HOMEM DE MELLO, Z.; SEVERIANO, J. *A canção no tempo:* 85 anos de música brasileira. São Paulo: Editora 34, v. 1, 1997/ v. 2, 1998.

PAIANO, E. *Tropicalismo:* bananas ao vento no coração do Brasil. São Paulo: Scipione, 1996. (Ponto de apoio).

STEFANI, G. *Para entender a música*. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

TINHORÃO, J. R. *História social da música popular brasileira*. São Paulo: Editora 34, 1998.

TROPICÁLIA 20 anos. São Paulo: Sesc, s.d.